

ISSN 1517-5901 (online)

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA

TRABALHO

Ano XXXIII - Janeiro - Junho 2016

44



DOSSIÊ

**Racismo, sociedade,
cultura e política:
diálogos Brasil - Portugal**

Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
n° 44 - Janeiro/Junho de 2016 - Ano XXXIII
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica); Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB); Armelle Giglio Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França); Bryan S. Turner (University of Western Sidney, Australia); Brasília Carlos Ferreira (UFRN); César Barreira (UFC); Cláudia Fonseca (UFRGS); Cynthia Lins Hamlin (UFPE); Edgard Afonso Malagodi (UFCEG); Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra); Ilse Scherer-Warren (UFSC); Jacob Carlos Lima (UFSCAR); Jessé Souza (UFJF); Joanildo A. Burity (FUNDAJ); José Arlindo Soares (UFPB); Julie Antoinette Cavignac (UFRN); Maria Carmela Buonfiglio (UFPB); Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE); Paulo Henrique Martins (UFPE); Regina Novais (UFRJ); Rubens Pinto Lyra (UFPB); Sandra J. Stoll (UFPR); Theophilos Rifiotis (UFSC); Vera da Silva Telles (USP).

EDITORIA

Flávia Ferreira Pires (UFPB)
Giovanni Boaes (UFPB)

COMISSÃO EDITORIAL

Loreley Garcia (UFPB)
Tereza Queiroz (UFPB)
Roberto Véras de Oliveira (UFPB)

SECRETÁRIA

Hosana Helena Rocha

REVISORA

Ana Godoy

DESIGN GRÁFICO

Fotografia de capa: Francisco Galba Nogueira
Projeto gráfico de capa: Helton Nóbrega
Diagramação: Brunos Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/
UFPB:

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 –
João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

**Ano XXXIII
Número 44
Janeiro/Junho de 2016**

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth Diniz

Vice-Reitor: Eduardo Rabenhorst

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Isaac Almeida de Medeiros

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

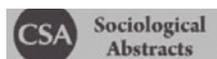
Vice-Diretor: Rodrigo Freire

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Tereza Queiroz

Vice-coordenadora: Teresa Cristina Furtado Matos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – Vol. 1, Ano 33, n. 44(jan./jun. 2016). João Pessoa, 2016.
367p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

SUMÁRIO

9 Editorial

DOSSIÊ

RACISMO, SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA: DIÁLOGOS BRASIL-PORTUGAL

13 TEMPOS E CONTRATEMPOS DO (ANTIR)RACISMO NO BRASIL E EM
PORTUGAL: uma introdução | *Cristina Matos e Marta Araújo*

27 O TURISMO E A ACADEMIA DA “IDADE DOS DESCOBRIMENTOS”
EM PORTUGAL: o silenciamento/reprodução do racismo no loop
pós-colonial | *Silvia Rodríguez Maeso*

51 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E COMBATE AO
RACISMO: imagens de livros didáticos (Portugal e Brasil) | *Luciane Ribeiro
Dias Gonçalves*

71 FUTEBOL, RACISMO E MEDIA: os discursos da imprensa portuguesa
durante o fascismo e pós-Revolução de Abril | *Pedro Sousa de Almeida*

91 (PRÉ) TEXTOS E CONTEXTOS: Media, Periferia e Racialização |
Ana Rita Alves

109 CORPORIFICAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-
BRASILEIRAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | *Laura Cecília López*

125 IMAGENS DE “MÁ” VIZINHANÇA: It's all true, de Orson Welles, e a
desconstrução racial na forma cinematográfica | *Luis Felipe Kojima Hirano*

145 DIÁLOGOS PENDIENTES: la incidencia de la esclavitud en la construcción
social de la favela | *Maximiliano Duarte*

165 DA TEORIA AO ATO: refletindo sobre educação, reconhecimento e
antirracismo | *Elio Chaves Flores, Marco Aurélio Paz Tella, Solange Rocha,
Cristina Matos*

ARTIGOS

191 CRISE DE IDENTIDADE E DISRUPÇÃO MORAL: a experiência dos
trabalhadores portuários avulsos de Santos no processo de modernização
portuária | *Rosana Machin, Márcia Thereza Couto e Eunice Nakamura*

- 211 DA RAZÃO CONTRADITÓRIA AO IDEAL ASCÉTICO: o “trajeto antropológico” nas políticas culturais | *Eduardo Portanova Barros e Francisco Coelho Cuogo*
- 227 EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRABALHO: o programa primeira infância melhor - PIM em São Lourenço do Sul/RS | *Jordana Wruck Timm, Denise Castro Padilha, Milena Cristina Aragão e Claus Dieter Stobäus*
- 247 ETNOGRAFIA, ETNOLOGIA & TEORIA ANTROPOLÓGICA | *Alicia Ferreira Gonçalves*
- 263 “LEVIANDADES” ELEITORAIS: a abertura das cortinas para um espetáculo misógino | *Elizabeth Christina de Andrade Lima e Rafael Maracajá Antonino*
- 283 O COLAPSO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO NO BRASIL: causas e perspectivas | *Marcelo Alvares de Sousa*
- 299 UM CIRCUITO CHAMADO DESEJO: notas sobre os pontos de pegação em João Pessoa | *Thiago de Lima Oliveira*

ENTREVISTA

- 321 DO ANTROPÓLOGO, A SUA MAGIA: entrevista com Vagner Gonçalves da Silva | *Rosenilton Silva de Oliveira*

RESENHAS

- 337 CIÊNCIAS SOCIAIS COM MARIA: pesquisas empíricas sobre o Reinado | *Flávia Ferreira Pires*
- 343 FHC E OS DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA: defesa e retomada do neoliberalismo | *Daniel de Souza Lemos*

TRADUÇÃO

- 355 DESCIVILIZANDO A ESFERA CIVIL - Jeffrey C. Alexander | *Fábio Liberal e Flávia Pires*

CONTENTS

- 9 Editorial

DOSSIER

RACISM, SOCIETY, CULTURE AND POLITICS: DIALOGUES BRAZIL-PORTUGAL

- 13 THE TIMES AND TROUBLES OF (ANTI) RACISM IN BRAZIL AND PORTUGAL: an introduction | *Cristina Matos e Marta Araújo*
- 27 THE ‘AGE OF DISCOVERIES’ TOURISM AND SCHOLARSHIP IN PORTUGAL: the silencing/reproduction of racism within the postcolonial loop | *Silvia Rodríguez Maeso*
- 51 EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND COMBATING RACISM: images of textbooks (Portugal and Brazil) | *Luciane Ribeiro Dias Gonçalves*
- 71 FOOTBALL, RACISM AND MEDIA: portuguese press discourses during fascism and post-April Revolution | *Pedro Sousa de Almeida*
- 91 (PRE) TEXTS AND CONTEXTS: Media, Periphery and Racialization | *Ana Rita Alves*
- 109 CORPORIFICATION AND TERRITORIALIZATION OF THE AFRICAN-BRAZILIAN RELIGIONS IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN PUBLIC HEALTH SYSTEM | *Laura Cecilia López*
- 125 “BAD” NEIGHBOR POLICY IMAGENS: It’s all true and racial deconstruction in cinematographic form | *Luis Felipe Kojima Hirano*
- 145 PENDING DIALOGUES: the incidence of slavery in the social construction of the favela | *Maximiliano Duarte*
- 165 FROM THEORY TO ACTION: Reflecting about education, recognition and antiracism | *Elio Chaves Flores, Marco Aurélio Paz Tella, Solange Rocha, Cristina Matos*

ARTICLES

- 191 IDENTITY CRISIS AND MORAL DISRUPTION: the experience of dock workers from Santos in the port modernization process | *Rosana Machin, Márcia Thereza Couto e Eunice Nakamura*

211 FROM THE CONTRADICTION REASON TO THE ASCETIC IDEAL: “the anthropological trajectory” in cultural policies | *Eduardo Portanova Barros e Francisco Coelho Cuogo*

227 EDUCATION, HEALTH AND WORK: the best early childhood program - PIM in São Lourenço do Sul/RS | *Jordana Wruck Timm, Denise Castro Padilha, Milena Cristina Aragão e Claus Dieter Stobäus*

247 ETHNOGRAPHY, ETHNOLOGY & ANTHROPOLOGICAL THEORY | *Alicia Ferreira Gonçalves*

263 ELECTION LEVITY: the curtain's opening to a misogynic show | *Elizabeth Christina de Andrade Lima e Rafael Maracajá Antonino*

283 THE COLLAPSE OF BRAZIL'S EMPLOYMENT POLICIES: causes and prospects | *Marcelo Alvares de Sousa*

299 A CIRCUIT NAMED DESIRE: on pontos de pegação (cruising sites) in João Pessoa | *Thiago de Lima Oliveira*

INTERVIEW

321 FROM THE ANTHROPOLOGIST, HIS SPELL: interview with Vagner Gonçalves da Silva | *Rosenilton Silva de Oliveira*

REVIEWS

337 SOCIAL SCIENCES WITH MARY: empirical researches about the “Reinado” | *Flávia Ferreira Pires*

343 FHC THE DAILY PRESIDENCY: Defense and neoliberalism resume | *Daniel de Souza Lemos*

TRANSLATION

355 THE CIVIL SPHERE - Jeffrey C. Alexander | *Fábio Liberal e Flávia Pires*

EDITORIAL

O Brasil vive momentos de grande apreensão política e social. A fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações e os cortes orçamentários da pauta da educação afligem a Universidade de maneira particular. O avanço das políticas sociais e a mobilidade alcançada por grupos minoritários estão em suspenso. A PEC 241 ameaça os ganhos sociais dos últimos 15 anos, estes que foram fundamentais para a diminuição da pobreza e da desigualdade social, ao mesmo tempo em que a Universidade viu-se mais democrática, franqueando o acesso ao ensino universitário a uma primeira geração de brasileiros e brasileiras cujas famílias até então não tinham tido. Os negros, em particular, conseguiram romper dificuldades seculares. Tendo em vista esse momento histórico, faz-se importante debater o racismo, tema do dossiê que integra esse novo número da Revista Política & Trabalho, que temos a satisfação de anunciar. O dossiê temático Racismo, sociedade, cultura e política: diálogos Brasil-Portugal, organizado por Cristina Matos, Universidade federal da Paraíba (UFPB\Brasil) e Marta Araújo, do Centro de Estudos Sociais (CES\Portugal), vem contribuir para esse debate, que ultrapassa as fronteiras da nação. De inspiração pós-colonialista, a questão Brasil-Colônia/Portugal-Metrópole transpõe revisitada na medida em que o tráfico de escravos e a escravidão marcaram nossos territórios e modos de existir, tanto aqui quanto além-mar.

Além dos artigos do dossiê, contamos ainda com sete artigos de uma larga diversidade de filiações institucionais, temáticas e abordagens, além de duas resenhas e uma tradução.

O artigo “Crise de identidade e disrupção moral: a experiência dos trabalhadores portuários avulsos de Santos no processo de modernização portuária” de Rosana Machin (USP), Márcia Thereza Couto (USP) e Eunice Nakamura (Unifesp), explora a experiência e os sentidos atribuídos pelos trabalhadores ao novo modelo de gestão portuária implementado, cujo fim era aumentar a competitividade, enfatizando eficácia e eficiência. As autoras apontam como o processo de modernização abala uma cultura de trabalho ancorada num sistema ocasional, coletivo, de ritmo irregular, essencialmente masculino e com controle do processo de trabalho particular.

Em “Da razão contraditória ao ideal ascético: o ‘trajeto antropológico’ nas Políticas Culturais”, Eduardo Portanova Barros (Unisinos) e Francisco Coelho Cuogo (Unisinos) procuram identificar as características de um ideal ascético na prática institucional das Políticas Culturais, dialogando com Maffesoli e Nietzsche.

Em “Educação, saúde e trabalho: o Programa Primeira Infância Melhor – PIM em São Lourenço do Sul/RS”, Jordana Wruck Timm (PUC-RS), Denise Castro Padilha (UFRGS) e Milena Cristina Aragão (Faculdade Estácio), revisam elementos importantes do Programa Primeira Infância Melhor, atentando para o seu impacto no que toca à educação, à saúde e ao trabalho das famílias cujas crianças são beneficiadas (zero a três anos).

Em um ensaio teórico, intitulado “Etnografia, etnologia & teoria antropológica”, Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB) afirma que o fazer etnográfico está informado por um marco teórico-conceitual que gira em torno de três conceitos: função, estrutura e cultura, implicando, desse modo, em três concepções distintas do exercício etnográfico a partir das perspectivas de Bronislaw Malinovsky, Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz. O texto traz questões contemporâneas relativas ao exercício etnográfico no século XXI, marcado pelos conflitos étnicos e religiosos em países do Norte e Sul.

“Leviandades’ eleitorais: a abertura das cortinas para um espetáculo misógino”, de Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFMG) e Rafael Maracajá Antonino (UFMG), problematiza a utilização do termo “leviana”, amplamente utilizado por ocasião dos debates entre os candidatos à presidência da República, ocorridos no período que antecedeu as eleições de 2014, e apresenta os discursos de misoginia dirigidos à Presidenta Dilma no *ciberespaço*, interpelando as relações de gênero e as redes sociais.

O artigo “O colapso das políticas de emprego no Brasil: causas e perspectivas”, de Marcelo Alvares de Sousa (MDS), debate o colapso das políticas de emprego no país através da análise da execução físico-financeira das principais políticas ativas e passivas desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Programa de Seguro Desemprego, com base nos Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (2004-2013).

“Um circuito chamado desejo: notas sobre os pontos de pegação em João Pessoa”, de Thiago de Lima Oliveira (UFPB), tem por base uma pesquisa etnográfica em um circuito de trocas eróticas, afetivas e sexuais chamado de pegação. Ele afirma que o espaço e os marcadores sociais da diferença estão imbricados, produzindo relações e significações mútuas a partir de economias eróticas que valorizam e (re) produzem expectativas sobre gênero, raça, classe e gerações.

Esse número da revista sinaliza, mais uma vez, nosso compromisso com as ciências sociais como área de pesquisa e diálogos, e com os rumos políticos e sociais do nosso país.

Boa leitura!
Giovanni Boaes e Flávia Ferreira Pires
Editores

Setembro | 2016

Dossiê Racismo, Sociedade, Cultura e Política: diálogos Brasil-Portugal

**TEMPOS E CONTRATEMPOS DO (ANTIR)RACISMO
NO BRASIL E EM PORTUGAL:
uma introdução**

***THE TIMES AND TROUBLES OF (ANTI) RACISM
IN BRAZIL AND PORTUGAL:
an introduction***

Cristina Matos*
Marta Araújo**

A organização de um dossiê sobre racismo e antirracismo, num diálogo entre Brasil e Portugal, enseja uma oportunidade de considerar o panorama dos debates sobre a questão nos dois países. Analisando tempos diversos e os inúmeros contratempos que se foram colocando à construção de uma agenda antirracista, este dossiê dialoga com múltiplos processos sociais, culturais e políticos que têm marcado historicamente ambos os contextos e que estabelecem os limites de um debate sempre fora de tempo.

O pós-tardio debate do racismo em Portugal e a emergência de uma agenda antirracista

Em Portugal, no final dos anos 1990, a ideia de que tardava em generalizar-se o debate sobre as desigualdades étnico-raciais estava de certa forma consensualizada academicamente (por exemplo, VALENTIM, 1997; ALMEIDA, 2000). Decorridos quase 20 anos, deparamo-nos, grosso modo, com o mesmo cenário de silêncio tanto nas ciências sociais como na esfera política. Tal coloca em evidência a persistente recusa em abordar o racismo como problema político; de forma mais ampla, revela

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB) e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, Brasil. E-mail: crisfurtado@yahoo.com.br

** Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de Londres, IoE. Pesquisadora Principal do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, professora dos Programas de Doutorado Democracia no Século XXI e Human Rights in Contemporary Societies, Portugal. E-mail: maraujoces@gmail.com

importantes continuidades históricas nos padrões de silêncio e de inércia sobre o racial no contexto dito pós-colonial.

Para melhor compreender essa questão, consideremos as principais mudanças jurídicas observadas em Portugal relativamente ao racismo no momento em que o debate era já considerado tardio. Em 1999 (através da Lei n.º 134/99, de 28 de agosto), foi criada a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), com o intuito de acompanhar e encaminhar as denúncias de discriminação. É de notar que, desde a sua constituição, a Comissão nunca teve independência, dado ser presidida pelo Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas¹, um cargo de nomeação política. Este é um aspecto que tem sido repetidamente criticado nos diversos relatórios dos organismos europeus de monitorização do racismo (como a European Commission against Racism and Related Intolerance - ECRI, o já extinto European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia - EUMC e a actual Fundamental Rights Agency - FRA que o substituiu). Esses organismos notaram também mais recentemente que os procedimentos face às denúncias em Portugal continuam demasiadamente morosos e complicados, e que parece haver falta de vontade (política) para produzir mudanças substanciais (EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2013). Outro documento jurídico de relevância foi a chamada *Directiva Raça* aprovada pelo Conselho Europeu em 2000 (Directiva n.º 2000/43/CE, 29 de junho), tendo sido transposta para o território português em 2004 (através da Lei n.º 18/2004, 11 de maio). Esta veio incorporar no quadro jurídico nacional o princípio da igualdade étnico-racial e as normas contra a discriminação já existentes. Não obstante, também o impacto desta legislação no contexto português parece ser mínimo, apesar do suposto *sucesso* das políticas públicas para a “integração de imigrantes” constantemente autoapregoadas pelo Alto Comissariado². Na verdade, o relatório de um grupo de peritos das Nações Unidas, após uma visita ao país que incluiu vários encontros com académicos e activistas e que decorreu em 2011 – Ano Internacional dos Afrodescendentes –, concluiu que:

[...] os desafios enfrentados pelos afrodescendentes em Portugal relacionavam-se principalmente com a sua falta de reconhecimento como um grupo específico na política e no quadro legal nacional; a falta de reconhecimento da sua contribuição positiva ao longo da história para a construção e o desenvolvimento do país; a falta de dados qualitativos e quantitativos desagregados por origem racial ou étnica; a existência de um círculo de pobreza, o acesso desigual à educação, aos serviços públicos, ao emprego, bem como a discriminação na administração e funcionamento do sistema de justiça; a discriminação através do uso de perfis raciais [*racial profiling*] e a violência policial; a sub-representação na política

1 Em 2000, foi criado também o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, um organismo de coordenação interministerial. Este foi renomeado Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural em 2007, e Alto Comissariado para as Migrações em 2014.

2 Ver, por exemplo: <<http://www.acm.gov.pt/-/iv-index-de-politicas-de-integracao-de-migrantes-portugal-e-um-pais-de-integracao->>. Acesso em: 3 mar. 2016.

e nos processos de tomada de decisão institucionais, bem como a falta de medidas especiais ou políticas de acção afirmativa em Portugal para pessoas de ascendência africana ou de outras minorias (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 2, tradução nossa)³

Diversos relatórios internacionais têm criticado a inacção do Estado português em matéria de luta contra o racismo, destacando que as autoridades se têm recusado a publicar dados sobre a discriminação racial (por exemplo, EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2002; CONSELHO DA EUROPA, 2007). O Estado português tem alegado a impossibilidade jurídica da recolha de tais dados, dado o princípio da igualdade racial consagrado pelo artigo 13.º da Constituição Portuguesa, assim como a transposição da legislação relativa à protecção de dados pessoais (pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro) e o requerimento de medidas especiais no “tratamento de dados sensíveis” (art. 7)⁴. A solução proposta pelos organismos europeus – respeitando a legislação em vigor, e à semelhança do que tem sido praticado no Reino Unido, onde vigora a mesma legislação de protecção de dados pessoais – é a recolha de dados anonimizados e mediante o consentimento informado (EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND RELATED INTOLERANCE, 2002, p. 17; CE, 2007: 10). Apesar da recolha de dados se ter mantido uma prioridade constante entre as preocupações levantadas pelos organismos europeus, existe um entrave político a este respeito no contexto nacional. A posição do Estado português tem sido a de tratar o racismo como um fenómeno marginal, justificando-o através da invocação das teses lusotropicalistas sobre uma identidade nacional histórica particularmente ajustada para lidar com a *diferença* (ARAÚJO, 2013; ARAÚJO, MAESO, 2016). A recusa da publicação de dados oficiais sobre as desigualdades étnico-raciais configura-se, assim, como uma estratégia política que sustém a *possibilidade* de tal posição.

Na academia portuguesa, e apesar da preponderância de uma *indústria das migrações* que tem contribuído para legitimar o *status quo* (ver ARAÚJO, 2013; MAESO, ARAÚJO, 2014), têm vindo a surgir várias propostas para contestar

3 Leia-se no original, em inglês: “the challenges faced by people of African descent in Portugal related mainly to their lack of recognition as a specific group in the national policy and legal framework; the lack of recognition of their positive contribution throughout history to the construction and development of the country; the lack of qualitative and quantitative disaggregated data by racial or ethnic origin; the existence of a circle of poverty, unequal access to education, public services, employment, as well as discrimination in the administration and functioning of the justice system; existence of racial profiling and police violence; underrepresentation in political and institutional decision-making processes, as well as the lack of special measures or affirmative action policies in Portugal for people of African descent or other minorities.”

4 Apesar disso, o Estado português publicou dados étnico-raciais sobre os alunos do ensino obrigatório, sem consentimento dos encarregados de educação nem possibilidade de autodeclaração étnico-racial, mesmo depois de aprovada a legislação de protecção de dados pessoais em 1998.

esta *consentida* ausência de conhecimento em torno do racismo institucional. Por exemplo, Cristina Roldão (2016) compilou e cruzou alguns dos dados disponíveis e que demonstram a existência de significativas disparidades no acesso a recursos por parte das populações racializadas em Portugal, designadamente em termos de um pior acesso e sucesso na educação, taxas de encarceramento desproporcionalmente altas, entre outros⁵. Outros trabalhos, designadamente os apresentados neste número, procuram dar conta dos processos sociais, culturais e históricos de despolitização do racismo através dos quais se dá a naturalização de certos silêncios – apesar de ocasionalmente interrompidos nos media e em alguns debates públicos.

Historicamente, tem sempre havido colectivos que se organizaram na luta contra o racismo e que foram construindo alternativas no terreno. Mais recentemente, a acção dos movimentos sociais de base tem adquirido maior visibilidade pública – ao qual não será alheio o contexto internacional dos últimos anos, em que o racismo assomou uma maior relevância política através dos movimentos Vidas Negras Importam (Black Lives Matter, iniciado nos EUA) Rhodes Deve Cair (Rhodes Must Fall, que emergiu na África do Sul), Porque é Branco o Meu Curriculum? (Why is My Curriculum White?, no Reino Unido), assim como outras iniciativas descoloniais. Em Portugal, o trabalho de diversos colectivos de activistas e associações antirracistas deve ser elencado como parte do esforço político de contestar o estado da nação, em áreas tão diversas como a educação, a habitação, o emprego e a violência policial. Por exemplo, influenciados pelo trabalho de Augusto Boal, o Laboratório Ami-Afro do GTO-Lisboa⁶ congrega um grupo de jovens negros e negras na área metropolitana de Lisboa que desenvolve técnicas de Teatro do Oprimido. As suas diversas produções de Teatro Fórum obrigam o interlocutor a questionar noções em torno da história colonial, escravatura, raça, identidade nacional, cidadania e racismo. Mais, as suas apresentações públicas em escolas tocam no incómodo que a dita História dos Descobrimentos gera, sobretudo naqueles que são desumanizados pelas narrativas épicas da nação. A Plataforma Gueto⁷ apostou também na educação informal, e conduziu uma série de acções de formação e consciencialização política de grande relevância junto de jovens e adultos, incluindo acções incidindo sobre a História de África e sobre o panorama nacional contemporâneo de racismo institucionalizado. É de salientar o trabalho deste colectivo sobre a violência policial, recolhendo dados nos média sobre a morte de jovens negros sob a custódia da polícia⁸ – trabalho realizado a partir do acervo do SOS Racismo, dado esta informação constituir mais um dos *desconhecimentos*

5 Para fazer a aproximação a dados sobre desigualdades raciais, Roldão teve de recorrer aos dados do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 sobre população com nacionalidade estrangeira.

6 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=0V8u9A_-laE> e <<https://www.youtube.com/watch?v=3eUVYAyZwF0>>. Acessos em: 14 set. 2016.

7 Ver: <<https://plataformagueto.wordpress.com/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

8 Ver o vídeo disponível em: <<https://youtu.be/q7IILY1Focs>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

que a academia não reconhece necessidade de investigar – e evidenciando a desproporcional vulnerabilidade das vidas negras. Deve ser também destacado o papel do SOS Racismo, que conseguiu, ao longo de mais duas décadas, através do constante apoio prestado às denúncias de racismo, produzir e disseminar um conhecimento aprofundado da maior relevância neste âmbito. Também ilustrativas das lutas no terreno são as iniciativas dos moradores do Bairro de Santa Filomena que continuam a organizar-se face aos despejos forçados de suas casas pela Câmara Municipal da Amadora através da utilização de sistemas de repressão policial violentos (MAMADOU BA, 2012). Apesar do parecer em contrário emitido pelo Provedor da Justiça em Agosto deste ano – no seguimento da queixa apresentada pelo colectivo HABITA aquando do início dos despejos em 2012 –, estas pessoas e famílias continuam sem alternativas condignas e sujeitas a condições de vida sempre precárias. Os textos deste dossiê dialogam com estes temas e lutas em Portugal, o país na Europa com um colonialismo mais tardio.

Os artigos

Os textos aqui apresentados tratam da questão do racismo em âmbitos diversos, como a academia, o discurso político, a educação, os media e o turismo. Em “O turismo e a academia da ‘Idade dos Descobrimentos’ em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no *loop* pós-colonial”, Silvia Rodríguez Maeso argumenta que a centralidade das narrativas sobre a identidade nacional, que glorificam as chamadas *Descobertas* no contexto português, está intimamente ligada ao silenciamento das lutas anticoloniais e antirracistas: isto é, a violência dos processos coloniais e de escravização é conseguida pela invisibilização das lutas contra estas formas de opressão histórica, assim como contra o racismo na contemporaneidade. Nesse sentido, o texto engaja com uma crítica da “reciclagem institucional das *Descobertas*” (como proposto por AbdoolKarim Vakil [1996]), para proceder à análise de dois contextos que se constituem como ilustrativos do debate em Portugal: o turismo e a academia. Relativamente ao primeiro, a autora nota a articulação entre iniciativas privadas e públicas por detrás da criação do Museu Mundo das *Descobertas* (World of Discoveries), na cidade do Porto, em 2014. Tendo como consultora científica uma universidade pública, o Museu apresenta-se como um espaço que proporciona uma *aventura* pela história *pioneira* dos *Descobrimentos*, apelando a que estes sejam vividos *afectivamente*. A partir de uma visita ao museu, a autora destaca vários aspectos problemáticos nas narrativas apresentadas sobre as *Descobertas*, designadamente a naturalização de uma abordagem eurocêntrica da história, a hierarquização racial dos povos mundiais que lhe está implícita e a banalização da violência na representação de certos processos (por exemplo, a escravização). Relativamente à produção de conhecimento académico, a autora nota como as décadas de 1990 e 2000 foram fulcrais para a consolidação do lugar das *Descobertas* no cânone das principais universidades públicas do país, salientando o trabalho da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (1986-2002) e as suas

ramificações, assim como as lutas que contestam esse papel privilegiado e que têm procurado interromper o *loop* pós-colonial.

O artigo “Educação para as relações étnico-raciais e combate ao racismo: imagens de livros didáticos (Portugal e Brasil)”, de Luciane Dias Gonçalves, traz para o debate a educação, que se tem constituído como um importante palco para as lutas políticas em torno do racismo. A autora analisa, em perspectiva comparada, as ilustrações dos livros didáticos contemporâneos de história no Brasil e em Portugal, dois países ligados pela história de colonialismo e escravização. A análise incide sobre uma selecção de 27 imagens realizada pelos próprios alunos (do 3º Ciclo do Ensino Básico em Portugal e do Ensino Médio no Brasil), imagens essas que demonstrariam para os mesmos a persistência do racismo nos dois contextos. Através da análise dessas ilustrações e das suas legendas, Luciane Gonçalves nota como prevalece, por um lado, uma ausência da História da África para além do contacto com o europeu através da escravização (as únicas excepções seriam encontradas nos livros brasileiros, com uma alusão à sofisticação das infraestruturas urbanas do Reino do Congo). Tal, ajuda a consagrar a inferioridade do negro (através da sua objectificação ou da representação da sua docilidade face à escravização e à “missão civilizadora” portuguesa). Por outro lado, apesar dos livros darem conta do processo violento e repressivo que constituiu a escravidão, pouca relevância (ou nenhuma, no caso português) assumem os processos de resistência conduzidos pelas próprias populações escravizadas. Tais imagens contribuem para que se naturalize o processo de desumanização do negro e para que não se questione a “brandura” do colonialismo português apregoada por Gilberto Freyre. A autora conclui que o debate sobre o racismo, incipiente em Portugal, precisa também se generalizar no Brasil, de forma que as transformações jurídico-normativas na educação – conseguidas a partir das lutas do movimento negro e dos povos indígenas – se concretizem em termos de acção pedagógica.

O artigo de Pedro Sousa de Almeida, com o título “Futebol, racismo e media: os discursos da imprensa portuguesa durante o fascismo e pós-Revolução de Abril”, permite-nos adentrar no contexto colonial português do Estado Novo (1926-1974), no qual se deu a consolidação das teses lusotropicalistas de Freyre. Incidindo sobre o futebol português, o texto analisa a cobertura jornalística nacional – quer no período colonial (tendo seleccionado os anos 1960-1974), quer após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e as independências (incidindo sobre o ano de 2014, por ocasião do falecimento de Eusébio – conhecido como Pérola Negra ou Pantera Negra) – para explorar a articulação veiculada entre as ideias de nação e raça. Em particular, o artigo de Pedro Almeida vem lançar algumas pistas sobre as continuidades históricas das narrativas coloniais nos media, reveladoras da perpetuação de um imaginário colonial e racista. Nomeadamente, nota como a figura do “atleta negro lusitano” era empregue na construção de uma noção de *portugalidade ultramarina*, a nação multirracial e multicontinental apregoada por António O. Salazar – sobretudo a partir dos anos 1960, quando Portugal constituía o “último império ultramarino europeu”. Presentemente, perduram ainda os discursos paternalistas, que tratam estes atletas como “crianças grandes” que se beneficiam da acção “civilizadora” de Portugal, assim como as narrativas

políticas e jornalísticas que glorificam as chamadas Descobertas e que perpassam a cultura popular, ainda que de forma mais subtil. Significativamente, o texto ajuda a colocar este debate em relação com o debate académico sobre racismo. Seguindo o trabalho de Ben Carrington (2010), o autor analisa a literatura sobre futebol no contexto britânico e no Sul da Europa, concluindo que é atravessada por uma visão dominante do racismo como um fenómeno que diz respeito a pessoas e grupos extremistas (isto é, o “adepto fanático”, os *hooligans* e os *ultras*). O texto contribui, assim, para um *corpus* teórico que se propõe criticar o racismo como estando nas margens do social e do político, interrogando antes a persistência histórica de governamentalidades rotineiras racializadas (HESSE, 2004) que garantem a sua permanente actualização.

Por fim, o artigo “(Pre)textos e contextos: media, periferia e racialização”, de Ana Rita Alves, leva-nos pelos incessantes processos de racialização das populações pós-coloniais na periferia da área metropolitana de Lisboa, a partir de uma análise que enleva a relevância dos bairros autoconstruídos e de realojamento para a compreensão das continuidades históricas do colonialismo. Os bairros autoconstruídos foram erguidos pelas populações africanas que refizeram as suas vidas no contexto metropolitano após as independências e que se depararam com um custo de vida incompatível com os seus baixos rendimentos laborais. Os bairros de realojamento, a solução do Estado português para erradicar os chamados “bairros de lata”, acabaram por constituir situações de segregação étnico-racial ainda mais acentuadas que as que caracterizavam os primeiros. Intervenções políticas em ambos os casos têm levado a reivindicações pelos seus habitantes, que contestam os processos (racializados) de desumanização a que têm estado sujeitos. O texto toma assim o acesso ao espaço urbano – neste caso, o espaço marginal, periférico – como um campo de batalha política, revelando os processos de segregação racial e a sua naturalização pelos media e discursos políticos desde o período após a Revolução de 1974. Tal está indissociavelmente ligado aos processos de exclusão e inclusão característicos do *Estado racial* (GOLDBERG, 2002) – com o poder de excluir e incluir na sua protecção. Em particular, a autora dá conta da caracterização dominante dos *bairros* como espaços de ilegalidade habitados por populações que, sendo racializadas, representam vidas *não choráveis*, o que resulta na construção política destes bairros enquanto espaços onde o controlo e a repressão violenta são legitimados, por exemplo: nas acções de despejo de habitações autoconstruídas, nos processos de segregação racial no realojamento, na sobrevigilância quotidiana e na violência policial racista.

O debate sobre racismo em Portugal é, assim, *pós-tardio*: quando parecia ter finalmente chegado, ficámos ainda à espera dele – sendo sempre adiado no tempo o debate sobre poder e privilégio racial. Nesse sentido, estes textos constituem uma tentativa de interromper esse cenário de silêncio, que opera tanto pela naturalização da ausência de conhecimento como pela despolitização do racismo através de fórmulas de pagamento e trivialização (TROUILLOT, 1995), e de apontar pistas para a construção de uma agenda académica comprometida com o antirracismo.

Brasil: entre avanços e recuos

No caso brasileiro, os últimos 15 anos foram marcados por um acalorado debate acerca da questão racial. Acordos internacionais⁹ e pressões históricas dos movimentos negros (GOMES, 2012; ROCHA, NOVAES, 2013) criaram as condições para a adoção de políticas públicas comprometidas com uma agenda antirracista, e que se consolidaram sobretudo a partir de 2003, com a chegada ao poder de um governo de centro esquerda¹⁰. As históricas desigualdades sublinhadas pelos movimentos sociais negros, pensemos nos textos do Teatro Experimental do Negro - TEN, e confirmadas pelas ciências sociais brasileiras desde o Projeto Unesco, nos anos 1950 (FERNANDES, BASTIDE, 1959; PINTO, 1953; AZEVEDO, 1996) exigiram mudanças e compromissos do Estado (GUIMARÃES, 1999).

As políticas de ação afirmativa, sobretudo na educação, e mais recentemente incorporadas às contratações para o serviço público, somadas às demais medidas dessa agenda, mobilizaram a opinião pública em torno das iniquidades raciais do país, em confronto com a ideologia de um país racialmente democrático. A disputa de narrativas em torno dessas posições se desenvolve por toda a década e ganha sua síntese nas audiências públicas sobre a constitucionalidade das cotas, promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012, quando do pronunciamento deste tribunal sobre a questão¹¹.

Simultaneamente as iniquidades raciais passaram a ser investigadas, de modo mais sistemático, durante essas últimas duas décadas. Podemos entender o aumento das investigações como uma exigência da produção de informações para orientar as políticas públicas. Uma dessas publicações, o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais, 2009-2010*, por exemplo, mapeou desigualdades em quase todos os aspectos da vida da população negra: nos padrões de morbidade e acesso aos sistemas de saúde; no campo da saúde sexual e reprodutiva; na assistência social e segurança alimentar e nutricional; no acesso a providência social; no acesso ao sistema de ensino e indicadores de proficiência e vitimização; nos acessos à justiça e políticas de promoção da igualdade racial. Essas publicações tornaram-se elementos de conhecimento e confirmação daquilo que os movimentos sociais denunciaram ao longo de todo o século XX.

A agenda antirracista do período incluiu a Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de modo a incorporar o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira no Ensino Básico. Também compõe esse cenário a criação da Secretaria de Educação, Continuidade, Alfabetização e Diversidade

9 Referimo-nos à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, ocorrida em Durban, em 2001, e à Revisão do Plano de Ação de Durban, ocorrida em Genebra em 2009.

10 Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva Lula, do Partido dos Trabalhadores - PT.

11 Os textos das audiências encontram-se disponíveis em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>>.

(Secad), no âmbito do Ministério da Educação, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Sepir, com *status* de Ministério. Foram importantes ainda: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a Lei nº 12.288, de julho de 2010, mais conhecida como Estatuto da Igualdade Racial; a Lei nº 12711/12; o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas¹², e, mais recentemente, ainda em processo de implantação, as ações afirmativas na pós-graduação, entre outras ações. A adoção dessas medidas foi marcada por confrontos acirrados em torno da origem das iniquidades: se classe ou raça/cor. O documentário *Raça*, de Joel Zito Araújo e Megan Mylan (2012), que acompanha os bastidores da negociação/aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, é uma boa via de compreensão da construção dos argumentos em cada uma das posições.

Passada quase uma década da adoção dessas políticas, os resultados passam a ser objeto de reflexão. O entusiasmo inicial dá lugar à desconfiança a respeito dos desafios da agenda e da capacidade/intensidade dos investimentos nas políticas públicas (SILVÉRIO, 2009). No campo da educação, as ações afirmativas parecem tímidas frente aos desafios de inclusão (SALES, 2014). Uma década depois da criação da Lei nº 10.639, a inclusão curricular da história e cultura africana no cotidiano escolar dos alunos brasileiros ainda está por se realizar. No campo da segurança pública, os números são alarmantes. De um lado, encarceramento em massa da população negra, do outro, assassinatos em massa de jovens negros¹³. No ano em que esse dossiê vem a lume, um golpe de Estado pode colocar em risco as conquistas adotadas. O conservadorismo crescente das elites políticas nacionais parece empenhado em revolver as conquistas dos últimos 15 anos.

Os artigos

Os artigos que tratam do contexto brasileiro enfocam temas variados, como saúde, cinema, educação e espaço urbano. Deles emerge um panorama dos embates racismo/antirracismo no país, portanto, um panorama de continuidades, mas também de mudanças e avanços. A escolha dos objetos e dos recortes permite pensar a questão em espectro ampliado – registre-se que as perspectivas variadas e as criativas escolhas metodológicas para o tratamento do tema são parte importante das contribuições que este dossiê pretende oferecer aos leitores.

O artigo de Laura Cecilia Lopez, “Corporificação e territorialização das religiões afro-brasileiras no Sistema Único de Saúde”, por exemplo, toma o campo da saúde como objeto de reflexão. Resultado de pesquisa de cunho qualitativo, o texto busca pensar “o hospital como encruzilhada”, a partir das relações entre corpo, saúde e doença. Nesse sentido, reflete sobre a presença das religiões afro-brasileiras

12 O voto do relator Ricardo Lewandovsky encontra-se disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/adpf-186-voto-ministro-ricardo.pdf>>.

13 Mapa da Violência disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf>.

no contexto hospitalar. O texto ganha maior relevo se pensarmos que o racismo institucional é uma realidade presente nos serviços de saúde brasileiros, já tendo sido reconhecido pelo Estado, que lançou, em 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Entender quais mudanças essa política produziu é uma das possibilidades que este artigo nos oferece. A partir dos conceitos de corporificação e territorialização, o artigo se debruça sobre as articulações entre movimento negro e campo da saúde, permitindo entender as articulações aí construídas e como as pressões do movimento negro mudam as feições dos serviços de saúde oferecidos à população negra. Além disso, ao pensar questões como a territorialização de outras religiões no campo da saúde, nem sempre explicitadas, mas comumente presentes, oferece elementos para pensar a ausência das religiões afro-brasileiras nesse espaço. Como sublinha a autora: “a presença de religiões católica e evangélicas encontrava-se territorializada e corporificada no hospital de várias maneiras: na sua arquitetura (no caso da religião católica, com a capela) e no trânsito de lideranças católicas e evangélicas através do voluntariado”. Como informa uma mãe de santo, “o último a ser convidado foi a religião de matriz africana”. E, nesse caso, “foi demandado pela militância de várias lideranças afro-religiosas inseridas na discussão de políticas afirmativas dentro do grupo hospitalar”. Em outra frente, comprometida em “levar a sério as filosofias políticas expressas por nossos interlocutores”, a autora explora a questão da corporificação na relação entre corpo, saúde e doença no âmbito das religiões afro-brasileiras, refletindo sobre a complexidade dos processos de cura, “que desconstituem as oposições biomédicas entre ciência, crença, corpo e espírito, e acolhem também outros encadeamentos religiosos...”.

De autoria de Luis Felipe Kogima Hirano, “Imagens de ‘má’ vizinhança: *It’s all true*, de Orson Wells, e a desconstrução racial da forma cinematográfica” trata da produção de representações raciais no cinema, tendo como objeto de análise o clássico inacabado do diretor norte-americano. O artigo tem o mérito de conjugar, simultaneamente, o contexto brasileiro e o norte-americano no que se refere à produção cinematográfica, e se junta a outros trabalhos que têm se dedicado a pensar a dinâmica das relações raciais no cinema brasileiro (CARVALHO, 2006, STAM, 2008, RODRIGUES, 2001). Num cenário de negação do Brasil, em termos da distância entre sua composição étnico-racial e a representação desta composição nas formas artísticas, sobretudo teatro, cinema e teledramaturgia, aspecto já apontado pelo Teatro Experimental do Negro nos anos 1940, o texto de Hirano é um importante instrumento de leitura dessa ausência. A partir do interessante conceito de “segregação na forma cinematográfica”, o autor explora a “cristalização das relações raciais segregadas como um princípio estruturante da narrativa filmica” usada nos EUA, sob a vigência do código Hays, e que repercute no Brasil pela produtora de filmes Cinédia. O ambiente da política da boa vizinhança ensina a vinda do cineasta americano ao Brasil, e permite a Hirano mostrar a convergência de perspectivas entre o governo brasileiro, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, e o governo americano, no que diz respeito ao tratamento da questão racial. Ainda que sem a vigência de um código expresso de segregação como o Hays, o Brasil acata o mesmo padrão segregacionista. Síntese dessa operação é o tratamento dado a Grande Otelo, como mostra Hirano. Interlocutor privilegiado de

Welles, ele é estrela do Cassino da Urca, mas não pode entrar pela porta principal e nem sentar-se à mesa no salão principal, apesar da inexistência de um código oficial de segregação. O autor é muito feliz ao mostrar como a imprensa brasileira da época faz coro à exclusão da população negra, e suas manifestações, da produção de Welles. Nesse sentido, cumpre destacar que, metodologicamente, o autor trabalha com um farto arsenal, cotejando o material produzido/usado por Welles (roteiros, argumentos, pesquisas por ele encomendadas, relatos de colaboradores, pesquisadores, entre outros), o que possibilita ao autor construir uma argumentação convincente em relação aos mecanismos que impediram a finalização do filme. O texto tem ainda a virtude de tratar do processo de conversão de símbolos étnicos em nacionais, refletindo, a partir do caso em questão, sobre os mecanismos de seleção, exclusão e ressignificação que neles operam.

O artigo de Maximiliano Duarte, “Diálogos pendientes: la incidencia de la esclavitud en la construcción social de la favela”, toma o campo de produção acadêmica sobre as favelas como objeto de investigação. Propondo que grande parte da produção sobre esse espaço urbano ignorou, como dado fundamental da compreensão, a escravidão e as formas de segregação que ela ensejou, sobretudo a espacial, o artigo percorre, de modo crítico, as abordagens funcionalistas e higienistas, bem como as abordagens mais contemporâneas. A primeira, a funcionalista, entendendo a emergência das favelas como disfunção do tecido social e urbano, ignorou a escravidão como dado de construção, por excelência, desse espaço. A explicação higienista, por outro lado, repetiria a fórmula da amnésia, ao pensar a segregação como parte de um projeto de limpeza do espaço urbano, mas dissociando a discussão da experiência de mais de 300 anos de escravidão. Nesse percurso, Duarte vai demonstrando que a sociologia urbana brasileira tem lido a favela sobretudo como problema social, um fenômeno em tudo oposto a ordem, e se ocupou pouco da questão racial enquanto dado explicativo da exclusão, afastando do debate a moldura histórica que a produziu, a escravidão. Outro aspecto interessante é que o texto acaba sendo também um percurso pela formação das ciências sociais brasileiras e seus cânones, como escolas e matizes teóricos.

O artigo “Da teoria ao ato: refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo” trata dos desafios envolvidos no processo de realização, em ato, como sugere o título, de uma agenda antirracista no contexto da universidade pública brasileira. Elio Chaves Flores, Solange Rocha, Marco Aurélio Paz Tella e Cristina Matos analisam um projeto de multifrentes (formação, organização de arquivo digital e publicações didáticas) que coordenaram. Ao longo do texto, refletem sobre as demandas históricas do movimento negro, sobretudo no campo da educação, e que ensejaram as políticas públicas de combate ao racismo, das quais o próprio projeto analisado é tributário. A experiência de cada uma das frentes do projeto é pensada considerando o debate sobre reconhecimento e educação. As realizações e os desafios de cada uma dessas experiências oferecem elementos para a compreensão da complexidade das relações raciais no país e de uma agenda de combate a ele. É interessante perceber, por exemplo, como um curso de formação afeta as interpretações dos alunos sobre a etiqueta racial brasileira e os padrões de comportamento em relação à raça, bem como as críticas que fazem a uma educação

ainda parcial, uma vez que permanece omissa, apesar da Lei nº 10.639/03, em relação à história e a cultura africana e afro-brasileira.

O dossiê se completa com uma entrevista a Vagner Gonçalves, antropólogo e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), autor de clássicos como *O antropólogo e sua magia*. Pesquisador com larga experiência no campo das populações africanas e afro-brasileiras, sobretudo das religiões afro-brasileiras, Gonçalves reflete sobre sua trajetória de formação e de atuação. Nesse relato, oferece uma contribuição importante à reflexão sobre temas candentes do cenário nacional, tais como: o lugar das pesquisas sobre cultura africana e afro-brasileira nas universidades brasileiras; a crescente intolerância religiosa neopentecostal contras as religiões afro-brasileiras – lida por ele como uma das expressões do racismo brasileiro –; e o papel da “mão negra” na produção estética nacional.

Aos interessados no debate, desejamos uma ótima leitura.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale. **Um mar da cor da terra**: “Raça”, Cultura e Política da Identidade. Oeiras: Celta, 2000.
- ARAÚJO, Marta; Maeso, Silvia R. **Os Contornos do Eurocentrismo**: Raça, História e Textos Políticos. Coimbra: Almedina, 2016.
- ARAÚJO, Marta. Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In: CAPETILLO, Jorge A.; JACOBS, Glenn; KRETSEDEMAS, Philip A. (org.). **Migrant Marginality: A Transnational Perspective**. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 27-46.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - AG-ONU. **Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its eleventh session**: mission to Portugal, 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session21/A-HRC-21-60-Add1_en.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa sociedade brasileira**: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: Edufba; EGBA, 1996.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- CARRINGTON, Ben. **Race, Sport and Politics**. The Sporting Black Diaspora. London: Sage, 2010.
- CARVALHO, Noel dos Santos. **Cinema e representação racial**: O cinema negro de Zózimo Bubul. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CONSELHO DA EUROPA. Advisory Committee on the Framework Convention for the Protection of National Minorities. **Opinion on Portugal** (adopted on 6 October 2006; ACFC/OP/I(2006)002), Estrasburgo, 2007. Disponível em: <www.coe.int/t/dghl/monitoring/minorities/3_fcnmdocs/PDF_1st_OP_Portugal_en.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.
- EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE - ECRI. **Fourth report on Portugal**. Strasbourg: Council of Europe, 2013.
- _____. **Second report on Portugal**. Strasbourg: Council of Europe, 2002.
- GOLDBERG, David Theo. **The Racial State**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, sept. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>

- <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>>. Acesso em: 9 out. 2016.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- HESSE, Barnor. Im/Plausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.
- MAESO, Silvia Rodríguez; ARAÚJO, Marta. The Politics of (Anti-)Racism. Academic Research and Policy Discourse in Europe. In: HUND, Wulf D.; LENTIN, Alana (org.). **Racism and Sociology - Racism Analysis | Yearbook 5**. Berlin: Lit-Verlag, 2014. p. 207-237.
- MAMADOU BA. Bairro de Santa Filomena, atua a polícia onde falhou a política. **EsquerdaNet**, 23 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/opiniao/bairro-de-santa-filomena-atua-pol%C3%ADcia-onde-falhou-pol%C3%ADtica/25614>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- PAIXÃO, Marcelo et al. **Relatório anual da Desigualdades Raciais, 2010-2011**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- PINTO, Luis de A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Nacional, 1953.
- ROCHA, Solange; NOVAES, José A. da Silva. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista daABPN**, Florianópolis, v. 5 n. 11, p. 55-82, jul./out. 2013.
- RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- ROLDÃO, Cristina. Os afrodescendentes no sistema educativo, comunicação apresentada nos **Encontros Mensais sobre Experiências Migratórias**, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 27 de abril de 2016.
- SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço. **Tomo, Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia**, Sergipe, n. 24, p. 37-84, 2014.
- SILVÉRIO, Valter R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene. **Caminhos convergentes**. Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: F. Heinrich Boli; ActionAid, 2009.
- STAM, Robert. **Multiculturalismo tropical**: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros. São Paulo: Edusp, 2008.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.
- VAKIL, AbdoolKarim. Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese ‘Discoveries’ and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926. In: MAR-MOLINERO, Clare; SMITH, Angel. **Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula**. Oxford: Berg, 1996. p. 33-52.
- VALENTIM, Joaquim. **Escola, Igualdade e Diferença**. Porto: Campo das Letras, 1997.
- WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO/Cebela, 2016.
- Filme
 RAÇA. Direção: Joel Zito Araújo e Megan Mylan. Príncipe Productions e Casa de Criação Cinema; 104 min, 2012.

**O TURISMO E A ACADEMIA DA “IDADE DOS
DESCOBRIMENTOS” EM PORTUGAL:
o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial**

***THE ‘AGE OF DISCOVERIES’ TOURISM AND
SCHOLARSHIP IN PORTUGAL:
the silencing/reproduction of racism within the postcolonial loop***

Silvia Rodríguez Maeso*

Resumo

Este artigo analisa o que podemos denominar como loop pós-colonial da “Idade das Descobertas” a partir de dois contextos fortemente inter-relacionados – o turismo urbano e a academia – assim como a sua incorporação no discurso das políticas públicas relacionadas com a denominada “integração” e a “interculturalidade”. Em particular, o artigo examina a narrativa dominante do Museu Interactivo World of Discoveries do Porto e do trabalho académico sobre a história dos “descobrimientos” e a “expansão” portuguesa. Considero, para tal, que se configura uma pedagogia dos descobrimientos alimentada pela retórica identitária em torno da Europeidade e cujas formas contemporâneas se ancoram na culturalização da política que teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Argumento que a contínua renovação e centralidade do “culto dos descobrimientos” é possível enquanto a institucionalização do racismo seja silenciada na história do colonialismo e na actualidade. Finalmente, o artigo assinala algumas das estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais para interromper o loop pós-colonial e lutar contra o racismo fora dele.

Palavras-chave: “Idade dos Descobrimientos”. Loop Pós-colonial. Privilégio Branco. Silenciamento do Racismo.

Abstract

This article analyses what may be called as the postcolonial loop of the “Age of Discoveries” in two strongly interrelated contexts, urban tourism and academia, as well as its incorporation in the public policy discourse of so-called “integration” and “interculturality”. In particular, the article examines the dominant narrative in the Interactive Museum World of Discoveries in Porto and in the academic work about the history of the Portuguese “discoveries” and “expansion”. Accordingly, I consider that it is developed a pedagogy of the discoveries, fuelled by the reproduction of Europeanness and whose contemporary forms are anchored in the culturalisation of politics that took place since the second half of the nineteenth

* Doutora em Sociologia e Política pela Universidade do País Basco, Investigadora Principal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: srodrig@ces.uc.pt

century. I argue that the continuous renewal and centrality of the “cult of the Discoveries” is possible while the institutionalisation of racism is silenced in the history of colonialism and in the present. Finally, the article points out some political strategies developed by social movements to interrupt the postcolonial loop and to fight against racism outside it.

Keywords: “Age of Discoveries”. Post-colonial Loop. Silence about Racism. White Privilege.

Habitar num *loop* (pós)colonial

[...] é curioso notar como falta imaginação ao repisar dos argumentos contra a denúncia dos crimes dos portugueses e como são sempre os mesmos três ou quatro pobres argumentos, só que apresentados com uma veemência que, infelizmente para os seus defensores, nem por isso os transforma em verdades indiscutíveis (BARRADAS, 1998, p. 9).

Na linguagem da programação de computadores, um *loop* é uma estrutura de repetição utilizada para executar uma instrução ou um conjunto de instruções várias vezes, enquanto uma condição se verificar. Um dos tipos de estrutura de repetição é o *loop while*: *enquanto* uma condição se verificar, as instruções são executadas indeterminadamente¹. Como tal, afigura-se interessante mobilizar este conceito com vista a analisar a estrutura narrativa da “Idade dos Descobrimentos” e a relevância da sua performatividade na configuração actual de um imaginário da *nação* portuguesa como uma *nação global e intercultural*. O silenciamento dos processos de violência, assim como das lutas políticas anticoloniais e antirracistas, é a condição de possibilidade para a reprodução do “culto dos Descobrimentos” (POLANAH, 2011). Considera-se, portanto, que esta narrativa reproduz um conjunto de afirmações e argumentos, *enquanto* o racismo seja silenciado, mais especificamente, *enquanto* se silencia o racismo como produto de formas de governo coloniais e os seus legados no contexto pós-colonial português e europeu contemporâneo.

Assim, este artigo procurará analisar o que podemos denominar como *loop* pós-colonial da “Idade dos Descobrimentos” a partir de dois contextos fortemente inter-relacionados: o turismo urbano e a academia. Além do mais, analisarei igualmente a forma como este *loop* tem vindo a ser incorporado pelas políticas públicas relacionadas com a denominada “integração” das minorias étnicas e da população resultante da imigração pós-colonial.

A ubiquidade da narrativa da “Idade dos Descobrimentos” no quotidiano político, cultural e socioeconómico, em Portugal, produz uma constante sensação de se estar confinada, intencionalmente ou não, a este *loop* pós-colonial. Num trabalho anterior, considerámos a “Idade dos Descobrimentos” como uma narrativa contemporânea fundamental à construção da ideia de Europa, bem como o seu suposto lugar na produção da história *universal* (ARAÚJO; MAESO, 2015, p. 14-18). Isto é, como uma narrativa da modernidade que geralmente enfatiza o

¹ Agradeço a Alberto Pereira a sua ajuda na compreensão deste conceito.

papel de Espanha e Portugal como *marco histórico* da denominada “expansão europeia” através da “exploração” de novas rotas. Embora no contexto espanhol se enfatize o “encontro” com *o Novo Mundo*, a América, em Portugal consideram-se as “realizações” portuguesas, “sob essa égide expansionista ‘dar novos mundos ao Mundo’, que sublinha uma persistente ligação nacional à grande parte da sua velha identidade imperial”, tal como foi reafirmado na Exposição Universal de Lisboa, em 1998 (POLANAH, 2011, p. 57).

Como tal, este *loop* repete a narrativa da “realização” (WALLERSTEIN, 1997) – através das noções comumente aceites de “aventura” e “exploração” – em conjunto com as condições sobre as quais uma crítica à ideologia e às governamentalidades coloniais pode ser feita. Ana Barradas, jornalista, tradutora e activista anticolonial, descreveu certeira, na introdução à segunda edição do seu livro *Ministros da Noite*², os principais argumentos que domesticam esta “crítica”:

É verdade que nem todos cantam loas. Concedem os espíritos liberais que na “epopeia” da expansão também houve algumas “manchas”. Isto soa a progressista, mas visto de perto não é tanto. Distinguem o lado mau e o lado bom, para poder salvar o famigerado “espírito dos descobrimentos” (BARRADAS, 1998, p. 12).

Assim, estes são os argumentos que configuram a ideologia colonial moderna e a produção dos termos da sua legitimidade política, desde o fim do século XV, e que estão em contínua renovação:

Dizem eles que os povos que encontrámos não viviam no paraíso antes se matavam e escravizavam; os portugueses não foram os únicos, outros excederam-nos em crueldade; não se pode medir os acontecimentos pelos padrões actuais; na história, todos os avanços se fizeram à custa de violências e conquistas (BARRADAS, 1998, p. 10).

O colonialismo aparece, assim, como um processo de “libertação” dos povos da “tirania” da sua organização política e da sua cultura, no qual todos cometeram “excessos”, isto é, o colonialismo configura-se como o exercício *necessário* de uma violência *sacrificial* que configura o “mito da modernidade” (DUSSEL, 2008), precisando, para tal, silenciara “forte resistência que, desde o início, os vários povos contactados opuseram aos desígnios escravagistas dos portugueses” (BARRADAS, 1998, p. 11). É nesta dupla despolitização da memória e da história públicas do colonialismo – a história da violência como uma história “partilhada” entre colonizadores e colonizados, por um lado, e o apagamento das lutas políticas anticoloniais, por outro – que a narrativa dos descobrimentos se configura como um discurso histórico sobre a “Europa” e sobre “Portugal”, as fronteiras entre a

² Uma colectânea de textos recolhidos quase inteiramente da historiografia portuguesa, do século XV ao século XX, que testemunham não só a violência inerente ao processo e à administração coloniais, bem como o seu silenciamento e o silenciamento da resistência ao colonialismo português.

europiedade e não europiedade e a sua tradução na raça, e codificados, em particular, pela cor e a marca corporal (ver HESSE, 2007).

Mais especificamente, neste artigo analisarei a reprodução contemporânea do *loop* pós-colonial na narrativa dominante no Museu Interactivo World of Discoveries (WoD) do Porto e no trabalho académico sobre a história dos “descobrimientos” e a “expansão” portuguesa. Considero, para tal, que em ambos os espaços se configura uma *pedagogia dos descobrimientos* alimentada pela retórica identitária em torno da *europiedade* forjada a partir dos séculos XV-XVI³, cujas formas contemporâneas se ancoram na culturalização da política que teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Este processo foi responsável por vincar tanto a exibição das “realizações” do imperialismo e da ciência colonial como o *voyeurismo* racista sobre os ‘outros’ colonizados⁴. Tem sido este um fenómeno sobretudo euro-americano de *patrimonialização* do paradigma eurocêntrico de produção de conhecimento (QUIJANO, 2000; DUSSEL, 2000) que, no caso de Portugal, foi fortemente impulsionado pelo “discurso nacionalista do republicanismo do último tercio do século XIX” que “primeiro reduziu efetivamente o carácter histórico e nacional danado à ‘Idadedos Descobrimientos’ e, seguidamente, a incorporou simbolicamente na figura de Camões” (VAKIL, 1995 p. 136). Ao longo do seu trabalho, Vakil considera como o sucesso deste discurso descansou na sua “retórica identitária – a reductiva transferência circular, ea junção dos termos: tradição nacional – momento histórico paradigmático – Descobrimientos – Colonialismo – Republicanismo” (VAKIL, 1995, p. 136). A sua análise sublinha a pluralidade de formas de incorporação dos “descobrimientos” por diferentes correntes ideológicas – republicanas e monárquicas – na “luta pelo controlo do imaginário nacional” que se intensificou no período entre 1912-1940. O *loop* pós-colonial, na actualidade, assenta também nessa mesma retórica identitária, mas a dimensão apologética do colonialismo e do imperialismo civilizatório é *aparentemente* expulsa dessa cadeia de significantes, na qual o discurso científico-historiográfico adquire um lugar fulcral. A legitimação científico-académica (sobre tudo desde a historiografia e a antropologia) foi também fulcral na reprodução do discurso lusotropicalista (as teses da *excepcional* capacidade portuguesa para a interação pacífica com outras culturas e raças) em Portugal desde os anos 1930, e em especial na ideologia nacional-imperialista do regímen ditatorial do Estado Novo (ver CASTELO, 1999). O discurso científico acaba por ter não só a capacidade de sobredeterminar o significado dos “Descobrimientos”, enquanto momento paradigmático da história nacional e universal, como também de produzir as condições para a sua legitimação/naturalização. A contínua “reciclagem institucional dos ‘Descobrimientos’” (VAKIL, 1996, p. 36) é, portanto, analisada, neste artigo, como parte do “exercício diferencial do poder que possibilita algumas narrativas e silencia outras” (TROUILLOT, 1995, p. 25).

3 Ver Araújo e Maeso (2015, p. 18-25).

4 Sobre os museus e exposições coloniais em Portugal, ver, entre outros trabalhos, Matos (2006, 2014) e Polanah (2011).

O turismo colonial-urbano: da Lisboa ao Porto dos “descobrimientos”

Parece-me inacreditável que no dia em que se celebram os 40 anos do 25 de Abril, se inaugure uma nova edição da Exposição Colonial Portuguesa, que apela ao orgulho patriótico pelo projecto colonialista português, contra o qual o 25 de Abril também se ergueu. [...] Espero que o museu inclua também uma reprodução interactiva de um navio negreiro e de um auto-de-fé. (Comentário *online* à notícia “A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimientos”. (PÚBLICO, 25/04/2014, p. 25).⁵

O museu WoD⁶ abriu ao público no dia 25 de abril de 2014, quadragésimo aniversário da chamada “Revolução dos Cravos” – evento que, num contexto de guerra contrarrevolucionária frente aos movimentos de libertação nacional, se converteu no ponto de inflexão do processo de transição democrática de Portugal e da independência dos países colonizados pelo estado português. Posteriormente, a 6 de maio do mesmo ano, na inauguração oficial do museu, Pedro Passos Coelho – então primeiro-ministro – proferiu declarações optimistas em relação à saída de Portugal da “crise económica” através da evocação do “empreendedorismo” supostamente característico do “espírito dos descobrimientos” (LUSA, 2014): “Precisamos de nos reencontrar com esse espírito cosmopolita que nos levou aos quatro cantos do mundo, desta capacidade extraordinária de nos darmos com os outros num mundo global” (LARGUESA, 2014). Na sequência deste acto, vários jornais publicaram uma foto do primeiro-ministro ao lado de Mário Ferreira – presidente do grupo empresarial Mystic Invest, dedicado ao sector turístico, no qual o WoD está integrado⁷ – numa das pequenas embarcações que permitem aos visitantes fazer o percurso pelo “oceano navegável”, desde “o Porto dos Descobrimientos” até o Brasil, imitando as *conquistas*, o *contacto cultural* e as descobertas dos portugueses desde o início do século XV. Assim, o WoD consolida o lugar da cidade do Porto no que poderíamos denominar como turismo colonial em Portugal, tradicionalmente centrado em Lisboa, na chamada “Rota dos Descobrimientos”, que inclui visitas ao Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém e ao Padrão dos Descobrimientos⁸.

5 Trata-se comentário à matéria de autoria de Sara Gerivaz (2014).

6 A análise aqui apresentada baseia-se na revisão de materiais de apoio e de informação produzidos pelo WoD, assim como na observação realizada durante uma visita ao museu no dia 11 de novembro de 2015.

7 O projecto apresentado pela Mystic Invest venceu o concurso público lançado pela Câmara do Porto em julho de 2011 e está situado nos antigos armazéns da Real Companhia Velha, em Miragaia, no centro histórico do Porto, adquiridos pelo empresário Ferreira. O projeto se beneficiou do apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional da União Europeia. O processo de concessão e o próprio projecto não estiveram isentos de polémica no âmbito da política local (ver LUSA, 2012). Em 2012, Manuel Correia Fernandes, vereador do Partido Socialista, afirmou que “a epopeia dos Descobrimientos merecia um tratamento mais significativo do que este parque temático ou comboio-fantasma de caravela das feiras populares” (LUSA, 2012).

8 São numerosas as empresas de turismo que oferecem o “Tour dos Descobrimientos”; ver, por exemplo, as

Ao longo da visita ao museu, podemos distinguir três secções, complementadas por uma loja e um restaurante. A primeira secção, a “Sala Intentos e Inventos”, é dedicada ao conhecimento geográfico e às técnicas de navegação, incluindo réplicas dos tipos de instrumentos e dos navios utilizados nas navegações portuguesas. No espaço “Mundos ao Mundo, os visitantes podem seguir a “evolução” do conhecimento geográfico através de globos digitais em 4D que oferecem uma imagem do mundo “conhecido” em diferentes períodos. Aqui podem consultar-se também, em ecrãs multitácteis, breves biografias de navegadores (e.g. Infante D. Henrique, Gil Eanes ou Cristóvão Colombo), cientistas (e.g. Garcia de Orta), historiadores e poetas (e.g. João de Barros, Luís Vaz de Camões). Uma segunda zona é constituída por duas salas que representam o interior da nau “Carreira da Índia” e o trabalho de um estaleiro naval, que inclui réplicas dos vários componentes dos cascos dos navios e um manequim de um carpinteiro naval a trabalhar peças de madeira. Os ecrãs interactivos ilustram a “dureza do quotidiano” dos tripulantes dos navios, bem como as diferentes mercadorias que eram transportadas nas diferentes rotas comerciais, como as especiarias. Finalmente, uma terceira secção leva os visitantes ao cais de embarque para percorrer a já mencionada rota desde Portugal até o Brasil, incluindo passagens pelo Norte de África, a “África Negra”, as “Florestas tropicais”, a Índia, Timor, a China-Macau eo Japão”. As embarcações possuem ainda audioguias para seguir as explicações do percurso, disponíveis em seis línguas diferentes, e que se pode consultar também na brochura intitulada “Todos a bordo!” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015).

Em seguida, centrar-me-ei em dois aspectos que considero fundamentais para compreender o significado do WoD no actual contexto político-académico. Em primeiro lugar, considero que estamos perante um “culto dos descobrimentos” (POLANAH, 2011) que se vem a consolidar, como já referimos, desde finais do século XIX com a política nacional de comemorações e apresentações nas exposições internacionais. Esta política foi especialmente encorajada pelo tumulto político em torno do “ultimato britânico” (1890) que animou a retórica nacionalista/imperialista enquadrada nas disputas diplomáticas e na arbitragem internacional sobre o “princípio dos direitos históricos” (TEIXEIRA, 1987, p. 690). É neste contexto que se configura “uma verdadeira indústria cultural”, que se estende dos monumentos até as instituições científicas, mas “todos dedicados à glorificação do

que se encontram disponíveis em: <http://www.lisbonecotours.com/tours/tour_descobrimentos_268_pt>; <<http://www.greentour.pt/pt/project-view/epic-discoveries-tour>>; <<http://www.southtagustours.com/tour/31/tour-helicopteros--rota-dos-descobrimentos-10-min/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

9 Refere-se ao memorando dirigido ao Governo Português em janeiro de 1890, pelo Governo Britânico de Robert Gascoyne-Cecil, Marquês de Salisbury, através do seu Enviado em Lisboa, George Prette. O documento exigia a retirada das tropas portuguesas de extensas regiões pertencentes actualmente aos estados de Zimbabue, Zâmbia e Malawi. O conflito político deriva das resoluções em torno da política colonial ocidental e o novo Direito Internacional Colonial resultantes da Conferência de Berlim de 1884-1885 que desestimou o chamado “princípio da legitimidade histórica” (a prioridade da “descoberta”) como fonte de legitimidade sobre os territórios colonizados.

passado expansionista da nação e os seus ‘heroicos’ protagonistas (Luís de Camões, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, e o Infante Dom Henrique)” (POLANAH, 2011, p. 42). Na sua versão actual, o “culto dos descobrimentos”, patente no WoD, ilustra a confluência da iniciativa privada com a política pública local e o trabalho académico. Desta forma, os discursos do “empreendedorismo” e da renovação urbana mediada pelo turismo ligam-se àqueles da inovação no ensino da história com as tecnologias multimédia e o entretenimento das visitas de estudo¹⁰. O museu é, portanto, um exemplo paradigmático da consolidação dessa indústria cultural (académico-política e turística) dos “descobrimentos” desde a transição democrática, sobretudo, no período 1988-2000, com os trabalhos da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – CNCDP (VAKIL, 1996, p. 35-37; ARAÚJO, MAESO, 2015, p. 74-77) e a organização da Exposição Mundial de 1998 em Lisboa (POWER; SIDAWAY, 2005). A coordenação e produção de conteúdos históricos do museu estão a cargo do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese) da Universidade do Porto, sob direcção dos professores Luís Adão da Fonseca¹¹ e Fernando de Sousa¹². A narrativa dominante no WoD dá continuidade à *filosofia da história positivista* da febre comemoracionista iniciada no final do século XIX, responsável pela produção de uma síntese entre o ideário nacionalista e o imaginário eurocêntrico da modernidade: “A Idade de Ouro de Portugal – o período de convergência da história nacional e universal, quando seu carácter cultural foi supostamente revelado – foi equiparado com a Expansão e o espírito dos ‘Descobrimentos’; uma época de afirmação nacional, mas também de pioneirismo científico e ‘modernidade’” (VAKIL, 1996, p. 44).

A profusão de datas, viagens, rotas, dados biográficos, artefactos e tecnologias, produzem “eventos” assumidos como autoevidentes (*factos* da história) e, mais importante ainda, (re)produzem subjectividades e entidades histórico-políticas – Homem branco, Renascimento, Ocidente, Portugal – com as quais fazemos sentido e interpretamos o presente segundo o paradigma eurocêntrico hegemónico, ou seja, recriamos um passado a partir de determinadas relações de poder actuais (ver TROUILLOT, 1995, p. 16). Assim, as “narrativas geográficas” do pioneirismo europeu/português das exposições coloniais que celebravam o “auto-confiante ‘Ocidente’” ao mesmo tempo que se “parodiava o não-Ocidente”, são agora reformuladas, como assinalam Power e Sidaway (2005, p. 872) na sua análise da Expo 98, “nas celebrações tecnológicas e de mercadorias”. No WoD, esta reformulação enquadra-se na chamada “nova museologia” que, segundo Ana Torres, directora do

10 O museu dispõe de um Serviço Educativo que tem a seu encargo programas de visita para as escolas e ofertas especiais para os professores.

11 Adão da Fonseca, professor catedrático de História Medieval, tem sustentado cargos de grande relevo no âmbito da política comemorativa e identitária em Portugal: Vice-Presidente (1989-1992) e presidente do conselho científico (1992-1996) da CNCDP, e Presidente do Instituto Camões (1992-1995).

12 Fernando de Sousa, professor catedrático de História Contemporânea, foi deputado do Partido Socialista (1983-1985 e 1991-1999) na Assembleia da República, períodos nos quais foi membro da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia.

museu, assume que “os museus deixaram de ser lugares de objectos para passarem a ser museus de emoções”¹³. Tal acontece uma vez que os visitantes são chamados a colocar-se no lugar dos “navegadores” e, como é anunciado no vídeo promocional¹⁴ e nos folhetos disponíveis na entrada do museu, o objectivo é que o visitante “Reviva a História que mudou o mundo”; “Viva e sinta a quatro dimensões os eventos mais marcantes da odisseia dos descobrimentos”.

Em seguida, examinarei mais detalhadamente a reprodução desta subjectividade branca/ocidental através da linguagem e da *espectacularidade* dessa “nova museologia” para ilustrar o que considero ser o segundo aspecto central na análise do WoD. A estrutura discursiva da “Idade dos Descobrimentos” naturaliza e legitima uma “perspetiva portuguesa/europeia” da história que – através da narrativa épica – projecta um “nós” *universal* – o *ego conqueror* que define a subjectividade moderna ocidental (DUSSEL, 2008) – que “dá início” à *globalização*: “Os Descobrimentos lançaram a *humanidade* numa *era de globalização* e mudaram para sempre a nossa relação com o planeta”¹⁵. Nesta pedagogia dos descobrimentos, infere-se a presença de um subtexto assente no *loop* pós-colonial (i.e. temos de contar o lado positivo e o lado negativo da “expansão”; é natural que os povos contem a história a partir da sua perspetiva; os processos de violência são inerentes à acção humana; os descobrimentos facilitaram o encontro entre culturas como nunca antes na história da humanidade...) dirigido a um público que se assume situado no lugar do privilégio branco¹⁶ (i.e. uma “inocência racial” que permitiria aos visitantes “ignorar” os silenciamentos da narrativa hegemónica). Por exemplo, se nos centrarmos na estrutura narrativa veiculada tanto pelos cenários construídos à escala real como pelos textos dos audioguias que acompanham o percurso desde Portugal até ao Brasil, veremos que se estabelece uma hierarquização racial dos povos “descobertos” ou das “civilizações” com as quais os portugueses se “encontraram” e relacionaram, muito semelhante à que encontramos nos manuais de História no ensino básico (ver ARAÚJO; MAESO, 2015, p. 104-114). Assim, a narrativa que acompanha a “passagem” pela “África Negra” explica:

Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas e abre passagem para o Índico. Mas até à viagem que consumaria a chegada à Índia distam ainda 10 anos. Durante este tempo exploramos a costa e o interior de África, encontrando formas de financiar a nossa gesta e reunindo mais informação

13 Apresentação na 8ª edição do Salão das Viagens de Negócio, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ggFtnOI18FQ>>. Acesso em: 15 mar.2016.

14 Disponível em: <<https://vimeo.com/104932292>>. Acesso em: 16 mar. 2016. Ver também o *site* do museu disponível em: <<https://www.worldofdiscoveries.com/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

15 Descrição do museu (“Quem Somos”) no *site*, disponível em: <<https://www.worldofdiscoveries.com/museu/quem-somos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

16 Como identificou Peggy McIntosh na sua análise do modo como o privilégio branco estrutura as relações sociais e políticas no nosso quotidiano: “Quando me falam sobre o nosso património nacional ou sobre a ‘civilização’ é-me mostrado que foram as pessoas da minha cor que o fizeram assim” (MCINTOSH, 1988, p. 6).

sobre o Oriente. *Aqui viemos descobrir povos bastante mais organizados e hábeis nas mestrias da caça e guerra do que alguma vez havíamos imaginado* (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 6, grifo nosso).

A recriação do “interior da África Negra” (ver Figura 1) segue certo imaginário do “povo africano primitivo”, onde a negritude é imaginada mimetizando-se numa paisagem “nua”, assim como através da encenação do desenvolvimento de “mestrias” mais rudimentais (e.g. a caça com lanças). O “nós explorador” arroga-se o direito de conceder graus de “civilização”.

Figura1 - Passagem pela “África Negra”



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

As recriações das chegadas à Índia ou ao Japão apresentam civilizações com uma maior sofisticação cultural e política. Por exemplo, no caso da Índia, é representado o encontro entre Vasco de Gama e o Samorim de Calecute (ver Figura 2) – um dos tópicos recorrentes na iconografia dos “descobrimentos” – como foi relatado em *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões: “A chegada da nossa armada deve-se a um dos mais bravos homens desta aventura, de seu nome Vasco de Gama, Eilo [...] recebido com pompa e circunstância, ainda que depois de alguma resistência, pelo Samorim de Calecute” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 9).

Figura 2 - Chegada à Índia. Vasco da Gama e Manavikraman Rajá,
Samorim de Calecute



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

Um segundo exemplo corresponde ao *silenciamento* e *trivialização* da escravização racial e o estabelecimento do mercado transatlântico (ver TROUILLOT, 1995). Na passagem pelas “florestas tropicais”, podemos ouvir: “Estamos nas florestas tropicais, ou equatoriais, a nossa porta de acesso ao desconhecido. Através das suas vias fluviais organizamos expedições que partiram do litoral para o interior, com o objectivo de *angariar escravos* e encontrar metais preciosos” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 7, grifo nosso). Esta objectificação do “escravo” silencia a violência inerente ao processo de escravização, assim como os seus contornos raciais e a emergência de uma nova estrutura de governo e de legitimidade política. Este silenciamento é naturalizado através da narrativa hegemónica sobre a ubiquidade da escravatura, do argumento de que “já eram escravos”, vendidos pelos próprios africanos (ver NIMAKO, 2015). Por sua vez, a “chegada” ao Brasil ilustra-se através da “primeira missa” e do interior de “um engenho do açúcar e o ambiente típico de uma senzala” (WORLD OF DISCOVERIES, 2014, p. 6) – “ambiente” este representado por dois “escravos” a dançar capoeira (ver Figura 3). Não obstante, a narração do audioguia não faz referência explícita à escravização, mas só à “descoberta” das minas e à “migração portuguesa”, e à expansão da língua:

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, o estado aumentou o seu controlo com o objetivo de organizar os tributos sobre as novas riquezas. Nesta altura, milhares de portugueses migraram para o Brasil e o português afirmou-se como língua nacional (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 17)

Figura 3 - Brasil: um engenho do açúcar e “o ambiente típico de uma sanzala”



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

A trivialização da escravização racial nas Américas e do sistema de campos de trabalho – das “plantações” e dos “engenhos” –, através da música e das danças das populações negras escravizadas é comum, por exemplo, nos manuais de história portugueses (ARAÚJO, MAESO, 2012; ARAUJO, MAESO, 2015, p. 125-126); esta narrativa relaciona-se com a reprodução de um imaginário que despolitiza o colonialismo através da sua representação como espaço da “multiculturalidade” e do “encontro de culturas”¹⁷.

¹⁷ O enquadramento das narrativas sobre o colonialismo na celebração da “multiculturalidade” ou o “contacto entre culturas” tem sido um aspecto central nos processos de mudança institucional dos antigos museus coloniais, construídos principalmente no período entre 1880 e 1930, em contextos europeus. A análise destes processos tem sido, muitas vezes, pouco crítica com estas “novas” narrativas, e continua a se afirmar uma sorte de “compatibilização” entre a celebração dos “descobrimientos” de outras culturas com uma compreensão da “complexidade” da “situação colonial”. Assim, por exemplo, o historiador australiano Roberto Aldrich conclui o seu estudo sobre a renovação de museus coloniais no Reino Unido, França, Holanda e Bélgica como segue: “Talvez um dos legados do mundo colonial – com todas as ressalvas relevantes que poderiam ser adicionadas – é um senso de curiosidade pelo resto do mundo inculcado pelos antigos museus coloniais, um desejo de descoberta que os museus pós-coloniais – com várias críticas que podem ser avançadas – estão a tentar dar atenção. Despertar e satisfazer a curiosidade pelo mundo de hoje em dia é um das tarefas dos herdeiros dos museus coloniais, mas sem negar as condições coloniais e a complexa história por trás das maravilhas em exposição” (ALDRICH, 2009, p. 154). Para uma abordagem crítica do processo de renovação do Museu Real da África Central (Tervuren, Bélgica) e o discurso da multiculturalidade, ver Hasian; Wood (2010).

A academia dos “descobrimentos”: a renovação de uma “pedagogia ecuménica”

A ideia de criar um museu dedicado ao tempo dos “descobrimentos” não é nova. No âmbito do Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e, em particular, do trabalho da equipa que desenvolveu a chamada técnica “História ao Vivo”¹⁸, foi proposto – sem sucesso¹⁹ – um projecto de:

[...] “museu” onde fosse recriado o quotidiano da época quinhentista e onde as acções realizadas, neste âmbito, com os alunos das escolas pudessem ter continuidade. Não se trataria de um museu no sentido tradicional do termo, mas de um espaço lúdico e de recriação da história nacional (GRUPO DE TRABALHO, 2001, p. 25).

O Grupo de Trabalho foi formalizado em 1989, com o apoio do Ministério de Educação, então dirigido por Roberto Carneiro, como uma estrutura autónoma ao abrigo da CNCDP, para produzir materiais didácticos e promover diferentes iniciativas (e.g. visitas de estudo, exposições) com as escolas e professores do ensino básico e secundário – Despacho conjunto nº 15/ME/MAJ/89 (PORTUGAL, 1989); o Grupo foi inicialmente presidido pelo historiador dos “descobrimentos”, Luís de Albuquerque.

As iniciativas desenvolvidas pela CNCDP (1986-2002)²⁰ têm sido importantes para a promoção do trabalho académico sobre os “descobrimentos” e a “expansão”, bem como para a sua divulgação no ensino básico e secundário. A coordenação destas actividades esteve a cargo do Conselho Científico da comissão, criado em 1988, e presidido por historiadores como Luís de Albuquerque, Luís Adão da Fonseca, Joaquim Romero Magalhães e Luís A. de Oliveira Ramos. As actividades da CNCDP e do Grupo de Trabalho envolveram uma extensa rede de académicos, professores do ensino básico e secundário e autores de manuais escolares, assim como profissionais das áreas da museologia, do património e do teatro. Por exemplo,

18 Para uma descrição do trabalho desenvolvido nesta área pelo “Grupo” – sob a coordenação de Paula Bárcia, licenciada em História e professora do Ensino Básico –, em colaboração com a Associação Portuguesa de Museologia (APOM), ver Coelho (2009, p. 60-68).

19 Na síntese do trabalho do Grupo de Trabalho não é especificada a data em que este projeto foi pensado, mas é provável que fosse no período de 1990-1991. O Grupo explicou as diferentes razões que levaram a abandonar este projecto na altura: “falta de espaço adequado, de verbas, de equipa que pudesse assegurar a qualidade científica e técnica de um tal empreendimento que, de outro modo, podia correr o risco de cair na caricatura” (GRUPO DE TRABALHO, 2001, p. 25).

20 Um antecedente institucional foram as actividades e trabalhos desenvolvidos no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, organizada pelo Governo Português sob os auspícios do Conselho da Europa sobre a temática: “Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento” (maio-outubro 1983), cujo Comissariado foi instituído em 1981.

em 1990, foi “criado ‘um programa autónomo desenhado especialmente para apoiar actividades relacionadas com a investigação, a história dos descobrimentos e as relações com as universidades”²¹ (OLIVEIRA, 2003, p. 4). O seu objectivo foi, simultaneamente, “preparar novos investigadores, investigar as fontes e publicá-las, e organizar programas de investigação” (OLIVEIRA, 2003, p. 4). Neste contexto, a comissão deu apoio ao desenvolvimento de cursos de pós-graduação nesta área de estudos na Faculdade de Letras das Universidades do Porto e Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Auxiliou diversas actividades no Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra (OLIVEIRA, 2003, p. 4) e auspiciou a inauguração da *Cátedra Vasco da Gama* em História da Expansão Europeia no *Instituto Universitário Europeu de Florença*, em 1991, com um professor permanente e um programa de bolsas de doutoramento (OLIVEIRA, 2003, p. 5)²².

Estamos, portanto, perante um processo de investimento no conhecimento académico sobre a “expansão” e os “descobrimentos” nas universidades públicas portuguesas durante as décadas de 1990 e 2000. A sua compreensão requer uma análise que considera os processos políticos mais amplos de desenvolvimento de iniciativas sobre a chamada “integração”, a “diversidade cultural” e o “multiculturalismo” no contexto europeu que têm como pano de fundo a produção política da “imigração” e a “gestão da diversidade cultural” como questões centrais de *intervenção*. Isto é, a renovação do “culto dos descobrimentos” no trabalho académico e no espaço educativo mais amplo, assim como o papel de diferentes representantes político-académicos no seu desenvolvimento estão inter-relacionados com a criação de uma semântica e de um leque de políticas públicas em torno da “integração” e da “interculturalidade”²³, no contexto português, a partir dos anos 1990.

Irei, agora, debruçar-me mais especificamente sobre a relevância adquirida pelo discurso que assume a centralidade do conhecimento científico na “desmistificação” de noções e narrativas prévias sobre os “descobrimentos”, assim como na semântica da “globalização/mundialização” na renovação da filosofia positivista que objectiva a “realidade” da “expansão”. O historiador Francisco Contente Domingues foi entrevistado pelo jornal *Público* por ocasião da publicação de uma nova edição do *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*, editada pelo Círculo dos Leitores, e que renova a obra *Dicionário de História dos*

21 Ver CNCDP (1991).

22 O historiador indiano Kirti N. Chaudhuri (SOAS, Universidade de Londres) foi o primeiro professor a ocupar a cátedra (1991-1999); o Governo português, através do Ministério de Negócios Estrangeiros, tem mantido a cátedra, que é hoje denominada Cátedra em História Colonial e Póscolonial europeia, e é dirigida, desde 2010, pelo professor Jorge Flores, doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa, e que realizou já diversas actividades no âmbito da CNCDP.

23 Para uma análise crítica dos discursos e políticas públicas em torno da imigração e a “integração” em Portugal, ver Araújo (2013) e Maeso e Araújo (2013).

*Descobrimientos Portugueses (1994)*²⁴, então sob a direcção de Luís de Albuquerque, e na qual Contente Domingues também participou. No artigo intitulado “Ainda é correcto falar de descobrimentos?” (SALEMA, 2016), o historiador defendeu a validade da sua utilização atendendo à sua qualidade como termo “relativo”, ou seja: “O ‘descobrimento’ faz sentido em função do património geográfico da realidade cultural e civilizacional de onde emana o ‘descobridor’” (SALEMA, 2016, p. 39). Este argumento é reforçado em nome da “mundialização” que os “descobrimientos” teriam iniciado e é neste contexto que a discussão sobre a sua pertinência parece não deixar lugar para dúvidas: “Seja qual for a volta que se der, nomeadamente por parte dessas culturas por *se sentirem afectadas negativamente* pela chegada dos europeus, criou-se uma visão cosmopolita do mundo que não existia” (SALEMA, 2016, p. 39, grifo nosso). Finalmente, Contente Domingues assinalou a necessidade de refutar certos “mitos” como aqueles presentes nos discursos de antigos mandatários como Mário Soares²⁵ ou Aníbal Cavaco Silva²⁶, que defendem que “o que nos movia era o conhecimento” ou que apresentam a Escola de Sagres²⁷ como um exemplo de investigação e desenvolvimento. Segundo Contente Domingues: “Isto são ideias completamente falsas. Em primeiro lugar porque a Escola de Sagres não existiu, em segundo lugar ninguém estava a fazer investigação” (SALEMA, 2016, p. 40); isto é, para o historiador, não se pode interpretar o passado com preocupações actuais sobre a investigação científica, pois “nos descobrimientos estamos no domínio da contribuição para o conhecimento de novas coisas, não na reflexão sobre elas” (SALEMA, 2016, p. 40).

O posicionamento de Contente Domingues esvazia e despolitiza a discussão sobre o racismo, o colonialismo e os seus legados, através da reprodução de um “nós” europeu/português *universal* que é assumido como não racialmente constituído e nem atravessado pela construção moderna, hierárquica, do par sexo/género, mas como um “nós” civilizacional, cosmopolita, “fazedor” de um mundo ou de um “património geográfico”. Estamos, assim, perante a renovação do *ego conqueror* – que produz o humano universal como *sobrerrepresentado* pelo homem branco ocidental (ver WYNTER, 2003) – sem o qual a própria ideia de “Europa” e, portanto, da “descoberta de outros mundos” seria, em palavras de Michel-Rolph Trouillot, impensável:

24 Esta obra é geralmente incluída na bibliografia fundamental das disciplinas sobre a história da “expansão” e os “descobrimientos” nas universidades públicas.

25 Cofundador e Secretário-Geral do Partido Socialista entre 1973 e 1985, Soares foi Presidente da República entre 1986 e 1996.

26 Antigo líder do Partido Social Democrata, foi Primeiro-ministro durante duas legislaturas (1987-1991; 1991-1995) e Presidente da República entre 2006 e 2016.

27 Refere-se aqui à suposta existência de uma escola náutica e de cartografia em Sagres, na região do Algarve, fundada pelo Infante D. Henrique no século XV. As narrativas sobre a chamada “Escola de Sagres” enfatizam a ideia da centralidade de Portugal na formação de grandes “descobridores”, como Vasco da Gama e Cristóvão Colombo, assim como na investigação científica. Sobre a formação da “lenda” da “Escola de Sagres” e os debates historiográficos, ver João (2005).

Será que os europeus e os americanos brancos se lembram de ter descoberto o Novo Mundo? Nem a Europa como a conhecemos hoje, nem a branquitude [*whiteness*] como é vivida agora existia como tal em 1492. São ambos constitutivos desta entidade retrospectiva que agora designamos por Ocidente, sem a qual o “descobrimento” é impensável na sua forma actual (TROUILLOT, 1995, p. 16).

A argumentação de Contente Domingues revela como a reprodução do *loop* pós-colonial requer a contenção do conflito político em torno do racismo. Portanto, o racismo subjaz como uma ameaça de interrupção desse *loop* que solicita uma “justificação”, e encontramos aqui duas fundamentações: aquela que incide no ideal humanista como equivalente do antirracismo, entendido como um trabalho de “reparação de enviesamentos culturais”, e aquela que de um modo mais explícito deslegitima que a denúncia política ponha em xeque a narrativa da “expansão” ao colocá-la no âmbito da apreciação subjectiva: “por *se sentirem afectadas negativamente* pela chegada dos europeus”. A “crítica” fica, portanto, encapsulada no discurso sobre a cientificidade das interpretações e a representação *correcta* do “outro” (i.e. os “olhares” entre os diferentes povos e culturas, a apuração dos “factos” da expansão e dos seus protagonistas). E é neste sentido que a disciplina “História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa” – opcional ou obrigatória – tem continuado a ser leccionada na maioria das licenciaturas de História, Geografia e Arqueologia das Universidades públicas portuguesas. Denote-se que na licenciatura de História Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a mesma passou a designar-se, no ano lectivo de 2015/16, “História do Império, Colonialismo e Pós-colonialismo Português”²⁸.

Se olharmos para a descrição e o programa desta disciplina nas Licenciaturas de História das Faculdades de Letras da Universidade do Porto (FLUP)²⁹ e da Universidade de Coimbra (FLUC), assim como da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é denominada “História da Expansão Portuguesa” (FCSH)³⁰, podem apontar-se alguns dos aspectos até

28 Disciplina opcional no 1º ciclo; informação disponível em: <<https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80445/15781/2016-2017?type=ram&id=5381>>. Acesso em: 20 mar. 2016. A disciplina é ministrada na FLUC desde os anos 1920 e, desde a sua criação, em 1952, estava enquadrada na actividade docente do Instituto de História da Expansão Ultramarina que, em 1974, tomou a designação de Instituto de História da Expansão Ultramarina e do Colonialismo, mas voltando à sua antiga denominação em 1986. Em 1975, a disciplina também foi renomeada como “História do Colonialismo”, mas, em 1979, voltou a designar-se “História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa” (ver AZEVEDO E SILVA, 2002). Actualmente, o Instituto de História da Expansão Ultramarina é uma “Subunidade” de docência e investigação da Secção de História do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Arte da FLUC. Ver informação disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/iheu/historia/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

29 Disciplina obrigatória no segundo ano; informação disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=365210>. Acesso em: 20 mar. 2016.

30 Disciplina obrigatória no 1º ciclo; informação disponível em: <<http://www.unl.pt/guia/2015/fcsh/>>

agora discutidos. Em primeiro lugar, entre os objectivos e temáticas a abordar nos programas assinala-se o aprofundamento do estudo *crítico* da “expansão”: (i) “desenvolver uma abordagem capaz de suscitar uma análise crítica das problemáticas da história de Portugal relacionadas com a dinâmica do expansionismo português; Rever “mitos historiográficos’ relacionados com o expansionismo português” (FLUP); (ii) “reforçar[ão] as competências de análise histórica e crítica, em matéria da apreensão das motivações que levaram à opção expansionista portuguesa e das razões que explicam o sucesso da empresa” (FLUC); (iii) assim como a discussão sobre as diferentes interpretações e debates historiográficos (FCSH e FLUP). Em segundo lugar, é importante sublinhar que não há nenhuma referência explícita ao estudo de processos de violência, do racismo ou da escravização racial e à formação do mercado transatlântico. Figura mais como uma “presença ausente”³¹ nas referências aos “espaços ultramarinos” como “O Atlântico Sul” (FLUP), “A nova centralidade atlântica luso-brasileira” (FLUC) ou “A afirmação do eixo afro-atlântico” (FCSH). Finalmente, em terceiro lugar, aprecia-se a inclusão temática ligada ao estudo do “encontro de culturas”: (i) “Desenvolvimento de sensibilidade científica às questões de diferença antropológica e cultural e a questões de multiculturalidade” (FLUCP); (ii) “compreender a importância dos processos históricos dos povos extraeuropeus para a correcta interpretação da história da Expansão Portuguesa” (FCSH).

Podemos então argumentar que o enquadramento dominante dos programas desta disciplina ilustra como a actual academia dos “descobrimientos” e da “expansão” reproduz a semântica colonial dos espaços e impérios “ultramarinos” ancorada numa reivindicação de *rigor e sensibilidade científica*. Este apelo à objectividade científica continua a tradição positivista que reinscreve sistematicamente a “Europa” (e “Portugal”) como ideia e projecto político (ver HALL, 1992; WEST, 1993) através da sua naturalização como espaço político-cultural expansionistas e descobridores dos “outros” espaços “extraeuropeus”. É desta forma que a produção política da geografia “moderna” e os seus contornos raciais se tornam uma realidade *factual*. A chamada compreensão dos “outros” aparece assim enquadrada numa semântica despolitizada da diferença e o estudo das suas formações históricas permanece subjugado ao projecto historiográfico da “expansão”.

No entanto, a academia é só um dos âmbitos institucionais onde este projecto historiográfico é perpetuado e, como já aponte, estas continuidades devem ser compreendidas como parte de projectos políticos mais amplos, que reproduzem/silenciam o racismo em nome da retórica da “integração” e da “interculturalidade”. Como assinalava Ana Barradas há vinte anos: “Há um projecto imperialista que na nossa época continua vivo. Está representado nas afirmações segundo as quais os portugueses são, na Europa, os mais bem colocados para servirem de intermediários entre os negócios europeus e os povos que colonizamos” (BARRADAS, 1998, p. 14). Uma permanente renovação do “espaço da expansão histórica”,

UNLGI_getUC?uc=711051104>. Acesso em: 20 mar. 2016.

31 Expressão tomada de Michael W. Apple (2001).

[a]través da transformação da categoria “emigração” na categoria “diáspora portuguesa” ou “comunidades portuguesas”, exacerbando assim uma perigosa tendência no sentido do direito de sangue. E através da criação de um campo – político-cultural mais do que geo-estratégico ou económico – chamado “Lusofonia”, amparado pela CPLP (VALE DE ALMEIDA, 2003, p. 1).

Reflexões finais. A crítica antirracista ou como lutar fora do loop pós-colonial

Neste artigo, procurei analisar a actual “reciclagem institucional dos “Descobrimientos”” (VAKIL, 1996, p. 36), nos âmbitos do turismo e da academia, como um processo que permite examinar a centralidade do discurso científico-historiográfico na renovação de uma “pedagogia dos descobrimientos” e na produção das condições para a sua naturalização. Mais especificamente, a análise permitiu perceber os efeitos do investimento público na produção de conhecimento e no ensino da “expansão” desde a segunda metade dos anos 1980 – a partir do papel da CNCDP – e a sua inter-relação com os discursos e práticas políticas contemporâneas sobre a “interculturalidade” e a “integração da imigração/minorias étnicas”. Neste contexto, argumentei como o *loop* pós-colonial repete ininterrompidamente as estruturas narrativas e interpretativas da “Idade dos Descobrimientos” – i.e. a aventura, a mundialização, os lados positivos e negativos da “expansão”, o encontro de culturas – desde o lugar da confiança na “crítica científica”: contrariar os mitos, emendar representações preconceituosas.

O *loop pós-colonial* nutre-se de um “luso-tropicalismo genérico” que persiste “como interpretação do senso comum” e “como representação oficial” da identidade nacional (VALE DE ALMEIDA, 2000, p. 182) e, mais importante ainda, o oxímoro do “bom colonialismo” português reforça-se com esse outro consenso em torno “da ideia de que há que não falar em ‘raça’, para se evitar o racismo” (SANCHES, 2012, p. 11-12).

Persiste, neste contexto, uma moralização do debate sobre o racismo, que é entendido sobre tudo na forma do preconceito individual, o qual contribui para o silenciamento da sua natureza política e estrutural (MAESO; ARAÚJO, 2013). Acrítica antirracista não pode obviar o *loop* dos “descobrimientos”, mas deve ser uma crítica que permaneça *fora* dele, que interrompa o ciclo de repetições desde a enunciação do *conflito político*. Esta luta precisa que abandonemos certas questões para formular outras. Neste sentido, Achille Mbembe reflectia assim, recentemente, em relação ao debate sobre a descolonização da universidade na África do Sul e especialmente sobre o conflito levantado pelo Movimento Rhodes Deve Cair [*Rhodes Must Fall*]³²:

32 O Movimento começou em março de 2015 e foi constituído por estudantes, professores e funcionários da Universidade de Cidade do Cabo (Joanesburgo) com o objectivo de lutar contra o racismo institucional na universidade. Uma das suas iniciativas tem sido a campanha para retirar a estátua do colonizador Cecil

O debate [sobre a estátua de Cecil Rhodes], portanto, nunca deveria ter sido sobre se a estátua deve ou não ser derrubada. Desde o início, o debate deveria ter sido sobre por que demorou tanto tempo em ser derrubada. Derrubar a estátua de Rhodes está longe de ser um apagamento da história, e ninguém deveria estar a pedir-nos que estejamos eternamente agradecidos a Rhodes por ter “doado” o seu dinheiro e por ter deixado como herança a “sua” terra à Universidade. Para começar, se há algo que devemos perguntar-nos é: como é que ele adquiriu o terreno? (MBEMBE, 2015, p. 3).

Em consonância com a chamada de atenção de Mbembe, o debate político sobre a “Idade dos Descobrimentos” não pode ser reduzido a discutir se devemos utilizar a palavra “descobrimentos” ou “colonialismo”, ou se devemos ou não mudar os nomes das ruas e as estátuas que honram a memória de Vasco da Gama ou o Infante D. Henrique. Se, pelo contrário, nos questionamos como é possível que este culto tenha esta ubiquidade na actualidade, estamos então a interrogar o que está em jogo na sua interrupção. O debate, portanto, é um debate sobre o poder político e sobre “a história para além da branquitude [*whiteness*]” (MBEMBE, 2015, p. 3), mas ir “para além” significa aqui confrontar o “culto dos descobrimentos” como parte do que Houria Bouteldja denomina “o sistema imunitário branco” que “tem segregado um grande número de anticorpos. Entre eles, o humanismo e o monopólio da ética” (BOUTELDJA, 2016, p. 39, grifo nosso). A “Idade dos Descobrimentos” é uma narrativa prendida a ambos anticorpos, o humanismo e o monopólio da ética – i.e. “a descoberta do ‘outro’”, “a interculturalidade” e “a abolição da escravatura”³³. Ao desvendar o privilégio branco na (re)produção da história, a crítica é realizada desde “o presente racista” (ver TROUILLOT, 1995), possibilitando o estabelecimento de ligações entre os labores e os efeitos políticos que produzem os diferentes anticorpos do *sistema imunitário branco*.

Rhodes do campus universitário, inaugurada em 1934 para honrar a sua memória e o facto de ter “doado” os terrenos onde foi construída a universidade. Mais informações disponíveis em: <<http://rhodesmustfall.co.za/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

³³ A centralidade da narrativa da *abolição* e o silenciamento das lutas das populações escravizadas continuam a ser dominantes. Um exemplo recente no âmbito da divulgação historiográfica é o documentário “Escravos e escravatura em Portugal”, um dos episódios da série “História a História” do professor Fernando Rosas, emitido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP). O documentário não faz nenhuma referência às lutas das populações escravizadas, por exemplo, à formação de organizações políticas autónomas de resistência como os quilombos, e centra-se no abolicionismo e no papel do Marques de Pombal: “O Marques de Pombal – sabemos hoje – queria sobretudo canalizar o tráfico negreiro todo para o Brasil, onde o desenvolvimento das minas, das plantações, das moedas, exigia uma procura acrescida de mão-de-obra escrava. O que é facto, é que objectivamente, as medidas pombalinas antecipam largamente as legislações antiescravagistas europeias e americanas, mesmo as da Revolução Francesa. No que toca a Portugal, sem dúvida abrem a porta ao desaparecimento da escravatura que, não tendo sido formal e geralmente abolida, vai criar uma condição para, a partir daí os escravos serem absorvidos no conjunto da sociedade” (ROSAS, 2015, 23’30”- 24’15”).

No contexto português, o trabalho que o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa (GTO-LX)³⁴ tem vindo desenvolver com a residência artística “Laboratório Ami-Afro” é ilustrativo da criação de espaços políticos de crítica fora do *loop* pós-colonial. Nas palavras de Anabela Rodrigues, *curinga* e criadora do Laboratório, este é um projecto que procura criar “um espaço para os afrodescendentes, que nos desafia a criar uma estética diferente no Teatro do Oprimido para as pretas e os pretos. A criar uma identidade, a falar dos silêncios da raça. A questionar uma história onde os heróis são povos que fizeram de outros escravos, fizeram dos pretos e pretas mercadorias de troca” (RODRIGUES, 2013, p. 3). Por exemplo, o espectáculo *Fel e Mel no Papel*³⁵ relaciona a crítica às narrativas dos manuais escolares e as experiências na sala de aula³⁶ com a realidade da discriminação racial no sistema educativo, no emprego, e com as dificuldades encaradas pela luta antirracista. O espectáculo inicia-se com uma “contradição em palco”, entre a história dos “descobrimentos” transmitida pelos manuais e o silenciamento da história de violência e escravização:

Bem-vindos à lição 50 da Disciplina de História de Portugal. “Conhecer o nosso passado é preciso para projectar o futuro.” Mas o passado já lá vai.

Texto 1 da Professora [É uma Portuguesa Camoniana. Acredita que os descobrimentos foi algo glorioso. Não houve racismo, mas interculturais, não houve exploração, mas evangelização]: As descobertas que trouxeram riquezas ao nosso país. O nosso rei Dom Manuel tinha fome de Ouro e das riquezas. Com esse tempo glorioso passou a ser Rei D. Manuel de Portugal e dos Algarves e do Além-mar em África, senhor da Guiné, do comércio, e conquista da Etiópia, da Pérsia, da Índia, da Arábia. Trouxemos aos mundos novos mares, novos territórios, novas estrelas, novas plantas, novos animais e evangelização a esses inféus. [...]

Contradição em Palco

Entra em palco Keta e seus súbditos [A Keta faz parte da nobreza africana. O povo africano sempre se governou e sobreviveu até ao XV com a chegada dos Portugueses]. Vemos a riqueza do país e seu funcionamento para produzir. Entra o Explorador Vasco da Gama e seu ajudante vem colocar a sua bandeira. Retiram a outra e colocam a deles. Os originários dessa terra tentam lutar mas são vencidos pelas armas. Na primeira são retirados os recursos naturais e minerais do país, os quais são comercializados pelos colonizadores (GTO-LX, 2014).

³⁴ Agradeço a Anabela Rodrigues a facilitação de documentação sobre o trabalho do GTO-LX.

³⁵ Tem sido apresentado no Auberger de Jeunesse de Amiens, no Teatro do Bairro de Lisboa (2014) e na Casa da Esquina de Coimbra (2015).

³⁶ Desenvolve as técnicas do Teatro-fórum e do Teatro-jornal de Augusto Boal; O GTO-LX tem vindo a desenvolver uma colaboração com o Centro de Estudos Sociais e nomeadamente com o trabalho desenvolvido no projecto de investigação RAP – ‘Raça’ e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de História (2008-2012), coordenado por Marta Araújo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal (ref.: PTDC/CED/64626/2006).

O Laboratório Ami-Afro abre um espaço para pensar esta “contradição” a partir da realidade do racismo, da sua institucionalização, e não como um simples “contraste” de perspectivas ou uma problemática de “mitos” *versus* o conhecimento científico. O combate ao racismo como *conflito político* é uma luta pela mudança nas relações de poder que atravessam todas as esferas de decisão política, incluindo a academia.

Referências

- ALDRICH, Robert. Colonial museums in a postcolonial Europe. **African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 2, n.2, p. 137-156, 2009.
- APPLE, Michael W. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 61-67, jan./abr. 2001.
- ARAÚJO, Marta. Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In: CAPETILLO, Jorge A.; JACOBS, Glenn; KRETSEDEMAS, Philip A. (org.). **Migrant Marginality: A Transnational Perspective**. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 27-46.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Slavery and Racism as the ‘Wrongs’ of (European) History: Reflections from a Study on Portuguese Textbooks. In: HAMILTON, Douglas; HODGSON, Kate; QUIRK, Joel (orgs.). **Slavery, Memory and Identity**. Londres: Pickering & Chatto, 2012. p. 151-166.
- _____. **The Contours of Eurocentrism**. Race, History, and Political Texts. Lanham, MA: Lexington Books, 2015.
- AZEVEDO E SILVA, José Manuel. **Percursos da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. 2002. Oficina disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/iheu/historia/percursos>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- BARRADAS, Ana. **Ministros da Noite**. Livro Negro da Expansão Portuguesa. Lisboa: Antígona, 1998.
- BOUTELDJA, Houria. **Les Blancs, les Juifs et nous**. Vers une politique de l’amour révolutionnaire. Paris: La Fabrique, 2016.
- CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.
- COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES - CNCDP. **Projectos de Investigação**. Acções na Área Universitária. Lisboa: CNCDP, 1991.
- COELHO, Raquel da Asunção. **História Viva: A Recriação Histórica como Veículo de Divulgação do Património Histórico e Artístico Nacional (1986-2009)**. Conceitos e Práticas. 2009. Dissertação (Mestrado em Arte, Património e Restauro) - Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2256/33/ulfi078314_tm_vol_1.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- DUSSEL, Enrique. Europe, Modernity, and Eurocentrism. **Nepantla, Views from South**, v. 1, n.3, p. 465-478, 2000.
- DUSSEL, Enrique. **1492**. El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del “Mito de la modernidad”. La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.
- GERIVAZ, Sara. A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimentos. **Público**, 25/03/2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/local/noticia/a-partir-de-hoje-ja-e-possivel-embarcar-numa-viagem-ate-aos-descobrimentos-1633523>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- GOLDBERG, David Theo. Precipitating Evaporation (On Racial Europeanization). In: **The Threat of Race**. Reflections on Racial Neoliberalism. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009. p. 151-198.
- GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS COMEMORAÇÕES

- DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **A Escola e os Descobrimentos**. Síntese e Balanço das Comemorações (1988-2000). Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- GTO-LX – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa. **Fel e Mel no Papel. Narrativas Vividas**. Roteiro – Teatro-Jornal com Livro de História, 2014.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: GIEBEN, Bram; HALL, Stuart. (org.). **Formations of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 275-331.
- HASIAN, Marouf; WOOD, Rulon. Critical Museology, (Post)Colonial Communication, and the Gradual Mastering of Traumatic Pasts at the Royal Museum for Central Africa (RMCA). **Western Journal of Communication**, v. 74, n. 2, p. 128-149.
- HESSE, Barnor. Im/Plausible Deniability: Racism’s Conceptual Double Bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.
- _____. Racialized modernity: An analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007.
- JOÃO, Maria Isabel. Sagres, lugar mítico da memória. In: CARVALHO, Dulce; VILA MAIOR, Dionísio; TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). **Des(a)fiando discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005. p. 409-422.
- LARGUESA, António. Passos Coelho: ‘Temos de mostrar ao mundo que não precisamos de uma tutela externa’. **Negocios Online**, 6/05/2014, 2014.
- LUSA – Agência de Notícias. Porto: PS critica ‘comboio-fantasma de caravelas’ proposto por Mário Ferreira e aprovado pela Câmara. **Jornal de Notícias**, 13/03/2012.
- LUSA – Agência de Notícias. Passos quer para Portugal espírito dos Descobrimentos. **Diário de Notícias**, 6/05/2014. Disponível em: <<http://www.dn.pt/politica/interior/passos-quer-para-portugal-espírito-dos-descobrimentos-3847739.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- MAESO, Silvia; ARAÚJO, Marta. A quadratura do círculo: (anti)racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000. **Oficina do CES**, n. 407, p. 1-37, dez.2013.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. **As “Côres” do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português**. Lisboa: ICS, 2006.
- _____. Power and identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, v. 21, n. 2, p. 202-218, 2014.
- MBEMBE, Achille. Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive. Aula magistral proferida no Instituto Wits para a Investigação Social e Económica (WISER) da Universidade de Witwatersrand em conversação como o Movimento “Rhodes Deve Cair” [*Rhodes Must Fall*] da Universidade de Cidade do Cabo, Johannesburg: 29 de Abril, 2015. Disponível em: <<http://wiser.wits.ac.za/content/achille-mbembe-decolonizing-knowledge-and-question-archive-12054>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- McINTOSH, Peggy. **White privilege and male privilege: a personal account of coming to see correspondences through work in women’s studies**. Working Paper 189, Wellesley College Center for Research on Women, Wellesley, p. 1-25, 1988. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED335262.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.
- NIMAKO, Kwame. Conceptual Clarity, Please! On the Uses and Abuses of the Concepts of ‘Slave’ and ‘Trade’ in the Study of the Trans-Atlantic Slave Trade and Slavery. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia R. (orgs.). **Eurocentrism, Racism and Knowledge**. Debates on History and Power in Europe and the Americas. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015. p. 178-191.
- OLIVEIRA, António de. The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment. **e-JPH**, v. 1, n. 1, p. 12, 2003.

POLANAH, Paulo S. ‘The Zenith of our National History!’ National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s. *e-JPH*, v. 9, n. 1, p. 39-62, 2011.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Despacho Conjunto nº 15/ME/MAJ/89. Determina a constituição de um grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses com a seguinte constituição: Prof. Doutor Luís Albuquerque (presidente), Prof. doutor Artur Teodoro de Matos (vice-presidente), Drª Maria de Fátima Borges (secretária), Dr. António Alves Ferronha, Drª Isabel Alçada, Profª Doutora Maria Augusta Lima Cruz, Drª Maria Cândida Proença, Drª Maria José Pinto, Dr. Rui Loureiro e Drª Maria Adília Gomes Ribeiro. *Diário da República*. Série II, nº 40, 1989-02-17, p. 1766.

_____. Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de Fevereiro. Aprova a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. *Diário da República*. Série I, nº 41, 2014-02-27.

POWER, Marcus; SIDAWAY, James D. Deconstructing twinned towers: Lisbon’s Expo ‘98 and the occluded geographies of discovery. *Social & Cultural Geography*, v. 6, n. 6, p. 865-883, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla*, Views from South, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

RODRIGUES, Anabela. **Carta Aberta das Minhas Opressões, Pretoguizar**. Texto apresentado no encontro “Teatro Fórum. ‘Que tipo de mulher devo ser?’” organizado pelo Centro de Cultura e Intervenção Feminista (CCIF) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em parceria com a Universidade Aberta, Lisboa: 6 de Novembro, 2013.

ROSAS, Fernando. **Escravos e escravatura em Portugal**. Episódio 12 da Série História a História. Emitido: 9 de fevereiro 2015. Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/escravos-escravatura-portugal/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SALEMA, Isabel. Ainda é correcto falar de Descobrimentos?. **Público**, 17/01/2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/ainda-e-correcto-falar-de-descobrimentos-1720297>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Ed. 70, 2012.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, v. XXIII, n. 98, p. 687-719, 1987.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

VAKIL, Abdoolkarim A. Representations of the ‘Discoveries’ and the Imaginary of the Nation in Portuguese Integralism. **Portuguese Studies**, v. 11, p. 133-167, 1995.

_____. Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese ‘Discoveries’ and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926. In: MAR-MOLINERO, Clare; SMITH, Angel (orgs.). **Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula**. Competing and Conflicting Identities. Oxford: Berg, 1996. p. 33-52.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Um Mar da Cor da Terra**. Raça, Cultura e Política da Identidade. Oeiras: Celta, 2000.

_____. Prefácio. In: VV.AA. **Versões** - Mundos (d)Escritos em Português. Lisboa: Bertrand, 2003. Disponível em: <<http://miguelvaldealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/prefacio-versoes.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. **New Left Review**, n. 226, p. 93-107, 1997.

WEST, Cornel. **Beyond Eurocentrism and Multiculturalism**. Volume 2: Prophetic Reflections: Notes on Race and Power in America. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1993.

WORLD OF DISCOVERIES. **Todos a Bordo!**. Folheto. Porto: WoD, 2015.

WORLD OF DISCOVERIES. **Memória descritiva**. World of Discoveries, Museu Interativo e Parque Temático. 2014. Disponível em: <<http://w3.dren.min-edu.pt/wp-content/uploads/2014/02/MemoriaDescritiva.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Over representation - An Argument. **The New Centennial Review**, v. 3, n. 3, p. 257-33, 2003.

Recebido em 30/03/2016

Aceito em 24/08/2016

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
E COMBATE AO RACISMO:
imagens de livros didáticos¹ (Portugal e Brasil)²**

***EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS
AND COMBATING RACISM:
images of textbooks (Portugal and Brazil)***

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves*

Resumo

Este trabalho afina-se com as discussões sobre os desafios dos legados coloniais às sociedades portuguesa e brasileira, na área da Educação, especificamente com relação à ilustração de livros didáticos. Os processos de colonização fizeram com que alguns conceitos eurocêntricos fossem cristalizados nas representações da população, tanto na posição de colonizadores como na de colonizados. Entendendo os livros didáticos como um dos principais instrumentos pedagógicos utilizados nas escolas, inferimos que eles possam ser veículos dessas representações. É neste sentido que a utilização dos livros didáticos deve passar por uma crítica empenhada em desmistificar supostas verdades absolutas que procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas. Objetivamos analisar, com alunos de escolas públicas portuguesas e brasileiras, ilustrações de livros didáticos, verificando critérios de discriminação e preconceito racial neles existentes. A partir da análise documental de livros didáticos dos dois países, a pesquisa aponta para a necessidade premente de realização de formação docente e preparação de material pedagógico atento a questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais tanto em Portugal quanto no Brasil, guardando as especificidades do racismo de cada um destes países.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico-Raciais. Livros Didáticos. Racismo. Imagens.

Abstract

This work thinks out with discussions about the challenges of colonial legacies Brazilian and Portuguese societies, in the field of education, specifically with regard to textbook illustration. The processes of

1 Em Portugal utiliza-se o termo “manuais escolares” para designar “livros didáticos”. Neste trabalho, fizemos a opção pela terminologia brasileira.

2 Agradecemos à Marta Araújo pelas observações pertinentes a este trabalho, à Sílvia Maeso pela interlocução e a José Castiano pela generosidade de apresentar-me África e sua filosofia.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia (Facip/UFU), Brasil. E-mail: luciane21dias@gmail.com

colonization caused some Eurocentric concepts were crystallized in the representations of the population, both in the position of colonizers and colonized. Understanding the textbooks as one of the main pedagogical instruments used in schools, we infer that the same may be vehicle of these representations. It is in this sense that the use of the manuals must pass a review, endeavouring to demystify so-called absolute truths, that seek to legitimize the values and ideals of hegemonic cultures. We aim to analyze, with students of Portuguese and Brazilian public schools, illustrations from textbooks, checking criteria of discrimination and racial prejudice in the works. The research was done by documentary analysis of textbooks of the two countries. The research points to the urgent need for teacher training and preparation of pedagogical materials prepared for issues related to education for ethnic-racial relations both in Portugal and in Brazil, keeping the specifics of racism in each of these countries.

Keywords: Education for the Ethnic-Racial Relations. Textbooks. Racism. Pictures.

Introdução

Existem condicionantes históricos e político-ideológicos que fazem um jogo de aproximação e distanciamento entre Brasil e Portugal. As duas nações estão umbilicalmente imbricadas desde o processo de colonização. Desta forma, em diversos aspectos, Portugal e Brasil têm diálogos oscilantes entre suas realidades. Portugal, por meio de suas navegações, foi um país que muito empreendeu na conquista de novos territórios e no processo de colonização dos mesmos, a exemplo do que foi feito no Brasil. Nesta perspectiva, Portugal seria o responsável por levar a civilização aos povos primitivos em ultramar em uma missão civilizatória (HENRIQUES, 2004).

O mito da colonização diferenciada e de Portugal como um país de “brandos costumes” renova-se em tempos atuais. A ideologia lusotropicalista serve-se desses mitos para que os princípios do colonialismo português tenham ainda sobrevivência³. Contudo, não podemos afirmar que a sociedade portuguesa não seja racista. A exploração das colônias baseava-se em uma rígida hierarquia racial, na qual negros e índios eram subalternizados, quando não, exterminados. Estudos sobre racismo contra a população negra, realizados em Portugal, apontam que essas manifestações se dão majoritariamente de forma velada. Tal como em outros países europeus, a norma antirracista bloqueia o racismo flagrante, mas é permeável ao racismo sutil (VALA; LOPES; BRITO, 1999). Essa postura, entretanto, muda quando relacionada aos ciganos. Em relação a eles, verificam-se reações de racismo flagrante, uma vez que eles “são percebidos como ameaça endógena que urge afastar, não lhe sendo admitido qualquer lugar no sistema social. Trata-se de uma forma de racismo que, para além de acentuar os particularismos culturais, sublinha fundamentalmente a sua irredutibilidade” (MARQUES, 2004 apud ROSÁRIO; SANTOS; LIMA, 2011, p. 81).

Sobre leis de combate ao racismo, Portugal é signatário de legislação comum aos países europeus, na qual predominam aspectos relacionados a direitos civis em

³ A este respeito ver Vala (1999) e Castelo (1998).

geral, mas não se percebe uma preocupação em dar relevância a questões raciais, especificamente. Salienta-se, ainda, que outros instrumentos legais internacionais existentes – que reforçariam o quadro normativo do combate à discriminação racial e étnica – encontram-se ainda por assinar e/ou ratificar. Eventos como a Revolução de 25 de abril de 1974 e a adesão à Comunidade Econômica Européia (CEE), em janeiro de 1986, fizeram com que aquele país passasse a se olhar de forma diferenciada, principalmente no tocante às relações étnico-raciais. Um país, até então, com pouco fluxo migratório, passa a também ser um país de imigração. Esse contexto fez com que se desenvolvessem órgãos especializados na elaboração de relatórios estatísticos e políticas para áreas de imigração e asilo. Da mesma forma, a academia e a pesquisa científica alertam para investigações sobre racismo na sociedade portuguesa. Sobre isso, Oliva (2007, p. 213) sintetiza que

Os estudos escolares tutelados pela ideologia colonial das décadas de 1890 a 1930, pelo nacionalismo do Estado Novo, de 1930 a 1950, as leituras acerca do pertencimento dos territórios africanos no mundo português, no período que se alonga do pós-segunda Guerra até as independências em África aos anos 1970, não resultaram em uma aproximação dos conhecimentos divulgados no sistema educacional lusitano com as realidades e características das sociedades africanas correspondentes às regiões ocupadas por Portugal. As mudanças visualizadas nas reformas curriculares do pós-1974, tanto pelo afastamento de Portugal de África, como pela flexibilização ideológica que, no caso da história, se refletiu pela aproximação das perspectivas teóricas adotadas pela historiografia portuguesa, do materialismo dialético e da História Nova, não resgataram o continente africano de seu papel secundário perante a história europeia.

Nesta perspectiva, entendemos que a África, na maioria das vezes, não compunha os conteúdos eleitos como possíveis de comporem os currículos escolares. Quando a temática era tratada, não passava de entender a África como uma extensão do continente português em ultramar e que as missões civilizatórias levariam conhecimento a esses lugares primitivos.

Em relação ao Brasil, pensando na composição do seu povo, percebemos que, desde a colonização do país, as relações étnico-raciais pautaram-se em um encontro díspar e hierarquizador entre as diversas etnias compósitas da nossa formação étnica. O processo de escravização marcou profundamente a formação da identidade nacional, transferindo para a atualidade marcas desse processo, estampadas em atitudes discriminatórias para com a população negra. Isso motivou os movimentos negros a provocarem debates que levassem em consideração suas demandas reivindicatórias, entre elas o combate ao racismo nas diversas políticas públicas nacionais. Contudo, na trajetória dos direitos humanos e dos direitos constitucionais fundamentais, a criminalização da discriminação é relativamente recente⁴. No âmbito da educação, um debate caloroso também tem sido travado: mais recentemente, no

⁴ Lei nº 7.719/1989, conhecida como Lei Caó, que classifica o racismo como crime inafiançável, punível com prisão de até cinco anos e multa.

ano de 2003, foi sancionada a Lei nº10.639⁵, que reconhece a necessidade de observar a forma como a escola aborda as relações étnico-raciais, estabelecendo, assim, a necessidade de rever como se ensina a história da África e a cultura afro-brasileira. Destacar esses elementos não só auxilia na compreensão das singularidades nacionais como também colabora na leitura das características da adoção de livros didáticos e suas intervenções com relação à educação das relações étnico-raciais.

As questões relacionadas à colonização, ao genocídio indígena e ao processo de escravização africana, empreendidos por Portugal na colônia brasileira, marcaram profundamente os dois países. No caso da população brasileira, especificamente, as marcas do racismo e do eurocentrismo são explícitas nos diversos campos da sociedade. Com relação à população portuguesa, essas marcas são evidenciadas no sentimento de superioridade eurocêntrica e imperialista. No campo educacional, tais marcas históricas têm relevância, visto que persistem nas representações da sociedade, formando imaginários e perpetuando o racismo. Da mesma forma, o material didático, nomeadamente os livros didáticos, toma centralidade nos debates de combate ao racismo. Existentes nas relações sociais, tanto em Portugal quanto no Brasil, essas marcas históricas também estão presentes no cotidiano escolar.

Os livros didáticos têm sido um dos instrumentos mais utilizados pelos professores nas salas de aula de todo Brasil, orientando-os quanto ao que ensinar e como ensinar. Isso revela que, ainda na atualidade, o material didático é prioritário para a ação docente. É nesse sentido que alguns pesquisadores⁶ afirmam que a utilização do livro didático deve passar por uma crítica, que envolva escola e alunos, a fim de que os livros adotados contemplem questões de etnia, gênero, classe social, multiculturalismo, culturas locais, dentre outras. Para além de contemplar tais temáticas, os livros didáticos deveriam empenhar-se em desmistificar supostas verdades absolutas, que coincidentemente procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas. Assim, os materiais didáticos, muitas vezes, atuam como difusores de preconceitos, por meio das ideologias que carregam em seus discursos.

Com relação a Portugal, pesquisas nessa vertente, realizadas por Araújo e Maeso (2013), destacam que o eurocentrismo nos livros didáticos está marca do principalmente por três aspectos. O primeiro relaciona-se à postura adotada pelos livros didáticos em que as narrativas parecem ser lineares e que colocam a África em um tempo diferente do tempo europeu, sendo que africanos parecem sempre estar em uma etapa anterior e primitiva. Segundo as autoras, “esta ideia naturaliza a existência de uma hierarquia entre as diferentes sociedades, contribuindo para classificar algumas sociedades como ‘qualificadas’ para o estatuto de ‘civilização’ e outras como vivendo ainda em condições ‘arcaicas’” (ARAÚJO; MAESO, 2013, p.11). Outro aspecto levantado é o da generalização do modelo de organização política

5 A Lei nº 10.639/03 e o *Guia de Livros Didáticos* elaborados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passam a ser os orientadores e reguladores da seleção de manuais escolares no Brasil. Evidenciam a necessidade de observar conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira em uma postura antirracista.

6 A esse respeito ver autores como Pinto (1999), Oliveira (2000) e Cruz (2000).

europeia como a única forma existente, omitindo-se e desconsiderando-se outras formas de organização. Essa generalização

[...] naturaliza e legitima o colonialismo como um processo natural e civilizacional. Assim, a exclusão e a violência inerentes à formação dos estados nacionais e ao colonialismo – processos de homogeneização e exterminação religiosa e étnico-racial – são apresentados como etapas necessárias a atual configuração das sociedades democráticas (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 12).

O terceiro aspecto apresentado pelas autoras é de que os manuais fazem uma ligação definitiva entre raça/racismo e determinados contextos espaço-temporais. Por exemplo, o racismo é simbolizado pelo Holocausto, mas não pelo colonialismo.

Em outro estudo, Oliva (2007) esclarece que, em relação aos conteúdos propostos para o 9º ano de escolaridade, “o estudo do continente [africano] aparece, quase sempre, como palco das ações europeias e portuguesas, ou seja, como um objeto histórico sem autonomia” (OLIVA, 2007, p. 219). O autor acrescenta:

Nos momentos em que essa perspectiva é colocada de lado, diga-se de passagem, com reduzidíssimos espaços, e as trajetórias africanas recebem algum tipo de autonomia ou eixo dinâmico próprio, o continente é associado à criação do Terceiro Mundo ou a o processo de “Descolonização”, que muitas vezes é pensado muito mais como consequência dos novos contextos europeu e mundial, do que, como reflexo das vontades e do poder de organização africanos (OLIVA, 2007, p. 219).

No Brasil, vários pesquisadores têm priorizado, em seus estudos, relacionar questões concernentes ao livro didático e à possibilidade de este material transmitir preconceitos e estereótipos em relação à população negra. Silva (1995), por exemplo, analisou livros didáticos da área de “Comunicação e Expressão”, baseando-se em aspectos como a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial. Segundo a autora, como justificativa à escravidão e à marginalização da cultura negra, julgada como inferior e subalterna, chegou-se a propagar que a população negra não possuía nenhum conhecimento e menos ainda uma cultura desenvolvida. Tal tratamento fez com que a população negra se autor rejeitasse e buscasse no branqueamento a solução para sua imagem negativa. A escola seria, segundo a autora, agente de conservação dessa inferioridade, e o livro didático assumiria papel relevante neste processo.

Analisando os oitenta e dois livros de Comunicação e Expressão de ensino fundamental, para deles extrair a amostra deste trabalho, verifiquei que as ideologias de inferiorização e do branqueamento são dominantes no livro didático. Em todos os livros analisados, o branco foi o personagem predominante, quer nas ilustrações quer nos textos, enquanto que o negro apareceu como minoria, de forma distorcida e desumanizada, estereotipada e inferiorizada (SILVA, 1995, p. 31).

Em seu trabalho, a autora reconhece que, de modo geral, o livro didático não apresenta, em seus textos e ilustrações, características históricas e culturais dos segmentos subalternizados. No caso específico dos negros, Silva (1995) revela que há uma invisibilização e que, quando eles aparecem, estão majoritariamente ligados à visão estereotipada e inferiorizante. Assim, “o livro concorre significativamente para a fragmentação da sua identidade étnica e seu branqueamento espiritual e físico” (SILVA, 1995, p. 48). A autora acredita que

[...] os trabalhos realizados sobre o tema, as denúncias e reivindicações das entidades negras, a divulgação dos resultados de encontros e seminários onde se discute a problemática do racismo na educação e suas consequências para os alunos negros e brancos, venham a sensibilizar os professores e conduzi-los a discutir o problema. Isto trará benefícios, refletidos na aprendizagem do aluno, na sua afirmação pessoal como ser humano e cidadão, bem como no processo de crescimento espiritual e intelectual do professor (SILVA, 1995, p. 75).

Desta feita, é a partir da constatação da possibilidade de que nos livros didáticos predominam o silêncio sobre os conflitos étnico-raciais e a naturalização da discriminação que esta pesquisa se fundamenta.

Mais recentemente, Paulo Silva (2008), em um minucioso estudo sobre a questão do negro em interface com o livro didático, aponta cronologicamente as pesquisas realizadas no Brasil sobre a temática, em seus aspectos metodológicos e teóricos. Na década de 1980, o autor destaca a produção de Pinto (1999), que analisou 48 livros de leitura para a quarta série do ensino fundamental, publicados entre 1941 e 1975. Pinto concluiu que “os personagens negros foram apresentados de forma grotesca e estereotipados. Foi realizada comparação entre livros publicados no início e final do período e não foram encontradas diferenças significativas” (SILVA, 2008, p. 27). Ou seja, mesmo com toda política pública de distribuição gratuita de livros didáticos, muitos desses livros preservam ilustrações e textos discriminatórios.

No Brasil, como parte da política pública governamental foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), visando à distribuição gratuita de livros a alunos de escolas públicas. Dez anos depois de sua criação – e resultado de luta de movimentos sociais como o negro e o feminista –, o PNLD passou a avaliar previamente os livros didáticos a serem comprados e distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC), a fim de evitar selecionar material com conteúdo discriminador. Silva (2008, p. 38) ressalta que

Tal conjunto de leis nos parece ser resposta às reivindicações dos movimentos sociais. São regras que reiteram norma já estabelecida, implicam pouco ou nenhum emprego de recursos orçamentários e são, possivelmente, de fácil aprovação. As leis aprovadas em diversas instâncias e locais revelam certo poder de organização e mediação política dos movimentos negros. Porém, sua principal atuação seria a certificação, a baixo custo, de ação governamental antirracista. Os resultados de pesquisas, no entanto, apontam para pouca efetividade das mudanças na legislação, vistas as tênues modificações nos textos de livros didáticos, no que se refere à manifestação de discurso racista.

Desta forma, no Brasil, pelo menos há alguns anos, e em Portugal, até recentemente, estudos sobre o continente africano dificilmente eram eleitos como conteúdos programáticos. No Brasil, o cenário sofre mudanças a partir de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639, mas, em Portugal, persiste, ainda, esta ausência em documentos lusitanos.

A legislação brasileira prevê flexibilidade na elaboração dos currículos escolares estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e demais legislação vigente. Diferentemente, em Portugal, a Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) atua de forma centralizadora. São elaborados programas de disciplinas, com abertura para as especificidades regionais. A legislação portuguesa, como o Decreto-lei nº 369/90, normatiza que “a confecção, avaliação e adoção dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas e privadas devem levar em consideração a relação entre os conteúdos dos livros e o que está prescrito nos Programas” (OLIVA, 2007, p. 214).

Desta forma, o conhecimento acerca das relações étnico-raciais, a partir de análise de ilustrações de livros didáticos, com base em estudo comparativo entre Brasil e Portugal, parece-nos de grande relevância. A preocupação científica deste estudo é evidenciar as especificidades, indo além do contraste entre semelhanças e diferenças, entre o material produzido nesses países. Busca-se, assim, um exercício crítico de análise do material selecionado. O estudo comparativo busca contribuir para o desenvolvimento do debate sobre as relações entre os dois países, ambos notoriamente marcados pelo processo de escravização africana.

Objetivo

O objetivo do estudo foi internacionalizar o debate teórico sobre a compreensão dos desafios do ensino da história de África e das diásporas africanas em espaços educativos complexos, especificamente no Brasil e em Portugal, tendo como objeto de pesquisa ilustrações de livros didáticos, buscando romper com a perspectiva colonialista.

Caminho metodológico

Diante do apresentado, investigamos livros didáticos adotados pelas escolas, para os alunos, no Brasil e em Portugal, a partir da análise documental dessas obras. Os livros didáticos escolhidos são os adotados em 2015 e 2016, respectivamente no Brasil e em Portugal, anos em que se realizou a coleta de dados em cada país.

A disciplina História foi escolhida por agregar componentes curriculares ligados às realidades dessas sociedades em um determinado período, o que favorece discussões relacionadas à presença da população negra em ambos os países. Ressaltamos que a perspectiva adotada neste estudo é deque essa disciplina deve ultrapassar o apontamento de estudo científico do passado, na qual a “história é escrita por vencedores”, avançando, destarte, para uma “abordagem crítica ao eurocentrismo, que requer trazer a relação entre poder, conhecimento e ‘raça’ para

o centro dos debates sobre a história e o seu ensino” (ARAÚJO; MAESO, 2013). Nessa perspectiva, o eurocentrismo presente em todos os setores da sociedade – e transmitido por livros didáticos – provoca interpretações da sociedade, tanto do passado quanto do presente e do futuro. Daí a necessidade de atentarmos para este aspecto em nossas reflexões.

Analisamos ilustrações dos livros didáticos de História, buscando detectar a visão de África e da diáspora africana nelas veiculadas, a partir da comparação entre imagens coletadas em Portugal e no Brasil, a fim de encontrar aproximações e divergências entre elas. A escolha dessas ilustrações foi realizada de forma congruente tanto aqui como lá. Em ambos os casos, as ilustrações foram selecionadas por alunos, por meio de projetos de extensão realizados em escolas públicas de cada um desses países.

No Brasil, alunos bolsistas do Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio (Pibic), no período de 2014 a 2015⁷, foram os responsáveis pela seleção das ilustrações. O Pibic seleciona projetos em que um professor universitário propõe a pesquisa, que é submetida, posteriormente, para a adesão das escolas. Após aderir, a escola serve de campo para a realização da pesquisa escolhida e alguns de seus alunos atuam como bolsistas remunerados. Os bolsistas, alunos do Ensino Médio, passam por processo formativo sobre a temática a ser pesquisada junto a um grupo de estudos liderados por um professor pesquisador. É após este processo formativo que a pesquisa se desenvolve. Na pesquisa intitulada “Ilustrações de livros didáticos: o que revelam sobre a população negra?”, objetivou-se investigar as percepções de alunos do Ensino Médio sobre situações de discriminação racial veiculadas nos livros didáticos utilizados na escola pública selecionada para realização da pesquisa. Desta forma, os alunos bolsistas analisaram as ilustrações dos livros didáticos utilizados por eles próprios durante o ano letivo de 2015. As ilustrações utilizadas neste trabalho resultam daquelas análises. Foram selecionadas 34 ilustrações. Destas, 14 tratavam de temáticas como Revolução Industrial, imigração, colônia e suas transformações, população indígena e lutas de independência, tendo sido descartadas por não se adequarem ao foco de nossa investigação. As 20 ilustrações restantes compõem o *corpus* analisado neste trabalho.

Em Portugal, as ilustrações dos livros didáticos⁸ foram selecionadas por alunos de escolas que aderiram ao Programa CES vai à Escola. Tal programa é desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Essa atividade de extensão visa promover a difusão da cultura científica, propiciando a socialização dos saberes científicos produzidos no centro acadêmico em diálogo com as escolas básicas. Assim, são disponibilizados vários projetos que abrangem as Ciências Sociais e as Humanidades, e as escolas, de acordo com suas demandas, selecionam oficinas que possam contribuir com o desenvolvimento de seus alunos.

7 A coleta das ilustrações foi feita no livro *Por dentro da História 2* (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES., 2012).

8 Em Portugal, a coleta de ilustrações foi feita no livro *Saber em ação: História e Geografia de Portugal* (ALVES et al., 2011).

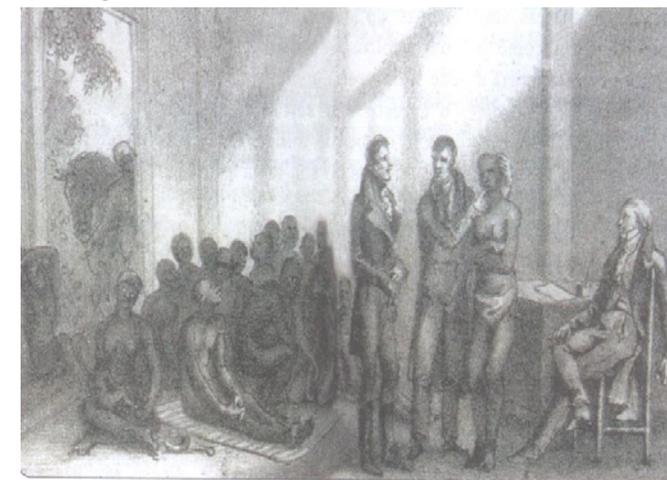
O projeto “Olhando os ‘outros’ e nos vendo: debater o racismo através da análise de ilustrações de livros didáticos de História (Brasil e Portugal)” foi desenvolvido em dois agrupamentos de escolas⁹. A oficina “CES vai à Escola” objetivou discutir o tema racismo por meio da análise de registros iconográficos presentes nos livros didáticos. Nas oficinas, os alunos assistiam a uma pequena exposição sobre racismo e preconceito e, posteriormente, eram convidados a analisar as ilustrações de seus livros didáticos de História. Nesse trabalho de análise, os alunos buscaram as ilustrações nas quais perceberam demonstrações de racismo. São essas ilustrações que também nos servem de objeto neste estudo.

Para este trabalho, especificamente, fizemos um recorte nos dados coletados. Focamos nossa análise apenas nos elementos de maior incidência nas ilustrações escolhidas dos dois países. Entendemos que o número elevado de ocorrências está diretamente relacionado com a relevância do debate promovido a partir dessas ilustrações, visto que elas estarão contribuindo para formação da representação dos alunos em relação ao tema ali apresentado.

Nas ilustrações dos livros didáticos brasileiros, o tema que prevaleceu como majoritário foi o relacionado com o processo de escravização negra: 34% da amostra estão relacionadas à escravização. São imagens que aludem às formas de transporte dos negros africanos para o Brasil, aos maus-tratos durante a travessia, às formas de comercialização realizadas em território brasileiro e às formas de repressão e tortura dos escravizados.

A primeira ilustração analisada (Figura 1) trata-se de uma obra de Hippolyte Taunay, datada de 1822, intitulada *Mercado de escravos em Salvador*.

Figura 1 – *Mercado de escravos em Salvador* (1822), de Hippolyte Taunay.



Salvador foi, durante todo o período colonial e imperial, um dos principais portos de entrada de africanos escravizados na América, o que fez da cidade quase um enclave africano no Novo Mundo. Mercado de escravos em Salvador, obra de Hippolyte Taunay, 1822.

Fonte: SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2012.

9 Agrupamentos de escolas de Mealhada e Penela, em Portugal.

A imagem registra a forma desumanizadora como o escravizado é tratado, como objeto. Podemos perceber, nela, a verificação dos dentes do escravizado como se este fosse um animal em exposição para a venda. Ao lado, uma legenda que remete à escravização. Mesmo com todo o processo violento da escravização, os livros didáticos, quando atentam a isso, trazem ilustrações que reforçam tais ideias. A legenda da obra utiliza o termo “escravizado”, que remete a uma nova postura em relação à forma de tratar o processo de escravização: a de que os negros africanos não foram dóceis à escravização, ao contrário, lutaram e acabaram sendo forçados e coagidos ao escravismo pelo poder bélico. Contrariamente ao postulado por Gilberto Freyre (1994) e seu mito da democracia racial, no Brasil o povo negro travou várias lutas em prol de sua libertação e da aquisição de direitos civis. Várias dessas lutas foram reprimidas de forma violenta. Entendemos essa nova postura como um avanço para o debate proposto.

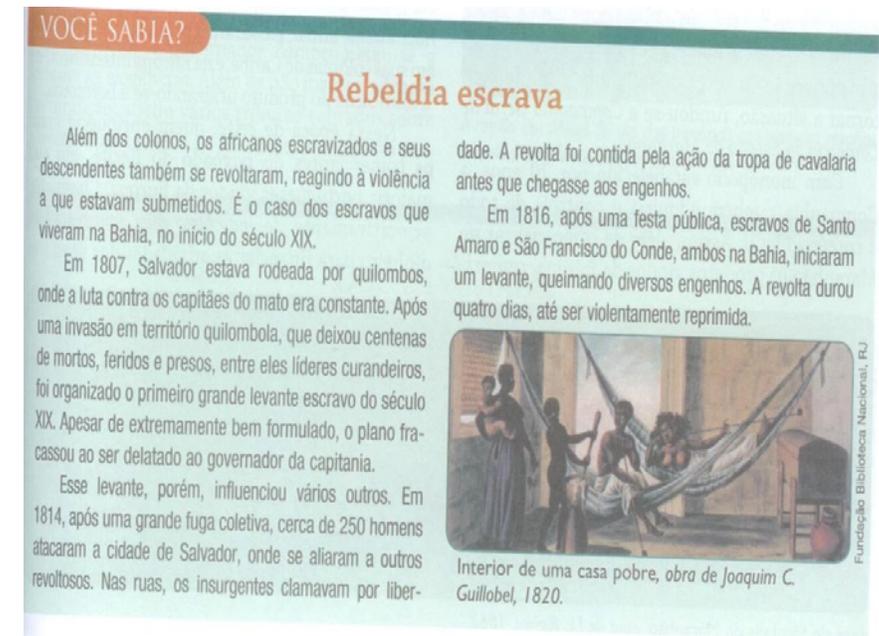
Na ilustração acima, especificamente, alunos poderiam questionar: por que os negros, em maior número, não se rebelaram? Por que aceitaram essas condições de vida? São questionamentos que precisam ser trabalhados em sala de aula e debatidos não na perspectiva da história dos vencedores, mas, sim, a partir de outras perspectivas silenciadas.

Ao depararmos-nos com uma ilustração como essa, precisamos ir além do texto iconográfico que registra a época. Outros temas precisam compor o arcabouço do debate. Torna-se relevante o apoio de autores que revelem o outro lado da moeda. Autores que demonstrem o sistema escravagista como regime de terror, coerção física e mental dos escravizados; que mostrem que apenas com essas metodologias coercivas poderia ser possível preservar o processo de escravização; que, mesmo apesar de todo sistema repressor, várias rebeliões foram realizadas, inclusive com a formação de quilombos, que foram as primeiras comunidades democráticas do país.

Quase não existem ilustrações que retratem os processos de resistência negra à escravização. Nas ilustrações coletadas para este estudo, a resistência negra aparece em 13% delas. Uma das ilustrações escolhidas no Brasil remete a isso de forma contraditória. Enquanto o texto dá conhecimento da violência sofrida pelos escravos e suas formas de luta e resistência a essa situação, convocando o debate sobre o processo repressivo, a violência e a rebelião, a ilustração em si remete novamente à “casa pobre” escrava, a partir da obra *Interior de uma casa pobre* (1820), de Joaquim Guillobel (Figura 2).

As ilustrações remetem à população negra como que surgindo no momento de sua escravização. Não revelam suas culturas, sua ciência e práticas políticas exercidas até então, por exemplo. São raríssimas as ilustrações que tratam das formas como a população negra africana vivia, especificamente na África. Apenas uma ilustração deste gênero (Figura 3) aparece entre as selecionadas.

Figura 2 – *Interior de uma casa pobre* (1820), de Joaquim Guillobel.



Fonte: SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2012.

Figura 3 – Ilustração datada de 1686, representando a cidade de Loango, no Congo.



Fonte: SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2012.

A legenda da ilustração acima destaca um momento em que se revela a existência de uma grande cidade no Congo, estruturada com uma infraestrutura urbanística considerável para a época, bem como um sistema de proteção e segurança organizado. Diante disso, desacreditamos na teoria de ausência de conhecimento e cultura no continente africano anterior ao processo de escravização e colonização. Daí a importância de que esse tipo de ilustração também esteja presente nos livros didáticos.

Os livros didáticos comumente generalizam as senzalas em um modelo único, não representando a diversidade que a compunham, e mostram os negros africanos reduzidos a homens seminus e maltrapilhos. Não enfatizam que a maioria dos conhecimentos utilizados para erguer a nação brasileira foram conhecimentos africanos, já que eram negros os trabalhadores da época (REIS, 2004). Para além dessa forma comumente retratada, Karasch (2000) ressalta a participação de escravizados negros em diversas áreas culturais do país como nas artes, medicina e política. Para Moura (1987), o tipo de representação do escravizado na história só corrobora para reforçar a ideia de dócil e, por isso, perfeitamente adaptável à escravização. Por conseguinte, a colonização portuguesa teria sido “branda”.

Araújo e Maeso (2013) afirmam que as ideias de raça e racismo devem ser consideradas a partir da perspectiva de processos históricos que se infiltram no cotidiano e estruturam práticas sociais. Assim, segundo as autoras,

As narrativas sobre a escravatura são um exemplo paradigmático desta concepção, tomando-a como um sistema inevitável – fruto de “necessidades” econômicas daquele tempo e não de decisões políticas assumidas em diversos níveis e com suporte doutrinário, em cumplicidade com a hierarquia religiosa. Ainda que seja denunciada a imoralidade e a “desumanidade” da escravatura, é necessária uma abordagem mais profunda, que permita vincular ideologias raciais a processos econômicos, políticos e culturais, de modo a que os estudantes possam compreender os seus legados nas sociedades europeias contemporâneas (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 15).

Com relação às ilustrações coletadas na experiência com alunos portugueses, temas relacionados aos direitos humanos compuseram a maioria das imagens selecionadas. Temas como feminismo, desemprego, nazismo, refugiados, violência, entre outros, foram escolhidos. Essas ilustrações também foram descartadas por não terem suas temáticas adequadas aos propósitos de nosso estudo. Do total de 22 ilustrações selecionadas pelos alunos portugueses, apenas 7 foram utilizadas como objeto de análise da pesquisa.

Percebemos que raríssimas são as ilustrações nos livros didáticos portugueses que incitam o debate sobre a questão racial ou a presença negra. Tal percepção tem respaldo na pesquisa realizada por Araújo e Maeso (2013). Essas autoras advertem que, como consequência do eurocentrismo, existe uma prática de naturalização da ausência da história da África e da invisibilidade do racismo em Portugal. Já Araújo e Pereira (2004) destacam que os próprios documentos legais educacionais tendem a uma “desracialização” das práticas pedagógicas, visto que consideram o impacto

racializado das políticas “para todos”. Para Cardoso (1998 apud ARAÚJO; PEREIRA, 2004), isso acontece por conta do mito antirracista português e da identidade nacional cunhada sob a égide da história colonial de povo aberto, tolerante e favorável à miscigenação. Esses componentes promovem o pensamento de que portugueses seriam povos não racistas.

Assim, seguindo tais preceitos, as ações educativas e a legislação educacional portuguesas, voltadas para questões raciais, ficam centralizadas em cidades como Porto e Lisboa, por receberem número elevado de imigrantes e populações racializadas, ou são realizadas de forma pontual e esporádica por professores que assumem tal temática para áreas não curriculares. Portanto, não há uma preocupação legal e pedagógica relacionada ao racismo no cotidiano escolar português.

Das poucas ilustrações selecionadas, iniciamos as análises com a que representa condições humanas precárias em África. O continente africano, por reiteradas vezes, é representado como um lugar de fome e doença, conforme mostrado na Figura 4.

Figura 4 – Crianças aguardam distribuição de comida (Quênia).



Fonte: ALVES et al., 2011.

A ilustração acima compõe a discussão relativa ao tratamento do continente africano como local de grandes mazelas, como uma terra abandonada e primitiva. Ilustrações como essas aparecem de forma atemporal e generalizada. O impacto provocado pela imagem parece nos fazer intuir que a África, de forma generalizada, seria a representação do infortúnio e carregaria eternamente essa mácula.

A Figura 5 mostra uma caricatura de 1899, intitulada *O fardo do homem branco*, incluída nas discussões do tema curricular “conhecer e compreender o imperialismo no século XIX”.

Figura 5 – *O fardo do homem branco* (1899).

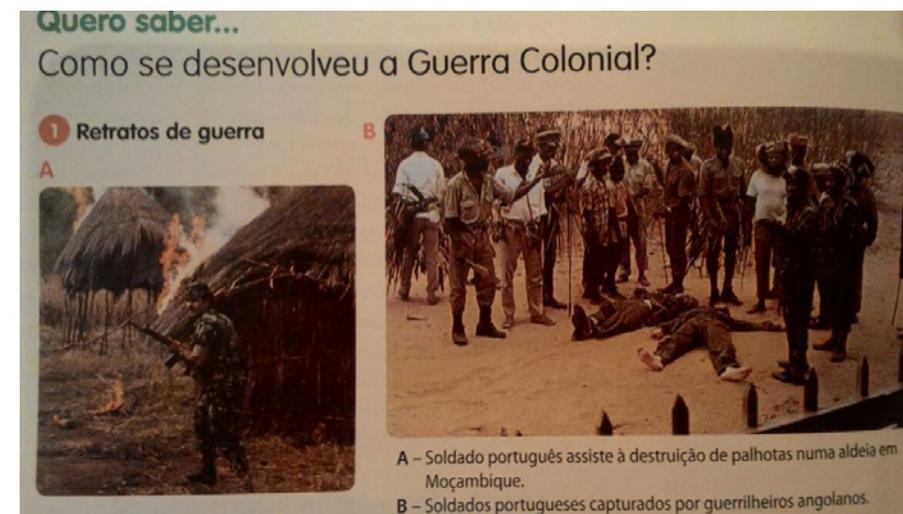


Fonte: ALVES et al., 2011.

A temática trata especificamente da partilha da África após a Conferência de Berlim, em 1885, e dá conhecimento aos alunos de que países europeus e os Estados Unidos buscavam conquistar grandes áreas do mundo. Aos territórios dominados eram impostos também modelos culturais, como uma “missão civilizatória”, que, de forma comum, também inferiorizava os povos colonizados.

Podemos depreender da ilustração acima os pressupostos do lusotropicalismo. A missão civilizatória da colonização está exposta nessa estampa. A percepção do “bom português” estaria vigorando na atualidade, sob o pressuposto da não existência de racismo em Portugal. Desta forma, as ações colonizadoras seriam justificadas como um ato de educação de povos bárbaros. Consequentemente, todas as ações que rebatessem isso seriam consideradas como rebeldia, mesmo que fossem de busca pela liberdade das colônias, como nessa outra ilustração (Figura 6):

Figura 6 – Como se desenvolveu a Guerra Colonial?



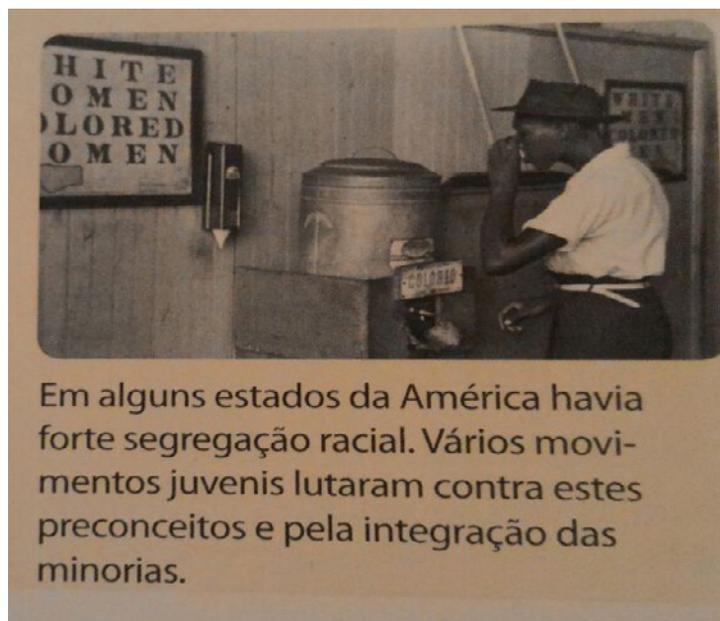
Fonte: ALVES et al., 2011.

No contraponto das imagens, percebe-se a ação de militares em comparação com a ação de guerrilheiros africanos em luta pela emancipação política. Pressupõe-se, assim, que a ação do soldado português, mesmo que violenta, seria legítima, já a ação dos guerrilheiros angolanos aproxima-se da barbárie. Araújo e Maeso (2013, p. 8), analisando a mesma ilustração, advertem que

Nos manuais, a forma actual de apresentar a informação acaba por naturalizar ou silenciar a natureza violenta do colonialismo. Este processo é reforçado através da inclusão – na mesma página em que os excertos acima se inserem – de um conjunto de imagens dos movimentos de libertação nacional que os retrata como um conjunto de “rebeldes” ou “guerrilheiros”, de tabelas que contabilizam os mortos e as perdas para o regime colonial, perguntas como “Com que posição mais concordas?”, e da proposta de outras actividades que incentivam os alunos a identificar-se com a perspectiva dos “portugueses que viviam em Portugal”.

A única forma apresentada nas ilustrações que alude ao movimento de resistência da população negra está vinculada ao exemplo de luta do movimento negro contra a segregação racial na América, como pode ser visto na ilustração abaixo (Figura 7):

Figura 7 – Ilustração sobre segregação racial na América.



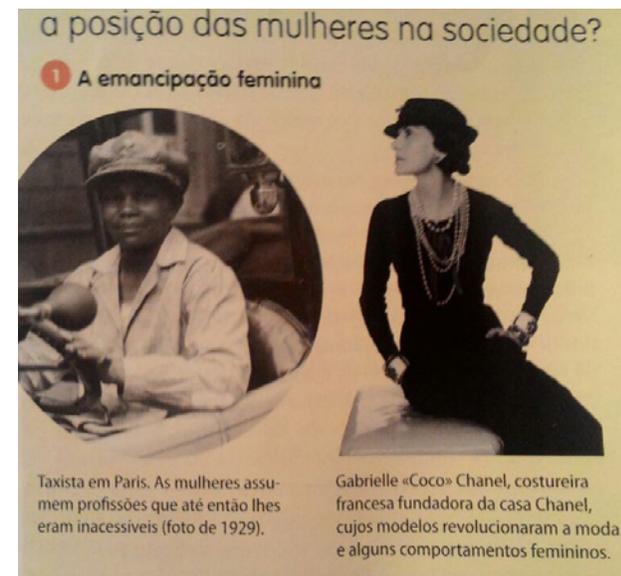
Fonte: ALVES et al., 2011.

As ilustrações apresentadas acima parecem corroborar a postura de inexistência do racismo em Portugal. Nesse caso, apenas em outros países essa luta deveria ser efetivada, ou ainda, só essas seriam lutas dignas de respeito. Como argumentam Araújo e Maeso (2013, p. 13):

O racismo é também mencionado quando da descrição da “situação das minorias” em certas sociedades ocidentais em meados do século XX, particularmente da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 60, e do regime de *apartheid* sul-africano. Esta narrativa contribui para a localização do racismo fora do espaço europeu (com exceção do Holocausto), desvinculando a ideia de “raça” do processo de construção da modernidade europeia e dos estados-nação ocidentais. Consequentemente, o racismo é abordado como uma ideologia extremista e não como um fenômeno transversal e inerente às sociedades contemporâneas, legado do colonialismo e da escravatura.

A próxima ilustração (Figura 8) trata de como a I Guerra Mundial transformou a posição das mulheres na sociedade. Evidencia direitos conquistados, como direito ao voto, igualdade de acesso a alguns trabalhos e mudanças no estilo de vestir, tornando-os mais práticos. Certamente a existência da guerra acelerou a emancipação feminina, pois muitas mulheres tiveram que ocupar postos antes reservados exclusivamente aos homens.

Figura 7 – A posição das mulheres na sociedade pós-guerra.



Fonte: ALVES et al., 2011.

Sabemos que as transformações na configuração social imprimiram mudanças na situação da mulher. Contudo, tais mudanças não foram suficientemente modificadoras em relação à situação da mulher negra. Na ilustração acima, evidencia-se que a mulher negra ficara destinada a funções de *status* social inferior. A profissão desempenhada pela mulher negra, na ilustração, não goza de reconhecimento social. Trata-se de uma profissão subalterna em relação à outra, representada por uma mulher branca. Tal representação torna-se tão naturalizada que, em tempos atuais, ainda persiste a ideia de que postos de trabalho inferiores estariam inerentemente destinados à população negra. Especificamente, na escala de valores, as mulheres negras seriam as mais desvalorizadas.

Considerações finais

Com este estudo, pretendemos contribuir para os debates de combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais justa, comprometida com o combate ao capitalismo, colonialismo e patriarcado. Conjuntamente, acreditamos que a educação seja um dos instrumentos prioritários para essa luta política. Assim, pensar tais questões em uma perspectiva comparada, confrontando o país colonizador (Portugal) com o país colonizado (Brasil), configura-se numa tarefa complexa.

As relações de poder estabelecidas historicamente entre os dois países estão baseadas em uma linha abissal, muito bem demarcada, na perspectiva das

epistemologias do Sul. Segundo Santos e Meneses (2010), as linhas, visíveis e invisíveis, dividem o mundo em dois universos distintos. O lado Norte da linha é reservado ao povo do conhecimento e da legalidade, enquanto que o lado Sul seria o primitivo e o sem lei. Tal divisão justificaria processos de colonização hierarquizantes. Destarte, este estudo aponta para observações que guardam esse contraponto de forma singular.

Apesar disso, entre as congruências apresentadas na pesquisa, destacamos a questão relativa à formação docente. Evidenciamos a necessidade de que existam, nos processos de formação inicial ou continuada, reflexões explícitas nos componentes curriculares a respeito da educação para as relações étnico-raciais. Tanto em Portugal – ainda ligado a posturas do colonialismo benevolente que desemboca na representação de inexistência do racismo – quanto no Brasil – com suas marcas da escravização como processo colonizador que remete, na atualidade, à inferiorização negra – temos processos de subalternização que marcam profundamente as duas sociedades, que ainda não conseguem, contudo, lidar com essas mazelas para superá-las. Assim, entendemos que a formação docente atenta a esses aspectos poderá contribuir para que o processo educativo seja realmente transformador. Para tanto, ela deve buscar elementos de abordagens inovadoras que possibilitem aos alunos perceberem-se inseridos em um processo histórico e, por isso, sujeitos fazedores da história (ARAÚJO; MAESO, 2013).

Com relação ao arcabouço jurídico-normativo e às políticas públicas que contemplem as relações étnico-raciais, percebemos que o Brasil apresenta avanço nesse quesito. Apesar de ambos os países negarem a existência do racismo, no Brasil as ações dos movimentos negros têm impulsionado a promulgação de leis, como a Lei nº 10.639/03, e políticas públicas, como as diretrizes curriculares nacionais para a educação para as relações étnico-raciais, que direcionam as ações pedagógicas e a cobrança de efetivação dessas políticas. Apesar desse avanço, acreditamos que o Brasil ainda precisa concretizar ações que impulsionem o combate ao racismo na educação. Em muitos níveis, o debate ainda é incipiente, como no ensino superior. Por outro lado, em Portugal, como a “desracialização” aparece como o componente principal da legislação, a discussão sobre racismo fica sempre marginalizada ou invisibilizada.

Com relação ao livro didático, percebemos a necessidade de que esse material receba um tratamento específico, desde sua autoria e ilustração até a forma como é utilizado em sala de aula. Autores de livros didáticos devem preocupar-se com os conceitos que pretendem transmitir. A invisibilidade da África e de seus conhecimentos e cultura e o processo de inferiorização dos negros continuam arraigados nas representações. São justamente esses aspectos que garantem a continuidade da África como objeto e, principalmente, que posturas hierarquizantes e inferiorizadoras da população negra passem de geração em geração (CASTIANO, 2010). Mesmo com normativas que alertam para que elaboradores de livros didáticos estejam atentos às posturas racistas, muitos aspectos ligados ao racismo persistem na atualidade e precisam ser revistos.

A disciplina de História, especificamente, tem um legado a ser resgatado. Pela forma como ela foi se firmando como ciência, ficou comprometida com a

“história dos vencedores”, na perspectiva de que a seleção dos conhecimentos ficaram assentados sob a égide do eurocentrismo (NGOENHA, 1993). A História que aclamamos deve mostrar uma nova postura e estar comprometida com o olhar crítico para a diversidade da experiência humana, alargando a visão da história do poder e buscando as diversas contribuições dos povos para a sociedade, dentre elas, o conhecimento africano e o diaspórico.

Referências

- ALVES, Eliseu et al. **Saber em ação: história e geografia de Portugal**. 8.º ano. Porto: Porto, 2011.
- ARAÚJO, Marta; PEREIRA, Marcus Abílio. A interculturalidade e políticas educativas em Portugal: reflexões à luz de uma versão pluralista de justiça social. **Oficina do CES** [online], n. 218, p. 1-17, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2606>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia Rodríguez. **Ao fim ao cabo, foi a Europa que fez o mundo moderno: o eurocentrismo na história e nos manuais**. Coimbra: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1 - 10/1/2003, Página 1.
- _____. Presidência da República. Lei nº 7719,5 de janeiro de 1989 (Lei Caó). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1 - 6/1/1989, p. 369.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília: Secad, 2004.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CASTIANO, José P. **Referenciais da filosofia africana: em busca da subjetivação**. Maputo: Ndjira, 2010.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. **A história da disciplina estudos sociais a partir de representações sobre o negro no livro didático (1981-2000)**. 2000. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. **Os pilares da diferença: relações Portugal-África (séculos XV-XIX)**. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOURA, Clóvis. **De bom escravo a mau cidadão**. Rio de Janeiro: Conquista, 1987.
- NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia africana: das independências às liberdades**. Maputo: Paulistas, 1993.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)**. 2007. 404f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **O negro no ensino de história:** temas e representações. 2000. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.108, p. 199-231, nov. 1999.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-lei nº 369/90, de 26 de Novembro. Estabelece o sistema de adopção, o período de vigência e o regime de controlo de qualidade dos manuais escolares. **Diário da República**, n.º 273/1990, Série I de 1990-11-26.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

ROSÁRIO, Edite; SANTOS, Tiago; LIMA, Sílvia. **Discursos do racismo em Portugal:** essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias. Lisboa: ACID, 2011.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da história 2.** São Paulo: Escala, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** Salvador: Edufba, 1995.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos:** estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VALA, Jorge. **Novos racismos:** perspectivas comparativas. Oeiras: Celta, 1999.

VALA, Jorge; LOPES, Diniz Marques Francisco; BRITO, Rodrigo Craveiro dos R. da C. A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In: VALA, Jorge (org.). **Novos racismos:** perspectivas comparativas. Oeiras: Celta, 1999.

Recebido em 30/03/2016

Aceito em 31/08/2016

FUTEBOL, RACISMO E MEDIA: os discursos da imprensa portuguesa durante o fascismo e pós-Revolução de Abril

FOOTBALL, RACISM AND MEDIA: portuguese press discourses during fascism and post-April Revolution

Pedro Sousa de Almeida*

Resumo

Este artigo questiona a ideia de que o 25 de Abril de 1974 originou uma rutura completa com os discursos colonialistas e racistas que marcaram a ditadura. Depois de se analisar, criticamente, o estado da discussão teórica sobre futebol e racismo no contexto europeu, mostra-se como o contexto do futebol constitui um espaço privilegiado para a glorificação e banalização do colonialismo e do racismo. A componente empírica do trabalho estabelece uma análise comparativa dos discursos da imprensa portuguesa entre o período fascista e o contemporâneo, procurando realçar as suas ruturas e continuidades. No primeiro, evidencia-se o modo como os discursos coloniais racistas contribuíram para a consolidação de ideias sobre a nação assentes na *grandiosidade portuguesa*. O segundo período analisa as narrativas dominantes produzidas pelos media por ocasião do falecimento de Eusébio da Silva Ferreira, mostrando-se de que forma a celebração e exaltação da sua *portugalidade* se encontra profundamente ancorada no paradigma colonial.

Palavras-chave: Discurso colonial. Futebol. Imprensa Portuguesa. Eusébio.

Abstract

In this paper, the claim that the Carnation Revolution in 1974 brought a complete break with the dictatorship's racist colonial discourses is challenged. The state of art in the debate on racism and football is critically reviewed, followed by an explanation on how the football context is an invaluable platform for glorifying and trivializing colonialism and racism. The empirical component of this study establishes a comparative analysis between the discourses in the Portuguese press during the fascist period and those of today, seeking to highlight ruptures and continuities. In the first period, the idea of the nation based on Portuguese grandeur and fed by racist colonial discourses is evidenced. In the second period, the dominant narratives produced by the media on the death of Eusébio da Silva Ferreira are analysed, thus showing how the celebration and exultation of 'Portugality' is deeply anchored in the colonial paradigm.

Keywords: Colonial Discourse. Football. Portuguese Press. Eusébio.

* Doutorando em Democracia no Século XXI no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Antropólogo pela Universidade de Coimbra. E-mail: pedroalmeida@ces.uc.pt

Introdução

A partir do estabelecimento de uma perspetiva comparativa dos discursos da imprensa portuguesa entre o período salazarista e o contemporâneo, este artigo analisa o modo como os media reproduzem, no contexto do futebol, a ideologia colonialista e racista. Não obstante a publicação de alguns estudos mais recentes, a produção académica sobre futebol e sociedade permanece marginal na ciência social portuguesa. Desta forma, o presente trabalho procura, por um lado, contribuir para o enriquecimento desta área temática e, por outro, questionar as visões dominantes que defendem a tese de que o racismo em Portugal assenta em “crenças” de alguns indivíduos (VALA et al., 1999).

No contexto europeu, particularmente nas últimas duas décadas, a contribuição de um conjunto de investigadores tem concorrido para a autonomia e enriquecimento do debate teórico sobre racismo e futebol (CARRINGTON, 1998; BACK et al., 2001; SAEED, KILVINGTON, 2011). Não obstante esta progressiva autonomia e consistência que tem vindo a ser conquistada, uma parte significativa dos estudos permanece refém dos parâmetros que têm orientado os trabalhos sobre futebol e violência, assente na ideia de que o racismo está confinado a subculturas específicas de adeptos. Esse aspeto, tal como se procurará evidenciar, tem exercido, igualmente, uma forte influência na forma como muitos autores problematizam, desde logo, a própria ideia de racismo.

Nesse sentido, a excessiva atenção dirigida à análise do comportamento “antissocial” de grupos específicos, além de reificar a ideia do “adepto racista”, por oposição à “sociedade tolerante”, exonera os restantes atores envolvidos no futebol. Assim, procura-se realçar o papel que os media desempenham na manutenção da ideologia colonial racista e na produção de ideias sobre a nação. Porém, não se trata somente de abordar os discursos racistas no futebol como simples reflexo das normas e valores dominantes, mas também de explorar a relação entre identidade nacional, imperialismo e colonialismo (CARRINGTON, 1998).

O artigo está dividido em duas partes, combinando teoria e análise do discurso. Na componente teórica, dividida em duas secções, procede-se a um exame crítico do debate sobre futebol e racismo no contexto europeu. No primeiro ponto, analisa-se a produção anglo-saxónica, que tem vindo a ganhar uma maior consistência analítica, permitindo, assim, a emergência de novas leituras contra-hegemónicas. Na segunda secção, abordam-se os trabalhos desenvolvidos na Europa do Sul, que, embora procurem um distanciamento crítico em relação aos estudos britânicos, permanecem reféns dos pressupostos teóricos que guiaram uma parte significativa dessas publicações.

A componente empírica desenvolve-se a partir da análise dos discursos da imprensa portuguesa em dois períodos distintos, procurando destacar as ruturas e continuidades históricas que marcam as narrativas dominantes em Portugal. O primeiro, compreendido entre 1960 e 1974, explora o modo como os discursos colonialistas e racistas contribuíram para a consolidação de um imaginário nacional assente na ideia da *grandiosidade lusitana*. O segundo período, situado na

contemporaneidade, evidencia as continuidades históricas das narrativas coloniais. Concretamente, através da análise dos discursos veiculados e reproduzidos pelos media, a propósito do falecimento de Eusébio da Silva Ferreira, mostra-se o modo como a exaltação da sua *portugalidade*, profundamente ancorada no imaginário colonial, “apaga” a própria história (TROUILLOT, 1995).

Futebol, Racismo e Teoria: uma leitura crítica dos estudos anglo-saxónicos

Publicados na década de 1980 e princípios da década de 1990, os primeiros trabalhos que tinham como enfoque central o racismo no futebol europeu procuravam refletir o impacto causado pela chegada de jogadores vindos das antigas colónias britânicas. Foi, precisamente, a partir desta altura que se começaram a escutar, nos estádios, os insultos racistas dirigidos a jogadores negros (WILLIAMS, 1992; HOLLAND, 1996; BACK et al., 1998).

De uma forma geral, desde esse período até à atualidade, a generalidade dos estudos que têm explorado a questão racial no futebol tem-se pautado pela ênfase na postura e comportamento dos adeptos, com especial incidência nos grupos *hooligans*¹. Com efeito, as manifestações racistas que ocorrem na arena do futebol têm sido atribuídas a grupos específicos de adeptos que veem nos estádios um espaço privilegiado para expressar as suas ideologias (TESTA; ARMSTRONG, 2010). Evidentemente que essa “presença” de jogadores negros poderá ter ativado determinadas práticas, concedendo maior visibilidade a este fenómeno. No entanto, recorrendo à expressão de David Goldberg (2009, p. 152), a “raça” tinha sido “enterrado viva”, contrariando, assim, as narrativas dominantes, que disseminaram a tese de que o racismo europeu teria sido ultrapassado (DURAN; JIMÉNEZ, 2006),

As perspetivas críticas de Les Back, Tim Crabbe e John Solomos (1998, 2001), ao distanciarem-se do ativismo moral que tem assinalado uma parte significativa dos estudos, contribuíram para o enriquecimento do debate académico, já que puseram em destaque os diferentes e intrincados processos racistas que se produzem no espaço do futebol. Concretamente, os autores enfatizaram a ideia de que a abordagem do racismo como um mero elemento constituinte de um vasto campo de “comportamentos antissociais” tem resultado no depauperamento da discussão académica: “o rótulo do hooligan/racista torna possível o estabelecimento de um pária moral, para, em seguida, em contraste com esta imagem de desvio, se

¹ O hooliganismo é uma subcultura de adeptos, originária da Grã-Bretanha, em finais de 1960, e que se caracteriza pela procura de confrontação física com outros grupos rivais e/ou com as forças policiais. Devido à crescente vigilância a que têm sido sujeitos por parte das autoridades europeias, e também como forma de afirmação perante outros grupos, os *hooligans* adotaram o chamado “estilo casual” que, genericamente, se caracteriza pela não utilização de adereços alusivos aos clubes que apoiam e pelo uso de vestuário de estilistas de renome, tais como Armani, Burberry, Lacoste, Ralph Lauren ou Fred Perry.

promoverem novos códigos de comportamentos próprios e aceitáveis dentro do estádio de futebol” (BACK et al., 1998, p. 427).

Tendo em vista o enriquecimento e a autonomia dos estudos sobre futebol, raça e identidade nacional, é crucial desvincular o debate académico da discussão sobre o hooliganismo. Neste sentido, salienta-se a pertinência de uma discussão mais alargada, com outras contribuições críticas dos estudos sobre raça, racismo e teoria social, de forma a desenvolver o debate (BACK et al., 2001, p. 33). Assim, a questão central prende-se, desde logo, com a própria concepção de racismo, entendido como “um discurso variável e com múltiplas inflexões que organiza e define os atributos humanos recorrendo a contornos racistas que codificam, de uma forma exclusiva, a definição de identidade, direito e pertença” (BACK et al., 2001, p. 6).

Com efeito, o racismo ultrapassa largamente o universo dos adeptos e vai muito para além, por exemplo, da linguagem abertamente racista que se escuta nos estádios. Na verdade, esse é apenas um dos campos no qual se produz e reproduz o estabelecimento de uma hierarquia racial, de discursos de pertença e de exclusão. Ou seja, o desaparecimento de antigas formas de racismo não é necessariamente implicativo de um progresso social (BACK et al., 2001). Mais do que isso, parafraseando Philomena Essed (1991), não exclui o “racismo do dia-a-dia”. Essa banalização e normalização do racismo é, na realidade, um dos aspectos que o torna chocante e, ao mesmo tempo, tão perturbador (BACK et al., 2001, p. 117).

No caso concreto da Grã-Bretanha, por exemplo, tem sido salientada a ideia de que o futebol ocupa um lugar fundamental para a compreensão da própria reconfiguração do racismo moderno (Bradbury, 2010). Foi, aliás, a partir dessa tese que Carrington (1998) explorou a forma como os discursos dominantes que emergiram no contexto do Campeonato Europeu de 1996, organizado pela Inglaterra, excluíram negros e asiáticos. Mais especificamente, sublinha-se que algumas das expressões culturais que acompanharam a própria competição são parte de um processo mais vasto que associa a identidade nacional inglesa à identidade masculina branca (CARRINGTON, 1998, p. 101).

Esse processo ocorre, na verdade, a vários níveis. Em primeiro lugar, emerge nos discursos políticos que, apesar de “racialmente codificados”, procuram “invocar a noção de uma Inglaterra mítica, nostálgica e implicitamente branca, como sendo um país rural, repleto de ‘campos verdes invencíveis’” (CARRINGTON, 1998, p. 102). Em segundo lugar, destaca-se o simbolismo da música produzida especialmente para o evento, na qual sobressaem noções de pertença, pureza e contaminação, sugerindo-se que essa “poluição” terá começado na década de 1970, precisamente na altura em que se assistiu a um aumento de jogadores negros nos campeonatos profissionais (CARRINGTON, 1998, p. 114).

A problematização do racismo tem, igualmente, sido acompanhada por um discurso *colourblind* (BONILLA-SILVA, 2006; CLELAND, CASHMORE, 2014) e meritocrático² que ignora as questões de poder e privilégio e se recusa a

2 A este propósito, refira-se, por exemplo, as palavras de José Mourinho quando questionado sobre a ausência de treinadores negros na Liga Inglesa: “Não há racismo no futebol. Quando se tem competência,

analisar a centralidade da questão racial, a partir da qual se reproduzem padrões de inclusão e exclusão. Com efeito, o contexto social e cultural do futebol abre espaço a um discurso “pós-racial” (GOLDBERG, 2009), igualitário e no qual se sugere que as desigualdades raciais são parte do passado. Desta forma, a análise da sub-representação nas posições de poder, no futebol, não pode ser dissociada dos fatores estruturais e das posições ocupadas por não-brancos na sociedade em geral (BRADBURY, 2013, p. 303). São, pois, essas posições antagónicas que operam no contexto do futebol, que reproduzem e perpetuam o privilégio branco.

Futebol, Teoria e Racismo no Sul da Europa: potencialidades e limites

Nos estudos desenvolvidos no sul da Europa sobre futebol e sociedade, o racismo surge invariavelmente associado aos *ultras*³. À semelhança do que tem sucedido no Reino Unido, também em Itália o processo de *demonização* de grupos específicos de adeptos é bem visível. Atente-se à forma como Podaliri e Balestri problematizam a questão do racismo no futebol:

Enfrentar o problema do racismo nos estádios italianos obriga-nos a olhar para a história do apoio da *curva* (ou apoio *ultra*, tradicionalmente localizado na *curva* dos estádios) e consequentemente perceber, quer as dinâmicas que possibilitam a expansão do racismo e da extrema-direita, quer as intervenções estratégicas que atualmente procuram perceber a raiz deste fenómeno (PODALIRI; BALESTRI, 1998, p. 88).

Tal como se observa, a exploração teórica do racismo no futebol italiano encontra-se praticamente confinada à análise dos grupos *ultra*. Ou seja, ainda que se procure enfatizar as especificidades culturais, sociais e políticas do “modelo *ultra*”, por oposição ao “modelo hooligan” (BROMBERGER, 1995; BODIN, 2003; MADIR, 2003), a pesquisa do racismo assenta na mesma lógica que tem orientado boa parte da produção científica sobre o futebol britânico. Na verdade, a atenção exclusiva

prova-se que o cargo é merecido. O futebol não é estúpido ao ponto de fechar as portas aos seus melhores protagonistas”. Disponível em: <<http://www.record.xl.pt/internacional/paises/inglaterra/detalhe/mourinho-nao-ha-racismo-no-futebol-907768.html>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

3 Os *ultras* constituem uma subcultura de adeptos originária de Itália, na década de 1970, que se encontra fortemente presente em vários países europeus com maior representação na Europa do Sul. Através de um conjunto complexo de atitudes, valores e normas, os *ultras* procuram diferenciar-se tanto dos adeptos “tradicionais” como dos *hooligans* britânicos. Para tal, apostam numa estética e *performance* que se caracteriza pela procura da visibilidade e pela recriação de um cenário belicista, que é acompanhado pela entoação de cânticos e pela utilização de material pirotécnico dentro dos estádios. Ainda que a violência não constitua um fim em si mesma, a confrontação física ou ritualizada com outros grupos e com as forças policiais não é, de todo, evitada. O recurso à violência surge, na maior parte das ocasiões, associado à identidade de grupo e a noções de masculinidade, honra e vergonha, bem como à defesa do território.

conferida ao “adepto racista” possibilita a banalização e desvalorização dos discursos de outros atores igualmente relevantes. Nesse sentido, a tese de que o racismo é um “problema que se situa fora do *mainstream* do jogo, e ao qual ‘todas as pessoas se opõem’, permite que as formas mais banais de racismo e preconceito sejam ignoradas e varridas para debaixo do tapete” (BACK et al., 2001, p. 198).

Com efeito, a limitação fundamental deste tipo de abordagem reside na própria natureza do debate sobre o racismo, já que a diabolização de grupos restritos de adeptos constitui uma ficção que torna invisíveis os padrões racistas mais complexos que se institucionalizaram no futebol (BACK et al., 2001, p. 199).

O caso espanhol também tem merecido alguma atenção por parte dos investigadores. De um modo geral, o questionamento do racismo tem seguido a mesma linha teórica acima descrita. Isto é, parte-se do princípio de que o problema se confina aos grupos organizados de adeptos que evidenciam uma retórica nacionalista e racista (MADIR, 2003; DURAN, JIMÉNEZ, 2006). Aliás, essa conexão encontra-se bem patente, por exemplo, nas recomendações elaboradas por uma comissão política criada pelo governo espanhol, quando se sublinha que os ultras, com as suas atitudes extremistas, constituem um elemento-chave para entender o problema do racismo e da violência no desporto (DURAN; JIMÉNEZ, 2006, p. 88). Desta forma, ao circunscrever o racismo a este tipo de grupo, difunde-se igualmente a ideia de que a sua erradicação se encontra intimamente ligada à própria exclusão dos ultras.

Apesar de, no contexto espanhol, se terem levantado algumas questões pertinentes e que contribuem para o enriquecimento da discussão teórica, nomeadamente o discurso racista e colonialista de diretores e treinadores (SPAIIJ; VIÑAS, 2005), a generalidade dos trabalhos encontra-se refém dos discursos dominantes da academia e do senso comum. Essas limitações estão presentes, sobretudo, em dois níveis. Por um lado, embora se afirme que o racismo ultrapassa o universo dos ultras (SPAIIJ; VIÑAS, 2005, p. 153), por outro, regista-se, recorrentemente, uma tentação em estabelecer essa conexão (DURAN; JIMÉNEZ, 2006).

Outra das fragilidades a destacar refere-se a um entendimento teórico mais geral acerca do racismo europeu e que vai, aliás, ao encontro das correntes académicas hegemónicas. Desta forma, o racismo – ou, pelo menos, a sua intensificação – surge vinculado à questão da imigração e à consequente ameaça à cultura e à identidade nacional e que é acompanhada pela disseminação do medo dos imigrantes (SPAIIJ; VIÑAS, 2005, p. 155, 156). A este propósito é curioso notar a forma como os diferentes setores políticos da sociedade, apesar de defenderem caminhos diferentes, partilham a visão de que a imigração tende, sobretudo, a ser um “problema” (DIAS, 2012 p. 18). Este consenso, que contribui para a produção da alteridade, “produz um espaço de pertença que é, ao mesmo tempo, um espaço de exclusão. E o imigrante é, em relação a esse espaço de pertença da nação, o ‘outro’ nacional e o ‘outro racial’, a figura por excelência do excluído” (DIAS, 2012, p. 19).

A ausência de trabalhos que explorem a relação entre futebol e racismo em Portugal é a característica mais relevante que marca a já escassa produção teórica dos estudos sobre futebol e sociedade. Dentre os trabalhos publicados, destacam-

se os de Marivoet (1989, 2006, 2009), Coelho (1998, 2001) e Domingos (2006, 2011, 2013). Partindo da análise dos processos de construção identitária dos ultras portugueses, o tema da violência em torno dos jogos de futebol surge como foco orientador das pesquisas da Marivoet. De acordo com a autora, a dinâmica destes grupos, portugueses e estrangeiros, tem favorecido a presença de elementos de extrema direita que tendem a eleger, especialmente, as competições internacionais de futebol como um palco de reivindicação nacionalista e de intolerância face ao “outro” (MARIVOET, 2006, p. 71).

Neste sentido, o racismo e o nacionalismo, no contexto atual do futebol português, surgem vinculados à cultura ultra. Apesar de não se pretender negar a retórica nacionalista e racista por parte de alguns grupos organizados, também em Portugal não se tem enfatizado que o racismo ultrapassa largamente as fronteiras dos ultras.

Os trabalhos de Nuno Domingos, ao explorarem as experiências das populações locais face à introdução do futebol em contexto colonial, constituem um importante contributo para a discussão teórica. Com efeito, ao focar o modo como a prática da modalidade foi apropriada pelos moçambicanos (DOMINGOS, 2006), o autor abriu um conjunto de novas possibilidades que estimulam a emergência de um corpo teórico mais abrangente. Embora a questão racial não constitua a sua principal preocupação, o racismo é abordado nos seus trabalhos (DOMINGOS, 2011), mais especificamente o modo como a prática e a apropriação do futebol ultrapassava as linhas de segregação racial que caracterizava a capital moçambicana. Numa das suas publicações mais recentes, Domingos (2013), a partir dos testemunhos do primeiro jogador negro a representar o Sporting de Lourenço Marques, aborda, entre outros temas, a relação entre clubes de futebol, racismo e segregação durante a dominação colonial portuguesa em território moçambicano.

Poder-se-á afirmar, seguramente, que os estudos de Nuno Domingos, ao investigarem um campo temático que tem sido altamente negligenciado, enriqueceram, sem dúvida, a produção académica sobre futebol e sociedade portuguesa. Pena é que o autor tenha optado por circunscrever a sua análise temporal somente à dominação colonial portuguesa. Na realidade, seria interessante que a abordagem de uma parte significativa destas questões pudesse ser trabalhada e repensada após os processos de descolonização, como forma de desmistificar a tese popularmente e academicamente aceite de que a queda do fascismo implicou uma rutura radical com a ideologia colonial e com o racismo.

Não obstante alguns dos trabalhos mais recentes terem enriquecido o debate académico, uma parte significativa dos investigadores que estudam o fenómeno do futebol não tem revelado uma preocupação em relacioná-lo com as raízes do racismo europeu. Ao invés, as análises dominantes vão ao encontro das correntes académicas hegemónicas que defendem que o racismo, na Europa, é um fenómeno mais ou menos marginal (HENRIQUES, 1984). Na verdade, a forma como o racismo ou o nacionalismo europeu é teorizado no futebol não é mais do que um reflexo do modo como essas questões são discutidas na sociedade. Dito de outro modo, tratar-se-ia, sobretudo, de “atitudes”, “preconceitos” e “crenças” por parte de uma minoria de adeptos.

Independentemente de essas leituras irem ao encontro das abordagens que se tornaram dominantes nas ciências sociais, o racismo “sempre foi muito mais do que preconceito” (BONILLA-SILVA, 2015, p. 75). É neste sentido que se reafirma a necessidade de o questionar a partir do seu enraizamento não só entre a cultura popular, como também entre os media. Assim, defende-se que a análise dos discursos dos media permite uma leitura crítica e mais completa acerca dos processos racistas que se produzem no contexto do futebol. Desta forma, é imperioso abandonar a tese do “adepto racista” e deslocar a atenção para o modo como os discursos mediáticos têm reproduzido e mantido um discurso colonialista e racista.

Futebol, raça e nação: os media portugueses antes e após a Revolução de Abril

Partindo do défice teórico anteriormente descrito, a componente empírica do artigo procura realçar o papel que os media desempenham, na condição de “formadores de opinião”, na perpetuação do racismo (VAN DIJK, 2005). Importa salientar que a análise dos discursos da imprensa portuguesa, no período antecedente à Revolução de Abril, não pode ser dissociada do facto de Portugal ter estado sob a governação de um regime fascista. Assim, é necessário ter em consideração as ações do poder político, mais concretamente o modo como os conteúdos jornalísticos estavam sujeitos à censura. No entanto, tal como se procurará evidenciar, os discursos racistas e colonialistas não cessaram com a queda da ditadura. Por meio da análise dos conteúdos produzidos e difundidos pelos media portugueses, a propósito do falecimento de Eusébio da Silva Ferreira, evidencia-se a forma como a celebração da sua *portugalidade* se encontra ancorada no imaginário colonial e nos discursos da *lusofonia*⁴.

Não obstante as narrativas lusófonas advogarem a celebração e cooperação entre os países de língua portuguesa, a matriz desses discursos assenta, em larga medida, na apologia das “caravelas”, ou seja, na reificação de uma ideologia que se encontra profundamente enraizada no imaginário luso-brasileiro e que estabelece a ideia de um colonialismo “benfeitor” (CAHEN, 1997, p. 431). Deste modo, a comemoração da lusofonia vem reforçar, inquestionavelmente, as formações culturais do país colonizador e invisibilizar os processos de pilhagem social, económica e política sofridos pelos povos colonizados (VALE DE ALMEIDA, 2006, p. 26).

Com efeito, as concepções dominantes da portugalidade têm sido alicerçadas através de um discurso que se encontra ancorado no passado colonial e imperial e

4 O sentido do conceito de lusofonia neste trabalho está ligado, sobretudo, à produção de um espaço político, cultural e económico consubstanciado, em 1996, pela criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que assenta num discurso que procura celebrar uma identidade em comum. No entanto, a sua fundação resulta, essencialmente, da pressão desenvolvida pelas elites portuguesas e brasileiras de modo a reproduzir um discurso celebratório e de exaltação da ideologia colonial (CAHEN, 1997, p. 431). Por outras palavras, a lusofonia “seria o avatar pós-colonial da crença no excepcionalismo colonial português” (OLIVEIRA, 2012, p. 58).

que se traduz no carácter pretensamente universal e “menos racista” que o de outras nações europeias (ARAÚJO, 2013, p. 30). Esta narrativa faz, assim, parte de um processo mais vasto e hegemónico que não só despolitiza como exalta o colonialismo português (ARAÚJO; MAESO, 2013). Na realidade, a celebração do *mundo lusófono*, como parte de um discurso colonial “saudosista” (CAHEN, 1997, p. 392), representa uma continuidade histórica na sociedade portuguesa contemporânea que, particularmente no caso do futebol, está, ainda, muito pouco explorada.

Para a análise dos discursos produzidos e difundidos pela imprensa escrita, no período compreendido entre 1960 e 1974, foram selecionados três jornais e uma revista: *A Bola*, o *Jornal de Notícias*, o *Benfica* e o *Benfica Ilustrado*. Já no que se refere ao período contemporâneo, foram eleitas quatro publicações de imprensa: *A Bola*, o *Público*, o *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã*, referentes ao mês de janeiro de 2014.

As digressões dos clubes portugueses aos “territórios ultramarinos”: “missões ao serviço da pátria”

A década de 1960 constituiu um importante marco histórico para os clubes portugueses, já que foi a partir dessa altura que a maioria se tornou profissional. Essa profissionalização permitiu um crescimento exponencial do futebol, com especial ênfase para o Benfica, no qual se alinhavam vários jogadores oriundos dos territórios colonizados. Os títulos conquistados pelo clube, em 1961 e 1962, que o tornaram bicampeão europeu, cimentaram a sua posição hegemónica no contexto do futebol português. Nesse sentido, as digressões aos “territórios ultramarinos”, sempre aguardadas com elevada expectativa, constituíam momentos simbólicos marcantes. Não obstante as viagens dos clubes portugueses a África serem anteriores a este período, foi, de facto, a partir dos anos 1960 que se assistiu à sua intensificação. Numa dessas digressões a Angola e Moçambique, que constituíam, de certa forma, a “espinha dorsal” do colonialismo português (MENESES, 2012, p. 124), a principal referência da imprensa desportiva exclamava: “O Benfica rumo a África: uma verdadeira missão ao serviço da pátria!” (A BOLA, 02/07/1962, p. 4). Na crónica da notícia, o destaque vai para as palavras de um dirigente do clube, que, lamentando não poder estar presente, frisava:

Nada poderia orgulhar-me mais do que ver a primeira equipa do futebol português em verdadeira Missão ao serviço da Pátria, visto que é esta, ao fim e ao cabo, a verdadeira Missão que leva o Benfica a Angola e Moçambique [...] em tão queridas parcelas integrantes do Grande Mundo Português, integrantes da nossa Pátria! (A BOLA, 02/07/1962, p.4).

Tal como facilmente se depreende, estas ocasiões proporcionavam momentos para exaltar a “nação”. Nesta viagem em particular, a celebração da *portugalidade* foi particularmente reforçada pelo facto de, pela primeira vez na história do futebol, um clube português se ter sagrado bicampeão europeu. A chegada da equipa a Luanda

foi “apoteótica”, já que à sua espera se encontravam milhares de “portugueses”, brancos e negros: “Indescritíveis os momentos que se seguiram à aterragem do avião e as cenas, verdadeiramente impressionantes, que se desenrolaram sob os nossos olhos” (VALLE, *A Bola*, 05/07/1962, p. 5).

Apesar de a imprensa portuguesa reproduzir a ideologia colonial, importa salientar que a tese, que hoje se encontra profundamente enraizada no imaginário nacional, de que o regime salazarista utilizava, de uma forma sistemática, o futebol como forma de tirar proveitos políticos, tem sido contestada (SERRADO, 2009). De acordo com esta leitura crítica, a ideia do Portugal dos “três efes” – Futebol, Fátima e Fado – não corresponde à realidade, já que o governo salazarista não tinha um plano para instrumentalizar o futebol em seu benefício. Evidentemente, tal como o próprio autor sublinhou (SERRADO, 2009), isso não impediu que o regime fascista fizesse, esporadicamente, uso político das conquistas dos clubes e da seleção portuguesa. Esse maior ou menor aproveitamento do futebol como forma de propaganda política tinha, nos media, um dos seus principais veículos. Concretamente, nesta digressão do Benfica aos territórios ocupados, o poder político, na voz do Governador Geral Trindade Martinez, não deixou de dar eco a essa narrativa:

É com a maior comoção que os portugueses do S.L.B saúdam os não menos portugueses desta parcela territorial da pátria, querida e enorme! E ao pôr pé em terra firma deste continente, em que Portugal ocupa posição predominante, já nos paira no espirito e nos acalenta a ideia o próximo contacto que com a mesma finalidade faremos em Lourenço Marques [...] onde esperamos levar as vivas saudações desta comunidade e desta província – do POVO – essa expressão que a todos congrega, sem distinção de classes, raças ou hierarquias (VALLE, *A Bola*, 05/07/1962, p. 5).

Futebol e a Multirracionalidade do Império Português

A década de 1960 marcou a intensificação do “recrutamento” de jogadores provenientes das ex-colónias, especialmente de Moçambique e Angola. Curiosamente, a vinda massiva destes atletas para Portugal ocorreu poucos anos após o regime salazarista ter abandonado a designação de “colónias”, produzindo agora a narrativa de que o país não possuía colónias, mas sim “províncias ultramarinas”⁵. É, aliás, nesse sentido, que se pode ler, na revista oficial do Benfica, que o Ultramar constituía uma das principais fontes de recrutamento, “mantendo, assim, a tradição do mais arraigado portuguesismo nas suas principais equipas, do mesmo modo que

5 No período que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, particularmente a partir da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), Portugal foi pressionado internacionalmente para cessar a ocupação. O regime português não cedeu e passou a incorporar os “territórios ultramarinos” na nação, apelidando-os de ‘províncias’, seguindo, assim, a mesma designação utilizada para diferenciar as várias regiões de Portugal Continental. A formalização deste discurso ocorreu em 1951, altura em que o termo é incorporado na Constituição (MATOS, 2006, p. 156).

dá a todos a certeza de que, realmente, o Ultramar também é Portugal!” (CORREIA, *Benfica Ilustrado*, 02/1960, p. 11).

Dessa forma, as conquistas internacionais alcançadas pelo Benfica e pela seleção nacional durante a década de 1960, legitimaram, em certa medida, o discurso oficial do regime, que proclamava a especificidade e riqueza da cultura portuguesa, baseada na convivência⁶ com outros povos (COELHO; PINHEIRO, 2002, p. 429). Com efeito, fazendo parte de um discurso que atravessava diferentes áreas sociais, o contexto do futebol proporcionou um espaço no qual se reificava a tese da multirracionalidade da nação. A exaltação do Portugal multirracial encontrava-se bem explícita em muitos dos artigos da imprensa desportiva e generalista. Num deles, intitulado “Futebol no mato”, a propósito das atividades militares, que também consistiam em “instruir, educar e amparar” as populações locais, exclamava-se: “Ali não há pretos de Angola – ali há negros portugueses!” (VALLE, *A Bola*, 04/01/1962, p. 3). É, aliás, essa “especificidade” portuguesa que se enfatiza a propósito da obtenção do terceiro lugar no Campeonato Mundial Seleções de 1966:

O futebol português, com a unidade rática de um país pluricontinental e plurirracial, será, na Europa, a expressão acabada da conciliação do praticante dos trópicos, com a sua habilidade congénita, com o praticante europeu, mais inteligente e metódico, de modo a termos, como resultado da simbiose, uma equipa nacional em que a linha técnica corre parrelhas com a linha temperamental (SANTOS, *A Bola*, 04/08/1966, p. 4).

Um aspeto que merece ser destacado refere-se a uma continuidade histórica desta narrativa, ou, pelo menos, de parte dela. Na realidade, este discurso, construído a partir de visões dicotómicas entre *africanidade*⁷ e *europiedade*, ou, em outras palavras, entre *razão versus magia*, continua a fazer parte da narrativa da imprensa portuguesa, o que contribui para o reforço do paradigma racista na cultura popular (ALMEIDA, 2012).

A este propósito, é importante sublinhar o modo por meio do qual as narrativas sobre a Modernidade e a Europa têm sido produzidas em torno da ideia

6 A tese da “especificidade” ou “particularidade” da governação colonial, desenvolvida durante o regime salazarista, encontra-se presente através do conceito de “lusotropicalismo”, assente na ideia que o colonialismo português, respeitador das culturas autóctones, apresentava um carácter distinto dos outros, particularmente no que respeita à celebração das práticas de miscigenação. O termo, que foi cunhado pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, foi, posteriormente, acolhido pelo “estado novo” português e, em particular, por Salazar (CASTELO, 1998).

7 A representação predominante no ocidente sobre os povos africanos encontra-se ancorada no imaginário colonial e assenta, invariavelmente, numa África exótica, selvagem, mas, ao mesmo tempo, genuína, bondosa e ingénua. Esta visão permanece, aliás, quase inalterável desde o colonialismo. No contexto do futebol, esse exotismo, que remete os jogadores africanos para o mundo “selvagem”, encontra-se bem presente nos termos escolhidos para os caracterizar, tais como “pantera”, “felino” ou “gazela” (ALMEIDA, 2012).

de raça. É, precisamente, a partir dessa tese que Hesse argumenta que a invocação da Ciência, Racionalidade ou Estado-Nação funciona, na verdade, como marcador da especificidade da *européidade*:

A ideia de *modernidade racializada* permite-nos interpretar a modernidade enquanto um processo colonial “Europeu/não-Europeu” histórico e discursivo. Esta ideia analisa o modo através do qual uma entidade cristã estabelecida, contudo ainda geograficamente indeterminada, coalesceu como Europa, afirmando-se política, económica e culturalmente marcada como *branca* em relação às suas designações e marcas de uma ‘não-Europa’ (HESSE, 2007, p. 650).

Assim, mais do que uma região, a Europa é, acima de tudo, uma ideia, um projeto ideológico que ultrapassa largamente as suas próprias fronteiras geográficas (HALL, 1992; WEST, 1993).

Não obstante a reprodução da tese de multirracialidade da nação, as representações dos jogadores negros nos discursos da imprensa contradiziam essa suposta “irmandade”, tão veementemente proclamada. É certo que, em muitos dos artigos pesquisados, se notou a ausência de uma linguagem racista ou de um discurso *racializado* a partir da forma de jogar dos africanos. No entanto, em outras ocasiões, foi possível verificar o modo como a *negritude* desses atletas “lusitanos” era acionada e representada. Por exemplo, na análise da *performance* individual dos jogadores da seleção nacional, num jogo do Campeonato Mundial de 1966, podia-se ler: “Eusébio, menos regular do que o impecável companheiro “pérola negra” Vicente...” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 14/07/1966, p. 10).

Para que se compreenda melhor o sentido e o alcance deste tipo de discurso, mais concretamente no que concerne à alusão da *negritude* dos futebolistas, é importante contextualizar, histórica e sociologicamente, a emergência da figura do “atleta negro”, que ocorreu no início do século XX no contexto do boxe norte-americano:

O atleta negro é uma construção produzida a partir das fantasias do reportório colonial da *negritude*, que encontra a sua última expressão na forma da *negritude* desportiva: o furioso, selvagem, incontrolado e quase incontrolável e ingrato sujeito desportivo que deve o seu sucesso a uma fisiologia animal escassa inata, que requer a supervisão de um branco para poder canalizar a agressividade natural do corpo negro para um propósito desportivo disciplinado e produtivo (CARRINGTON, 2010, p. 81).

Tal como se constata, a “invenção” do “atleta negro”, corolário lógico do colonialismo europeu, dos seus folclores raciais, das suas fábulas religiosas e da ciência racista do século XIX (CARRINGTON, 2010, p. 1), tem tido enormes repercussões, não só na esfera desportiva como também fora dela. Ainda que, evidentemente, a linguagem e os termos utilizados se tenham alterado ao longo do tempo, é a partir daqui que se deve explorar a forma como os discursos mediáticos

acerca da *negritude* se acionam nestes espaços, ao mesmo tempo em que não se produz qualquer reflexão acerca do que significa a *branquitude*.

Para além da utilização de terminologias que aludiam à *negritude* de alguns jogadores, verificava-se, por vezes, a utilização de uma linguagem explicitamente racista, como, por exemplo, numa edição do jornal *A Bola* que, ao elogiar a prestação de Vicente Lucas durante o Mundial de 1966, apelidou-o de “pretinho de ouro” (*A BOLA*, 18/07/1966, capa). A escolha deste tipo de expressão não é, evidentemente, inocente. Pelo contrário, vai ao encontro dos discursos paternalistas proferidos pelo poder político, religioso e científico que representava os negros como “crianças grandes” (CABECINHAS; CUNHA, 2003, p. 14). Com efeito, embora o *Acto Colonial* tenha sido abolido oficialmente da Constituição em 1951, poder-se-á, seguramente, afirmar que a “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas” (MATOS, 2006, p. 63) se estende muito para além da sua abolição.

As características associadas à *branquitude* e à *negritude* encontram-se bem explícitas numa crónica, publicada pelo jornal *A Bola* (MARQUES, 02/06/1962, p. 8) intitulada “A alma branca do negro *índio*”, que relata um episódio acerca de um jogador brasileiro, apelidado de “índio”, que atuava no Espanhol de Barcelona. A história resume-se da seguinte forma. O jogador acabara de assinar um contrato “em branco”, deixando a decisão do valor do seu salário ao critério do clube. Esse gesto do “índio”, desprovido de interesse, com a sua “alma de criança, rapaz sem maldade” foi amplamente elogiado através de um jogo de palavras em que sobressai, inquestionavelmente, a ideia de que não se esperaria que um negro pudesse ter essa “nobreza de carácter”.

Não obstante a reprodução deste tipo de discurso não ter ocorrido de uma forma sistemática (tendo em conta o longo período consultado) é por demais evidente que estes futebolistas se encontravam *eticamente marcados*⁸ (SAYYID, 2004, grifo nosso). Neste sentido, poder-se-á afirmar que o racismo no futebol passa, em larga medida, pela “normalização da *branquitude*” e pelas conotações implícitas que estão por detrás desses sentimentos de pertença (BACK et al., 2001, p. 6). Esta é, precisamente, a ideia reforçada por Long e Hylton (2002, p. 90) quando frisam que a “identidade branca” nunca é tratada como tal, já que o “branco” é visto como “normal”, por oposição ao negro, visto como o “outro”. A este propósito, destaque-se, ainda, o título escolhido para a legenda de uma fotografia da equipa do Benfica e Bissau, poucas semanas antes da queda do fascismo: “Os pretinhos da Guiné” (CORREIA, *A Bola*, 04/04/1974, p. 8).

Tal como se procurará analisar no ponto seguinte, apesar de se terem registado algumas mudanças no período pós-Revolução, poder-se-á seguramente afirmar que a imprensa portuguesa tem vindo a manter um discurso colonialista,

⁸ Na pesquisa realizada foi possível detetar uma série de terminologias que invocavam a *negritude* dos futebolistas: “*colored*”, “rapaz de cor”, “negro” foram os termos mais utilizados pela imprensa portuguesa. Já no período contemporâneo, o usos de expressões como “cigano de ouro” (RECORD, 22/10/2014, capa) revela o modo como a população cigana permanece *racionalmente marcada*.

refletindo, aliás, a ideologia hegemónica em Portugal. Não deixa, por isso, de causar alguma surpresa a tese defendida de que a concepção predominante durante o domínio colonial seria “fortemente etnocêntrica”, mas “não propriamente racista” (ALEXANDRE, 1999, p. 140). É, contudo, pertinente salientar que a negação do racismo, enquanto eixo central do discurso da imprensa, enraizou-se nos diferentes sectores da sociedade. Ou seja, produziu-se e reificou-se a tese de que o colonialismo português se distinguiu pela ausência de qualquer tipo de discriminação racial. Desta forma, verifica-se, na contemporaneidade, a ausência de uma rutura com estes discursos. Pelo contrário, estas ideias, herdadas do racismo, do colonialismo e reforçadas pela tese *lusotropicalista*, permanecem hegemónicas na sociedade portuguesa.

A imprensa portuguesa pós 25 de Abril: Eusébio enquanto símbolo da *portugalidade*

O falecimento de Eusébio da Silva Ferreira (em janeiro de 2014), jogador moçambicano que se celebrizou ao serviço do Benfica e da seleção nacional durante a década de 1960, mereceu um enorme destaque nos media globais, sendo, inclusive, manchete em inúmeros jornais e noticiários televisivos internacionais. Considerado por muitos como um dos “melhores jogadores de todos os tempos”, juntamente com Di Stéfano, Pelé, Johan Cruyff ou Maradona, a figura de Eusébio surge, nos discursos políticos e jornalísticos nacionais, umbilicalmente ligada à ideia de *portugalidade*. Essa portugalidade, que não raras vezes se confunde com o discurso luso-tropicalista tão enraizado na cultura popular, tornou-se, na verdade, parte integrante do imaginário e da representação da nacionalidade (VALE DE ALMEIDA, 2006, p. 18). No caso de Eusébio, as narrativas dominantes que se perpetuam desde a sua vinda para Portugal surgem, invariavelmente, associadas aos discursos que glorificam e banalizam as relações de dominação que se estabeleceram no contexto colonial.

Em agosto de 1962, o jornal *A Bola* escrevia, na capa: “Eusébio, produto nacional tão bom como o vinho do porto” (A BOLA, 05/08/1962). No ano seguinte, na publicação oficial do Benfica, exaltava-se a sua *lusitanidade* ao afirmar-se que “Eusébio, para ser português, até tinha de ter o inconfundível Silva plantado no nome” (O BENFICA, 10/10/1963, p.8). Tal como se mostrou na secção anterior, este discurso emergiu e consolidou-se num período histórico e político específico. Nesse sentido, seria expectável que a queda do regime salazarista implicasse uma rutura radical de discursos e narrativas. Evidentemente que o 25 de Abril resultou numa mudança de conteúdos mediáticos. No entanto, apesar do abandono da terminologia colonial (“províncias ultramarinas” ou “Portugal ultramarino”) ou do uso de termos como “preto” ou “pretinho” ter desaparecido do vocabulário jornalístico, o contexto do futebol tem vindo a afirmar-se como palco privilegiado de celebração da *portugalidade*, no qual não raras vezes se banaliza e trivializa o colonialismo e o racismo.

Com efeito, a análise dos discursos proferidos pela generalidade das publicações analisadas, ilustra a forma como a narrativa colonial continua bem

presente no imaginário nacional, percorrendo, aliás, todas as esferas da sociedade portuguesa:

Morreu Eusébio, descendente do povo de Gungunhama e Zixaxa, paradoxal símbolo de meio século de Nação portuguesa e artista único no mundo do futebol internacional. O primeiro responsável pelos apelidos Silva e Ferreira e pelas emoções que assolaram Portugal nos últimos dias chama-se... Vasco da Gama (BANDARRA, Correio da Manhã, 12/01/2014, p. 16).

A mobilização da narrativa colonial foi, na realidade, um dos traços comuns em grande parte dos textos analisados. Num artigo intitulado “Eusébio património do Mundo” (FERREIRA, *Jornal de Notícias*, 06/01/2014, p. 2) sublinhava-se, num tom saudosista, que o futebolista genial era o “símbolo de uma certa portugalidade ultramarina e da grandeza colonial perdida [...] a imagem da assimilação desta íntima portugalidade intercontinental, de projeção universal.” É interessante verificar que a existência de uma continuidade histórica no que se refere à glorificação do colonialismo e à exaltação do seu legado universalista é, na realidade, constitutivo do próprio pensamento europeu (WALLERSTEIN, 1997, p. 96).

Os discursos proferidos pela totalidade dos partidos políticos deram eco ao sentimento geral de consternação pela perda de “um símbolo nacional”. Foi esse o sentido das palavras do Presidente da República, ao recordar “o dia em que saiu do campo em lágrimas, chorando por Portugal. As lágrimas de Eusébio, nesse dia, são as nossas. O País chora a sua morte. O País está oficialmente de luto” (MARQUES, *A Bola*, 06/01/2014, p.7). A celebração da *portugalidade* do “Pantera Negra” foi aclamada na totalidade das publicações analisadas. Por exemplo, no jornal *Público* (FÉLIX, 06/01/2014, p.10) escrevia-se que o futebolista tinha sido “a projeção da portugalidade no mundo global”, enquanto o *Correio da Manhã* (que lançara uma campanha intitulada “Eusébio ao Panteão Já!”) exclamava: “O Panteão Nacional foi feito para os ícones da portugalidade. E Eusébio é um ícone!” (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/2014, p. 4).

A consensualidade em torno não só da figura de Eusébio, mas sobretudo do papel que lhe foi atribuído enquanto símbolo nacional não pode deixar de causar alguma perplexidade. Com efeito, excetuando dois textos que se distanciaram dos discursos hegemónicos, todas as publicações analisadas exaltaram o papel de Eusébio como símbolo da *portugalidade* e da lusofonia. Num deles, intitulado “A política de Eusébio” criticava-se, precisamente, o silêncio que se escondia por detrás dos discursos dominantes: “ocorre, desde logo, uma dimensão política que, de tão óbvia, custa a entender não ter sido mencionada. De facto, a vida e carreira de Eusébio só

9 O Panteão Nacional é um edifício que data de 1836, originalmente concebido para ser uma igreja, e que “acolhe os grandes vultos da história portuguesa”. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/m/panteao-nacional>>. Acesso em: 18 mar. 2006. A transladação dos restos mortais de Eusébio ocorreu no dia 3 de julho de 2015, após ter sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia da República.

foram possíveis porque, nos anos 60, Portugal era o último império ultramarino europeu” (AMARAL, *Correio da Manhã*, 13/01/2014, p.2).

Nessa linha de pensamento, o maior destaque vai para um extenso artigo, assinado por Nuno Domingos, no qual se exploram alguns aspetos fundamentais que permanecem silenciados ou profundamente marginais na sociedade portuguesa:

Eusébio faz parte de uma narrativa portuguesa imperial e pós-imperial. Esta, vista por muitos como um encontro cultural, foi, na verdade, e apesar de uma inegável história em comum, erguida pela violência, pela exploração e por relações de poder radicalmente desiguais. Tudo questões de índole pouco comemorativa que não interessam à moderna diplomacia económica, legitimada por uma ideia de lusofonia global mais preocupada com os negócios do que com a vida das populações (DOMINGOS, *Público*, 09/01/2014, p. 28).

Partindo desta ideia, é importante sublinhar que a apropriação da figura de Eusébio faz parte, na verdade, de uma narrativa que silencia e vulgariza o colonialismo (TROUILLOT, 1995). Eusébio da Silva Ferreira foi – e continua a ser – uma referência incontornável no panorama do futebol mundial. E é igualmente justo salientar que, de facto, Eusébio é genuinamente idolatrado pela maioria dos portugueses e, em particular, pelos adeptos do Benfica. No entanto, paradoxalmente, isso não implica que esses mesmos adeptos, jornalistas ou políticos não reproduzam discursos colonialistas e racistas. Isto é, a celebração e a aceitação de jogadores negros não implica necessariamente a defesa de um discurso antirracista. Pelo contrário, essa admissão e adoração assentam, muitas vezes, em determinados “termos e condições”, ou seja, é acompanhada por um “passaporte cultural” que, na verdade, serve para ocultar a negritude (BACK et al., 2001, p. 85).

A análise comparativa das ruturas e continuidades dos discursos veiculados e reproduzidos pela imprensa portuguesa entre o período fascista e contemporâneo constitui um ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre o modo como o contexto do futebol oferece possibilidades para se repensar a questão da produção da identidade nacional. Simultaneamente, o foco nas narrativas mediáticas leva, necessariamente, à conclusão de que a ideologia colonial racista se estende muito para além dos grupos de adeptos. Tendo em consideração as particularidades das sociedades atuais, aliada à dimensão que o futebol ocupa na representação das culturas populares, o papel dos media na consolidação dos paradigmas dominantes afigura-se de extrema relevância, pelo que uma análise séria e completa acerca dos mecanismos que reproduzem o racismo não pode menosprezar o impacto dos seus discursos na opinião pública.

Considerações finais

Não obstante o crescimento das publicações na Europa sobre futebol e sociedade nas últimas duas décadas, esta área de estudos ainda ocupa uma posição marginal no panorama académico. Poder-se-á afirmar que o facto de as correntes dominantes das ciências sociais negligenciarem este campo de análise é intrigante,

sobretudo na incapacidade revelada em compreender que o estudo do desporto se tornou, nas sociedades contemporâneas, uma das possibilidades para a compreensão da própria realidade social. Partindo desta ideia, mostrou-se, por meio da análise dos discursos da imprensa portuguesa em dois momentos históricos distintos, que a narrativa colonial continua a ocupar um lugar central na sociedade portuguesa.

Nesse sentido, este trabalho pretendeu desmistificar a tese de que a Revolução de Abril implicou um corte radical de paradigmas e discursos. Em concreto, evidenciou-se que o amplo consenso em torno da celebração da *portugalidade* de Eusébio deve ser entendido num quadro que não só favorece como reforça as narrativas herdadas de um longo passado imperial e colonial. Além disso, a exaltação da “grandiosidade lusitana” e da “lusofonia”, que se tornou um lugarcomum na imprensa portuguesa, tem contribuído, igualmente, para o silenciamento do debate racial (LENTIN, 2008) no contexto português. É, pois, neste sentido que se defende a tese de acordo com a qual o desporto, com as suas dinâmicas, muitas vezes contraditórias, “produz e reproduz a raça para além das suas próprias fronteiras” (CARRINGTON, 2010, p. 3).

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In: VALA, Jorge (org.). **Novos Racismos: Perspectivas Comparativas**. Oeiras: Celta, 1999.
- ALMEIDA, Pedro. Futebol, racismo e eurocentrismo. Os média portugueses na cobertura do Campeonato Mundial de Futebol na África do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 103-124, 2012.
- AMARAL, Luciano A política de Eusébio. **Correio da Manhã**, 13/01/2014.
- ARAÚJO, Marta. Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: The (De)Politicization of Colonialism and Racism. In: KRETSEDEMAS, Philip et al. (orgs.). **Migrant Marginality: A Transnational Perspective**. New York: Routledge, 2013. p. 27-46.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, ‘Portugal’ e (pós-)colonialismo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 145-171, 2013.
- BACK, Les; CRABBE, Tim; SOLOMOS, John. Beyond the racist/hooligan couplet: race, social theory and football culture. **British Journal of Sociology**, v. 50, n.3, p. 419-442, 1998.
- _____. **The Changing Face of football: Racism, Identity and Multiculture in the English Game**. Oxford: Berg, 2001.
- O BENFICA. [Editorial]. [Título desconhecido], 10/10/1963.
- BODIN, Dominique. **Le Hooliganisme**. Paris: PressesUniversitaires de France, 2003.
- A BOLA. [Editorial]. **Eusébio: produto nacional tão bom como o vinho do porto**, Capa, 05/08/1962.
- _____. [Editorial]. **O Benfica rumo a África: uma verdadeira missão ao serviço da pátria!**, 02/07/1962.
- _____. [Editorial]. **Pretinho de Oiro**, Capa, 18/07/1966.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States**. Lanham: Rowman & Littlefield Pub, 2006.
- _____. **More than Prejudice: Restatement, Reflections, and New Directions in Critical Race Theory**. **Sociology of Race and Ethnicity**, v. 1,n.1, p. 75-89, 2015.
- BRADBURY, Steven. Institutional Racism, whiteness and the under-representation of minorities in leadership positions in football in Europe. **Soccer & Society**, v. 14, n.3, p. 296-314, 2013.

- BROMBERGER, Christian. **Le Match de Football**: Ethnologie d'une Passion Partisane à Marseille, Naples et Turin. Paris: La Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
- CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís. Colonialismo, Identidade nacional e representações do 'negro'. **Estudos do Século XX**, n. 3, p. 157-184, 2003.
- CAHEN, Michel. Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'institutionnalisation de la Communauté des pays de langue portugaise. In: CAHEN, Michel (org.). **Lusotropicalisme**: Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones. Paris: Karthala, 1997. p. 391-433.
- CARRINGTON, Ben. "Football's coming home" but whose home? And do we want it?: nation, football and the politics of exclusion. In: BROWN, Adam (ed.). **Fanatics! Power, Identity & Fandom in Football**. London e New York: Routledge, 1998.
- _____. **Race, Sport and Politics**. The Sporting Black Diaspora. London: Sage, 2010.
- CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo, o Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CLELAND, Jamie; CASHMORE, Ellis. Fans, Racism and British Football in the Twenty-First Century: The Existence of a 'Colour-Blind' Ideology. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 40, n.4, p. 638-654, 2014.
- COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco. **A Paixão do Povo**: História do Futebol em Portugal. Porto: Afrontamento, 2002.
- CORREIA, Carlos. Benfica de Bissau também tem um "Perrichon". **A Bola**, 04/04/1974.
- CORREIA, Severino. Os Moçambicanos do Benfica. **Benfica Ilustrado**, n. 29, 02/1960.
- CORREIO DA MANHÃ. [Editoria]. **Herói Nacional Rumo ao Panteão**, 07/01/2014.
- DIAS, Bruno Peixe. Da alteridade à recusa da identidade: o tempo da subjetivação política. In: DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno. (orgs.). **Imigração e Racismo em Portugal: o lugar do Outro**. Lisboa: Ed. 70, 2012.p. 15-28.
- DOMINGOS, Nuno. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano. **Análise Social**, n. 179, p. 397-416, 2006.
- _____. Urban football narratives and the colonial process in Lourenço Marques. **The International Journal of the History of Sport**, v. 28, n.15, p. 2159-2175, 2011.
- _____. Dos Subúrbios da Lourenço Marques Colonial aos Campos de Futebol da Metrópole, uma entrevista com Hilário Rosário da Conceição. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], n. 26, 2013.
- _____. As Lutas pela Memória de Eusébio. **Público**, 09/01/2014.
- DURAN, Javier; JIMÉNEZ, Jesús. Fútbol y Racismo: un problema científico y social. **Revista Internacional de Ciencias del Deporte**, v. 3, n. 2, p. 68-94, 2006.
- ESSED, Philomena. **Understanding Everyday Racism**. Newbury Park: Sage, 1991.
- FÉLIX, Bagão. Eusébio Sempre. **Público**, 06/01/2014.
- FERREIRA, Almiro. Eusébio património do Mundo. **Jornal de Notícias**, 06/01/2014.
- GOLDBERG, David. **The Threat of Race. Reflections on Racial Neoliberalism**. Malden MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram (eds.). **Formations of Modernity**. Cambridge: Open University e Polity Press, 1992.
- HENRIQUES, Julian. Social Psychology and the Politics of Racism. In: HENRIQUES, Julian et al. (eds.). **Changing the Subject, Psychology, Social Regulation and Subjectivity**. London: Routledge, 1984. p. 60-89.
- HESSE, Barnor. Racialized modernity: an analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007.

- HOLLAND, Brian. Kicking racism out of football: An assessment of racial harassment in and around football grounds. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 21, n. 4, p. 567-586, 1996.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. [Editoria]. **Com... Vicente está tudo 'very good'**, 14/07/1966.
- LENTIN, Alana. Europe and the Silence about Race. **European Journal of Social Theory**, v. 11, n. 4, p. 487-503, 2008.
- LONG, Jonathan; HYLTON, Long. Shades of White: an examination of whiteness in sport. **Leisure Studies**, v. 21, n. 2, p. 87-103, 2002.
- MADIR, Isidre. **La Violencia en el Fútbol**. Sevilha: Wanceulen Deportiva, 2003.
- MARIVOET, Salomé. **Evolução da violência associada ao Desporto (1978-1987)**. Lisboa: Ministério da Educação, Direção Geral dos Desportos, 1989.
- _____. **Euro 2004**: um evento global em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- _____. Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas - o caso português no contexto europeu. **Configurações**, v. 5, n. 6, p. 279-289, 2009.
- MARQUES, Eduardo. Portugal perdeu um dos seus filhos mais queridos. **A Bola**, 06/01/2014.
- MARQUES, José. A alma branca do negro "índio". **A Bola**, 02/06/1962.
- MATOS, Patrícia Ferraz. **As Cores do Império**: Representações Raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MENESES, Maria Paula. Images outside the mirror?: Mozambique and Portugal in world history. **Human Architecture**, Journal of the Sociology of Self-Knowledge, v. 10, n.1, p. 121-136, 2012.
- OLIVEIRA, Nuno. "Portugal não é um País Pequeno": Reloaded - "Terceira Via" ou Despolitização da Diferença?. In: DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (orgs). **Imigração e Racismo em Portugal: o lugar do Outro**. Lisboa: Ed. 70, 2012.p.47-71.
- PODALIRI, Carlo; BALESTRI, Carlo. The Ultras, Racism and Football in Italy. In: BROWN, Adam (ed). **Fanatics! Power, Identity and Fandom in Football**. London: Routledge, 1998.p. 88-100.
- RECORD. [Editoria]. **Cigano de Ouro**, Capa, 22/10/2014.
- SAEED, Amir; KILVINGTON, Daniel. British-Asians and racism within English contemporary football. **Soccer & Society**, v. 12, n.5, p. 602-612, 2011.
- SANTOS, Vitor. Portugal a lutar na "Barricada Técnica". **A Bola**, 04/08/1966.
- SAYYID, S. Slippery People: the immigrant imaginary and the grammar of colors. In: LAW, Ian; PHILIPS, Deborah; TURNEY, Laura (eds). **Institutional Racism in Higher Education**. Staffordshire: Tretham Books, 2004. p. 149-159.
- SPAAIJ, Ramón; VIÑAS, Carles. "A porellos!": racism and anti-racism in Spanish football. **International Journal of Iberian Studies**, v. 18, n.3, p. 141-164, 2005.
- SERRADO, Ricardo. **O Jogo de Salazar**: a Política e o Futebol no Estado Novo. Lisboa: Casa das Letras, 2009.
- TESTA, Alberto; ARMSTRONG, Gary. **Football Fascism and Fandom**: The Ultras of Italian Football. London: A&C Black Publishers, 2010.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. On the Lusophone Postcolony: 'Culture', 'race', 'language'. Conferência apresentada na Rutgers University, New Brunswick, 2006.
- VALLE, Raul. Futebol no Mato. **A Bola**, 04/01/1962.
- _____. Os Campeões da Europa no Ultramar: Apoteose ao Benfica em terras de Angola. **A Bola**, 05/07/1962.

VAN DIJK, Teun. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. In: LASH, Mary; TELLO, Rosa; BENACH, Núria (eds). **Migración, Género y espacios urbanos**. Barcelona: Bellaterra, 2005. p. 33-55

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its Avatars: the Dilemmas of Social Science. **New Left Review**, n. 226, p. 93-107, 1997.

WEST, Cornel. **Beyond Eurocentrism and Multiculturalism**. Prophetic Reflections: notes on Race and Power in America. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1993.

WILLIAMS, John. **Lick my boots**: Racism in English Football. Sir Norman Chester Centre for Football Research: University of Leicester, 1992.

Recebido em 30/03/2016

Aceito em 31/08/2016

**(PRÉ) TEXTOS E CONTEXTOS:
Media, Periferia e Racialização**

**(PRE) TEXTS AND CONTEXTS:
Media, Periphery and Racialization**

Ana Rita Alves*

Resumo

O colonialismo inaugurou um conjunto de processos de racialização que se consolidaram, até à actualidade, numa relação estreita com noções de espaço, confinamento e segregação. Tendo como espaço etnográfico a cidade de Lisboa, este artigo procurará analisar o papel do discurso mediático na produção e fixação dos bairros (autoconstruídos e de realojamento) como espaços essencialmente racializados e descontínuos do restante tecido urbano. Embora se tratem de estruturas formalmente distintas, a sua história encontra-se profundamente relacionada no imaginário da nação, devido às políticas e aos discursos públicos que os constituiu como a periferia material e simbólica da cidade. Se inicialmente, os bairros autoconstruídos representaram a única solução habitacional para muitos dos imigrantes que chegavam a Portugal dos antigos espaços coloniais, então independentes; posteriormente, através da implementação do Programa Especial de Realojamento, tomaram forma bairros de iniciativa estatal ainda mais segregados que os primeiros. Uma análise atenta a fragmentos do discurso mediático permitirá entender de que forma a periferia foi sendo constituída no imaginário público como espaço racializado, ilegal e à margem da restante sociedade. Neste artigo, procurar-se-á entender de que forma este processo de racialização parece ter conduzido a processos relacionados de desumanização dos habitantes, contribuindo para a existência de vidas “*não choráveis*” nos *bairros* e naturalizando o controlo e a repressão Estatais em determinadas latitudes da periferia, perante uma indiferença generalizada do resto da sociedade.

Palavras-chave: Media. Bairros. Racialização. Desumanização.

Abstract

Since colonial times, processes of racialization have been constructed in a close relationship with notions of space, confinement and segregation. Having Lisbon as ethnographic terrain, I will draw upon media discourse, namely regarding the so-called bairros (self-constructed neighborhoods and public housing quarters), in order to deepen the analysis. It is to be noted that even though these are totally different structures, the story of the bairros is deeply link through public policies and discourses, which constitute the both of them as the material and symbolic periphery of the city in the national imaginary. At first, the

* Doutoranda no Programa “Human Rights in Contemporary Societies” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), Portugal. E-mail: alves.ritalopes@gmail.com

self-constructed neighborhoods in the outskirts of the city represented the only housing solution for the migrants that came from the former colonies; latter on, through the Special Rehousing Program, public housing quarters, even more segregated than the first ones, took shape. Drawing on media news and discourses, I'll argue that the periphery has been constructed in the public imaginary as a racialized and illegal space at the margins of society. More, these institutionalized processes of racialization had led to corresponding processes of dehumanization, which seem to have enabled the existence of ungrievable lives in the bairros that are unevenly subjected to States control and repression, before a comprehensive social and political indifference.

Keywords: Media; Bairros; Racialization; Dehumanization

Introdução

Lisboa é uma cidade imperial edificada a partir de processos históricos demorados de violência e espoliação. Percorrer as ruas do centro da cidade significa, por isso mesmo, contemplar o silêncio ensurdecedor do império, mimetizado num espólio interminável de monumentos e igrejas, ruas e praças, pinturas e objectos que veiculam, em conjunto com os discursos historiográficos dominantes, uma narrativa particular e articulada sobre o passado colonial. Essa narrativa *lusotropicalista*, que narra uma suposta excepcionalidade do *Modo Português de Estar no Mundo* (CASTELO, 1998), tende a silenciar e a naturalizar os processos de violência do processo colonial sublinhando ideias como *pioneirismo* e *contacto*. Essencial à mesma subjaz o pressuposto de que a base e a especificidade do colonialismo português residiu no estabelecimento de *boas relações raciais* entre colonizadores e colonizados e de que estas persistiram no tempo, dando origem a um Estado-nação democrático, tolerante (ARAÚJO; MAESO, 2010) e ontologicamente intercultural. Estes discursos, por sua vez, têm vindo a impossibilitar a abertura de um debate público sobre a persistência do racismo institucional (ARAÚJO; MAESO, 2010) enquanto mecanismo de exclusão no acesso a recursos e direitos por parte daqueles que foram constituídos como os sujeitos racializados da modernidade ocidental (i.e. populações negras, ciganas e migrantes). Neste sentido, a *quasi* ubiquidade do acervo discursivo e museológico da nação encontra-se profundamente implicada com a forma de produzir Portugal (VALE DE ALMEIDA, 2006), atestando como certa concepção do mundo pode suplantar factos históricos (TROUILLOT, 1995) contribuindo, deste modo, para o silenciamento e a persistência de *governamentalidades racializadas* (HESSE, 2004) na contemporaneidade.

Impressas nas mais diversas formas e latitudes do Estado-nação Moderno, persistem, portanto, as *ruínas do império* (STOLER, 2008), recordando que, tal como enunciado por Anibal Quijano (2000, p. 533), “o modelo de poder que é hoje globalmente hegemónico pressupõe um elemento de colonialidade”. Deste modo, a modernidade ocidental pode entender-se enquanto um produto colonial (DUSSEL, 1993), reproduzida a partir de uma tensão permanente entre noções de *centro metropolitano/civilizado* e *espaço colonizado/bárbaro*, profundamente implicada com o estabelecimento de relações de alteridade – dialéticas e hierárquicas – com o ‘outro’, leia-se ‘não europeu’ (DUSSEL, 1993). Como tal, se olharmos,

uma vez mais, para a cidade e a entendermos como repositório das *geografias do capital* (HARVEY, 2010), entendemos de que forma o espaço urbano pode ser pensado enquanto síntese do passado e palco, por excelência, das expectativas da nação. A cidade configura-se, desta forma, como uma espécie de montra¹ de coexistências que reproduz um conjunto de distinções invisíveis, tal como a distinção radical do *pensamento abissal moderno* entre sociedades metropolitanas e territórios coloniais (SANTOS, 2007), mais como fronteira sociopolítica do que geografia apartada. Esta fronteira, enquanto distância, parece articular-se com a manutenção de noções racializadas de *Europeidade* e *não-Europeidade* (HESSE, 2007) que redesenham linhas radicais de não existência e exclusão, sob as quais inexistir “significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2007, p. 4). No decorrer da história das cidades, o apartamento e segregação de populações no espaço aparecem como uma constante, que materializa e evidencia os esboços de uma racionalidade racial no espaço, sublinhando a importância que o mesmo toma no estabelecimento, perpetuação e consolidação das relações de poder, ilustrando, assim, as incoerências de um discurso historiográfico hegemónico sobre o passado e o presente da nação. Estes ecos e silêncios são “étnicamente marcados” e relacionam-se com “vectores imaginários” e “poderosos de pensamento e categorização racial” amplamente vinculados com “técnicas de governação, mapeamento e categorização de populações” que se baseiam em “léxicos ostensivamente objectivos e carregados de valor sobre ‘raça’ e urbanismo” (KEITH, 2002, p. 324):

A ausência pode ser uma força de racialização tão poderosa quanto a presença. Como tal, o racismo pode funcionar, por vezes, através de um processo de substituição, um encadeamento de frases e termos que encerram significados racistas sem, no entanto, referências específicas a crenças racistas (KEITH, 2002, p. 330).

É deste modo que também o discurso (racializado) se revela essencial à produção e organização do espaço como categoria de pensamento (GOLDBERG, 1993a) tornando necessário perceber quais as suas implicações “na localização espacial e consequente marginalização de grupos de pessoas constituídas como ‘raças’” (GOLDBERG, 1993b, p. 46), notando de que forma as práticas de representação criam os seus próprios sujeitos (KEITH, 2002, p. 325), fazendo da cidade um produto das tecnologias de representação e um teatro para as suas práticas (KEITH, 2002, p. 325).

Tendo como palco a cidade de Lisboa, este artigo procurará analisar de que forma o discurso dos media tem concorrido para um processo de racialização do espaço e dos corpos que nele habitam, através de uma relação estreita com noções de território e confinamento, recriando uma tensão antagonista permanente entre centro e periferia. Procurar-se-á perceber também de que forma estes discursos

¹ [N.R.] Exclusivamente no Brasil utiliza-se o termo vitrine em lugar de montra.

têm contribuído para uma desumanização dos habitantes dos *bairros* através do estabelecimento de uma relação comprometida entre lugar e (valor de) existência. Tal, ao que tudo indica, tem vindo a naturalizar o controlo e a repressão estatais em determinadas latitudes da periferia, perante uma indiferença generalizada do resto da sociedade. Neste sentido, os *bairros* – sejam eles autoconstruídos ou de iniciativa estatal – parecem resumir “a solução dominante para o problema de como conter aquilo que se quer excluir ou erradicar, mas sem o qual não se consegue viver” (BERNASCONI, 2002, p. 336, tradução nossa), uma forma de *gestão dos indesejados* (AGIER, 2011). Deste modo, mais do que uma interrupção ou um facto, os *bairros* e os discursos sobre eles produzidos são um sintoma (DU BOIS, 1899: 6) que concretiza um “encadeamento de mecanismos de controlo etno-racial fundado na história e materializado na geografia da cidade” (WACQUANT, 2008, p. 3, tradução nossa).

Argumentando que os media assumem um papel cabal na produção de conhecimento e criação de *consenso social* (VAN DIJK, 1996), procurar-se-á entender o seu contributo no estabelecimento dos termos do debate sobre os *bairros* da periferia de Lisboa. No entanto, considerando a extensão do papel impresso, e na impossibilidade de mapear tão longa discussão, estabeleceram-se algumas janelas de tempo. O presente texto atentar-se-á, em particular, a uma breve compilação de artigos de jornal que datam da década de 1990 e que enfatizam o reconhecimento da periferia e o começo da implementação do mais ambicioso plano de realojamento do Estado Português, no pós-25 de Abril². Contudo, com vista a estabelecer um fio condutor que nos permita desvelar o estado das representações mediáticas na actualidade, a análise deter-se-á também em algumas notícias compiladas nas décadas que lhe sucederam. Sublinhe-se que a análise dos artigos se pautou essencialmente por uma leitura crítica do discurso, atentando ao enquadramento mediático dado a determinados acontecimentos e temáticas, a partir de um diálogo constante com os Estudos Críticos da ‘Raça’ e do Racismo. No decorrer das páginas que agora se seguem, algumas delas baseadas na etnografia que realizei na periferia de Lisboa, nomeadamente no Bairro de Santa Filomena (2012-2013), procurarei mapear a história e o (des)aparecimento da periferia material e simbólica da cidade, enquanto uma “cacofonia de expressões individuais compreendidas numa narrativa mais ampla de segregação e insurgência” (HOLSTON, 2008, p. 168). Posteriormente, centrar-me-ei na análise da produção do discurso mediático sublinhando que, embora muitas vezes crítico, este parece ter concorrido para um processo de racialização do espaço e dos seus moradores, fixando uma *determinada* imagem sobre a periferia da cidade de Lisboa no imaginário da nação.

² Esta análise foi realizada a propósito de uma compilação de artigos da imprensa escrita selecionados nos arquivos do Movimento SOS Racismo, da Associação Guineense de Solidariedade Social, da Hemeroteca Municipal, bem como no meu arquivo pessoal.

Para uma breve história dos *bairros*: da autoconstrução ao realojamento

A história dos *bairros* da periferia da cidade de Lisboa é uma das inúmeras histórias da democracia portuguesa. É a história de muitos homens e mulheres que, nas últimas décadas do século passado, por motivos variados mas contingentes, migraram do continente ou das ilhas dos antigos espaços colonizados – então independentes – rumo a Portugal. Um país que se modernizava, que se urbanizava e que exteriorizava uma necessidade de mão de obra que elevasse pontes, torres, centros comerciais, que desenhasse estradas e outras obras semelhantes. Essas construções, fruto de pequenos e grandes eventos que aconteciam no país³, foram ditando a geografia de uma cidade onde cresciam centros formais e periferias informais que se expandiam e redesenhavam organicamente os seus contornos (COSTA, 1993). A edificação destes espaços autoconstruídos na periferia da cidade⁴ é consequência de um racismo institucional que se materializava numa precariedade laboral obtusa, na dificuldade de acesso à documentação, ao crédito, à habitação e à habitação social, assim como ao mercado de arrendamento privado (MALHEIROS; FONSECA, 2011), corolário de um racismo quotidiano (ESSED, 2002), que marca ontologicamente a experiência de populações imigrantes, negras e ciganas na sociedade portuguesa.

Ao chegarem, muitos dos imigrantes encontravam nos casebres e nos estaleiros das empresas de construção para as quais trabalhavam uma solução habitacional temporária. Não obstante, conta-se que era muitas vezes por ali ou por meio de amigos e familiares que se tomava conhecimento de que algures nas franjas da cidade, entre a Amadora e Cascais, Sacavém ou o Seixal, se poderiam adquirir terrenos ou habitações a preços razoáveis. Às vezes, pequenas moradias de alvenaria, outras, apartamentos delineados a partir de um conjunto de alicerces abandonados, as habitações foram dando forma a pequenos bairros de autoconstrução aos quais, aos poucos, e pelo esforço dos seus moradores, chegou água e luz. Contudo, a ênfase na ilegalidade e na clandestinidade das ocupações e das construções foi enunciada à exaustão pelo discurso público, o que contribuiu para negligenciar determinadas latitudes da história dessa mesma periferia, embora em muitas destas situações o Estado viesse a reconhecer uma *certa legalidade* das habitações, quando delas cobrou o respectivo Imposto sobre Imóvel (IMI). De resto, o crescimento de lugares como o Bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), o Bairro das Marianas (Cascais) ou o Bairro da Jamaica (Seixal) não permitia que as autoridades ignorassem um fenómeno que ilustrava de forma paradigmática a situação de carência habitacional vivida no país, em particular pelas pessoas que, depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, imigravam para Lisboa.

O tempo foi passando e ali nasceram e cresceram os filhos de Abril. Casaram-se pais e filhos, nasceram netos e, aos poucos, reorganizaram-se as casas para os albergar. Outras pessoas houve que saíram do bairro ou que emigraram. Contudo,

³ Como a Exposição Mundial de 1998.

⁴ Que se somaram a todo um conjunto de outros bairros autoconstruídos já existentes.

um conjunto de acontecimentos mantinha abertas as rotas da (pós)colonialidade, e as rotas percorridas pelos barcos, que um dia transportaram escravos, eram hoje as mesmas que traziam, via área, os imigrantes, a mão de obra. Esta continuidade contribuiu para que algumas das casas que se iam desocupando nos *bairros* fossem preenchidas por quem chegava, num fluxo que se fez sentir até hoje. Como tal, aqueles que então imigravam conheciam um país formalmente diferente, mas onde as práticas de discriminação eram tão substanciais como no passado recente, impondo que se recorresse às mesmas estratégias um dia encontradas por outros. Em comum pareciam ter o facto de serem negros, imigrantes ou portugueses filhos de imigrantes, que viviam em espaços construídos na continuidade e consequência da cidade, mas que começam a ser vistos material e simbolicamente como descontínuos. Tal acontece, em parte, através da difusão e consolidação de uma narrativa mediática que descreve os *bairros* como espaços de exclusão e criminalidade, espaços à margem do resto da sociedade e, por isso mesmo, fora do escrutínio e controlo das autoridades, o que rapidamente conduziu à conclusão que a única solução possível seria a sua extinção.

O adensar do debate público sobre a periferia da cidade remonta à década de 1990 e é contemporâneo à criação do Programa Especial de Realojamento (PER)⁵. Este programa tinha como principal objectivo alterar de forma radical o desenho das periferias de Lisboa e Porto, e para tal propunha *erradicar os bairros de barracas* e realojar *todos* os seus moradores em habitação social. O sentido de urgência impresso no texto legal e na quantia avultada destinada à execução do PER parecia privilegiar dois objectivos principais: i) suprimir as carências habitacionais de milhares de agregados familiares que habitavam em “barracas”; ii) promover a *erradicação* dos “bairros de barracas” e contribuir para uma *limpeza da imagem das metrópoles*, numa altura em que o número de barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se estimava entre 16 e 20 mil⁶. No entanto, passados mais de 20 anos da promulgação do PER, aquela que é considerada a política pública de habitação mais ambiciosa do Portugal democrático não só continua por cumprir, como as exclusões e demolições no âmbito da mesma deixaram já sem casa um imensurável número de pessoas e famílias. Não obstante, moradores houve que viram as suas habitações serem demolidas pela permuta de habitações de renda controlada em bairros de realojamento construídos pelo Estado. Argumenta-se que a solução encontrada pelas municipalidades, que correspondeu maioritariamente à construção de *grandes edifícios*, reconhecidos hoje como *bairros sociais*, correspondeu à reconstrução de “pequenos guetos nos subúrbios das áreas metropolitanas” (CACHADO, 2012, p. 148) e restabeleceu, uma vez mais, as fronteiras físicas e imaginárias entre o *centro* e a *sua periferia*, testemunhando a forma como as políticas de assistência podem significar simultaneamente formas de controlo sobre aqueles que delas se beneficiam (AGIER, 2011). É também deste modo que, embora os *bairros de autoconstrução* e os *bairros de realojamento* sejam estruturas formalmente diferentes, a sua história

⁵ Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio.

⁶ Cf. A CAPITAL, 1993.

se encontra profundamente relacionada, uma vez que a combinação das políticas urbanas e do discurso público parece ter concorrido para a essencialização dos *bairros* como a periferia material e simbólica da cidade, no imaginário da *nação*. É este o sentido que se procurará mapear e analisar. Para tal, encetar-se-á uma análise atenta de fragmentos do discurso mediático, da década de 1990 até à contemporaneidade, por forma a perceber os termos deste debate.

Para inventar de vez a periferia: do reconhecimento à racialização

A década de 1990 representa a inauguração de um debate localizado que reconhece a existência de uma periferia, em particular, nos arredores da cidade de Lisboa. Este recorte foi definitivamente inaugurado com a II Presidência Aberta de Mário Soares, quando, nos últimos dias do mês de janeiro de 1993, o então Presidente da República Portuguesa visita, entre outros espaços periféricos, Camarate (Loures) (CASTELO, 1993) – deixando ao país vislumbrar fragmentos do processo de despejo que ocorria no *Lar Panorâmico de Camarate*, uma realidade de dezenas de pessoas que dormiam na rua e às quais não tinha sido dada qualquer solução habitacional. Amplamente difundidas pela comunicação social, as imagens desta visita conduzem a um *reconhecimento público* da existência da *periferia* desde logo como espaço de precariedade habitacional e exclusão social, lançando um debate público sobre cidade, habitação, alteridade:

Mário Soares iniciou pelo penúltimo dia de Janeiro uma Presidência Aberta na Grande Lisboa. Se existir isso a que se chama de “lisboeta médio” ele terá ficado assustado: a capital está sitiada por dezenas de “Camarates”, bairros de lata cheios de pretos, ciganos, marginais, vendedores de droga (PÚBLICO, 1993a).

Não obstante um conjunto de notícias mais antigas, relacionadas em grande medida com a imigração dita *africana* para Lisboa, mencionasse já a existência de espaços periféricos nos arredores da cidade, é sem dúvida com o início do PER – promulgado alguns meses após a II Presidência Aberta – que se vê definitivamente (re)aberto um debate sobre (direito a) habitação e que incidirá, numa primeira fase, nos *bairros autoconstruídos* pelos seus moradores. Assim, embora a discussão proliferasse já nos meios académico e associativo é, sem dúvida, com o envolvimento das esferas do poder central e autárquico por meio da iniciativa legislativa, que se abre um debate nos meios de comunicação social que inaugurará um conjunto de notícias, reportagens e artigos de opinião sobre a temática. São os termos deste último debate que se procurará aqui entender, desvelando a forma como os média contribuíram para a fixação de um determinado imaginário sobre os espaços periféricos da cidade de Lisboa, que reverberaria até ao presente.

De início, as peças jornalísticas pareciam preocupadas em localizar e entender a realidade dos *bairros*. Muitas vezes a propósito de estudos e recorrendo à opinião de académicos, os textos procuravam dar conta da realidade social, cultural, económica e demográfica dos *bairros* que então pontuavam a cintura da Área

Metropolitana de Lisboa (Amadora, Lisboa, Almada, Seixal, Moita, Loures, Oeiras e Sintra).

Nunca como agora se falou tanto da minoria africana em Portugal. Sucedem-se os seminários, os encontros académicos e, pela primeira vez, um representante da comunidade participa nas listas de um partido político às eleições legislativas. Paradoxalmente, a maioria continua a viver a ilegalidade, as condições precárias e a discriminação subtil ou descarada, da sociedade portuguesa (FERREIRA, 1991).

Estes textos, a princípio demorados na descrição do espaço, contavam muitas vezes também com a voz de activistas e moradores dos bairros. Contudo, as notícias pareciam já desenhar um determinado enquadramento que não consegue escapar àquilo que poderíamos denominar de um *reconhecimento eurocêntrico* da periferia, que, desde cedo, reactiva noções de *europiedade* e *não europiedade*: “Hoje, quem percorra a pé a comprida Rua do Moinho, desde o lado branco ao lado negro do bairro, apercebe-se da existência de dois quarteirões. Um europeu, mais ordenado, outro definitivamente africano” (FERREIRA, 1991).

Intrínseca à caracterização do espaço passa a ser a caracterização das moradias, assim como dos seus habitantes. Neste sentido, a denominação dos bairros enquanto “bairros de lata” (GOMES, 1993) ou “bairros de barracas” (PÚBLICO, 1993b) parece sempre advir da classificação atribuída às habitações que aí existem, sintomaticamente adjectivadas como precárias, denominadas “barracas” (PAIXÃO, 1996), “construções degradadas e clandestinas” (DIONÍSIO, 1991). Por outro lado, quando descritos em função dos seus moradores, os *bairros* são classificados enquanto espaços de imigração – quase sempre clandestina e essencialmente africana – consequentemente apelidados como “ilhas negras” (CEREJO, 1993b) ou “guetos” (MIGUEL, 1993) testemunhando um processo de *racialização em curso* que se prolongaria até à contemporaneidade, através de discursos tanto escritos como iconográficos (MONTEIRO, 1995).

Além do mais, estes discursos reificam – pela estranheza, distância e desconfiança impressa na descrição da realidade – a ideia de que Portugal é um espaço ontologicamente homogéneo, uma comunidade histórica, cultural e racialmente (euro)imaginada:

Ao certo ninguém sabe quantos são os cidadãos de origem africana ou asiática residentes em Portugal. Globalmente com os mais de 20 mil ciganos nacionais, constituem as chamadas minorias étnicas e situar-se-ão entre as 200 e as 300 mil pessoas. Em comum têm o facto de ser diferentes da população autóctone portuguesa: na cor da pele, na cultura e muitas vezes na religião (CEREJO, 1993a).

Argumenta-se que este processo de *racialização* da imigração fez com que “o estatuto de migrante e a categorização racial se alinhassem” (SMITH, 1993, p. 129), podendo substituir-se um ao outro, reforçando-se mutuamente. Este processo

contribuiu para que a categoria “(i)migrante” se tornasse um eufemismo ou sinónimo de “negro”, concorrendo para um fenómeno que legitima a ideia de “raça”, utilizando a imigração como testemunho da diferença racial e contribuindo para que “problemas alicerçados no racismo branco, bem como a resistência negra que lhe corresponderia” (SMITH, 1993, p. 129) fossem definidos como consequência do projecto migratório. Este processo não só invisibiliza a matriz eurocêntrica e racista das sociedades ocidentais, como serve, muitas vezes, para justificar um conjunto de políticas que restringem a imigração em geral, e a de negros em particular (SMITH, 1993). É neste contexto que os atropelamentos aos direitos mais básicos, a exclusão a que uma grande parte da população se encontrava votada ou a violência estatal parecem não surtir qualquer comoção ou solidariedade por parte da sociedade maioritária, embora muitas das notícias tivessem um tom de denúncia.

Sublinhe-se que a vinda de pessoas dos países então independentes para Portugal e o facto de se terem estabelecido maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOFobia, 2003, p. 21) lançava, por esta altura, uma discussão pública que se centrava na questão migratória e essencialmente nos processos de regularização extraordinária de imigrantes, o que contribuiu para que “ser imigrante” cedo fosse entendido como “ser clandestino”. Deste modo e considerando que as franjas da cidade eram então habitadas pelos sujeitos racializados da modernidade, os *bairros* começaram também a ser descritos como espaços de *clandestinidade* e *transgressão*, uma síntese entre a forma de apropriação do espaço, a natureza das construções e a situação dos moradores, descritos de acordo com o seu suposto estatuto de “ilegais” (NEVES; FONSECA, 1993), como impresso no cabeçalho “Que fazer com os estrangeiros ilegais” (DIAS, 1993), entre outras notícias:

O Ministério da Administração Interna desmente tudo com veemência, mas a realidade é indesmentível: a polícia já começou a montar operações de caça aos imigrantes que não se legalizem, embora vá dizendo que as acções de identificação são apenas de prevenção contra a criminalidade (NUNES, 1993).

Na Damaia, na Buraca, em Carnaxide, Oeiras ou Setúbal, os bairros onde vivem os cabo-verdianos são idênticos e lá quase tudo é clandestino: habitações, endereços, números de portas e muitos, muitos moradores (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1996).

Esta narrativa contribuiu para a criação da ideia de *margem*, de que os *bairros* eram espaços descontínuos do resto da sociedade. Não obstante, essa descontinuidade/marginalidade é mais atribuída à *natureza* dos bairros do que aos processos de segregação residencial e exclusão económica subjacentes às realidades descritas e denunciadas pelos próprios jornalistas:

Filhas perversas destas urbanizações e exemplares, as barracas, sublocações, sobreocupação de alojamentos, construções degradadas e casas clandestinas que se espalharam, segundo a Câmara Municipal, por 236 bairros da Grande Lisboa. É um universo de centenas de milhares de pessoas que enchem a crónica

da sobrevivência rotineira, entre psicoses, solidão, violência, profissões não qualificadas ou o puro e simples desemprego, o roubo, a prostituição, a arte do desenrasca em espaços que sofrem a carência generalizada de infra-estruturas, equipamentos e a desertificação lúdica (DIONÍSIO, 1991).

Assim, estes discursos contribuem para o desenho dos *bairros* no lado de lá da fronteira da modernidade das cidades europeias. Comparados ora a “*aldeias africanas*” (MONTEIRO, 1995), ora a outros espaços nacionais (africanos), os *bairros* são constituídos como espaços desarticulados com o resto da cidade ou mesmo do país, mediante o traçado constante de uma *linha abissal* que divide a realidade social em dois lados distintos (SANTOS, 2007, p. 10), em que o *outro lado da linha* é constituído como um universo “que se estende para além da legalidade e da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade” (SANTOS, 2007, p. 10). Em conjunto, “estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2007, p. 10), à imagem do que sucedeu durante o período colonial, no qual “a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna” e, neste sentido, “[a] negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2007, p. 10): “Só em Lisboa e Setúbal existem nove “aldeias” de africanos com mais de 2000 pessoas e 20 com mais de mil. As condições de vida são as piores” (MONTEIRO, 1995); “O pequenino Cabo-Verde da Buraca” (FERREIRA, 1991).

Perante tais evidências, a hipótese de contacto passa a ser concebida como *perigo*, dado que os *bairros* são descritos como possível ameaça, espaços de tensão permanente, gradualmente gerados pela pobreza, pelo desenraizamento cultural e pela convivência conflituosa entre as diferentes comunidades étnicas que partilham o espaço. Este discurso contribuiu para a proliferação de uma narrativa que não só constrói o *outro* (o *estrangeiro*) no desvio, mas também como potencial ameaça à ordem pública e ao bem-estar social, acabando por responsabilizá-lo, mesmo que indirectamente, pela sua condição de excluído:

Realidade que atravessa muitos outros bairros, agravada quando o realojamento introduz diferentes comunidades étnicas – ciganos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, timorenses e até tanzanianos e indianos [...]. Terreno de conflitualidade ora latente ora expressa, estas minorias juntam aos antagonismos comuns a especificidade do seu desenraizamento cultural (DIONÍSIO, 1991).

Não obstante, a grande maioria dos artigos e peças jornalísticas depressa assinalem os fenómenos de marginalização económica ou de discriminação racial impostos sobre os moradores dos bairros. Votados a um racismo obtuso e a uma carência extrema, não seria de excluir a possibilidade de que se revoltassem. No entanto, numa sociedade que se quer apartada da discussão racial, este discurso reverberaria de outra forma, acabando por reificar a ideia de uma perigosidade individualizada:

Concentradas nestas ilhas e discriminadas económica e socialmente, as minorias desenvolvem no seu seio problemas de perda de identidade, sobretudo

nos jovens, e defrontam-se com dificuldades crescentes no relacionamento com o resto da população. Uma parte significativa dos portugueses brancos olha-as de lado e começam a surgir manifestações de xenofobia e de racismo aberto [...]. [O] sentimento de rejeição com origem racial pode transformar-se num rastilho, sobretudo para os jovens (CEREJO, 1993a).

É também por esta altura que começa a difundir-se a ideia de que a referida *marginalidade* (MARCELINO, 1995) parece relacionar-se essencialmente com uma *segunda geração de imigrantes*, jovens portugueses negros, portanto – embora muitos não tenham acesso à nacionalidade⁷ –, que começam a ser caracterizados pelos media como desordeiros e violentos, significando um perigo *racializado* para a cidade. Este imaginário de criminalização perduraria até aos dias de hoje.

Os bandos harlemianos das grandes metrópoles, dos EUA à Europa, entrincheirados na violência como um fim em si mesma – zulus e feujis, blacks e beurs, gaulois e cailleras – ainda não amedrontam a pacata Lisboa, apesar dessas sextas feiras redentoras em que descem à cidade, ostentando uma transgressão que a maior parte das vezes não passa de arruaça verbal (DIONÍSIO, 1991).

Na esteira do trabalho de S. Sayyid (2004), denota-se que este processo contribui para a perpetuação de uma distinção ontológica entre *imigrante* e *sociedade de acolhimento*, perpetuada no discurso sobre aqueles que já nasceram em Portugal. Este mesmo discurso, a que Sayyid apelidou de *imaginário migrante* (2004), descreve e crítica os discursos assimilacionistas sobre a imigração, segundo os quais o caminho para a *integração* na *sociedade de acolhimento* aconteceria por fases, materializadas na ideia de “gerações” (SAYYID, 2004), adiando sistematicamente a admissão da heterogeneidade da nação. Maioritariamente criminalizadas, as experiências dos imigrantes são também exotificadas ou banalizadas, o que contribuiu para esvaziar o “outro” de qualquer particularidade, restando por isso mesmo enfatizar a sua genética ou cor de pele (SAYYID, 2004). Este processo implica igualmente que aquele que é *eticamente não-marcado* sirva como referencial estrutural de comparação e normalidade:

Ambas as formas de apropriar o imigrante, independentemente da sua oposição superficial, são baseadas na assunção que aqueles que são etnicamente não-marcados provenham a norma através da qual o imigrante vai ser julgado. Os etnicamente não-marcados representam a humanidade, por excelência (SAYYID, 2004, p. 151).

A presença de um discurso racializado por meio do qual as minorias étnicas são “dirigidas” e nas quais o seu carácter de estrangeiro é domesticado e

⁷ Cf. Lei da Nacionalidade, Governo de Portugal. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=6148&tabela=leis>. Acesso em: 13 abr. 2016.

não erradicado, procuram regular e disciplinar – neste discurso – a identidade dos imigrantes (SAYYID, 2004). Além do mais, são estas características da diferença como distância, e posteriormente como perigo, que parecem justificar a necessidade de policiamento, de *cercar os guetos* por forma a que possam ser controlados: “O ministro da Administração Interna mandou o corpo de intervenção patrulhar certos bairros de Lisboa e Porto, para tranquilizar a população e os dirigentes autárquicos. Afinal, há mesmo guetos, mas até os polícias duvidam desta solução” (PEREIRA, 1998).

É na senda deste imaginário que os bairros aparecem como ilhas étnicas, espaços de pobreza e imigração, associados ao desvio, à tensão, à violência, à criminalidade, à doença e à ilegalidade, uma espécie de *corpos urbanos poluídos* que, *sem que ninguém se apercebesse*, à margem e descontinuados, sitiaram e agora ameaçavam a cidade de Lisboa.

É neste contexto que, pelo final da década de 1990, e com a materialização do Programa PER, os bairros de realojamento começam a ser constituídos na continuidade da exclusão que caracterizava os bairros autoconstruídos. Através da construção de grandes edifícios para realojar as populações, começa a questionar-se a validade do Programa, nomeadamente se o mesmo terá capacidade de cumprir o que prometia – “Transformar os guetos em bairros” (CIDRAIS, 1995) – leia-se a capacidade de interromper os processos de exclusão social e não a de simplesmente descontinuar espacialmente esses mesmos processos. Embora a crítica prevalecesse, associadas ao processo de realojamento reportam-se também situações de indignação dos que passavam agora a ser vizinhos destes bairros, que por esta altura ameaçavam organizar protestos e milícias urbanas contra os habitantes dos bairros sociais, então nas imediações dos seus, que alegavam ter trazido consigo um aumento da criminalidade, associada, uma vez mais, à dita segunda geração:

É um caso de “melting pot” à portuguesa: os moradores de um bairro de classe média-alta dizem-se ameaçados na tranquilidade e segurança; os “realojados” sentem-se defraudados ante as expectativas que lhes foram criadas” (MARCELINO, 1995).

Posteriormente, já na década de 2000, começam a surgir notícias sobre a delonga na concretização do realojamento, sublinhando uma espera que se fez sentir até aos dias de hoje. No entanto, em algumas das notícias, essa mesma espera não deixa de ser de certa forma justificada, pelas vozes das autarquias, que se escudam na complexidade que encerra todo este processo, sublinhando o seu empenho: “A limpeza do bairro das Marianas, em Carcavelos, e de outras zonas problemáticas socialmente tem sido uma prioridade do plano de realojamento” (CARVALHO, 2004).

Por último surgem ainda notícias sobre a materialização do Programa, nas quais se reporta que alguns dos moradores dos bairros agora demolidos, por diferentes motivos, não estariam abrangidos pelo PER e que, como tal, não teriam qualquer direito a realojamento (CONTUMÉLIAS, 2004). Esta realidade seria repetidamente notícia, em particular, a propósito da aplicação do PER no Bairro da Quinta do Mocho (ALEMÃO, 2000), na Azinhaga dos Besouros (HENRIQUES, 2006) e no Casal de Santa Filomena (ROPIO, 2012).

Denote-se que embora no decorrer deste processo muitos artigos tenham assinalado o processo de resistência dos moradores, muitos houve que revisitariam o imaginário já subjacente a estes espaços:

Um cheiro a haxixe queimado impregna o ar. Casas abarracadas de várias cores e com *grafittis* de “intervenção” povoam a encosta onde se planta uma das “favelas” da cintura de Lisboa, o bairro cabo-verdiano de Santa Filomena, no concelho da Amadora (COELHO, 2012).

Com o decorrer dos anos e à medida que muitos dos bairros de autoconstrução deram lugar a bairros de realojamento, os jornais continuaram portanto a discorrer sobre estes espaços e, embora alguma da semântica tenha sido alterada, os sentidos discursivos parecem ter permanecido. Estes espaços periféricos inscrevem-se agora no imaginário português como “problemáticos” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2005) ou “críticos”, contudo insistindo na sua criminalização, e na sua descontinuidade em relação ao restante tecido urbano:

Entrar não é fácil. O Santa Filomena, na Amadora, choca logo ao primeiro olhar [...]. Os arruamentos estão ao deus-dará, escondem becos sem saída e as casas pouco mais são do que barracas, uma imagem que estará mais próxima da realidade dos arredores da capital nos anos 70 (VARELA, 2009).

Mais tarde passariam também a ser descritos como zonas sensíveis ou perigosas (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2009), uma vez que, numa cumplicidade muitas vezes promíscua com as autoridades, os media parecem cada vez mais adoptar a sua semântica e perspectiva, onde discursos racializados sobre imigração e crime se cruzam uma vez mais. Como consequência, os *bairros* onde habitam pessoas maioritariamente de “origem africana” ou “ascendência africana” são apelidados de “bairros de pólvora”, onde a polícia tem receio de entrar (GRAÇA, 2015), legitimando, de certa forma, qualquer acção que aí decorra a partir de então:

Crime vem do Estrangeiro. Mário Mendes diz que “não temos um problema com a imigração”, até porque não gosta de “colar rótulos”, mas reconhece que “parte significativa da criminalidade violenta é cometida por cidadãos estrangeiros (CORREIO DA MANHÃ, 2009).

A rápida reacção policial não foi suficiente para deter suspeitos que, após os disparos, se infiltraram no labiríntico bairro de Santa Filomena. Este aglomerado de casas ilegais, habitado por uma população maioritariamente africana, ficou várias horas cercado pelo Corpo de Intervenção da PSP [...] (LIMA, 2009).

Emboscadas, agressões e apedrejamentos constantes. Incidentes deste tipo fazem parte da rotina da PSP em vários bairros sociais da Grande Lisboa, alguns de génese ilegal. [...] Com cerca de 18 hectares e mais de quatro mil moradores, a maioria de origem africana, este bairro ilegal com vista para o IC19 continua a ser um problema para a Polícia (GRAÇA, 2015).

Conclusão

Uma releitura atenta das notícias que inauguraram o reconhecimento da periferia em Portugal, e em particular na cidade de Lisboa, parece deixar transparecer a proliferação de um discurso essencializador e racializado sobre os bairros autoconstruídos e de realojamento, localizados nas franjas da cidade. Este discurso coloca sempre o ónus da prova nos moradores, que parecem ter de provar *ad eternum* a sua inocência e reafirmar, a cada agressão, a cada protesto, a sua humanidade. Entende-se, como tal, que este processo de *racialização do espaço* corresponde a um processo social hegemónico que fixa uma relação entre o espaço e os corpos que nele habitam, a partir de um imaginário racial e opositivo, que contribui para a manutenção do corpo como “uma entidade discreta” (HESSE, 2007, p. 645), um repositório das relações de poder. Este processo obedece a um conjunto de dispositivos narrativos profundamente enraizados numa leitura eurocêntrica da história (colonial). E, como tal, os discursos mediáticos são o testemunho de processos de racialização contemporâneos mais amplos, que prevalecem no seio da modernidade ocidental através de “hierarquias estabelecidas a partir do corpo”, sejam elas “biológicas, higiénicas, culturais ou ambientais” (GOLDBERG, 1993a, p. 54). A conceptualização da ideia de *Europeidade* – essencial à formulação do racial durante o período colonial – “não só se constituiu a si mesma, como designou o que seria a não-Europeidade de forma discursiva, material e extra-corporal” (HESSE, 2007, p. 646, tradução nossa). Esta “biologização do colonialismo”, consolidada a partir da distinção e territorialização das noções de *Europeidade/não-Europeidade* (HESSE, 2007, p. 646) concorreu para a constituição do ‘outro colonial’ a partir de noções de distância e separação (HESSE, 2007, p. 648), assentes na negação da sua contemporaneidade/*coevidade* (FABIAN, 2002) e através do seu apartamento no espaço, consolidando a ideia de “diferença colonial”, posteriormente “traduzida como raça” (HESSE, 2007, p. 649).

Perseverantes, estas oposições alocaram-se definitivamente nos corpos dos *danados da terra*, negando-lhes, segundo Frantz Fanon (1975), a sua condição de Humano através da criação de uma *zona do não ser* – “uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado, onde um autêntico surgir pode ter origem” (FANON, 1975, p. 24). Deste modo, o racismo parece ser essencial à constituição dos *quadros de guerra* de que nos fala Judith Butler, através dos quais algumas vidas são entendidas como “choráveis” – merecedoras de protecção e de solidariedade – enquanto outras há em “que a perda não é perda, permanecendo não choráveis” (BUTLER, 2009, p. 24). Estas vidas são *precárias* e, como tal, expostas de forma diferenciada a “danos, violência e morte” (BUTLER, 2010, p. 25). É neste sentido que se entende que o discurso mediático, ao reproduzir uma tensão ontológica e permanente entre determinadas noções de centro e periferia, tem contribuído para um processo de *racialização cultural*, “marcando a ‘Europeidade’ como civilizada/ superior/progressiva e a ‘não-Europeidade’ como a sua antítese” (HESSE, 2007, p. 656). Não se limitando a reificar esta tensão que constituiu dois espaços aparentemente incomensuráveis,

o enquadramento mediático sistemático do *bairro* como o *corpo racializado e poluído* da cidade – e no limite, da nação – parece desumanizar todos os que nele habitam, contribuindo para naturalizar e legitimar, desta forma, o exercício de *governamentalidades racializadas*⁸ no Portugal contemporâneo, perante os olhos indiferentes do leitor.

Referências

- AGIER, Michel. **Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government**. Cambridge e Malden: Polity Press, 2011.
- ALEMÃO, Samuel. Vêm aí um “exército de sem abrigo”. **Público**, 23 de Abril de 2000.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia R. Maeso. Explorando o Eurocentrismo nos manuais escolares de História Portugueses. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 239-270, jan. 2010.
- BERNASCONI, Robert. The Guetto and Race. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (Eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell, 2002. p. 340-347.
- BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?**. London & New York: Verso, 2009. p. 1-62.
- CACHADO, Rita. **Uma Etnografia na Cidade Alargada**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2012.
- CAPITAL [A]. **Cavaco quer acabar com barracas em Lisboa e Porto**, 9 de Março de 1993.
- CARVALHO, Rita. Dois anos à espera de casa nova. **Diário de Notícias**, 19 de Junho de 2004.
- CASTELO, Carla. Reportagem Os Desalojados de Camarate. **SIC**. 1993. Disponível em: <<http://www.anmp.pt/index.php/comunicacao/407>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CEREJO, José A. Minorias Étnicas na Grande Lisboa. Um barril de pólvora. **Público**, 13 de Novembro de 1993a.
- _____. Casas só para portugueses. **Público**, 27 de Janeiro de 1993b.
- CIDRAIS, Álvaro. Transformar os guetos em bairros. Opinião. **Público**, 21 de Agosto de 1995.
- COELHO, Rute. O Bairro onde a PSP é “Non-grata”. **Diário de Notícias**, 10 de Dezembro de 2012.
- CONTUMÉLIAS, Mário. O plano de realojamento. **Jornal de Notícias**, 4 de Fevereiro de 2004.
- CORREIO DA MANHÃ. **Secreta espia bairros perigosos**, 5 de Setembro de 2009.
- COSTA, António. Sem casa, com Pilatos. Opinião. **Público**, 26 de Janeiro de 1993.
- DIONÍSIO, José Amaro. A banda Periferia de Lisboa. **Público**, 3 de Maio de 1991.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Carteiro dos Cabo-verdianos**, 28 de Janeiro de 1996.

8 A governamentalidade racializada é “caracterizada pela rotinização social e institucionalização de regulamentos e procedimentos administrativos de poder (isto é, leis, regras, políticas, disciplina, preceitos) exercidos por assemblagens [*assemblages*] europeizadas (brancas) sobre assemblagens [*assemblages*] não europeizadas (não brancas) como se fosse uma normal, inviolável ou natural disposição racial. É governamental uma vez que se relaciona com lógicas regulatórias e administrativas: avaliando, determinando e controlando critérios de admissão a concepções ‘Europeias’ de humanidade e, ao mesmo tempo, reificando lacunas percebidas numa óptica colonial no outro, não-europeu, simbolizado pelas ditas, mas impostas, diferenças raciais atribuídas” (HESSE, 2007, p. 656-657, tradução nossa).

- DUSSEL, Enrique. Eurocentrism and Modernity. **The Postmodernism Debate in Latin America**, v. 20, n. 3, p. 65-76, 1993.
- DU BOIS, William Edward B. **The Philadelphia Negro: A Social Study**. New York: Schocken Books, 1967 [1889].
- ESSED, Philomena. Everyday Racism. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 202-216.
- EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOPHOBIA - EUMC. **National Analytical Study on Housing, Númena, RAXEN Focal Point in Portugal**. Luxemburgo: EUMC, 2003.
- FABIAN, Johannes. **Time and the other: how anthropology makes its object**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983.
- FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras Brancas**. Lisboa: Paisagem, 1975.
- FERREIRA, Nuno. Os Africanos em Portugal. **Público**, 19 de Maio de 1991.
- GRAÇA, Sónia. Bairros de Pólvora. **Sol**, 22 de Agosto de 2015.
- GOLDBERG, David Theo. **Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 1993a. p. 185-202.
- _____. Polluting the Body Politic. In: CROSS, Malcom; KEITH, Michael (eds.). **Racism, the City and the State**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1993b. p. 45-59.
- GOMES, Catarina. Rezar no meio dos bairros. **Público**, 29 de Junho de 1993.
- HARVEY, David. **Géographie et Capital**. Vers un matérialisme histórico-géographique. Paris: Syllepse, 2010.
- HENRIQUES, João P. Providência cautelar suspende demolições na Azinhaga dos Besouros. **Público**, 6 de Fevereiro de 2006.
- HESSE, Barnor. Racialized modernity: An analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007.
- _____. Im/plausible deniability: racism's conceptual double bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.
- HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2008.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. **PSP classifica 36 bairros de Lisboa como perigosos**, 9 de Março de 2009.
- _____. **Bairros problemáticos da Grande Lisboa**, 19 de Fevereiro de 2005.
- KEITH, Michael. The Mirage at the Heart of the Myth? Thinking about the White City. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 323-339.
- LIMA, Luís. PSP montou caça ao homem no Bairro de Santa Filomena. **Diário de Notícias**, 6 de Julho de 2009.
- MALHEIROS, Jorge M.; FONSECA, Lucinda. **Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2011.
- MARCELINO, Valentina. Longe do Paraíso. **Expresso**, 16 de Janeiro de 1995.
- MIGUEL, João. As nove mil chagas de Lisboa. **Público**, 16 de Outubro de 1993.
- MONTEIRO, Luís. Africanos vivem em barracas. **Público**, 29 de Julho de 1995.
- NEVES, Céu; FONSECA, João P. A casa não está arrumada. **Diário de Notícias**, 5 de Março de 1993.
- NUNES, Luís. Abriu a caça ao imigrante clandestino. **Público**, 7 de Maio de 1993.
- PAIXÃO, Guilherme. Barracas vão subsistir muito para além do ano 2000. **Público**, 25 de Maio de 1996.
- PEREIRA, Rui. Cerco aos Guetos. **Expresso**, 31 de Janeiro de 1998.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Decreto-Lei nº 163/93, de 7

- de Maio. Cria o Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com o objectivo de erradicar as barracas existentes nos municípios destas duas áreas metropolitanas, definindo, para esse fim, os deveres e procedimentos dos municípios aderentes ao programa. fixa as participações financeiras e a sucessão de empréstimos por parte do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto Nacional de Habitação (INH), respectivamente. Estabelece as condições gerais de aplicação do programa por parte dos seus intervenientes: IGAPHE, INH, autarquias locais e também instituições particulares de solidariedade social localizadas nas áreas metropolitanas referidas. **Diário da República**, n.º 106/1993, Série I-A de 1993-07-07.
- _____. Assembleia da República. Aprova a Lei da Nacionalidade. **Diário da República**, n.º 228/1981, Série I de 1981-10-03.
- PÚBLICO. **Legalização, Racismo e “Gangs”**, 27 de Dezembro de 1993a.
- _____. **Problema habitacional é preocupação prioritária**, 2 de Abril de 1993b.
- QUIJANO, Anibal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- SANTOS, Boaventura de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SAYYID, Salman. Slippery people: the immigrant imaginary and the grammar of colours. In: LAW, Ian; PHILLIPS, Deborah; TURNEY, Laura (eds.). **Institutional Racism in Higher Education**. Stoke on Trent: Trentham Books, 2004.
- SMITH, Susan. Residential Segregation and the Politics of Racialization. In: CROSS, Malcom; KEITH, Michael (eds.). **Racism, the City and the State**. Londres e Nova York: Routledge, 1993. p. 128-143.
- ROPIO, Miguel. Despedidos de Santa Filomena passam mais uma noite na rua. **Jornal de Notícias**, 20 de Novembro de 2012.
- STOLER, Ann Laura. Introduction. “The Rot Remains”: From Ruins to Ruination. In: **Imperial Debris: On Ruins and Ruination**. Durham and London: Duke University Press, 2008. p. 1-38
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.
- VAN DIJK, Teun. Discourse, Power and Access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (eds.). **Texts and Practices**. Readings in Critical Discourse Analysis. Londres: Routledge, 1996. p. 84-104.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. **On the Lusophone postcolony: ‘culture’, ‘race’, ‘language’**. New Brunswick, NJ: Rutgers University, Dept. of Spanish and Portuguese Studies, April 2006.
- VARELA, Carlos. Gangues armas e violência. **Jornal de Notícias**, 14 de Dezembro de 2009.
- WACQUANT, Loïc. **Urban Outcasts**. A comparative Sociology of Advanced Marginality. Cambridge e Malden: Polity Press, 2008.

Recebido em 25/04/2016

Aceito em 17/08/2016

**CORPORIFICAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS RELIGIÕES
AFRO-BRASILEIRAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

***CORPORIFICATION AND TERRITORIALIZATION OF THE
AFRICAN-BRAZILIAN RELIGIONS IN THE CONTEXT
OF THE BRAZILIAN PUBLIC HEALTH SYSTEM***

Laura Cecilia López*

Resumo

O artigo analisa como as religiões afro-brasileiras, através de modos específicos de corporificação e territorialização, estão propiciando transformações em uma instituição hospitalar, na tentativa de criação de um espaço inter-religioso de produção de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde. A reflexão parte de um estudo antropológico realizado na cidade de Porto Alegre sobre o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município. A pesquisa perseguiu a conformação e mobilização de redes sociais que articulam agentes de serviços públicos e da sociedade civil na disseminação de ações, e as tensões nas instituições em busca de transformações antirracistas. Analiso aqui os dados produzidos no trabalho de campo no Espaço Inter-religioso existente num grupo hospitalar da cidade. Proponho pensar “o hospital como encruzilhada”, seguindo as trilhas dos religiosos afro-brasileiros. Busco analisar os efeitos da presença afro-brasileira naquele espaço, no entrecruzamento de perspectivas/experiências de corpo e saúde/doença diferentes e em conflito. A corporificação e a territorialização das religiões afro parecem abrir brechas para o múltiplo numa instituição como o hospital que, historicamente, se constitui como Um, seja nas normativas que emana, seja nos corpos/sujeitos que produz. Pretende-se levar a sério o que as lideranças religiosas afro-brasileiras estão propondo como possibilidades de pensar mundos comuns, com a promoção de justiça racial e sem diluir as diferenças

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras. Saúde. Corporificação. Territorialização.

Abstract

This article analyzes how, by specific modes of corporification and territorialization, African-Brazilian religions are bringing about changes in public hospitals, in an attempt to create an inter-religious space of health production, in the context of the Brazilian Public Health System. The reflections that follow stem

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. E-mail: lauracl1975@gmail.com

from an anthropological study carried out in the city of Porto Alegre, about the process of implementation of the Black Population National Integral Health Care Policy in the above mentioned city. The research followed the formation and mobilization of social networks that articulate public service and civil society agents as they spread their actions and the tensions within institutions in search of anti-racist changes. I hereby analyze the fieldwork data in the inter-religious space existing in one hospital institution in Porto Alegre. As I follow the trail of the African-Brazilian religions, I suggest that the hospital could be thought of as a crossroad. I trace the effects of the African-Brazilian presence in that place, where diverse experiences and perspectives of what the body and health/illness is crosscut and conflict with one another. The corporification and territorialization of African-Brazilian religions seem to open up possibilities for diversity in such an institution as a hospital, which, traditionally, is conceived as 'One and indivisible', whether in terms of the normatives it yields or of the bodies/subjects it produces. We intend to take seriously what the African-Brazilian religions propose as a chance to elaborate common realms, promoting racial justice and maintaining differences.

Keywords: African-Brazilian religions. Health. Corporification. Territorialization.

Introdução

Abordar analiticamente as lutas antirracistas contemporâneas nos obriga, como cientistas sociais, a delinear caminhos teórico-metodológicos complexos, que não só captem a pluralidade de experiências e resistências dos sujeitos, mas também que levem a sério as filosofias políticas expressas por nossos interlocutores de pesquisa. Este artigo se insere nessas discussões ao analisar como as religiões afro-brasileiras, através de modos específicos de corporificação e territorialização, estão propiciando transformações em uma instituição hospitalar, na tentativa de criação de um espaço inter-religioso de produção de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A reflexão parte de um estudo antropológico realizado na cidade de Porto Alegre sobre o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra¹ no município. A pesquisa perseguiu a conformação e mobilização de redes sociais que articularam agentes de serviços públicos e da sociedade civil na disseminação de ações, e as tensões nas instituições em busca de transformações antirracistas. Analiso aqui os dados produzidos no trabalho de campo no Espaço Inter-religioso existente no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Com a denominação “religiões afro-brasileiras” ou “religiões afro”, refiro-me às diversas formas de religiosidade agenciadas em cosmologias africanas e afrodescendentes, sejam elas o batuque, candomblé, umbanda, quimbanda, linha cruzada. Para os fins deste artigo, não pretendo reduzir as diferenças entre essas várias formas religiosas, mas tomá-las como um conjunto heterogêneo, a partir de algumas continuidades cosmológicas que estão produzindo, no espaço investigado, uma relação de alteridade com outras religiões, e que potencializaram a mobilização

¹ A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi aprovada no ano de 2009 e encontra-se em processo de implementação em estados e municípios brasileiros.

política para a criação do Espaço inter-religioso. Incluo também nesse conjunto, provisoriamente, as práticas de benzedura, uma vez que os próprios agentes do campo as apresentaram relacionadas à religiosidade afro, principalmente porque quem faz as benzeduras é uma mãe de santo.

Ao me referir a modos específicos de corporificação e territorialização das religiões afro-brasileiras, remeto a dimensões cosmopolíticas das relações entre humanos e não humanos e das articulações entre diferentes territórios existenciais². A filosofia que emana das religiões afro-brasileiras nos ajuda a entender como os corpos/sujeitos iniciados na religião se relacionam de forma distinta com o mundo na possibilidade de ser eu humano e também uma divindade, conformando uma pessoa indeterminada, múltipla. A incorporação, na qual um sujeito residual cede o corpo e a consciência a uma entidade que não coincide com o eu, expõe uma experiência radical de alteridade: o “outro” introduzido no “mesmo”. Isto provoca uma diferença exponencial do ser indiviso do sujeito ocidental moderno (ANJOS, 2006).

A encruzilhada, como categoria através da qual a cosmologia afro-brasileira pensa as diferenças, propõe um jogo com a alteridade que, em lugar de dissolvê-las, conecta o diferente ao diferente, deixando as diferenças subsistirem enquanto tais (ANJOS, 2006). Num contexto como o do Brasil, no qual a ideologia da democracia racial tornou como imagem do país o sincretismo, a miscigenação racial, o cruzamento alude à metáfora biologicista de espécies diferentes que se mesclam e originam a síntese mulata. De maneira diferente, e simetrizando a filosofia que emana dos afro-religiosos com a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (1995), Anjos (2006) propõe uma lógica rizomática de dissociação entre o mesmo e a diferença, uma modalidade de não essencialização das raças, a partir do entendimento destas últimas como percursos nômades de intensidades que se fazem corpo.

Articulações entre lideranças afro-religiosas e agentes do SUS vêm ocorrendo de maneiras cada vez mais acentuadas, principalmente pelo cenário de discussões e mobilizações políticas em torno da saúde da população negra, que levou à aprovação da Política em 2009, como já mencionei. Um exemplo destas articulações é a Rede Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), que foi criada no ano de 2003, em São Luís do Maranhão, na presença de lideranças religiosas e adeptos das religiões afro-brasileiras³, profissionais de saúde, pesquisadores e lideranças do movimento negro, com o objetivo de melhorar as condições de saúde do “povo de

² Segundo Stengers (2005), a cosmopolítica faz sentido apenas em situações concretas, nas quais os praticantes a operam, o que nos leva a refletir etnograficamente sobre como, em determinadas situações, são articuladas as relações entre humanos e não humanos, e qual a possibilidade de pensar uma comunicação entre naturezas, ou uma passagem entre mundos, sem cair na unicidade do referente e, por consequência, no relativismo cultural (OLIVEIRA, 2015).

³ Como menciona Silva (2007, p. 173), “o reconhecimento da diversidade das religiões de matrizes africanas no Brasil e a possibilidade de uni-las em torno de um objetivo que faça parte do cotidiano de todas, como os cuidados com o corpo e manutenção da saúde, foi o nosso ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho”.

santo”. A Rede se propõe como um espaço de circulação de informações de maneira intercultural (por exemplo, para pensar a prevenção de doenças como o HIV-Aids através da linguagem dos terreiros) e de compartilhamento de saberes sobre as práticas terapêuticas dos terreiros e sobre como esses espaços religiosos lidam com a saúde. Além disso, ela objetiva funcionar como instrumento de controle social das políticas públicas de saúde na luta para a promoção da saúde e cidadania nos terreiros. Atualmente, a Rede tem abrangência em vários estados do Brasil, e conta com a participação de terreiros, organizações não governamentais, organizações governamentais, setores dos serviços públicos de saúde, pesquisadores, profissionais de saúde e outras pessoas que se engajaram na proposta (SILVA, 2007).

Ao considerar que o SUS surge no Brasil inspirado nas propostas da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde de Alma Ata (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1978) de efetivar um conceito ampliado de saúde, que incluía, entre outras questões, os cuidados primários articulados entre profissionais biomédicos e praticantes tradicionais/religiosos como uma dimensão fundamental da realização do direito humano à saúde, podemos pensar que as instituições biomédicas se tornam porosas como espaço de corporificações e territorializações múltiplas. O princípio de integralidade que guia o SUS se coaduna com a articulação destas dimensões.

No caso analisado, a presença da dimensão religiosa nos cuidados com a saúde dentro do hospital estava circunscrita à religião católica (com uma territorialização, desde a própria construção dos hospitais, nas capelas e com a presença dos padres para realizar a extrema-unção), assim como às religiões evangélicas de maneira mais residual. Como mostrarei a seguir, foram as demandas das lideranças afro-religiosas que abriram o caminho para a criação do Espaço Inter-religioso no GHC, coadjuvando em políticas de promoção da igualdade racial em processo de implementação na instituição. Isso quer dizer que a criação do Espaço foi potencializada pela discussão não só do reconhecimento da pluralidade religiosa, mas também da diversidade étnico-racial, vinculando a invisibilização das religiões afro com o racismo.

Analisarei os efeitos da presença afro-brasileira no espaço do hospital, no entrecruzamento de perspectivas/experiências de corpo e saúde/doença diferentes e em conflito. Buscarei entender, a partir da perspectiva dos religiosos afro-brasileiros e inspirada em Oro e Anjos (2008), as possibilidades e os limites dos processos de composição de mundos comuns no espaço do hospital.

Notas etnográficas

A pesquisa foi realizada durante os anos de 2012 e 2013⁴. Foram mapeadas as redes sociais que articulam agentes de instituições públicas e da sociedade civil na

4 A pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), através do Edital Auxílio Recém-Doutor 2012.

disseminação de ações e na criação de espaços interétnicos de produção de saúde, no contexto de implementação da política de saúde da população negra na cidade de Porto Alegre. Foi um estudo de abordagem etnográfica multilocalizada (MARCUS, 2001), de observação, contextualização e diálogo com os atores participantes dos processos sociais analisados, no intuito de compreender posições e perspectivas dos agentes no mundo social (GEERTZ, 1996). Focarei, neste artigo, os dados produzidos no trabalho de campo nos Espaços Inter-religiosos existentes no GHC que consistiu na observação (e registro em diários de campo) de momentos de atendimento das lideranças afro-brasileiras nos espaços inter-religiosos e de eventos relacionados, assim como na realização de entrevistas em profundidade com duas lideranças (uma ialorixá do batuque e uma benzedeira – também ialorixá do candomblé) e com uma funcionária organizadora da participação dos religiosos afro-brasileiros.

O GHC é visibilizado na cidade como “estrutura reconhecida nacionalmente” e que “forma a maior rede pública de hospitais do Sul do país, com atendimento 100% SUS”, segundo caracterização no *site* institucional⁵. Como palco de vários movimentos sociais, entre eles o movimento negro, é uma instituição permeada por várias demandas da sociedade civil organizada. As demandas antirracistas provocaram a formação da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Ceppir), criada no ano de 2003. Esta Comissão deu fôlego à discussão transversal de ações afirmativas, por exemplo, ao pleitear e conseguir aprovar reserva de vagas para negros nos concursos de recursos humanos da instituição; realizar formação dos profissionais em saúde para incorporar o enfoque étnico-racial no atendimento; abrir a discussão de racismo institucional. Acompanho as ações da Ceppir/GHC desde o ano de 2005, com o intuito de analisar as disputas pela implementação de políticas de ação afirmativa (LÓPEZ, 2009).

Os eventos da Ceppir são reconhecidos no contexto local, tanto os de formação sobre temas específicos de saúde da população negra quanto os seminários realizados para comemorar a Semana da Consciência Negra. Cada ano, em torno do dia 20 de novembro, o seminário reúne profissionais de referência local e de outros estados e organizações da sociedade civil que trabalham na área de saúde da população negra, militantes e organizações do movimento negro de modo geral, assim como funcionários de órgãos competentes na área da saúde. O seminário é também uma oportunidade de apresentar os avanços do trabalho específico desenvolvido no Grupo Hospitalar, particularmente na área de Doença Falciforme.

Interessante notar que 20 de novembro como data da Consciência Negra tem um importante histórico de celebrações em Porto Alegre⁶, e o evento da Ceppir (realizado desde 2003) já é um espaço reconhecido de homenagem na rede da militância negra da cidade. A saúde é tratada amplamente num contexto sociocultural: há performances do coral dos integrantes da Ceppir, que interpreta

5 Site disponível em: <<https://www.ghc.com.br/default.asp?idMenu=institucional&idSubMenu=1>>. Acesso em: nov. 2012.

6 O próprio 20 de novembro como data da Consciência Negra surgiu na cidade de Porto Alegre, ideado pelo Grupo Palmares, na década de 1970, e se expandiu por todo Brasil e para outros países.

canções de artistas negros; discussões sobre temas como literatura, religião afro; performances religiosas e de capoeira; entrega de uma comenda a personalidades negras de destaque, denominada João Cândido, em homenagem ao almirante negro; e a realização de um jantar afro-gaúcho.

No espaço da Ceppir, ocorreu uma articulação com religiosos afro-brasileiros para criar um espaço dentro do Grupo Hospitalar que contemplasse a presença de mães e pais de santo e sua relação com os usuários e trabalhadores fiéis das religiões afro. A proposta tinha como horizonte pluralizar a presença limitada apenas à religião católica (expressa na infraestrutura dos hospitais através da existência de uma capela) e às religiões evangélicas. Exemplo dessa presença era a visitação aos leitos por lideranças religiosas, que não era permitida por normativa dos hospitais, mas era de fato realizada por padres e pastores.

Isto provocou a abertura do primeiro “espaço inter-religioso” no Hospital Cristo Redentor do GHC, que os religiosos afro-brasileiros passaram a ocupar, uma vez por semana, para atender a seus fiéis (assim como nos demais dias da semana lideranças de outras religiões têm essa possibilidade). A abertura do espaço, em outubro de 2008, foi festejada publicamente e inscrita no território do hospital com oferendas de comida, axés, e o ritmo e a dança dos orixás que interferem na saúde. Naquele dia, foi uma experiência interessante entrar numa instituição de saúde, com uma territorialização preponderantemente biomédica, e ouvir o som de atabaques sair de uma sala pequena no corredor de ingresso ao hospital. E, ainda, passar de um ambiente onde circulavam pessoas com rostos abatidos pela rotina hospitalar a um espaço delineado pelo axé, onde as pessoas, com sinais de satisfação em seus rostos, se deixavam envolver pela dança cativante dos orixás, pelo perfume, pelo deleite de comidas sagradas.

As lideranças religiosas que abriram esse caminho – como expressou uma entrevistada, “*eles fizeram a primeira caminhada dentro do hospital, eles vinham com as roupas da religião, expondo isso para as pessoas, tem que ter coragem no peito e essas pessoas tiveram*” (Doris, trabalhadora da instituição) – foram deixando o espaço para outras lideranças. Na atualidade, essas pessoas ocupam outros espaços de articulação política. Por exemplo, um dos pais de santo que atuou de maneira central para a abertura do espaço, hoje coordena a Rede de Religiões Afro e Saúde do estado do Rio Grande do Sul, articulada à Renafro já mencionada.

Com a inserção dos religiosos afro-brasileiros nas discussões de saúde da população negra no GHC, a religiosidade passou a ser tratada nos eventos organizados pela Ceppir. Desde o ano 2009, é organizada a Jornada Ancestral, para discutir alguma especificidade da interface entre religiosidade afro e saúde. Por exemplo, em 2010, o evento foi organizado como uma roda de conversa onde cada liderança religiosa que participava do espaço inter-religioso contou a história de como chegou à religião afro: a maioria delas chegou à religião por algum vínculo com saúde/doença pessoal ou familiar⁷. Em 2011, a Jornada foi dedicada às plantas

7 A presença de narrativas que se referem aos processos de saúde/adoecimento na forma de algum episódio que levou a pessoa a ser iniciada ou a uma aproximação com as religiões afro-brasileiras está

e seus usos terapêuticos no contexto das religiões afro-brasileiras. Em 2012, o evento foi em torno das histórias dos orixás: cada liderança apresentou seu orixá. Interessante notar que, em 2010, quem participava eram lideranças religiosas com algum vínculo com movimentos sociais (negro, de educação popular etc.). No ano de 2012 (durante o trabalho de campo da presente pesquisa), essas primeiras lideranças já tinham saído da instituição, como já mencionei, e as que participavam eram de trajetórias variadas: algumas engajadas em movimentos, mas a maioria não. Isto pode ser percebido no tipo de narrativa pública de umas e outras, mais orientadas aos discursos dos movimentos sociais ou não.

No momento do trabalho de campo, existiam três “espaços inter-religiosos” no GHC: um no Hospital Cristo Redentor, que foi o primeiro a ser criado (no ano de 2008); um espaço no Hospital Nossa Senhora da Conceição, e outro no Hospital Fêmeina (ambos criados em 2010). O espaço do Hospital Cristo Redentor funciona numa sala “neutra”, no térreo, no corredor de entrada dos visitantes. A sala possui umas vinte cadeiras de escritório (com mesa de apoio embutida) e uma escrivaninha e foi dedicada a esse espaço depois de uma reforma realizada no hospital. O espaço não tem uma ornamentação em particular, a pedido dos religiosos afro, para que cada religião possa se territorializar conforme sua cosmovisão. Identifica a sala um *banner* posto na porta de entrada no turno do atendimento, cuja legenda traz o nome do espaço e apresenta uma foto de várias mãos entrelaçadas, de diferentes cores de pele. Percebeu-se, nas observações nesse espaço, que ele é mais frequentado por trabalhadores da instituição do que por visitantes, ou mesmo pacientes, sendo que o Cristo Redentor é um hospital especializado em traumas.

O espaço no Hospital Conceição é localizado na capela católica que já existia na instituição. O espaço da capela é grande, estruturado conforme as igrejas católicas, com um altar, figuras religiosas, várias fileiras de bancos para os fiéis. Nos dias de atendimento dos religiosos afro, as lideranças se situam em um dos bancos que ficam do lado direito, próximo da porta de entrada. Elas não são vistas facilmente da porta, só entrando na capela e olhando para esse lado. Observou-se, durante o trabalho de campo, a surpresa de pessoas que entravam para rezar na capela e se encontravam com uma benzedeira do lado fazendo seu atendimento. Nem sempre o olhar era de aprovação. No caso deste espaço, foi observado que era frequentado não só por trabalhadores, mas também por visitantes das pessoas hospitalizadas e até por usuários. Era muito mais movimentado do que o do Cristo Redentor, talvez pela localização dentro do hospital: funcionando na capela e ocupando um espaço central, com bastante trânsito.

No caso do Hospital Fêmeina, não foi visitado o espaço inter-religioso porque, na época da pesquisa, não estava funcionando, uma vez que a mãe de santo que realizava esse atendimento estava doente e chegou a falecer (sua família de santo estava de luto e não podia realizar o atendimento). Cabe destacar que, nos dois primeiros espaços, os atendimentos eram organizados por rodízio de lideranças. No

em consonância com a literatura da área (RABELO; MOTTA; NUNES, 2002; ALVES, SEMINOTTI, 2009; NUNES, 2009; GOMBERG, 2011; MANDARINO et al., 2012; entre outros).

caso do terceiro, era só uma mãe de santo com a sua família de santo que realizava o atendimento.

Na época da pesquisa, eram oito lideranças (sete mulheres e um homem) de diferentes cultos dentro das religiões afro (batuque, umbanda) que prestavam esse serviço, incluindo, dentro das práticas religiosas afro, as benzeduras realizadas por uma ialorixá. A maior parte das lideranças era negra. O espaço (particularmente a participação dos religiosos afro) era organizado por uma funcionária da casa, também negra. Existia um Fórum Inter-Religioso com representações das diferentes religiões participantes no GHC, a saber, católica, evangélica, espírita e afro-brasileira, para discutir questões referentes a cada religião e ao diálogo entre elas e com a instituição. O Fórum organizava também o calendário do Espaço Inter-Religioso.

A participação dos religiosos era voluntária, não recebiam dinheiro para participar. Segundo expressou a funcionária que organizava a participação dos religiosos afro, e que na época também coordenava o Fórum Inter-Religioso: “*são pessoas que estão se doando para fazer um trabalho comunitário, que sabem que como a vida é importante, porque a gente tem que, as energias têm que se renovarem, que as coisas têm que se renovar*” (Doris, trabalhadora da instituição).

Uma das questões que chamou minha atenção nas entrevistas era a recente participação das lideranças no *Curso de capacitação para visitantes religiosos em Controle de Infecção Hospitalar e Normas Institucionais*, realizado pelo GHC e organizado pelo Fórum Inter-Religioso, tendo em vista credenciar os representantes religiosos que atuavam no espaço inter-religioso para visita de leitos. Segundo minuta publicada no *site* do GHC dias depois da conclusão⁸: “Cerca de 300 voluntários participaram do curso, destes 230 receberam certificado [...] teve três turmas, sendo dividido em quatro módulos, com duração de três horas cada um”.

Pelo apontado nas entrevistas, durante o curso se deram discussões (em vários momentos tensas) referentes ao modo como seria realizada essa visita, questões de higiene hospitalar, o que era permitido e o que não era dentro do alojamento conjunto. O curso propiciou também reflexões sobre cidadania e diálogo intercultural, que, no caso de algumas lideranças, não eram bem aceitas. Segundo referido pelas lideranças afro, os neopentecostais não aceitavam esse “compartilhar” com as religiões afro-brasileiras, como é publicamente conhecida a tensão dos primeiros para com essa formação religiosa.

Corporificação das religiões afro no hospital

Farei referência à corporificação das religiões afro no espaço do hospital focando no engajamento corporal e nos agenciamentos das lideranças religiosas que estão transitando nesse espaço.

Inspiro-me, para a definição de corporificação, na reflexão de Csordas (2008)

8 Minuta publicada em 18/07/2012. Disponível em: <<http://www.ghc.com.br/portalrh/institucional.asp?idRegistro=1266&idRegistroSM=174&idRegistroML=1266&acao=A>>. Acesso em: nov. 2012.

sobre *embodiment* (traduzido ao português como corporificação, corporeidade ou encarnação), ao enfatizar a dimensão encarnada – corporificada – da cultura e das práticas sociais, a experiência fenomenológica do corpo e o modo de presença e engajamento no mundo. Como coloca Rabelo (2011), a centralidade do corpo para entender a religiosidade nos ajuda a desconstruir uma perspectiva cognitivista que centraliza nas representações (chamadas de crenças) a orientação do comportamento religioso. Na perspectiva da corporeidade, o corpo não duplica ou expressa um sentido que é, primeiro, de ordem mental. A experiência corporal sensível é experiência significativa (RABELO, 2011).

Como expressa Silva (2007), para as religiões afro-brasileiras, o corpo é a morada das divindades. “O corpo é o nosso altar”, como fala recorrentemente uma liderança religiosa que acompanho no meu trabalho de campo, e por isso necessita de cuidados: “Inkices, voduns, orixás, caboclos, pretos-velhos, pombas-gira e encantados necessitam do corpo dos iniciados para trazer suas mensagens para os seres humanos” (SILVA, 2007, p. 174). Nessa cosmologia, é fundamental o equilíbrio das partes para manutenção do bom funcionamento do todo. Essa noção de equilíbrio está vinculada ao conceito de axé – energia da vida. A doença pode ser considerada um desequilíbrio ou uma ruptura entre o mundo dos humanos e o mundo sobrenatural. Exemplo disso são os casos de iniciações por problemas de saúde (SILVA, 2007).

A corporificação das religiões afro-brasileiras traz consigo a pluralidade/segmentariedade do engajamento corporal das lideranças religiosas afro e provoca tensões em relação ao hospital como instituição que emana uma normativa única para todas as religiões:

[A entrevistada refere-se ao início do trabalho dela como organizadora dos espaços inter-religiosos] *como é que a gente vai conseguir isso? Porque a religião da matriz africana ela se diferencia das outras religiões porque o templo, as casas religiosas, elas estão dentro da própria residência. É reservado um quarto, uma peça, uma sala normalmente fica na frente da casa, então é nessa dependência que a família usa, né? Então é difícil porque cada um tem o seu sistema, tem as normas da religião, mas em cada casa tem a sua forma de fazer. Diferente de uma igreja, né? Então, vamos ter inúmeras pessoas de casas diferentes que podem tocar diferente, então temos que tentar como é que essa religião vai ficar dentro da instituição, é esse o meu papel aqui dentro, mediar essa discussão da religião e a casa, e até tentar por ser um hospital o que se pode fazer, o que não pode fazer. A gente sabe que na religião africana e eu sei porque lido dentro de uma, ela é um local onde a ialorixá, que alguns chamam de mãe de santo, ela além de cuidar da casa dela de ser a mãe da casa dela, dos filhos, de ser avó, além de ela ser ialorixá ela tem uma comunidade diferente com pessoas que ela não conhece, que podem pensar diferente e ela faz o papel de psicóloga também. Então a gente tentou tipo uma regra, olha aqui é um hospital não é a casa de terreiro, não é uma casa para os adeptos da tua casa, que tem seus clientes, né? Mas é um local para qualquer pessoa, a forma de trabalhar é completamente diferenciada, tem coisas que não dá para trazer, não pode fazer sujeira, algumas coisas que não podem contaminar o ambiente. Então, a gente teve que começar a ver a diferença que era trabalhar num hospital (Doris, trabalhadora da instituição).*

A produção de corpos dóceis característica do hospital captura as religiosidades nas disposições corporais biomédicas, e limita, mesmo que de maneira diferenciada, as religiões nos seus agenciamentos, na busca da não interferência na estrutura biomédica. No caso analisado, a trabalhadora da instituição, que coordenava as atividades no Espaço Inter-religioso, ao se referir à demanda de lideranças religiosas para poder visitar as pessoas hospitalizadas, expressou o seguinte:

Nós, nos diálogos, a gente conseguiu fazer um regramento para visitação, então, a gente pensou todas as formas para abordar, por exemplo: a visitação ao paciente não pode ocorrer em horário de visita porque o horário de visita é do paciente, a visitação tem que ocorrer conforme a disponibilidade do paciente entre 2 e 4 horas da tarde. Então é um horário que não vai atrapalhar, já está almoçado e tudo mais. Outra coisa que a gente abordou com essa ideia de regramento, nós não estamos aqui para fazer um trabalho científico, nós estamos aqui para fazer um ato espiritual. O que eu entendo como ato espiritual, eu vejo que eu não preciso vender minha propaganda dizendo que meu deus faz milagre, e aí tu vais levar e me aproveito da tua fragilidade e te garanto que tu vais ter um milagre, e se tu tens uma melhora, tu sais correndo dali e vai para lá, então, a gente não vai levar nenhuma forma de propaganda, folheto, folder, papelzinho com telefone e endereço, nada. A gente também não vai levar a bíblia, e a gente também não vai levar uma guia imperial dessas de jogar búzios porque primeiro: porque eu posso tocar nela porque ela é sagrada pra mim, e ela tem toda uma simbologia referente, até porque o que é para mim muito importante para o paciente é sujo, muito sujo, eu não vou levar a minha bíblia, pedir para ti tocar no livrinho porque eu vou para outro leito e vou pedir para fazer a mesma coisa e vou multiplicar todos esses bichinhos que andam aí por todo o hospital e que dentro do hospital tem um monte, eu não vou abraçar esse paciente, eu vou abraçar esse paciente só em último caso em que ele se pegue com a mão e depois de lavada e sequinha, e depois tenho que lavar novamente com álcool. Então, são coisas básicas sobre o controle de infecção (Doris, trabalhadora da instituição).

Interessante notar que a consolidação do hospital como instituição biomédica, seguindo Foucault (2010, p. 103), se deu como processo de “purificação dos efeitos nocivos” da desordem, dos perigos do ambiente, e buscou-se despi-lo da dimensão religiosa de salvação espiritual. Podemos entender, na narrativa citada, que a captura pelo hospital dos agenciamentos religiosos, na tentativa de normatização, aglutina as diferenças entre as próprias religiões e retira elementos que provocam “impurezas” (morais, higiênicas), mas, ao mesmo tempo, parece abrir a possibilidade de equalizar as distintas religiões.

Pode-se pensar que, seguindo Machado (2013), na cosmologia afro-brasileira o processo de cura implica numa “socialidade alargada que vai do humano ao não-humano sem constrangimento algum, colocando em cheque a epistemologia biomédica” (MACHADO, 2013, p. 5). Nesse sentido, o encadeamento de coisas (objetos, folhas, rezas, água, etc.) estendem as partes do corpo para além do corpo biológico – entendido este último a partir da racionalidade biomédica, através

de um isolamento de componentes para a reintegração da totalidade a posteriori (MACHADO, 2013).

Ao mesmo tempo em que existem aberturas para o múltiplo, a normativa do hospital aparece como disruptivos encadeamentos afro-brasileiros entre pessoas, coisas e divindades, ao não permitir, por exemplo, o trabalho com a água. Segundo a mãe Vanda, que atua no Espaço Inter-religioso como benzedeira,

Eu aqui não estou trabalhando com água porque é um hospital, por causa da higienização, muitas coisas a gente têm que polir da benzedura, da nossa religião por causa, porque é um hospital, a gente se propôs a trabalhar conforme aquilo que nós podemos fazer. [...] aqui eu só uso a tesoura, mas geralmente eu dou um copo d'água para a pessoa tomar goles, porque daí a água dá uma purificada, mas como é hospital, então, aí eu não posso dar. Mas tem outra [mãe de santo] segunda-feira que vem e ela dá passe, eu só faço a benzedura. Porque o passe é passada a mão em ti e a benzedura não é passada a mão em ti. E tem vários tipos, aqui eu só benzo com tesoura, mas se benze com água, com limão, conforme o problema até com uma vela acesa, [...] mas como aqui é hospital a gente só faz o básico, mas a pessoa tem é que ir procurar uma casa para se limpar (mãe Vanda, ialorixá e benzedeira).

Ao considerar que nas religiões afro-brasileiras as relações entre pessoas e divindades envolvem preparo, circulação e compartilhamento de comida (RABELO, 2011), a normativa do hospital, que proíbe o ingresso de alimentos, teria também efeitos disruptivos nos agenciamentos. Segundo narra mãe Angélica:

Aquele curso [de visitação de leitos], para nós da matriz africana, vou te dizer a verdade, no momento em que disseram no espaço inter-religioso não pode trazer alimento, não pode isso, não pode utilizar, nós nos limitamos, que é que eu trago, alimento, eu trago tempero, chá, plantas religiosas, não há necessidade, simplesmente dizer se a pessoa não quer, não incomoda. Trago o perfume que é do Orixá. Mas lá no terreiro xx [que pratica Umbanda] simplesmente fazem uma oração e pronto, não tem nada demais, a matriz africana é a única que não obedece. Mas lá no Conceição, na segunda-feira, o atendimento é o que tem mais pessoas (mãe Angélica, ialorixá).

Pode-se observar uma diversidade de práticas e elos entre pessoas, coisas e lugares que os religiosos afro-brasileiros apresentam, com diferenças de agenciamentos dentro do conjunto heterogêneo das religiões afro. Os engajamentos corporais dos religiosos afro abrem a possibilidade de outras formas de sensibilidade e entendimento. As falas de mãe Vanda expressam agenciamentos vinculados a territórios existenciais que se sobrepõem aos territórios de existência biomédica:

Tem dias que saio daqui que eu costume dizer que estou com bota de ferro, que eu fico pesada, eu tenho que chegar em casa e tomar um banho de ervas de boldo, alecrim, manjerição, mas daí eu tomo aquele banho de ervas, aí eu fico limpa. Porque aqui tem de tudo, não só bactéria (mãe Vanda, ialorixá e benzedeira).

Eu tive a minha filha baixada aqui e na madrugada tocou o celular e eu disse o que houve minha filha, não mãe eu não estou bem, então eu disse, então, minha filha reza e os médicos ali e ela [outra mulher] falando que não queria mais andar a cavalo e quando eu cheguei ali, como é que eu vou chegar na pessoa e aí perguntei para a filha dela, qual é a religião? Ah é evangélica, daí eu disse bom então a senhora fale com o seu pastor se tem um irmãozinho acompanhando a tua mãe porque foi o que ela está falando, ele disse que queria cachaça que queria andar de cavalo, andar de carroça, aí ela me falou que é o meu irmão que morreu a pouco tempo. E ele bebia muito e andava a cavalo, eu digo, então, ela vá para o seu pastor e nesse meio tempo a vovó começa a vomitar um líquido verde e eu e ela ajudando era uma água preta, parecia cachaça, eu disse cruz credo, misericórdia, ela talvez não soubesse o que era, mas eu sabia que era o Ogum que estava ali ajudando e tirando ele dali. Sem querer eu estava trabalhando, sabe, então, ela chegou a mudar de cor, ela clareou e quando saiu tudo aquilo ela disse olha como a vovó clareou. E independe da crença isso acontece e sempre cada um procura um caminho seu para resolver isso (mãe Vanda, ialorixá e benzedeira).

Essas narrativas expressam corporificações, agenciamentos diferenciados, que expandem os territórios existenciais, na medida em que são pluralizadas as possibilidades de encadeamentos. Possibilidades que desconstituem as oposições biomédicas entre “ciência” e “crença”, “corpo” e “espírito”, e acolhem também outros encadeamentos religiosos, como expresso por mãe Vanda, traçando uma ponte coma corporeidade e o agenciamento das religiões evangélicas.

Territorializações e a composição de mundos comuns

Refiro-me, com territorialização, aos processos em que intensidades religiosas “se fazem território” (ANJOS, 2006), seguindo as trilhas de como os religiosos afro-brasileiros problematizam a composição de mundos no hospital.

Conforme surgiu durante a pesquisa, a presença das religiões católica e evangélicas encontrava-se territorializada e corporificada no hospital de várias maneiras: na sua arquitetura (no caso da religião católica, com a capela) e no trânsito de lideranças católicas e evangélicas através do voluntariado. Como relata mãe Angélica ao ser questionada por mim sobre como foi o início dos espaços inter-religiosos – sendo que ela está desde o começo do espaço no Cristo Redentor:

É aquela coisa, primeiro foi complicado com o hospital porque tinha outras confissões religiosas que já estavam dentro, que tinha a capela que é de formação católica, na capela então padre tem que ser, e depois os luteranos tinham um trabalho, então eram os luteranos e os padres, depois vieram os pentecostais, o último a ser convidado foi a religião de matriz africana (mãe Angélica, ialorixá).

Tem um pastor que há anos trata com os pacientes terminais, se especializou em atendimento espiritual no Paraná. O padre, ligam para ele desde sempre do hospital para fazer a extrema-unção. Nós, nunca nos chamam (mãe Angélica, ialorixá).

O convite às religiões afro, referido por mãe Angélica, foi demandado pela militância de várias lideranças afro-religiosas inseridas na discussão de políticas afirmativas dentro do Grupo Hospitalar. Esta demanda foi viabilizada num cenário no qual um dos hospitais do GHC estava passando por um período de reforma da edificação, o que propiciou uma série de questionamentos:

Naquele ano de 2008, a gente estava pensando num plano de ação e o Cristo Redentor sofreu uma reforma, e uma capela que tinha ali foi para o chão e aí foi que a gente pediu, pedimos para ter um espaço inter-religioso, que a instituição é pública, está na Constituição que todos têm direito de entrar. E também está na lei que os religiosos têm que se adequar à norma da instituição que estão. Então qual o símbolo no fundo que vamos querer botar? Daí, se botássemos qualquer coisa que lembre a natureza não podia qualquer tipo de paisagem, pedra, rio, céu, mar, a lua, não podia porque vai dar tendência a uma religião. A cruz lembra o catolicismo, o céu, o budismo, então, como a gente vai fazer? Daí, vamos fazer a figura do banner, que vai ser um símbolo de união de humanidade que é o que está na porta [...]. Então, nós fizemos uma reunião, a gente escolheu as mãos e fotografamos colocamos a imagem das mãos e todos gostaram porque tinha mãos muito claras e até muito escuras (Doris, trabalhadora da instituição).

Interessante notar que a diversidade do Espaço Inter-religioso foi expressa nos corpos e não nos símbolos religiosos: corporificou-se nas diferentes tonalidades de cor da pele das mãos entrelaçadas na imagem do cartaz que sinaliza o momento de atendimento. Este fato chama atenção para a importância da discussão racial, trazida pelas lideranças afro-religiosas, no sentido de pensar vivências corporificadas de raça que se fazem visíveis com a presença dessas religiões – retomarei essa discussão nas considerações finais.

Pode-se interpretar que a crítica aberta pelas religiões afro-brasileiras propiciou uma desterritorialização católica de um espaço público, reemergindo de maneira laica, para dar espaço igualitário às territorializações das diversas religiões nos momentos em que se fazem presentes.

No caso do Hospital Conceição, “*está com cara de católico ainda, porque é uma questão de coerência, nós estamos numa instituição pública e precisa de orçamentos*” (Doris, trabalhadora na instituição), e, no momento em que foi aberto o espaço, não era prioridade reformar a capela para o investimento do hospital. Porém, segundo Doris, “*todos usam e entram tranquilamente*”. A territorialização das religiões afro na capela se dá de uma outra maneira. Segundo mãe Vanda, ao falar da capela:

Mas o fato é que as energias, não interessam qual é a religião e a energia positiva se alastra. Eu sou neta de escravo, minha avó era escrava, então eles eram obrigados a batizarem na igreja católica, mas já os meus netos foram batizados no candomblé, temos que assumir se não o que estamos fazendo. [...]. Quem é africanista, quem é da umbanda, candomblé, e esse é o nosso ano da nossa religião afro e aí começam a fluir as coisas. Então, tem que ter muita sabedoria e andar com muita gente antiga que são os antigos que sabem (mãe Vanda, ialorixá e benzedeira).

É o encadeamento de ícones através do axé (energia cósmica) que produz a intensidade sagrada, e essa energia vem dos antigos, é o fundamento (ORO; ANJOS, 2008). Conforme a fala de mãe Vanda, é a manutenção do fundamento o que importa, não o espaço físico e os símbolos presentes nele. Mais ainda, é a corporificação, a história feita corpo (nas suas palavras: “*Eu sou neta de escravo, minha avó era escrava [...]*”) que “alastra” a energia, que produz uma territorialização diferenciada. Interessante ressaltar a composição de mundos comuns proposta: ao mesmo tempo em que existe uma luta para a libertação das imposições do catolicismo, existem possibilidades de convívio com essa formação religiosa, na medida em que se estabeleçam relações que não diluam as diferenças:

Olha [o espaço inter-religioso] foi uma briga bem grande, acho que uns 10 anos ou mais que quando elas me convidaram, eu não acredito, isso não vai acontecer aqui porque essa gente é católica e tal, porque para nós aquele que está lá se chama Oxalá. É a mesma coisa para o Testemunha de Jeová é Jeová e para os evangélicos é Cristo porque eu tenho uma irmã pastora e eles falam assim. [...]. Porque eu digo é o respeito, isso é muito importante e aqui se conseguiu no Conceição isso, foi uma batalha muito grande que a gente venceu, claro que aqui é só benzedura que é o que eu faço, mas se a pessoa precisar de mais alguma coisa não é aqui, aqui não é o lugar e nem o local para fazer isso, daí se tu quiser ir na minha casa ou na casa de outra mãe de santo aí pode ir (mãe Vanda, ialorixá e benzedeira).

Como foi mencionado, durante o trabalho de campo, foi amplamente referido o curso realizado para a visitação de leitos, como um espaço de diálogo, de acordos e tensões entre as diferentes religiões. Segundo mãe Angélica:

[Falando da relação com as outras religiões durante o curso]. Foi sem problemas, foi bem melhor, só do fato de terem participado do curso já valeu, de terem perguntado e tirado suas dúvidas, não foi tão ruim e aí de repente um só lá da Universal meio que forçou a corda e tal porque eu sou bem palavrona assim para falar, mas deu para contornar. Ele veio e falou dos milagres e tal, e eu disse: nós não prometemos curas nem milagres, nós simplesmente estamos aqui para dar aquele reforço espiritual para quem está doente, para aquele que está nos momentos difíceis, não é esse o propósito. Daí ele ficou quieto sem jeito. Porque não é o propósito mesmo. Tudo bem daí tinha comida lá e uns não queriam comer, mas tudo bem, não quer comer não come, não é obrigado a comer. Nem o padre ficou assim... (mãe Angélica, ialorixá).

Diferentes visões de lideranças afro-brasileiras nos fazem refletir sobre as possibilidades de pensar (e viabilizar) mundos comuns a partir de simetrizar a presença das religiões afro com a das outras religiões, assim como a relação com a própria instituição hospitalar.

Considerações finais

A título de considerações finais, destaco o potencial da filosofia política das religiões afro-brasileiras como realização de um renovado pacto social que equacione

as diferenças. Ao contrário da filosofia política ocidental, que constituiu os projetos de nação latino-americanos e que exprime a ideia de nação como uma unidade, uma síntese de culturas e raças na mestiçagem, o modelo das religiões afro-brasileiras, de caráter rizomático, toma a encruzilhada como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidade (ANJOS, 2006).

Tal filosofia política é radicalmente antirracista, na medida em que dessensencializa a raça, ao entendê-la como um percurso nômade. Na cosmologia afro-brasileira, raças são perspectivas que circulam por uma multiplicidade de corpos. Ao mesmo tempo, se alia a sentidos de justiça reparatórios e potencializa políticas públicas com enfoque racial, no sentido de, como nos lembra Anjos (2006, p. 23), “a racialidade vivenciada como um ponto de vista que se ‘ocupa’ de um corpo, como intensidade histórica que se faz corpo, a distribuição de gradientes dessa intensidade é possível para efeitos compensatórios sem que as linhas assim traçadas constituam essências”. Podemos estabelecer o vínculo com o cartaz elaborado para identificar o Espaço Inter-religioso, como foi mencionado, que corporifica diferentes tonalidades de pele em mãos entrelaçadas. São raças que se fazem corpo, que se entrecruzam e que continuam como pluralidades, mas com uma pretensão de equidade na participação no cotidiano do hospital.

No caso analisado, a corporificação e a territorialização das religiões afro estão abrindo brechas para a problematização e o reconhecimento encadeado da pluralidade religiosa e da diversidade étnico-racial.

Como pensar renovadas composições de mundos comuns? Eis o desafio para qualquer esfera pública. Pretendi, neste artigo, levar a sério o que as lideranças religiosas afro-brasileiras estão propondo como possibilidades de pensar mundos comuns, nas trilhas das lutas antirracistas, com a promoção de justiça racial e sem diluir as diferenças.

Referências

- ALVES, Miriam C.; SEMINOTTI, N. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, supl.1, p. 85-91, 2009.
- ANJOS, José Carlos G. **No Território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- CSORDAS, Thomas. **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1996.
- GOMBERG, Estélio. **Hospital de Orixás**. Encontros terapêuticos em um terreiro de candomblé. Salvador: EdUFBA, 2011.
- LÓPEZ, Laura Cecilia. **Que América Latina se sincere**. Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face a ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MACHADO, Cauê F. A benzedura no Quilombo da Casca/RS. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, IV; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, XIII. Fortaleza, 4 a 7 de agosto de 2013. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/28_trabalho_000623_1373855746.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MANDARINO, Ana Cristina de S. et al. Percursos e significados terapêuticos na religião afro-brasileira Candomblé. *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 22, p. 43-51, 2012.

MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, Iztapalapa, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. Ensaio sobre práticas cosmopolíticas entre famílias wajãpi: sobre a imaginação, o sensível, o xamanismo e outras obviedades. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 297-322, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Declaração de Alma Ata*. Conferência Internacional de Cuidados Primários em Saúde, Alma Ata, 1978.

ORO, Ari; ANJOS, José Carlos G. *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Porto Alegre*. Sincretismo entre Maria e Iemanjá. Porto Alegre: Ed. da Cidade, 2008.

NUNES, José Mauro G. A Herança Africana do Auto-Cuidado: Saberes e Práticas Tradicionais dos Cuidados ao Corpo. In: MANDARINO, Ana Cristina de S.; GOMBERG, Estélio (orgs). *Leituras afro-brasileiras: territórios, religiosidades e saúdes*. São Cristóvão: Ed. da UFS/EdUFBA, 2009. p. 329-336.

RABELO, Miriam C. M. Estudar a religião a partir do corpo. Algumas questões teórico-metodológicas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 15-28, 2011.

RABELO, Miriam C. M.; MOTTA, Sueli Ribeiro; NUNES, Juliana R. Comparando Experiências de Aflição e Tratamento no Candomblé, Pentecostalismo e Espiritismo. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 93-122, 2002.

STENGERS, Isabelle. The cosmopolitical proposal. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (orgs.). *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1003.

SILVA, José Marmo da. Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v.16, n.2, p.171-177, 2007.

Recebido em 09/04/2016

Aceito em 03/08/2016

**IMAGENS DE “MÁ” VIZINHANÇA:
It’s all true, de Orson Welles, e a desconstrução racial
na forma cinematográfica¹**

**“BAD” NEIGHBOR POLICY IMAGENS:
It’s all true and racial deconstruction in cinematographic form**

Luis Felipe Kojima Hirano*

Resumo

Pretende-se, neste artigo, analisar, a partir de fontes históricas, as diversas razões que explicam a não concretização de *It’s all true*, projeto de documentário de Orson Welles a pedido das autoridades da Política de Boa Vizinhaça entre Brasil e Estados Unidos. Na mesma linha das pesquisas realizadas até o momento, sustento a hipótese de que a não realização do filme teve argumentos de cunho racial, como notícias de jornais e memorandos trocados pelas instituições estadunidenses e brasileiras, que patrocinavam o projeto, permitem revelar. Corroborando essa hipótese, busco demonstrar que o projeto de *It’s all true* desconstruía aquilo que chamo de segregação na forma cinematográfica, que seria a cristalização de relações raciais segregadas como um princípio estruturante da narrativa fílmica, que pautou os filmes hollywoodianos durante o Código Hays. Vale lembrar que tal forma foi ressignificada nos filmes da Cinédia e Sono filmes no Brasil, o que também explica a novidade do projeto de Welles em ambos os países.

Palavras-chave: Política de boa vizinhaça. Cinema. Orson Welles. Relações raciais.

Abstract

This article aims to analyze by way of historical data the various reasons that explain the failure of *It’s all true*, Orson Welles’s documentary project for the authorities of Good Neighbor Policy between Brazil and United States. Following the conclusions reached by others investigations, I support the hypothesis that the main argument for the miscarried of the film was based on a racial issue as it is possible to reveal

¹ Esse artigo é fruto da minha pesquisa de doutorado, intitulada *Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance artística (1917-1993)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante meu período de bolsa sanduíche na Universidade de Harvard, EUA. Uma versão diferente foi publicada nos Anais da XI Reunión de Antropología del Mercosur.

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. E-mail: lfhirano@gmail.com

throw newspaper information and memorandum written between Brazilian and Americans institutions that sponsored the project. Confirming this hypothesis, I seek to indicate that It's all true project deconstruct what I call as segregation in cinematic form, which is the crystallization of segregated racial relation as structural principle of film narrative, that based Hollywood feature pictures during the Hays Code. It is worthy to remember, that this cinematic form was resignified by Cinédia and Sonofilmes in Brazil, which also explain the novelty of Orson Welles project in both countries.

Keywords: Good Neighbor Policy. Cinematographic Form. Orson Welles. Race Relations.

“Há um outro lado do Rio, não o lado que se exhibe, de forma alguma, mesmo sendo inteligente não existe uma palavra para isso. Não há mesmo. Se a parte de trás do Rio não é exatamente gala, ela é ainda mais alegre que a parte da frente. Não há um jazzista nos Estados Unidos que poderia expressar isso. É um cenário para música – mas ele é todo seu; rico, profundo, brasileiro. Chega ao Rio descendo dos morros. Vibrando as ruas. Isso é chamado de samba.”¹

(Orson Welles apud Clinton Heylin, *Despite the system*, 2005, tradução nossa).

Trailer

Este artigo pretende analisar os diversos fatores que explicam o desfecho trágico de Orson Welles e seu projeto de documentário intitulado *It's all true*, encomendado pelas instituições promotoras da política de Boa Vizinhança, durante a Segunda Guerra Mundial. O caso de *It's all true* foi discutido por diferentes autores e autoras nos Estados Unidos e ainda é pouco conhecido pelo público brasileiro. Na mesma linha das pesquisas realizadas até o momento, sustento a hipótese de que um dos principais argumentos para a não concretização do filme foi de cunho racial. Por um lado, vigia a segregação racial nos Estados Unidos e em Hollywood sob as regras do Código Hays, que proibia imagens de relações afetivo-sexuais entre negros e brancos, bem como desencorajava a veiculação de atores e atrizes mestiços. Por outro, no Brasil, o objetivo da Ditadura Vargas e setores conservadores era veicular uma imagem moderna, de cariz branca, do país para os nossos vizinhos do Norte. Corroborando a hipótese acima, busco demonstrar que o projeto de *It's all true* desconstruía aquilo que chamo de segregação na forma cinematográfica, ou seja, a cristalização de relações sociais segregadas como um princípio estruturante da narrativa fílmica, que pautou os filmes hollywoodianos durante o Código Hays e foi ressignificada nos filmes da Cinédia, no Brasil. Grosso modo, essa forma cinematográfica punha atores e atrizes negros/as em posição marginal no enredo, sem que suas ações interferissem no desenlace da trama – o que tornava suas cenas

¹ Leia-se no original: “There is another side of Rio [...] not a seemy side – not at all, even if smart isn't there a word for it. No indeed. If Rio's backyard isn't exactly [gala], it's even gayer than Rio's front lawn. There isn't a jazz smith up north who could express it. It's set to music – but it's all its own; rich, deep, Brazilian. It's comes rolling down to Rio from the hills. It throbs in the streets. It's called Samba”.

sujeitas a cortes de exibidores locais, que buscavam atender plateias segregadas nos Estados Unidos. No Brasil, ainda que as cenas com intérpretes negros/as não fossem suprimidas nas salas de projeção, sua posição era análoga à dos filmes de Hollywood.

It's all true, em contraposição, propunha pôr negros e mestiços, em especial Grande Otelo, como os principais vetores da trama, mostrando os personagens afro-brasileiros como senhores de seus próprios destinos. Essa proposta, entretanto, desagradou as autoridades de ambos os países envolvidos, sendo abortado um projeto que, segundo Paulo Emílio Salles Gomes, poderia “ter sido a data da descoberta cinematográfica do Brasil” (GOMES, 1982, p. 291). De minha parte, acrescentaria que esse também teria sido o início de uma representação mais equitativa entre brancos e negros na cinematografia brasileira.

Ainda que não tenha vindo a lume, esse episódio traz elementos para ampliar os debates sobre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos dos anos 1940, sobretudo no campo cinematográfico. Além disso, permite diálogos com a discussão sobre a conversão de símbolos étnicos em nacionais, a partir das transformações que sofreu o samba e o carnaval nesse período, com as reformas urbanas de Vargas. Esta reforma e seus impactos, por sinal, constituem o principal tema de *It's all true*.

A trama

Em dezembro de 1941, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o governo estadunidense buscava alianças com os países da América do Sul. Dada sua posição geopolítica, o Brasil ganhava dimensão estratégica, uma vez que os Estados Unidos almejavam conseguir espaço no Nordeste para a instalação de bases militares, consideradas fundamentais para a ofensiva contra os países do Eixo. Além disso, esse país buscava aumentar sua zona de influência, sob a bandeira democrática, contra as ditaduras nazifascistas da Alemanha, Itália e Japão, bem como ampliar seu mercado exportador.

O cinema cresceu em importância durante o governo Roosevelt, como veículo difusor do ideário do New Deal, e não seria diferente no caso do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), criado por Nelson Rockefeller, em agosto de 1940. Esta seria uma das poucas organizações federais ativas na luta para fortalecer a causa dos Aliados, num período anterior à entrada dos Estados Unidos na Guerra, com investimentos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Antes do Brasil se tornar aliado, a Fundação Rockefeller buscou se aproximar do governo brasileiro, a fim de evitar a influência dos países do Eixo, pelos quais Vargas nutria simpatia, numa política de neutralidade ambígua. Uma das primeiras atividades do OCIAA conectadas ao cinema no Brasil ocorre em agosto de 1941, quando Walt Disney e sua comitiva desembarcam no Rio de Janeiro. Seguindo um itinerário intenso, o criador de Mickey lançaria o filme *Fantasia* em terras brasileiras, com a presença de Getúlio Vargas; passearia no morro da Madureira; e se reuniria com o Comitê Brasileiro de Estudos de Produções Cinematográficas Interamericanas, para conhecer os animais de nossa fauna, entre outras atividades. Foi nessa reunião que Disney encontrou inspiração para criar Zé Carioca, lançando em 1942, e para

realizar os filmes *Alô, amigos* e, dois anos depois, *Você já foi a Bahia?*, na esteira de êxitos anteriores.

No início de 1942, a Army Pictorial Division da US Signal Corps, o Office of War Information (OWI) e a Motion Picture Bureau criam a Motion Picture Division (MPD) como parte da OCIAA. Tal instituição começa a investir em filmes para documentar a guerra, orientando a audiência em favor dos Aliados. É nesse cenário político, no qual o cinema cumpre um papel importante para a divulgação do ideário estadunidense, que Orson Welles é eleito embaixador da Política de Boa Vizinhança. A escolha parte de John Hay Whitney, então diretor da Divisão de Cinema e Teatro do Comitê de Coordenação das Relações Interamericanas, e de Nelson Rockefeller, membro do Conselho e o maior acionista da RKO (HEYLIN, 2005) – estúdio este que contratara Welles e sua produtora, a Mercury Productions. Ambos, além de serem próximos ao cineasta, viam em Welles uma figura capaz de potencializar a propaganda pró-aliados na América Latina, dada a sua desenvoltura como ator e diretor em diversos meios de comunicação, como o rádio, o cinema e o teatro. Acrescente-se que Welles tinha a chancela do Presidente Roosevelt, com quem mantinha boas relações. Por fim, essa era uma maneira de o jovem diretor contribuir para os esforços de guerra, uma vez que se encontrava impossibilitado de se alistar por motivos de saúde.

Orson Welles, na época, já era um artista polêmico e conhecido do público internacional pelo sucesso de *Cidadão Kane* e por seu trabalho de direção teatral e radiofônica. No Federal Theater, iniciativa do governo Roosevelt para revitalizar a cena teatral em crise, Welles, aos 18 anos, montaria a sua versão negra de Shakespeare: a peça *Vodu Macbeth*. A peça seguinte, *The cradle will rock*, era uma espécie de sátira da política estadunidense. Entretanto, a produção foi proibida de subir ao palco no dia da estreia. Após a ocorrência, o Federal Theater foi fechado e Welles abriu o Mercury Theater para encenar peças clássicas e modernas – algo inimaginável na Broadway dos anos 1930 (BAZIN, 2006). A Mercury Theater se transformou em produtora quando Welles foi contratado pela RKO, que então desejava investir em filmes artísticos (BAZIN, 2006). *Cidadão Kane* também rendeu polêmicas, pois William Randolph Hearst, dono de uma das maiores cadeias de jornais dos Estados Unidos da época, viu enormes semelhanças entre sua vida e a do personagem-título. Hearst processou a RKO na tentativa de impedir o lançamento do filme e, ao ver que perderia, iniciou um grande boicote na imprensa contra Welles.

Apesar das polêmicas, é possível que Whitney, Rockefeller e Roosevelt acreditassem que o cineasta, por sua experiência no Harlem, fosse mais aberto às diferenças, tendo, portanto, maiores condições de filmar na América Latina. Além disso, as controvérsias em torno de Welles até então resultaram em uma ótima publicidade para suas produções.

Foi no início de dezembro, em 1941, que Welles se tornou o embaixador estadunidense da “Política de Boa Vizinhança” na América Latina, tendo como missão fazer um documentário sobre o carnaval brasileiro, a pedido do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Às suas obrigações, somava-se ainda a realização de programas de rádio no Brasil – que seriam transmitidos nos Estados Unidos –, e de palestras sobre cinema, teatro e artes em geral.

Ainda em dezembro daquele ano, o cineasta tomou conhecimento, por meio da revista *Times*, de uma jornada de jangadeiros em mar aberto, de Fortaleza ao Rio de Janeiro – fato este que ganhou repercussão internacional. A história lhe interessou, pois o itinerário dos jangadeiros possibilitaria a Welles filmar diferentes cidades brasileiras, correspondendo às expectativas do DIP em produzir um documentário que incentivasse turistas a visitar o Brasil.

Desse modo, em 30 de janeiro de 1942, o jornal *A Noite* noticiava que *It's all true*, de Orson Welles, teria quatro episódios: *My friend Bonito*, *Carnaval*, *Jangadeiros* e outro não especificado, que provavelmente seria *The story of jazz*, no qual ele buscaria aproximar Brasil e Estados Unidos por suas musicalidades de origem africana: o samba e o jazz (HEYLIN, 2005; BENAMOU, 2007; STAM, 2008). Haveria ainda um quinto episódio, a ser filmado em outro país da América Latina, provavelmente sobre a captura e escravização do Inca Atahualpa por Francisco Pizarro no século XVI, no Peru (BENAMOU, 2007). Contudo, os dois últimos argumentos jamais saíram do papel.

Nas primeiras semanas de fevereiro de 1942, Orson Welles partiu para o Brasil, a fim de dedicar-se a seu longo compromisso diplomático. No dia 8 de fevereiro, sob a manchete “Vim aqui para aprender!”, *A Noite* divulgava o tão esperado desembarque de Orson Welles. A expectativa não era para menos: algumas semanas antes, chegara ao aeroporto Santos Dummont uma equipe de 23 técnicos da RKO, trazendo equipamentos jamais exportados para fora dos Estados Unidos – caso da câmera de *technicolor* de 35mm, com gravador de som –, além de uma verba de 300 mil dólares, o maior montante que a OCIAA podia fornecer a um único estúdio de Hollywood para a realização de um filme.

Se, inicialmente, o plano de Welles era permanecer no Brasil por pelo menos dois meses, ele estende sua estadia para seis. O cineasta deixa o país em 29 de julho, com a sensação de que já ia tarde: os laços contratuais com a RKO foram rompidos, o cortejo inicial do DIP havia desaparecido e o diretor estava sendo responsabilizado indiretamente pela morte do líder dos jangadeiros, Jacaré.

Entre fevereiro e março, Orson Welles seguiu um cronograma estabelecido pelo DIP e largamente divulgado na imprensa: participou de uma intensa agenda de encontros e homenagens com artistas, intelectuais e políticos, e filmou o carnaval carioca – o baile tradicional das atrizes, o baile de gala no Teatro Municipal patrocinado pela primeira dama Darcy Vargas, a folia do Tennis Club, o desfile das escolas de samba na Av. Rio Branco, os cassinos do Icaraí e da Urca. Getúlio Vargas demonstrava apreço também pelo filme dos jangadeiros, afinal, imaginava projetar-se em toda a América como um grande “pai dos pobres”, recebendo os jangadeiros em seu palácio e atendendo suas reivindicações.

Paralelamente às atividades oficiais, Welles busca conhecer outros aspectos do carnaval do Rio de Janeiro e do Brasil. Desde a primeira semana na então capital federal, o diretor solicitou a Richard Wilson novas pesquisas sobre o Brasil, inclusive mediante a contratação de especialistas nativos, para complementar as informações obtidas nos Estados Unidos.

As pesquisas, tanto aquelas realizadas por estadunidenses quanto por brasileiros, abordavam os mais diversos temas: fauna, flora, a composição étnica,

a economia, a produção de ferro e aço, o café, a política, a história, as capitais brasileiras, o nazismo no Brasil, o rádio, o cinema, os costumes, os heróis nacionais, os escritores, os intelectuais, os artistas e os rituais, entre outras características. Além, é claro, do carnaval e da história da jangada. Todos os relatórios produzidos nesse contexto pontuam a intensa miscigenação entre as raças existente no Brasil, sem qualquer menção a conflitos raciais ou racismo. Muito pelo contrário, a miscigenação no Brasil era o argumento para a inexistência de uma linha de cor, como havia nos Estados Unidos. Os relatórios brasileiros eram mais diversificados em seus pontos de vista, mas alguns apresentavam descrições extremamente pejorativas em relação aos negros, ao candomblé e à macumba, caracterizados como rituais “fetichistas”, sem regras, de “proporções escandalosas” e entendidos como o último recurso para pessoas “com uma vida desgraçada” (POPULAR CELEBRATIONS, 1942, p. 430).

A leitura dessas pesquisas, os trechos grifados e o cotejo com os roteiros escritos por Welles e sua equipe mais próxima (Richard Wilson, Shifra Haran, Robert Meltzer) mostram os parâmetros adotados por eles na seleção das informações ali contidas: eles sublinham as manifestações, histórias e heróis de cunho popular (a exemplo dos moradores das favelas); o desaparecimento de determinadas tradições, em razão do processo de modernização e institucionalização do carnaval; e os sambistas anônimos dos morros (BRAZIL, 1942). Esses documentos não revelam, por exemplo, interesse de Welles em retratar flora, fauna, cidades em desenvolvimento, nem artistas, escritores e músicos, como Candido Portinari, Rodolpho Bernadelli, Villa-Lobos, Camargo Guarnieri, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Silvio Romero, entre outros tantos temas ali introduzidos.

Embora os relatórios brasileiros e estadunidenses ressaltassem a miscigenação e a ausência de uma linha de cor no Brasil, Orson Welles e sua equipe não deixariam de ver contrastes, segregações e diferenças entre os grupos étnicos e raciais no país. O documento estadunidense terminava com um elogio eloquente da miscigenação, feito por Stefan Zweig. Entretanto, ao invés de sublinhar esses trechos, Welles e sua equipe grifam a revolta escrava de 1835, narrada como a luta de uma cultura negra superior à branca (BRAZIL, 1942).

O carnaval chamaria a atenção de seu *staff*, justamente pelas origens africanas, mais pontuadas no relatório estadunidense do que nos estudos brasileiros escritos por Rui Costa, Ghiaroni e Ayres de Andrade Junior, que viam a importância dos negros na composição desta celebração, mas enfatizavam sobretudo a origem mestiça da festa. A descrição da macumba e do candomblé como originários da música, das danças e das artes no Brasil é grifada no relatório. O grifo de Welles na palavra Xangô remete à fantasia de Grande Otelo numa sequência de *Carnaval*. Dos relatórios brasileiros, o diretor e sua equipe selecionam o processo de institucionalização do carnaval que, segundo um dos pesquisadores, suprimiu certas manifestações que o governo Vargas considerava violentas, como cordões e ranchos (CLUBES, 1942, p.1). Os cordões, conforme o mesmo autor, eram “a thing for malandros, bad women and so on. No family girl would think of mixing with such people” (CLUBES, 1942, p. 1). E o rancho: “which was very low and almost *exclusively Black*” (CLUBES, 1942, p. 1, grifos de Welles e sua equipe). O texto revelava que o processo de institucionalização do carnaval incorporou determinadas manifestações negras, como o samba, o

vestuário e as cores do candomblé, sob a obrigação de que todas as formas de festividade originais se transformassem em blocos e escolas. Proibiram-se os ranchos, os cordões e as disputas corporais tidas como violentas – promíscuas, na visão do autor.

Velloso (1990) conta que os ranchos eram presididos pelas tias baianas, como Ciata, Perpétua e Rosa Olé, entre outras. Antes do desfile, todos os ranchos passavam ritualmente por sua casa para pedir benção e proteção, tradição que se perdeu e/ou ganhou novos sentidos com o processo de institucionalização. Dentre os investigadores contratados por Welles, Ghiaroni faz uma descrição menos negativa do carnaval popular, ressaltando a importância da Praça Onze. Segundo ele, as rodas de dança eram uma manifestação que compunha os cordões e dormir nas soleiras das portas, quando terminava a folia, era corriqueiro durante o carnaval. Esses aspectos descritos por Ghiaroni seriam incorporados a *It's all true*.

Paralelamente à leitura dos relatórios, Orson Welles tem interlocutores privilegiados, que o ajudam a definir os rumos do roteiro de *Carnaval*. No Cassino da Urca, ele conhece Grande Otelo e Herivelto Martins, que começam a apresentá-lhe outros aspectos do império do Momo carioca. Com eles, o cineasta descobre que a Praça Onze, descrita nos relatórios como “Carnaval's liver or heart” e também conhecida como “Pequena África”, pois é frequentada e povoada por uma população eminentemente negra, irá desaparecer para dar lugar à Av. Getúlio Vargas. Freqüentador assíduo desse lugar, onde aprendeu a sambar, Grande Otelo compõe, em parceria com Herivelto Martins, *Adeus, Praça Onze*, um samba em protesto contra a demolição da Praça, que a homenageia como uma espécie de segunda casa. A canção fica em segundo lugar no concurso de marchas carnavalescas de 1942, perdendo para *Saudades da Amélia*.

Orson Welles encontra com frequência Herivelto e Grande Otelo, após cumprir sua agenda oficial. Por vezes, abandona tais compromissos para papear com eles em algum bar. Herivelto mal fala inglês e Grande Otelo sabe o suficiente para se comunicar – afinal, havia aprendido a língua nas escolas da elite paulistana² e língua inglesa era uma de suas disciplinas prediletas. Como conta Herivelto, apesar de Grande Otelo ser uma das maiores atrações do Cassino da Urca, não podia se sentar à mesa com o público, tampouco entrar pela porta da frente. Em uma das vezes em que Welles esteve por lá, ficou tão indignado com esse tratamento que preferiu tomar cerveja com Herivelto e Otelo num bar onde não houvesse segregação racial (STAM, 2008, p. 190).

Nessas conversas – que, de acordo com o *cameramen* da equipe, George Fanto, foram essenciais (HEYLIN, 2005) –, Orson Welles vai compondo *Carnaval* com as informações que Herivelto e Otelo lhe transmitem, num trabalho de quase coautoria (BENAMOU, 2007). O filme começaria no morro, a partir de uma transição do episódio sobre o jazz, e teria caráter saudosista, ao narrar o fim da Praça Onze. O tema musical seria a canção de Grande Otelo e Herivelto, como mostra o

2 Para uma análise mais profunda da trajetória de Grande Otelo ler (CABRAL, 2007; HIRANO, 2013a, 2013b).

primeiro roteiro enviado à RKO como uma espécie de relatório para descrever as filmagens e convencer o estúdio e o DIP da importância de realizá-las. Otelo não seria apenas um interlocutor privilegiado da pré-produção do filme, ele seria a personificação de muitos aspectos do carnaval.

De modo distinto dos filmes de Hollywood e daqueles produzidos no início da Cinédia, nos quais a segregação racial seria princípio formal do filme³, agora Grande Otelo seria o elemento central da trama, conectando inúmeras dimensões do carnaval. Junto dele, figurariam Pery, o filho de Herivelto Martins, ainda criança, e Dalva de Oliveira, que também conduziria o episódio. A partir das músicas *Batuque no morro*, *Adeus Praça Onze* e *Saudades da Amélia*, entre outras, o filme articulava as diversas tomadas do carnaval, contrastando a folia de negros, mestiços e brancos nas ruas com os bailes, clubes e cassinos, frequentados pelo público de pele mais clara. A passagem de um espaço para outro seria acompanhada pelas mudanças nos arranjos musicais dessas canções. Assim, na favela, ouviríamos *Batuque no morro*, em seu arranjo original, passando pelas ruas nas bocas dos foliões até chegar, em sua versão orquestrada, aos bailes da elite carioca.

Além disso, *Carnaval* também se distingue das produções da Cinédia, Sonofilmes e de muitos filmes da Atlântida, pois Grande Otelo não apenas formaria par romântico com Ruth, descrita por Welles como “Ebony Madonna”, mas também encarnaria todos os lados do carnaval – extravagante, histriônico e dramático –, durante os festejos e as cenas finais, nas quais se anuncia o fim da “Pequena África”. Na cena “Adeus à Praça Onze”, o ator exprimiria a tristeza gerada pela perda do local onde passara as três noites de carnaval, pulando, lutando capoeira e dormindo nas soleiras das portas.

A Praça Onze, já em processo de demolição, seria reconstruída, a pedido de Welles, nos estúdios da Cinédia, tornando-se uma das principais personagens do filme, que ia ganhando não apenas a dimensão alegre e divertida do carnaval, mas uma tonalidade saudosista, sinalizando para os males da modernização da cidade do Rio de Janeiro e do processo de institucionalização do samba. Dessa feita, o roteiro de carnaval expressa uma relação “ambivalente” de Welles com a modernidade, como pontua Benamou (2007). Por sua vez, Rippey (2009) observa que, mesmo tendo feito um projeto poliglota, em larga medida em coautoria, o documentário não seria capaz de se despojar de seu olhar romântico racialista e do primitivismo, que via nos trópicos e nos negros uma vitalidade essencial que a civilização branca havia perdido.

Mas ainda que uma certa ambivalência de Welles tivesse um peso evidente nesse roteiro, no final de março, quando se iniciam as filmagens que reencenam o carnaval, o projeto já tem a reprovação de certos grupos, entre brasileiros e estadunidenses. Mas, no caso do Brasil, Welles não estaria infringindo nenhuma

3 A segregação como princípio formal em Hollywood existiu durante o Código Hays em todas as esferas da indústria cinematográfica: produção, distribuição e exibição. Na trama dos filmes, a segregação é um princípio na medida em que atores e atrizes negros/as não eram centrais para o desenlace do enredo e na proibição de relações afetivo-sexuais entre brancos e negros. Para uma discussão mais detalhada da segregação racial como princípio formal ver Hirano (2013b, 2015).

regra com relação à censura cinematográfica, estabelecida pelo DIP em 1939 (SIMÕES, 1999).

Se, em alguns aspectos, a lei brasileira seguiu o Código Hays – por exemplo, na reprovação aos “maus costumes” ou ao desrespeito aos outros “povos” –, no Brasil não havia nenhuma proibição explícita quanto à presença de casais inter-raciais em fotogramas. Mas o peso das decisões do Executivo e a pressão da imprensa falavam mais alto do que as prescrições da lei. Do lado dos Estados Unidos, a RKO expressava grandes preocupações. Para começar, Welles teve que editar outro filme em andamento, *Soberba*, via telegrama, pois o estúdio não enviara a moviola prometida e tampouco havia tecnologia suficiente para fazer a edição em qualquer estúdio carioca. O resultado já era esperado: um filme que, aos olhos de Welles, poderia ser melhor que *Cidadão Kane*, ganhou uma montagem imprevista, e foi um fiasco na pré-estreia, no dia 17 de março, alimentando o prognóstico de grandes prejuízos para a produtora.

Além disso, as críticas da imprensa brasileira repercutiam de modo negativo nos dois países, pondo em risco o projeto de Welles. Lynn Shores, executivo da RKO no Brasil, enviava telegramas periódicos ao presidente do estúdio, George Schaefer, informando sobre os últimos comentários. Em resposta a cada correspondência, mais recursos do filme eram cortados. Por sua vez, o DIP agia de forma que não se ferisse os brios dos setores racistas brasileiros e estadunidenses, ainda que de modo indireto. Por exemplo, o órgão do governo permitiu aos jornais criticarem um projeto que tinha os auspícios da ditadura Vargas.

Desde a chegada de Welles, Shores tecia comentários negativos sobre o comportamento do diretor. Em 2 de abril, o jornal *Meio Dia* iniciava suas críticas, com o título “O carnaval carioca vai ficar muito escuro na tela”, e atacava as “sequências de cinema em que só aparecem pessoas negras, como se o Rio fosse um outro Harlem” (MEIO DIA apud STAM, 2008, p.196). Na mesma data, Lynn Shores envia um memorando ao Dr. Alfredo Pessoa, do DIP, no qual reclama: “Apesar das repetidas conversas [...] eu ainda me vejo incapaz de controlar a tendência do Sr. Welles para utilizar nossas câmeras em assuntos que não me parecem estar de acordo com os desejos do governo brasileiro” (SHORES apud STAM, 2008, p. 193). E continuava: “O assunto a que me refiro é a contínua exploração do negro e do elemento da classe baixa em torno do e no Rio” (SHORES apud STAM, 2008, p. 193).

Se Lynn Shores procurava ser cuidadoso quando dialogava com DIP, em seus telegramas para a RKO fazia declarações racistas mais explícitas com relação às filmagens de *Carnaval*. Enquanto Welles anunciava, no jornal *A Noite*, a seleção de figurantes para o filme e participava de outros cronogramas oficiais, como o aniversário de Getúlio Vargas, as críticas iam ficando cada vez mais fortes. Entre eufemismos, até mesmo este jornal, que defendera Welles durante toda a sua estadia, terminaria pedindo a intervenção do DIP.

O que a crítica da imprensa brasileira manifestava não era apenas um preconceito contra negros e mestiços, mas todo um olhar educado por certos filmes de Hollywood, em que a beleza era associada à brancura e a cenografia não apresentava indícios de pobreza. Mas se havia articulistas que criticavam o filme, alguns o defendiam, como o fez Vinícius de Moraes, à época crítico de

cinema do diário *A Manhã*. Para Vinícius de Moraes, Welles não tinha nada de “principiante”, era mais escolado que muitos intelectuais e escritores. O escritor defende a importância dada ao negro no documentário, definindo o diretor como “brasileiro” e como um entendedor profundo de nossa terra. Mas também reconhece, com certa “ambivalência”, que o diretor americano revela traços “crus” e “qualidades negativas” do Brasil que, entretanto, em sua conclusão geral, teriam um caráter genuíno e, por isso, fundamental importância. Reiterando um recurso comum nos artigos da época, Vinícius de Moraes busca desarmar possíveis atitudes preconceituosas, ao afirmar que elas simplesmente não faziam parte de nosso caráter: “Não há razão para escondê-lo [negro], criando-se a impressão de que temos um preconceito que não cabe na nossa natureza de povo americano”, opina (MORAES, 2001, p. 66-67). Dois dias mais tarde, Welles rebate as críticas recebidas numa reunião com imprensa carioca, nos estúdios da Cinédia, argumentando que faria um filme sobre o carnaval, bem diferente dos hollywoodianos (WELLES apud A NOITE, 10/04/1942).

Fato é que a imprensa brasileira e a RKO prefeririam uma versão mais hollywoodiana do carnaval – o que fica patente com a intensificação das críticas. No dia 14 de abril, um certo Dr. Pessoa, do DIP, chama Richard Wilson, o braço direito de Welles, para prestar esclarecimentos sobre as filmagens. No mesmo dia, Lynn Shores envia uma carta a Walter Daniels, vice-presidente da RKO em Hollywood, com a seguinte informação: “Na última sexta-feira, ele [Welles] ordenou filmagens de dia e à noite em algumas vizinhanças de pretos, bem sujas e mal-afamadas pela cidade” (SHORES apud HEYLIN, 2005, p. 134). É digno de nota que Shores utilize o termo pejorativo *niggers* em sua missiva, ao invés dos termos *colored* e *negro*, vistos como os mais adequados, na época.

Para contornar a iminente crise, o cronograma de visitas oficiais de Welles é intensificado e a RKO, a OCIAA e o DIP mandam Philip Reisman de volta ao Rio de Janeiro, “para que o Brasil seja melhor conhecido”, como anunciava o jornal *A Noite* (15/05/1942, p. 6). De fato, Reisman deixava suas obrigações nos Estados Unidos não apenas para assegurar que Welles evitasse registros de aspectos que a imprensa e o DIP consideravam pejorativos, mas também para persuadi-lo a desistir de filmar os jangadeiros e terminar o documentário o quanto antes, sob o argumento de contenção de gastos (HEYLIN, 2005). Mas conforme defende Benamou (2007), a ideia de que Welles estava sendo perdulário não corresponde aos cálculos de produção e rodagem. Além disso, a OCIAA havia se comprometido a cobrir os eventuais prejuízos que a RKO pudesse ter com o filme, sem contar que Welles trabalhava como voluntário de guerra nesse projeto, ou seja, não recebia salário algum.

Mesmo com a vinda de Reisman, as críticas continuam. O *Diário da Noite* reitera que “as filmagens nas favelas não estão sendo apreciadas”, e prossegue: “favelas existem no Rio de Janeiro, assim como em Buenos Aires, Nova Iorque, etc. Entretanto, ninguém busca torná-las conhecidas nos meios cinematográficos. Elas são cenas ordinárias, que existem em todos os países do mundo” (DIÁRIO DA NOITE, 22/04/1942). O jornal *Meio Dia* reforça que “apenas negros aparecem”,

solicitando a intervenção do DIP⁴. (RIPPY, 2009, p. 1742).

Em entrevista, Welles afirma ter sido perseguido: “tentamos fotografar uma área de moradia nas *favelas*. Capangas nos encurralaram e depois de um cerco com garrafas de cervejas, vazias é claro, pedras, tijolos e eu odeio pensar no que mais, recuamos para um bairro mais fotogênico” (HEYLIN, 2005, p. 135, tradução nossa)⁵. Lynn Shores, por sua vez, seguia com sua campanha no interior da RKO, enviando memorandos para o vice-presidente Daniels com o mesmo teor dos anteriores: “o material é só de pretos, cantando e dançando o carnaval, o que já temos aos montes” (SHORES apud HEYLIN, 2005, p. 134, tradução nossa).

Em uma carta para Herbert Drake – o relações-públicas da Mercury –, Tom Pettey, o assessor de imprensa da RKO, que mantém seu apoio a Welles, relata ter tido que passar as últimas três semanas na porta da Cinédia para impedir a entrada dos jornalistas, caso contrário: “Se eles tivessem mesmo entrado e visto parte da vida nas favelas do Rio que estamos rodando, teriam decretado que Orson deixasse a cidade. Até agora, só tivemos uma ou duas histórias ruins”⁶ (RIPPY, 2009, p. 1742). Apesar das circunstâncias difíceis com a imprensa carioca, Pettey falava orgulhoso de *It's all true*, “uma grande quantidade de filmagens do carnaval, lidando com a vida das classes baixas negras brasileiras”⁷ (RIPPY, 2009, p. 1742). Preocupada com as sequências de mestiços e eventuais cenas de casais inter-raciais, a RKO seria mais explícita em seus memorandos: “É MELHOR MANTER-SE NUMA ZONA SEGURA E SEMPRE EVITAR QUALQUER REFERÊNCIA À MISCEGENAÇÃO E ATÉ OMITIR SEQUÊNCIAS DO FILME EM QUE MULATOS OU MESTIÇOS APAREÇAM DE MANEIRA BEM VISÍVEL”⁸ (apud BENAMOU, 2007, p. 218, grifo do original).

Em sua entrevista à imprensa, por um lado, Phil Reisman tenta acalmar ânimos gerais, anunciando que Welles está fazendo um bom filme. Por outro, frente aos executivos da RKO, ele se esforça para que Welles finalize logo a produção. As películas em *technicolor* haviam acabado no dia 15 de maio. Apenas duas semanas depois, a RKO envia uma nova remessa, menor do que a metragem solicitada.

A tensão chega a seu limite um dia depois, quando uma tragédia ocorre na Baía de Guanabara. Durante a refilmagem da chegada dos jangadeiros ao Rio de Janeiro, a lancha que protege o elenco ultrapassa a linha de segurança e uma onda engole a jangada: Jacaré, o líder do grupo, morre afogado. Welles paga à família do

4 Para mais detalhes a esse respeito ver Rippy (2009, p. 1748-53).

5 Leia-se no original: “we tried to photograph one of tenements districts in the *favelas*. Thugs surrounded us and after a siege of beer bottles, empty of course, stones, bricks and I hate to think what else, we retreated to a more photogenic district”.

6 Leia-se no original: “If they ever got in and saw some of the Rio shanty life we are doing they would write Orson out of town. So far, we have had only one or two bad stories”.

7 Leia-se no original: “a great deal of carnival footage dealing with lower-class, black Brazilian life”.

8 Leia-se no original: “IT IS BETTER TO PLAY SAFE AND ALWAYS AVOID ANY REFERENCE TO MISCEGENATION AND EVEN OMIT PICTURE SEQUENCES IN WHICH MULATTOES OR MESTIZOS APPEAR TOO CONSPICUOUSLY”.

pescador uma indenização de 40:000\$000 (quarenta contos de réis), considerada extremamente alta pelos executivos da RKO e pela Divisão de Cinema da OCIAA. De todo modo, o cineasta decide continuar as filmagens dos jangadeiros, segundo ele, para que a morte de Jacaré não tenha sido em vão. Reisman, diante da tragédia, muda de estratégia e convence os demais executivos da RKO de que, caso abandonem o Brasil nesse momento, o estúdio irá sujar seu nome, prejudicando a “Política de Boa Vizinhança” e o projeto de ampliar sua exportação de filmes para o mercado brasileiro.

Amigos e parentes de Jacaré, incrédulos com sua morte, ainda hoje suspeitam que a tragédia tenha sido premeditada. Como poderia um pescador, cujo apelido fora dado por ser um nadador exímio, afogar-se na baía de Guanabara? (BENAMOU, 2007). A Secretaria da Caça e da Pesca se nega a fazer uma homenagem a Jacaré (A NOITE, 27/05/1942). A revista *Times*, dos Estados Unidos, faz um longo necrológio de Jacaré, sinalizando, diferentemente dos executivos da RKO, que o episódio dos jangadeiros é do interesse dos estadunidenses. Apesar da morte de Jacaré, a campanha de censura ao filme não cessa: “*danças de negros cobertos com penas de maracatu, reminiscentes dos templos da selva africana, como se nosso nem sempre edificante carnaval de rua já não fosse ruim o bastante*”, escreve um crítico (CINE-RÁDIO JORNAL, 20/05/1942, grifo nosso).

Malgrado as críticas, outros jornalistas, intelectuais e artistas continuam próximos a Orson Welles. No dia 21 de maio, ele recebe o prêmio de melhor filme do ano da Associação dos Artistas Brasileiros por *Cidadão Kane*. Alguns dias mais tarde, participa do debate “Cinema e a arte”, no Museu Nacional de Belas Artes, com a presença de Afonso Arinos de Melo Franco e Vinícius de Moraes (A NOITE, 22/05/1942, p. 5). Contudo, tais eventos eram, no fundo, os últimos suspiros de Welles, antes da perda total de apoio por parte do governo brasileiro, da RKO e da OCIAA. No início de junho, ele finaliza as tomadas de *Carnaval* conforme o planejado, com um *granfinale*: um *pout-pourri* pan-americano na Urca. Poucas semanas depois, os 23 técnicos estadunidenses que o acompanham retornam ao seu país. À medida que Welles permanece no Brasil, a animosidade existente para como diretor aumenta, tornando sua estadia insustentável. Logo, outro momento de desatino alimenta as manchetes: Welles lança cadeiras e objetos da janela de seu quarto, no Hotel Copacabana Palace (A NOITE, 13/06/1942, p. 5).

Suspeita-se que o motivo para tal atitude tenham sido os memorandos enviados pela RKO, criticando as tomadas de *Carnaval*. Reginald Armour, executivo do estúdio, dizia que tais sequências eram incompreensíveis e reclamava: “We have received 60,000 feet here and there is no picture in it” (ARMOUR apud BENAMOU, 2007, p. 243). É provavelmente nesse período que Welles começa a esboçar o primeiro tratamento do roteiro de *Carnaval*, explicando também as razões da extensão da temporada no Brasil e as despesas. Como ele, seus assistentes se esforçarão para justificar os artistas escolhidos. Nesse primeiro esboço, ele mantém a centralidade de Grande Otelo, dos negros e da favela – afinal, precisava explicar as tomadas até então realizadas –, mas não deixa de negociar alguns elementos para atender aos pedidos do DIP e da RKO.

Com apenas quatro auxiliares, Wilson, Elizabeth, Shifra, Meltzer e George

Fanton, Welles parte para Fortaleza, saindo dos holofotes da imprensa para filmar a outra parte do episódio dos jangadeiros. Sem o herói da história, Jacaré, e destituído do aparato técnico da RKO, Welles e sua equipe estão munidos apenas de uma câmera alugada da Cinédia e dos restos de películas das filmagens de *Carnaval*. Nessas condições, o grupo improvisa um novo filme com a comunidade de pescadores. Mas enquanto o diretor roda as tomadas na Praia de Iracema, mudanças internas na política da RKO decidem o futuro de *It's all true*: em 26 de junho, o estúdio substitui George Schaefer por Ned Depinet e N. Peter Rathvon na presidência, e direciona a produção para filmes B. Schaefer havia sido o responsável por privilegiar a produção dos filmes de arte, razão pela qual a RKO contratara Welles. Poucas semanas depois, o estúdio rompe o contrato com Welles e divulga o seguinte comunicado à imprensa do Brasil: “RKO [...] declara que não assume nenhuma responsabilidade por qualquer ato praticado no Brasil pelo Sr. ORSON WELLES. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1942. Pela RKO Radio Pictures Inc. Lynn Shores” (A NOITE, 22/07/1942, p. 5, grifo do original).

Mesmo sem perspectivas de apoio para finalizar o projeto nos Estados Unidos, as gravações continuam. A morte de Jacaré converte o filme num dever ético de Welles para com seus interlocutores: os primeiros roteiros de *Carnaval* são dedicados ao pescador morto. Os jangadeiros e sua comunidade, por sua vez, imaginam que, com o filme, conseguirão melhorar de vida, pois as promessas de Vargas ainda não haviam sido concretizadas – na prática, tampouco serão (MOREL, 1999). Com a baixa de Jacaré, Welles recria o roteiro, construindo uma trama ficcional para dar dramaticidade às dificuldades dessa comunidade de pescadores. A história, agora, se desenrola a partir da morte de um pescador recém-casado, que deixa toda a família por sustentar. A partilha desigual dos peixes, que se reverte em lucro apenas para os donos das jangadas, é o mote para reencenar a jornada dos jangadeiros de Fortaleza à Baía da Guanabara.

Mesmo em condições precárias e sem poder revelar as películas filmadas, Welles, sua equipe e a comunidade criam cenas semelhantes aos filmes documentais de Flaherty, mas também uma estética que virá a eclodir no cinema internacional do pós-guerra com o neorealismo italiano e os Cinemas Novos na América Latina. Fora dos estúdios, em locações reais, com personagens interpretados pelos próprios moradores, sem maquiagem, Welles busca contar uma história através dos sulcos nos rostos e das ranhuras nos corpos dos membros da comunidade de pescadores, acostumada a trabalhar sob a luz de um sol saturado. O uso de *contra-plongés* acentuados engrandece as pessoas, servindo ao questionamento da espoliação econômica. O resultado é de uma expressividade raramente vista nos filmes de Hollywood, à época.

Não há um elo de ligação evidente entre as tomadas de Orson Welles com os jangadeiros, o renascimento da cinematografia italiana do pós-guerra e o Cinema Novo brasileiro. O lapso entre um projeto e outro revela a impossibilidade de cristalização de estéticas como a de *It's all true* no ano de 1942, visto que um projeto desse tipo apenas começa a vir a lume no Brasil em meados da década de 1950 – e, mesmo assim, não é isento de reprimendas.

Tendo cumprido o plano de filmagens de *Carnaval* e dos jangadeiros, no

dia 28 de julho, Orson Welles se despede do Brasil, num *cocktail* que conta com a presença de poucos artistas, intelectuais e diplomatas, como José Lins do Rêgo, Villa-Lobos e Astrogildo Pereira, entre outros. Ninguém do alto escalão do DIP comparece (A NOITE, 28/07/1942). Termina uma jornada que havia transformado não apenas a sua vida, mas também as de todas as pessoas envolvidas, como Grande Otelo, Herivelto Martins e a comunidade de Iracema. Começa, entretanto, uma disputa de anos entre Orson Welles e a RKO para montar o filme.

Em outubro, Welles é contratado pela FOX para estrelar o filme *Jane Eyre* consegue acesso a uma sala simples de montagem – o que lhe permite montar sequências da entrada da jangada São Pedro na Baía da Guanabara. A FOX, diferentemente da RKO e dos demais estúdios, foi a que mais investiu na América Latina, contratando atores e atrizes como Carmen Miranda e produzindo uma série de ficções que divulgavam o ideário da “Política de Boa Vizinhança”. Tal estúdio, assim como a United Artists e a MGM, atendeu ao pedido da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), em julho 1942, de produzir filmes para o público afro-americano e um retrato mais condizente com as demandas das comunidades negras. Um ano mais tarde, mantendo as exigências do Código Hays, a FOX lançava o filme *Stormy Weather* (1943) e a MGM, *Cabin in the Sky* (1943), ambos com elenco composto apenas por artistas afro-americanos. A RKO não apenas investiu menos que os outros estúdios na América Latina, como também não atendeu à reivindicação da NAACP – o que ajuda a compreender as dificuldades de Welles com esse estúdio que, naquele momento, passava por uma mudança estrutural e política, indo de liberal a conservador. A abertura da FOX para que Welles pudesse montar *It's all true* é compreensível, uma vez que esse estúdio, na época, era mais progressista. Sob esse aspecto, tinha impacto a presença do produtor Daryl F. Zanuck, que investiu em diversos filmes sobre questões sociais.

Entretanto, a contribuição da FOX não é suficiente. Em outubro, Orson Welles procura Nelson Rockefeller para ajudá-lo a persuadir a RKO a finalizar o filme, como havia sido planejado, e lançá-lo com *Alô, Amigos*, de Walt Disney. Mas Nelson Rockefeller havia acabado de sair do Conselho de tal estúdio e, portanto, sugere que Welles busque apoio e patrocínio para terminar o filme com quem estiver disposto a ajudá-lo. Welles perde então um grande aliado para a finalização de *It's all true*. Apesar disso, Rockefeller continua ajudando Welles: eles planejam juntos programas de rádio para divulgar o Brasil e o magnata intenciona contratá-lo para fazer filmes curtos sobre a América Latina. A situação com a RKO vai de mal a pior: a produtora se recusa a ceder os rolos de material filmado ao diretor, estabelecendo um litígio na justiça com Orson Welles.

Na mesma época, a imprensa brasileira divulga rumores de que o filme de Welles teria fracassado. Francisco de Assis Barbosa, na época crítico de cinema de *A Noite*, defende a finalização do filme para que a morte de Jacaré não fosse em vão. A situação de Welles na imprensa estadunidense também não é favorável. Em novembro, o jornal republicano *Daily News* acusa o diretor – e também Charlie Chaplin – de adesão ao comunismo. Conforme Benamou, entre 1941 e 1943, período que cobre a pré-produção, produção e pós-produção de *It's all true*, Welles estaria sendo investigado pelo FBI, sob a suspeita de ser comunista.

O fato de o diretor ter contratado integrantes do Partido Comunista para sua equipe, além das montagens teatrais que criticavam o racismo nos Estados Unidos, como *Nativesone Voodoo Macbeth*, seriam elementos suficientes para levantar uma suspeita. Também é importante lembrar que, nos Estados Unidos daquele momento, ser contrário à segregação racial era equivalente, aos olhos da direita republicana, a ser comunista. Segundo a autora, o aumento das suposições de que Welles era comunista ocorreria durante as filmagens de *It's all true*, o que explica parte da perda gradativa de apoio do diretor no Brasil e nos Estados Unidos. De fato, Robert Meltzer, roteirista de Welles, mantinha estreitas relações com o Partido Comunista, além de ter sido um dos grandes entusiastas do roteiro que retratava o carnaval antigo, em contraposição a sua versão oficial, promovida na Era Vargas.

Sem patrocínio, em dezembro, Welles leiloa sua casa em Nova York, além de obras de arte e livros autografados de Edgar Allan Poe e Mark Twain; tudo para arrecadar dinheiro e conseguir finalizar *It's all true*, bem como produzir um novo final para *Jornada do pavor* que, em sua opinião, a RKO havia estragado. No início de 1943, a RKO anuncia para a imprensa brasileira que terminará o filme. Um mês depois, Welles e a FOX lançam comunicado público semelhante, dizendo que eles o terminarão, em lugar da RKO.

À medida que os países Aliados avançam sobre novos frentes e sem que haja sinal de que Welles conseguira os recursos necessários, *It's all true*, além de indesejável, torna-se um produto obsoleto para a “Política de Boa Vizinhança”. Em meados de 1943, os Estados Unidos tinham alcançado uma boa relação com o Brasil. Era o suficiente para fazer frente aos países do Eixo e expandir a exportação de filmes para o mercado cinematográfico nacional, que se torna o principal polo exibidor dos filmes de Hollywood na América Latina. Em fevereiro de 1943, Disney obtém grande êxito diplomático e de bilheteria com *Alô, Amigos* e programa fazer outro desenho animado, agora sobre a Bahia. Hollywood, tendo conseguido conquistar ainda mais corações e mentes no Brasil, busca fortalecer essa relação com os demais países latino-americanos, pese o fato de que o poder de disseminação da língua espanhola em nosso continente é muito maior do que o da portuguesa. Dessa feita, a OCIAA passa a investir maciçamente no público mexicano.

Vendo seu projeto ruir, Welles cria roteiros alternativos a partir das filmagens de *It's all true*, como é o caso de *Samba*, *Michael Guard* e *Charles American Bar*, cujas tramas giram em torno de personagens estadunidenses que vivem no Brasil. Com isso, o diretor pretende adequar-se ao gênero hollywoodiano de guerra e espionagem. Grande Otelo, de personagem central, passa a coadjuvante nesses roteiros. Entretanto, tais projetos jamais serão finalizados, pois ainda não se ajustam ao Código Hays e seus produtores temem que as imagens com grande quantidade de personagens negros e mestiços não tenham apelo de bilheteria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1945, Welles continua tentando dar algum desfecho para o projeto de *It's all true*. Desiste, afinal, em 1946. Seu filme seguinte, *O estranho* (1946), apenas consegue patrocínio internacional e, depois disso, o diretor jamais conseguirá reerguer sua reputação junto aos principais produtores de Hollywood. A visão de que ele é um gênio indomável e perdulário, faz com que o reconhecimento por seus filmes posteriores

venha de críticos europeus. Tal epílogo Welles já previra no início de 1943, e essa é uma das razões pela quais ele tentou terminar a todo custo *It's all true*. Em carta a Fernando Pinto, amigo que fizera em Fortaleza, e que havia ajudado no contato com os jangadeiros, o cineasta afirma: “to much effort and real love went into the entire Project for it to fail and come to nothing in the end. I have a degree of faith in it which amounts to fanaticism, and you can believe that if *It's all true* goes down into limbo I'll go with it” (WELLES 26/02/1943 apud BENAMOU, 2007, epígrafe).

Coda

Há uma extensa bibliografia que argumenta que a década de 1930 foi fundamental para a ressignificação das relações raciais no Brasil, articulada com uma identidade nacional construída dentro e fora das academias e arregimentada, a seu modo, pelo Estado Novo (SCHWARCZ, 1998; REIS, 1999; FRY, 2005; CANDIDO, 2006; AMARAL, SILVA, 2006; VIANNA, 2007). Como exemplos dessa ressignificação, diversos símbolos étnicos de matrizes africanas, antes discriminados e por vezes criminalizados, como a capoeira, o carnaval, o samba e a feijoada, convertem-se em símbolos nacionais que serão promovidos pelas emissoras de rádio e pelo cinema. Também nesse período, ocorre a profissionalização de jogadores negros no futebol e se percebe uma maior abertura para intérpretes afro-brasileiros nos teatros de revista e na cinematografia nacional.

O episódio de Orson Welles no Brasil, por um lado, corrobora essas análises, mas, por outro, traz novas dimensões para tal debate, revelando arestas e exclusões que decorrem dessa transformação. De uma parte, Welles mostra mestiços, negros e brancos em suas cenas, pondo no centro da trama os jangadeiros e Grande Otelo, entre outros intérpretes até então ignorados, contribuindo para a imagem de um país mestiço, sem conflitos raciais equiparáveis aos Estados Unidos e à Europa – tal como descreve Stefan Zweig e como o Brasil aparece nos escritos de Gilberto Freyre. De outra parte, as fortes críticas da imprensa e a perda paulatina do apoio do DIP a *It's all true*, bem como a destruição da Praça Onze e a proibição dos ranchos e cordões por Vargas, revelam os limites da conversão de manifestações de matrizes africanas em nacionais – algo que não está fora do foco de Welles. A intensa reação da imprensa, contrária à grande quantidade de negros nas filmagens, é indício de que o ideário de um país mestiço visa, para alguns, amenizar e ofuscar a presença negra em nossas manifestações culturais, ainda mais quando se trata de imagens para exportação. Ao mesmo tempo, a demolição da Praça Onze, espaço de terreiros, celeiro do samba e das culturas de matrizes africanas, assim como lugar de gráficas anarquistas⁹, revela que o plano urbanístico de Vargas tinha contornos político-raciais, visto que buscava retirar do centro do Rio de Janeiro as manifestações que não condiziam totalmente com seu projeto. Ainda que mais estudos sobre o tema precisem ser realizados, o episódio de Welles fornece pistas para observar que o

processo de conversão de símbolos étnicos em nacionais veio acompanhado de restrições, exclusões e aplainamento de arestas. Isto aponta para outras dimensões que se concentram em torno da identidade nacional mestiça construída nesses anos.

Além disso, se no cancioneiro popular o samba carioca se nacionalizou e o carnaval passou a ser subvencionado pelo Estado, o malogro de *It's all true* sinaliza as diferenças no modo como o campo cinematográfico brasileiro aderiu a tal processo de conversão de símbolos étnicos em nacionais. O que busquei demonstrar até aqui é o modo como o projeto de *It's all true* está na contracorrente do retrato de negros tanto em Hollywood como na cinematografia brasileira. Abro um parêntese para uma breve explicação. Diferentemente do campo da música popular, o cinema no Brasil se estruturou a partir do modelo hollywoodiano e com a forte presença dos estúdios estadunidenses, que patrocinavam salas de cinema e distribuíam a nossa produção autóctone. Isto encontrou vazão na formação dos críticos de cinema e na construção do Estúdio Cinédia – a primeira tentativa brasileira de seguir os moldes hollywoodianos. É sugestiva a afirmação de Pedro Lima, principal articulista da revista *Cinearte*, e um dos idealizadores da Cinédia: “os americanos, o povo, se convencerá que os habitantes do maior país da América não são pretos, e que a nossa civilização, afinal de contas, é iguaisinha a deles...” (LIMA, 1929, p. 22). Lima reporta a viagem aos Estados Unidos de uma comitiva brasileira composta apenas por brancos, como Adhemar Gonzaga (dono da *Cinearte*), o ator Carlos Modesto e as atrizes Eva Schnoor e Olga Bergamini de Sá, que foram para Hollywood fazer contatos e pesquisa para ver a possibilidade de construir um estúdio no Brasil, que viria a ser a Cinédia.

É o padrão branco e a segregação racial como princípio formal, similar ao cinema hollywoodiano, que a Cinédia irá buscar nos anos 1930, a despeito do debate sobre a mestiçagem na academia e no campo do entretenimento da época. Apenas na década de 1940, a Sonofilmes – estúdio criado pouco depois da Cinédia – começará a incluir personagens negros interpretados por atores negros como parte fundamental de seus enredos. É o que ocorrem em *Laranja da China* (1941), no qual a ação de personagem negro é capaz de definir o desfecho do filme. Mas, conforme acima demonstrado, o projeto de *It's all true* pretendeu desconstruir a segregação racial como princípio formal de modo mais radical, tanto em Hollywood quanto no Brasil, pois deu protagonismo a Grande Otelo e a outros personagens negros e mestiços, como Jacaré e Ruth, e os dotou de uma imagem mais complexa, inexistente em *Laranja da China*, em que personagem negro chama-se Boneco de Pixe e é descrito como “larápio”.

Após a experiência de *It's all true*, personagens negros e atores negros, especialmente na figura de Grande Otelo, eleito por Orson Welles o melhor ator da América do Sul, vão aos poucos se transformando em vetores importantes nos enredos, como é possível observar em *Moleque Tião* (1943), longa-metragem de estreia do estúdio Atlântida, que narra a trajetória de Grande Otelo. Entretanto, ainda que o projeto inicial da Atlântida se inspirasse na experiência de Welles no Brasil, fica patente, nos filmes posteriores desse estúdio, que a novidade de *It's all true* não encontrou sedimentação no campo cinematográfico brasileiro. Projetos similares se cristalizam apenas no final da década de 1950, com Nelson Pereira dos Santos e a geração do Cinema Novo.

⁹ Informação verbal de Nicolau Sevcenko durante a defesa de minha tese no dia 2 de agosto de 2013.

O episódio de Orson Welles no Brasil, portanto, revela que a conversão de símbolos étnicos em nacionais, nos anos de 1930 a 1940, deve ser analisada em suas diferentes dimensões, observando-se a especificidade da formação dos diferentes campos culturais, bem como a forma pela qual cada arena incorporou o debate racial e a mestiçagem às suas convenções. Mais do que isso, sinaliza que projetos inacabados abrem caminhos para analisar, de outro modo, os reversos e rebarbas latentes daquilo que se sedimentou.

Referências¹⁰

- ALÔ amigos. EUA. EUA. Direção: Wilfred Jackson, Jack Kinney, Norm Ferguson, Hamilton Luske, Bill Roberts. [c.l.]: Walt Disney, 1942. (42 min.) color.
- AMARAL, Rita; SILVA, Vagner Gonçalves da. Foi conta pra todo canto: religiões afro-brasileiras nas letras do repertório musical popular brasileiro. *Afro-Ásia*, Salvador, n 34, p. 189-235, 2006.
- BAZIN, André. **Orson Welles**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BENAMOU, Catherine L. **It's All True: Orson Welles's Pan-American Odyssey**. Los Angeles: University of California Press, 2007.
- CABIN in the Sky [Uma Cabana no Céu]. EUA. Direção: Vincente Minnelli. [c.l.]: Arthur Freed, 1943 (98 min) P&B.
- CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: **A Educação pela Noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006. p. 219-240.
- CITIZEN Kane [Cidadão Kane]. EUA. Direção: Orson Welles. [c.l.]: RKO Pictures, Mercury Productions, 1941. (119 min.) P&B.
- FRY, Peter. **A persistência da raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Crítica de cinema no suplemento literário**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HEYLIN, Clinton. **Despite the System: Orson Welles versus Hollywood Studios**. Chicago: Chicago Review Press, 2005.
- HIRANO, Luis Felipe Kojima. O imaginário da branquitude à luz da trajetória de Grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 77-125, dec. 2013a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 Jul.2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912013000200003>.
- _____. **Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica (1917-1993)**. 2013. 450p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013b. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14112013-122614/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- _____. O olhar oposicional e a forma segregada: raça, gênero, sexualidade e corpo na cinematografia hollywoodiana e brasileira (1930-1950). *Aceno*, v. 2, n. 3, p. 142-158, 2015.
- IT'S ALL true. Based on an unfinished film by Orson Welles. EUA. Direção: Bill Krohn, Myron Meisel,

10 Além das referências presentes no texto, foram consultados ainda inúmeros documentos do Arquivo Orson Welles da Lilly Library (Universidade de Indiana).

- [s.l.] Paramount, 1993. (89 min) Col.
- JANE Eyre [Jane Eyre]. EUA. Direção: Robert Stevenson [c.l.]: Twentieth Century Fox Film Corporation, 1943. (97 min) P&B.
- LARANJA da China. Brasil. Direção: Ruy Costa. [s.l.]: Wallace Downey, 1940. (80 min) P&B.
- LIMA, Pedro. Cinema Brasileiro. *Cinearte*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 169, p. 22-, maio de 1929.
- MAGNIFICENT Ambersons, The [Soberba]. EUA. Direção: Orson Welles, Fred Fleck. [c.l.]: Mercury Productions, 1942. (88 min | 148 min original cut) P&B.
- MOLEQUE Tião. Brasil. Direção: José Carlos Burle. [s.l.]: Atlântida Cinematográfica, 1943. (78 min) P&B.
- MORAES, Vinicius de. **O cinema de meus olhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- NOITE [A]. **Carnaval e jangadeiros em technicolor**, 23/12/1942.
- _____. **Joan Crawford, a heroína do filme que será rodado no Rio**, 30/01/1942.
- _____. **Vim aqui para aprender!**, 9/02/1942.
- _____. **Conversando com Orson Welles**, 13/02/1942.
- _____. **Orson Welles e o carnaval carioca**, 10/04/1942.
- _____. **Para que o Brasil seja melhor conhecido**, 15/05/1942.
- _____. **O cinema, uma arte...**, 22/05/1942.
- _____. **Orson Welles zangado**, 13/06/1942.
- _____. **Aviso**, 22/07/1942.
- REIS, Leticia Vidor de S. **Na batucada da vida**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- RIPPY, Marguerite H. **Orson Welles and the Unfinished RKO Projects**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; NOVAIS, Fernando (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 173-244.
- SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.
- STAM, Robert. **Multiculturalismo tropical**. São Paulo: Edusp, 2008.
- STORMY Weather [Tempestade de Ritmo]. EUA Direção: Andrew L. Stone. [c.l.]: William LeBaron, 1943. (78 min) color.
- STRANGER, THE [O Estranho]. EUA. Direção: Orson Welles. [c.l.]: Sam Spiegel, RKO, 1946. (95 min) P&B.
- VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- VOCÊ já foi a Bahia?. EUA. Direção: Norm Ferguson, Harold Young. [c.l.]: Walt Disney, 1944. (71 min) color.

Recebido em 10/04/2016

Aceito em 09/08/2016

**DIÁLOGOS PENDIENTES:
la incidencia de la esclavitud en la construcción social de la favela**

***PENDING DIALOGUES:
the incidence of slavery in the social construction of the favela***

Maximiliano Duarte*

Resumo

Este artículo discute la incidencia de la dimensión racial en la construcción social de las favelas de Río de Janeiro. Específicamente indaga sobre las perspectivas teóricas que fundaron el campo de estudios sobre estos territorios, y analiza las categorías movilizadas en la definición de la favela como problema social. Las ciencias sociales han tenido un lugar preponderante en la representación de las favelas. Las investigaciones que inauguraron este campo de estudios fueron influenciadas, por un lado, por la fusión de los preceptos del movimiento *Economía y Humanismo* con los de la primera generación de la *Escuela de Chicago* y, por otro, por las discusiones sobre la *marginalidad urbana*. Los primeros consideraban que la cantidad de personas pardas era una prueba irrefutable de la *democracia racial* brasilera; por otra parte, las discusiones sobre la marginalidad urbana encontraban en las migraciones campo-ciudad el factor explicativo central de la formación de grandes espacios de pobreza urbana. En las décadas siguientes estos preceptos fueron fuertemente criticados, con la excepción de aquellos relacionados con la constitución de una sociedad sin *líneas de color*. En las últimas décadas, distintos trabajos han revisitado estas explicaciones y sus temporalidades, trazando una continuidad entre el orden esclavista y el surgimiento de estos territorios. El artículo muestra cómo el acervo simbólico de la esclavitud se tecnifica y entrelaza con distintas corrientes de pensamiento científicista, pautando la definición de las favelas y sus habitantes: explica cómo las conceptualizaciones originarias de estos espacios se vinculan con la deshumanización de base racial y con la violencia como mecanismo de control social.

Palabras-clave: Favelas. Desigualdad. Raza. Esclavitud.

Abstract

This paper examines the incidence of race in the social construction of Rio de Janeiro's favelas. It analyzes the theoretical perspectives that founded this research field, focusing on the main categories that are implied in the definition of favela as a social problem. Social sciences have played a key role in the representation of favelas. On one hand, pioneer researches were influenced by the fusion of ideas from the *Economie et Humanisme* movement and the first generation of the Chicago School; on the other hand, they were influenced by debates on urban marginality. The first ones thought the amount of pardos

* Doctorando en Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Brasil. Becario CNPq. E-mail: duarte.maximilliano@gmail.com

(local racial denomination) was irrefutable proof of the Brazilian racial democracy; meanwhile, debates on urban marginality believed rural-urban migration was the key factor to understand the formation of large urban poverty regions. During the following decades, these ideas were highly criticized, with the exception of those related to the creation of a color-blind society. Recently, several researches have revisited these explanations and their temporalities, showing the existing continuity between slavery and the formation of favelas. This paper is aimed at analyzing how slavery's symbolism became more technical and intertwined itself with different streams of scientism, thus affecting the definition of favelas and their inhabitants. In other words, it offers some insight on how pioneer conceptions of these territories are actually related to race-based de-humanization and violence as a social control mechanism.

Keywords: Favela. Inequality. Race. Slavery.

Introducción

En las últimas décadas, la pluralización y fragmentación de las identidades sociales (DOMINGUES, 2009) han llevado a que diversos movimientos políticos constituyan sus luchas en función de reivindicaciones identitarias (BUTLER, 2000). Esto ha redundando en una disputa por la re-definición de ciertos procesos históricos y los nexos causales establecidos, trazando nuevas explicaciones y temporalidades. En este marco, las favelas empiezan a ser problematizadas (también) como una consecuencia del orden esclavista y, de este modo, sus primeras conceptualizaciones se encuentran vinculadas con la deshumanización de base racial y con la violencia como mecanismo de control social. Desde esta perspectiva, estos espacios nacen como *territorios racializados*, es decir, surgen a partir de la mutua imbricación de la producción del espacio urbano y de la construcción conceptual de sus habitantes. Sin embargo, a diferencia de otros ámbitos y discusiones, los trabajos académicos sobre estos lugares urbanos mantienen las posturas fundacionales sobre la cuestión racial.

Las investigaciones que inauguraron el campo de estudios sobre las favelas en Río de Janeiro, han sido influenciadas, por un lado, por la fusión de los preceptos del movimiento *Economía y Humanismo* con los de la primera generación de *Escuela de Chicago* y, por otro, por las discusiones sobre la *marginalidad urbana*. Una vez que los resultados de estas investigaciones se establecieron como explicaciones causales en el ámbito académico y en buena parte de la sociedad, estos conceptos fueron fuertemente criticados por una joven camada de investigadores, quienes sostenían la necesidad de reintroducir a los favelados en las dinámicas de la sociedad. En otras palabras, las favelas no podían ser conceptualizadas de manera independiente de la sociedad en la cual se desarrollaban, ni de las ciudades donde se expandían. Sin embargo, estas revisiones no alcanzaron a los orígenes de estos espacios en la ciudad, manteniendo, de ese modo, las explicaciones y nexos causales constituidos por las pesquisas fundacionales. Así, los comienzos de las favelas permanecen vinculados con las migraciones rurales hacia los centros urbanos.

En este contexto, este artículo se propone desarrollar los intersticios de las diferentes líneas de investigación sobre los orígenes de las favelas. Se entiende aquí que el acervo simbólico desarrollado para justificar y comprender la esclavitud no se desvanece a partir del marco jurídico abolicionista aprobado en 1888. Por

el contrario, sus principios se tecnifican y entrelazan con distintas corrientes de pensamiento, pautando la definición de ciertos problemas sociales, entre los cuales se encuentran las favelas y sus habitantes. En otras palabras, la tecnificación de la variable racial refiere al funcionamiento de sus premisas de una forma solapada, se transforma en un engranaje conceptual que opera detrás de un conjunto de subterfugios argumentativos que dificultan la visualización de su accionar.

De este modo, este artículo pretende indagar sobre nuevas cadenas de eventos y causalidades que contribuyan con la comprensión de la dimensión procesual de la construcción simbólica y material de las favelas cariocas.

Las favelas como problema de las ciencias sociales: debates fundacionales

Aspectos Humanos da Favela Carioca (SAGMACS, 1960) fue el trabajo que inauguró el estudio sistemático de las favelas cariocas por parte de las ciencias sociales. Esta investigación fue realizada por la Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) entre 1956 y 1959, y fue posibilitada por la convergencia de diferentes elementos. Por un lado, la coyuntura política de Brasil: este trabajo se enmarca en las discusiones sobre la pertinencia de la inversión pública para la construcción de Brasilia en oposición de otras problemáticas que enfrentaba el país. Como parte de este debate, la investigación fue financiada y publicada por el diario paulista *O Estado de São Paulo*, garantizando una extensa circulación de sus hallazgos con un amplio impacto en la opinión pública y en las instituciones estatales (MELLO et al., 2012). Un reflejo de esta incidencia fue que sus participantes se transformaron en referentes académicos sobre esta área, sentando las bases de este campo de estudio, así como en los responsables del diseño de políticas públicas¹ para las favelas cariocas (VALLADARES, 2005).

Por otra parte, en las décadas de 1940 y 1950 también existía un contexto académico que hizo plausible el trabajo realizado por SAGMACS. Existía una demanda extendida de conocimiento empírico sobre las favelas que posibilitara enfrentar efectivamente este “problema”² (VALLADARES, 2005, p. 49). Además,

1 El coordinador, José Arthur Ríos, fue designado en 1960 como director del Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Insalubres (SERFHA), luego se dedicó a la investigación y docencia en la PUC. El antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira se transformó en el director de la maestría en antropología de la UFRJ y junto con el arquitecto Hélio Modesto fueron el nexo para el ingreso de los Cuerpos de Paz de EEUU en las favelas y de un grupo de investigadores del mismo país interesados por los estudios sobre pobreza urbana, entre ellos se destacan: Anthony Leeds, Lucien Parisse e Janice Perlman (VALLADARES, 2005, p. 103-115). Leeds – a partir de los seminarios efectuados en 1967 y 1968, similares a los realizados en la Escuela de Chicago donde participan investigadores, agentes de política pública y moradores de favelas – tuvo una gran incidencia en la formación de profesionales brasileiros dedicados a los estudios urbanos en Río de Janeiro, entre ellos: Luiz Antonio Machado da Silva, Ana Judith y Ledy Olinda Firme (VALLADARES, 2005, p. 114).

2 Existen otros trabajos previos al de SAGMACS, sin el impacto académico que posteriormente tuvo este,

durante ese periodo confluyeron en el país varios investigadores que viabilizaron estos trabajos, fusionando técnicas cuantitativas y cualitativas de investigación a partir de la combinación de los preceptos del movimiento “Economía y Humanismo” con los de la Escuela de Chicago. Un ejemplo destacado es el de Joseph Lebet, cura e ingeniero naval de formación, y uno de los fundadores del citado movimiento en la década de 1940 en Francia. Este grupo de raíz católica, tenía como una de sus premisas centrales la formación de profesionales que contribuyeran al desarrollo armónico y a una “civilización solidaria”. Con este objetivo, Lebet, quien visitó Brasil entre 1947 y 1965 y fue introducido en las problemáticas de las favelas por los curas dominicanos, comenzó a dictar clases en la Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), y años más tarde, participó de la creación de SAGMACS³ (VALLADARES, 2012, p. 67-69).

En el ELSP también dictó clases durante 16 años Donald Pierson, formado en la Escuela de Chicago y alumno de Robert Park. Este investigador realizó su trabajo de campo en Salvador de Bahía, donde orientó a varios estudiantes brasileños⁴ (MENDOZA, 2005) e invitó a investigadores de diferentes países a Brasil, como el propio Park y el antropólogo canadiense Oberg, quien introdujo en los trabajos etnográficos a Carlos Alberto Medina, otro de los integrantes de SAGMACS (VALLADARES, 2012). Valladares señala que esta influencia de la Escuela de Chicago ha pasado desapercibida para los estudiosos de las favelas, no obstante:

o vestígio explícito desse caráter híbrido aparece na própria temática da pesquisa: alguns assuntos estão claramente ligados à abordagem típica do Economie et Humanisme, como a moradia, a família, a solidariedade, a escola ou a religião; enquanto temas como a delinquência e os processo políticos (demagogia etc.) foram priorizados pela Escola de Chicago (VALLADARES, 2012, p. 91).

Esta hibridación conceptual sentó las bases teórico-metodológicas de las investigaciones subsiguientes sobre las favelas, pautando una agenda de pesquisa para las décadas venideras⁵ (VALLADARES, 2005, p. 101).

ver Valladares (2005).

3 También fue uno de los fundadores del Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé (IRFED) que procuraba formar a investigadores de todo el mundo y de América Latina en particular (VALLADARES, 2012, p. 68).

4 Mendoza (2005) señala que Pierson fue figura central del instituto con varios seguidores, “treinou várias gerações de pesquisadores [...] início à formação de alunos e discípulos através de aulas, seminários, conferências, traduções de livros e artigos, contatos com instituições, universidades e professores estrangeiros. O programa de Pierson incluía a ida de seus alunos ao exterior”.

5 Valladares (2005, p. 96-97) sintetiza los ejes rectores de esta fusión: 1. La investigación empírica como principal forma de acceso a la realidad; 2. Observación y aprehensión de los procesos sociales como condición necesaria para la construcción de tipologías o tendencias; 3. La utilización de datos provenientes del trabajo de campo así como fuentes secundarias disponibles; 4. La importancia de la representación gráfica de los datos; 5. Interés de las investigaciones orientadas para la acción social; 6. La centralidad

Esta influencia también explica por qué las desigualdades raciales no ocuparon un lugar central en los estudios fundacionales sobre las favelas. Cabe destacar que Pierson, al igual que Park y otros investigadores norteamericanos y brasileños – entre los que se destaca Gilberto Freyre⁶ (1933, 1936) – entendían que Brasil era una sociedad sin “líneas de color” (GUIMARÃES, 2001, p. 147). Esto no significa que desconocieran las desigualdades raciales, sino que entendían que éstas irían disminuyendo con el devenir de la modernización en el país, ya que no existían barreras para que las personas negras accedieran a mayores niveles de formación, posiciones jerárquicas, de riqueza o de prestigio (GUIMARÃES, 2001, p. 148). Para Pierson, el sustento empírico de esta expectativa se encontraba en la existencia de un significativo porcentaje de personas “pardas”⁷ en la población del país y en sus posibilidades de movilidad social⁸. Estos conceptos se encontraban bien difundidos entre los investigadores de la época y más aún entre los extranjeros que estudiaban Brasil⁹ (FISHER, 2004). Tiempo después, en 1952, en su introducción al primer volumen sobre las relaciones raciales en Brasil (financiado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura - Unesco) Charles Wagley sintetizaba las visiones sobre la cuestión racial brasileña en la siguiente frase: “O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial”¹⁰ (WAGLEY apud GUIMARÃES, 2001, p. 147).

del territorio como espacio físico y la relación entre barrio e intervención social; 7. La valoración de un abordaje multidisciplinario de los fenómenos sociales y el reconocimiento de la complementariedad entre disciplinas.

6 Para un mayor comprensión de la denominada “democracia racial” en Freyre ver Souza (2000).

7 Pierson se refería así a la miscigenación entre personas de origen racial diferente, “a miscigenação se tem processado na Bahia ininterruptamente e sem provocar atenção sobre si durante longo período de tempo. Talvez em poucos lugares do mundo o cruzamento interracial se tenha dado de maneira tão contínua e em escala tão extensiva em tempos recentes” (PIERSON apud VALLADARES, 2010, p. 42).

8 Santos (1973) sostiene que Pierson construye sus argumentos en oposición a la ciudad de Chicago y Estados Unidos. Por lo que sus afirmaciones sobre la organización social Bahía y Brasil -tales como: la inexistencia de líneas de color rígidas; la organización social basada en clases abiertas que asumían la forma de competición libre donde los individuos encontraban su lugar por los criterios prestables de competencia; la política asimilacionista de los “blancos” y; la ideología de la democracia racial-, deben ser comprendidas más como un contrapunto entre ambas ciudades que como una descripción aguda de la sociedad bahiana de la década de 1930.

9 Park, en su introducción al libro de Pierson, se refería a la sociedad brasileña como un “ejemplo de integración”, donde no existía un problema racial propiamente dicho. Incluso, sostenía la necesidad de profundizar el conocimiento sobre sus mecanismos de aculturación, en la medida en que el mundo post Segunda Guerra tendía a la disolución de las distancias físicas y sociales (PARK, 1971, p. 82).

10 Guimarães (2001, p. 152-156) sostiene que el consenso sobre la democracia racial se extiende hasta los albores del Golpe de Estado, donde comienza a ser discutida, primero por Florestan Fernandes (1965) en su obra *A integração do negro na sociedade de classes*, y luego con la publicación en 1978 de *O genocídio do negro brasileiro* de Abdias, donde la dimensión racial como factor explicativo de las desigualdades económicas, sociales y culturales es efectivamente problematizada.

En 1959, otra actividad organizada y financiada por la Unesco¹¹, también marcaría la conceptualización de las favelas cariocas desde las ciencias sociales, inscribiéndola en la discusión sobre los problemas de urbanización en las ciudades de América Latina. Cortés (2014) señala que este seminario dejó algunas de las imágenes más difundidas sobre la cuestión urbana en Latinoamérica y en particular sobre Río de Janeiro, donde las favelas fueron presentadas por Andrew Pearse como un mecanismo de integración degradada de los migrantes rurales en la ciudad. En el análisis sobre los grandes contingentes de personas que se instalaban en las ciudades latinoamericanas, la noción de *marginalidad* se tornó una categoría ineludible. Más allá de las distintas vertientes que asumieron los trabajos sobre marginalidad, el denominador común que presentaban versaba sobre la “disfuncionalidad” que introducían estos contingentes de personas en el funcionamiento social, y el riesgo disruptivo que representan (MACHADO DA SILVA, 1971). Tanto para la izquierda como para la derecha, los “marginales” representaban un peligro debido a que eran fácilmente manipulables. Para los primeros, destaca Machado da Silva (2002), los favelados alimentaban el *lumpen proletariado*, es decir aquellos grupos de trabajadores que no tenían una conciencia desarrollada sobre su condición. Por este motivo, señala el autor, las actividades que dieron origen a la União de Trabalhadores Favelados en 1954, eran realizadas por un grupo de militantes que no obedecían la línea oficial del Partido Comunista Brasileiro. Mientras que, para los segundos, el riesgo giraba en torno a su posible radicalización política de los favelados. En Río de Janeiro esta preocupación quedó inmortalizada en la frase atribuida a un integrante de la organización conservadora de la derecha católica Leão XIII: “é preciso subir o morro antes que os comunistas desçam” (SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS, 2012, p. 43).

Cortés (2014) sostiene que los trabajos del antropólogo estadounidense Oscar Lewis, en los barrios pobres de la Ciudad de México en la década de 1960, fueron los que dotaron a la noción de marginalidad de un corpus teórico propio. Lewis desarrolla el concepto de “cultura de la pobreza” para definir un sistema de vida estable y persistente, que es transmitido de generación en generación, y donde ciertos aspectos de la vida urbana son adoptados y transformados para la sobrevivencia y adaptación popular: una lucha constante por la vida, desocupación o subempleo, bajos salarios, trabajo infantil, falta de ahorros, alcoholismo, exacerbación de la violencia como modo de relacionamiento y resolución de disputas, prematura iniciación sexual, machismo, entre otros rasgos (CORTÉS, 2014, p. 48). Cortés señala que, para Lewis, la pobreza era una “disposición razonada” relativamente estable entre los pobres, su principal elemento para sobrevivir, y el primer obstáculo que enfrentan para superar su condición y adaptarse a la vida moderna. De esta manera,

[...] os marginalizados seriam possuidores de uma subcultura da pobreza com características que podem ser consideradas como soluções locais a problemas

¹¹ En esta conferencia participaron investigadores de latinoamericana, norteamericanos y europeos como: Herbert Blumer, Gino Germani, Philip Hauser, José Matos Mar, José Medina Echavarría, Juárez Brandão, Andrew Pearse, entre otros (HAUSER apud CORTÉS, 2014).

que não podem ser resolvidos institucionalmente pelos organismos públicos, seja pela ausência de direitos, pelo custo econômico de acessar a determinados benefícios ou pela suspeita que pesaria sobre tudo o que está relacionado com o mundo público e político (CORTÉS, 2014, p. 49).

Con una marcada influencia de estas posiciones teóricas, el informe publicado por SAGMACS (1960, p. 4) entendía que

[...] a migração para as cidades é, antes de tudo, uma ‘fuga à miséria’ [...] Esse migrante, além de trazer consigo dons escassos de técnica, afeito que foi unicamente ao cabo da enxada, carrega para a cidade todas as deficiências sanitárias e educacionais do nosso médio rural: a verminose e o analfabetismo, o pé descalço e o banho de ervas, a superstição e o messianismo. Entre ele e o morador típico da cidade existe a mesma distancia cultural que já mediava entre ele e o proprietários da terra que lavrava

En esta línea, en un trabajo posterior, Carlos Alberto Medina (1964) definía específicamente a las favelas como una extensión del mundo rural en la ciudad, “un tumor rural-primitivo enquistado na moderna metrópole”.

En las décadas siguientes se alzaron múltiples críticas a las teorías de la marginalidad y a los efectos de estas conceptualizaciones sobre las favelas (MACHADO DA SILVA, 1971; PERLMAN, 1977). La magnitud de estas revisiones fue tal que, en la actualidad, las ciencias sociales raramente apelan a estas miradas en forma explícita. Sin embargo, los argumentos causales sobre el origen de estos territorios no siguieron el mismo camino, por lo que la cadena de hechos y nexos explicativos establecidos en los trabajos fundacionales de este campo de estudios, perduraron. De esta manera, la cuestión racial y la problematización de las favelas transcurrieron por sendas paralelas. A modo de ejemplo, en 1998 se publicó *Um século de Favela*, una colección de trabajos de reconocidos investigadores, coordinada por Alba Zaluar y Marcos Alvito, conmemorando un siglo de la temporalidad trazada por SAGMACS sobre el origen de favelas. De las múltiples dimensiones trabajadas en los artículos que componen esta obra, las desigualdades raciales no ocupan un lugar central en las explicaciones sobre las problemáticas que históricamente se asocian a las favelas. En 2005 fue publicado uno de los trabajos más exhaustivos sobre la historia de estos territorios, *A invenção da favela*, de Lícia do Prado Valladares. La autora señala que la marca de Canudos como momento fundacional se apoya en el relato de los acontecimientos descritos en la obra clásica de Euclides da Cunha, *Os sertões* (1982). Este texto, de amplia difusión entre la intelectualidad de la época, estableció la matriz interpretativa a partir de la dualidad sertão/cidade, donde la primera se caracterizaría por el desorden, la inmoralidad, lo salvaje y lo violento, en oposición al progreso racionalista propio de la civilización moderna. En este marco, sostiene Valladares, las representaciones sobre la favela en la opinión pública se alimentan de este contexto interpretativo, que comienza a ser ampliamente divulgado a comienzos del siglo XX y reproducido, con revisiones, hasta el presente.

En paralelo a estas concepciones otros autores enfatizan en el rol de las políticas higienistas y la reforma urbana de Passos en la conformación de las favelas (ABREU, VAZ, 1991; BURGOS, 2005; GONÇALVES, 2013). En estas miradas, el poblamiento de los morros cariocas se origina en la conjunción de las políticas de salud pública con aquellas que proponían el rediseño de la trama urbana. No obstante, en estos trabajos, que serán tratados a continuación, tampoco se problematiza la incidencia racial en la construcción de los argumentos higienistas.

Sin duda, estos aspectos resultan centrales para la comprensión del origen, el crecimiento y diseminación de las favelas en Río de Janeiro. No obstante, de una forma u otra, se mantienen los nexos causales y explicativos establecidos por SAGMACS. Todo ello resulta en una invisibilización de la herencia de la esclavitud y, particularmente, de la influencia del acervo simbólico de este orden que rigió durante siglos las relaciones sociales en el país, y que no se extinguió con la aprobación legal de la abolición en 1888. Las categorías que rigieron las relaciones entre esclavistas y esclavos continúan pautando las conceptualizaciones sobre los que comienzan a ser denominados como *favelados*.

Otra mirada: las favelas desde el universo simbólico de la esclavitud

En el trabajo realizado por SAGMACS, los orígenes de las favelas cariocas se encuentran en los procesos migratorios que involucraron a los ex combatientes en Canudos¹² (RÍOS et al., 1960, p. 3). Sucesivos batallones fueron arribando a partir del 1896 a Río de Janeiro (por ese entonces, la capital del país), en reclamo de salarios impagos. Los primeros combatientes se ubicaron en el Morro da Providência y, hacia el 1898, también poblaron el Morro Santo Antônio (RÍOS et al., 1960; VALLADARES 2005; PEREIRA DA SILVA 2005; ZALUAR; ALVITO, 2006). El propio término “favela” remite a dos posibles circunstancias emparentadas con Canudos: la primera, refiere a una flor llamada “Favella”, que se encontraba en el Monte Santo en el Estado de Bahía y en la vegetación del Morro da Providência en Río de Janeiro (RÍOS et al., 1960); la segunda remite al mencionado morro bahiano, pero en su calidad de bastión de la resistencia frente al ejército de la República en Canudos (VALLADARES, 2005). En cualquier caso, el origen versa sobre la migración de población rural hacia la capital del país.

Sin embargo, diversos documentos públicos atestiguan que en varios morros cariocas existen habitantes anteriores al poblamiento del Morro da Providência en 1896¹³. Karasch (2000) sostiene que, incluso antes que llegase la corte portuguesa en

12 Refiere a la mítica comunidad formada en su mayoría por ex – esclavos en el sertão bahiano, destruida por sucesivos batallones del ejército brasileiro.

13 Por ejemplo, el decreto N° 353 de 1845 señala los peligros del desmonte del Morro de Santo Antônio por sus habitantes. En una actualización de esta norma en 1853 se argumenta: “tornando-se a edificação da cidade por esta forma não só mais defeituosa, como ameaçadora a sua população como construções pouco sólidas, pondo em risco, por ocasião das grandes chuvas, a segurança dos habitantes de taes prédios,

1808, existían varias comunidades *quilombolas*¹⁴ en los morros, principalmente en zonas distantes al centro donde eran menos comunes las persecuciones de esclavos fugados (KARASCH, 2000, p. 407). En términos generales, estas comunidades se ubicaban en las regiones periurbanas, en territorios de difícil acceso, como morros con vegetación cerrada o la región de pantanales ubicados en el camino del centro hacia el actual barrio de São Cristóvão. Calvo (2014) señala que a partir de la década del 1870 se formaron grupos quilombolos que habitaban en los morros de Leblon, y que se fueron expandiendo a medida que se flexibilizaba el orden esclavista y que aumentaban tanto la cantidad de libertos como las fugas colectivas de esclavos. Moura (1987) enfatiza el carácter combativo de las comunidades quilombolas y el activo papel que desempeñaron en la transformación del régimen esclavista, particularmente, como espacios de recepción que posibilitaban a los esclavos fugados tener una vida propia. Campos (2005) sostiene que estos grupos eran receptores de personas en distintas situaciones – esclavos fugados, sujetos en conflicto con la ley, personas sin un lugar donde vivir – que encontraban en las comunidades quilombolas un espacio de refugio sustentado en una organización interna capaz de estructurar su defensa. Este autor sostiene que en estas formaciones, cada vez más numerosas y diversas – aunque fundamentalmente negras – se encuentra el origen de las favelas cariocas. De este modo, para comprender el origen de las conceptualizaciones sobre estos territorios es necesario indagar en el universo simbólico de la esclavitud.

En relación a los esclavos, el orden esclavista se apoyaba fundamentalmente en dos ejes. En primer lugar, la esclavitud “não foi apenas negação do escravo como pessoa (sua coisificação), mas sua negação como ser vivo” (CARDOSO, 2008, p. 80). La negación de la condición humana de estas personas se instrumentó mediante la degradación de todo lo que se le encuentra asociado y la define como tal: sus costumbres, valores, creencias, labores y hábitat. En segundo lugar, la violencia, en sus formas más diversas, fue utilizada, constante y continuamente, como un mecanismo de regulación social. Esto redundó en la hipertrofia del brazo represivo del incipiente desarrollo estatal en el siglo XIX, así como en la institucionalización de los preceptos que sustentan el uso de la violencia como recurso de control¹⁵.

La región sudeste, y Río de Janeiro en particular, fueron espacios privilegiados de recepción de los ex-esclavos. A partir de 1850, la prohibición del tráfico de esclavos de ultramar elevó el costo de estas “mercancías” e impulsó

e causando grave inconveniente aos que habitam nos terrenos contíguos” (Soares, 2013, p. 46).

14 Refiere, básicamente, a las comunidades formadas en su mayoría por esclavos fugados (KARASCH 2000; CAMPOS, 2005).

15 En las discusiones de la Asamblea Legislativa de San Pablo en 1870 se explicitaban estas concepciones, a través del rechazo de la incorporación del “elemento nacional” en la producción de café: la mezcla de “incentivos monetários e repressão à vadiagem” no era suficiente para controlar a las personas negras y pardas debido a que eran considerados como “preguiçoso, inconfiável e privado de mentalidade moderna”. Por ese motivo, consideraban que no podían ser disciplinados a través de incentivos monetarios: “só se submetia pela força e pelo látigo (CARDOSO, 2008, p. 77-78).

un mercado interno de compra-venta y arrendamiento. El primero tuvo un eje de comercialización desde las regiones sur y sudeste hacia el nordeste. Esto se vincula con la concepción de las elites de las regiones vendedoras respecto de lo que era un país “civilizado”: básicamente, un país poblado por personas blancas (GONÇALVES, 2013). El segundo se desarrolló principalmente en la región sudeste, donde esta “mercancía” comenzó a ser utilizada como fuente de renta. De este modo, los esclavos comenzaron a ser arrendados para desempeñar todo tipo de tareas en la ciudad, desde *quitanda e cangalha* (carga y venta ambulante), pasando por ayudantes de construcción y costureras, zapateros, carpinteros, barberos, etc. (ROLNIK, 1989; SOARES, 1999). Este mercado de alquiler se constituyó en uno de los elementos que incidió en la formación de un mercado de trabajo, y, específicamente, uno que incorporaba a las personas negras como mano de obra. Rolnik (1989) sostiene que a través de esta convivencia cotidiana se fue construyendo una “ciudad negra” paralela a la esclavitud, donde se fueron tejiendo redes de solidaridad y sobrevivencia¹⁶. Esta otra ciudad se ubicaba en el lado opuesto hacia donde se expandía la región “noble”, hacia el otro margen del centro denominado en ese momento como “pequena África” o Cidade Nova (SILVA, 2015), donde también se encuentra el Morro da Favella.

Por otra parte, la coexistencia entre trabajadores y esclavos redundó en la expansión del universo simbólico esclavista en lo que respecta a la identificación de ciertas tareas con determinadas razas, estableciendo una relación que iba más allá de la condición jurídica de la persona¹⁷ (COSTA, 2014). De este modo, señala Cardoso, se construyó una imagen del trabajo manual como algo indigno para cualquier persona que no fuera negra, en suma, “a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de *desvalorização do trabalho*” (CARDOSO, 2008, p. 81).

Asimismo, una vez abolida la esclavitud en 1888, los ahora ex-esclavos tuvieron que procurar un lugar donde hacer su vida. En este contexto, atraída entre otras cosas por este mercado de empleo, la población de Río de Janeiro tuvo un fuerte crecimiento llegando a 500 mil habitantes en 1890. Entre 1888 y 1890 la

16 Estos vínculos derivaron en organizaciones que militaron por la causa abolicionista con repertorios de acción bien variados: cooperativas para comprar la libertad de sus miembros, falsificación de documentos para ingresar por ejemplo en la ley de vientre, la organización de actividades que contribuyeran con pequeñas fugas, el apoyo a las comunidades quilombolas, entre otras (CALVO, 2014, p. 104-105).

17 Esta asociación conceptual entre esclavos y trabajadores a partir del tipo de tarea desempeñada, también fue denunciada en la década de 1880 por la *União Operaria* ya que expandió el maltrato y la violencia como medio de regulación entre los trabajadores. Las organizaciones de trabajadores tenían la convicción de que para mejorar las condiciones laborales era necesario abolir la esclavitud, de aquí la simbiosis entre estas organizaciones con la causa abolicionista. Este argumento también era esgrimido por varios intelectuales de la época que posicionaban la esclavitud como “a causa única do atraso industrial e econômico do país” (CALVO, 2014, p. 106). Costa Pinto (1998 [1932]) señala que es necesario distinguir las particularidades de este recorrido desde la esclavitud hacia el proletariado, en la medida que estas condiciones en el caso concreto de Río de Janeiro se construyen mutuamente.

cantidad de personas que vivían en *cortiços*¹⁸ en el centro de la ciudad se duplicó, alcanzando un población aproximada de 100 mil habitantes, un 20% del total (GONÇALVES, 2013, p. 38). La expansión de estas construcciones en el centro de la ciudad estuvo íntegramente vinculada al desarrollo del mercado de trabajo y a la ausencia de infraestructuras, tanto en las zonas periféricas como en su conexión con el centro de la ciudad. Cabe destacar que en 1890 el 48% de la Población Económicamente Activa (PEA) en Río de Janeiro eran trabajadores domésticos o sin profesión definida, considerados *diaristas*. Así se denominaba a aquellos que debían procurar diariamente un empleo, lo que significaba que todos los días debían salir a recorrer el centro de la ciudad, donde se concentraban las actividades económicas, para procurar alguna tarea remunerada. Esta condición obligaba a estos trabajadores, incluso hasta por una racionalidad económica, a vivir en lugares relativamente cercanos al centro de la ciudad¹⁹. Asimismo, Rolnik resalta que en 1890 el 48% de las personas no blancas y económicamente activas, desempeñaban tareas en el servicio doméstico, el 16% no tenía ninguna profesión y el 17% trabajaba en la industria. Por otra parte, más de la mitad de los 89 mil migrantes extranjeros residentes en Río de Janeiro, trabajaban en el comercio, en la manufactura y en actividades artísticas (ROLNIK, 1989, p. 8). Si la economía de por sí tenía problemas para absorber la mano de obra de baja calificación, la situación de las personas negras era aún más conflictiva. En suma, los que recientemente obtuvieron su libertad tenían una inserción laboral y urbana totalmente precaria, ocupando los empleos de más baja remuneración y de peores condiciones, viviendo en lugares sin infraestructura alguna, y que, además, fueron creciendo en la medida en que el orden esclavista se fue tornando poroso.

La racialización del territorio: la favela como problema social

Desde sus inicios y hasta el presente, la favela ha sido sistemáticamente definida en oposición al orden que se pretende construir, transformando esas distancias y diferencias en rasgos esenciales de estos territorios y sus habitantes²⁰. Desde sus orígenes, la favela ha sido conceptualizada como un problema social (VALLADARES, 2005). Distintas referencias en documentos de la administración pública y en discusiones parlamentarias, así como las opiniones de distintos actores sociales publicadas en prensa, reflejan como estos espacios fueron sistemáticamente

18 Los *cortiços* eran casas decadentes de áreas pobres: habitaciones en alquiler con subdivisiones livianas, con baños y cocinas compartidas, sin acceso a servicios básicos (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 189).

19 Además del estigma racial, los ex-esclavos sufrían otras desigualdades para competir en ese mercado: en 1872 de los 48.939 esclavos en la ciudad, 329 sabían leer y escribir (CALVO, 2014, p. 37).

20 Tanto la primera definición oficial en 1937 como la última utilizada en el censo del año 2010, definen a la favela en oposición a la norma que se pretende instalar. En el código de obras de 1937, se la define como conglomerados de casebres en desacuerdo con las disposiciones de ese decreto y en censo el IBGE las denominó “aglomerados subnormales”.

definidos como responsables de los males sociales que acuciaban a la ciudad en su conjunto (SILVA, BARBOSA 2005; PEREIRA LAIS, 2005; VALLADARES, 2005; ZALUAR, ALVITO, 2006).

Por otra parte, en las reconstrucciones posteriores se ha problematizado cómo el cientificismo moderno ha pautado la construcción teórica de estos males sociales y cómo esos conceptos incidieron en el desarrollo de políticas públicas (ABREU, VAZ, 1991; GONÇALVES, 2013). Sin embargo, estos trabajos también han dejado de lado la cuestión racial promovida en las propias discusiones de la época donde se consideraba la raza como una variable explicativa del comportamiento humano, y más aún, de aquellas prácticas definidas como anómalas. En otras palabras, la definición de los problemas sociales a comienzos del siglo estaba tan influenciada por el positivismo como por el debate racial²¹. Según Fisher (2004), estos dos ejes se fueron entrelazando, y las explicaciones raciales confluyeron con la legitimidad de lo científico en la construcción de un marco interpretativo que fusionó dimensiones del acervo simbólico esclavista con distintas vertientes del positivismo modernizador. Esta hibridación dio origen a estos *territorios racializados*, es decir, una construcción conceptual que le confiere un sentido específico y que establece explicaciones causales determinadas sobre ciertas prácticas y situaciones que asocian a estos espacios urbanos.

Una dimensión central de este constructo fueron las explicaciones sobre los actos delictivos. Si bien desde la esclavitud se les atribuía a los esclavos una propensión a la violencia, a partir de un conjunto de investigaciones, donde se destaca la contribución del médico bahiano Nina Rodrigues, se construyó un marco interpretativo hegemónico que sostenía que la causa de estas acciones se encontraba en una propensión genética que era estimulada por la vida en los cortiços y favelas (VIEIRA, 2012, p. 21). En esta línea, Afrânio Peixoto argumentaba que para encauzar el desarrollo del país y resolver sus diversos problemas, el primer paso era sanear físicamente la raza. Vieira (2012, p. 22) señala que el conjunto de cargos públicos que ocupó Peixoto a comienzos del siglo XX, varios de ellos electivos, evidencia que las concepciones eugenistas se encontraban ampliamente extendidas en el pequeño grupo que conformaba la cúspide de la estructura social y política en Río de Janeiro.

En consonancia con este diagnóstico, en una carta enviada por un delegado policial a su jefe, el 4 de noviembre de 1900, advierte que Morro da Favella o Providência, es un lugar “infestado de vagabundos e criminosos”. Este funcionario propone como única solución: “para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa de pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas” (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 8). En otra carta escrita cuatro días más tarde, el policía sostenía que “a bem da ordem e moralidade públicas” se recomendaba diretamente la “extinção dos casebres e pardieiros” (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 9). En un texto publicado en el *Jornal de Brasil*, los comerciantes de la calle Carioca (en el centro de la ciudad),

21 Debate que se extendió varias décadas. Un ejemplo de esta fusión también puede verse en Vianna ([1932]1959). Sobre las discusiones raciales en Brasil entre 1930-1945 ver Aguilar Filho (2011).

también pedían que se construyera un cerco que rodeara el morro *Santo Antônio* debido a que “uma quadrilha de menores gatunos” robaron un pantalón que estaba de muestra en un comercio (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 10). La desmesura entre el problema relatado y la medida exigida sugiere que, más que procurar una solución efectiva para la situación en cuestión, existían otros móviles subyacentes a la búsqueda de la segregación territorial y simbólica de los habitantes de estos morros.

Esta fusión entre el universo simbólico de la esclavitud y los argumentos de la modernización, encuentra en el higienismo una de sus expresiones predominantes en Río de Janeiro. Chalhoub (1990, p. 35) señala que esta corriente tenía como una de sus premisas centrales la despolitización de la realidad histórica, amparando sus decisiones en una supuesta verdad objetiva. De ese modo, detrás de una pretensión racionalista ocultaban la arbitrariedad ideológica e históricamente contingente de sus afirmaciones. Un ejemplo de esto fueron los esfuerzos dedicados al combate a la fiebre amarilla, los cuales no se orientaron por los efectos de la enfermedad sino por quienes la padecían. Según el higienista Pereira Rego, mientras que el cólera y la tuberculosis escogían principalmente entre sus víctimas a esclavos e “individuos de ordem inferior”, la fiebre amarilla atacaba a los inmigrantes europeos, lo cual acrecentaba la fama de ciudad pestilente y dificultaba la atracción de migrantes que contribuyeran con el desarrollo del país (su “emblanquecimiento”). Al ser negligentes con las enfermedades que afectaban a la población negra, los médicos contribuían a eliminar la denominada “herencia africana”. Así, concluye Chalhoub (1990, p. 95), uno de los objetivos de las políticas de salud pública era el control racial, que buscaba contribuir con el progreso del país a través de la sustitución de la población negra por migrantes europeos blancos.

La *Revolta da Vacina*²² en 1904 marcó un hito en lo que respecta a las representaciones sobre las favelas. El higienista Oswaldo Cruz, como director de Salud Pública desde marzo de 1904, intensificó las campañas de vacunación obligatoria, dotando a las brigadas que ejecutaban estas medidas de poderes absolutos que los habilitaban a la vacunación compulsiva. Para tales fines, las brigadas estaban autorizadas a invadir las casas e inyectar a las personas por la fuerza. La conmoción popular que generó esta medida en ciertos sectores de la población, no fue combativa con información, ni otros medios disuasivos. Donde se

22 De este conflicto surge una de las imágenes que mejor sintetiza los conceptos dominantes sobre las favelas y sus habitantes. Este dibujo, publicado en prensa en 1907, bajo el título “A limpeza indispensável” (VALLADARES, 2005, p. 27), exhibe al médico Oswaldo Cruz pasando un peine – el cual lleva la inscripción “delegacia de higiene” – sobre una cabeza con forma de morro, de donde saca, como si fueran piojos, a personas que se aferran a su vida en el morro – durmiendo, escondiéndose entre los cabellos, sin hacer nada aparentemente “productivo” -, arrojándolos hacia un camino por donde, entre medio de sus piernas, pasa un tren. Esta cabeza, de nariz ancha y dientes que forman la palabra “favella”, tiene una mirada aletargada, cansina, de resignación. La favela se encuentran al costado del tren, emblema de la ciencia y del estado positivo, y solo llegan a él por el impulso del peine. En la óptica de la modernización, la favela aparece como la barbarie tradicional negra y rural, en oposición a la civilización urbana, blanca y moderna. Imagen disponible en: <<http://laeti.photoshelter.com/image/I0000iShwzdt6P.8>>.

concentraron las organizaciones que le opusieron mayor resistencia, en los barrios de Saúde y en Providência (parte de la “ciudad negra” mencionada por Rolnik y también por Silva) fueron enviados 180 soldados que asesinaron aquellos que no pudieron doblegar y vacunar (CARVALHO, 1987). Una vez más, el miedo a una revolución popular y el estigma de la agresividad sirvieron como justificación para la utilización de la violencia como mecanismo de regulación.

Valladares (2005, p. 40) sostiene que, ya desde el Imperio, los ingenieros y los médicos no solo fueron los representantes más visibles del discurso modernizador, sino que, en función del lugar central que ocupaban en la administración pública, expandieron estas interpretaciones particularmente en la capital del país: Río de Janeiro. Los profesionales formados en las corrientes higienistas pensaban a la ciudad como la “manifestação visível do todo social [...] concebida como uma máquina, um mecanismo cujas engrenagens deveriam ser dispostas e manipuladas devidamente sob a mesma direção” (KROPF apud VALLADARES, 2005, p. 41). Desde esta concepción, dadas las características del hábitat de los sectores populares, estos territorios eran considerados como la “fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos” (VALLADARES, 2005, p. 41). Desde esta perspectiva urbana, cortiços y favelas se encuentran en oposición a esta racionalidad técnica, por lo que su eliminación supone un paso natural y necesario para el proyecto modernizador.

En síntesis, al igual que el trato y las consideraciones sobre los esclavos se extendieron hacia los trabajadores que realizaban las mismas tareas, esto también sucedió con el espacio urbano en el cual comenzaron a agruparse una vez abolida la esclavitud. Esta simbiosis entre el territorio y sus habitantes, conllevó, por un lado, la inclusión del territorio como variable explicativa de la llamada diferencia racial, por otra parte las definiciones comportamentales asociadas a los factores raciales se extendieron hacia los habitantes de estos espacios urbanos. En suma, la construcción conceptual de la raza y de estos territorios urbanos se encuentra mutuamente imbricada.

El rediseño urbano de Río de Janeiro a partir del cientificismo moderno

Esta acumulación teórica-reflexiva de los científicos modernos y la construcción de ciertos problemas sociales, fue pautando las reformas urbanas que fragmentaron la ciudad maravillosa y redundaron en la consolidación de las favelas en Río de Janeiro. Esta profunda reestructura de la ciudad inició con la demolición de los cortiços en la zona central, comenzando por el emblemático Cabeça de Porco. Los dueños de este cortiço también eran los propietarios de terrenos en el Morro da Providência, por lo que, con la habilitación de la prefectura, una vez demolido comenzaron a arrendar pequeñas parcelas en el morro a sus antiguos arrendatarios²³.

23 Las autoridades les permitieron reutilizar los restos del cortiço en la construcción de sus nuevas viviendas en el morro. Así, cuando comenzaron a llegar los combatientes de Canudos sobre 1896 y 1897, el Morro da Providência ya estaba habitado por inquilinos (ABREU, 1984).

Esta concesión para que los propietarios de los cortiços extendieran sus negocios hacia los morros, se formalizó en el Decreto n° 672 aprobado el 1 de junio de 1900, en el cual se los habilitaba para construir “barracões toscos” en las laderas de los morros que no estuviesen habitados, en contrapartida de la liberación de las zonas céntricas (GONÇALVES, 2013, p. 50).

En este mismo sentido, se encontraba la reforma diseñada por el ingeniero Pereira Passos, prefecto de Río de Janeiro entre 1903 y 1906, y que sentó las bases de las políticas urbanas durante la primera mitad del siglo XX. Este proyecto propuso, entre otras cosas, transformar a la capital del país en una ciudad moderna donde el espacio urbano se dividiera en tres partes: la región central, como zona de negocios y comercios; la orla marina (actual zona sur) como barrios de residencias de las clases pudientes (mayoritariamente blancos); y desde el puerto hacia el interior de la bahía para las clases populares (mayoritariamente negros). De este modo, destaca Fisher (2007, p. 431), se fragmentó la ciudad, priorizando la inversión en infraestructura urbana y ciudadana en las zonas más nobles y, sobretudo, restringiendo los espacios de interacción y coexistencia entre personas de distinto status social y aquellas que son racializadas/no-racializadas. Sin embargo, el abismo que existía entre las pretensiones de estos proyectos y las posibilidades reales de un control social efectivo, redundaron en ciertos efectos no buscados. En 1904, para la realización de las obras de saneamiento y apertura de la Avenida Central, se demolieron inicialmente 1681 cortiços ubicados en el centro de la ciudad. Las más de 20 mil personas que se quedaron sin techo por las demoliciones buscaron cobijo en los morros, que no respetan este diseño de ciudad (GONÇALVES, 2013, p. 53). Esta reforma incrementó la crisis habitacional que ya existía y, a medida que se acrecentaban las demoliciones de viviendas precarias, se iban poblando cada vez más los morros cariocas²⁴. Esta migración terminó conformando un espacio urbano que aglutinó a los sectores más vulnerables, fruto de las brutales asimetrías raciales y socioeconómicas, y que fue representando como un sinónimo de anomalías sociales.

Un ejemplo de esta mutua imbricación entre raza y territorio es la presentación del consejero Leite Ribeiro, en la discusión sobre la construcción de canillas de agua en el Morro Santo Antônio en 1914:

24 Abreu y Vaz citan el Archivo General de la Nación, donde figura que en 1897, en el morro de Santo Antônio existían 41 habitaciones precarias, en 1901 había 150 aproximadamente, y en 1910 se contabilizaron 1314 barracões de madera donde habitan “em sua maior parte indivíduos perniciosos à tranquilidade publica” (1991, p. 490). Gonçalves (2013, p. 57-58) cita un reportaje del *Correio da Manhã* de 1907, que narra cómo diariamente aquellos que podían pagar un alquiler iban poblando paulatinamente las faldas de los morros que, a posteriori, serían conocidos como *Favela da Babilonia*. El mismo reportaje señalaba las complejidades de este poblamiento que se realizaba bajo diferentes formatos: “alugué, Uai! A gente não paga nada: o morro é do governo. Lá p’ra baixo, sim, é d’um inglês que aluga, mas d’agua p’ra cima, como isto já teve baterias é assim como um veterano, é milita reformado. A gente chega, escoie um canto, finca os esteio, barreira e fica morando” (CORREIO DA MANHÃ apud GONÇALVES, 2013, p. 58).

Ahi estão, repito, presos ao nosso viver como os tentáculos do polvo ao corpo que lhe é presa, costumes anacrônicos, dignos de Benguela e Moçambique, não próprios de uma cidade civilizada e sim de uma aldeia, mas aldeia sem governo, de populacho sem cultura, de multidão semi-selvagem. As infectas pocilgas dos morros Santo Antônio, Favella, Babilônia, e outros, talvez inferiores às cubatas dos cafres de Zululândia; a recua de indivíduos que, esfarrapada, molambenta, semi-nua, a todas as horas do dia e da noite busca água, em velhas latas na cabeça, no chafariz da Carioca, situado este a poucos metros de distancia da nossa principal artéria, bem defronte do maior dos nossos hotéis, onde pousa grande numero dos forasteiros que visitam esta cidade; as velhas pretas esqueléticas, do typo exposto bem no primeiro plano de um estapafúrdio quadro preso nas paredes dessa sala (GONÇALVES, 2013, p. 72).

Esta extensa cita refleja la pronta hibridación entre la conceptualización racial y de las favelas cariocas. Estos territorios eran considerados como co-responsables de concentrar a las personas negras y de mantener sus costumbres – dignas de otros países e indignas para uno que se presumía moderno – constituyendo una unidad que resultaba anacrónica, bajo la dicotomía conceptual barbarie versus civilización. La noción de ausencia de gobierno también refiere a espacios ajenos para las autoridades públicas; lugares que no se rigen por el derecho porque allí no existe el Estado; aldeas semi-salvajes donde la violencia es el medio habitual de resolución de conflictos. Además, las favelas eran vistas como lugares “sin cultura”, ni moral, focos infecciosos que representaban una amenaza para el resto de la ciudad. Sus habitantes eran sospechosos por vivir en tales condiciones, representando un peligro de contagio de males físicos y morales para el resto de la población, inclusive, eran un riesgo hasta por la impresión que se pueden llevar los extranjeros al verlos frente a sus hoteles. Lo resaltado por Leite Ribeiro no es tanto la existencia de ciertos problemas sociales: sectores viviendo en “infectas pocilgas” o “viejas negras esqueléticas” que tenían que bajar y subir un morro sin calles, con latas en la cabeza para buscar agua. El problema destacado es tener que verlos y convivir con ellos.

Consideraciones finales

En la construcción de la favela como problema sociológico incidieron ciertas vertientes teóricas que consideraron que la cuestión racial no era un factor explicativo preponderante. Estas corrientes entendían que estas desigualdades eran una herencia que la modernización del país iba a superar. Si bien las generaciones posteriores realizaron una fuerte crítica de los conceptos teóricos que orientaron estas afirmaciones, ciertas cadenas causales sobre el origen de estos territorios perduraron, de la mano de una invisibilización de la influencia del acervo simbólico esclavista en la construcción de la favela como problema social.

Durante el orden esclavista ciertos atributos raciales fueron vinculados con determinadas aptitudes y luego con un conjunto de trabajos y labores. Una vez abolido legalmente este régimen esta relación también se extendió hacia sus

territorios de residencia. Sin embargo, este aspecto fue subsumido en el discurso positivista, se ocultó en la pretensión cientificista ciertas arbitrariedades ideológicas: ya no se trataba de imponer lo que unos querían sino de realizar lo que era “objetivamente” mejor. En la medida que estos territorios se asocian indistintamente con sus moradores, se transforman en una de las dimensiones de la representación social de las personas que los habitan. De este modo se puede comprender como en la medida que las explicaciones raciales comienzan a perder peso explicativo, aún persisten las premisas esclavistas sobre la deshumanización y la violencia como medio de regulación social que ahora operan sobre otros enclaves sociales. En este proceso es que las personas con ciertos atributos o características comienzan a ser llamados de un modo más genérico como favelados.

Referencias

- AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1984.
- ABREU, Mauricio de Almeida; VAZ, Lilian F. Sobre a origem das favelas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IV., Salvador, 1991. **Anais...**, Salvador: Anpur; UFBA - Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. p. 481-499. Disponível em: <<http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1897/1860>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- BUTLER, Judith. El Marxismo y lo meramente cultural. **New Left Review**, n. 2, p. 109-121, 2000.
- CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 8, p. 71-88, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro**. Relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.
- COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **Escravidão na liberdade: abolição, classe e cidadania na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DOMINGUES, José Maurício. **A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.
- FISHER, Brodwyn. Quase Pretos de Tão Pobres? Race, Class, and Criminal Justice in Rio de Janeiro. **Latin American Research Review**, v. 1, n. 39, p. 31-59, 2004.
- _____. Partindo a cidade maravilhosa. In: Gomes, F. dos Santos; Cunha, M. Gomes da (Eds.). **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da da Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 419-450.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

- _____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1936.
- GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC; Pallas, 2013.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 61, p. 147-162, 2001.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Mercados metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- _____. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Ed.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV/CNPq, 2002. p. 220-237.
- MEDINA, Carlos Alberto de. **A favela e o demagogo**. São Paulo: Martins, 1964.
- MELLO, Marco Antônio da Silva et al. **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, p. 440-470, 2005.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.
- PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. **Favelas Cariocas 1930 -1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, 1989.
- SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS - SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. Estudo socio-economico elaborado pela SAGMACS. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, encarte, 13 e 15 de abril de 1960.
- SANTOS, Marineide do Lago Salvador dos. Brancos e pretos na Bahia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 3, p. 160-162, 1973.
- SILVA, Lucia Helena Pereira da. Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro: Territórios e etnia no último quartel do século XIX. **Urbana**, Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 7, n. 1, p. 261-281, 2015.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte Imperial (1850-1890)**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, p. 135-155, 2000.
- SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luíz. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac, 2005.
- VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**: Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homen marginal” e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, 2010.
- _____. A descoberta do trabalho de campo em “Aspectos Humanos da Favela Carioca”. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et al. (Eds.). **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 65-100.
- VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959 [1932].

- VIEIRA, Athos Luiz dos Santos. **Modernidade e cocaína na belle époque carioca: o discurso médico na construção de degenerados e delinquentes**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

Recebido em 14/03/2016

Aceito em 18/10/2016

**DA TEORIA AO ATO:
refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo**

***FROM THEORY TO ACTION:
reflecting about education, recognition and antiracism***

Elio Chaves Flores*

Marco Aurélio Paz Tella**

Solange Rocha***

Cristina Matos****

Resumo

O artigo trata dos desafios de implantação de uma agenda antirracista no contexto brasileiro. Tendo por objeto ações institucionais desenvolvidas no campo da educação, mais especificamente a análise de um projeto de educação antirracista no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, discute-se: 1) o contexto de demandas de políticas antirracistas no país e que expressam reivindicações históricas dos movimentos negros 2) a relação entre educação, desigualdade e reconhecimento no contexto brasileiro e, por fim, 3) uma recente experiência de ação antirracista no âmbito de uma universidade pública.

Palavras-chave: Educação. Antirracismo. Brasil. Reconhecimento.

Abstract

The article deals with the challenges of the implementation of an anti-racist agenda in the Brazilian context. Having as object institutional actions developed in the educational field, particularly an analysis of an anti-

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros da Universidade Federal da Paraíba (NEABI/UFPB) e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, Brasil. E-mail: eliochavesflores@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisador do NEABI/UFPB e professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, Brasil. E-mail: marcoaureliopaz@hotmail.com

*** Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenadora do NEABI/UFPB e professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, Brasil. E-mail: banto20ufpb@gmail.com

**** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisadora do NEABI/UFPB e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, Brasil. E-mail: crisfurtado@yahoo.com.br

racist educational project in the Federal University of Paraíba, it is discussed: 1) the context of anti-racists policies in the country which expresses a long demand of black movements 2) the relations hip among education, inequality and recognition in the Brazilian context and, last, 3) the experience of the project.

Keywords: Education. Anti-racism. Brazil.

A universidade pública brasileira tem se tornado, nos últimos anos, menos elitista e mais plural com a presença crescente de estudantes negros e indígenas. Os conteúdos curriculares que formam os estudantes brasileiros, mediados pelos educadores, em sua maioria, infelizmente, ainda não conhecem a diversidade sociocultural existente no Brasil. O problema, em intensidades diversas, ocorre em todos os níveis de formação escolar. O fato de até 2003 o Brasil não haver produzido nenhum mecanismo de enfrentamento do racismo curricular, expresso de modo ostensivo na ausência de referências sobre a história e a cultura africanas e afro-brasileira, fala por si só. Os processos de reconhecimento que ele representa ainda enfrentam, portanto, muitos desafios.

Este artigo explora essa questão a partir da experiência do programa de extensão universitária intitulado *Programa de promoção da igualdade racial e valorização da matriz cultural africana no Estado da Paraíba/Nordeste/Brasil/PROAFRO*¹, contemplado em dois editais MEC-SESu/SEPPIR/PROEXT, nos anos de 2011 e 2012. Entendemos que o programa, estruturado com três projetos, se constitui como uma rica oportunidade de compreensão dos entraves colocados à implantação de uma agenda antirracista, bem como dos mecanismos de denegação e de reconhecimento no Brasil, além de ser uma oportunidade de executar uma proposta educacional na perspectiva antirracista.

O texto se organiza em três partes. Na primeira parte discutimos o contexto de demandas de políticas antirracistas da qual o projeto analisado faz parte, e que expressam reivindicações de longa data dos movimentos negros. Na segunda, tratamos brevemente da relação entre educação, desigualdade e reconhecimento no contexto brasileiro. Por fim, pensamos a experiência mesma do projeto, refletindo sobre os desafios de uma agenda em ato.

Organizações políticas negras e a luta antirracista

As organizações políticas negras brasileiras há décadas têm empreendido uma intensa luta em defesa de mudanças nos currículos escolares, propondo a inserção da história do continente africano e da população negra². Os(As) ativistas acreditam na

¹ Os proponentes do artigo são também os autores e executores do Proafro. Esse artigo é uma importante oportunidade para discutir e refletir sobre a realização do programa com seus três projetos.

² Acerca das lutas sociais e da tramitação de propostas no parlamento brasileiro para tornar obrigatório a História da África e da Cultura Afro-brasileira, consultar texto de Rocha (2013).

Educação Escolar como sendo estratégica para mudar imaginários e relações sociais, a exemplo do racismo presente no cotidiano escolar.

Nesse sentido, considerando as reivindicações dos Movimentos Negros Contemporâneos, em janeiro de 2003 tivemos a aprovação da Lei n° 10.639/03, tornando obrigatório o “Ensino das Relações Raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira”, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, que orienta e regulamenta a Educação Escolar em todos os níveis de ensino no Brasil, promulgada na esteira das mudanças ocorridas com a redemocratização política do Brasil na década de 1980.

Com a promulgação da Lei n° 10.639/03, entendemos que com tal dispositivo legal o governo brasileiro finda o “silêncio no [espaço] escolar”, propõe um novo projeto de educação, no qual se exige reflexões sobre o currículo e as relações raciais no âmbito das escolas, possibilitando perceber os alcances da lei como política pública de ação afirmativa para a igualdade racial e de combate ao racismo.

No que se refere à institucionalização da referida Lei, observamos vários desdobramentos legais, desde em 2004, quando o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP n° 1/2004); e quando, cinco anos mais tarde, em 2009, houve a ampliação das normas e orientações para sua efetivação, com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (doravante Plano Nacional de Implementação da Lei n° 10.639/03), no qual há detalhamento para a aplicação da Lei, até as decisões de universidades públicas que passaram a regulamentá-la, como ocorreu com a Universidade Federal da Paraíba (UFB), com a aprovação, pelo Conselho Universitário (Consepe/UFPB) da Resolução n° 16/2015, instituindo a obrigatoriedade de conteúdos de “Ensino das Relações Raciais” em todos os cursos de bacharelado e de Licenciatura da instituição.

Entretanto, passados mais de treze anos da promulgação da Lei n° 10.639/03, a sua efetivação ainda é promessa, pois a institucionalização não tem sido realizada em condições adequadas, tendo em vista sua implementação. No espaço acadêmico da UFPB, por exemplo, há falta de docentes capacitados para atender a expressiva demanda de todos os seus departamentos.

Todavia, no interior das instituições de ensino superior e médio, tivemos a expansão dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB), que têm como foco a produção de conhecimento com ênfase nas temáticas das relações étnico-raciais, afro-brasileiras e na história e cultura africanas, consolidando a categoria de “negros(as) intelectuais” que passaram a se organizar, em 2000, quando ocorreu o Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), na cidade do Recife, e se deu a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). Atualmente, a ABPN realizou oito Copene, e o nono está previsto para ocorrer em Dourados - MS, no ano de 2017.

Nesse período, podemos observar uma agenda de ações dos NEABs voltada para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e políticas, a fim de viabilizar a implantação da Lei n° 10.639/03, oferecendo formação docente (inicial e

continuada), publicação de materiais didáticos, cursos de pós-graduação, sobretudo de especialização, eventos acadêmicos, debates sobre ações afirmativas no ensino superior etc.

Antirracismo no Brasil, reconhecimento e Educação

Em 2012, uma contestação das ações afirmativas por um partido político brasileiro obrigou a suprema corte nacional a se posicionar sobre o assunto. A decisão constrói seus fundamentos em torno da política da dignidade. Na súmula sobre o assunto, o relator do processo indicou que o tema da dignidade era indissociável da distribuição de oportunidades materiais iguais.

Como sabido, o reconhecimento inseriu-se na agenda das humanidades a partir dos anos 1990. Refere-se, como vários autores já apontaram, a uma reformulação dos termos do debate sobre justiça, advindos, sobretudo, da filosofia política (FRASER, 2007). Parte-se do argumento de que não existe justiça sem o reconhecer, uma vez que os processos de construção da dignidade passam não apenas pela redistribuição de recursos materiais, mas, fundamentalmente, pela garantia de respeito e estima social para todos. Sublinhar este aspecto é fundamental, pois ele oferece eco aos clamores relativos ao racismo no Brasil como prática de negação continuada da dignidade.

Como indica Honneth (2013, p. 210-11),

[...] estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a *práxis* comum [...] “simétrico” significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades como valioso para a sociedade.

Parte dos autores referenciais do campo (HONNETH, 2003 e TAYLOR, 1994, por exemplo), atribui valor central à dimensão interativa nos processos sociais. Em parte, inspirados em Mead (2010), eles entendem que os indivíduos são forjados pelas dinâmicas de interação que simultaneamente nos informam e nos formam, desde a infância, sobre diferentes dimensões da vida social: a moralidade, a normatividade e os papéis presentes na sociedade (HONNETH, 2003, p. 136). Ao mesmo tempo, a alteridade funciona como um espelho, contribuindo decisivamente para a imagem que temos de nós mesmos. O sistema escolar brasileiro parece privar os alunos negros e indígenas da estima simétrica a que se refere Honneth a partir, sobretudo, de dois aspectos: a) formação curricular que reconheça as contribuições de sua matriz étnico-racial (já obrigatória por força de lei, mas não praticada efetivamente); e b) tratamento discriminatório no interior da escola pelo corpo escolar (professores, diretores, funcionários) e pelos pares (crianças/adolescentes). Como se vê, os desafios são não apenas urgentes, mas de grande complexidade.

Pesquisa realizada com crianças por Fazzi (2006, p. 85) indica que

[...] ao adquirir a noção de outro, e de outro diferente, também em termos raciais, a criança adquire a interpretação dessa diferença. No caso de sociedades em que preconceitos raciais se manifestam, como a brasileira, as noções de diferenças e de hierarquias raciais são adquiridas simultaneamente.

A interpretação de uma relação hierarquizada, na qual o(a) negro(a) é associado(a) ao feio, sujo, malvado etc. é incorporada por diversas crianças, desde muito cedo, nos espaços de socialização – núcleo familiar, na relação com outras crianças e nas escolas. A branquidade, portanto, ainda permanece como o norte racial no cotidiano da educação básica.

Dimensão ontológica de nossa formação, a alteridade nos torna observantes, também, do nosso valor em uma determinada sociedade. O não reconhecimento corresponde a essa denegação de valor e de respeito. Em via oposta, temos que, pelo reconhecimento por uma dada comunidade do valor dos sujeitos e de suas culturas, as pessoas podem realizar-se e experienciar a dignidade. São várias as formas de desrespeito que violam a expectativa de reconhecimento e, portanto, de dignidade dos indivíduos: violência simbólica e mesmo física; privação de direitos e exclusão; degradação e ofensa (HONNETH, 2003). Todas elas são, infelizmente, facilmente identificadas no Brasil no que se refere à população negra. Contra elas, como indicado anteriormente, os movimentos negros vêm travando batalhas sucessivas ao longo da história.

Uma dessas batalhas diz respeito à invisibilização da memória e da história da população negra em várias dimensões da experiência social. Como bem observou Valter Silvério, os anos 1980, com a Constituição de 1988, tornam-se um marco de conquista de direitos em torno do eixo da universalização. Nos anos 1990, entretanto, movimentos sociais defendem a articulação de políticas universais com as específicas para a conquista da igualdade. Como sublinhado pelo autor, o tema das especificidades culturais ingressa na agenda política com maior força a partir daí: “tais demandas foram reconhecidas como legítimas e estão presentes na Constituição Brasileira de 1988 e em tese garantem a todos o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215)” (SILVÉRIO, SILVÉRIO, 2009, p. 20).

Mas é sobretudo nos anos 2000 que as políticas específicas de igualdade racial passam a discutir efetivamente um dos campos sempre considerado estratégico pelo movimento negro, a educação. As iniciativas, ao pensar em termos da singularidade cultural desse grupo e dos direitos culturais, articulam cidadania com demandas por reconhecimento. Na trilha do que afirmam os debates teóricos, os grandes beneficiários das lutas por reconhecimento não são os sujeitos pleiteantes apenas, mas principalmente a comunidade que o certifica. Essa é, por exemplo, a perspectiva que depreende o Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da constitucionalidade das cotas, pondo a diversidade como um valor fundamental. Diz o relator, ministro Ricardo Lewandowski (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012, p. 31): “o grande beneficiado pelas políticas de ação afirmativa não é aquele estudante que ingressou na universidade por meio das políticas de reserva de vagas, mas todo o meio

acadêmico que terá a oportunidade de conviver com o diferente [...]”. Na sequência da argumentação, ele afirma:

É preciso, portanto, construir um espaço público aberto à inclusão do outro [...] um espaço que contemple a alteridade. E a universidade é o espaço ideal para a desmistificação dos preconceitos sociais com relação ao outro e, por conseguinte para a construção consciência coletiva plural e culturalmente heterogênea (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012, p. 32).

A aprovação da matéria, por unanimidade, sem votos contrários na corte brasileira, expressou apenas um momento favorável, cuja ressonância na sociedade foi muito diversa. Frases como “quem agora vai servir o meu cafezinho” e “acabou o mérito na universidade” virilizaram nas redes sociais, como sínteses linguísticas do racismo à brasileira.

A leitura nos permite fazer duas ilações. A primeira diz respeito à presença de uma alteridade precária no espaço público brasileiro que, apesar da diversidade etnicorracial de grande parte da população, apresenta-se como eurocêntrico, embranquecedor, não representando, portanto, a diversidade da sociedade. A segunda, um desdobramento da primeira, concerne ao fato de que os direitos culturais destes grupos sub-representados também são sub-representados ou não reconhecidos – objeto dessa constatação é a Lei n° 10639. Desde 2003, quando da sua promulgação, ações diversas têm sido adotadas, não sem resistência (SILVÉRIO, 2009), para que a história e cultura africanas e afro-brasileira sejam consideradas, obrigatoriamente, parte da formação dos cidadãos brasileiros em todos os níveis de ensino. A aprovação da lei não tornou sua aplicação efetiva, e muitos trabalhos têm indicado sua reduzida eficácia no cotidiano escolar.

Não ter acesso à sua própria história é, num certo sentido, não ser, na perspectiva de um passado coletivo e da complexa trajetória de um povo. Como chama atenção Taylor (1994, p. 85), com base em Fanon, “a principal arma dos colonizadores era a imposição da imagem que eles concebiam dos colonizados sobre os povos subjugados [...]”. A política da dignidade que os processos de reconhecimento acionam ofereceria possibilidades ao que Taylor denomina de “fusão de horizontes”. Podemos falar, então, de uma história aberta às demandas dos sujeitos que se reconhecem. Não menos importante, convém mencionar ainda, no mesmo sentido, os argumentos de Honneth (2003, p. 154) :

[...] são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normalmente gerida da sociedade.

Essa busca pela ampliação das formas de respeito, reconhecimento e acesso aos direitos sociais foi o que motivou o desenvolvimento do programa de extensão analisado neste artigo. Os modos de fazê-lo, as possibilidades e os limites do programa é o que passamos a analisar na seção seguinte.

O Proafro no Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba

Fundado em 2011, por um grupo de 12 professoras(es) de diferentes centros e *campi* da instituição, o NEABI/UFPB tem atuado em consonância com tal agenda, colocando como missão “sistematizar, produzir e difundir conhecimento, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos” e também “fomentar estudos, pesquisas e extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento com ênfase nas relações étnico-raciais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2012, p. 2). Para execução de suas atividades, logo após a criação do Neabi, docentes concorreram ao Edital MEC-SESu/SEPP/PROEXT, tendo sido aprovadas suas propostas para execução nos anos de 2012 e 2013. Nas duas edições, três projetos foram articulados para a execução do *Programa de promoção da igualdade racial e valorização da matriz cultural africana no Estado da Paraíba/Nordeste/Brasil/PROAFRO*, com metas definidas: a) ações de formação docente, com atividades voltadas para graduandos(as), profissionais da Educação Básica e ativistas de movimentos sociais, através de curso de extensão com carga horária de 120 horas; b) criação de uma biblioteca digital com materiais variados para auxiliar a aplicação da Lei n° 10.639/03 e elaboração de pesquisas; e c) sistematização e divulgação de materiais didáticos na coleção *Cadernos Afro-Paraibanos*.

O curso de formação antirracista

A proposta apresentada ao Proafro tentou tratar a promoção da igualdade racial a partir da discussão sobre a educação escolar através do

[...] apoio e construção de um programa de pesquisa, voltado para o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB's), específico para a educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana, com vistas à produção de material didático para o ensino-aprendizagem (Proafro/Neabi-UFPB, 2012, p. 1, digitado).

Mas também da “promoção de formação de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena” (Proafro/Neabi-UFPB, 2012, p. 1, digitado).

O público alvo do projeto foi formado por professores e alunos da Educação Básica do Estado da Paraíba (sistema público); professores e alunos do Ensino Superior da Paraíba que trabalham com a temática das relações étnico-raciais nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; alunos dos Programas de Pós-Graduação cujas pesquisas se referem à história e memória da população negra na Paraíba; lideranças comunitárias e profissionais que atuam em projetos e programas nas comunidades quilombolas e movimentos negros do Estado.

O curso, em suas duas ofertas, teve carga horária de 120 horas e contou com quatro blocos temáticos: 1) currículo, escola e relações raciais; 2) história da África e de seus habitantes; 3) história das populações negras no Brasil, e 4) História e cultura afro-brasileira. Em suas duas edições, teve considerável procura, no entanto, ao longo do processo, as desistências se mostraram significativas. Dois motivos podem ser tomados como hipóteses nesse caso: falta de tempo dos docentes – que não são dispensados de suas atividades escolares – para se debruçarem sobre novos conteúdos e temáticas africanas e afro-brasileiras; e o peso da cultura escolar eurocêntrica, que inibe qualquer inovação curricular.

De modo a compreender melhor o processo de formação, aplicou-se, em 2013, um questionário em alguns dos alunos do curso. Trinta estudantes responderam ao instrumento. Grande parte dos participantes eram alunos e professores: 20 dos 30 participantes eram educadores (professores e educadores sociais) e cinco eram estudantes. Suas respostas ajudam a entender o cenário e os desafios à implantação de uma agenda antirracista e aos processos de reconhecimento de que trata este texto.

Houve descobertas interessantes. Uma delas foi que a grande maioria dos alunos não havia tido contato anterior com o tema das relações étnico-raciais: 24 dos 30 respondentes indicaram nunca ter participado de nenhuma formação sobre o tema. Esse é, por si só, um dado da maior relevância, uma vez que decorridos mais de 10 anos da promulgação da Lei n° 10.639/03, alunos de graduação e de pós-graduação, cuja formação se deu já sob a vigência da lei, não tinham tido contato com a temática; além disso, os próprios professores, responsáveis em sala de aula pela abordagem das questões de que trata a lei, informaram-nos desconhecê-la. A esse respeito, outro dado que merece ser destacado é que apenas 16 dos 30 respondentes tinham conhecimento da existência da lei. Considerando-se que parte daqueles que responderam são alunos de licenciatura, ou seja, professores em formação, e professores já em exercício de atividades, há indicação de que a legislação ainda é desconhecida pelos profissionais da educação.

Perguntados se achavam importante tratar de história e cultura africana na sala de aula e por qual razão, todos responderam afirmativamente quanto a importância do tema, e as razões apontaram para os seguintes temas: 1. Conhecer melhor a história (história e cultura da África); 2. Melhoria da qualidade da formação educação; 3. Oferecer segurança aos professores para trabalhar o tema 4. Sofrimento e contribuição do povo negro; 5. Conhecimento como caminho de enfrentamento do preconceito/racismo; 6. Caminho para autoaceitação/afirmação identitária; 7. Expressão da diversidade.

As três primeiras categorias podem ser interpretadas de modo articulado, uma vez que expõem a parcialidade de conhecimento e de formação – que ignora uma parcela imensa da população brasileira (em sua cultura, história e realizações) – como deficiência de qualidade. Os alunos reconhecem que tal deficiência tem marcado, inclusive, a formação dos professores (filiação profissional de muitos deles). Essas foram algumas das respostas que eles ofereceram:

Conhecer melhor a história da África

Sim, porque a África é onde tudo começou e é esquecido por tudo e todos, principalmente devido ao preconceito de raças.

Sim, pois trata da nossa história, cultura e o aluno não vê esses temas, eles ficam com olhares diferentes sobre essas histórias.

Sim, porque a gente aprende mais sobre história.

Sim, porque é uma cultura muito pouco explorada na educação do Brasil.

Sim, pois faz parte da nossa história, das nossas origens, da nossa cultura.

Sim, pois faz parte da formação da nossa sociedade.

Sim, porque é tão importante quanto a de outras culturas influenciou muito na cultura brasileira.

Melhoria da qualidade da formação/educação

Sim, é importante tê-la como base para a vida e o início da vida profissional.

Sim, para que essas informações façam parte da formação educacional.

Sim, acredito ser fundamental para a constituição de novos olhares sobre a formação do povo brasileiro.

Oferecer segurança aos professores para tratar do tema

Sim, muito importante, para desmitificar conceitos tão enraizados na sociedade que encobre a verdadeira história do Brasil e da África e consequentemente a afro-brasileira, dando a professoras e futuros [professores], a oportunidade de trabalhar a temática com segurança em sala de aula lutando contra o racismo em todas as suas formas.

Sim, para desmistificar, esclarecer em sala de aula sobre cultura afro-brasileira.

Sim, pois adquirimos mais informação e conhecimento para tirar nossas dúvidas.

As respostas apresentadas pelos alunos também mencionam o papel do conhecimento no enfrentamento do racismo. O conhecimento da cultura e história afro-brasileira minaria, na opinião dos alunos, o preconceito/racismo. Vejamos:

Conhecimento como caminho de enfrentamento do preconceito/racismo

Considero uma necessidade e uma prioridade para levar o conhecimento desta parte da nossa história, principalmente para o alunado, como trabalho de base para superar as dificuldades oriundas da discriminação e do preconceito.

Sim, como disse, sobretudo, na educação infantil e educação básica. É preciso começar a conscientizar a criança desde cedo, para que na idade adulta ou mesmo antes se tornem protagonistas e parceiros a erradicar essa vergonha [preconceito] que existe.

Sim, para que todos possam conhecer a cultura africana e afro-brasileira evitando assim os preconceitos.

As categorias autoaceitação/afirmação identitária também podem ser lidas de modo vinculado. Os alunos indicam que a diversidade, construída pelo conhecimento, cria as condições de reconhecimento e autorreconhecimento subjetivo e de afirmação identitária. Considerando-se o peso da ideologia da mestiçagem e do branqueamento nos processos de denegação do reconhecimento no Brasil, o dado ganha maior relevo, uma vez que expõe as fissuras que a autoimagem nacional de país racialmente democrático vem sofrendo.

Autoceitação/afirmação identitária

Sim, porque muitos acham que não são negros, por ter a cor da pele mais clara e não aceitam de maneira alguma falar sobre isso.

Sim, porque possibilita reconhecermos enquanto sujeitos participantes e pertencentes de uma mesma sociedade multicultural e pluralista.

Sim, faz parte da nossa vivência, não podemos negar a história e a cultura africana em nossa descendência e tradição.

Sim, porque estamos tratando de certa forma de nossa própria história' Porque está em nossa origem cultural e estou conhecendo negros que fizeram nossa história, inclusive paraibanos que nomeiam a história paraibana e eu não sabia.

Expressão da diversidade

Com certeza, não tenho dúvida. Pois a diversidade cultural faz parte de elucidar diferentes povos e os negros, por fazerem parte da história do Brasil, merece sim ser proclamado em nossas aulas, não só ele mas também o indígena, LGBT, caboclo, quilombola, entre outros.

Sempre é importante toda história que abrange a cultura de algum país, o crescimento para o aluno é muito bom.

Com certeza. Pelo fato de ser importante para a sociedade como um todo, por ser a parte mais importante do nosso passado e para os negros porque é nossa intervenção nesta sociedade que construímos a maior parte [parte ilegível a partir daqui]’.

A última categoria, sofrimento negro, incorpora a dimensão dos desrespeitos de ordem física e moral vividos pela população negra. Ao longo do curso, numa perspectiva multidisciplinar, os alunos entraram em contato com aspectos históricos e sociológicos da trajetória da população negra no Brasil. As respostas oferecidas refletem o contato com essas informações:

Explicar sofrimento do povo negro e sua contribuição para a sociedade brasileira.

Explicar bem que os negros sofreram muito para construir e desenvolver esses países, tendo uma grande diversidade cultural e uma grande mistura de raças formando o povo brasileiro.

Sim. Empodera uma cultura e uma etnia racial que foi e é historicamente marginalizada e tornada subalterna a partir de um senso comum conservador que naturaliza preconceitos.

Sim, porque há muito preconceito em relação a cultura africana.

As respostas, portanto, apontam para três aspectos fundamentais: nova qualificação/melhorar a qualificação dos professores; fortalecimento das identidades; enfrentamento do racismo.

No mesmo questionário, outra pergunta indagou sobre as mudanças ocorridas após o contato com as questões étnico-raciais. Esse é um tópico de enorme relevância, dado que o parlamento brasileiro, em guinada conservadora, vem discutindo a exclusão de temas como gênero, relações étnico-raciais, entre outras, do horizonte de formação dos alunos³. Vejamos como os participantes perceberam as mudanças ocorridas após a formação.

Dentro daquilo que propunha a questão, eles foram instados a refletir sobre um antes e depois do processo de formação. Organizamos o que foi dito em torno de quatro grandes grupos.

1. A invisibilidade/ausência de consciência para os processos relativos às tensões e iniquidades raciais brasileiras aparecem em algumas das categorias tabuladas, são elas: invisibilidade das relações entre Brasil e África; Enxergar situações de preconceito que antes não eram visíveis; Acreditar hoje que o racismo existe; Mudar a visão sobre as relações raciais no Brasil (muitas vezes descobrir que relações eram essas). Vejamos:

Hoje o meu olhar para esta questão é outro, pois o que sabia era restrito e não tinha ideia o quanto até hoje a população negra sofre fortes preconceitos, pouco conhecia sobre a trajetória, história do negro joguei no lixo o meu preconceito em relação aos negros que percebi que era o pior por não ser explícito e sim maquiado. Hoje posso perceber que a falta de conhecimento nos levar a ser humanos intransigentes com nossos próprios eus. Mas hoje vejo isso diferente. A vida fez homens e mulheres independentes de qualquer coisa, somos seres humanos uns iguais aos outros, nem pior e nem melhor, apenas seres humanos com suas peculiaridades diversas. E quem não é diverso?

Mudou muita coisa. Hoje consigo enxergar situações de preconceito que antes não via. Melhorou o meu embasamento teórico e argumentos

2. O Desconhecimento da história e da cultura africana e afro-brasileira aparece como outro grande grupo de respostas, e, de certo modo, articula-se com o

³ O Projeto de Lei n° 193/2016, apelidado de Escola Sem Partido, propõe incluir um programa de mesmo nome entre as diretrizes e bases da educação. Um panorama das iniciativas similares existentes pelo Brasil encontra-se disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>>.

primeiro bloco. Esses são alguns dos temas específicos identificados: História vista da perspectiva europeia; Ampliação do significado e da compreensão do que seja a África. É o que notamos no trecho reproduzido: “quando penso na África não penso só na escravidão, lembro músicas, dança... agora vejo o Egito como parte da África, inconscientemente temos muitos preconceitos implantados pela mídia, escola...estou me libertando de alguns”.

3. **Animar/incentivar novas práticas/conhecimentos.** Nesse bloco, apareceram respostas que indicam novo ânimo para a produção de práticas e novos conhecimentos. Algumas falas: “Vontade de colocar em prática ações na escola (relativas ao tema)”; “Vontade de ler títulos sobre o tema”. Alguns alunos indicaram sentirem-se mais preparados para falar sobre o tema em sala de aula.

Eu me sinto mais segura, mais preparada ora fazer as intervenções, no sentido de minimizar, tentar ir diminuindo as diferenças e proporcionar uma socialização, uma interação mais proveitosa e respeitosa tanto no universo infantil como também junto à equipe, os colegas de profissão.

Eu ainda não tenho certeza, mas minha visão de mundo e minha pedagogia está fluindo e tende a crescer, de modo a que eu possa interagir com mais segurança e capacidade no meu fazer diário

4. **Mudanças.** Alguns alunos construíram suas respostas a partir da ideia de transformação, considerando a experiência do curso. Conscientização e aceitação pessoal aparecem como as respostas mais frequentes. Vejamos:

Realmente tomei conhecimento de muita coisa que não conhecia e está ajudando-me muito.

Servi pra refletir sobre algumas questões ligadas a aceitação pessoal em relação a cor, ao cabelo.

Tudo [mudou]. Desde minha autoafirmação como mulher negra até meu profissional.

O preconceito que antes eu tinha por falta de conhecimento de determinados assuntos.

Além de proporcionar experiências de um curso de formação, as informações obtidas com a aplicação do questionário nos forneceram percepções dos cursistas sobre a temática. As respostas ajudam a entender o tamanho dos desafios impostos e, ao mesmo tempo, apontam caminhos e fins que devem ser atingidos com a prática de uma educação antirracista no país.

Banco de Dados para a escrita da história e memória da população negra da Paraíba

O projeto *Promoção da Igualdade Racial, Consolidação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFPB: organização, acessibilidade e uso de Banco de Dados para*

a escrita da história e memória da população negra da Paraíba, foi pensado sob o impacto da revolução informacional que permitiu a transformação dos acervos e documentos físicos em inimagináveis plataformas digitais, cuja acessibilidade acontece a partir de qualquer ponto do planeta. Milton Santos alertou os geógrafos e demais cientistas sociais, no início da década de 1990, de que ciência, tecnologia e informação eram a “base técnica da vida social atual – e é desse modo que devem participar das construções epistemológicas renovadoras das disciplinas históricas” (SANTOS, 2008, p. 40). Nesse sentido, a estrutura funcional de um núcleo de estudos que apontava para a visibilidade da história da África, da história e cultura afro-brasileira, requeria a ultrapassagem da biblioteca gutenberguiana e dos arquivos em papel.

Havia certa confusão no nosso entendimento sobre o exato significado das expressões “banco de dados”, “biblioteca virtual”, “plataforma digital” etc. Mais do que confusão, o fascínio pelas bibliotecas, livros e documentos acusa, para a nossa geração, uma desconfiança legítima em relação à leitura e ao trabalho acadêmico nos suportes e artefatos digitais. Nesse contexto de novo século, passou a ser comum um tipo de nostalgia futurista, como numa famosa de Umberto Eco: “– Não contem com o fim do livro”. Nas sucessivas entrevistas concedidas por Umberto Eco que resultaram em um livro sobre o “fim do livro” e todos os papéis do mundo, onde o autor transita do papiro ao arquivo eletrônico, surgiu um capítulo eivado de ironia em relação aos cassetes, disquetes, cds e outros *souvenires* de armazenamentos culturais, cujo título parece elucidativo dos nossos temores, “nada mais efêmero do que os suportes duráveis” (ECO; CARRIERE, 2010, p. 21-40).

Ao mesmo tempo, precisávamos enveredar para o encantamento por coisas novas e perspectivas desafiadoras que nos impusessem, também, buscar respostas para questões simples, tais como: “o que é o virtual” ou se um núcleo de estudos e pesquisas poderia constituir-se numa “inteligência coletiva”? Na verdade, também havia disposição para pensar, além dos suportes, os aportes epistemológicos para inovações curriculares e temáticas em relação às populações negras e indígenas.

Foi então que nos deparamos com Pierre Levy, no adorável formato de códice, que trata o virtual nas dimensões filosófica, antropológica e sócio-política. Mais do que isso, Levy aponta para “a virtualização da inteligência e a constituição do sujeito”. Foi assim que percebemos a importância da “inteligência coletiva como utopia tecnopolítica” (LEVY, 1996, p. 95-96). Ao associar essa perspectiva com as populações diaspóricas, como a afro-brasileira e a ameríndia, que se viram subalternizadas e deslocadas de seus respectivos centros cosmogônicos pelo processo de “colonialidade do saber”, foi possível compreender nossas próprias “economias cognitivas”, na feliz expressão do filósofo da mundanidade virtual. Para nós, a constituição do sujeito negro e ameríndio passa por essa dimensão:

Nós, seres humanos, jamais pensamos sozinhos ou sem ferramentas. As instituições, as línguas, os sistemas de signos, as técnicas de comunicação, de representação e de registro informam profundamente nossas atividades cognitivas: toda uma sociedade cosmopolita pensa dentro de nós.
[...]

O desenvolvimento da comunicação assistida por computador e das redes digitais planetárias aparece como a realização de um projeto mais ou menos bem formulado, o da constituição deliberada de novas formas de inteligência coletiva, mais flexíveis, mais democráticas, fundadas sobre a reciprocidade e o respeito das singularidades (LEVY, 1996, p. 95-96).

Com efeito, “a reciprocidade e o respeito às singularidades” significam muito para a agência dos direitos humanos e dignidade das populações afro-brasileira e ameríndia no contexto da história do Brasil contemporâneo. Ciberculturas negras e ameríndias podem incomodar hegemonias estabelecidas. O mesmo Pierre Levy informa-nos que “não são os pobres que se opõem à *Internet* – são aqueles cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração de comunicação” (LEVY, 1999, p. 13).

Para o desenvolvimento do projeto, foram traçados dois objetivos que se materializam por meio de procedimentos básicos: 1) arrolar a produção científica existente sobre a população negra da Paraíba, contato com os autores e proposta para que os seus trabalhos passassem a fazer parte da biblioteca digital do NEAB/UFPB; 2) pesquisar, sistematizar, organizar e digitalizar documentos escritos, imagens, filmes, fotografias, filmes etnográficos e narrativas orais das comunidades negras urbanas, religiosas, comunidades quilombolas, artistas e intelectuais negros e disponibilizá-los para professores e estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior. Partíamos de constatações inibidoras de nossas experiências, pois, no Estado da Paraíba, apesar da existência de grupos e associações do Movimento Negro, os dados sobre a população negra e os estudos e pesquisas sobre o protagonismo africano e afro-brasileiro ainda eram e continuam a ser iniciais. Apenas no início do século XXI começam a surgir novas perspectivas. A inclusão da disciplina *História da África*, ofertada pelo Departamento de História da UFPB, a partir de 2002, marca o início de uma nova preocupação com as estruturas curriculares no âmbito do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPB. No curso de Antropologia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE) há uma disciplina ofertada no mesmo sentido, *Estudos Afro-Brasileiros*. No Centro de Educação, a disciplina *Educação e Diversidade Cultural*, que contempla a discussão sobre diversidade étnico-racial. Encontros e seminários se sucederam sobre ações afirmativas, cotas raciais, literaturas e memórias negras, acesso à informação e suportes digitais à população negra nos vários centros da UFPB (CCHLA, CE, CCSA, CCEN).

Nesse cenário, a organização de um Banco de Dados (produção científica) e memória negra (acervos e documentos) permitiriam consolidar ações extensionistas para a população negra, a partir da valorização da autoestima e afirmação da identidade negra num Estado que se caracteriza pelo apagamento da matriz cultural africana. A aprovação das políticas de cotas sociais e raciais como forma de democratização do acesso aos jovens negros e indígenas aos cursos da UFPB, no ano de 2010, tornava ainda mais necessário um NEAB que, além de promover a articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, também estivesse capacitado

o suficiente para auxiliar na avaliação e acompanhamento das políticas de ações afirmativas na Universidade, assim como acompanhar as políticas públicas específicas para a população negra no âmbito do Estado da Paraíba. Com a execução do projeto proposto, a UFPB, a partir do NEABI/UFPB, passaria a se inserir na comunidade estadual e regional como produtora de saberes e conhecimentos sobre a matriz cultural africana e como órgão auxiliar da Universidade nas atividades de extensão concernentes às relações étnico-raciais⁴.

A organização de um Banco de Dados com o que já foi produzido sobre a população negra na Paraíba e a sistematização da memória produzida pela própria população negra permitirá que o NEABI/UFPB se insira como um Centro Estadual de Referência, especialmente a partir de uma Biblioteca Digital. Sabíamos, então, que os estudiosos da acessibilidade e da democratização digital apontavam para a necessidade premente de espaços digitalizados para as populações subalternizadas no decorrer do processo histórico (LEVY, 1999; CASTELS, 2003). Portanto, a partir de um olhar interdisciplinar, calcado nas Ciências Humanas, nas Artes, nas Letras, nos Direitos Humanos e nas Relações Étnico-Raciais, a organização do Banco de Dados poderia contribuir para a Educação Étnico-Racial e a desmontagem do racismo, abrindo caminho para o surgimento de novas atividades extensionistas, novas pesquisas e, conseqüentemente, um ensino que promovesse a igualdade racial. Nossas bases teóricas estavam relativamente sólidas para os desafios previstos.

Pensamos, então, na praxiologia de nossas ações com atitudes metodológicas indiciárias e percursos já testados em outros trabalhos de campo. Para a organização do Banco de Dados, a ação inicial foi mapear as bibliotecas das universidades públicas da Paraíba (Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba), visando organizar uma lista da produção científica (periódicos, ensaios, monografias, dissertações e teses) sobre a população negra no Estado, desde o período colonial até o tempo presente. Depois, com a ciência dos autores, procedeu-se a digitalização dessa produção e sua disponibilização. Na medida em que as próprias fontes dessa produção científica eram localizadas (documentos cartoriais, manuscritos, impressos, iconográficos e audiovisuais), eram submetidas ao mesmo procedimento técnico para formarem o acervo digital sobre a população negra da Paraíba. Um segundo passo seria coletar a memória guardada (escrita, oral e visual) das sociabilidades negras em seus respectivos espaços de vivência em comunidades quilombolas, terreiros de candomblé e jurema, entidades negras, grupos culturais urbanos (capoeira, *hip-hop*, ciranda, coco etc.).

O acesso e uso do Banco de Dados seriam incrementados por ferramentas de interatividade com os usuários (professores, comunidades negras e estudantes), para que eles mesmos pudessem narrar e visibilizar suas experiências comunitárias

4 O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), até 2013, realizou três eventos para discutir a responsabilidade ético-social das universidades públicas para com a educação da população negra. Na oportunidade, foram temas dos debates a produção de conhecimentos sobre a população negra e as ações afirmativas na UFPB.

e memória histórica. O Banco de Dados, mais do que uma ferramenta de pesquisa e de estudo para a população negra e para um amplo público, como professores de Educação Básica e pesquisadores, passaria a ser um veículo de demandas sociais, como denúncias de racismo, intolerância religiosa e discriminação. Imaginávamos que, por meio dessa ferramenta digital, as demandas por ações de extensão se tornariam mais frequentes e eficazes.

No primeiro passo, parte significativa da produção científica foi sistematizada e disponibilizada aos usuários da plataforma digital do NEABI/UFPB. O segundo, embora tenha sido iniciado, ainda não deslanchou, em razão de questões materiais e de recursos humanos, fazendo com que a interatividade esperada não germinasse nas escolas da Educação Básica. As limitações podem ser descritas como desafios de “inteligência coletiva” no âmbito universitário. As contrapartidas das universidades, necessárias para a eficácia de projetos de extensão, são praticamente desprezíveis em termo de recursos financeiros e humanos e complementos de materiais e equipamentos. Os recursos humanos na área de suportes e plataformas digitais também nos remetem a um século que não é o nosso. Porém, o mais desafiador, depois da construção e do uso da plataforma digital do Núcleo, foi a enorme dificuldade para atualizar e “alimentar” a plataforma. Os dados sobre páginas e plataformas digitais indicam que mais de 80% de tudo que é criado na WEB desaparece até o terceiro ano de vida virtual. Sentimos, diante de nossos olhos, a assertiva do Umberto Eco semiótico, “nada mais efêmero do que os suportes duráveis”. Parece mesmo que uma dada “antropofagia virtual” apresenta-se tão esfomeada que come e bebe “gigabytes” de “memórias arquivadas” num diapasão sem alcance para *mouses* justiceiros. Não por acaso, Paul Ricouer (2007, p. 156 e 170) nos faz “não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho”. Ora, é disso que se trata: “Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOUER, 2007, p. 156 e 170).

Não descartamos essa síntese de Paul Ricouer, no sentido em que ela possa ser um programa de ação do NEABI para os próximos anos: memória declarada, arquivo e prova documental, postados numa plataforma digital verdadeiramente virtual – “o real, o possível, o atual e o virtual”, expressões de Pierre Levy (1997) –, para a visibilidade necessária da população negra e ameríndia do Estado da Paraíba.

A disponibilização desses acervos digitalizados também se faria na medida em que fossem sendo produzidos e redigidos os volumes para a Coleção *Cadernos Afro-Paraibanos*. Essa opção metodológica visa justamente permitir aos professores e alunos da Educação Básica o contato com os materiais da própria pesquisa, enriquecendo o ensino e os saberes escolares.

Projeto *Cadernos Afro-Paraibanos*: o ensino e as relações étnico-raciais

O projeto *Cadernos Afro-Paraibanos* foi uma materialização de ideias do NEABI/UFPB, na defesa da educação e do ensino como importante estratégia para disseminar conhecimentos e sensibilidades produzidos dentro e fora da universidade.

Nesta parte do artigo, apresentamos as motivações, o processo de elaboração e objetivos que levaram o NEABI a apresentar o projeto dos paradidáticos *Cadernos Afro-paraibanos*, partindo do propósito de que a escola e a aprendizagem devam estar empenhadas com a educação multiculturalista, solidária, com a troca e a reciprocidade.

O projeto *Cadernos Afro-paraibanos* tem como proposta relevante contribuir com saberes e facultar conhecimentos produzidos na universidade e fora dela aos professores da rede pública de ensino, para que explorem o que diversas áreas do conhecimento vêm pesquisando e produzindo sobre histórias, memórias, cultura, lutas e resistências da população negra da Paraíba.

Com isso, pretende-se que os *Cadernos* contribuam com elementos sociais e culturais, assegurando o acesso da parcela dos estudantes – negros, brancos, indígenas, ciganos etc. – às histórias da população negra paraibana. Isso se torna relevante porque, além das questões objetivas que norteiam os cotidianos dos jovens estudantes, as relações pessoais também estão assentadas em representações, simbolismos e subjetividades.

Elementos subjetivos e representações sobre a história e a cultura colaboram na construção de novas percepções sobre si e sobre seu grupo, de modo que a identidade desses jovens é formada a partir de uma boa ou má percepção que tem de si mesmo. O não reconhecimento da identidade do “outro” e da sua própria pode causar danos à personalidade e autoestima desses jovens estudantes (TODOROV, 1996; TAYLOR, 1994).

No Brasil, além da associação do negro(a) a “coisa” ou “animal”, é imputado à população negra um modo ou estilo de vida distante dos padrões ditos normativos. Esta carga degradante e desqualificadora pode comprometer o processo identitário pessoal e de grupo.

O reflexo desses estigmas pode variar, envolvendo desde reações espontâneas ou articuladas politicamente até a interiorização (GOFFMAN, 1998). Nesta última, é muito provável a construção de uma imagem pessoal e de grupo de não aceitação do seu corpo e de distanciamento, no caso da população negra, de tudo que cerca a cultura africana e afro-brasileira. Já as reações espontâneas ou articuladas politicamente são exemplos de resistência e devem ser entendidas como

[...] o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 257).

Trata-se de um processo de busca de reconhecimento recíproco e de ampliação das formas de respeito como sujeito ou membro de um grupo.

Assim, o projeto político dos *Cadernos Afro-Paraibanos* tem como um dos objetivos o combate à representação e a imagem negativa, reproduzidas também e principalmente no sistema curricular de nossas escolas. A mudança curricular e a formação dos profissionais de ensino são, portanto, essenciais para o rompimento de uma imagem socialmente construída de inferiorização.

A interiorização dessa pseudo inferioridade étnico-racial pode se converter num problema do qual dificilmente a pessoa consegue se desvencilhar sozinha. Esse processo de interiorização de estereótipos e estigmas é histórico. Se, no meio acadêmico, há décadas, essas ideias não circulam mais, estão fortemente impregnadas no senso comum, sendo facilmente observada nas relações cotidianas.

Mas é na escola que todo esse ambiente preconceituoso irá se pavimentar. Podemos analisar a escola sob dois prismas: primeiro, nas relações hierarquizadas entre as crianças negras e brancas e nas relações entre essas e os professores – os preconceitos e comportamentos discriminatórios não são percebidos pelos agentes, entretanto, são sentidos por crianças negras⁵; segundo, o conteúdo do material didático utilizado em sala de aula. Nesse sentido, concordando com Bourdieu (2007), o modelo aplicado no currículo das escolas brasileiras é o da integração moral, não se preocupando com estratégias de integração cultural.

A instituição escola determina aos “indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação” (BOURDIEU, 2007, p. 205). Por meio desse processo, a escola assegura a difusão de uma história oficial e consensual, eliminando diversidades, conflitos. Dessa forma, o conteúdo curricular das nossas escolas é norteado por um projeto que, no caso brasileiro, tem na história dos países da Europa Ocidental inspiração e fonte para a construção de uma história “capaz de modelar os espíritos dos discentes e docentes tanto pelo conteúdo e pelo espírito da cultura que transmite como pelos métodos segundo os quais efetua esta transmissão” (BOURDIEU, 2007, p. 227).

A presença de um conteúdo eurocêntrico no currículo escolar brasileiro é secular. Até a Lei n° 10.639/03, o estado brasileiro nunca manifestou interesse em integrar conteúdos sobre histórias e cultura do continente africano ou manifestações políticas, sociais e culturais afro-brasileiras. O negro(a) foi invisibilizado(a) em seus diversos aspectos: histórico, social, cultural, econômico, demográfico, saúde, lutas, resistências, etc.

O material didático produzido pelo NEABI, baseado na Lei n° 10.639/03, é uma tática para atacar preconceitos, enfrentar os estigmas e a sua interiorização, buscando uma educação multiculturalista, potencializando processos identitários positivos, construídos a partir das diferenças, e não das desigualdades. A escola tem o compromisso de combater o racismo e, por meio do conteúdo curricular, superar o conteúdo eurocêntrico contido nele, comprometendo-se com a equidade educacional, com a promoção e o reconhecimento da diversidade cultural e com os ideais de direitos humanos.

Foi a partir dessa discussão entre os membros do NEABI/UFPB que surgiu a proposta de estruturar o projeto *Cadernos Afro-Paraibanos*, em consonância com a Lei n° 10.639 e com a resolução n° 198/2010 do Conselho Estadual de Educação

5 Observa-se, entre crianças, brincadeiras, comentários, piadas e apelidos e entre crianças e professores e com outros adultos, trabalhadores da própria instituição de ensino. Observa-se, no contexto da escola, a reprodução e o perigo da interiorização de estigmas racistas, no tratamento diferenciado dedicado pelos professores às crianças negras e brancas (CAVALLEIRO, 2005; GOMES, 1996).

do Estado da Paraíba⁶. Nunca é demais destacar que a Lei n° 10.639/03, o Plano Nacional, cujo maior objetivo é o de implementar essa lei, e a resolução Estadual paraibana são efeitos e produtos da luta e da reivindicação dos movimentos sociais negros e seus aliados, que defendem uma educação multiculturalista e antirracista.

Como projeto do Proafro, os *Cadernos Afro-Paraibanos* têm o objetivo de elaborar material didático sobre a história e as culturas africanas e afro-brasileiras, especialmente as afro-paraibanas, e sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, voltado para os últimos anos do Ensino Fundamental – do 6° ao 9° ano. Mais do que uma proposta, o Proafro e, particularmente, o projeto dos *Cadernos* defendem uma educação antirracista, com justiça social/racial, capaz de promover igualdade étnico-racial na sociedade brasileira, a partir da discussão sobre a educação escolar.

A proposta dos *Cadernos* é a de organização de volumes temáticos que reuniriam trabalhos de pesquisadores que estão produzindo para o mestrado, doutoramento, pós-doutorado, e também para relatórios de identificação de terra ou em projetos coletivos. A partir de um levantamento prévio, o NEABI/UFPB enviou convites para que pesquisadores elaborassem um artigo para o volume. O artigo, solicitado pelo NEABI aos pesquisadores teria que ter um vocabulário que possibilitasse um diálogo com a Educação Básica, para que os professores da rede pública pudessem trabalhar com os estudantes. Dessa forma, contamos com artigos de pesquisadores de diversas universidades e de outras instituições, tais como: Universidade Federal e Universidade Estadual da Paraíba (UFPB e UEPB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Paraíba (Incra/PB), dentre outros.

No projeto consta que, para cada ano do Proafro, dois volumes seriam publicados. O primeiro volume dos *Cadernos Afro-Paraibanos, Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais*, foi composto por cinco artigos que introduzem o(a) professor(a) e os(as) alunos(as) nas questões conceituais sobre relações sociais: identidade e relações étnico-raciais no Brasil, políticas públicas de ações afirmativas, cotas raciais nas universidades.

No segundo volume, *Direitos Humanos, População Afro-Paraibana e Mulheres Negras*, foram sete artigos publicados, com o propósito de contribuir para o conhecimento da cultura e história da população negra paraibana, e para a análise da presença desses elementos no currículo escolar, bem como trajetórias de mulheres negras, liderança feminina no candomblé pessoense, direitos humanos, movimentos sociais negros paraibanos nos períodos colonial, imperial e contemporâneo e o próprio movimento negro paraibano. Os dois primeiros volumes são resultado dos projetos executados no primeiro Edital, de 2011.

6 O primeiro artigo da resolução estadual regulamenta as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o sistema estadual de ensino da Paraíba.

Os outros dois volumes foram publicados em decorrência do segundo Edital, de 2012. O terceiro volume, *Quilombos na Paraíba*, além de um artigo prefaciando o volume, reuniu oito artigos de pesquisadores sobre diversas comunidades quilombolas na Paraíba, oferecendo um panorama mais geral sobre as comunidades e também voltando-se para algumas específicas⁷, dentre elas Talhado do Monte Sebastião, Pitombeira, Livramento, Matão, Grilo. São pesquisas que iniciaram a partir de relatórios de identificação elaborados para o Incra e que se tornaram base para projetos de dissertação e teses de doutorado ou relatórios de identificação de antropólogos vinculados ao Incra/PB. Há ainda outros dois artigos que abordam temáticas ligadas às comunidades, sendo que um deles analisa as condições de moradia e saúde nas comunidades quilombolas de Caiana dos Crioulos, Cruz da Menina e Mituaçu, e o outro apresenta um esquadramento da obra documental (documental/ficcional) de Linduarte Noronha, *Aruanda*.

No quarto e último volume, *Educação, literatura infanto-juvenil relações étnico-raciais*, além do texto que prefacia o volume, foram publicados seis artigos abarcando a diversidade étnico-racial na educação, a análise da implementação de políticas públicas como a Lei n° 10.639, as experiências de retomada de elementos africanos e afro-brasileiros na literatura, as representações históricas e estéticas que intelectuais afro-brasileiros e africanos conceberam sobre a África negra no Século XX, e a análise crítica do racismo na obra de Monteiro Lobato, a partir do que ficou conhecido como o “caso Lobato”.

Com a Coleção Cadernos Afro-Paraibanos, também almejamos colaborar para o conhecimento e o autoconhecimento da população negra e, conseqüentemente, para a construção positiva da autoestima e do sentimento de pertencimento desse grupo. Entendemos o projeto dos Cadernos como mais um instrumento de contribuição para a construção de novos discursos e esperamos que reverberem em proveito comportamentos mais respeitosos, e também no fortalecimento da defesa dos Direitos Humanos.

Considerações finais

A educação desempenha um papel importante na construção da política da dignidade e na relação da estima simétrica entre nossos alunos. Para o(a) educador(a) ser mediador(a) e articulador(a) na aquisição de saberes e de práticas de reconhecimento precisa, também, ser portador(a) de direitos e de dignidade da pessoa humana. Para esse processo se alicerçar, a prática docente e os conteúdos curriculares são as principais ferramentas para delinear relações assentadas no respeito e na alteridade. A escola é uma das principais instituições – ou a principal – com espaço para desconstruir os preconceitos, discriminações e as invisibilidades em suas diversas circunstâncias.

7 Para este número, tivemos que selecionar alguns trabalhos sobre algumas comunidades quilombolas, conscientes da impossibilidade de ter um artigo sobre cada uma das 38 comunidades quilombolas na Paraíba.

Diversas universidades brasileiras, inclusive a UFPB, mesmo após a promulgação da Lei n° 10.639/03e da implementação de Ações Afirmativas nos cursos de graduação, viram-se imersas em entraves institucionais, a partir de discursos universalistas e impertinentes quanto ao reconhecimento das populações negras, denegando responsabilidades que lhes cabem na implementação de políticas públicas e, em muitos momentos, evidenciando o racismo institucional. Nesse sentido, podemos exemplificar a falta de uma Comissão de Acompanhamento e Monitoramento para avaliar sistematicamente as políticas de cotas na graduação na UFPB. Uma reivindicação feita por docentes e discentes da universidade e pelo NEAB em diferentes gestões administrativas (2010, 2011 e 2013)⁸. Muitas universidades, inclusive a UFPB, operam ainda com a perspectiva de universalidade, muito comum nos países europeus que procuram englobar todos os sujeitos sociais, sem distinções de raça/cor etc. – é bom que se diga que, no Brasil, nunca houve a efetiva universalização das políticas sociais, pelo contrário, uma minoria sempre teve acesso aos bens públicos de qualidade, a exemplo da educação nas universidades públicas brasileiras, como ocorria até início do século XXI –, sem considerar os limites, se tomarmos a realidade brasileira, que indica a exclusão histórica de determinados segmentos sociais como a população negra, mulheres, povos indígenas. Razão pela qual são necessárias ações governamentais que considerem tais particularidades, desde uma outra lógica, qual seja, “tratamento desigual” como forma de reparar a extrema e a longa exploração acumuladas ao longo dos séculos pelos grupos sociais mencionados, incorporando políticas específicas para, sobretudo, começar a corrigir iniquidades presentes na sociedade brasileira, democratizando o acesso ao Ensino Superior, evidenciando a diversidade étnico-racial no espaço acadêmico e, futuramente, ampliando representações nos diferentes espaços públicos. Ou seja, compreendemos que, com os avanços das lutas sociais, cada vez mais fica explícito que gestores(as) precisam articular políticas universais com as específicas, evitando a continuidade da distribuição de recursos públicos para um único grupo racial, como é o caso das vagas no Ensino Superior das universidades públicas brasileiras.

Neste cenário de incompreensões, ambiguidades e limites, o NEABI/UFPB tem atuado, empenhando-se tanto na redução do racismo institucional e na plena efetivação das políticas de ações afirmativas quanto no desenvolvimento de ações acadêmicas como o Proafro que, ao ser executado, teve como central uma nova perspectiva: enegrecer os conteúdos curriculares, colaborando, assim, com projetos e práticas pedagógicas que vão ao encontro da política do reconhecimento e da relação entre alunos a partir da estima simétrica, e com a construção de uma educação antirracista que confronte as injustiças sociorraciais, os fundamentos da concepção do mérito e da ideologia da democracia racial, bem como reconheça e respeite os direitos e as diferenças de sujeitos historicamente excluídos.

8 Para mais informações sobre o processo e o desenvolvimento das Ações Afirmativas na UFPB, consultar o *Dossiê de Ações Afirmativas na UFPB: a longa década democracia inconclusa no ensino superior (1999-2012)* disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Dossie_Acoes_Afirmativas.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

Referências

- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 10/1/2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: SANTOS, Sales A. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei n. 10.639/09**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, 2005.
- ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial das crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: FRASER, Nancy; SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, n. 6-7, p. 67-82, 1996.
- HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LEVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MEAD, George. O Self. In: MORIS, Charles W. Moris. **Mente, self e sociedade**. Aparecida-SP: Ideias Letras, 2010.
- NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFRO-BRASILEIROS - NEABI/UFPB. **Dossiê Ações Afirmativas na UFPB: a longa década da democratização inconclusa no ensino superior (1999-2012)**. João Pessoa: NEABI/CCHLA, 2013.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Solange P. A Lei nº 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas. In: AIRES, José Luciano Q et al. **Diversidade Étnico-racial & Interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645**. Campina Grande: EDUFCG, 2013. p. 299-341.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVÉRIO, Valter R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene. **Caminhos convergentes**. Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: F. Heinrich Boli; ActionAid, 2009.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Voto do ministro Ricardo Lewandowsky sobre a Arguição de descumprimento de preceito fundamental 186. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral**. Campinas: Papirus: 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 7**. Cria o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas-NEABI, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I da UFPB e aprova seu Regulamento. Paraíba, 2012. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Recebido em 23/04/2016

Aceito em 31/08/2016

Artigos

**CRISE DE IDENTIDADE E DISRUPÇÃO MORAL:
a experiência dos trabalhadores portuários avulsos de Santos no
processo de modernização portuária¹**

***IDENTITY CRISIS AND MORAL DISRUPTION:
the experience of dock workers from Santos in the port
modernization process***

Rosana Machin^{*}

Márcia Thereza Couto^{**}

Eunice Nakamura^{***}

Resumo

O artigo explora a experiência e os sentidos atribuídos pelos trabalhadores ao processo de mudança do trabalho portuário no Porto de Santos, em São Paulo - Brasil. Nosso enfoque são as transformações implementadas no cotidiano dos trabalhadores portuários avulsos, baseadas no novo modelo de gestão portuária fundamentado em pressupostos de eficácia e eficiência, visando o melhoramento da competitividade do setor. O estudo, de natureza qualitativa, desenvolveu-se na área de abrangência do Porto de Santos. Foram entrevistados representantes de diferentes categorias de trabalhadores portuários, totalizando 31 entrevistas. O processo de modernização abala uma cultura de trabalho ancorada num sistema ocasional, coletivo, de ritmo irregular, essencialmente masculino e com controle do processo de trabalho. As mudanças se expressam em experiências reveladoras de disrupção moral, decorrentes das tensões entre elementos constituintes de uma identidade de trabalhador portuário e as novas configurações desse trabalho.

Palavras-chave: Portuários. Processo de modernização. Identidade. Masculinidade.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa que contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

^{*} Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva da USP, Brasil. E-mail: rmachin@usp.br

^{**} Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva da USP, Brasil. E-mail: marthet@usp.br

^{***} Doutora em Antropologia pela USP. Professora do Instituto Saúde e Sociedade, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil. E-mail: eunice_nakamura@hotmail.com

Abstract

The article explores the experience and meanings attributed by workers to change the port work in the Port of Santos/SP - Brazil process. Our focus are the changes implemented in the quotidian of occasional workers, based on the new model of port management which is placed on assumptions of effectiveness and efficiency aimed at improving the competitiveness in the sector. The study of qualitative research developed in the area of the Port of Santos/SP. Representatives of different categories of port workers were interviewed, a total of 31 people. The process of modernization undermines a work culture based on an occasional system, collective and irregular, essentially male predominant and control regarding the work process. The changes are expressed by revealing experiences of moral disruption arising from tensions between the constituent elements of an identity of port workers and the new settings that regard this specific work activity.

Keywords: Dock workers. Port modernization process. Identity. Masculinity.

Introdução

Na contemporaneidade, o modelo econômico prevalente dita as formas de organização da produção, adequando-a para um mundo de competitividade, e impõe formas de organização do trabalho que garantam respostas efetivas, por meio da diminuição dos custos e o aumento dos lucros.

No caso do setor portuário, esse processo apoiou-se na desarticulação da organização sindical como prerrogativa do gerenciamento da escalação para o trabalho, em novas formas de contratação do trabalho, na redução do contingente de trabalhadores, na intensificação do trabalho, na aceleração no ritmo de produção e inserção de novos equipamentos e maquinários, mudanças que impactaram de maneira significativa o trabalho executado (TURNBULL, WOOLFSON, KELLY, 1992; GREEN, 2000; PÉREZ, MORENO, 2008). O processo de modernização do Porto de Santos² tem incorporado estes pressupostos tal como ocorreu em outros Portos do Brasil e da América Latina, igualmente vivenciado por portos da Europa, América do Norte e Ásia (DIÉGUEZ, 2007).

Segundo Turnbull, Woolfson e Kelly (1992), os estivadores correspondem a um dos últimos setores da antiga classe trabalhadora industrial a experimentar substantivas transformações na organização do trabalho, seguindo os passos de mineiros e gráficos. O autor faz referência às tentativas de introduzir de maneira extensiva novas regulamentações nas relações de emprego industriais na Europa, por volta do final dos anos 1980, em atenção a demandas de empregadores por maior flexibilização nas relações de trabalho. Não podemos deixar de mencionar o papel crucial do enfraquecimento do *Welfare State*, em países como França e Inglaterra, e

² A modernização é entendida na perspectiva de inserção de tecnologia nas instalações, nas operações portuárias e nas tecnologias dos navios, bem como o aporte de novos produtos e suas diferentes embalagens. Essas novas tecnologias também acarretam mudanças na organização do trabalho realizado no porto, produzindo efeitos sobre os trabalhadores (SILVA, 2003).

outras mudanças ocorridas no campo dos direitos sociais, na medida em que avança a promoção de um capitalismo voltado à competitividade do mercado (COOPER, 2000). Nesse contexto, o ano de 1989 foi marcado pelo desencadeamento mundial (em portos na Europa, Austrália, América do Norte e Sul) de ações voltadas à estiva, objetivando modificações quanto aos termos e condições de contratação. De fato, muitos países se movimentavam, ao longo do final dos anos 1980 e na década seguinte, em torno de novas regulamentações do trabalho em seus portos, e cada um experimentou situações distintas quanto ao tempo demandado para as mudanças, atores envolvidos e alianças construídas³.

Deve-se considerar que as alterações no contexto portuário envolvem uma gama variada de atores, certamente maior que em outros contextos industriais. É necessário, nesse caso, dependendo do modelo adotado, considerar a intrincada articulação entre Estado, administração portuária (nem sempre de caráter federal/nacional, podendo ser municipal), agentes que respondem pela infraestrutura e manejo dos portos, empregadores, muitas vezes pulverizados em diversas empresas (donos de navios ou proprietários de empresas atuando no comércio internacional) e sindicatos de trabalhadores, em suas diversas linhas políticas e segundo as diferentes categorias de trabalho.

Nesse contexto, modernizar portos implica aparelhar a infraestrutura portuária para o movimento das cargas (estradas, ferrovias), investir em equipamentos e maquinários de custo elevado, redesenhar o modelo de porto (presença ou não do Estado na administração e manejo da infraestrutura) e alterar as relações de contratação e a organização do trabalho. Na maioria dos países, essa reforma foi feita em conjunto com uma reforma trabalhista do setor, já que era necessário desmontar o sistema de controle do processo de trabalho estivador vigente em muitos portos (DIÉGUEZ, 2007).

No caso brasileiro, o processo de modernização do setor portuário tem como marco a Lei de Modernização dos Portos nº 8.630, de 1993, mas também deve ser visto como um longo processo em que coexistem o antigo e o novo. No tocante aos trabalhadores, com o processo de modernização portuária brasileiro, todos estes (avulsos e doqueiros) foram transferidos para o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), reposicionando a relação capital-trabalho. Pode-se afirmar que essa mudança não ocorreu sem conflitos, sendo necessária a criação de um grupo executivo ligado à Presidência da República para realizar o cadastramento dos trabalhadores portuários avulsos no OGMO. Assim, somente em abril de 1996, três anos após a promulgação da Lei nº 8.630, tem início o registro e cadastro dos trabalhadores portuários em Santos (DIÉGUEZ, 2007). Mas, é apenas no ano 2000

³ Mas em nenhum deles a transformação da contratação no porto parece ter sido tão rápida e completa como foi na Grã-Bretanha. Em 1967, o trabalho ocasional é eliminado, sendo definida uma nova regulamentação em 1976. De 1968 a 1988, a força de trabalho no porto é reduzida em quarenta e cinco mil (45.000) trabalhadores. A redução foi expressiva, especialmente nos anos 80. Assim, em 1989, estão registrados somente dez mil (10.000) trabalhadores nos Portos Britânicos (TURNBULL; WOOLFSON; KELLY, 1992).

que todos os sindicatos de portuários avulsos perderam o direito de organizar as escalas de trabalho. As modificações na gestão do trabalho, promovidas pela nova legislação, afetaram as relações de trabalho e o controle sobre este, por meio da criação de um intermediário entre as organizações sindicais e as operadoras portuárias (o OGMO), desequilibrando as forças em jogo. Agora, cabe ao órgão patronal o estabelecimento e a fiscalização das rotinas de trabalho.

As transformações no contexto imediato do trabalho portuário, produzidas desde então, em decorrência dos processos de privatização e modernização das operações portuárias, exigem destes trabalhadores uma paulatina (re)produção de valores e significados, segundo os novos padrões de trabalho (MACHIN; COUTO; ROSSI, 2009), podendo acarretar disrupções e crises identitárias. Os tradicionais valores associados ao exercício do trabalho no porto, como força física, coragem, valentia, exigem, do ponto de vista do plano simbólico da experiência, (re)configurações e (re)adaptações. Estas, por sua vez, mostram-se como questões de fundamental importância para visualizar a interconexão e o dinamismo entre os antigos e novos padrões presentes no contexto do trabalho portuário, seja no plano estrutural do mundo do trabalho, seja no da experiência dos que estão envolvidos na vivência cotidiana de ser trabalhador deste setor, isto é, de sua identidade de trabalhador portuário.

A importância da dimensão trabalho na conformação da identidade social e, em especial, da identidade masculina tem sido explorada a partir de diferentes enfoques como o universo familiar (SARTI, 1996) e a saúde (NARDI, 1988). Mais recentemente, aproximações das dimensões socioculturais da experiência dos sujeitos incorporaram a dimensão de gênero, o que implica, no caso específico deste estudo que trata da relação homens-trabalho, em inovação analítica, na medida em que os homens passam a ser tomados não apenas como dotados de corpos do sexo masculino, mas como sujeitos em exercício de masculinidades (COUTO; SCHRAIBER, 2005; VELÁSQUEZ, 2009). No contexto do trabalho portuário, esta mudança de enfoque, com a incorporação da perspectiva de gênero, propicia reformulações na compreensão da sociabilidade e suas implicações nas relações de construção da identidade de trabalhador portuário e no exercício próprio do trabalho. A partir desta caracterização do problema que norteou a investigação mais ampla, procedemos um recorte analítico fundamentado na perspectiva de gênero, masculinidade e identidade, com o objetivo de abordar as experiências relativas à vivência do trabalho no processo de transformação decorrente da modernização portuária.

O percurso metodológico da investigação

O presente estudo se apoia em material empírico produzido em pesquisa mais ampla voltada à investigação das repercussões do processo de modernização nas formas de organização do trabalho portuário e na configuração de diferentes experiências de saúde e adoecimento dos trabalhadores portuários avulsos (TPA) no Porto de Santos. A investigação foi desenvolvida no período de 2009 a 2011 e

contou com a participação de pesquisadoras das áreas da Sociologia, Antropologia, Fisioterapia, Psicologia, Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional. O desenho da pesquisa se pautou no uso de métodos quantitativos e qualitativos, com atividades comuns às diferentes áreas do conhecimento, e abordagens metodológicas específicas voltadas às investigações da organização do trabalho e às implicações sobre a saúde e o adoecimento (QUEIRÓZ; MACHIN; COUTO, 2015). Neste artigo, nos valem dos dados empíricos produzidos na investigação qualitativa, especialmente a partir da técnica de entrevista em profundidade. O uso da entrevista em profundidade se justifica como técnica de produção de dados por permitir o resgate da dimensão da subjetividade, já que a fala dos entrevistados é reveladora de sistemas de valores, normas, sendo significantes mesmo sem a intenção de significar (BOURDIEU, 1992).

Após a aprovação do protocolo de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente (nº 0769/09), iniciou-se a produção dos dados empíricos com o convite aos TPAs para participarem da pesquisa. As pesquisadoras passaram a frequentar regularmente os pontos de escalação do trabalho nos três locais (*paredes*)⁴ distribuídos ao longo do cais do Porto de Santos, durante os quatro turnos em que a seleção ocorre (06h:45m, 12h:45m, 18h:45m e 24h:30m) e nos diferentes dias da semana. A estratégia de “bola de neve” também se constituiu em recurso importante, pois cada um dos contatos que aceitava conceder entrevista indicou outros trabalhadores a serem entrevistados. Os critérios de inclusão dos TPAs na etapa qualitativa da pesquisa foram: tempo de trabalho no Porto superior a dez anos e ser integrante das principais categorias profissionais em atividade portuária. Tais critérios permitiram acessar a diversidade e a representatividade das categorias de trabalhadores existentes no universo portuário e a vivência do processo de modernização em curso desde a década de 1990.

Foram realizadas trinta e uma (31) entrevistas em profundidade com TPAs de diferentes categorias profissionais, durante o ano de 2010, assim distribuídas: 13 estivadores, 9 trabalhadores de capatazia, 3 vigias portuários, 3 consertadores, 2 trabalhadores de bloco e 1 conferente de carga e descarga⁵. O roteiro utilizado

4 A “parede” é o nome adotado no Brasil que representa uma forma de contratação de trabalho, semelhante ao *free call* (Inglaterra) e ao *shape up* (EUA) (GITAHY, 1992). Desde o início do século XX, as chamadas paredes – locais onde as atividades eram distribuídas aos avulsos – configuravam-se mais do que como espaços de disputa pela colocação dos estivadores em navios, mas também como *locus* de consolidação das relações entre esses trabalhadores; espaço de encontros, de debates políticos, de estreitamento dos laços de amizade, enfim o lugar de identificação do grupo em torno de *habitus* coletivamente constituídos.

5 Os TPA avulsos entrevistados recebem as seguintes denominações, de acordo com as atividades que executam: Trabalhador de Capatazia - é a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações portuárias, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e a descarga de embarcações; Estivador - é a atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação da carga, peação e despeação, bem como o carregamento e a descarga das mesmas, quando realizadas com equipamentos de bordo;

consistiu de: caracterização dos entrevistados em termos sociodemográfico e familiar; caracterização do trabalho realizado (organização e realização cotidiana do trabalho, hierarquia na equipe de trabalho, relação entre diferentes gerações de trabalhadores, sociabilidade); percepção das mudanças ocorridas com o processo de modernização portuária (relação entre trabalhadores, entre trabalhadores e o OGMO, e entre OGMO, sindicatos e trabalhadores); masculinidade e trabalho (os valores e hábitos associados); concepções sobre saúde, adoecimento e sofrimento, incluindo estratégias individuais e coletivas de cuidado.

As entrevistas aconteceram em localidades próximas ao cais e nos pontos de distribuição do trabalho avulso, denominados *paredes* pelos trabalhadores. O tempo médio das entrevistas foi de 45 minutos. O número de sujeitos entrevistados não foi definido *a priori*, já que foi utilizado o critério da saturação, que considera reincidência das informações e dos sentidos atribuídos ao vivido nas falas dos entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Na análise, as diferentes categorias profissionais foram consideradas no conjunto de TPAs, tomados, neste estudo, como sujeitos centrais para a compreensão das transformações no trabalho portuário. Os dados resultantes das entrevistas foram analisados a partir de leitura exaustiva de cada entrevista, estabelecimento de categorias temáticas (incluindo as definidas previamente e as que emergiram no campo), organização e análise do material segundo tais categorias temáticas, e cotejamento dos conteúdos destas com a literatura existente sobre a temática geral e com as referências teóricas que norteiam a pesquisa.

As categorias temáticas criadas e analisadas foram: processo de modernização, relações de trabalho e sociabilidade, geração, identidade e masculinidade. As interpretações realizadas buscam articular diferentes níveis que sobressaem das narrativas: o concreto no cotidiano do trabalho e as representações sobre este; o particular do ofício e o contexto do trabalho portuário realizado; as condições e vivências do trabalho.

“Antes e Hoje” – pensando sobre o processo de modernização portuária

As questões disparadoras para a tomada dos depoimentos dos TPAs acerca da experiência vivida no contexto da modernização portuária focalizaram a

Conferência de carga - é a contagem de volumes, anotação de suas características (espécie, peso, número, marcas e contramarcas), procedência ou destino, a verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas operações de carregamento e descarga de embarcações; Consertador - constitui-se no reparo e na restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem; Trabalhador de bloco - constitui-se na atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos; Vigia - é a atividade de fiscalização de entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações, atracadas ou fundeadas (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2001).

identificação de mudanças no seu trabalho, quais foram e como as avaliavam, ou seja, procuramos resguardar a concepção dos entrevistados não atribuindo um sentido prévio e em termos legais (Lei de Modernização dos Portos) a esse processo.

Para os TPAs, o processo de modernização portuária não se caracteriza por um único acontecimento ou pela promulgação de leis e decretos que delimitam cronologicamente suas experiências. Ao contrário, o que chamam de processo de modernização envolve uma série de mudanças em suas experiências e relações de trabalho, as quais passam a influenciar não apenas a forma de organização do trabalho, mas acarretam, sobretudo, mudanças profundas em suas identidades e em seus valores de masculinidade. Assim, na visão dos trabalhadores, nem sempre os fatos cronológicos da experiência vivida coincidem com o que as referências da mídia e de pesquisas acadêmicas denominam de processo de modernização portuário.

As sucessivas transformações experimentadas no mundo do trabalho passam a delimitar dois períodos de tempo assim caracterizados: de um lado, as lembranças do “antes”, de como era a vida no trabalho, as relações sociais, os valores identitários de um trabalho eminentemente masculino; de outro, a vivência do ‘depois’, momento historicamente mais ou menos coincidente com a consolidação jurídica do processo de modernização (Lei de Modernização dos Portos), em que os trabalhadores portuários foram levados a reconhecer, por meio da lei e das consequências impostas por ela ao exercício cotidiano do trabalho, que o mundo do trabalho portuário havia de fato mudado⁶. Em muitos relatos, os trabalhadores expressam certa “melancolia” quando recordam o exercício do trabalho num tempo anterior às mudanças advindas com o processo de modernização e contrapõem essas referências da memória às condições nas quais o trabalho é executado atualmente. Os discursos, em sua maioria, são entremeados por noções relativas às perdas, apesar de estarem presentes aspectos avaliados positivamente quanto às mudanças ocorridas no trabalho portuário, alguns dos quais serão abordados a seguir.

Um primeiro aspecto circunda a vinculação da modernização com a ideia de introdução de tecnologia no trabalho. Essa inserção de tecnologia foi associada a um processo mais recente de chegada de novos equipamentos e maquinários, mas aparece associada também a um tempo mais remoto e relativo à própria entrada do contêiner na operação portuária⁷. Na expressão de um dos TPAs: “foi o contêiner que tirou a nossa mão de obra”. A modernização é entendida também como a mudança no contexto de trabalho, que acarretou a diminuição da oferta. Nesse sentido, ela surge associada à perda salarial, diminuição de trabalho, redução do número de trabalhadores e à retirada de postos de trabalho.

6 Interessante registrar que os TPAs, em sua maioria, praticamente não fazem menção a Lei de Modernização dos Portos como uma referência a este processo de mudança.

7 O advento do contêiner no plano internacional ocorreu na década de 1960 (DAVIES et al, 2000). No Porto de Santos, os primeiros contêineres chegaram em 1965, ainda em testes, e foram efetivamente adotados na década seguinte (CALDAS, 2008).

Com a modernização diminuiu a mão de obra e caiu o nosso ganho, o nosso rendimento [...] então o porto modernizou. Modernizou? Modernizou, mas a mão de obra acabou. Antigamente tinha sulfato, sacaria de sulfato que vinha do México, vinha sacaria de amendoim, vinha sacaria de laranja... manteiga de cacau... era tanta coisa de trabalho que tinha que a gente ganhava bem. Então tudo isso acabou. O container veio, a modernização veio, a globalização veio na época do computador e acabou. O container engole tudo isso. E o nosso ganho caiu, né. E nós ganhávamos por tonelagem, o empresário tirou. Passou para unidade. Então quer dizer perdemos muito. (AG, entrevista realizada em 14/05/2009).

Em alguns depoimentos, a modernização é identificada somente com a dimensão técnica do trabalho (inserção de tecnologia), portanto separada de sua organização e processo (como se as mudanças não o afetassem). Nesse contexto, os trabalhadores estabelecem relação com o objeto mesmo do trabalho portuário, o manuseio de cargas, que, em parte, não se alteraria ao longo do tempo.

No trabalho hoje é aquele negócio, quando você fala em modernização, lógico que o trabalho modernizou sim, mas o processo continua o mesmo, o processo é a mesma coisa, entendeu? Lógico que teve mais carga, a capacidade dos aparelhos aumentaram, o guindaste principalmente, entendeu? [...] então você consegue trabalhar com mais coisa, mas o trabalho em si sempre foi assim não tem muita mudança, o trabalho portuário é esse. (RF, entrevista realizada em 08/06/2009).

Um dos aspectos que pode estar associado a essa ideia de introdução de tecnologia e não reconhecimento de mudanças na organização e processo de trabalho é a convivência do novo com as formas tradicionais de estivagem, conforme expressa esse trabalhador, já que, como mencionado anteriormente, o processo de alteração do trabalho realizado nos portos comportou mudanças muito lentas até o advento do contêiner na década de 60 do século XX (DAVIES et al., 2000). Assim, convivem antigas formas de realização do trabalho que envolve a realização de tarefas em carga geral, que implicam ainda grande esforço físico, com o embarque e desembarque em terminais voltados somente à operação de contêineres, que requerem outro tipo de organização do trabalho.

Alguns produtos agrícolas, como grãos, são importados e exportados a granel, com alta tecnologia e mínimo volume de emprego. Há exceções, como no caso do café, que, em razão da fragilidade decorrente de suas qualidades aromáticas, perde preço se manipulado a granel, sendo embarcado em sacas. A movimentação de açúcar, por sua vez, realizada em grandes volumes, não dá suporte econômico para utilização de contêiner, e o embarque a granel ou sacas depende do comprador e das características do produto (se refinado na origem ou no destino). Com relação a alguns produtos, a modernização não envolve investimentos em infraestrutura, mas inserção de formas de organização inspiradas em um modelo industrial, caso, por exemplo, do embarque de veículos.

Modernizou? O equipamento tá melhor? Tá. A coisa anda mais rápido? Anda. Só tá mais rápido, só tá mais rápido. No terminal de açúcar continua a mesma coisa, os caras lá no corredor de exportação, descarrega vagão, como se descarregava vagão há cinquenta anos atrás, é na picareta e na pá! Não tem novidade... não tem novidade, o trabalho é esse... num dá para evoluir, já foi até onde o máximo que deu. (RF, entrevista realizada em 15/05/2009).

Por outro lado, a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho altera o ritmo deste, gerando riscos à saúde dos trabalhadores, resultantes das condições nas quais é executado. A modernização também é referida como um processo inevitável decorrente das mudanças num contexto internacional do trabalho e da economia globalizada, da qual não é possível excluir o Porto.

A gente vê que diminui um pouco o campo de trabalho. Mas, a gente sabe que isso é modernização a gente não pode correr, num tem porque correr disso aí, né? Tem que ficar, né? Ela veio para ficar então você tem que se adequar a modernização. Num tem como você querer fugir... não depende da gente, pô! É empresarial e você tem que se adequar a isso daí... porque se não num tem jeito, né? (EC, entrevista realizada em 20/05/2009).

Mas, se a modernização tende a ser vista como um processo inevitável com contínua introdução de tecnologia, muitos trabalhadores entrevistados abordam a situação por meio da comparação entre o antes e o atual, especialmente no tocante às perdas nesse contexto, como restrições ao próprio trabalho.

Era melhor. Ô, se era melhor. Porque tinha mais trabalho, mais mão de obra. Aí veio o container, a modernização, acabou tudo isso daí. Nós perdemos, estamos perdendo muito. Naquele tempo tinha mais trabalho braçal, hoje em dia já não tem. Hoje em dia é mais container, sacaria de açúcar, trigo, aí estoque, adubo essas coisas, enxofre... coisa que tinha antigamente e hoje em dia tem, mas a maioria das coisas hoje em dia sumiu, porque o container, tá tudo dentro do container. [...] hoje em dia o container leva tudo. Aí, vai 40 toneladas só de carne. Então, quem tirou a nossa mão de obra? O container. (MJ, entrevista realizada em 08/06/2009).

O processo de contínua inserção de tecnologia em âmbito internacional tem diminuído os movimentos de carga geral, na maioria dos portos (DAVIS, 2000). Assim, muitos trabalhadores habituados a esse tipo de carga têm verificado crescente dificuldade para conseguir trabalho.

O trabalho braçal foi diminuindo e foi chegando a modernização e foi colocando máquinas. Hoje um navio brasileiro aí de sessenta mil toneladas entra hoje no porto, quando é... dois dias, um dia só ele vai embora. [...] o que eu posso dizer é o seguinte, é bom, para muitos que estão preparados, que se prepararam, mas para outros... foi ruim porque ela exige qualidades da pessoa, exige que a pessoa

se qualifique cada dia mais se não vai ficando para trás... antigamente era 10 homens, 12 homens né, nós tirava 12 homens para trabalhar direto no navio, hoje em dia não tira mais 12 homens. Por exemplo, no contêiner hoje em dia é 3 homens, no portálo são dois homens só. (JW, entrevista realizada em 22/05/2009).

A comparação com o período anterior ocorre no âmbito da diminuição do trabalho, da perda de ganho, de controle sobre o processo de escala, aposentadoria especial e indenização, quando da mudança do regime de trabalho. Tal situação tem resultado na permanência de trabalhadores com idade bem avançada⁸, que, por não terem sido indenizados e não terem mais direito à aposentadoria especial⁹, continuam em atividade. A presença de trabalhadores com maior idade, em comparação com outras categorias profissionais, parece fazer parte da cultura do trabalho portuário, conforme mencionado por Cooper (2000) e Davis (2000). Assim, da Nova Zelândia a São Francisco (EUA) houve predomínio de trabalhadores com idade avançada. No Porto de Hamburgo, em 1911, 30% dos trabalhadores tinham 45 anos; no Porto de Londres, em 1948, 9% tinham 65 anos e podiam trabalhar a chamada 'semana cheia'. Esse perfil parece ter sido igualmente influenciado pelo desejo de empregadores por trabalhadores mais experientes e capazes de trabalhar por longos períodos de tempo (DAVIS, 2000).

Relações de trabalho, sociabilidade e geração

Os depoimentos dos trabalhadores revelam um contexto no qual o trabalho se encontrava organizado numa perspectiva de *closed shop*, que significa o controle do processo de trabalho pelos próprios trabalhadores por meio da organização em sindicatos, denominado por Silva (2003) como "operários sem patrão". Tratava-se de uma atividade que comportava certas noções de ofício, considerando aspectos como o processo de capacitação para ingresso na atividade, a existência de redes sociais que facilitavam a inserção, permanência e distribuição do trabalho (SARTI, 1981). Nessas redes, destaca-se a dimensão geracional, que assume relevância a partir de vários aspectos, ressaltando-se a origem familiar (família de portuários) e as relações que facilitaram o acesso ao trabalho no porto. "*Esse trabalho é de emprego de pai para filho, querido. Não entrava qualquer maloqueiro aqui para trabalhar não*" (EE).

Assim, durante décadas, algum homem atuante no porto intermediava o ingresso de parentes, que poderia ser o filho, o sobrinho ou mesmo o genro. Essa configuração foi não apenas apresentada como um dos aspectos da história do trabalho do porto de Santos, que confere identidade e sentimento de pertencimento à categoria dos portuários (*Meu vô, meu pai, todo mundo era estivador. Eu sou a 4ª geração*), mas como algo de relevância para o 'bom desempenho' do trabalho no

8 Os portuários santistas entrevistados tinham idade variando de 31 a 73 anos; com média de 47,5 anos.

9 A perda da aposentadoria especial por 25 anos de trabalho ("atividade") foi assunto muito comentado durante as entrevistas. Este benefício foi suprimido pela Lei nº 8.630/93.

contexto do cais. Alguns, mesmo não reconhecendo tal associação entre o vínculo de trabalho e a dimensão geracional, não o referendando como uma herança, algo "*passado de pai para filho*", relatam, na história de sua inserção no trabalho, a mediação de algum familiar.

Foi por minha conta, eu que fiz a correria, porque não é fácil entrar aqui não, não é tão fácil assim não. O cara tem que [...] No meu caso aqui, eu tinha uns familiar, se eu falar pra tu que eles me ajudaram, eu tou mentindo. O que aconteceu foi o seguinte: eu tenho um primo meu que é registrado e que tava vendo um documento pra mim, que quem trabalhou na força supletiva, quem trabalhou na força supletiva tem direito ao documento. (MG, entrevista realizada em 20/05/2009).

Essa mediação, em alguns casos, ultrapassava o vínculo familiar, podendo ser feita por um conhecido. Ainda assim, fica nítido que, anterior ao processo de modernização, num contexto de forte organização sindical, os associados mais antigos e participativos tinham prioridade na indicação de parentes, o que reforçava a ideia de grupos de portuários como "famílias", uma vez que os trabalhadores das diferentes categorias apenas poderiam indicar um familiar para a função que desempenhavam, porque esta era regulada pelos respectivos sindicatos do qual faziam parte.

Ser indicado por um familiar, na maioria das vezes, foi referido como uma vantagem ou um benefício. Dessa forma, o trabalho no porto estava atrelado a uma posição à qual, em geral, apenas os parentes de portuários poderiam ter acesso. Pode-se afirmar que a relação historicamente estabelecida do trabalho como um setor de alta valorização social, pela tradição familiar, pelas relações sociopolíticas configuradas nos anos de luta nas categorias de portuários, pelo companheirismo inerente ao exercício do trabalho, conformava a identidade de trabalhador. Portanto, para além das relações familiares e geracionais, constitui-se, em torno dessa categoria de trabalhadores, uma estreita e particular rede de sociabilidade e de cooperação.

Quando incitados a falar sobre as relações de trabalho e sociabilidade, revelam, em sua maioria, o reconhecimento da realização de um trabalho baseado na cooperação, união e solidariedade na execução das atividades, que não teria sido abalado pela "nova" organização do trabalho introduzida pelo processo de modernização. O trabalho da estiva, muitas vezes, compreendido como aquele que se pauta apenas pelo uso da força física, de fato necessita de um trabalho de equipe bastante articulado para sua execução. Essa característica baseia-se também na heterogeneidade das mercadorias a serem transportadas. "*A nossa [relação] é de amizade geral aqui, porque normalmente um depende do outro*" (EC).

No contexto das relações de sociabilidade entre os trabalhadores, a hierarquia e a cooperação – dois aspectos recorrentes e muitas vezes vistos como em oposição –, são levantados nos discursos dos trabalhadores, o que reafirma a complexidade do exercício do trabalho no porto. Assim, embora muitos deles negassem a existência de hierarquia no contexto das relações e organização do trabalho, enfatizando o caráter de cooperação em certas atividades portuárias; a hierarquia é tida e naturalizada como elemento histórico que estabelece a diferenciação entre funções, atribuições e tempo de trabalho na movimentação de cargas no porto.

A hierarquia é o seguinte, aqui antiguidade é posto. Por exemplo, é assim: eu sou o número 9 e você é o 117. Se tiver um navio de açúcar pegando fogo, quem tem que se afundar é tu. O 9 vai ficar mandando: 'Joga água. Arreia aí um pouquinho.' Peraí. Diga aê, ô malandro, tá pegando fogo?'. 'Tá, pelo amor de Deus', vai dizer o 117. 'Calma aí que a água tá vindo [risos]. Arreia, arreia. (SC, entrevista realizada em 28/05/2009)

Uma das razões para os entrevistados ressaltarem a cooperação no exercício do trabalho portuário pode estar relacionada ao contexto do rodízio das funções, que permite ao trabalhador portuário avulso (por exemplo, um estivador), durante um período específico de tempo, assumir outra atribuição (por exemplo, de contramestre ou diretor) e fiscalizar o trabalho em execução por outros trabalhadores. Contudo, nas entrevistas, as formas de hierarquia se expressam nas distinções feitas entre registrados e cadastrados, conflitos em algumas situações de trabalho, reconhecimento pelos trabalhadores mais jovens da autoridade dos trabalhadores em atividade há mais tempo e detentores dos números de registro mais baixos.

Eu estou batalhando aí no corredor, trabalhando bastante porque assim, eu sou cadastrado, eu tenho uma quantidade de horas pra eu fazer, pra eu pegar o registro, o registro é a garantia do trabalho meu, aí é minha garantia. O cadastro em si, ele não tem garantia nenhuma no porto. O cadastro em si, o que posso te dizer é que é o final de final de feira mesmo, entendeu? (JP, entrevista realizada em 16/06/2009).

O que poderia parecer uma contradição na visão dos trabalhadores acerca da relação entre hierarquia e cooperação mostra-se, ao contrário, uma composição complexa em termos de lugares sociais, poder e prestígio associado às históricas atividades no setor portuário. O processo de rodízio entre trabalhadores, nas escalas para o trabalho (denominado *terno*¹⁰), evidencia esta intrincada, e por vezes tensa relação entre cooperação e hierarquia. O rodízio na escalação do trabalho implementado pelo OGMO mantém o antigo critério de escalação realizada pelos sindicatos e denominada “a grande roda”, na qual todos os trabalhadores têm oportunidade de trabalho e, em certo sentido, de liderança na equipe de trabalho ou *terno* (DIÉGUEZ, 2007). Contudo, a introdução de forma diferenciada de constituição dos *ternos*, número para novos e para antigos trabalhadores, obrigatoriedade do intervalo de onze horas entre jornadas e a introdução da escalação eletrônica, modifica a antiga e tradicional escalação “familiar” dos trabalhadores portuários. Na forma como é implementada atualmente, ela pode ser vista como mais democrática, na medida em que permite condições similares para acesso ao trabalho para todos e impede a ocorrência de escolha por afinidade/amizade, situação que ocorria na realização da distribuição de trabalho feita

¹⁰ Grupo de trabalhadores necessários para realizar o trabalho de carga e descarga em um navio específico.

anteriormente pelos sindicatos. Entretanto, se a nova escala pode proporcionar um contexto mais igualitário na distribuição do trabalho, ela descaracteriza a dimensão de habilidade e capacidade diferenciada do trabalhador na execução da atividade, algo que no contexto anterior era legitimado na perspectiva de um trabalho que tinha diferenciações referentes às atribuições e habilidades de cada categoria. Como Weinbauer (2000) observa em relação aos sistemas de contratação anteriores, eles não eram anônimos, mas personificados (em relação à idade e às habilidades necessárias a cada uma das funções), como destacado nos depoimentos de alguns entrevistados. “É, normalmente nós temos um diretor, tem um fiscal, tem um mestre do terno e tem a equipe do terno, que é o pessoal, os trabalhadores que compõem o terno. Então a hierarquia é pelas funções” (EC).

No universo dos trabalhadores portuários, relações geracionais e formas de sociabilidade expressam de maneira contraditória tanto a possibilidade de cooperação quanto a afirmação de uma hierarquia de funções baseada em habilidades, tempo de experiência ou idade dos trabalhadores. Ainda em relação a esse universo de sociabilidade que fundamenta o próprio exercício do trabalho portuário, há que se destacar os valores associados à masculinidade.

Identidade e masculinidade

A identidade, socialmente outorgada, sustentada e transformada, é constituída a partir da cultura na qual os sujeitos se situam (BERGER, 1973). No bojo da relação trabalho e identidade, no contexto portuário, sobressai fortemente a discussão sobre uma “cultura portuária”. Isto porque, dentre outros aspectos, destaca-se a característica de delimitação geográfica e social do trabalho, responsável pela conformação de um grupo social peculiar regido por códigos e normas próprias, apesar do contato e da relação com a sociedade circundante. Pelos relatos dos entrevistados, esta “cultura portuária” parece ter sido claramente vigente até a implementação da lei de modernização dos portos brasileiros (Lei nº 8.630/93) e, embora longe de se constituir como fixa e imutável, ainda pode ser assim caracterizada por elementos integrativos recorrentes como padrões de comportamentos, valores de solidariedade e normas sociais constituídas a partir de uma base material e estruturante da relação com o trabalho no cais do Porto.

A discussão sobre identidade e trabalho portuário, bem como sobre a cultura do trabalhador portuário, está presente em análises históricas e sociológicas sobre o Porto de Santos (SILVA, 2003; DIEGUEZ, 2007), bem como em estudos internacionais sobre o trabalho portuário (NELSON, 2000; DAVIS, 2000; COOPER, 2000). Nesse sentido, o apelo à inovação e contribuição se dá pela incorporação da perspectiva de gênero e da discussão sobre a construção social das masculinidades como referência para a discussão da relação identidade e trabalho portuário.

As contribuições da perspectiva de gênero no campo da sociologia do trabalho no país têm sido apontadas por diferentes autores (LEITE, 2000; GUIMARÃES, 2004; SORJ, HEILBORN, 1999). No contexto portuário, a incorporação desta perspectiva na abordagem do universo do trabalho propicia, a

nosso ver, reformulações na compreensão sobre a sociabilidade e suas implicações nas relações de construção da identidade de trabalhador portuário e no exercício próprio do trabalho, nas representações sobre política, economia e mundo do trabalho, e na atuação em eventos coletivos relacionados a estes domínios. A associação entre trabalho portuário e masculinidade é claramente identificada nas falas dos entrevistados; sobretudo na medida em que a necessidade de força física para a realização de algumas tarefas era fundamental, principalmente antes da introdução de novas tecnologias decorrente do processo de modernização. Mesmo tentando, às vezes, descrever o trabalho portuário como semelhante a outros tipos de trabalho, os entrevistados ressaltam que se trata de uma atividade árdua, seja pelo desgaste físico, seja pelas condições de trabalho ou pelos riscos a que ficam sujeitos.

O cara tem... tem que nascer, tem que ter aptidão, entendeu? Tem que ter sangue frio, é... é alto... é... entendeu?... é muito alto, balança muito, venta, entendeu? Anda, balança, entorta, é complicado, tem que ter... tem que ter aptidão mesmo, não pode ter medo. E sempre tem alguém trabalhando, você... você trabalha num estresse enorme. E sempre tem alguém lá em baixo com você né cara? Estivador, por exemplo. Estivador, o cara dá turno ainda, capatazia, sempre tem alguém contigo. Sempre, sempre! O nível de estresse nosso é enorme, nosso nível de estresse é enorme. (AG, entrevista realizada em 14/05/2009).

Os sentidos atribuídos ao trabalho também puderam ser agrupados na identificação com os colegas; no orgulho dos ganhos provenientes do trabalho ser o componente principal do sustento da casa/família; na identificação com uma profissão que responde por 3,5 do Produto Interno Bruto (PIB) do país e na satisfação em ver o trabalho realizado contribuir com a economia do país. Sentidos como estes revelados pelas entrevistas apontam para alguns valores fundamentais para a constituição de uma identidade masculina fortemente centrada no trabalho. Já que este é a referência para a constituição de sua identidade pessoal, é tido como motivo de orgulho para eles, a família e a sociedade. Aspectos como estes estão presentes na literatura sobre o trabalho no porto (DIEGUES, 2007; Silva, 2003), bem como sobre homens trabalhadores de modo geral (VELÁSQUEZ, 2009). Para Velásquez (2009), a inserção laboral dos homens é fruto de um longo período de tempo no qual, desde a infância, são formulados projetos identificatórios que vão configurando a identidade de gênero como “homem trabalhador”. Os eixos nos quais é formulada tal identidade podem ser agrupados em: sentimento de valor, ilusão de ser único e reconhecimento por parte dos outros.

[Ser trabalhador portuário] é ser um batalhador, viu? Ser um trabalhador portuário real, uma pessoa que vem pro cais pra trabalhar, conseguir o seu trabalho... é ser um batalhador, tá entendendo? É um cara que é batalhador mesmo porque é [...] você enfrenta luta de tudo quanto é lado. (EE, entrevista realizada em 25/06/2009).

Num mundo de trabalho em que valores de masculinidade, em especial a força física, eram constitutivos da identidade dos trabalhadores portuários, não é de se estranhar que situações de perigo e risco pusessem à prova tais valores, portanto a própria masculinidade. Ao falar de suas experiências envolvendo acidentes de trabalho, os entrevistados mencionam que o trabalho portuário, antes das mudanças no setor, caracterizava-se pela falta de segurança, ausência de equipamentos de proteção e acidentes de trabalho. Os riscos de acidentes constantes e a situação continuada de extenuação física no exercício do trabalho constituíram aspectos preponderantes das falas quando referidas ao passado, mas também se mostram presentes no momento atual. O desempenho de uma atividade de risco é considerada como inerente ao trabalho portuário e, portanto, constitutiva da identidade.

Mas a parte de saúde, saúde no porto é complicado, por quê? Porque a maioria das cargas é carga perigosa. Ontem mesmo eu tava trabalhando com uma carga perigosa, trabalhando aí com um peso aí que no mínimo 15 toneladas. Um negócio desse aí, uma lata, um contêiner desse vazio pesa 3 mil quilos. Então se ele te esbarrar ou tu quebra um osso ou então ele te aleija, então é complicado. Saúde no porto ela, você tem que sair de casa e rezar. (JS, entrevista realizada em 02/07/2009).

No contexto das recentes transformações do mundo do trabalho (ANTUNES, 2005; BRIDI, 2006), identificou-se a relação entre as categorias geração, identidade e masculinidade, fundamentais para a análise e discussão dos resultados apresentados. As entrevistas com os portuários apontam para uma compreensão do seu trabalho como uma atividade masculina por excelência, que exige força física, virilidade e coragem, além do papel fundamental desses trabalhadores em prover o sustento de suas famílias. Tais atributos constituem valores morais fortemente arraigados no imaginário social e dos próprios TPAs. Assim, embora representações sobre o incremento de tecnologia nos equipamentos (especialmente de movimentação de cargas) expressem para alguns entrevistados aspectos positivos da nova organização do trabalho, a maioria considera a coragem, força e virilidade como requisitos para desenvolver as principais atividades no cais.

Esses valores tradicionais da masculinidade, portanto, reforçam o sentimento de pertencimento ao grupo de estivadores, dada a noção de vínculo profissional relativo ao ofício e a não submissão a regras disciplinares existentes em outros contextos de trabalho, como o fabril ou o trabalho regular formalizado. Assim, a despeito das transformações ocorridas em relação ao trabalho, ainda destacam como aspectos positivos do trabalho portuário a inexistência de rotina (grande diversidade de cargas), a liberdade no exercício do trabalho (no que concerne a sair de férias ou faltar ao trabalho), a possibilidade de poderem fazer o próprio salário.

No entanto, como a modernização trouxe a redução dos ternos e a escalação numérica, entre outros aspectos de mudanças no processo de trabalho, sobressai o reconhecimento de uma atual “desvalorização social” frente a um passado idealizado. Além disso, a perda do *status* de categoria de trabalhador com direito à aposentadoria especial é muitas vezes lembrada como uma “derrota” importante

no contexto dos embates entre o governo e os empresários do setor privado com os antigos sindicatos que gerenciavam as operações no cais no período anterior à instalação da nova lei dos portos (Lei nº 8.630/93). Ressalta-se que a perda de direitos sociais, como no caso da aposentadoria especial dos portuários, é um aspecto apontado por Antunes (2006) como consequência das recentes transformações do trabalho em outros setores.

Essa nova configuração do trabalho irá afetar a condição específica dos TPAs, cujo trabalho depende de uma série de fatores. Um deles, a incerteza do trabalho, pode comprometer valores morais importantes, como a possibilidade dos homens de sustentarem sua própria família. Ir seguidamente ao cais em busca de trabalho e não ser escalado foi mencionada como uma situação que os envergonha diante de suas famílias. A análise evidenciou que as vivências da masculinidade dos entrevistados na relação com o trabalho portuário e seus significados trazem consequências para os valores constitutivos da identidade masculina dos trabalhadores portuários. Nesse sentido, certa “disrupção moral” (DUARTE, 1998) relacionada ao trabalho parece caracterizar as tensões e crises vividas por esses trabalhadores. As transformações na gestão e organização do trabalho portuário parecem acarretar nos entrevistados tais disrupções, na medida em que operam quebras importantes em relação à sua autonomia e controle do processo de trabalho, à necessidade de uso da força física nas atividades, ao acesso ao trabalho por processos geracionais. Essas mudanças repercutem em certos valores de masculinidade vinculados ao trabalho – força física, instabilidade e capacidade de manutenção do homem provedor, entre outros – afetando, também, a configuração da identidade desses trabalhadores. O sofrimento moral que acomete esses trabalhadores está intimamente relacionado às disrupções acarretadas pelas perdas em relação a um mundo do trabalho que desapareceu, aqui lembrado de forma um tanto melancólica, quando os entrevistados recordam o exercício do trabalho em tempo anterior ao processo de modernização e as condições nas quais é executado atualmente. Há perda do sentido do trabalho coletivo, maior individualização e ruptura de redes; deterioração das condições de trabalho com convivência do antigo e novo e situações distintas de operação, maior risco, medo de ficar sem trabalho e desgaste mental; perda da ideia de trabalho como ofício, já que agora para trabalhar precisa fazer curso e se especializar. Ainda, a maior inserção de tecnologia vem acarretando uma diminuição de disponibilidade de trabalho para muitos trabalhadores, na medida em que prevalece o embarque/desembarque de cargas baseadas em contêineres.

Concomitante à melancolia e à crítica à situação de trabalho portuário vivida no Porto de Santos no presente, devemos lembrar que as falas dos trabalhadores entrevistados apontam para uma referência de grupo (portuários) forte o bastante para que possamos acreditar que eles vivem, não apenas como sujeitos, mas como grupo/categoria, uma crise de identidade. Contudo, se o processo de modernização pode se expressar por meio de muitas perdas, permanecem ainda referências de satisfação, orgulho e identificação com o trabalho. Assim, registramos alguns sentidos associados a ser trabalhador portuário: identificação com os colegas de trabalho; associação com o desenvolvimento de uma habilidade e, em especial, pelo vínculo com outra pessoa da família também na estiva; orgulho associado ao

sustento da família e à criação dos filhos; identificação com uma profissão que responde por 3,5 do PIB do país; satisfação em contribuir com a economia do país; e vinculação com um ganho ainda possível para quem tem pouca escolaridade. Ser homem e trabalhador portuário conforma, portanto, as bases de uma masculinidade que busca se manter frente às transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e que afeta, de forma particular e muitas vezes tensa, o universo do trabalho portuário.

Considerações finais

Os trabalhadores portuários avulsos vivenciam mudanças na organização do trabalho desde a implantação da lei de modernização dos portos brasileiros, antes estruturado pelo coletivo, e desde então não mais sob seu domínio e distanciado do modo como ocorria na sua família portuária. A modernização implementou paulatinamente o planejamento logístico e introduziu a escalação eletrônica para o trabalho, entre outras alterações. As mudanças ocorridas no porto afastaram o trabalhador do novo papel de gerenciamento e conhecimento/domínio do trabalho como um todo. Assim, uma atividade que antes comportava certas noções de ofício, considerando aspectos como o processo de capacitação para ingresso na atividade e a existência de redes que facilitavam a inserção, permanência e distribuição do trabalho foi alterada substantivamente com a mudança na organização do trabalho e contínua inserção de tecnologia.

O atual contexto do trabalho portuário requer um menor número de trabalhadores envolvidos nas operações e, muitas vezes, maior intensidade e ritmo no seu desenvolvido. Ademais, há também solicitação por um trabalhador mais qualificado para a operação de equipamentos acompanhada da paulatina diminuição das demandas de estiva a requererem somente uso de força física. Tais mudanças, relatadas pelos trabalhadores entrevistados, parecem inserir-se no contexto de transformações mais profundas ocorridas no país, particularmente na década de 1990, cujas repercussões atingiram as mais diferentes esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2005, 2006). Apesar de o autor tomar como objeto de análise mais especificamente o trabalho na indústria e no setor de serviços, as marcas dessas transformações são visíveis também no trabalho portuário. Dentre os principais aspectos das mudanças observadas nas indústrias, mas igualmente apontadas pelos portuários entrevistados temos: redução da força de trabalho, ampliação das inovações tecnológicas, flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais, introdução de novas formas de gestão e organização do trabalho convivendo com formas antigas.

Esse contexto vem acarretando uma tensão entre a persistência da cultura portuária, por meio de distintas formas de gestão do trabalho, e as transformações operadas pela tecnologia, em especial em países de economia periférica, que tendem a verificar a convivência do antigo e do novo por mais tempo. Mas, se no contexto anterior era possível questionar e enfrentar decisões no âmbito das condições de trabalho e contratação, hoje os trabalhadores reconhecem sua vulnerabilidade

nesse processo pela perda do poder de recrutamento, distribuição e organização do trabalho. Na gestão da produção se perpetuam os conflitos entre o capital e o trabalho, acirrando a oposição de interesses entre trabalhadores e empregadores, nesse caso, representados pela figura do OGMO (ROSSO, 2008).

Essas tensões irão repercutir profundamente na subjetividade dos trabalhadores, portanto na constituição de suas identidades, na medida em que as mudanças materiais implicam também mudanças de valores, promovendo (re)significações entre os entrevistados acerca de sua própria identidade como trabalhador (COUTINHO; KRAWULKI; SOARES, 2007).

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. In: **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas** - Uma visão humanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- BRIDI, Maria Aparecida. A crise da relação salarial e o sindicalismo em tempos neoliberais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 47, maio/ago, 2006, p. 293-308.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CALDAS, Sérgio Tulio. **Portos do Brasil**: a História Passa pelo Mar. São Paulo: Horizonte, 2008.
- COOPER, Frederick. (2000). Dockworkers and labour history. In: DAVIES, Sam et al. **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000. p. 523-541.
- COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, Ed. Esp. 1, p. 29-37, 2007.
- COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Homens, Saúde e violência: novas questões de gênero no campo da Saúde Coletiva. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos E. A. (org.). **Críticas e atuantes**: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 687-706.
- DAVIES, Sam et al. (ed.) **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000.
- DAVIS, Colin J. Formation and reproduction of dockers as an occupational group. In: DAVIES, Sam et al. (ed.). **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000. p. 542-559.
- DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **De OGMO (Operário Gestor de Mão-de-Obra) para OGMO (Órgão Gestor de Mão-de-Obra)**: modernização e cultura do trabalho no Porto de Santos. 151p. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DUARTE, Luiz Fernando D. Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In: DUARTE, Luiz Fernando D.; LEAL, Ondina Fachel (org). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 9-27.

- GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do Mar** - Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- GREEN, Anna. The work process. In: DAVIES, Sam et al. **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000. p. 560-579.
- GUIMARAES, Nadya Araujo. Gênero e trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 146-146, ago. 2004.
- LEITE, Márcia de Paula. Trabalho e sociedade em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 66-87, jul/dez. 2000.
- MACHIN, Rosana; COUTO, Márcia Thereza, ROSSI, Cintia Cristina Silva. Representações de trabalhadores portuários de Santos-SP sobre o trabalho-saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 639-651, out-dez. 2009.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE (2001). **Manual do Trabalho Portuário e Ementário**. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2001.
- NARDI, Henrique Caetano. O Ethos masculino e o adoecimento relacionado ao trabalho. In: DUARTE, Luiz Fernando D.; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 95-104.
- NELSON, Bruce. Ethnicity, race and the logic of solidarity. In: DAVIES, Sam et al. (ed.). **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000. p. 655-680.
- PÉREZ, Nayibe Jiménez; MORENO, Wilson Delgado. La política pública de privatización del sector portuario y su impacto en la organización del trabajo en el puerto de Buenaventura. **Pensamiento & Gestión**, Barranquilla, n. 25, p. 178-213, jul.-dez. 2008.
- QUEIRÓZ, Maria Fátima Ferreira; MACHIN, Rosana; COUTO, Márcia (org.). **Porto de Santos**: saúde e trabalho em tempos de modernização. São Paulo: Ed. da Fap-Unifesp, 2015.
- ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SARTI, Cynthia. **A família como espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Editores Associados, 1996.
- SARTI, Ingrid. **Porto Vermelho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- SORJ, Bila; HEILBORN, Maria Luiza. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. Sociologia. Vol. II. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-235.
- TURNBULL, Peter; WOOLFSON, Charles; KELLY, John. **Dock strike**: conflict and restructuring in Britain's Ports. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 1992.
- VELÁSQUEZ, Alejandra Salgueiro. Ser proveedor no es suficiente: reconstrucción de la identidad en los varones. **La manzana**, v. IV, n. 7, out.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.estudiosmasculinidades.buap.mx/num7/proveedor.html>>. Acesso em: 16 fev. 2013.
- WEINHAUER, Klaus. Power and control on the waterfront: casual labour and decasualization. In: DAVIES, Sam et al. **Dock Workers**: international explorations in comparative labour history, 1790-1970. Ashgate: Ashgate Publishing, 2000. p. 580-603.

**DA RAZÃO CONTRADITÓRIA AO IDEAL ASCÉTICO:
o “trajeto antropológico” nas Políticas Culturais**

***FROM THE CONTRADICTORY REASON TO THE ASCETIC IDEAL:
“the anthropological trajectory” in Cultural Policies***

Eduardo Portanova Barros*

Francisco Coelho Cuogo**

Resumo

Este artigo procura identificar características de um ideal ascético na prática institucional das Políticas Culturais. O aspecto sacerdotal de uma dimensão paternalista do Poder impõe à expressão da vontade (a Potência) a Lei do Pai e o bastão da ordem contra o instinto animal, a orgia dionisíaca e o erotismo pós-moderno de uma razão contraditória. Assim, cria-se esse fosso, aparentemente incontornável, entre o Instituído (uma cultura morta) e o Instituinte (uma cultura viva). O primeiro age na busca de um optimum, o máximo do sentimento de poder. O segundo age conforme sua natureza trágica: nem otimista nem catastrofista. Metodologicamente falando, procuramos inspiração na fenomenologia maffesoliana, sobretudo em *Homo eroticus*, que investiga irrealidades e não fatos, e no ensaísmo nietzscheano, especialmente em Genealogia da moral: uma polêmica, que procura a origem da má consciência, da negatividade, do espírito sombrio e da hostilidade à vida.

Palavras-chave: Sociologia. Políticas culturais. Tribalismo cotidiano. Maffesoli.

Abstract

This paper seeks to identify characteristics of an ascetic ideal in institutional practice of cultural policies. The priestly aspect of a paternalistic dimension of power requires the expression of the Law of the Father against the animal instinct, the Dionysian orgy and the postmodern eroticism of a contradictory reason. Thus, it creates this gap, apparently unavoidable, between the Established (a dead culture) and the Instituting (a living culture). The first acts in search of a “optimum”, which means the maximum the feeling of power. The second acts as his tragic nature: neither optimistic nor catastrophic. Methodologically speaking, it seeks inspiration

* Professor-pesquisador PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Unisinos e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Comunicação e Imaginário - Imaginalis (CNPq-UFRGS), Brasil. E-mail: eduardoportanova@hotmail.com

**Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos-RS), Brasil. E-mail: professorfrn@gmail.com

in Maffesoli's phenomenology and the Nietzsche's essays, especially about the origin of bad conscience, negativity, the dark spirit and hostility to life.

Keywords: Sociology. Cultural policies. Tribalism. Maffesoli.

Introdução

Desconfiemos da moral, diz Nietzsche: “O que se passa em nós?” (NIETZSCHE, 2007, p. 17). Este dilema trágico, isso porque não se apresenta como um fim, como resolução, é um dos questionamentos, para não dizer o principal, do filósofo alemão em *Aurora*. Trata-se de um problema também sociológico. A moral, contra a qual Nietzsche se rebela, é, em termos de Políticas Culturais, o contrário da orgia dionisíaca que celebra um artista em nós. Essa é a conclusão de Nietzsche para o problema da Vontade (aqui com letra maiúscula para designar um conceito) no homem. E é dessa Vontade – que poderíamos traduzir por motivação – que trataremos neste artigo. Inicialmente, diríamos que se observa um fosso ou degrau – um degrau muito alto, é bom frisar – entre o Poder, representado por instituições públicas ou privadas, e a Potência, considerada como a força invisível de um grupo ao qual se destinaria toda ação – e política é ação – cultural.

Esse distanciamento, aqui considerado, metaforicamente, como degrau ou fosso é o que vai caracterizar o nosso problema de pesquisa: estamos ou não vivenciando um imaginário do desmanche (expressão de Teixeira Coelho) que celebra o ideal ascético contra uma razão contraditória? Tomemos, a título de exemplo, o que Durkheim chamava de caráter coercitivo, um fato que representa, de alguma maneira, esse antagonismo complementar entre os termos razão e contradição. Para Durkheim (2002, p. 2), “a consciência pública reprime todo ato que a ofende”. Ou seja, da mesma forma que o espírito de uma “razão contraditória”, a coerção, conforme Durkheim (2002), pode não ser violenta, mas não deixa de existir. E acrescenta: “Estamos diante de uma ordem de fatos que apresenta caracteres muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e sentir exteriores aos indivíduos” (DURKHEIM, 2002, p. 3). Reparem que se trata de uma filosofia polar (essa que apresenta polaridades opostas e complementares ao mesmo tempo) na qual, da mesma forma, se baseia essa noção do real contraditório com que procuramos trabalhar aqui.

Desmanche é aquela negatividade diante da cultura brasileira celebrada pelo Instituído contra o que esse mesmo Instituído considera o grupo marginalizado, como no caso dos “rolezinhos”, para ficarmos com apenas um exemplo. Antes de retomarmos a razão contraditória, vamos nos deter um pouco mais sobre os “rolezinhos”, este fenômeno característico da última década e que se configura como um problema de natureza sociológica. Os “rolezinhos” são esses grupos de jovens, geralmente da periferia, que procuram circular nos *shoppings centers* (ou em alguns outros lugares) das cidades brasileiras. Esta busca por um espaço – busca esta que começa com a marcação, no Facebook, do dia, hora e lugar para o encontro, conhecido como *flash mob* – pode adquirir duas conotações: espaço físico e espaço simbólico (no sentido de Bourdieu). Mas sua chegada nestes estabelecimentos gera

um desconforto mútuo entre quem já está no local e os que chegam. Às vezes, o “rolê” acaba mal, com pancadaria.

Os “rolezinhos” caracterizam, no nosso modo de entender, um dos exemplos mais claros do que Maffesoli (1998) chamaria de neotribalismo contemporâneo. Isso porque essas atitudes coletivas, reunindo jovens, sobretudo, seriam exemplares de uma natureza não racional, própria desse tribalismo que Maffesoli aborda. O motivo é que essas tribos e subtribos carregariam uma lógica interna. Segundo Maffesoli (1998), haveria uma razão própria do grupo, como no caso dos “rolezinhos”, para agir desta ou daquela forma, o que remete à compreensão de um além ou um aquém da lei. O não racional, para Maffesoli, portanto, estaria representado por três elementos: paixões, emoções e afetos. Nietzsche (2002) nos serve de suporte, aqui, quando teoriza, a partir da Grécia Antiga, sobre a concepção trágica da existência. “[...] o mito trágico é a representação de tudo quanto é vivo. Onde viria, então, a tragédia? “Talvez mesmo da alegria e do excesso de vitalidade” (NIETZSCHE, 2002 p. 24). Não seriam os “rolezinhos”, por sua alegria trágica, esse concreto mais extremo (Walter Benjamin)?

Retomando a expressão razão contraditória, ela é entendida aqui como, segundo Wunenburger (1995, p. 18), “uma matriz móvel de relações circulares de inclusão e de exclusão”. É na tríade, ainda de acordo com ele, que coexistem ao mesmo tempo ligações e repulsões, evoluindo segundo equilíbrios e desequilíbrios alternados. “Ela permite que se pensem as relações do Mesmo e do Outro, da semelhança e da diferença segundo uma energética que a privilegia na apreensão de qualquer fenômeno dinâmico, evolutivo”, afirma Wunenburger (1995, p. 68). No entanto, a relação que se quer, institucionalmente falando, é binária. De um lado, o financiamento; de outro, o financiado. A má consciência do ideal ascético, que tem por objetivo purificar todo obstáculo, e da qual Nietzsche (nos) fala em *Genealogia da moral: uma polêmica* (1998) é uma forma de espírito contemporânea. Esta contemporaneidade, porém, tem aspectos positivos e negativos, como tudo que é da ordem de uma natureza complexa, precisamos admitir.

Mas, para avançarmos, é necessário recuar um pouco e recuperar o conceito complexo de “má consciência”. Nossa reflexão procura observar a má consciência nas Políticas Culturais, assim como Nietzsche (1998, p. 12) questionou o *valor* dos valores morais. Esse niilismo é, para Nietzsche (1998), a visão do homem que agora cansa. O Instituído se considera de boa estirpe, enquanto os artesãos (e quando me refiro a um artesão, refiro-me ao artista) são tidos como menores, ruins, escravos, servos. Mesmo se dirigindo a eles, estes artesãos são um obstáculo para os planos do Instituído. E, sendo um obstáculo, melhor é ignorá-los, esquecer-los, desprezá-los. A origem da má consciência do Instituído em relação aos artesãos é uma superioridade atribuída para si mesmo, Instituído, contra um pensamento baixo, imoral e vulgar do Instituinte. Estou seguindo, nessa transposição, o pensamento de Nietzsche sobre o “bom” e o “mau” na Primeira Dissertação de *Genealogia da moral*. Segundo o filósofo alemão (NIETZSCHE, 2005, p. 8), a arte dionisíaca “repousa” na embriaguez e no arrebatamento, cujos efeitos – por isso dionisíacos – são representados pela figura de Dionísio (ou Dioniso).

Dionísio é a desmedida, o insólito, o orgiástico, a desordem. É tudo o que contraria o apolíneo (o Instituído, em termos de Políticas Culturais). Porém, é a

relação entre ambos – o dionisíaco e o apolíneo – que os delimita. “Quanto mais forte medrava o espírito da arte apolínea, mais livre se desenvolvia o deus irmão Dioniso: [...] o primeiro chegava ao completo aspecto imóvel da beleza, o outro interpretava na tragédia o enigma do mundo” (NIETZSCHE, 2005, p. 11). A tragédia, para Nietzsche, oferece uma visão destoante da linearidade apolínea. Em “Sócrates e a tragédia”, o autor de *Ecce homo* explica que o herói trágico, ao contrário da estética moderna, não luta contra o destino, e sim “precipita-se na desgraça” (NIETZSCHE, 2005, p. 89). Nietzsche faz uma comparação com a dialética, que, no fundo, para ele, é otimista por acreditar em causa e consequência, culpa e castigo, virtude e felicidade: atributos que o homem trágico não reconhece, porque não alcança, como na dialética, seu fim. Conforme Nietzsche, o herói dialético representa uma existência cômoda. O mesmo pode-se dizer do Instituído em relação ao artista cultural.

Esse herói dialético é um herói apaziguado, acreditando nos princípios socráticos de que “virtude é saber” e “peca-se” por ignorância. “[...] no esquecimento de si dos estados dionisíacos dava-se o acaso do indivíduo com seus limites e medidas; um crepúsculo dos deuses era iminente” (NIETZSCHE, 2005, p. 24). Nascia, segundo ele, o pensamento trágico que o artista traz, inevitavelmente, no espírito. A ideia do trágico em Nietzsche é dinâmica. Pode-se falar, considerando a primeira fase dele, por exemplo, tanto de um trágico equilibrante entre o apolíneo e o dionisíaco quanto do trágico apenas no segundo sentido, que é o que irá prevalecer no restante de sua obra. Vattimo retoma esse aspecto, lembrando que “a tragédia nascera como síntese de espírito (ou elemento) apolíneo e de espírito (ou elemento) dionisíaco” (VATTIMO, 2010, p. 303). É à luz de Nietzsche que talvez possamos afirmar: o artista hoje é niilista, no sentido de sua restituição a um espírito livre, sem o peso da tradição, e com a descoberta de que uma ordem providencial, esta do Instituído, hoje corroído moralmente, não existe e se esfacela diante do cotidiano e do “eterno retorno do mesmo”.

Vattimo, ao explicar Nietzsche, procura um sentido para o problema da temporalidade na sua filosofia. Por isso, voltar para trás. Por isso, o eterno retorno do mesmo. Segundo Vattimo (2010), Nietzsche procura uma inversão na maneira banal de vermos o tempo. Essa transversalidade em relação ao modo banal de interpretação das coisas diz respeito à própria natureza do pensamento filosófico de Nietzsche, que, ao querer para trás, passa a duvidar do critério histórico como progresso. Portanto, o tempo, considerando o nosso “objeto” de pesquisa, é um acontecimento único, sem uma ancoragem apenas na forma como se pensa a história da tradição. Isto é, para além de uma sucessão de fatos, mas “evidenciando uma estrutura da temporalidade que inverta o modo banal de ver o tempo: querer para trás” (VATTIMO, 2010, p. 43). Não teria sido o pós-estruturalismo, principalmente com Foucault (1999), que provocara uma desestabilização no conhecimento científico que se pretendia neutro, imparcial e objetivo? Muitos outros autores, além dele, e que também transitaram da primeira fase estruturalista para os tempos atuais, ditos pós-modernos, com mais ou menos consenso, perceberam uma mudança de paradigma – se ficarmos com a noção de Kuhn (1996). Foucault utilizou um método arqueológico para a análise do sujeito, através da enunciação, do ato de linguagem, do discurso e das condições de possibilidade desse discurso e de suas verdades. O que ele quer dizer é que o sujeito, em suma, é uma construção histórica,

uma possibilidade de enunciação numa determinada época, isto é, “[...] um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 1986, p. 109). Assim, para Foucault, o homem não é mais o problema, em função de mudanças paradigmáticas na disposição do saber.

Maffesoli, cuja tese de doutoramento aborda a dinâmica social, afirma que as culturas nacionais não são homogêneas, e que, em vez de pensá-las como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade; mas, e isso deve ser dito, com a inclusão do homem que o estruturalismo rejeitara. Maffesoli argumenta que pode haver uma saturação nessa lógica clássica da identidade com a qual, diríamos nós, trabalha o Instituído. O que Maffesoli põe no lugar é uma lógica da identificação, sustentada pela tese da existência de um processo e de um deslizamento progressivo – a exemplo de um trajeto antropológico, em Durand – de uma para a outra (da identidade à identificação). A possível substituição, porém, não é o ponto do argumento maffesoliano, e sim o de que as *socialidades* contemporâneas motivam outra disposição (tanto em termos de vontade quanto de arranjo), e que isso pode ser uma das marcas da pós-modernidade. “O eu é apenas uma ilusão ou, antes, uma busca um pouco iniciática; não é nunca dado, definitivamente, mas conta-se progressivamente, sem que haja, para ser exato, unidade de suas diversas expressões” (MAFFESOLI, 1996, p. 303). O sujeito, para ele, cede lugar à pessoa – mas o sujeito ainda está presente, numa clara leitura de abertura em relação ao referencial foucaultiano. Pessoa que, conforme a raiz etimológica da palavra, se utiliza de diversas máscaras ou apresenta várias facetas que, apesar de distintas, são incorporadas por uma mesma individualidade. Como dito em outra ocasião,

Uma lista de palavraspinçadas da leitura de seus livros “*Sobre o nomadismo*”, “*O tempo das tribos*” e “*A contemplação do mundo*”, entre outros, representam uma nova sensibilidade, chamada por muitos de pós-moderna. [...] Esta sensibilidade alternativa à da modernidade, e que foi observada na pesquisa de campo no Laboratório de Políticas Culturais no Brasil (LaPCAB) - é que faz com que, para Maffesoli, nos reconciliemos com o cotidiano (BARROS, 2014, p. 4).

Maffesoli (2004) salienta que a sociedade moderna foi construída sob a ideia de progresso, buscando referir-se ao futuro, destacando a razão no ser humano, tanto quanto o racionalismo e a lógica. Essa maneira de pensar se refletiu na ideia de domínio. É conveniente ter domínio sob si: “[...] o indivíduo aprende a ter uma identidade dominada por ela mesma e, conseqüentemente, aprende com os outros que chegaram a essa mesma dominação, a dominar o mundo” (MAFFESOLI, 2004, p. 26). Assim, o indivíduo, o individualismo, é a expressão teórica da modernidade, e o pensamento antes coletivo, passa a ser individual (“eu penso, logo existo¹”):

1 Citação do filósofo e matemático francês René Descartes que pretendia fundamentar o conhecimento humano em bases sólidas e seguras.

Parece-me que é nisso que se situa o pivô da modernidade, nessa concepção do indivíduo que dá a sua lei a si mesmo e que, em seguida, pode se associar a outros indivíduos autônomos para fazer história. É a partir daí que se constrói o contrato social (que vemos bem a fragilidade nos nossos dias), a cidadania, que é sem dúvida tudo o que funda o ideal democrático (MAFFESOLI, 2004, p. 28).

Percebe-se, porém, um crescimento gradual de saturação do modelo monoteísta da modernidade, uma saturação do Estado-nação e do ideal democrático. Há exemplos que vão desde as manifestações populares que ocorreram no Brasil em 2013² até a constituição da família, que deixa de seguir o modelo tradicional da família nuclear para assumir alternativas estranhas à modernidade. De um lado, pois, percebemos uma estrutura mecânica; de outro, uma estrutura complexa ou orgânica. De um lado, prevaleceu, na modernidade, a estrutura em grupos contratuais. De outro, na contemporaneidade pós-moderna, surgiram as massas e as tribos afetuais. Porém, não procuramos uma via fechada, um conceito único e uma metodologia linear, pois “as relações entre conteúdos e formas nem sempre são congruentes: em um mesmo sistema, conteúdos, formas, relações ou grupos não são diretamente proporcionais” (DURAND, 1969, p. 29, tradução nossa). Quer dizer, no campo das Políticas Culturais, que é o enfoque deste trabalho, nem toda ação institucional corresponde a um resultado pragmático satisfatório. De uma maneira empírica, foi o que se constatou nas viagens pelo LaPCAB³ e cujos resultados já foram disseminados em artigos. Uma hipótese que se pode adiantar, a partir do material coletado, é a de que vivemos uma crise nas políticas culturais, que se reflete, diretamente, nas chamadas coletividades sociotécnicas. Não se observa uma ação densa, duradoura e consistente voltada para a interpretação do conteúdo simbólico desses grupos.

Alguns casos de produção cultural

Durante nossa pesquisa de campo, que compreendeu o período de 2011 a 2013, várias entidades apresentaram problemas de ordens diversas – desde falta de apoio das autoridades públicas e do empresariado local, disputa entre as próprias associações de artesãos, impossibilitadas de se juntar em torno de um objetivo

2 Esse assunto será tratado mais especificamente na seção “Tribos das manifestações”. Mais informações referentes às manifestações ocorridas no Brasil e suas relações com as redes sociais ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013>.

3 Trata-se do projeto intitulado Laboratório de Políticas Culturais no Brasil: Gestão e Inovação (LaPCAB), iniciativa do antropólogo José Rogério Lopes, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos-RS), no qual atuei de 2011 a 2014 (parte final, sem o empírico), e que tinha por finalidade mapear associações, grupos ou outras entidades que atuassem na área cultural em, rigorosamente, todas as regiões do país. Visitamos, eu e outros professores, pelo menos um estado em cada uma dessas regiões.

comum, até, entre outros, o problema logístico, isto é, a precariedade das instalações e o valor dos aluguéis demuitas das sedes desses trabalhadores, valor na maioria das vezes alto para entidades mantidas apenas com a venda de seus produtos artesanais. É importante esclarecer que estamos nos referindo a esse período de 2011 a 2013, relatado no projeto de pesquisa do LaPCAB e em artigos científicos⁴. Daremos, aqui, apenas uma visão geral desses problemas (sem nos determos em cada um desses casos, dada a sua extensão e complexidade), referindo-nos, mesmo que rapidamente, a associações como a Art’Escama, em Porto Alegre, que estava quase fechando. Como se explica isso? Em Laguna (SC), em Cachoeira do Brumado (MG) e em Olinda (PE) acontecia o mesmo. Os *paneleiros* (fabricantes de painéis em pedra-sabão), em Cachoeira do Brumado, isolavam-se da associação local. Em Laguna, três entidades brigavam entre si e as três com o IPHAN e com a Prefeitura. Ninguém se entendia. Em Olinda (PE), apenas dez sócios se reuniam na casa de um escultor, pois não tinham sede própria. Todo mundo, entre os vários grupos de artesãos, na época da pesquisa, reclamava de um Projeto de Políticas Culturais, um projeto de cunho *inclusivista* e pluralista, e não, principalmente, isolado de uma prática cultural. Mas o que seria um Projeto de Políticas Culturais num país com as características do Brasil? Vejamos uma hipótese a respeito da situação do artesanato no país. Os artesãos e todas essas comunidades sociotécnicas estariam presentes no que Durand (1982) chamou de ego social, o qual se divide, segundo ele, em dois polos: negativo e positivo. O positivo é toda a visão iluminista da sociedade, a que valoriza o modelo empreendedor e progressista. Já o aspecto negativo é o que junta os excluídos do progresso linear, entre os quais, e aí é que se justificaria a tese deste artigo, os “rolezinhos”. Por isso, reduzindo um pouco a questão, não existiria nenhuma política cultural brasileira *densa, profunda* que fosse direcionada para esses grupos de artesanato ou na qual eles fossem inseridos satisfatoriamente, e isso por total desinteresse, com raras exceções, quanto à esfera simbólica desses grupos. De um lado, em suma, temos a visão iluminista de Políticas Culturais institucionalizadas que desvalorizam o simbolismo, no sentido durandiano de um além de conceitos arbitrários relativos ao signo, nas práticas dos grupos artesanais. De outro, o romantismo (sim, o romantismo, quase metaforicamente falando) da prática artesanal em conexão com a natureza. Somos, enfim, atravessados por estas correntes: a da objetivação e a da subjetivação. Este paradoxo, nos parece, é a base de toda a Sociologia e do conceito sociológico de sistema, evidenciado pela ideia de coerção institucional, de uma parte, e de subjetivação, de outra, o que nada mais é do que o imaginário em Durand. Logo, as instituições públicas ou privadas, de um modo geral, vivem no iluminismo.

Esse ideal iluminista é representado pela pretensa clareza, pela explicação causal binarista e pelo progresso de cunho historicista, enquanto as coletividades sociotécnicas vivem no romantismo de gaia, da comunhão cósmica e do vivido no

4 Remeto ao dossiê “Revisões teórico-metodológicas em Sociologia” publicado na *Revista de Ciências Sociais da Unisinos* (v. 51, n. 2, maio/ago. 2015) disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais>.

cotidiano. Percebemos, claramente, um desequilíbrio entre os tempos histórico e filosófico, que uma série de autores (já mencionados) também observa, e foi isso que, em suma, evidenciou-se nesse artesanato brasileiro – pelo menos entre os que nós visitamos. A proposta do projeto da modernidade há muito tempo teria se esgotado e se esfacelado pela falta de credibilidade no Estado e por Políticas Culturais engessadas. Já os artistas e sua dinâmica de criação permanente, fluida e móvel, são visionários, românticos e místicos. Trata-se de uma dialética entre os pequenos grupos de relações e a sociedade global ou, segundo Boaventura de Souza Santos (1989), de “um novo equilíbrio entre adaptação e criatividade”.

Ainda conforme Boaventura de Souza Santos (1989, p. 71-72), “o grande debate metodológico da ciência moderna tem sido sempre, desde Bacon e Descartes, o de saber qual a participação, na criação de conhecimento, do sujeito e do objeto”. Esta reflexão se insere, portanto, neste trabalho de pesquisa do LaPCAB, que, de minha parte, concluiu-se em 2014, e nas suas consequências epistemológicas sob a forma de uma contextualização do conhecimento levantado pelo trabalho teórico e empírico resultante dos três últimos anos de pesquisa. Trata-se de uma dupla contextualização, sem dúvida, porque “é simultaneamente uma prática científica e uma prática social” (BOAVENTURA SANTOS, 1989, p. 77). Para Teixeira Coelho (2008, p. 66), ainda, “o homem é um ser na cultura: ele transita pelas identidades adquiridas ou construídas; é um ser que se define e se refaz numa flutuação cultural”. Todos esses questionamentos do homem como um “ser na cultura” reforçam a necessidade de uma proposta, na medida do possível, coerente com essa mesma visão complexa da sociedade.

Logo, partimos do seguinte princípio: as manifestações culturais contemporâneas se reinventam na pós-modernidade. Relativizamos os marcos de referência e não aceitamos, passivamente, interpretações de cunho racionalizante. Uma característica das Políticas Culturais na pós-modernidade, concluindo, é a de que o papel do Estado, ideologicamente falando, se retrai (como vimos antes). E se retrai porque perde espaço para um modo não negligenciável de expressão, a predominância do desejo [o que Yúdice (2006) irá destacar no plano do consumo] e da imaginação simbólica. O Instituído não fornece subsídios conceituais aos artesãos como forma de debater em encontros, seminários ou mesas-redondas, com estes mesmos atores sociais, questões de interesse mútuo.

Procuramos saber, neste artigo, se acontece, com o advento da pós-modernidade, um deslocamento da posição do sujeito, com ênfase na subjetivação, como tentativa de rearticular a relação entre os atores sociais e as práticas discursivas. E, também, procuramos compreender como se dá a formação do sujeito em termos de sujeição-subjetivação, dentro de uma linha do imaginário e do pós-estruturalismo, que, por sua vez, põem em debate a temática do poder na ideia do discurso e da identidade. É preciso, para isso, avaliar as formas de cultura como estruturantes da vida cotidiana, bem como sua condição de oferecer ao indivíduo uma margem de movimento e de possibilidades de explicitação de caráter tanto heterogêneo quanto prismático. É necessário, ainda, refletir sobre as noções de uso e de consumo cultural no sentido de um processo de interiorização por parte do receptor, no primeiro caso, e de contato epidérmico, no segundo, quando o mundo

é lançado ao abismo. Assim, compreenderemos a dinâmica contemporânea (ou pós-moderna) da cultura a partir de uma crítica ao sistema globalizante como uma nova ordem de poder e do Estado-nação como regulamentador dos fluxos de capital.

Homo eroticus

Não seria exagero dizer que Maffesoli é o teórico que se impõe como referência quando se fala de uma Sociologia do Cotidiano, ao insistir em dar importância para o imaterial, a aura e o não racional nas relações sociais. É isso o que ele entende por erotismo, aliás. Outra questão que ele coloca é que o Ocidente não teria se rendido apenas ao trabalho árduo para ter, como recompensa, um futuro melhor. Não. Maffesoli acredita em um estar-junto *societal*, como o dos “rolezinhos”, por exemplo. Ou seja, a vida que se cristaliza no instante: um instante mágico, afirmativo. Para descrevermos sociologicamente os “rolezinhos”, algo que já foi ensaiado quando nos referimos a Durkheim, no início do artigo, iremos nos apoiar agora, preferencialmente, na tese do “humano-genérico”, de Agnes Heller, teórica da Escola de Budapeste e discípula de Georg Lukács. Em razão da complexidade desse fenômeno, muitas seriam as possibilidades de embasamento teórico para analisá-lo. No entanto, consideramos que Heller, na tese citada acima, pode nos ser de grande utilidade. Vejamos do que se trata.

No capítulo “A estrutura da vida cotidiana” de seu livro *O cotidiano e a história*, que Heller escreveu no início da década de 1970, a autora afirma, de início, “[...] que a vida cotidiana é a vida de *todo* homem” (HELLER, [s.d], p.17). Ela quer dizer que a participação do homem na sociedade é por *inteiro*, isto é, “[...] com todos os aspectos de sua individualidade” (HELLER, [s.d], p. 17). Percebemos aí, nessa reversibilidade entre indivíduo e grupo, uma das várias antinomias no estudo sociológico. Essa mesma antinomia vamos encontrar entre o caráter institucional e instituinte, entre o Poder e a Potência, entre massa e indivíduo. O problema é que toda forma de heterogeneidade é mal vista. Para o Estado, o valor que conta é o do risco zero, o da acomodação e o da coerção institucional. Tudo o que for contrário a isso, é suspeito.

Para Heller, há hierarquia, mas essa hierarquia, segundo ela (s/d, p.18), “[...] não é eterna e imutável”. Porém, constatamos no trabalho de campo para o LaPCAB que, apesar de fragilizados, estes grupos aos quais nos referimos geram medo no Poder, que prefere, sempre, o risco zero. Canclini deixa isso muito claro quando afirma: “[...] no âmbito urbano, a redução da cidade a espetáculo se associa ao domínio do marketing e à captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais simbólicos” (CANCLINI, 2008, p. 19). Neste artigo, o “rolezinho” é visto como um “humano-genérico” derivado da cultura urbana. Nossa hipótese é que não há, por parte do Poder, que se assemelha a um Leviatã hobbesiano, qualquer interesse legítimo pelos imaginários urbanos, pelo instante eterno (Maffesoli).

Este instante é a marca da *pós-modernidade*. Ao contrário disso, na modernidade, o mito prometeico (trabalhar para colher os frutos) assumia o papel de destaque, o de um sujeito institucionalizado e racional. A modernidade

era fundada no individualismo: se eu trabalhar, serei recompensado. Na direção oposta, o mito dionisíaco da pós-modernidade valoriza a exacerbação dos afetos, o orgiástico e o tribalismo. Grupos se juntam com objetivos comuns. A tribo é fechada, mas solidária. É tanto imaginário *arquetipológico* quanto social. O mundo moderno saturou-se, desestruturou seu corpo e deu lugar a uma reestruturação, utilizando, para tal, os mesmos elementos com os quais foi desconstituído. Maffesoli (2012b) situa essa saturação da modernidade nos anos 1950, com o pós-modernismo arquetípico, que revalorizava a ambiguidade e a complexidade na arquitetura. Privilegia-se, assim, a volta da ambiguidade e da complexidade como elementos fundadores da natureza humana, externalizando-se na revalorização da vida cotidiana, do culto ao corpo, da volta do emocional e do sentimento de pertencimento à comunidade – tribalismo. Essas manifestações são, portanto, as marcas da mudança do paradigma social em curso. Assim, um ciclo se encerra e a saturação do mundo – que não significa o fim do mundo – anuncia um novo recomeço que reconhece o ser humano não mais como indivíduo, mas como pessoa plural: “Cada um, pessoa plural em sua tribo de escolha, vai ser o que é a partir das ligações que o constituem. Ligações de afetos, odores, gostos, sentimentos, sensações, tudo fazendo que crescamos” (MAFFESOLI, 2012b, p. 12).

Uma das características da pós-modernidade é a fragmentação da pessoa, que não pode ser interpretada como a pessoa desprovida de força, desagregada e desintegrada. A fragmentação da pessoa, nesse contexto, diz respeito às suas várias máscaras, vários papéis, os vários “eus” em uma só pessoa; uma pessoa plural (MAFFESOLI, 2012b). É essa característica de fragmentação que está vinculada, intrinsecamente, ao conceito de tribalismo e às tribos urbanas⁵. Uma pessoa é plural, pois assume várias funções e teatralidades ao longo da vida. Não é possível mais enquadrar alguém em um papel ou uma função somente; a pessoa é mãe, avó, filha, música e roqueira, trabalhadora, estudante etc., entre inúmeras outras funções desempenhadas no contexto da pós-modernidade. A identidade sexual, a identidade profissional e a identidade ideológica não se mostram mais tangíveis, com contornos bem definidos. “Esse belo edifício foi posto abaixo pela publicidade, a moda, as encenações em que são as sinceridades sucessivas que parecem predominar” (MAFFESOLI, 2012b, p. 46).

Percebemos, portanto, a porosidade das identidades e a busca por uma identificação entre os indivíduos pertencentes a diversos grupos e com objetivos diversos. O desejo de conviver com o outro fortalece o sentimento de estar-junto e originaas diversas tribos. Para Maffesoli (2012b, p. 47), “o fenômeno das *tribos* está aí, irrecusável. E, ao mesmo tempo, não queremos vê-lo. Ou ainda, na melhor das hipóteses, admitimos sua existência, mas como momento transitório: *a juventude precisa existir*”. E considera que o estar-junto “se torna o pivô da agregação neotribal” (MAFFESOLI, 2006, p. 150-1), que pode ser expresso no compartilhamento de um hábito, nos modos de viver e conviver ou em um comportamento qualquer que

5 O termo tribos urbanas foi cunhado por Maffesoli, que começou a utilizá-lo em seus artigos a partir de 1985.

impulsiona o estar-junto e que se apresenta na pós-modernidade como “um dado fundamental” (MAFFESOLI, 1998, p. 115). Os laços, assim, são fortalecidos em contraposição à uniformização externa.

Cada grupo do qual a pessoa plural faz parte possui características singulares de tratamento e convívio com seus membros. Porém, não é a formação do grupo que o torna parte de uma tribo, assim como o grupo por si só não representa uma tribo. É necessário mais do que isso; a partilha de valores deve estar presente neste grupo: “[...] é a emoção que cimenta o conjunto. Este pode ser composto por uma pluralidade de elementos, mas tem sempre uma ambiência específica que os torna solidários uns com os outros” (MAFFESOLI, 2000, p. 21). O convívio não necessita ser diário, ele pode ser esporádico, eventual; o que importa, entretanto, é o convívio em si e as relações estabelecidas por meio dele. O sentimento de pertencimento de cada integrante do grupo, bem como suas experiências, conduz a “[...] uma nova maneira de ser, em que a paixão e o desejo são os elementos essenciais” (MAFFESOLI, 2012b, p. 44), estabelecendo relações diferenciadas nesse convívio. A pós-modernidade mostra-se como o palco para a formação de tribos. E estas, por sua vez, afetam e modificam tanto a vida individual quanto a coletiva (MAFFESOLI, 2005). Isso porque o indivíduo se forma a partir das relações que estabelece com o grupo ao qual se identifica e ao qual pertence no momento⁶. Em virtude disso, o indivíduo acaba por possuir uma multiplicidade de valores, pois não faz parte somente de uma tribo; ele pertence a várias, tendo em vista suas identificações múltiplas e a estrutura das ações humanas, que ocorrem em redes variadas, diversas e, muitas vezes, opostas.

Lembre-mos de que a pessoa-persona na pós-modernidade retoma comportamentos coletivos como o desejo de estar-junto, a atuação comunitária e solidária, em oposição ao individualismo. O estar-junto, com o avanço das tecnologias digitais, passou a reunir as pessoas em comunidades virtuais, pela internet. No entanto, nas manifestações sociais ocorridas no Brasil, em 2013, apresentou-se um movimento dialético de retorno do mundo virtual para o mundo físico, situado geograficamente. Os encontros ocorreram nas redes sociais após um evento desencadeador – o aumento do valor do transporte público. Algum tempo depois, jovens foram às ruas, reuniram-se, agruparam-se, *tribalizaram-se* e estiveram juntos nos protestos nas principais capitais brasileiras. A *hashtag* #vempruar tirou de casa milhares de pessoas que vinham expressando virtualmente seus sentimentos, suas insatisfações e suas opiniões.

O que se deu naquelas manifestações foram movimentos emocionais, característicos da pós-modernidade. Frases de efeito⁷ e reivindicações difusas – que

6 Utilizamos, aqui, a expressão “no momento” em virtude do indivíduo poder, a qualquer momento, perder a identificação com sua tribo e, assim, deixar de se sentir integrante dela. Desta maneira, o pertencer a uma tribo não significa permanência vital na mesma; essa permanência é volátil, e depende do possuir ou não valores partilhados.

7 “O povo unido protesta sem partido”; “O povo acordou, o povo decidiu. Ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil”; “Queremos hospital e escola no padrão FIFA”; “Tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz”, são alguns exemplos de frases escritas em cartazes pelos manifestantes.

se expressavam desde a redução do preço da passagem de ônibus até a derrubada da PEC 37⁸, passando pela crítica aos gastos para a realização da Copa do Mundo de 2014. Os manifestantes deixaram claro sua insatisfação contra os rumos da política brasileira em geral, marcada por frequentes casos de corrupção e má gestão dos recursos públicos. Ao contrário de outros movimentos sociais da história do Brasil, como as Diretas Já (1983-1984), onde os comícios reuniram milhares de pessoas defendendo de forma conjunta eleições diretas para presidente do país, e o Fora Collor (1992), quando os jovens “caraspintadas” defenderam a saída do presidente Fernando Collor, as manifestações de 2013 carregavam diversas bandeiras, com interesses difusos, fragmentados, que revelavam a frustração e o descontentamento da população com a política e os governos de todas as esferas –municipal, estadual e federal.

A ideia de imaginário, em Durand, porém, não é a mesma de imaginário social em Maffesoli, que foi seu aluno. É bom esclarecer esse ponto. Esta reflexão considera, isto sim, uma reversibilidade constante entre os polos social e criador. O criador é da ordem de uma antropologia do imaginário, como queria Durand. Ou seja, da ordem de um pensamento “primitivo” (não no sentido de atrasado) e patológico. A esfera do imaginário social, por outro lado, e que é o lado de Maffesoli, significa um pensamento civilizado *na* e *da* cultura (cultura como *constructo*). Ora, essa divisão é puramente racional e talvez seja mais pensada do que vivida. Porém, é dessa racionalidade científica que se pode alcançar, quem sabe, um olhar menos preconceituoso em relação às práticas sociais. “O símbolo é mediação, porque é equilíbrio que esclarece a libido inconsciente pelo sentido consciente que lhe dá, mas lastrando a consciência por meio da energia psíquica que a imagem veicula” (DURAND, 2000, p. 59). Reparem que o aspecto dialético ou *dialógico*, melhor dizendo, trata de reforçar essa reversibilidade de que falamos acima. Só que o pensamento civilizado como sendo da esfera do imaginário social, e não *arquetipológico*, ganha em Maffesoli uma conotação também primitiva em *Homo eroticus*. Esse “erotismo” de que nos fala Maffesoli, porém, é totalmente secundário nas decisões concernentes aos investimentos na área cultural. Procura-se, antes, a possibilidade de máximo rendimento e de um retorno de capital. A cultura está sendo tratada no país não como uma manifestação primitivo-simbólica, e sim de forma estática, pura, ascética. O erotismo maffesoliano poderia ser um primeiro caminho, junto com a tomada de consciência dessa má consciência de que fala Nietzsche, para recuperar a autoestima cultural no Brasil. Essa autoestima tem de partir do interior da cultura, para que, desse modo, se fortaleça e adquira raízes. Essa cultura tem de ser adubada, e não tratada com indiferença, pois a cultura se ressentida desse mesmo imaginário do desmanche, conforme Teixeira Coelho (2000). Vejamos, para finalizar, como o artista, na concepção de Nietzsche, seria o oposto do Poder.

No capítulo 4, intitulado “Da alma dos artistas e escritores”, Nietzsche esclarece que o artista “não quer absolutamente ser privado das brilhantes e significativas interpretações da vida, e se guarda contra métodos e resultados sóbrios

8 Propunha a redução do poder de investigação do Ministério Público (MP).

e simples” (NIETZSCHE, 2005, p. 107). Percebe-se, na prática institucional que aqui é criticada, essa ideia de que Nietzsche fala de uma metodologia cultural, e não de uma “política” cultural. Enquanto as instituições tradicionais se preocupam com a eficácia econômica, o artista se preocupa com a eficácia criativa. É a oposição que se coloca entre objetivação e criação que está no cerne do problema das Políticas Culturais na atualidade. E os meios eficazes para o artista, segundo Nietzsche, seriam todos aqueles que dizem respeito ao “mítico, ao incerto, ao extremo, ao sentido para o simbólico, à crença em algo miraculoso no gênio” (NIETZSCHE, 2005, p. 107-108). Em suma, o modo de criar, ainda de acordo com Nietzsche, é mais significativo para o artista do que sua devoção científica à verdade.

No dizer de Maffesoli, para além de uma concepção progressista, destacam-se três arcaísmos na pós-modernidade: o retorno de Dioniso (dimensão hedonista da existência), a ideia de tribo (modo de estar-junto a partir do gosto compartilhado) e a de nomadismo (sedentarização da existência, retorno da animalidade, do bárbaro e do selvagem). Contra o grande esquema que marcou a modernidade, o “enraizamento dinâmico” é uma energia que se mantém no aqui e agora, segundo Maffesoli. Diante disso, pergunta-se: até que ponto essa energia nos permitiria pensar em termos de um reencantamento do mundo? Quando Weber denuncia a racionalização exagerada da existência, nas duas primeiras décadas do século passado, e Nietzsche aparece como um dos pais fundadores da pós-modernidade, na opinião do filósofo italiano Gianni Vattimo, de que forma estes fatores se situam no atual estado da cultura?

Considerações finais

Tentamos circunscrever aqui, em rápidas linhas, e com base no trabalho empírico realizado entre 2011 e 2013, parte da pesquisa desenvolvida no Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil, na Unisinos, aspectos relacionados a uma sociologia do imaginário na cultura brasileira. Vimos que a distância que os separa (o social e o primitivo) é evidenciada, pelo menos para nós, na pretensa possibilidade de estabelecermos Políticas Culturais no Brasil. Essa evidência é sustentada pela ideia de que vivemos sob a perspectiva de um imaginário do desmanche (Teixeira Coelho), o que, filosoficamente falando, encontraria embasamento no que Nietzsche denominou de um “ideal ascético” (já referido neste artigo). Assim, resumidamente, as Políticas Culturais são dissonantes em relação aos interesses dos criadores dessa mesma cultura que, paradoxalmente, eles mesmos ajudam a preservar. Cria-se, desse modo, o já mencionado fosso cultural, que só poderia ser preenchido pelo interesse institucional no caráter imaginativo-simbólico dessa produção artística, e não apenas no capital simbólico bourdiano. Mas seria possível?

Esta é a dimensão dinâmica de que se fala, a de uma cultura viva e anárquica, e não necessariamente perfeita, porque o artista não é uma medida fixa. A razão (do Poder) e a intuição (da Potência) são ambíguas no vivido. Por isso, a pós-modernidade inclui, também, o arcaísmo e o retorno do mito. Maffesoli diria, até,

que a pós-modernidade reside, justamente, nessa união entre elementos arcaicos e tecnologia de ponta. Ou seja, o homem é um animal racional que busca, na natureza, uma explicação para a sua existência, e, por não encontrá-la lá, na sua origem, procura uma resposta simbólica para a vida. E desse simbolismo é feito não só o cinema, por exemplo, uma arte por excelência para a expressão e impressão de um imaginário, mas também este “museu” das manifestações culturais, que servem, nas suas diferentes modulações, para reequilibrar a espécie humana. Porém, de que forma vive, hoje, a espécie humana? Não estaríamos cercados de uma abundância cultural que nos afasta, cada vez mais, dos mitos aos quais pertencemos? Uma possibilidade de aproximação do que sobrou de nossa natureza é o que Michel Serres (1992) denomina “contrato natural”, superando a ideia de um “contrato social”.

De acordo com Serres, o racionalismo do “contrato social” provoca a violência, ao contrário da beleza, que requer a paz. E a paz, por sua vez, conforme Serres (1992, 47), supõe um novo contrato que é, justamente, um “contrato natural”. A junção dos dois tipos de “contratos” formaria, na opinião de Serres (1992), um novo pacto, a fim de que nossa cultura não tivesse “horror ao mundo” (SERRES, 1992, p. 16). Ele se refere a essa cultura como “repugnante”. Foi isso que procuramos abordar nesse artigo, igualmente, mas especificando essa cultura “repugnante”, conforme Serres, no quadro de uma relação entre o Instituído e o Instituinte, entre o Poder e a Potência, entre Prometeu e Dionísio, entre o ascético e o orgiástico.

Nessas tribos, ocorreu o abandono do individual em prol do coletivo. O que estava em jogo não era benefício –ou ganho – pessoal. Não importava se o manifestante utilizasse carro ou transporte coletivo, mas importava o bem comunitário – que afeta a todos. Os laços virtuais, criados a partir de uma indignação coletiva, articularam-se com as manifestações ocorridas nas ruas.

Com esse movimento de mobilização de milhares de pessoas, percebe-se que a internet e suas ferramentas de uso não alimentam o individualismo, como se pressupõe. Pelo contrário, *potencializaram* o debate, a troca de ideias, a exposição das diferenças, a comunhão de interesses. Pela facilidade da comunicação à distância, proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação, e pelo fenômeno viral de rápida disseminação de informações, as tribos reúnem grande número de pessoas e se fortalecem. As redes sociais tornaram-se, portanto, importantes motores de mobilização social, capaz de incomodar governos e sistemas políticos.

Referências

- CASALEGNO, Frederico. **Memória cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- CANCLINI, N. G. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008. p. 15-30.
- COELHO, Teixeira. **Guerras culturais**. Arte e política no novecentos tardio. São Paulo: Iluminuras, 2000.

- _____. **A cultura e seu contrário**. Cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Ed. 70, 2000.
- _____. **Mito, símbolo e mitologia**. Lisboa: Presença, 1982.
- _____. **Sociologie moderne**. Recueil méthodique. Paris: Bordas, 1969.
- DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1986.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, [s.d].
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1998.
- _____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2000.
- _____. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. **O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2012b.
- MAFFESOLI, Michel. **Homo eroticus**. Des communions émotionnels. Paris: CNRS, 2012a.
- _____. Perspectivas tribais ou mudança do paradigma social. **Famecos**, Porto Alegre, n. 23, p. 23-29, abril de 2004. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/364/295>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano: Um livro para espíritos livres**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- _____. **Genealogia da moral**. Uma polêmica. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. **Aurora**. Reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo: Escala, 2007.
- _____. **A origem da tragédia**. Lisboa: Guimarães, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- SERRES, Michel. **Le contrat naturel**. Paris: Flammarion, 1992.
- VATTIMO, Gianni. **Diálogo com Nietzsche**. Ensaios: 1961-2000. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. **A razão contraditória**. Ciências e filosofias modernas: o pensamento do complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Recebido em 04/03/2015

Aceito em 14/07/2016

**EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRABALHO:
o Programa Primeira Infância Melhor – PIM em São Lourenço do Sul/RS**

***EDUCATION, HEALTH AND WORK:
the Best Early Childhood Program - PIM in São Lourenço do Sul/RS***

Jordana Wruck Timm*

Denise Castro Padilha**

Milena Cristina Aragão***

Claus Dieter Stobäus****

Resumo

O presente artigo trata de revisar elementos do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), com o objetivo de investigar a importância e a relação do programa com a promoção da saúde e da educação, bem como abordar seu contexto histórico e metodológico no município de São Lourenço do Sul-RS. Através de um estudo bibliográfico qualitativo, realizou-se uma reunião de guias de orientação do programa, artigos e dissertações realizadas sobre o tema, destacando-se o fato de o programa basear-se, entre outros, nas teorias de Vygotsky e Piaget. Além disso, trabalhou-se com a fala de três visitadoras que atuam no referido contexto. As análises, tanto dos materiais quanto das entrevistas, foram feitas com base na Análise de Conteúdo. Concluiu-se que o PIM é de extrema importância para esse município, pois trabalha atuando nas áreas de vulnerabilidade social, levando informações que auxiliam nos cuidados para com as gestantes e no desenvolvimento integral das crianças, especialmente de zero a três anos, articulando, portanto, elementos relacionados à educação, saúde e trabalho.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Trabalho. Programa Primeira Infância Melhor.

* Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. E-mail: jordanawruck@hotmail.com

**Especialista em Práticas Pedagógicas em Serviço de Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora técnica do PIM (São Lço Sul), Brasil. E-mail: depadi@yahoo.com.br

***Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Departamento de Psicologia na Faculdade Estácio, Sergipe, Brasil. E-mail: mi.aragao@yahoo.com.br

****Doutor em Ciências Humanas-Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professor titular dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Gerontologia Biomédica Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: stobaus@puccrs.br

Abstract

The present article is to review elements of the *Programa Primeira Infância Melhor* – PIM (Better Early Childhood Program), in order to investigate the importance and the program related to the promote health and education, as well as address its historical and methodological context in São Lourenço do Sul City, through a qualitative bibliographic study. There was a meeting of the orientation program guides, articles and dissertations done on the subject, whose most striking element is noticing that the program is based, among others, on Vygotsky and Piaget theories. In addition, we worked with speech three visitors who work in that context. The analysis of both materials, as the interviews were made based on content analysis (Bardin). We concluded that the program is of utmost importance to this city because it is acting in the social vulnerability areas, taking information that assist in caring for pregnant women and the integral development of children, especially, from zero to three years, so gathering thus combines elements of education, health and work.

Keywords: Education. Health. Work. *Programa Primeira Infância Melhor* (Better Early Childhood Program).

Considerações iniciais

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), por enquanto, no Brasil, só acontece no estado do Rio Grande do Sul. Nesse texto, especificamos os atendimentos feitos em São Lourenço do Sul, cidade onde uma parte dos autores do presente texto é/foi membro da equipe do referido programa. A outra parte, mesmo não tendo trabalhado diretamente com o PIM, reconhece sua importância para o desenvolvimento infantil, a partir da experiência compartilhada e discutida em Grupo de Pesquisa, no nosso Programa de Pós-graduação em Educação.

A título de conhecimento, a cidade de São Lourenço do Sul é composta de, aproximadamente 45.000 habitantes, e está situada a 198 km da capital gaúcha. Ao longo do texto, além de apresentar características de organização do Programa e algumas especificidades do município em questão, também serão trazidos dados recolhidos na vigilância epidemiológica, relativos à mortalidade infantil na cidade, e o corte avaliativo realizado pelo próprio PIM. Além disso, entrelaçando o perfil teórico adotado, algumas falas de visitadoras do PIM também são trazidas. Cabe destacar que todo esse material foi abordado à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). As entrevistas com as visitadoras foram realizadas em 2013, momento em que o quadro profissional, exercendo a função de visitadora, contava com dez pessoas. Dado o quadro de visitadoras na época, foram escolhidas três entrevistas, levando em consideração o conteúdo expressivo de suas falas, sendo que as mesmas serão identificadas como Visitadora A, B e C.

Programa Primeira Infância Melhor (PIM)

Historicamente (em torno do final do século XIX e início do século XX), as Políticas Públicas voltadas à infância em nosso País tinham um caráter mais higienista e eugenista (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005) e pouco dialogava

com os saberes populares. No entanto, com a passagem do tempo, apesar dessas características ainda serem relevantes, outras devem ser levadas em consideração, visando atender integralmente as necessidades das crianças. Ao longo do texto, discutimos o PIM e o trabalho desenvolvido visando atender tais necessidades.

No entanto, antes disso, cabe destacar, também, o conceito de infância adotado por nós, já que ele é um balizador de tudo o que aqui está posto. Portanto, nas palavras de Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), a infância não pode ser simplesmente considerada uma etapa natural da vida, mas, sim, precisa ser entendida como uma noção datada geográfica e historicamente, isso implica debater questões como família¹, vínculos familiares, escola, forma de criação dos filhos(as), entre outros. Nesse sentido, as autoras defendem que falar de infância não pode ser remetido a uma abstração, mas a uma construção discursiva instituída por determinadas posições (das crianças, da família, das instituições escolares etc.), instituindo modos de ser e viver essa infância (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005).

Breve histórico do PIM e sua relevância

A partir do relato abaixo, e da importância do programa nele demonstrada, apresentamos, em seguida, alguns dados relevantes, ponto de partida para nossa pesquisa.

No âmbito da saúde, o PIM contribui através de orientações que reforçam a importância dos cuidados das mães com os filhos, na prevenção de acidentes, prevenção de doenças, controle das vacinas e, também, auxilia através do planejamento familiar. Já no âmbito da educação, contribui ressaltando a importância do estímulo das quatro áreas de desenvolvimento (Visitadora C, 2013, s/p).

No ano de 1992, Cuba criou o Programa “Educa a tu hijo”. Levando em conta os resultados daquele programa de atendimento na primeira infância, em 7 de abril de 2003 foi criado, no Rio Grande do Sul, o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), cuja Lei nº12.544 foi sancionada em 3 de julho de 2006. Em 2005, São Lourenço do Sul habilitou-se no Programa, em 2009 ampliou a Equipe de atendimento e, em 2013, passou a atender, também, a zona rural. Com isso, o PIM se apresenta como uma política pública pioneira no Rio Grande do Sul, como descrito a seguir:

¹ O fortalecimento desse vínculo é um dos principais objetivos do Programa. Portanto, é pertinente, desde já, destacar que sempre que utilizamos os termos família e/ou pai(s) e/ou mãe(s), estamos nos referindo ao(s) responsável(eis)/cuidador(es) pela/da criança, sempre respeitando e levando em consideração a pluralidade de concepções e entendimentos de família.

Voltado para a promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, o PIM constitui-se numa das mais importantes políticas públicas desse Estado e, sob a coordenação da Secretaria estadual da Saúde, articula esforços das Secretarias Estaduais da Educação, da Cultura, e da Justiça e do Desenvolvimento Social (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 15).

Coordenado pela Secretaria Estadual da Saúde, o programa conta com três parcerias: a Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Estadual da Cultura e a Secretaria Estadual da Justiça e Desenvolvimento Social². O Programa Primeira Infância Melhor, em São Lourenço do Sul-RS, é coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde e Bem-Estar Social, com ênfase no atendimento de gestantes e de crianças de até três anos de idade, na promoção à saúde e qualidade de vida³. No âmbito do programa, cada visitadora não pode ultrapassar o atendimento de vinte e cinco famílias, daí a prioridade dada para o trabalho com essa faixa etária (decisão que entrou em vigor em 2012), tendo em vista que, a partir dessa idade, a maioria passa a frequentar a escola de Educação Infantil, o que auxilia muito na estimulação e cuidado dessas crianças.

Tendo como referência metodológica o programa cubano “Educa a tu Hijo”, o PIM fundamenta-se no desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano na fase inicial de desenvolvimento. Na implantação do PIM no Estado, especialistas cubanas do Centro de Referência Latino-Americano de Educação Pré-escolar de Cuba (Celep) estiveram presentes e prestaram assessoria. Portanto, o PIM é um programa institucional equivalente de ação socioeducativa, voltado a famílias com crianças e gestantes, e é baseado cientificamente na Teoria Histórico-Cultural (VYGOTSKY, 1989), na Psicologia do Desenvolvimento (PIAGET, 1989) e nos recentes estudos no campo das Neurociências.

O PIM fundamenta teoricamente suas ações nas contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky, nos aportes oferecidos pela teoria da aprendizagem de Piaget, pelas descobertas da neurociência acerca do desenvolvimento cerebral inicial, e na teoria sobre a formação e o desenvolvimento dos vínculos afetivos de Bowlby. As contribuições de Winnicott, acerca da importância do ambiente e das funções desempenhadas pelas figuras materna e paterna no desenvolvimento psicológico infantil também foram incorporadas (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 57).

O principal objetivo do Programa é orientar as famílias, a partir de sua própria cultura e suas experiências, para que promovam o desenvolvimento integral

2 Cf. a esse respeito Rio Grande do Sul, 2007, p. 7.

3 Na realidade, o Programa atende gestantes e crianças de até seis anos de idade, no entanto, o município de São Lourenço do Sul enfatiza esse grupo atendendo gestantes e recém-nascidos em proveito da prevenção da mortalidade infantil.

de suas crianças, desde o período de gestação até completarem os primeiros anos. Para explicar o funcionamento do Programa, tecemos as competências implicadas em cada cargo. A equipe é composta pela coordenação estadual – Grupo Técnico Estadual (GTE), que planeja, capacita, monitora e avalia a execução e os resultados alcançados pelos municípios e articula a rede de serviços estaduais. Contamos também com a coordenação municipal – Grupo Técnico Municipal (GTM) –, que planeja, monitora e avalia as ações desenvolvidas, seleciona e capacita monitores e visitadoras, identifica as famílias para atendimento e articula a rede de serviços do município.

A *monitora* orienta o planejamento das ações das visitadoras, capacita, acompanha e avalia o trabalho realizado por elas no que diz respeito ao desenvolvimento da criança e necessidade da família. Por fim, as *visitadoras* planejam os atendimentos com essas crianças e suas famílias, bem como com as gestantes, referenciando-se, respectivamente, no *Guia da família* (RIO GRANDE DO SUL, 2012) e no *Guia da gestante* (RIO GRANDE DO SUL, 2007). Dada a importância do profissional que desenvolve essa função, algumas de suas especificidades serão detalhadas na sequência. Nesse sentido, a Visitadora C destaca que “[...], o visitador serve como elo entre o programa em si, a metodologia e a família, interpretando cada situação como única e adequando a sua função a cada realidade”. A partir deste relato demonstrando a importância da visitadora para o PIM, destacamos que:

No viés do Programa Primeira Infância Melhor, o Visitador é o responsável direto por conhecer e identificar tais demandas e possibilidades, sustentado por uma equipe de profissionais de múltiplas formações. Considerando a relevância das atribuições do Visitador, a equipe gestora municipal tem como uma de suas principais responsabilidades a adoção de estratégias que privilegiem uma seleção e formação inicial e continuada de qualidade, garantindo a contratação de Visitadores com perfil adequado ao papel que representam na estrutura do Programa (DRÜGG, 2011, p. 41).

A visitadora atua diretamente com as famílias na comunidade. Para o exercício da função, ela deverá ter concluído o curso de Magistério ou se graduado em Serviço Social, Pedagogia ou Enfermagem, devendo ter iniciativa, criatividade, humildade, ser capaz de fazer escuta generosa, ser organizada, comunicativa, gostar de trabalhar com gente, ter empatia, responsabilidade, ser persistente, saber trabalhar em equipe e, principalmente, ter ética profissional. Na visão da Visitadora B:

O visitador é de grande importância, tendo que estabelecer um bom vínculo com as famílias, já que está presente no ambiente mais íntimo que é a sua casa... O visitador tem que ter muito cuidado com a forma que trata a família para não comprometer o vínculo já estabelecido, já que esse é muito difícil de conseguir.

A partir deste relato, destacamos outras atribuições do cargo de visitadora, dentre elas, fazer planejamentos conforme a faixa etária das crianças e gestantes, seguindo o marco zero (documento preenchido pela visitadora no primeiro

encontro, no qual a criança é avaliada conforme indicadores preestabelecidos, para, a partir daí, poder planejar as atividades, visando à estimulação das áreas nas quais a criança apresenta maior dificuldade), acompanhando os itens do *Guia da Família* ou *Guia da Gestante* (RIO GRANDE DO SUL, 2012, 2007) e respeitando a cultura das famílias; orientar as famílias a estimular as quatro áreas de desenvolvimento, sendo estas a motora, cognitiva, comunicação-linguagem e a que nós particularmente consideramos a principal, a socioafetiva.

Também é sua função orientar a família sobre a importância do brincar e se doar um tempinho todos os dias para seu filho; organizar o cronograma de atendimentos, conforme a disponibilidade das famílias; realizar visitas de acompanhamento quando a família não está esperando ou quando a criança ou gestante apresentam riscos; comunicar o Grupo Técnico Municipal quando a família não está esperando pela visitadora, no horário previamente agendado/combinado e, também, pedir visita de acompanhamento quando a família apresentar necessidade, para que esta seja orientada e encaminhada para a rede de serviços; participar de capacitações realizadas pelo Grupo Técnico Municipal e Estadual.

A visitadora deverá, além de orientar os pais e cuidadores a estimular o desenvolvimento infantil, ter um olhar amplo, ou seja, observar toda a família e suas necessidades, e trabalhar com compromisso e responsabilidade. Deverá, ainda, estar vestida adequadamente, com planejamento e guia para poder realizar os atendimentos; preencher corretamente os ganhos de desenvolvimento das crianças e entregá-los antes de completar a faixa etária a que corresponde, conforme estabelecido no guia; fazer relatório mensal com o número de atendimentos realizados no mês, famílias ativas e inativas, bem como o número de gestantes e recém-nascidos; entregar informe anual; trabalhar com foco e otimismo; acompanhar e orientar as gestantes a fazer o pré-natal, assim como acompanhar o cartão de vacinas das crianças e consultas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégia Saúde da Família (ESF), trabalhar com foco na prevenção da mortalidade infantil; trabalhar em rede com agentes comunitários de saúde.

Esse atendimento realizado pela visitadora é feito de duas formas: individual e grupal. O primeiro destina-se às crianças com até três anos e acontece de forma domiciliar. Já o segundo, destina-se às crianças entre três e seis anos e, por ser realizado em grupo, acontece em lugar previamente combinado. O município de São Lourenço do Sul atende somente na modalidade individual/domiciliar, e os atendimentos às famílias se dão conforme metodologia do Programa. As famílias são orientadas por meio de atividades específicas, visando à promoção de habilidades e capacidades das crianças atendidas, em seu contexto social. Durante as atividades, os familiares auxiliam a estimular as quatro áreas já referidas de desenvolvimento das crianças, visando o seu desenvolvimento integral, através das Modalidades de Atenção Individual.

No ano de 2010, o PIM de São Lourenço do Sul foi avaliado por uma especialista cubana do Centro de Referência Latino-Americano de Educação Pré-escolar. Para tanto, o programa foi observado durante uma semana, e o resultado pode ser observado na presente texto, na subseção “Contribuições do PIM para São Lourenço do Sul”. Contamos também com a presença das consultoras do

Grupo Técnico Estadual das cidades de Porto Alegre e Pelotas. Desde então, somos referência no Estado.

[...], o PIM é uma proposta abrangente e profundamente transformadora, que pretendemos levar a todas as famílias gaúchas onde exista uma gestante ou uma criança pequena, atendendo prioritariamente às mais pobres. Também é parte essencial da nossa proposta inovadora dentro de uma política estadual de prevenção da violência (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 9).

O Programa em São Lourenço do Sul, que atende os bairros Barrinha, Navegantes, Lomba, Medianeira, Sete de Setembro, Nova Esperança, Fiorame, Arthur Kraft, Santa Terezinha, Loteamento Camponesa, margem direita do arroio São Lourenço, Passo dos Baios, e Banhado Grande, atende atualmente uma média de 260 a 325 famílias (levando em conta que a equipe é formada por treze visitadoras e cada uma atende entre 20 e 25 famílias). Além de orientações aos familiares sobre como estimular seus filhos, trabalha também com foco na prevenção, acompanhando o pré-natal das gestantes, verificando o cartão de vacina das crianças, orientando as famílias quanto ao planejamento familiar e à prevenção de DST/AIDS. Por essa razão a coordenação do Programa também participa das reuniões do Grupo Condutor Municipal da Rede Cegonha e do Comitê de Mortalidade Infantil.

Semanalmente, o hospital envia uma relação com os nomes das gestantes hospitalizadas e, mensalmente, a Vigilância Epidemiológica envia a relação de nascimentos de risco; de posse dessas informações, a coordenadora técnica e assistente social realiza visitas domiciliares para ofertar a participação no PIM. A participação no Programa não é obrigatória e, nos casos acima, não havendo aceitação em participar, é contatada a Estratégia Saúde da Família para realizar o acompanhamento.

Em julho de 2013, o PIM foi implantado também na zona rural de São Lourenço do Sul (até então atendia somente a zona urbana), em localidades cobertas pela Estratégia de Saúde da Família. Essa implantação teve o objetivo de atender, especialmente, famílias quilombolas, sendo que três visitadoras são responsáveis pelos atendimentos nessa área, onde também residem – importante destacar que uma delas é considerada liderança do quilombo que atende. Nesse contexto, além das famílias quilombolas, o PIM atende, ainda, crianças e gestantes de risco ou em situação de vulnerabilidade social. A implantação do PIM na zona rural foi considerada uma experiência exitosa e apresentada no Congresso das Secretarias Municipais de Saúde, realizado em julho de 2015, em Porto Alegre/RS, sob o título “Experiência exitosa: PIM quilombola (São Lourenço do Sul)”.

O programa Primeira Infância Melhor, política pública regulamentada em lei estadual desde 2006, trabalha com desenvolvimento infantil através dos estímulos recebidos a partir da interação dos pais ou cuidadores com seus filhos. A estimulação é feita desde que a mãe (ou a pessoa cuidadora que cumpra tal papel) está gestante, até a idade em que a criança deve ingressar na escola. As atividades são desenvolvidas através de brincadeiras lúdicas, em que as visitadoras orientam as famílias da importância de estimular seus filhos, para que cresçam mais saudáveis e com

níveis compatíveis de inteligência. O trabalho visa analisar a conduta de orientação às famílias, a partir de sua cultura e de suas experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças por meio da ludicidade.

A ênfase em intervenções diretamente na família faz do PIM um marco histórico na concepção da responsabilidade pela Educação. O Programa trata de capacitar, habilitar, instrumentalizar as famílias para a estimulação adequada de suas crianças, inclusive de modo a torná-las suficientemente críticas, a ponto de elas mesmas terem condições de avaliar o desenvolvimento destas crianças (ZORZAN, 2012, p. 24).

O programa é responsável por planejar, avaliar, orientar as famílias; no entanto, a aplicação da atividade, o ensino, a educação, são competências da família, sendo um dos objetivos do PIM conscientizá-la para a interação com a criança, dedicando uma parte do seu dia para brincar com os filhos, estimulando as crianças com elogios, a cada ganho atingido, e com gestos de carinho, e delegar a ela o ato de educar/ensinar.

Com a estimulação precoce, conseguimos não só descobrir dificuldades prematuramente nas crianças, mas também, muitas vezes, encaminhá-las, juntamente com a Estratégia Saúde da Família, para especialistas, buscando auxiliar o mais rápido possível o seu desenvolvimento. Os encaminhamentos contemplam consultas pelo SUS (Sistema Único de Saúde), atendimento pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fonoaudiólogo, oftalmologista, psicólogo, e outros especialistas. Nas orientações às famílias, tratamos de assuntos relacionados ao planejamento familiar, alimentação saudável e higiene.

Detalhe relevante, embora não proposital, é o fato de o quadro de funcionários do PIM no referido município contar apenas com mulheres. Ressaltamos ainda os cuidados com o cuidador, de modo que além do Grupo Técnico Municipal sempre disponível, quando necessário são concedidas consultas com psicóloga, a partir de encaminhamento para rede de atendimento, acreditando que “o estresse é uma das características da prática profissional relacionada ao cuidado com a saúde. Isso acontece porque a disponibilização do cuidador para com o alvo do cuidado, o paciente, desvia seu pensamento e seu tempo do cuidar [...] de si próprio” (ALASMAR; ACHETTE; RIZZO DI LIONE, 2010, p. 12).

Metodologia do PIM

De acordo com Bernardes (2010), inicialmente, é importante contextualizar a realidade social do município (ações voltadas à infância, número de crianças e gestantes, atendimentos institucionais de educação, saúde, assistência social e cultura). Essa prévia contextualização pode ser feita por meio de dados oficiais. A partir disso,

[...] o município tem a possibilidade de identificar a realidade social das diferentes comunidades, mapear os serviços existentes e identificar as necessidades de cobertura da atenção à primeira infância, a partir da organização e articulação com a rede de serviços. Através desta identificação, o Grupo Técnico Municipal e Gestores têm condições de eleger a(s) comunidade(s) mais indicada(s) à implantação e, posteriormente, à expansão do Programa. A escolha da área leva em consideração uma série de critérios, que compreendem um alto número de gestantes e crianças de zero até seis anos de idade, alta taxa de mortalidade infantil, grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social, baixa cobertura de Educação Infantil e existência de rede de serviços e/ou programas para atendimento às famílias (BERNARDES, 2010, p. 28).

Assim, valemo-nos das palavras de Bernardes para justificar o atendimento dos bairros citados anteriormente, os quais se enquadram em critérios de seleção e merecem atenção especial. Segundo Schneider e Ramires (2007, p. 15),

Implementado através de parcerias entre estado e municípios, o PIM estruturou-se em torno de três eixos: a família, a comunidade e a intersetorialidade. O Programa prioriza áreas cuja população se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, que concentram um alto número de crianças de zero a seis anos e gestantes, que apresentam índices elevados de mortalidade infantil e um grande número de crianças não assistidas por escolas de educação infantil.

As famílias que participam do PIM entendem que a metodologia do Programa está pautada na orientação e na estimulação precoce das crianças, não oferecendo nada além disso, e desobrigando a participação de quem quer que seja. A participação das famílias supõe a criação de vínculo com a equipe do PIM, sendo tácito o compromisso de esperar as visitadoras, conforme agendamento, estimular as crianças (não apenas durante a presença da visitadora, mas durante a semana, visando resultados positivos), sempre seguindo as orientações contidas nos guias (RIO GRANDE DO SUL, 2012, 2007).

O Grupo Técnico Municipal (GTM), Monitores e Visitadoras seguem o guia da família (Rio Grande do Sul, 2012) e da gestante (Rio Grande do Sul, 2007) para planejar as atividades e realizar os atendimentos. O GTM é responsável por alimentar o banco de dados, informando os ganhos de desenvolvimento e censo diagnosticado. Orientamos os familiares e cuidadores sobre a importância do afeto, o qual influencia diretamente na formação da personalidade do indivíduo, na segurança na tomada de decisões no futuro, na aprendizagem e relações sociais. Alertamos também para assuntos relacionados à saúde, visando diminuir o índice de mortalidade infantil; prezamos pelo vínculo sócio-afetivo, pela importância do brincar, do cuidar e do cuidado. Cabe mencionar que o trabalho com as famílias visa, conforme Lages et al. (2010, p. 242):

A relação entre esses dois saberes – o técnico e o popular – não poderá ser uma transmissão unidirecional, vertical, autoritária, mas sim, caracterizar uma relação de diálogo, horizontal, bidirecional e democrática. Fica evidente que as linguagens técnica e popular precisam se adaptar, dialogar, unir seus saberes em prol do interesse comum: a promoção da saúde.

Nesse sentido, cabe o olhar atento da visitadora, o planejamento e toda a estrutura que o PIM pode oferecer, unindo os saberes ditos técnicos à Educação Popular, orientando as famílias para atender as necessidades de suas crianças. Apenas desta forma poderemos alcançar o êxito almejado em proveito da educação e da saúde.

Trabalhando com gestantes

O trabalho realizado com as gestantes é fundamental para a relação sócio-afetiva dela com o bebê, contribuindo para o desenvolvimento dele, pois desta forma ele se sente desejado e amado, e proporciona a futura mamãe momentos inesquecíveis, sensações maravilhosas, como sentir o movimento de seu filho em seu ventre, um amor imenso. (Visitadora A, 2013).

Achamos pertinente iniciar esta seção com palavras de uma visitadora, palavras estas que remetem ao trabalho com as gestantes. Destacamos que:

Para a realização de um trabalho significativo e com resultados positivos, o **Visitador** deve acompanhar a gestante de maneira compreensiva e amigável sem perder o foco de seu papel profissional. Respostas diretas e seguras são importantes para o bem-estar da mãe e do bebê. Para tanto, o **Visitador** deve saber perceber e reconhecer as alterações mais comuns e freqüentes nesse período, buscando constantemente, junto ao GTM e Monitor, respaldo e aprimoramento acerca da metodologia do Programa, bem como de conhecimentos afins (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 12, grifos do autor).

Como dito anteriormente, o PIM de São Lourenço do Sul atua com gestantes na modalidade individual, sendo que os encontros ocorrem quinzenalmente, trazendo ao debate assuntos relacionados aos cuidados que devem ser tomados durante e após a gestação, entre eles: o papel da família durante a gestação, as alterações que o corpo da mulher sofre comumente neste período, a alimentação, a saúde e saúde bucal e o sexo durante a gravidez. O trabalho com as gestantes serve também para atentar a fatores comumente presentes em cada período gestacional (classificado por trimestre), bem como para alertar e informar sobre procedimentos importantes não apenas para a gestação, mas após o nascimento da criança. Salientamos novamente a importância do pré-natal, falamos sobre o parto, pós-parto, amamentação, cuidados com o bebê (coto umbilical, alimentação, higiene, vacinação).

O PIM atende e orienta também as gestantes que necessitam de atenção especial, como adolescentes grávidas, mulheres acima de trinta e seis anos, gestantes soropositivas ou outros casos que podem colocar a gravidez em risco (peso, altura, ocupação/trabalho, mulheres vítimas de maus tratos, abandono, desabrigadas e que passam fome, com pouca instrução/escolaridade, com complicações em gravidez anterior, portadoras de doenças como pressão alta, diabetes, anemia, etc., gestantes com HIV-AIDS, e dependentes de tabaco, álcool e outras drogas, entre outras).

Além dos temas mencionados, nos dispomos a explicar assuntos que sejam alvo de curiosidade das gestantes, por isso, sempre ao final das visitas, perguntamos se têm algum tema específico que gostariam que fosse esclarecido. Assim, nos preparamos para a visita seguinte, buscando atender suas necessidades e curiosidades.

Em São Lourenço do Sul atendemos, sobretudo, gestantes que estão no grupo de risco, destacando que o município enfrenta alto índice de gestação na adolescência. Nossas visitas são direcionadas para os temas já citados, mas ressaltamos as consultas de puerpério após o nascimento do bebê que, muitas vezes, são esquecidas pelas mães ou vistas como sem importância. Nesse momento (na gestação), começamos com um intenso trabalho de orientação para os cuidados com os bebês, reforçando os aspectos referentes à alimentação, higiene e atenção.

Do ponto de vista das Visitadoras, vale salientar a gratificação em trabalhar com as gestantes: “No trabalho com as gestantes, acredito que a gratificação é quando chegamos na casa após o nascimento do bebê e vemos a mãe seguindo as orientações dadas anteriormente, como a amamentação exclusiva, por exemplo” (Visitadora C, 2013, [s.p.]). Esse relato nos mostra a importância dada pelas mães e futuras mães ao programa, que resulta, para as visitadoras, em orgulho do papel desempenhado.

Trabalhando com crianças pequenas

Com Vygotsky (1989) aprendemos que a capacidade que as crianças têm em brincar pode permitir a resolução de problemas que as rodeiam, bem como auxiliar no pensamento infantil. Para ele, a ludicidade e a aprendizagem devem ter os mesmos objetivos, uma vez que a ludicidade é uma situação de aprendizagem. O brincar, para a criança, é uma saída da realidade, mas sem deixar de vivenciá-la; a criança reproduz sua realidade, mas geralmente acrescenta cenas ou retira, sem contar que sua imaginação é constantemente trabalhada nestas atividades. É nesse sentido que o faz de conta presente nas brincadeiras é uma realidade pela qual está passando, mas inventada com mais criatividade.

Acreditamos que a brincadeira, para a criança, é o momento mais estimulante, apesar de as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento não estarem completamente determinadas por fatores sociais, sendo o resultado de atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que ela se desenvolve. Consequentemente, a história da sociedade na qual essa criança se desenvolve e a sua história pessoal são fatores cruciais, e que vão, também,

determinar sua forma de pensar. Com isso, o brincar torna-se um meio propício para a estimulação das crianças. Para a Visitadora A,

O trabalho realizado com crianças de 0 a 3 anos é fundamental para que a criança desenvolva suas habilidades e capacidades, pois através do estímulo ela desenvolve as diversas áreas do desenvolvimento infantil, sendo fundamental a participação, o incentivo e o carinho da família, pois a maior gratificação é ver as mudanças nas relações familiares.

O relato da visitadora destaca a importância e a gratificação em desempenhar seu papel com crianças de zero a três anos. A importância dada a essa faixa etária, também se dá por conta de outro objetivo do PIM (e podemos dizer é o objetivo principal) que é a conscientização das mães em relação à saúde dos seus filhos, de modo que elas compreendam que a ausência de queixas não é sinônimo de saúde e bem-estar da criança, havendo, portanto, a necessidade de muitos outros olhares atentos a ela. Para Prates e Oliveira (2001, p. 39),

O conceito de ‘criança saudável’ varia muito de acordo com as condições de vida e cultura das pessoas. Por exemplo, para as mães, em geral, se o filho dorme bem, se alimenta bem e brinca normalmente, ele é saudável. Outras podem avaliar o conceito de saudável através da disposição de ânimo, estado de espírito, interação e aprendizagem de seu filho. Com isso, verificamos que este conceito depende de pontos de vista e de valores, alguns o relacionam com a parte física, outras com o emocional ou simplesmente à ausência de queixas da criança.

Assim, o próprio programa, ao planejar as atividades, busca também ter este olhar atento, em prol da saúde da criança e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento integral, entendendo que

[...] o desenvolvimento infantil adequado é uma necessidade e um direito de toda criança, constituindo-se em um desafio para a sociedade. Nesse sentido, torna-se necessária a divulgação e a orientação às famílias sobre de que modo auxiliá-las no seu dia-a-dia, tornando-se uma prática real na educação das crianças (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 7).

De acordo com *Guia da família* (RIO GRANDE DO SUL, 2012), no trabalho com crianças pequenas, visando à busca pela criança ‘saudável’ e o seu desenvolvimento integral, a visitadora irá trabalhar, com as famílias, características relacionadas ao período em que ela se encontra (zero aos três meses, três aos seis, seis aos nove, nove aos doze meses, um aos dois anos, dois aos três, três aos quatro, quatro aos cinco e, por fim, cinco aos seis anos), orientando quanto às atividades e atitudes que podem e devem ser tomadas com a criança neste período, bem como os cuidados a serem tomados com a saúde, tendo em vista os indicadores de ganhos relativos ao que se espera que a criança aprenda até completar cada uma das fases referidas acima. Para tanto, a visitadora levará atividades que possam

auxiliar, explicará aos pais como deverão estimular seus filhos, tanto durante a visita quando ao longo da semana. Os indicadores de ganho são organizados em tabela que é preenchida pela visitadora a cada três meses, permitindo acompanhar a evolução de cada criança a partir dos estímulos feitos. As visitadoras auxiliam também no controle da vacinação, conferindo a carteira de vacinação, lembrando os dias e horários das vacinas, entrando em contato com agentes de saúde do bairro e profissionais da Unidade Básica de Saúde e Estratégia Saúde da Família.

Hüsken (2010, p. 91) entende que

[...] as primeiras aprendizagens são realizadas na família. [...], é importante que a família proporcione um ambiente estimulador, favorecendo à criança sua autonomia de pensamento, ouvindo e valorizando os seus “porquês”, permitindo que faça suas escolhas e se responsabilize por elas, estabelecendo os limites necessários e na medida certa.

Desse modo, quando passamos à família a responsabilidade pelo estímulo das crianças, visamos delegar o papel a quem de fato pertence, já que ela é responsável pela criança. Além do mais, quando a família desempenha com êxito seu papel é notória a contribuição para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, Zanluchi (2006, p. 15), apontando o pensamento de Vygotsky, acredita que “o sujeito não é um reflexo passivo do meio nem um espírito anterior ao contato com as coisas e as pessoas. Pelo contrário, é um resultado da relação”. As ações da criança correspondem ao que ela mesma vivencia e aos estímulos e motivações que recebe, não sendo possível exigir dela comportamentos que não pertençam a sua vivência, mas apenas aqueles aos quais esteja acostumada e que presencia e experimenta em sua rotina.

Como bem descreve Szymanski (2004, p. 115), “[...] a família continua sendo um lugar de acolhimento e cuidados mútuos que, por meio de suas práticas, oferece condições para o desenvolvimento humano em sua função socializadora”. Nesse sentido, acreditamos ser pertinente entender o desenvolvimento de uma criança a partir do guia de atendimento às crianças (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Com o trabalho do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), percebemos que as crianças que estão sendo bem estimuladas, conseguem atingir os objetivos propostos, em razão, muitas vezes, dos estímulos recebidos.

A partir de leitura da obra de Vygotsky (2001), acreditamos que todos nós nascemos capazes de nos desenvolver, independente do estímulo exterior, mas com este, com certeza, desenvolvemo-nos mais rapidamente se comparados com aqueles que não recebem o estímulo. Daí a importância de estimular as quatro áreas de desenvolvimento nas crianças, durante toda a rotina (em casa, na escola etc.), pois além de suas potencialidades estarem sendo trabalhadas, se estará estabelecendo um vínculo afetivo que, em nosso ponto de vista, é o principal estímulo.

O fato de a primeira infância se caracterizar pela extrema plasticidade neuronal, em termos orgânicos, ou do que chamamos, em termos psíquicos, de permeabilidade a inscrições significantes, aponta a importância de interirmos não só no sentido de uma clínica de prevenção secundária, mas também no

de possibilitar a detecção precoce de sintomas clínicos da primeira infância. O termo *precoce* mostra a importância de considerarmos a incidência do tempo na constituição, pois, para efeitos de uma intervenção, não é indiferente a idade em que ela ocorre. Sabe-se que uma vida pobre em estímulos durante os primeiros anos produz marcas psíquicas e neurológicas irreversíveis. Por isso, é necessário estabelecer e transmitir alguns critérios que possibilitem detectar quando um bebê está em sofrimento. Isso só se torna possível com um trabalho conjunto entre os especialistas que intervêm na clínica de estimulação precoce e os profissionais da primeira infância de modo amplo: no âmbito da saúde, pediatras e enfermeiros que fazem parte dos programas de acompanhamento do desenvolvimento da criança; no âmbito da educação, professores e orientadores que intervêm no ensino infantil (JERUSALINSKY, 2011, p. 90-91).

Esta citação permite estabelecer conexão com o que escrevemos logo acima (a respeito do vínculo afetivo), pois podemos afirmar que o PIM trabalha com a estimulação precoce e com o vínculo família/cuidador e criança, pois, desta forma, acreditamos encontrar melhores resultados. “Quando os pais participam do desenvolvimento de seus filhos, as crianças não só se tornam fisicamente mais saudáveis como também mentalmente mais perspicazes e emocionalmente seguras” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2001, p. 22).

Nesse sentido, percebemos a real importância no vínculo afetivo, na relação de troca entre os envolvidos e a criança. Uma criança emocionalmente abalada também sente dificuldades em se desenvolver, independentemente de suas necessidades; já com a presença do estímulo, do afeto, da participação mútua do adulto na vida da criança, essa se sentirá mais confiante em si própria e começará a mostrar avanços dentro de seus limites.

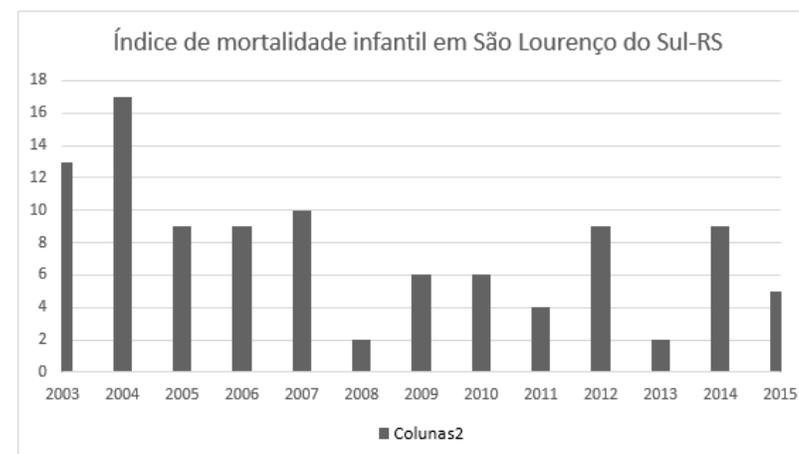
Contribuições do PIM para São Lourenço do Sul/RS

Visando demonstrar a importância e eficácia do PIM para o campo de intervenção, nesse caso, São Lourenço do Sul, entramos em contato com a Vigilância Epidemiológica, na Secretaria Municipal de Saúde do referido município, em busca de informações sobre o índice de mortalidade infantil. Nesse momento, realizamos também uma análise do “Segundo Corte Avaliativo do Programa Primeira Infância Melhor” (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, 2011), uma vez que São Lourenço do Sul era um dos dezesseis municípios avaliados.

Sobre o índice de mortalidade infantil em São Lourenço do Sul, de acordo com dados disponibilizados pela Vigilância Epidemiológica (Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço do Sul)⁴, recebemos os seguintes dados:

⁴ Juntamente com esses números, recebemos os índices do Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM). Optamos, nesse momento, em fazer um recorte no qual salientássemos o índice de mortalidade

Gráfico 1 – Índice de mortalidade infantil em São Lourenço do Sul-RS.



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço do Sul.

Lembrando que o município de São Lourenço do Sul habilitou-se para o programa em 2005, tendo ampliado sua equipe em 2009, nota-se que, nos três primeiros anos (2003, 2004 e 2005) que antecedem o seu ingresso, foram registrados 39 óbitos infantis, o equivalente a uma média de 13 mortes/ano. Já nos três anos seguintes (2006, 2007 e 2008), sendo os primeiros anos correspondentes à implantação do PIM no município, notou-se uma melhora nos índices: 21 óbitos infantis, o equivalente a 7 mortes/ano. Daí em diante, os resultados foram ainda mais satisfatórios, após a ampliação da equipe profissional do PIM em São Lourenço do Sul, em 2009, foram constatados 28 óbitos em cinco anos (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013), o equivalente a 5,6 mortes/ano. Embora ainda haja óbitos infantis, são notórios os resultados positivos, como a queda desses índices, por exemplo. Acreditamos que muito disso se deve ao trabalho realizado pelo PIM em parceria com as Unidades Básicas de Saúde, Estratégia Saúde da Família e agentes comunitários, em especial o trabalho realizado com as gestantes, alertando-as para os cuidados necessários, como a realização do Pré-Natal.

infantil de crianças com até um ano de idade, visando demonstrar a importância do programa, a partir da redução desse índice após implementação do PIM no município e após o aumento da equipe e, consequentemente, do aumento de famílias atendidas pelo programa. No sistema, constam apenas os dados relativos aos óbitos de 2007 em diante, os dados dos anos anteriores foram obtidos nos mesmos órgãos, mediante busca manual.

Sobre o Corte Avaliativo mencionado anteriormente, trata-se de um estudo comparativo entre crianças que receberam atendimento do PIM e crianças que não receberam. Foi comparado também o desenvolvimento da criança considerando sua entrada no programa e os resultados obtidos, após determinado período de intervenção do PIM⁵. Os resultados desse estudo foram bastante significativos. Devemos levar em consideração que eles não se referem apenas ao município de São Lourenço do Sul, uma vez que se trata de um estudo amplo desenvolvido em dezesseis municípios.

Os resultados satisfatórios puderam ser observados tanto na comunidade como nas famílias e gestantes e no desenvolvimento das crianças. No que diz respeito à “sensibilização”, 99% da comunidade acredita que o PIM ajuda as famílias na educação dos filhos e 100% acredita que o PIM é importante para a comunidade. Nessa pesquisa, é possível perceber que 94% da comunidade (considerando casas com crianças e gestantes) já está em atendimento pelo programa. Quanto às famílias, “97% declararam ter modificado o modo de tratar o filho/a e 92% que o PIM colaborava com a saúde dele/a. [...] 77% alcançaram os resultados esperados para as atividades e 22% alcançaram em parte” (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, 2011, p. 3).

Já no que diz respeito às gestantes, todas as entrevistadas demonstraram estar satisfeitas com a participação no programa e interessadas em permanecer nele, após o nascimento do bebê. Para 86% das entrevistadas, o PIM ajuda no preparo nos cuidados de saúde; 72% acreditam que prepara para o estímulo do filho/a já na barriga; 60% defendem que prepara para o parto e também para pós-parto; e 83% perceberam que preparou para a ida ao médico (como realizar o pré-natal, por exemplo).

Já nos resultados obtidos diretamente com as crianças, comparando-se os menores atendidos pelo programa e os não atendidos e levando em consideração a média obtida nos quatro níveis de desenvolvimentos avaliados (sócio afetiva, motricidade, cognitiva e comunicação-linguagem), as crianças atendidas pelo PIM atingiram a média 95,22 enquanto as não atendidas atingiram 79,64. Da mesma forma, ao avaliarem apenas as crianças atendidas pelo programa, comparando o seu desenvolvimento na entrada para o PIM e, posteriormente, na data de avaliação, houve um significativo avanço. A média obtida nos quatro níveis de desenvolvimento avaliados nas crianças em seu marco zero alcançou 67,64 enquanto a média obtida nesses níveis, após intervenção do PIM, alcançou 79,68.

Considerações finais

Embora não tenha sido mencionado ao longo do texto, cabe aqui destacar que, logo na implantação do PIM no referido município, o Programa não tinha um espaço físico próprio (funcionava nos fundos de um espaço destinado a outro Programa) e nem tamanho adequado. Na época, as visitadoras trabalhavam com

⁵ No site do programa, é possível observar todos os procedimentos adotados para a realização do Corte Avaliativo.

as próprias bicicletas. Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde aluga o espaço sede do PIM no município. Esse espaço é bem localizado (central) e conta com boas condições de trabalho. O material necessário é fornecido também pela Secretaria Municipal de Saúde, e todas as visitadoras receberam bicicletas do Estado.

Em relação aos recursos humanos, atualmente, a equipe está completa. Visando a educação permanente, desde 2015, mensalmente, são feitos encontros para exploração de temas conforme a demanda. Esses encontros contam com a participação de setores de outras secretarias e da rede em geral, objetivando dar suporte à equipe.

Em São Lourenço do Sul é notável a diferença no modo como os pais cuidam dos filhos após a participação no Programa. Inicialmente, muitos tinham resistência em participar do PIM, consideravam perda de tempo, bobagem, e que em nada contribuiria para a educação dos filhos. Começaram a participar em razão da insistência das visitadoras, por indicação dos agentes de saúde, da comunidade, da equipe das Unidades Básica de Saúde e Estratégia Saúde da Família.

Nos primeiros encontros, notávamos, muitas vezes, um distanciamento entre criança-cuidador. Os cuidadores esperavam que as visitadoras trabalhassem com as crianças, não entendiam a importância do Programa e do vínculo. No entanto, o tempo e o trabalho desenvolvido se encarregaram de mostrar às famílias os ganhos que as crianças iam alcançando. As famílias, depois de um determinado tempo, começaram a notar a importância de brincar com o filho, de estimular, de interagir com o ele. O cuidado e o vínculo afetivo começaram a se fazer presentes em nossos encontros e na rotina da casa.

Nesse sentido, a própria família traz relatos sobre a forma utilizada para educação dos filhos, comparando os mais velhos, que não tiveram orientação do PIM, com os mais novos, que recebem estímulos, conforme indicação das visitadoras do Programa. Destacamos ainda o relato da Visitadora C, que afirma: “*Normalmente as famílias tornam-se mais carinhosas com seus filhos, dão mais atenção aos mesmos e dedicam-se mais aos cuidados com eles, e nas crianças normalmente percebe-se grande avanço no desenvolvimento*”.

Nesse mesmo sentido, a Visitadora B afirma: “*as famílias se tornam muito mais atenciosas e carinhosas com as crianças e dão mais importância e valor para o ato de brincar*.” O vínculo visitadora-família também se estreitou muito, visto que nossa presença e os resultados obtidos fizeram com que laços se formassem e fortalecessem. Estávamos ali como profissionais, mas a amizade e o carinho também permeavam o ambiente, o que contribuía para a cumplicidade e crença no desenvolvimento do trabalho e nos resultados para as crianças. No entender da Visitadora A (2013, s/p):

Os principais resultados obtidos é a relação familiar, pois antes de participarem do PIM algumas famílias não valorizavam seus filhos, não lhes dando atenção, carinho e não os estimulavam e após participarem do programa as famílias adquiriram uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento infantil, percebendo a importância da valorização da criança, como um ser que necessita de estímulos, de atenção, de cuidados e de carinhos para se desenvolver, proporcionando desta forma o desenvolvimento integral de seus filhos.

Por fim, ressaltamos os dados obtidos na vigilância epidemiológica (Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço do Sul) e no Corte Avaliativo realizado em dezesseis municípios atendidos pelo programa, que possibilitam constatar a importância e eficácia do programa Primeira Infância Melhor para o referido município, seja para o melhor desenvolvimento infantil, nas áreas sócio afetiva, motora, cognitiva e da comunicação-linguagem, seja para o estreitamento do vínculo família-criança, bem como para a atenção aos cuidados com a saúde da criança, diminuindo a incidência de doenças, ou ainda para a busca de auxílio médico e até mesmo para a redução dos índices de mortalidade infantil.

Referências

- ALASMAR, Cristiane Wener; ACHETTE, Daniela; RIZZO DI LIONE, Fernanda. Cuidados com o cuidador. **Psique Ciência e Vida**, São Paulo, n. 59, p. 12-16, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BERNARDES, Karine Isis. **Avaliação do Primeira Infância Melhor através de estudos de casos: o encontro entre a educação formal e não-formal**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas PSI. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 42-49, 2005.
- DRÜGG, Carolina de Vasconcelos. **Formação e desempenho do visitador na prática socioeducativa do programa Primeira Infância Melhor**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- HÜSKEN, Rosane B. **Psicopedagogia clínica: diagnóstico e intervenção**. Pelotas: Cópia Santa Cruz, 2010.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Situação da infância brasileira**. Brasília: Cross Content Comunicação Integrada, 2001.
- JERUSALINSKY, Julieta. Estimulação precoce. Um olhar que faz diferença. **A mente do bebê: o fascinante processo de formação do cérebro e da personalidade**. Vol. 3. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Duetto, 2011. p. 86-91.
- LAGES, Mariana Nunes et al. Aspectos motivacionais da relação entre profissionais e pacientes para a promoção de autocuidado com a saúde. In: SANTOS, Bettina Steren; BOZA CARREÑO, Angel, C. (orgs.). **A motivação em diferentes cenários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 239-247.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- PRATES, Cibeli de Souza; OLIVEIRA, Maíra Sanhudo de. Temas de saúde em instituições de Educação Infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. (orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 35-50.
- PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR. Boletim informativo - Segundo Corte Avaliativo do Programa Primeira Infância Melhor. In: **Programa Primeira Infância Melhor**. S/l: ed. Especial, 2011. p.1-4. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/boletinsInformativos/Boletim-EdicaoEspecial-SegundoCorteAvaliativo.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. **Guia da família**. 5. ed. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2012.
- _____. Secretaria Estadual de Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. **Guia da gestante para o visitador**. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

- SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera Regina. **Primeira infância melhor: uma inovação em política pública**. Brasília: Unesc/Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.
- SZYMANSKI, Heloisa. A pesquisa intervenção participante com famílias de baixa renda: um projeto participativo de atenção psicoeducacional. In: ALTHOFF, Coleta Rinaldi; ELSEN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane G. (orgs.). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa Livro, 2004. p. 115-125.
- VYGOTSKY, Liev S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2001.
- _____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ZANLUCHI, Fernando B. Desenvolvimento Psicoemocional. In: UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ. **Curso Superior de pedagogia: módulo 2**. Londrina: Unopar, 2006. p. 5-21.
- ZORZAN, Scheila P. **Gestão de qualidade em educação: a experiência do programa Primeira Infância Melhor**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Recebido em 31/08/2015

Aceito em 06/06/2016

ETNOGRAFIA, ETNOLOGIA & TEORIA ANTROPOLÓGICA

ETHNOGRAPHY, ETHNOLOGY & ANTHROPOLOGICAL THEORY

Alicia Ferreira Gonçalves*

Resumo

O que se entende por etnografia? Etnografia se define como um método de pesquisa? Como um modo de apreender o objeto de estudo? Qual é a relação entre etnografia e antropologia? Dan Sperber afirma que a antropologia é teórica e explicativa, enquanto a etnografia é interpretativa. Para Jacobson, a etnografia pode ser entendida como sendo constituída por um argumento e classificada de acordo com o marco teórico-conceitual subjacente ao exercício etnográfico, como por exemplo: etnografia estrutural, etnografia organizacional e etnografia simbólica. Marcus e Cushman afirmam que o trabalho de campo fixado dentro de um texto marca o trabalho como etnográfico. Nessa perspectiva, este ensaio teórico descreve interfaces entre etnografia, etnologia e teoria antropológica a partir das perspectivas de Bronislaw Malinovsky, Claude-Lévi-Strauss e Clifford Geertz. A linha argumentativa desenvolvida ao longo do texto demonstra como o fazer etnográfico está informado por um marco teórico-conceitual que gira em torno de três conceitos: função, estrutura e cultura, implicando, desse modo, em três concepções distintas do exercício etnográfico. Nas considerações finais, o ensaio sinaliza algumas questões contemporâneas relevantes para o exercício etnográfico no século XXI marcado ainda mais e profundamente por mediadores não discursivos transfigurados de conflitos étnicos e religiosos em países do Norte e Sul. Daí a importância de revisitar autores clássicos e pensar, sempre e novamente, nas relações de poder historicamente construídas entre etnografia, etnologia, teoria antropológica e povos etnografados.

Palavras Chave: Etnografia. Etnologia. Teoria Antropológica. Relações de Poder

Abstract

What about ethnography? Can we define it as a research method or as a way to understand a study subject? What is the relation between ethnography and anthropology? Dan Sperber (1992) says that anthropology is theoretical and it searches to explain, although ethnography is interpretative. To Jakobson (1991) ethnography can be understood as constituting by an argument, and classified according to a theoretical-

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Ciências Sociais, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-programa do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA/PPGA/UFPB), Brasil. E-mail: aliciafg1@gmail.com

conceptual explanation that is proper to ethnographic exercise, for example, structural ethnography, organization ethnography, and symbolic ethnography. Marcus & Cushman (1982) say that when you have a fieldwork fixed in a text, than the work is ethnographic. In this perspective, this theoretical essay describes interfaces between ethnography, ethnology and anthropological theory, based on Bronislaw Malinowski, Claude-Lévy-Strauss, and Clifford Geertz. The argumentation proposed at this article demonstrates how ethnography is based to three concepts: function, structure and culture that are related at three different conceptions of the ethnographic exercise. At the end, the essay indicates some relevant questions to the ethnographic exercise at XXI century, deeply touched by no discursive mediators involved in conflicts among ethnography, ethnology, anthropological theory and ethno graphed people.

Keywords: Ethnography. Ethnology. Anthropological Theory. Power Relations.

“Recusa de si mesmo e a identificação com o outro, o estudo das sociedades primitivas, permitiria buscar a sociedade na natureza, para meditar sobre a natureza da sociedade.”

(Jean-Jacques Rousseau)

Introdução

Podemos considerar que a pesquisa de campo na antropologia teve seu início ao final do século XIX, e alguns heróis desbravadores nos servem de referência, a exemplo de Spencer e Gillen que realizaram expedição à Austrália Central (1875 a 1912) colhendo e registrando material de campo diretamente com populações nativas. O material etnográfico colhido (registros fotográficos, peças da cultura material e imaterial aborígene, mitologia) está em exposição em museus australianos e em outros ao redor do mundo. Dessa expedição resultaram ainda várias publicações. O material etnográfico serviu de base para as teorias elaboradas por Durkheim e Mauss sobre sistemas classificatórios, religião e totemismo, e foi fundamental para a obra *Totem e Tabu*, de Sigmund Freud¹. Servem-nos igualmente de referência a expedição de Cambridge ao estreito de Torres, na qual participaram Haddon, Rivers e Seligman. A pesquisa de Rivers entre os Todda, no ano de 1901, e a pesquisa na Melanésia realizada por Seligman, pois, inauguraram uma nova fase na antropologia, marcada pela pesquisa de campo em contraste e por oposição às pesquisas realizadas pelos antropólogos evolucionistas, considerados vulgarmente de gabinetes.

Entretanto, Franz Boas (1896), nos Estados Unidos, e Bronislaw Malinowski (1922), na Inglaterra, sistematizaram e instituíram os princípios básicos do trabalho de campo, que passou a ser uma das marcas distintivas da disciplina. O trabalho de campo (minucioso, detalhista, intensivo, artesanal, microscópico) passa a ser uma dimensão epistemológica fundamental para a construção das teorias antropológicas. Nesse sentido, “A etnografia propriamente dita só começa a existir a partir do

¹ Disponível em: <<http://spencerandgillen.net/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

momento no qual se percebe que o pesquisador deve ele mesmo efetuar no campo sua própria pesquisa, e que esse trabalho de observação direta é parte integrante da pesquisa” (LAPLANTINE 1988, p. 75). A partir desta inovação nos procedimentos de pesquisa, os trabalhos de coleta direta de dados e de análise são realizados pela mesma pessoa,

A revolução que ocorrerá da nossa disciplina durante o primeiro terço do século XX é considerável: ela põe fim à repartição de tarefas, até então habitualmente divididas entre o observador (viajante, missionário, administrador) entregue ao papel subalterno de provedor de informações, e o pesquisador erudito, que tendo permanecido na metrópole, recebe, analisa e interpreta – atividade nobre! – essas informações (LAPLANTINE, 1988, p.75).

Sperber (1992) afirma que os antropólogos do século XIX realizaram as atividades de campo com os povos estudados como Boas e Morgan, no entanto, o que é específico à trajetória de Malinowski é o ideal que ele proclama:

Se couper de la société européenne, vivre dans la société indigène sans autre but que d’ apprendre à la connaître, observer la vie sociale en y participant aussi intimement que possible et aussi longtemps que nécessaire, l’étudier sous tous ses aspects, y compris les plus triviaux, en récoltant en toute occasion des données de tout genre, enfin, et surtout, chercher à saisir le point de vue des indigènes, à comprendre leur vision de leur monde (SPERBER, 1992, p. 5).

Etnografia e a Teoria cultural-funcionalista

Nas palavras de Adam Kuper (1973, p. 29), “En los dos años que pasó en las islas Trobriand, en 1915-16 y 1917-18, inventó verdaderamente los métodos modernos de trabajo de campo”. Segundo o autor, Malinowski é considerado o criador do moderno trabalho de campo e sua relevância foi ter imprimido uma característica fundamental à escola britânica: a abordagem empirista². Já segundo Durham (1986), Malinowski inova os procedimentos de pesquisa na antropologia ao praticar uma nova modalidade de trabalho de campo: a etnografia associada à teoria funcional culturalista a partir de uma crítica às escolas evolucionista e difusionista³. Kaplan e Manners (1981) afirmam que as teorias funcionalistas surgiram no contexto do que os respectivos autores denominam de “revolução humanística”, contra o “darwinismo social” ou implicações racistas nas abordagens evolucionistas do século

² “Pero si hubiera que caracterizar el ánimo de la antropología británica en la primera década de este siglo, habría, que resaltar la fatigosa preocupación por la acumulación de datos. El objetivo último podía seguir siendo la reconstrucción de la historia cultural o la generalización evolucionista, pero estos intereses quedaban oscurecidos por el fuerte renacimiento del empirismo británico” (KUPER, 1973, p. 19).

³ Sobre a noção de Escola em antropologia consultar Cardoso de Oliveira (1988).

XIX. Desse modo, a “revolução humanística” forneceu uma base lógica racional para a ênfase no trabalho de campo. O antropólogo nessa situação é o principal meio do trabalho de campo – ou seja, a produção do conhecimento é realizada via experiência, e o antropólogo é instrumento direto do conhecimento, como afirma Durham (1986). A construção teórica de Malinowski parte do pressuposto da racionalidade do comportamento nativo, à qual o antropólogo ganha acesso a partir da experiência pessoal, o que lhe permite apreender tal cultura como totalidade integrada, coesa e fechada em si mesma. A analogia com o organismo é inspirada no funcionalismo, que tira o seu modelo das ciências da natureza.

O funcionalismo como uma perspectiva histórica em antropologia leva à analogia orgânica – isto é, leva a pensar os sistemas socioculturais como se eles fossem um tipo de ‘organismo’ cujas partes não são só relacionadas umas às outras, mas, ao mesmo tempo, contribuem para a manutenção, estabilidade e para a própria sobrevivência do ‘organismo’. É, então, básica para todas as explicações funcionais a pressuposição, aberta ou implícita, de que todos os sistemas culturais têm certos requisitos funcionais, condições necessárias de existência, ou necessidades (formuladas como necessidades sociais à Radcliffe-Brown ou, em última instância, em termos biológicos individuais, à Malinowski (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 92).

Na teoria funcionalista, segundo o referido autor, a cultura visa satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos. Desse modo, cada cultura elabora instituições econômicas, políticas, jurídicas, educativas, fornecendo respostas coletivas organizadas, que constituem cada uma a seu modo soluções originais que permitem atender a essas necessidades de natureza biológica.

[...] la cultura humana se basa fundamentalmente en las necesidades biológicas del hombre. Siguiendo esta sugerencia, podemos añadir que al satisfacer las necesidades biológicas a través de los medios de la cultura, el hombre impone nuevos determinantes a su comportamiento, es decir, desarrolla nuevas necesidades. En primer lugar, debe organizar sus herramientas, sus artefactos y sus actividades productoras de alimentos mediante la guía del conocimiento. De ahí la magia...Por último, una vez el hombre desarrolla la necesidad de construir sistemas de conocimiento y anticipación, se ve llevado a preguntarse por los orígenes de la humanidad, su destino y los problemas de la vida, de la muerte y el universo. De ahí, como consecuencia directa de la necesidad del hombre de construir un sistema y organizar los conocimientos, emerge también la necesidad de la religión (MALINOWSKI, 1948, p. 202).

No texto “Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação”, na coletânea organizada por Durham (1986), são apresentados os princípios básicos do trabalho de campo: estadia prolongada com a população a ser estudada, imersão na cultura com o aprendizado da língua nativa e conhecimento das teorias antropológicas modernas. Nesse sentido, antes de ir a campo, o pesquisador deve ter um bom treinamento teórico e estar familiarizado com os seus mais recentes resultados. No entanto, suas orientações teóricas não devem servir como “camisa

de força”, em que as evidências empíricas serviriam somente para comprovar a teoria. Malinowski afirma que, se alguém inicia uma expedição disposto a provar determinadas hipóteses, mas não for capaz de modificar e de rejeitar suas perspectivas sob a pressão da evidência, seu trabalho não terá valor científico. Mas quanto mais problemas ele trouxer consigo para o campo, quanto mais estiver habituado a formular as suas hipóteses de acordo com a teoria, tanto mais bem equipado estará para o trabalho. Uma vez no campo, o pesquisador deve elaborar tabelas de termos de parentesco, genealogias, mapas, quadro sinótico, planos e diagramas. Vejamos as observações de Kuper a respeito.

En primer lugar, estaba el esbozo de las instituciones, de las costumbres, que estudió mediante lo que denominó ‘el método de documentación estadística a partir de pruebas concretas’. La finalidad era construir una serie de cuadros sinópticos en los que se registrarán la serie de costumbres, asociadas con actividades concretas. El cuadro resumiría al mismo tiempo los elementos de la actividad e indicaría las relaciones entre sus distintos aspectos (KUPER, 1973, p. 31).

Assim, o primeiro objetivo do estudo etnográfico é apresentar um esquema nítido e claro da constituição social e separar leis e regularidades de todos os fenômenos culturais do que for irrelevante. Além destes procedimentos específicos, o pesquisador deve sempre estar atento às ações e representações nativas, ou seja, confrontar o discurso com a prática. Nesse ponto, o autor nos chama atenção para a necessidade da observação do que ele denomina de *os impoderabilia da vida real*.

Pertencem a essa categoria fatos como a rotina diária de trabalho dos homens, os detalhes de seus cuidados corporais, do modo de comer e preparar alimentos, o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras, a existência de fortes amizades ou de hostilidades, de simpatias e aversões momentâneas entre as pessoas; o modo sutil, mas inegável, pelo qual as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais dos que o cercam (MALINOWSKI, 1986, p. 42).

A terceira classe de dados são narrações, elementos do folclore, expressões típicas que devem ser entendidas como um mapa mental do indígena. Há uma preocupação com o estatuto científico da etnografia, deste modo, há uma etapa de coleta de dados brutos e outra etapa de interpretação. É a interpretação que descobre as leis gerais, distingue o essencial do irrelevante, classifica e ordena os fenômenos, relacionando-os mutuamente. Finalmente, por ocasião da escrita do texto etnográfico, o autor diz que há a necessidade de esclarecer ao leitor as condições nas quais a coleta de dados foi realizada – ou seja, Malinowski afirma que o antropólogo tem que ter a preocupação em apresentar as condições a partir das quais foi produzido o texto etnográfico.

Os procedimentos de campo elencados acima estão associados a uma determinada concepção da natureza humana e também derivam de sua experiência

de trabalho de campo. Para o autor, as pessoas dizem uma coisa, no entanto fazem outra, e o indivíduo, sempre que pode, manipula as regras em proveito próprio. Contudo, as relações entre as regras e as ações devem ser contextualizadas, isto é, compreendidas nos termos de suas respectivas culturas, pois o etnógrafo sempre tem que ter em foco o ponto de vista nativo,

Esta percepción, que sin duda nació en parte durante su experiencia en el trabajo de campo, constituye el sello distintivo de la obra de Malinowski. Las costumbres se adaptan alrededor de las actividades; pero los individuos manipulan las normas para su provecho cuando pueden. Y por último, la comprensión de la regla y de la acción debe colocarse en el contexto de la forma de pensar característica de la cultura, pues el último objetivo que 'el etnógrafo nunca debe perder de vista' es 'aprehender el punto de vista indígena,' su relación con la vida, para hacerse cargo de su visión de su mundo (KUPER, 1973, p. 32).

Nesse sentido, a abordagem empirista, que consiste na observação direta das experiências etnográficas, a atenção aos detalhes, a coleta de dados e a imersão na cultura nativa, envolve procedimentos metodológicos que irão compor um conhecimento antropológico sobre a sociedade (apreendida enquanto totalidade) em foco. Opondo-se e dialogando com a abordagem empirista, autores filiados a Escola Francesa de Sociologia (EFS), de tradição racionalista, conferem outro *status* à etnografia, não tão central, mas de complementaridade na construção de um conhecimento antropológico sobre outros povos.

Etnografia, Etnologia & Antropologia

No capítulo primeiro de *Antropologia Estrutural*, Lévi-Strauss define etnografia distinguindo-a de etnologia⁴:

[...] a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (freqüentemente escolhidos, por razões teóricas e práticas, mas que não se prendem de modo algum à natureza da pesquisa, entre aqueles que mais diferem do nosso), e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles; ao passo que a etnologia utiliza de modo comparativo (e com finalidade que será preciso determinar em seguida) os documentos apresentados pelo etnógrafo (LÉVI-STRAUSS, 1989a, p. 14).

Lévi-Strauss realça alguns aspectos que definiriam a etnografia, no caso, em relação à etnologia: observação, análise de grupos humanos (os que mais diferem

4 Strauss (1989, p. 34), neste texto publicado originalmente na *Revue de Métaphysique et de Morale*, tem por finalidade discutir as relações entre o método histórico e a etnologia.

do nosso – está posta a diferença pela distância cultural e geográfica) em suas particularidades. Para ele, a etnografia visaria ainda à reconstituição fiel, tanto quanto possível, da vida dos grupos humanos estudados – trata-se do estudo de uma sociedade particular. Lévi-Strauss pensa a etnografia em relação à etnologia definida pelo autor como Antropologia social e cultural. Sendo que a antropologia social consagra-se ao estudo das instituições consideradas como sistemas de representações e a Antropologia cultural se destina ao estudo das técnicas. Neste caso, a etnologia faz uso dos documentos coletados pelo etnógrafo para fins de comparação.

Mais à frente, no capítulo XVII, na secção “Etnografia, Etnologia, Antropologia”, Lévi-Strauss (1989a, p. 394) define e relaciona com mais detalhes etnografia, etnologia e antropologia. Etnografia corresponderia, para o autor, aos primeiros estágios da pesquisa – observação, descrição e trabalho de campo⁵. Como por exemplo, uma monografia que tem por objeto um grupo restrito, ao qual o pesquisador tem acesso por meio de uma experiência pessoal. A etnografia englobaria, ainda, os métodos e as técnicas que se relacionam ao trabalho de campo, como a classificação, descrição e análise dos fenômenos culturais particulares. É relevante observar que, para Lévi-Strauss, a etnografia representa uma etapa preliminar de um estudo e a etnologia, a etapa seguinte, na qual o material coletado pelo etnógrafo seria utilizado para fins de uma análise comparativa, que tenderia para conclusões suficientemente extensas e válidas para todas as sociedades. No capítulo XVII, que integra a mesma coletânea de textos, Lévi-Strauss (1989a) faz uma distinção entre etnologia e Antropologia. Nesse caso, a Antropologia seria uma última etapa de uma mesma pesquisa, na qual seria realizada a síntese, tomando por base as conclusões da etnografia e da etnologia: “Etnografia, etnologia e antropologia não constituem três disciplinas diferentes, ou três concepções diferentes dos mesmos estudos. São de fato, três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 396).

Há uma relação de complementaridade entre etnografia, etnologia e Antropologia, na qual os procedimentos etnográficos, num grupo humano em sua particularidade, realizados pela experiência pessoal do etnógrafo ou de outra pessoa, seriam uma etapa preliminar de construção de um conhecimento antropológico, cuja originalidade é o estudo da natureza inconsciente dos fenômenos coletivos (LÉVI-STRAUSS, 1989a, p. 34).

Laplantine (1988, p. 25) diz que, para Lévi-Strauss, a etnografia é a coleta direta, a mais minuciosa possível, dos fenômenos que observamos, por uma impregnação duradoura e contínua, um processo que se realiza por aproximações sucessivas. Esses fenômenos podem ser recolhidos tomando-se notas, mas também por meio de registro sonoro, fotográfico ou cinematográfico. A etnologia consiste em um primeiro nível de abstração: analisando os materiais colhidos, o objetivo do pesquisador é fazer aparecer a lógica específica da sociedade que se estuda. A antropologia, finalmente, consiste em um segundo nível de inteligibilidade: construir

5 Malinowski (1986, p. 32), na nota de rodapé 8, afirma que utiliza a etnografia para os resultados empíricos e descritivos da ciência do homem e a etnologia para as teorias especulativas e comparativas.

modelos que permitam comparar as sociedades entre si. Laplantine afirma que, na perspectiva de Lévi-Strauss, o objetivo da antropologia é “alcançar, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu devir, um inventário das possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado” (LAPLANTINE, 1988, p. 25). O acesso aos invariantes (à estrutura inconsciente e atemporal) seria possível por meio do estudo da variabilidade cultural, é nesse momento que entra o trabalho etnográfico⁶. No entanto, não basta ganhar acesso aos invariantes, é preciso, a partir da estrutura inconsciente, elaborar leis gerais válidas para todas as sociedades em qualquer tempo:

É preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante a análise (LÉVI-STRAUSS, 1989b, p. 37).

Kaplan e Manners (1981) afirmam que a noção de estrutura inspira-se nas teorias e metodologias dos linguistas estruturais, para quem a língua é um sistema simbólico construído arbitrariamente. Segundo os autores,

A maioria dos falantes nativos de uma língua é totalmente inconsciente das regras fonológicas e gramaticais que estão ‘por trás’ dos padrões de fala abertamente expressos, embora eles sejam capazes de usar sua língua como um instrumento de comunicação efetiva e eficientemente. Portanto, se se pode dizer que essas regras têm alguma existência na realidade exterior à mente do lingüista, elas devem, como se afirma, ser de natureza subconsciente. A tarefa do lingüista, então, é formular e tornar explícito aquilo que permanece oculto à visão, e sepultado no inconsciente – i.e., olhar além das manifestações de superfície da expressão lingüística para os princípios estruturais é explicar a língua. Deve-se notar, é claro, que, enquanto alguns lingüistas estão primordialmente interessados em demonstrar que os princípios estruturais básicos variam de língua para língua, outros têm buscado os princípios estruturais universais que subjazem a todos os idiomas. É desses últimos lingüistas que Lévi-Strauss parece ter tirado a sua principal inspiração (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 254).

O objetivo da pesquisa estrutural é explicar o mundo da experiência e apreender a racionalidade básica (KAPLAN; MANNERS, 1981) que opera a partir e percebe o universo em termos de discriminações e oposições binárias: alto e baixo, macho e fêmea, direita e esquerda, guerra e paz. Tais relações binárias estão na base de toda e qualquer cultura, porque expressam o modo como a mente humana opera na dimensão inconsciente. É esta suposta unidade psíquica fundamental que permite

⁶ De acordo com Leach (1968), “[...] Lévi-Strauss está interessado em nada menos do que a estrutura da mente humana, significando ‘estrutura’ não uma articulação que pode ser observada diretamente, mas uma ordenação lógica, um conjunto de equações matemáticas que podem ser demonstradas como equivalentes funcionalmente (como um modelo) ao fenômeno em discussão.”

ao estruturalismo elaborar leis gerais válidas para todas as sociedades em todos os tempos, e o acesso à estrutura inconsciente seria possível mediante a observação etnográfica dos sistemas econômicos, sistemas de parentesco, mitologia, magia e rituais⁷. Portanto, na antropologia estruturalista formulada por Lévi-Strauss, a definição de etnografia, em relação à etnologia e à própria antropologia como etapas complementares de uma mesma pesquisa, está informada por um marco teórico, o estruturalismo. Importante não esquecer que a estadia de Lévi-Strauss no Brasil, em meados da década de 1930, na Universidade de São Paulo, na condição de docente, bem como sua aproximação etnográfica de grupos indígenas na região central, foi fundamental para sua teoria sobre o parentesco. A experiência do autor foi narrada em *Tristes Trópicos*.

Etnografia & Descrição Densa

No primeiro capítulo do livro *A interpretação das Culturas*, Clifford Geertz lança a seguinte indagação: em que medida a prática etnográfica é uma interpretação? O autor define etnografia como a prática de uma descrição densa a partir de um determinado suposto teórico: a teoria interpretativa da cultura, e esta é definida como essencialmente *semiótica*⁸. Para o autor, a cultura seria um contexto – algo dentro do qual os acontecimentos, as instituições, os comportamentos e os processos podem ser descritos com densidade.

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24).

A crítica teórica e epistemológica relativa ao conceito de cultura refere-se ao suposto cientificista subjacente, que reivindica para a antropologia o *status* de uma ciência que toma por objetivo a busca de leis e regularidades. Segundo o autor, a antropologia também é uma ciência, porém uma ciência interpretativa. A ciência interpretativa teria como objetivo apreender os significados, as estruturas significantes que tornam inteligíveis e/ou informam os atos dos sujeitos, sendo assim,

O estudo da cultura, no ponto de vista de Geertz, é uma atividade mais afim com a interpretação de um texto do que com a classificação da flora e da fauna. Ela requer não tanto a atitude de um analista que busca classificar e quantificar quanto

⁷ Para uma crítica à teoria estruturalista, ver Kaplan e Manners (1981), capítulo 4.

⁸ “Geertz’s basic premise for a different anthropology, and hence a different social science, begins with a reconsideration of the concept of culture [...] It is this concept of culture that is, for Geertz, the key to the analysis of cultures, each of which has its own unique configuration” (SHANKMAN, 1984, p. 261).

a sensibilidade de um intérprete que busca discernir os padrões de significado, discriminar entre gradações de sentido e tornar inteligível uma forma de vida que é já significativa para aqueles que a vivem (THOMPSON, 1990, p. 176).

Nesse sentido, a etnografia não se define como um método de pesquisa, mas, segundo o autor, a partir do esforço intelectual envolvido no exercício etnográfico. Nessa perspectiva, a noção de descrição densa envolve, além das tarefas de campo (coleta de dados, observação, entrevistas), um modo específico de apreender o objeto de estudo e uma forma específica de produção de conhecimento antropológico.

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1989, p. 15).

Assim, a tarefa do antropólogo é apreender as estruturas de significados que tornam inteligíveis os comportamentos, as instituições e os processos. Ganhar acesso às estruturas conceituais dos sujeitos envolve considerar na descrição as interpretações: “a fórmula que eles usam para definir o que lhes acontece”.

Todavia, como no estudo da cultura a análise penetra no próprio corpo do objeto – isto é, começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las –, a linha entre a cultura (marroquina) como um fato natural e cultura (marroquina) como entidade teórica tende a ser obscurecida [...] Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura (GEERTZ, 1989, p. 25).

Em seu artigo, intitulado “Desde el punto de vista del nativo. Sobre la naturaleza del conocimiento antropológico”, Geertz (1994) nos explica com mais detalhes o que significa o ponto de vista nativo. Para nos explicar a noção de ponto de vista nativo, ele recorre à noção do círculo hermenêutico de Dilthey:

Del mismo modo, cuando un etnógrafo del tipo ‘significados y símbolos’ (tipo al que me adscribo) intenta averiguar lo que un puñado de nativos piensa que es una persona, se mueve de un lado al otro preguntando-se: ‘Cuál es la forma general de su vida?’ y ‘qué son exactamente los vehículos en los que se encarna

esa forma?’, desembocando a su vez en el extremo de una especie de espiral similar, pertrechado con la noción de que ellos ven el self, como un compuesto, como una persona, o como un punto en mosaico. No se puede saber qué es lek si no se conoce el dramatismo balinés, del mismo modo que no se puede saber que són los guantes de un receptor si no se sabe qué es el béisbol (GEERTZ, 1994, p. 79-90).

Como vimos acima, apreender o ponto de vista nativo sobre algo sempre supõe interpretações de interpretações, uma vez que é impossível tornar-se nativo, pois somente o nativo tem acesso à sua cultura “por dentro”, e também pressupõe o conhecimento da cultura e do contexto⁹. Nesse sentido, a etnografia nunca é conclusiva, sempre inacabada e descreve uma visão parcial dos fenômenos que se estuda.

Problematizando o suposto hermenêutico da referida teoria, Kaplan e Manners (1981, p. 268 e 276) apresentam a indagação “que objetivo teórico está por trás da tentativa de se reproduzir a realidade cultural, a partir do ponto de vista nativo?” como uma tendência da nova etnografia. As categorias nativas são altamente contextualizadas, enquanto as categorias formuladas na academia referem-se à classe de fenômenos, tipos de situação, tipos culturais, que transcendem um ambiente cultural particular. Os respectivos autores afirmam que não há abordagem *emic* sem a *etic*, porque, quando o antropólogo formula conceitos nativos, ele os readapta aos seus objetivos teóricos, e, no processo, ele ‘eticiza’ tais conceitos. Por outro lado, os autores afirmam que as categorias nativas são designadas para manter as pessoas funcionando na cultura, pois, na maioria, elas são, como a língua que um povo usa, aceitas e usadas irrefletidamente. As categorias dos antropólogos como antropólogos são designadas para outro fim; elas não são destinadas a reproduzir a ‘realidade cultural’, mas a mantê-la compreensível numa estrutura comparativa.

Além disso, as categorias empregadas pelo antropólogo estão sujeitas a uma constante revisão e avaliação crítica de uma forma que é normalmente verdadeira para as categorias cognitivas utilizadas nas atividades diárias de uma pessoa. Assim sendo, o objetivo pelo qual a pesquisa e a descrição são feitas irá determinar se uma narrativa etnográfica está baseada em ‘categorias nativas’ (termos *emic*), nas categorias do antropólogo (termos *etic*) ou, como é quase sempre, em alguma combinação dos dois (KAPLAN; MANNERS, 1981, p. 276).

Shankman (1984), a partir de outro ângulo, aponta as limitações da teoria interpretativa – limitações em relação aos próprios objetivos da respectiva teoria e ao papel da objetividade. O autor afirma que há limitações em relação às possibilidades de generalização, predição, verificação, replicação e à cumulatividade do conhecimento antropológico, o que, em última instância, tem a ver com a

⁹ Jacobson (1991) afirma que toda etnografia envolve a interpretação, análise e descrição, sendo que esses três procedimentos nem sempre significam a mesma coisa.

formação de teorias antropológicas. Pois, uma vez que as descrições densas retratam culturas e cada cultura é única, fica impedida, deste modo, a generalização e a réplica. Nesse sentido, quando Geertz fala sobre a natureza da teoria interpretativa, ele está mais interessado em possibilidades do que em tangibilidade (SHANKMAN, 1984). Segundo Shankman, Geertz é ambíguo e pouco claro em vários aspectos. Por exemplo, não ficam claras as reais diferenças entre uma ciência e uma ciência interpretativa e não fica clara, também, a distinção realizada entre objetividade e subjetividade, conseqüentemente não é claro o *status* ontológico do conhecimento que se origina do exercício da interpretação cultural,

The loose equation of description with analysis, analysis with explanation, explanation with description, and theory with all of these does not offer a refinement of debate based on ‘the precision of distinctions’ that Geertz promises [...] At the same time, he offers no clarification of the ontological status of knowledge gained in the exercise of cultural interpretation, regarding this issue as unimportant (SHANKMAN, 1984, p. 264).

Considerações finais

Após o processo de descolonização, por volta das décadas de 1950 e 1960, justamente quando Geertz, pupilo de Margareth Mead, inicia suas incursões etnográficas no Marrocos e na Indonésia (ex-colônias)¹⁰, há uma mudança na cena antropológica.

El fin del colonialismo alteró radicalmente la naturaleza de las relaciones sociales entre los que preguntan y miran y aquellos que son preguntados y mirados [...] La transformación, en parte jurídica, en parte ideológica y en parte real, de las gentes de las que principalmente suelen ocuparse los antropólogos, desde su antiguo estatus de súbditos coloniales al actual de ciudadanos soberanos, ha alterado por completo el contexto moral en el que el acto etnográfico tiene lugar [...] En verdad, el derecho mismo a escribir – a escribir etnografía – parece estar hoy en peligro. La entrada de los pueblos en otro tiempo colonizados o marginados (portando sus propias máscaras, recitando sus propios textos) en la escena global de la economía, de la alta política internacional y de la cultura mundial ha hecho que la pretensión del antropólogo de convertirse en tribuna de los marginados, representante de los invisibles, valedor de los tergiversados, resulte cada vez más difícil de sostener (GEERTZ, 1989, p. 143).

Esta mudança política e jurídica de cenário, com sérias implicações nas relações entre antropólogos e “nativos”, torna-se a matriz de um debate interno

10 O primeiro contato de Geertz com a antropologia ocorre no ano de 1949, após um contato inicial com Margareth Mead, quando foi admitido, junto com a esposa, em um curso de pós-graduação em Harvard, no departamento de Relações Sociais criado por Parsons no ano de 1946.

à disciplina sobre uma suposta crise. Clifford e Marcus (1986), historiadores da disciplina, referem-se à crise da autoridade nas etnografias denominadas de clássicas ou de gênero realista¹¹. As etnografias classificadas por Marcus e Cushman (1982) como realistas emergem a partir de dois movimentos: a formação e institucionalização da Antropologia como disciplina acadêmica e a formação de profissionais antropólogos para realizarem trabalhos de campo filiados à tradição anglo-americana. O que marca a convenção de gênero realista em antropologia é uma determinada escrita etnográfica, que visa reconstituir a totalidade da cultura e da sociedade a partir de um aspecto que a compõe, a exemplo do Kula¹². A autoridade do texto etnográfico deriva do fato de o autor ter vivido, por um determinado tempo, a cultura estudada, ou seja, ter experimentado um contato íntimo com os povos estudados, o que lhe permitiu testemunhar pessoalmente aquela cultura. Este enfoque epistemológico e o exercício etnográfico transferido ao texto etnográfico resultam na presença de uma autoria (CLIFFORD, 2002)¹³. Contudo, o que se questiona exatamente?

Questiona-se a autoridade e autoria dos escritos etnográficos, questionam-se as explicações totalizantes e o discurso cientificista que caracterizam as etnografias clássicas, e, principalmente, as relações de poder implícitas no exercício etnográfico, que refletem relações de poder assimétricas estabelecidas entre países colonizadores e seus antropólogos, conceitos e teorias e países colonizados. E mais, Clifford (1986) anuncia que uma nova figura está emergindo na cena etnográfica: o etnógrafo indígena: “Different rules of the game for ethnography are now emerging in many parts of the world [...] A new figure has entered the scene, the ‘indigenous ethnographer’. Insiders studying their own cultures offer new angles of vision and depths on understanding.” (CLIFFORD, 1986, p. 9). Para expressar tais relações de poder, historicamente constituídas, entre teoria antropológica e empresa colonial, e teoria antropológica e formação das nações, Stocking Jr. (1982) utiliza o termo antropologias de construção de impérios (anglo-saxãs) e antropologias de construção da nação (Brasil e México, dentre outras)¹⁴. Nesses casos, tanto o conceito de cultura baseado na teoria relativista como o conceito de *assimilação* – que informam tanto o exercício etnográfico como intervenções políticas, ambos formulados no seio da antropologia norte-americana – são exemplares. O primeiro inspirou o *apartheid*

11 Realismo é uma *convenção de gênero* em literatura emprestada da concepção da ficção literária do século XIX.

12 “We would stress the point that it was through the conjunction of these conventions within particular works that traditional ethnography managed to project that distinctive illusion of holism – that notion of creating a sense of a whole world – which, as we noted earlier, is the most basic characteristic of realist writing” (MARCUS; CUSHMAN, 1982, p. 30).

13 Este é um debate que abrange o conjunto das Ciências Sociais e está ligado à emergência das tendências denominadas de pós-modernas e da reflexividade do conhecimento. A esse respeito, os livros de Harvey, *A condição pós-moderna* (1989), e de Giddens (1997), *Modernização reflexiva*, constituem, a meu ver, boas referências sobre o debate.

14 Edward Said (2007), em *Orientalismo*, utiliza o termo “ciências coloniais”.

sul africano (KUPER, 2002), e o segundo, as políticas indigenistas no Brasil e no México. O conceito de assimilação nos parece que foi superado, enquanto que o de tradição e identidade foram atualizados¹⁵. No caso mexicano, podemos observar, no sentido etnográfico, as vidas dos camponeses de ascendência Maya, neste final de milênio, que se encerram em suas tradições, usos e costumes (WARMAN, 2003) como forma de preservar suas identidades e economias nas montanhas do Sudeste mexicano. Lá, disputam seus territórios ancestrais com antropólogos e suas etnografias e teorias, grupos paramilitares, organizações não governamentais de países do Norte, redes de narcotraficantes e grupos zapatistas (EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, 2015) que defendem a autonomia indígena, ou seja, esta potência cósmica que possibilita a grupos indígenas (tzoziles, tzeltales e lacandones) determinar seus próprios destinos (GONÇALVES, 2015). Espero que tanto a teoria como a etnografia possam contribuir nesse processo de autodeterminação.

Referências

- CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). *Writing culture. The poetics and politics of ethnography*. California: University of California Press, 1986.
- _____. **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL - EZLN. **El pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista I**. Participación de la Comisión Sexta del ENLZ. 2015.
- GEERTZ, Clifford. “Desde el punto de vista del nativo”: sobre la naturaleza del conocimiento antropológico. In: **Conocimiento local**. Ensayos sobre la interpretación de las culturas. Barcelona: Paidós, 1994.
- GIDDENS, Anthony et al. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- GONÇALVES, Alicia; GUSSI, Alcides. Visões sobre o desenvolvimento e as Políticas Públicas: os dilemas entre universalismo e particularismos. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO - CODE, Brasília, 2011. *Anais...* Brasília: Ipea, 2011.
- GONÇALVES, Alicia. **Cosmologias e Agroecologia**. Reciprocidade, Mercado e Territorialidade no Nordeste brasileiro e Sudeste mexicano. Projeto de Pós Doutorado. Ciesas – Sureste. Estágio Sênior, Capes, 2015. Processo nº 99999.000020/2015-00.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- JACOBSON, David. **Reading Ethnography**. New York: State University of New York Press, 1991.
- KAPLAN, David; MANNERS, Robert. **Teoria da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.
- _____. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁵ Sobre tensões em torno do conceito de identidade entre universalismo e particularismo, ver Gonçalves e Gussi (2011).

- LEACH, Edmund. **As idéias de Levi-Strauss**. São Paulo: Cultrix, 1968.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução: História e Etnologia. In: **Antropologia Estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a. p. 13-41.
- _____. A noção de estrutura em etnologia. In: **Antropologia Estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b. p. 313-360
- MALINOWSKI, Bronislaw. O nativo em “carne e osso”. In: DURHAM, Eunice (org). **Malinowski**. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 55)
- MARCUS, George; CUSHMAN, Dick. Ethnographies as texts. **Annual Review of Anthropology**, California, v. 11, p. 25-69, 1982.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SHANKMAN, Paul. The thick and thin: On the interpretative theoretical program of Clifford Geertz. **Current Anthropology**, v. 25, n. 3, p. 261-280, jun. 1984.
- SPERBER, Dan. **O saber dos antropólogos**. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- STOCKING JR., George. Afterword: a view from the center. **Ethnos**, v. 47, n. 1-2, p. 172-186, 1982.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. São Paulo: Vozes, 1990.
- WARMAN, Arturo. **Los indios mexicanos en el umbral del milenio**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

Recebido em 17/03/2015

Aceito em 15/04/2016

**“LEVIANDADES” ELEITORAIS:
a abertura das cortinas para um espetáculo misógino**

***ELECTION LEVITY:
the curtain's opening to a misogynic show***

Elizabeth Christina de Andrade Lima*

Rafael Maracajá Antonino**

Resumo

O artigo problematiza a utilização do termo “leviana”, por ocasião dos debates para presidência da República ocorridos nas eleições de 2014 e apresenta alguns discursos de misoginia dirigidos à Presidenta Dilma no ciberespaço. O objetivo é destacar as eleições presidenciais por meio das narrativas dos candidatos que, ao acionarem, simbolicamente, as relações de gênero, buscam construir/desconstruir candidaturas. Refletimos, ainda, sobre como as redes sociais têm servido como um ambiente de construção de narrativas marcadas por estereótipos e por práticas de misoginia dirigidos ao gênero feminino.

Palavras-chaves: Misoginia. Campanha Eleitoral. Relações de Gênero. Ciberespaço.

Abstract

The article problematizes the use of the term fickle, during discussions for president in 2014 Brazil's elections and presents some speeches with misogyny directed to president Dilma on the cyberspace. The goal is to highlight the presidential elections with narratives of candidates, which by pointing out, symbolically, the gender relations, aim to construct/deconstruct candidacies. Reflecting as well, how the social network has served as an environment to construct speeches tainted by stereotypes and misogyny practices targeted to the feminine gender.

Keywords: Misogyny. Election Campaign. Gender Relations. Cyberspace

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil. E-mail: ecalima@terra.com.br

** Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil. E-mail: rafmaracaja@hotmail.com

Introdução

No dia 1º de janeiro de 2011, a primeira mulher presidenta do Brasil recebe a faixa presidencial, em evento realizado na capital federal. Dilma Vanna Rousseff (PT) foi eleita no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, derrotando José Serra (PSDB), com quase 56 milhões de votos. Já em 2014, Dilma é reconduzida ao cargo. Com uma campanha marcada pelo acirramento, Dilma vence Aécio Neves (PSDB) com 54.501,118 milhões de votos contra 51.041,155 milhões de votos, entrando para a História como a representante de um projeto político que consegue sua quarta vitória consecutiva, acumulando sucessos, fracassos, enfrentamentos e o consequente desgaste do embate político.

Tão logo fora eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil, no ano de 2010, em seu primeiro pronunciamento, disse Dilma Rousseff: “Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!”. Sim, a mulher pode, mas não sabia ela que nem sempre é fácil ser mulher no “mundo da política” e de uma política marcada pelas práticas de sexismo e dominação masculina. Ao vencer as eleições, abre-se, invariavelmente, a expectativa de maior inserção das mulheres nos espaços de poder. No entanto, Dilma não governará com tranquilidade. O seu primeiro governo será marcado por dificuldades de relacionamento e convivência pacíficas, principalmente com o Congresso Nacional, mas ela tenta impor uma espécie de *modus operandi* de governar, mesmo sem o esperado apoio e popularidade.

Findo o período de seu primeiro governo, e chegado o período de novas eleições, Dilma é reconduzida ao cargo e reeleita em uma das campanhas mais acirradas e desrespeitosas da história recente da República. Sai vitoriosa, mas com a promessa muito clara da oposição, principalmente simbolizada pelo PSDB, e por Aécio Neves, de que envidariam esforços para enfraquecer politicamente a Presidenta.

Inicia-se, pós-eleição, todo um conjunto de manifestações, inclusive pró-*impeachment* da Presidenta eleita; milhares de pessoas em todo o Brasil marcam, principalmente via redes sociais, manifestações para criticar a Presidenta. Em algumas dessas manifestações, como a ocorrida em 13 de março de 2016, foi possível ler cartazes com frases, tais como: “Dilma biscatona veia”, “Balança que a quenga cai”, ou em páginas de redes sociais, como o *facebook*, intituladas: “Dilma Vadia”¹, “Dilma sapatão”², entre outras.

Um dos sentimentos que observamos ao analisar a construção da imagem pública da Presidenta, no espaço virtual, foi o de ódio, como uma espécie de motor das manifestações a ela dirigidas nas ruas e nas redes sociais. Obviamente, as

1 Ver perfil no *Facebook* disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/DILMA-VADIA/390752141045603?fref=ts>>. Acesso em: 31 maio 2015.

2 Ver perfil no *Facebook* disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Dilma-Sapatao/1393692150893618?fref=ts>>. Acesso em: 31 maio 2015.

estruturas de comunicação, particularmente a internet, trataram de dar visibilidade a tal sentimento portador de toda uma expressão de ressentimento, marcadamente de ódio misógino.

Por discurso e práticas misóginas entendemos toda e qualquer prática e/ou discurso que tenta desqualificar, estigmatizar, de maneira violenta, a mulher. Ou ainda, misoginia é a repulsa, desprezo ou mesmo ódio contra o feminino. Diríamos ainda que, para nós, misoginia é o estágio mais violento do sexismo, ou seja, de uma profunda dificuldade do gênero masculino em aceitar a participação e inclusão das mulheres, por serem femininas, em espaços e ações “tradicionalmente” classificados como sendo do masculino, dentre eles, a disputa por espaços de poder. A misoginia, igualmente, utiliza-se de atributos por meio de práticas naturalizadas no seio da sociedade.

Dentro desse contexto, e voltando um pouco no tempo, vamos observar que tais construções misóginas se propagam muito antes do próprio governo Dilma; durante suas duas campanhas eleitorais, em 2010 e 2014, a tentativa de desconstrução de Dilma como *persona*, por meio de discursos e imagens misóginas é uma constante. Tomando como caso para análise um dos embates eleitorais, PT *versus* PSDB, Dilma *versus* Aécio, no primeiro debate eleitoral do segundo turno, realizado e transmitido pela Rede Bandeirantes, no dia 14 de outubro de 2014³, o uso recorrente do termo “leviana” deve ser considerado um interessante marco na nossa história política. O ataque de que Dilma seria leviana representou, para nós, a reprodução da misoginia naturalizada no cotidiano social, inferiorizando as mulheres como forma de garantir a proeminência do masculino no debate político.

Assim, de forma performática, o candidato Aécio Neves (PSDB) dirigiu-se algumas vezes às candidatas Dilma Rousseff e Luciana Genro (PSOL), que disputaram o pleito, auxiliado por uma postura machista, impondo-se, demarcando um terreno – o território –, demonstrando a força do masculino na arena política, atribuindo sentido pejorativo à nomenclatura em análise.

Com base no exposto, objetivamos contextualizar os embates ocorridos entre Dilma e Aécio por ocasião de alguns debates televisivos, bem como trazer para discussão algumas postagens compartilhadas nas redes sociais, nas quais se tenta desconstruir a imagem de Dilma por meio de discursos misóginos.

Alguns elementos ilustram nossa abordagem, o fortalecimento do ciberespaço⁴, atrelado às tensões ideológicas, vem expondo sentimentos e valores difusos no universo cultural brasileiro. No campo político, de maneira macro,

3 Os debates ocorridos transmitidos pelos meios de comunicação, no primeiro turno das eleições, foram: Bandeirantes, 26/08/2014; SBT, 01/09/2014; Record, 28/09/2014; TV Aparecida, 16/09/2014 e Globo, 02/10/2014. No segundo turno aconteceram 4 debates: Bandeirantes, 14/10/2014; SBT, 15/10/2014; Record, 19/10/2014 e Globo, 24/10/2014.

4 O ciberespaço aqui é abordado como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 94). Um modelo dialógico, comunitário, transversal e recíproco, no qual os diversos atores cumprem os papéis de emissor e receptor simultaneamente.

dimensionamos o processo com as eleições que envolvem a presidenta nos anos de 2010 e 2014, mas colocamos como foco principal seu processo de reeleição, pontualmente o segundo turno, momento em que ela é acusada de ser *leviana* por seu adversário, modificando, nessa circunstância, alguns aspectos do jogo eleitoral.

Por isso, algumas problematizações são inerentes, tais como: qual o sentido em Aécio chamar as mulheres adversárias de levianas? Por que um termo usado constantemente para desvalorizar o feminino tem um impacto diferenciado na corrida eleitoral? Como um candidato conseguiu usar de forma tão “natural” algo que dimensiona o lugar da mulher em nossa sociedade e, conseqüentemente, na política? E como Dilma se aproveitou desse fato para fortalecer a sua campanha?

Por último, apresentamos alguns discursos extraídos das redes sociais que não só caracterizam o caráter misógino da cultura e sociedade brasileiras, mas igualmente o machismo, o sexismo e os estereótipos dirigidos ao feminino, e como todas essas práticas têm servido para desconstruir, desrespeitar e achincalhar não só Dilma, mas todas as mulheres.

Relações de Gênero, Misoginia e a Disputa das Mulheres por Espaços de Poder

A discussão sobre gênero perpassa várias perspectivas. Independentemente do caminho apontado, é de fundamental importância dimensionar o posicionamento do tipo de construção, problematização, definindo o lugar teórico de onde estamos fazendo a abordagem. Nesse sentido, devemos evidenciar o caráter polissêmico do conceito de gênero (CONNELL, 2015). Todavia, a perspectiva de uma construção do masculino e feminino vem se tornando elemento fundante para a compreensão desse recorte, negando essencialidades naturalizantes, pondo o foco no caráter eminentemente social.

Ao observarmos relações sociais e políticas problematizadas por essa óptica, encontramos os caminhos traçados pela categoria analítica (SCOTT, 1995), significando historicamente, com recortes e abordagens através dos pilares substantivos para a compreensão das relações humanas. Para isso, Joan Scott (1995) destaca a necessidade de uma explicação significativa, colocando o lugar do feminino na vida social como algo atrelado ao sentido que suas atividades adquirem através das interações. Ou seja, a abordagem deve ser focada na construção de sentidos, colocando no mesmo patamar o sujeito individual e a organização social, formatando um universo no qual devemos articular a natureza das suas interpretações.

Conseqüentemente, ao definir e desenhar os pilares categóricos, Scott aborda dois eixos de análise. No primeiro, gênero é entendido como um elemento constitutivo das relações sociais, sendo baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; no segundo caminho, esse recorte é posto como a forma primeira de significar as relações de poder, assim, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção dessas mudanças não segue necessariamente um sentido único”. (SCOTT, 1995, p. 21).

Nesse meandro, o poder é apresentado como algo central na discussão

(SCOTT, 1995, SAFFIOTI, 2005), principalmente quando problematizamos as relações sociais buscando encontrar caminhos no processo de empoderamento, ocupação de espaços e pertencimento das mulheres. Assim, podemos usar gênero para significar essas relações, destacando sua articulação e colocando-a no centro da organização social, como igualmente o termo misoginia cabe no contexto dessa discussão. A misoginia é um aspecto central e violento, em suas várias acepções, do preconceito contra as mulheres, manifestando-se e sendo instrumentalizado por diversas práticas e discursos, sobretudo de ódio. Assim, de forma concreta, a desvalorização da figura feminina se espalha pelo corpo social através de uma gama múltipla de ações que facilitam o processo de naturalização de hierarquias sociais – o humor e a pornografia são exemplos corriqueiros dessa construção simbólica.

Segundo o sociólogo e autor do *Dicionário de Sociologia*, Allan G. Johnson, “a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femininas”, e ainda:

A (misoginia) é um aspectos central do preconceito sexista e ideológico, e, como tal, é uma base importante para a opressão de mulheres em sociedades dominadas pelo homem. A misoginia é manifesta em várias formas diferentes, de piadas, pornografia e violência ao auto-desprezo que as mulheres são ensinadas a sentir pelos seus corpos. (JOHNSON, 2000, p. 316).

A “crise” simbólica identitária de gênero que sofrem as mulheres pode ser ilustrada quando está em jogo a disputa por espaços de poder. O advento da participação de mulheres na política suscita algumas particularidades e questionamentos que merecem e necessitam de problematização e investigação científica (PINTO, 2014). A trajetória enfrentada por mulheres para conquistar o espaço público e deixar a condição de mulher restrita à esfera privada e do lar, as formas e meios de inserção por elas utilizados para adentrarem tais espaços, as dificuldades, obstáculos e preconceitos ainda enfrentados para a instituição de posições na prática política, a relação entre a “condição de gênero” e a política, o fato de, apesar dos avanços e conquistas, a presença das mulheres nesses espaços de poder e decisão ainda representar números de pouca expressão, e a conseqüente não esperada eficácia da Lei de Cotas, são alguns dos aspectos observados, questionados e discutidos, no que se refere à participação de mulheres na vida pública e política.

Pensar sobre tal participação pressupõe, ainda, nos termos de Irllys Barreira, um conjunto outro de experiências e elementos próprios da construção da imagem pública e pessoal, que invariavelmente será observado pelo eleitor, quando estão em cena candidaturas femininas:

Tomar as candidaturas de mulheres como objeto de uma construção é pensá-las como produto de uma série de injunções estratégicas capazes de produzir diferentes imagens no espaço público. A difusão de valores que acompanham o perfil das candidatas, a apresentação de uma “história pessoal e política”, o aprimoramento de gestos e a configuração de estilos são pontos que fazem das candidaturas um processo de investimento, assegurado, sobretudo, pela presença de especialistas diferentes (BARREIRA, 1998, p. 131-132).

As mulheres, ao adentrarem no cenário político, necessitam (re)afirmar valores morais, sociais e éticos mais do que os homens, já que estes desfrutam “naturalmente” de um “direito político” pelo fato de serem homens. As mulheres, desde o nascimento, são educadas e direcionadas a uma atuação na esfera privada, cuidados com a casa, irmãos, marido, filhos e a uma posição de recato e obediência aos seus “tutores”, representados por uma figura masculina.

Sob esse ponto de vista, as mulheres, ao disputarem um cargo público, acabam sendo conduzidas à manutenção e preservação desses valores. A candidata deve apresentar-se como uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere à sua escolha como candidata. Sobre isso, Goffman (1963) nos pontua que “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados.” (GOFFMAN, 1963, p. 5).

O direcionamento de estigmas e estereótipos às mulheres políticas tem se mostrado uma prática recorrente. Os espaços de poder parecem ainda ser negados às mulheres, que devem se conformar com os papéis socialmente atribuídos a elas, aqueles referentes aos cuidados com os filhos, marido e com a casa. É nesse contexto de um sistema patriarcal, sexista e estruturado numa divisão sexual do trabalho, que as mulheres, apesar de sua constante presença nesses espaços, continuam a enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto à sua legitimação num cargo público:

As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 94).

A ocupação por mulheres da vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz (PINHEIRO, 2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa.

No campo do gênero, os sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a uma outra categoria de gênero para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização à “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de gênero, fica patente a hierarquia e a desigualdade.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada das mulheres na política e os papéis por elas desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Permite-nos, ainda, entender algumas peculiaridades referentes à relação entre mulheres e a prática política.

Barbosa (2008) compreende a exclusão social e política da mulher na esfera

pública pela dimensão relacional, na qual homens e mulheres não se reconhecem como pares, mas como superiores e inferiores. “A invisibilidade política ou não presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto de relações de gênero.” (BARBOSA, 2008, p. 1).

Analisar a participação das mulheres nos espaços de poder implica diretamente uma reconstrução histórica, social e cultural da própria política brasileira. Necessário se faz notarmos que a ascensão delas ao meio político configura uma trajetória do espaço privado ao espaço público (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Nesse sentido, a carreira política das mulheres torna-se reconhecida e se legitima a partir, por exemplo, da exaltação de certos “atributos e valores femininos” como uma “condição” de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa. Dessa forma, as mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, de detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. Segundo Miguel e Biroli (2011), as mulheres se utilizam do chamado “pensamento maternal” ou “política do desvelo”; “devido à socialização diferenciada por que passam as mulheres engendraria uma sensibilidade e um julgamento moral específicos, opostos aos masculinos dominantes”. (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 78). Além de utilizarem, ainda, como estratégia de campanha e convencimento de adesão, valores e atributos que transitam nos espaços sociais, associando e identificando as mulheres aos signos e estereótipos culturalmente criados e aceitos.

O espetáculo misógino da política

Essa digressão teórica demonstra como podemos mudar as lentes focais ao observar determinadas relações de poder, colocando novos filtros através do conceito analítico de gênero, problematizando “velhas” dinâmicas eleitorais, agora, para evidenciar invisibilidades e dimensionar o foco de determinados espetáculos. A existência, no centro da arena política brasileira, de discursos misóginos é reflexo e facilitou a abertura das cortinas do universo machista de nossa sociedade, exacerbando valores que já estavam presentes culturalmente, mas que passaram a integrar de forma primordial o cotidiano dos debates, nos diversos recortes.

Adentrando nos fatos relacionados às eleições de 2014, o primeiro ponto que merece destaque é a construção política da imagem pública da então candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT). Nesse aspecto, a imagem de uma mulher forte ao lado da figura maternal traduz um feminino que transita entre os mundos segmentados pela perspectiva binária, ou seja, sem enquadramentos precisos no nosso sistema de classificação e significação dos papéis sociais de ser homem ou mulher.

O *jingle* oficial de campanha, denominado “Coração Valente”⁵, produzido pela equipe do publicitário João Santana, sintetiza o perfil construído para Dilma ao longo da campanha eleitoral, uma mulher em sua forma substantiva, mas que carrega os adjetivos masculinos de firmeza, dureza e racionalidade. Ensina-nos Barreira (1998):

[...] substantivos como fortaleza, coragem, garra, força, e adjetivos como guerreira, destemida são comumente usados em *slogans* ou músicas de campanha. Isso revela que mulheres portadoras de atributos do mundo “masculino” estão aptas a ingressar na política, ou melhor, até mais preparadas em razão do acréscimo de outras qualidades (BARREIRA, 1998, p. 106-107).

Os debates televisivos (WEBER; ABREU, 2010) ocuparam posição central por ocasião da campanha de 2014; o termo *leviana* passa a ser algumas vezes usado pelos adversários e tal uso começa a impactar a disputa eleitoral.

Ainda no primeiro turno, no último debate televisivo realizado pela Rede Globo, os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Luciana Genro (PSOL) colocaram em evidência a palavra *leviana*. Chamado de “fanático das privatizações e da corrupção” pela candidata do PSOL, o tucano levantou o dedo e chamou a adversária de *leviana* e despreparada para disputar a Presidência. Assim se dirigiu Aécio à candidata Luciana:

Luciana não seja *leviana*, você esta aqui como candidata a Presidente da República, sem conhecer do que está falando. No meu governo todas as obras públicas foram feitas pra atender a população de meu Estado, todas elas aprovadas pelo Ministério Público [...] Acusações *levianas* em véspera de eleição não servem a um debate deste nível. Lamentavelmente você não está preparada para disputar a Presidência da República (Transcrição a partir de vídeo, grifos nossos).⁶

Todavia, é só no segundo turno, com a disputa polarizada entre Aécio Neves (PSDB), representante de uma direita conservadora, e Dilma Rousseff (PT), que aglutina forças de esquerda, que assistimos, de forma mais recorrente, o confronto entre os candidatos, tanto em relação aos protagonistas da disputa quanto ao eleitorado, fortemente dividido. No que diz respeito à simbologia de gênero, Aécio

5 “Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente. / Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente / Você nunca desviou o olhar do sofrimento do povo / Por isso, eu te quero outra vez / Por isso, eu te quero de novo / Você nunca vacilou em lutar em favor da gente / Por isso eu tô juntinho, do seu lado / Com você e Lula pra seguir em frente / Mulher de mãos limpas (tô com você) / Mulher de mãos livres (tô com você) / Mulher de mãos firmes vamos viver uma nova esperança / Com muito mais futuro e muito mais mudança / Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente / Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente O que tá bom, vai continuar / O que não tá, a gente vai melhorar, Coração valente.” (Autor: Anderson Freire)

6 O vídeo original encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QOwwIQLt0kU>.

representa a figura do masculino, do homem forte, combativo, corajoso e audacioso, enquanto Dilma transita entre os papéis de mulher forte, combativa e guerreira e o de mulher, mãe e avó. Nesse caso, Dilma constrói uma imagem “em conflito” em relação ao que se espera da identidade de gênero feminino.

O espaço televisivo dos debates entre os candidatos, unido às redes sociais, transforma-se em interessante campo para a análise sócio-antropológica. O primeiro dos encontros foi realizado pela Rede Bandeirantes de Televisão, no dia 14 de outubro de 2014. Nesse confronto, Aécio, ao ser questionado por sua adversária sobre a construção de um Aeroporto na cidade de Cláudio – MG, em terras de sua família, reage acusando Dilma de ser *leviana*; assim se pronunciou no debate o candidato Aécio:

Eu quero responder a candidata Dilma olhando nos seus olhos, a senhora esta sendo *leviana* candidata, *leviana*. O Ministério Público Federal atestou a regularidade desta obra, eu tenho que agradecer a oportunidade de poder falar sobre isso, eu fiz milhares de obras no meu governo, todas elas atestadas como obras corretas [...] Essa obra de Cláudio que a senhora insiste em repetir, inclusive de forma também *leviana* na sua propaganda eleitoral, tanto que o TSE a retirou do ar, foi uma obra feita em uma terra desapropriada em desfavor de um tio avô meu, para beneficiar uma região próspera, onde estão mais de cento e cinquenta indústrias (Transcrição de vídeo, grifos nossos).⁷

Astutamente, a campanha de Dilma Rousseff vai explorar o uso raivoso, enfático e até machista, por Aécio, do termo *leviana*, com vistas a tirar dividendos políticos. A primeira providência tomada diz respeito a um pronunciamento da Presidenta, quando afirma esperar que no próximo debate a ser realizado pela TV Record não se repitam os ataques ocorridos nos debates anteriores, e que integra a reportagem de Talita Fernandes (19/10/2014):

É do meu interesse discutir propostas [...] É melhor que não haja (clima de ataques). Quando um não quer dois não brigam. Agora é impossível escutar agressões, preconceitos e desrespeito sem responder, principalmente no quadro eleitoral.

Acrescenta a matéria:

Em entrevista coletiva em São Paulo, pouco antes de participar do debate, Dilma fez críticas ao seu adversário, dizendo que ele a desrespeitou ao chamá-la de *leviana*. [...] Ela classificou o comportamento do candidato do PSDB como “*uma ação grave para uma mulher*”, lembrando o debate da TV Globo no primeiro turno, quando Aécio apontou o dedo para a candidata do PSOL, Luciana Genro, e a chamou de *leviana*, palavra que repetiu para Dilma na última quinta. “Ele chamou nós duas de *levianas*. É disso que ele

7 O vídeo original encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-pKQKr66GYs>.

está querendo nos processar? Ele se processa a si mesmo, porque quem nos chamou foi ele. Tem de aprender a respeitar as mulheres. Com mulher não pode ser assim. Nós não temos esse comportamento”, disse, respondendo a fala do tucano, que disse que iria processar Dilma pelas acusações (FERNANDES, 19/10/2014).

As acusações mencionadas por Aécio dizem respeito à tentativa da Presidenta de desqualificá-lo como alguém que não respeita as mulheres. Essa estratégia da campanha de Dilma acaba sendo bastante eficaz, porque consegue centralizar a discussão do “desrespeito” não em relação à candidata Dilma, mas, sim, a todas as mulheres, ou seja, o intento foi fazer com que, simbolicamente e de forma prática, as mulheres se sentissem igualmente atingidas e desrespeitadas, como se sua honra e moral tivessem sido também atingidas.

No dia 23 de outubro de 2014 circula na *Folha de S. Paulo* a notícia de que a candidatura de Dilma cresceu depois dos ataques de Aécio a ela. A pesquisa Datafolha aponta que Dilma subiu de 42% para 47% enquanto Aécio caiu de 46% para 41% no eleitorado feminino.

Assim, podemos ler o seguinte discurso no jornal *Folha de S. Paulo* (23/10/2014):

Os petistas afirmaram ter pesquisas internas mostrando que a palavra leviana foi considerada muito agressiva, principalmente entre as camadas mais humildes. Diante do resultado, o PT montou uma operação nas redes sociais e em eventos públicos para tentar colar o rótulo de agressivo ao adversário do PSDB.

Ainda com relação a essa matéria, merece destacarmos o uso político que o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva faz desse acontecimento, buscando colar, de maneira contundente, a imagem de Aécio a uma pessoa misógina:

O ex-presidente Lula acusou Aécio de ser grosseiro com Dilma durante atividades de campanha no segundo turno. No último dia 18, em um comício em Belo Horizonte, o petista afirmou: “seu negócio com mulher é partir pra agressão, partir pra cima agredindo”. Lula saiu em defesa de Dilma ao dizer não saber se Aécio “teria coragem de ser tão grosseiro se o adversário dele fosse um homem” (FOLHA DE S. PAULO, 23/10/2014).

Vitimar a Presidenta e sair em sua defesa, assumindo o papel de uma espécie de “companheiro protetor”, é a estratégia utilizada por Lula para buscar a simpatia do eleitorado feminino, acreditando que este pode se solidarizar com a candidata por se identificar com o gênero feminino.

Essa espécie de “guerra de gêneros” ganha um novo capítulo quando da realização de um outro debate, no dia 16 de outubro, promovido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Sem dúvida, esse encontro teve como marca a tensão, com diversas acusações mútuas entre os candidatos e o uso recorrente do ataque, no intuito de desestabilizar “o outro”. Todavia, a queda de pressão da presidenta, durante

entrevista ao vivo, posterior ao embate, foi a principal notícia na mídia nacional⁸.

No caso em tela, surgiu a notícia de que, tão logo foi encerrado o debate, a candidata Marina teria ligado para Aécio e este teria caçoado da candidata por esta ter sofrido uma queda de pressão, e que tal fato se deu em virtude de ela não ter suportado a pressão no confronto com seu opositor⁹.

O ambiente nas redes sociais, nas ruas, e presente nas falas e nas atitudes das pessoas em relação à Presidenta, coloca o fato de ser mulher de forma depreciativa, como algo que antecede outras dimensões da discussão política, é o que veremos abaixo.

O ciberespaço e a Misoginia dirigida à presidenta Dilma Rousseff

Puta, piranha, vadia, vagabunda, quenga, rameira, devassa, rapariga, biscate, piriguete. Quando um homem odeia uma mulher – e quando uma mulher odeia uma mulher também – a culpa é sempre da devassidão sexual. Outro dia um amigo, revoltado com o aumento do IOF, proferiu: “Brother, essa Dilma é uma piranha”. Não sou fã da Dilma. Mas fiquei mal. Brother: a Dilma não é uma piranha. A Dilma tem muitos defeitos. Mas certamente nenhum deles diz respeito à sua intensa vida sexual. Não que eu saiba. E mesmo que ela fosse uma piranha. Isso é defeito? O fato dela ter dado pra meio Planalto faria dela uma pessoa pior? [...] Baranga, tilanga, canhão, dragão, tribufu, jaburu, mocreia. Nenhum dos xingamentos estéticos tem equivalente masculino. Nunca vi ninguém dizendo que o Lula é feio: “O Lula foi um bom presidente, mas no segundo mandato embarcou.” Percebam que ele é gordinho, tem nariz adunco e orelhas de abano. Se fosse mulher, tava frito. Mas é homem. Não nasceu pra ser atraente. Nasceu pra mandar. Ele é xingado. Mas de outras coisas. Filho da puta, filho de rapariga, corno, chifrudo. Até quando a gente quer bater no homem, é na mulher que a gente bate. A maior ofensa que se pode fazer a um homem não é um ataque a ele, mas à mãe – filho da puta – ou à esposa – corno. Nos dois casos, ele sai ileso: calhou de ser filho ou de casar com uma mulher da vida (DUVIVIER, 06/01/2014).

Propositadamente, tomamos de empréstimo o discurso acima descrito porque acreditamos que ele expressa muito bem o dilema, para não dizer o drama, da sociedade brasileira quando a questão é a disputa por espaços de poder, particularmente o político e seu recorte de gênero.

O nosso intento é construir a ideia de que Dilma tem sido sucessivas vezes exposta a toda sorte de práticas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher. O que se questiona nas frases de efeito propaladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é absolutamente o seu governo e as ações

8 Disponível em: <<http://tvuol.uol.com.br/video/dilma-rousseff-passa-mal-ao-dar-entrevista-ao-vivo-apos-debate-04024C9B3570CC915326/>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

9 Ver matéria de Paulo Henrique Amorim disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/10/17/machao-debocha-da-hipoglicemia-da-dilma>>. Acesso em: 28 maio 2015.

de seu governo, mas ela como *persona* feminina, coo mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu”, um espaço que ela usurpou, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular.

As *performances* de ódio, os gestos de empunhar cartazes, escritos em caixa alta, expressando palavras de ordem contra a Presidenta, as palavras formando frases de efeitos no *ciberespaço* para igualmente a desqualificar, são, antes de qualquer coisa, “ação simbólica” que ganha aderência na relação direta, por meio da qual são adotadas por uma determinada coletividade.

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica (MAUSS, 1979, p. 153).

No jogo de abertura da Copa do Mundo, realizado no Brasil, em junho de 2014, a Presidenta Dilma, ao ser anunciada no Estádio, recebeu de parte da “torcida” um sonoro “vai tomar no cú”. Tal xingamento não é somente uma demonstração isolada de misoginia; desde que assumiu a presidência, Dilma tem sido alvo de todo tipo de manifestação preconceituosa, desde críticas ao seu guarda-roupa ou cabelo passando por formas pouco educadas de se referir a uma chefe de Estado. Ademais, Carla Rodrigues, em seu texto “A difícil tarefa de reagir a misoginia”, acrescenta:

São de uso comum expressões como “a mulher”, “a dona”, “a patroa”, modos naturalizados de se referir às mulheres como donas de casa, e forma de reduzir a importância da figura da Presidente da República. E não apenas entre os pouco escolarizados, como o porteiro que um dia desses dizia que estava tudo uma grande bagunça porque tinha uma mulher na presidência, mas também em episódios recentes em que um economista fez uma palestra pública para uma plateia majoritariamente feminina durante a qual só se referia à Dilma como “a mulher”.¹⁰

Assim que seu nome foi cotado para a disputa eleitoral, no ano de 2010, diversas críticas foram feitas pela imprensa sobre seu possível “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo ministros teriam se queixado ao Presidente Lula quando Dilma era Ministra da Casa Civil, reforçou a representação de “mandona”. Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser”, a candidata, em entrevista ao *Correio Braziliense*, em 10 de maio de 2009, assim se expressou:

¹⁰ Disponível em: <<http://carlarodrigues.uol.com.br/index.php/2798>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou [...] Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas [...] Isso é princípio elementar de trabalho em grupo.¹¹

Ao ser entrevistada pelo jornal *The Washington Post*, no dia 25 de junho de 2015, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou crer que muito do que tem sofrido, em termos de críticas ao seu governo, passa por um recorte e preconceito de gênero. Ao ser indagada sobre seu estilo de *micromanager*, ou seja, de chefe controladora ou centralizadora, ela assim se manifestou:

“Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso”, comparou. “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos”, contestou (BRASIL 247, 26/06/2015).

Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou, durante a campanha de 2010:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País. (Trecho de entrevista de Dilma postado no *Blog da Dilma*).

A mulher que, na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte; a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas de silenciamento. Um exemplo recente que retrata muito bem essa tentativa de silenciamento foi protagonizado pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB) que, durante discussão das Medidas Provisórias nº 664 e 665, em maio de 2015, foi agredida fisicamente pelo Deputado Federal Roberto Freyre (PPS) e verbalmente pelo também Deputado Federal Alberto Fraga (DEM) que, em uma atitude extremamente machista e com a intenção de desqualificá-la, afirmou diante de todo o Congresso Nacional: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem

¹¹ Este mesmo trecho foi posteriormente publicado no Blog da Dilma, perfil no *Facebook*.

também tem que apanhar como homem”. Outro exemplo disso é como várias pessoas que fazem oposição ao PT chamam tanto Lula quanto Dilma de “ladrões”. Mas, não sem coincidência, somente Dilma tem sua sexualidade questionada (talvez por não se encaixar no modelo de feminilidade exigido para as mulheres, por ser uma mulher divorciada, ou por ser, novamente, uma liderança com poucos traços do que se espera de uma mulher feminina em qualquer espaço; a presidenta parece não acionar comumente traços de comportamento que apelem para a docilidade, a gentileza e a constante disponibilidade em agradar e servir, ou é duramente chamada de “mulher macho” ou “masculina”, não por se assemelhar com indivíduos da classe masculina e a forma como eles pensam e agem social e politicamente, mas, sim, por ousar não se enquadrar no que a feminilidade exige de indivíduos femininos.

Outro acontecimento marcante de prática de misoginia dirigida a Presidenta Dilma Rousseff se deu no dia 8 de março de 2015, Dia Internacional da Mulher. A Presidenta, em cadeia nacional de rádio e televisão, discursa para os brasileiros e para as mulheres em seu dia, e recebe concomitantemente um “panelaço”, ocorrido em várias cidades brasileiras. Posteriormente, observou-se que tal “panelaço” aconteceu preferencialmente em áreas nobres das cidades como uma forma de retaliação da Presidenta, acompanhado de uma série de expressões de ressentimento guardado desde a época da campanha eleitoral, como já salientado páginas atrás.

Não obstante, o que nos chamou atenção não foi o “panelaço” em si, costume já existente, por exemplo, no país vizinho, Argentina, onde a população costuma ir às ruas para realizar “panelaços” reivindicando diversas melhorias em seu país, mas os adjetivos utilizados para agredir a Presidenta, tais como “vaca”, “vagabunda”, “sapatão”. Tais demonstrações de ódio geraram, entre tantas outras coisas, uma profunda exibição de ressentimento por parte daqueles que absolutamente parecem não se conformar com o fato de que Dilma venceu pelo voto, de maneira livre e democrática. Além de tudo, como assevera o blogueiro Leonardo Sakamoto (08/03/2015),

é preciso muita coragem para gritar a plenos pulmões que alguém é “vaca” da janela do apartamento, com todos os vizinhos e os transeuntes na rua olhando. Coragem ou a certeza de que nada vai acontecer. Porque talvez a pessoa saiba que vivemos em uma sociedade misógina, que premia esse tipo de comportamento. Uma sociedade que é incapaz de fazer críticas ou demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões de gênero. Chamar de “vaca” não é fazer uma análise da honestidade e competência de alguém que ocupa um cargo público e sim uma forma machista de depreciar uma mulher simplesmente por ser mulher. De colocá-la no seu “devido lugar”, que é fora da política institucional.

A violência simbólica por trás do uso do termo “vaca”, como explicitado acima, não é nada mais nada menos do que um desejo e intenção expressos de desconstrução do “outro”, de desqualificar o seu lugar social, considerado indevido, como um não lugar. Como não sendo o ambiente da política, particularmente o da presidência do Brasil, o lugar adequado para a mulher, porque ela nada mais é que uma vaca.

Quaisquer xingamentos à Dilma diminuem ou reduzem a condição da Presidenta pelo fato de ela ter nascido mulher, este é que é o problema, e não o “panelaço” em si. No entanto, a própria escolha de uma panela para protestar contra a Presidenta nos parece algo bastante emblemático.

Por que utilizar justamente uma *panela* para protestar contra a primeira presidenta mulher eleita em nosso País? Certamente há objetos muito mais eficazes para se fazer barulho, então qual a razão da escolha das panelas? Cogitar de coincidência parece pouco verossímil, sobretudo em se tratando de uma sociedade notadamente misógina e patriarcal como é o caso da nossa. A intenção por trás do objeto escolhido é, sem dúvida, construir esta óbvia alegoria machista que visa introjetar subliminarmente a mensagem de que o lugar de Dilma é na cozinha, e não no Palácio do Planalto (ALVES, 26/10/2014).

Nestes termos, então, tanto o objeto panela quanto os adjetivos vaca e vagabunda são a expressão de uma prática violentamente misógina e igualmente de ódio e de ressentimento dirigidos à Presidenta. Destruí-la, desconstruí-la como mulher e como estadista parece ser a condição para aplinar o ressentimento e o ódio por ela ter sido eleita.

Como se não bastassem todas as práticas de misoginia dirigidas a Dilma Rousseff, circulou pelas redes sociais imagens de montagens feitas com o rosto da Presidenta em que ela aparece de pernas abertas. Tais adesivos, segundo a montagem realizada, foram colados na entrada do tanque de gasolina dos carros que, quando abastecidos, passam a ideia de que a bomba de gasolina penetra sexualmente a Presidenta. Tais adesivos foram colocados à venda no *site* de compras Mercado Livre, mas, diante do repúdio dos internautas, foram, no mesmo dia, retirados do ar¹².

A aposta no escárnio, no deboche e na violência contra a mulher, expondo a Presidenta Dilma a esse verdadeiro vexame, a uma situação de extrema misogina, parece ter um fim bastante estratégico, do ponto de vista do senso comum e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira: desconstruir o feminino, porque ele é uma força que põe em perigo e pode desestabilizar a dominação masculina e a ordem do patriarcado presente em nossa cultura, na sociedade e na política.

Enfim, acreditamos ser necessário, por último, novamente enfatizar que o “ser mulher” ou “ser homem” são categorias socialmente construídas, baseadas em tipos ideais em relação às expectativas culturais do que se entende por feminino e masculino. Dito isso, acreditamos que as construções sociais vivenciadas por meio das relações de gênero são utilizadas como ferramentas dentro do universo político de construção e desconstrução das imagens públicas (GOMES, 2004).

12 A esse respeito, ver “Nota de Repúdio” publicada no Portal do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, disponível em: <<http://portal.ptns.org.br/2015/07/nota-de-repudio-movimento-de-mulheres-repudia-adesivos-com-mensagem-sexista-e-uso-da-imagem-da-presidenta/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

A utilização de valores, ideias e comportamentos baseados nas relações de gênero mostra-se uma excelente ferramenta para ganhar votos e ainda legitimar discursos. Porém, é preciso atentar para o fato de que o discurso sexualizado é construído e vivenciado de formas diferentes por candidatos e candidatas. É necessário realçar que a política, na cultura Ocidental, assim como vários outros espaços sociais, é um lugar dominado majoritariamente pelo gênero masculino e por toda a simbologia que envolve o “ser” homem dentro desses espaços de poder. Sobre esta querela, Bourdieu (1998) oferece uma análise sobre a sociedade pautada na dicotomia masculino/feminino.

Ao dissertar sobre a dominação masculina como categoria sociológica, o autor afirma que esse tipo de dominação, caracterizada pela violência simbólica, consegue penetrar profundamente na sociedade, a ponto de ser aceita também pelo grupo dominado. Isso acontece porque as relações desiguais estariam naturalizadas pelos indivíduos, tanto pelos que dominam, quanto pelos que são dominados:

O corpo biológico socialmente modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (BOURDIEU, 1998, p. 30).

De forma resumida, poderíamos dizer que a biologia e o corpo significam espaços onde a relação de desigualdade entre os sexos é de alguma forma naturalizada, garantindo, assim, a manutenção do poder e da violência por parte dos homens. A ideia do autor é de que nossa relação com o próprio corpo está carregada de preceitos ou preconceitos ditados por uma maneira de pensar baseada na dominação. As diferenças biológicas são utilizadas para manter a mulher no lugar de subordinação. À mulher cabe a feminilidade, e com isso a negação de qualquer tipo de virilidade ou força. Para manter a mulher como o sexo inferior, é preciso diariamente reforçar a ideia de que o sexo feminino é frágil, sensível, desprovido de força física ou simbólica.

Ao trazermos essas categorias para o debate aqui proposto, verificamos que no espaço político predomina a dominação masculina por meio da violência simbólica. Apesar da inserção da mulher no contexto político já se configurar como um fato, a sua participação ainda não foi consolidada. A instituição da mulher como sujeito político depende, dentre vários outros aspectos, da exclusão dessa dominação que se perpetua através da violência simbólica que subordina as mulheres e transfere o poder, e tudo que é relacionado a ele, ao mundo masculino.

Considerações Finais

Quando Dilma Rousseff disputou pela primeira vez as eleições para presidente no ano de 2010, teve que lidar com inúmeros desafios, o maior deles, talvez, o machismo. Sua imagem, como vimos, foi atacada de diversas formas. Questionaram

sua sexualidade, sua vida íntima, sua racionalidade. Na disputa de 2014 não foi diferente, apesar de estar no cargo já há quatro anos, Dilma sofreu os mesmos ataques da eleição anterior, com o diferencial do uso exagerado das mídias sociais para atingir sua imagem.

Como foi observado nesse artigo, a construção e desconstrução da imagem dos candidatos durante o processo eleitoral faz parte do espetáculo político. O candidato ou candidata deve se apresentar e encenar, a fim de convencer o público, ou seja, os eleitores. Toda a imagem do postulante passada através dos veículos de informação tem o objetivo de orientar a escolha do eleitor. No ciberespaço, essas informações tomam uma dimensão completamente diferente da que pode ser percebida na televisão, pois o ele permite a interação dos atores políticos envolvidos.

Se, por um lado, essa interação facilita na construção das imagens que os políticos pretendem passar para seu eleitorado, por outro, a interação maximiza os efeitos da desconstrução dessas imagens. No caso de candidaturas femininas, o processo de desconstrução ou retirada de legitimidade política, que é a base da representação, é quase sempre feita sob a lógica machista imperante na sociedade. As desconstruções que os políticos sofrem durante o processo eleitoral passam pelo recorte de gênero. As mulheres que se atrevem a adentrar no mundo público têm como desafio enfrentar a dura realidade machista. Durante toda a campanha de 2014 podemos ver com clareza a forma hostil com que muitos eleitores se dirigiam às candidatas nas principais redes sociais em uso no Brasil. Xingamentos, ofensas à sua imagem e ao seu corpo foram destilados nos mais diversos perfis virtuais.

Durante os debates, igualmente, ficou patente a maneira machista com que os candidatos homens tratavam as suas concorrentes. Dilma e Luciana foram chamadas de levianas por Aécio Neves (PSDB). Essa postura foi denunciada em diversos manifestos nas redes sociais. No *Twitter*, *Facebok* e outras redes, os eleitores chamavam atenção para a forma grosseira como Aécio tratou as candidatas presentes nos debates – tendo chegado a levantar o dedo para as concorrentes algumas vezes. Em um episódio, chegou a ser repreendido, em rede nacional, pela candidata Luciana Genro (PSOL). Esse fato movimentou as redes sociais e gerou uma comoção de apoio às candidaturas femininas, como protesto ao machismo.

Como vimos ao longo do artigo, não é fácil ser do gênero feminino em uma sociedade marcada pela dominação masculina, mais difícil ainda, parece ser a disputa por espaços de poder político. Tal ambiente, marcado em sua maioria pelo gênero masculino, não vê com “bons olhos” a convivência, o diálogo e o trabalho em comum com o outro gênero.

Pela primeira vez assistimos a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do Brasil, a Presidência da República, e por ironia, estamos assistindo, igualmente a sua queda, uma vez que ao governar o país por cinco anos e quatro meses, a presidenta encontra-se afastada por 180 dias de seu mandato para responder a um processo de *impeachment*, com fortes indícios de que não conseguirá retomar o seu posto.

Assim, como uma última reflexão, perguntamo-nos, e ao mesmo tempo deixamos para análises posteriores, se uma das causas que motivaram as práticas de misoginia e de desrespeito à mulher Dilma Rousseff, e que eclodiu no seu afastamento, não se deve a sua identidade de gênero. Será que se o presidente fosse

um homem teria ele recebido os mesmos ataques dirigidos a Dilma, tal como apresentamos nesse artigo? Cremos que não. E diríamos mais: a presidenta Dilma incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia dirigidos a ela, como alguns dos que reproduzimos nesse texto, intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Dilma Rousseff, por sua representação de primeira mulher eleita Presidenta do Brasil e por sua biografia pessoal e pública, bem poderia ser o ícone, o arquétipo de uma nova sociedade; talvez por isso ela incomode tanto, porque desestabiliza, conflitua, põe em xeque a ordem estabelecida. Por isso ela seria uma “vaca”, uma “vadia”, isto é, um “bode expiatório” para aqueles e aquelas que pretendem conservar o que aí está, a ordem de sempre que enquadra e classifica, violentamente, os lugares do ser homem e do ser mulher.

Referências

- ALVES, Luzia. Mulheres na política e a misoginia. **Política e Crônicas** [blog], 26/10/2014. Disponível em: <<http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html>>. Acesso em: BARBOSA, Claudia de Faria. Presença feminina na política: cidadania e os espaços “público e privado”. In: XIV SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS(ES) SOBRE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO, XIV., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticaefeminismo.pdf>>.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Núcleo de Antropologia Política, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL 247. **Dilma diz que críticas a ela têm “preconceito sexual”**, 26/06/2015. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/186526/Dilma-diz-que-cr%C3%ADticas-a-ela-t%C3%AAm-%E2%80%9Cpreconceito-sexual%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, jun. 2009.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Em entrevista ao Correio, Dilma Rousseff afirma que vai vencer o câncer**, Brasília, 10/5/2009. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2009/05/10/internas_polbraeco,106980/em-entrevista-ao-correio-dilma-rousseff-afirma-que-vai-vencer-o-cancer.shtml>. Acesso em: 2 set. 2015.
- DUVIVIER, Gregório. **Folha de S. Paulo** [online], São Paulo, 06/01/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivier/2014/01/1393513-xingamento.shtml>>. Acesso em: 28 maio 2015.
- FERNANDES, Talita. Dilma, agora, se faz de vítima: ‘É impossível escutar agressões e não responder’. **Veja** [online], São Paulo, 19/10/2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-agora-se-faz-de-vitima-e-impossivel-escutar-agressoes-e-nao-responder>>. Acesso em: 28 maio 2015.
- OFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

- GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- JOHNSON, Allan G. Misogyny. In: **Blackwell Dictionary of Sociology**: a User's guide to sociological language. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAUSS, Marcel. **Antropologia**. Org. Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 11)
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.
- WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmem Regina. Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 162-194.
- PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi**, Rio de Janeiro, v.15, n. 29, p. 565-587, jul./dez. 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (org.). **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005. p. 35-76.
- SAKAMOTO, Leonardo. **É preciso “coragem” para chamar uma mulher de “vaca” da janela do prédio**. **Blog do Sakamoto**, 08/03/2015. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/>>. Acesso em: 8 mar. 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun./dez. 1995.

Recebido em 16/04/2016

Aceito em 14/07/2016

**O COLAPSO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO NO BRASIL:
causas e perspectivas**

***THE COLLAPSE OF BRAZIL'S EMPLOYMENT POLICIES:
causes and prospects***

Marcelo Alvares de Sousa*

Resumo

O objetivo do artigo é debater o colapso das políticas de emprego no Brasil. A pesquisa analisa a execução físico-financeira das principais políticas ativas e passivas desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no âmbito do Programa de Seguro Desemprego, com base nos Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no período 2004-2013. Os principais resultados sugerem uma situação de irrelevância das políticas ativas (com queda na quantidade de beneficiários e orçamentos estagnados ou decedentes) e de descontrole financeiro das políticas passivas (com crescimento na quantidade de beneficiários e um salto exponencial na execução orçamentária). A crise do Programa de Seguro Desemprego alcança a década de 2010, acompanhada de sinais de reforma das políticas ativas e de ausência de debate aprofundado sobre os rumos das políticas passivas.

Palavras-chave: Brasil. Políticas de emprego. Programa de Seguro Desemprego. Ministério do Trabalho e Emprego

Abstract

The objective of this article is to discuss the collapse of employment policies in Brazil. The research analyzes the performance of the main active and passive policies developed by the Ministry of Labor and Employment (MTE), under the Unemployment Insurance Program, based on the Support Fund for Worker's Management Report (FAT) in period 2004/2013. The main results suggest an irrelevance situation of active policies (with a drop in the number of beneficiaries and stagnant or declining budgets) and financial lack of passive policies (with growth in the number of beneficiaries and an exponential leap in budget execution). The crisis of the Unemployment Insurance Program reaches the decade 2010, accompanied by signs of reform in the active policies and lack of in-depth discussion on the directions of the passive policies.

Keywords: Brazil. Employment policy. Unemployment Insurance Program. Ministry of Labor and Employment.

* Doutor em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Assessor de Inclusão Produtiva no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasil. E-mail: marcelodesousa2005@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objetivo debater a evolução recente das políticas de emprego no Brasil. Para tanto, serão analisadas as políticas ativas e passivas desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no âmbito do Programa de Seguro Desemprego, com base nos Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no período 2004-2013¹. Desenvolvidas de modo descontínuo a partir dos anos 1950, as políticas de emprego brasileiras consolidam-se nos anos 1980-1990 e entram em colapso na década de 2000. Esse processo caracteriza-se pela irrelevância das políticas ativas e pela crise de sustentabilidade financeira das políticas passivas. As políticas ativas tenderam a apresentar baixa efetividade, em virtude de sua desconexão com a dinâmica do mercado de trabalho. Por sua vez, as políticas passivas caracterizaram-se por um arranjo institucional exitoso, que lhes possibilitou aderência às mudanças experimentadas pelo mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 2000, em particular o crescimento do assalariamento e da renda do trabalho, o que terminou por elevar exponencialmente sua necessidade de financiamento. A crise do Programa de Seguro Desemprego alcança a década de 2010 emitindo sinais contraditórios de reformas pontuais nas políticas ativas e de ausência de debate aprofundado sobre os desafios das políticas passivas.

Políticas de Emprego no Brasil: surgimento e consolidação (1950/1990)

O surgimento das políticas de emprego no Brasil data de 1957. Nesse ano, o Congresso Nacional ratificou a Convenção nº. 88, que trata da organização dos Serviços de Emprego, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção orienta os Estados membros a constituir serviço público de emprego baseado no diálogo entre empregados e empregadores, com o objetivo de promover o encaminhamento dos trabalhadores para oportunidades de contratação mapeadas com o empresariado².

1 A série histórica do Relatório de Gestão do FAT compreende o período 2000-2013. No entanto, os relatórios 2000-2003 limitam-se a informações orçamentário-financeiras, sem dados de execução física, inviabilizando sua utilização no âmbito da presente análise.

2 A esse respeito ver OIT, Convenção 88/1948, art. 6. O economista Cláudio Dedecca situa o surgimento das políticas de emprego brasileiras nos anos 1940, com a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942 e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em 1946 (DEDECCA, 2009, p. 68). Entretanto, entendemos que não se trata ainda propriamente de políticas de emprego, pois o Senai e o Senac são organismos paraestatais especializados em educação e qualificação profissional, de caráter corporativo, subordinados respectivamente à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC), sem vinculação direta com o Poder Executivo.

As políticas de emprego brasileiras tornaram-se realidade cerca de 20 anos depois, em 1975, com a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Seu objetivo era promover a adequação entre a oferta e a demanda por força de trabalho e organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho. Constituído por uma rede de agências de identificação, orientação e colocação do trabalhador, o Sine surge sob a coordenação e supervisão do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1975, art. 2 e 3).

A consolidação das políticas de emprego ocorreu na década seguinte, quando a Constituição Federal de 1988 instituiu o seguro desemprego e o abono salarial. O seguro desemprego encontra-se inscrito no capítulo dos direitos sociais e na seção relativa à previdência social, como forma de proteção dos trabalhadores urbanos e rurais contra o desemprego involuntário. O abono salarial situa-se no âmbito das disposições gerais e consiste no pagamento anual de um salário mínimo para o trabalhador que receber até dois salários mínimos mensais e for empregado de empresa contribuinte do Programa de Integração Social (PIS) ou servidor de órgão público contribuinte do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)³. O texto constitucional define que o financiamento do seguro desemprego e do abono salarial será garantido pela arrecadação do PIS-Papes (BRASIL, 1988, art. 7, inciso II; art. 231, inciso III; e art. 239, parágrafo 3)⁴.

Os anos seguintes assistiram à implementação desses direitos sociais. O abono salarial foi regulamentado em 1989, por meio da Lei nº 7.859. Além da exigência de percepção de até dois salários mínimos mensais e de vínculo com empresa/órgão contribuinte do PIS-Pasep, foram agregados mais dois requisitos: haver trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base e estar cadastrado há no mínimo 5 anos no Fundo de Participação PIS-Pasep (BRASIL, 1989, art. 1, incisos I e II). A regulamentação do seguro desemprego ocorreu em 1990, por intermédio da lei nº 7.998. Esse ato criou o Programa de Seguro Desemprego, com a finalidade de (a) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado por dispensa sem justa causa e ao resgatado de regime de trabalho forçado e (b) auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, por meio de ações integradas de orientação, qualificação e colocação no mercado de trabalho (BRASIL, Governo Federal, Lei 7.998/1990a, art. 2)⁵.

3 Os contribuintes do Pasep são União, Estados, Distrito Federal, territórios e municípios; autarquias em geral (inclusive aquelas para fiscalização de profissões liberais); empresas públicas e subsidiárias; sociedades de economia mista e subsidiárias; fundações mantidas, instituídas ou supervisionadas pelo Poder Público; e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público (BRASIL, 1983, art. 14, incisos I a VI). Os contribuintes do PIS são pessoas jurídicas de direito privado (inclusive aquelas equiparadas a essas pela legislação do imposto de renda e aquelas definidas como empregadoras pela legislação trabalhista, como as entidades privadas sem fins lucrativos e os condomínios) (BRASIL, 1983, art. 15).

4 Para uma visão detalhada sobre a criação do seguro desemprego durante a Assembleia Constituinte e seus antecedentes, consultar Azeredo (1998).

5 É sintomático que a regulação da qualificação profissional ocorreu no âmbito da política educacional. A

Desse modo, na segunda metade do século XX, surgem e consolidam-se as políticas de emprego brasileiras. Tratou-se de processo descontínuo, iniciado nos anos 1950 e que se consolidou décadas mais tarde, nos anos 1980-1990, com a instituição e regulamentação do Programa de Seguro Desemprego, principal arcabouço institucional das políticas de emprego no Brasil.

A coordenação, supervisão e monitoramento do Programa de Seguro Desemprego é competência do Ministério do Trabalho, observadas as resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), órgão tripartite e paritário. O financiamento do Programa é realizado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo operacionalizado financeiramente pelos bancos públicos federais. Seu desenho institucional consiste na oferta de políticas ativas e passivas de emprego para trabalhadores desocupados e para públicos especiais, por meio de uma rede de entidades conveniadas que abrange governos estaduais, prefeituras municipais e entidades privadas sem fins lucrativos. As políticas ativas são constituídas pelas ações de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; as políticas passivas, pelo seguro desemprego e pelo abono salarial (CACCIAMALI, LIGIÈRO, MATOS, 2008, p. 8-11; BRASIL, 1990a, art. 10, 15, 19, 23; BRASIL, 1990b, art. 13).

Políticas de Emprego no Brasil: crise (2000/2010)

Entretanto, vinte anos após sua consolidação, as políticas de emprego brasileiras começaram a demonstrar sinais de colapso. A década de 2000 assistiu a um processo progressivo de irrelevância das políticas ativas e de descontrole financeiro das políticas passivas, situação essa ainda em aberto, cujos desdobramentos condicionam o debate atual sobre as políticas de emprego no Brasil.

Entre 2004 e 2013, as políticas ativas registraram queda na quantidade de pessoas beneficiadas (Tabela 1). Houve decréscimo de 5% no número de pessoas colocadas no mercado de trabalho pelo Sine, passando de 887,6 mil para 838,8 mil pessoas. Esse movimento descendente ocorreu apesar da elevação em 51% dos recursos destinados à intermediação de mão de obra, que passaram de R\$77,5 milhões (2004) para R\$117,2 milhões (2013) (Tabela 2).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) enquadrando a qualificação profissional no âmbito da educação profissional e tecnológica, definindo-a como cursos de formação inicial e continuada (BRASIL 1996, art. 39). A regulamentação da qualificação profissional data de 1997, tendo sido alterada em 2004, a partir de iniciativas do Ministério da Educação (Decreto nº 2.208/1997, revogado pelo Decreto nº 5.154/2004). O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que abordaremos à frente, é regulado, financiado, coordenado e supervisionado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011).

Tabela 1 - Programa de Seguro Desemprego: políticas ativas e passivas - execução física (mil) - 2004/2013

Políticas de Emprego	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Qualificação	142,4	113,5	173,3	117,6	188,5	115,1	144,6	101,4	34,0	16,0
Intermediação	887,6	827,6	877,2	980,8	1.068,1	1.076,2	1.246,2	943,0	725,4	838,7
Abono salarial	8.892,5	9.685,5	11.487,2	13.843,6	14.852,0	15.994,4	17.860,2	19.096,5	19.794,0	21.320,5
Seguro desemprego	4.752,8	5.245,5	5.592,7	5.670,1	6.528,8	6.855,9	6.739,1	7.720,3	7.775,0	7.720,3

Fonte: MTE/FAT, Relatório de Gestão (2004-2013).

Tabela 2 - Programa de Seguro Desemprego: políticas ativas e passivas - execução financeira (R\$ mi) - 2004/2013

Políticas de Emprego	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Qualificação	64,5	77,7	78,1	79,9	134,7	154,0	144,8	75,5	58,6	6,6
Intermediação	77,5	84,4	89,4	91,6	101,3	93,0	70,1	95,4	141,0	117,1
Abono salarial	2.286,8	2.755,1	3.987,0	5.120,3	5.975,3	7.564,5	8.758,2	10.379,4	12.336,5	14.658,7
Seguro desemprego	7.015,6	8.396,3	10.601,0	12.259,3	14.152,6	18.583,3	19.234,6	22.488,3	25.690,3	29.940,1

Fonte: FAT, Relatório de Gestão (2004-2013).

O Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho (PNQ) descreveu trajetória descendente tanto na quantidade de beneficiários quanto em sua disponibilidade de recursos financeiros. O PNQ qualificou 142,4 mil pessoas em 2004 e apenas 16 mil em 2013, queda de 89%. A execução financeira foi paralisada: o exercício 2004 testemunhou execução de R\$64,5 milhões, ao passo que em 2013 a disponibilidade financeira limitou-se a 10% desse volume (R\$6,6 milhões).

Nesse mesmo período, as políticas passivas apresentaram crescimento na quantidade de beneficiários e um salto exponencial em sua necessidade de

financiamento. O seguro desemprego registrou crescimento de 64% na quantidade de trabalhadores habilitados, passando de 4,7 milhões para 7,8 milhões de beneficiários. O orçamento do programa expandiu-se 327% entre 2004-2013, saltando de R\$7,0 bilhões para R\$29,9 bilhões. O abono salarial beneficiava 8,9 milhões de trabalhadores em 2004, e alcançou 21,3 milhões em 2013, crescimento de 140%. O gasto partiu de R\$2,3 bilhões e atingiu R\$14,6 bilhões nesse período, perfazendo um crescimento de 541%.

Ao mesmo tempo em que as políticas ativas de emprego se degradavam, com público cada vez menor de beneficiários, as políticas passivas atingiram seu limite financeiro. Juntos, o abono salarial e o seguro desemprego demandaram recursos da ordem de R\$44,6 bilhões em 2013. Curiosamente, esse processo ocorreu em um momento em que o mercado de trabalho tanto brasileiro quanto latino-americano passava por mudanças estruturais positivas.

O mercado de trabalho latino-americano é historicamente marcado por alto índice de informalidade, desocupação e baixos salários. Entretanto, nos anos 2001-2011, registrou tendência de crescimento do emprego e queda do desemprego. A taxa de desocupação evoluiu de 9%, em 2005, para 7,3% em 2010, atingindo a mínima de 6,7% em 2011. Os salários reais aumentaram em média 2,1% ao ano entre 2006-2011, ao passo que os salários mínimos avançaram em média 3% ao ano no mesmo período. A proporção de trabalhadores formais cresceu de 55,9% em 2000 para 63,6% em 2011 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011, p. 42; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012, p. 44).

O mercado de trabalho brasileiro esteve conectado a esse movimento. O período 1999-2008 descreveu expansão do assalariamento no Brasil, em particular em razão da forte criação de empregos formais privados, que apresentaram crescimento médio anual de 6,6% (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010, p. 63). A taxa de desemprego alcançou, em 2012, seu então menor nível histórico (6,7%). O mesmo ocorreu com o grau de informalidade, que atingiu a mínima de 39,3% em 2012. O rendimento médio real apresentou crescimento contínuo entre 2004-2012, com média anual de 4,7% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 5-10).

Desse modo, a primeira década do século XXI caracterizou-se, do ponto de vista do trabalho, por intenso processo de formalização, queda do desemprego e crescimento da renda. No entanto, as políticas de emprego seguiram caminho inverso. Conforme cresciam os níveis de emprego e renda dos trabalhadores, a *performance* das políticas de emprego deteriorou-se. Qual a razão desse fenômeno?

Em análise arguta da evolução recente das políticas de emprego brasileiras, o economista Carlos Alberto Ramos argumentou que a irrelevância atual das políticas ativas derivou de variáveis macroeconômicas. O crescimento econômico experimentado a partir da década de 2000 teria impulsionado a geração de empregos formais, tornando desnecessário um correspondente investimento nas políticas ativas de emprego (RAMOS, 2009, p. 38-46).

No entanto, o próprio processo de formalização e elevação da renda do trabalho gerou escassez de mão de obra qualificada. Tornaram-se recorrentes relatos

empresariais sustentando que a falta de profissionais dotados das qualificações necessárias era um obstáculo para a expansão de seus negócios. Setores econômicos distintos como construção civil, petróleo, turismo e tecnologia da informação apresentavam idêntico diagnóstico de falta de pessoal qualificado para preencher postos de trabalho existentes (BURNIER, GONÇALVES, 2012; RIBAS, FREITAS, 2012). Trata-se de um problema diante do qual as políticas ativas de emprego teriam um papel a cumprir, por meio dos programas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra, por exemplo. No entanto, essas políticas beneficiaram cada vez menos pessoas no período. Por que isso ocorreu?

Nossa hipótese é que as mudanças estruturais experimentadas pelo mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI impactaram diferentemente as políticas ativas e passivas de emprego. As políticas ativas apresentaram baixa efetividade, cuja raiz está em sua desconexão face da dinâmica do mercado de trabalho; as políticas passivas demonstraram conexão exitosa com esse processo de mudanças, o que colocou em risco sua sustentabilidade financeira.

Programa de Seguro Desemprego: políticas ativas pouco efetivas, políticas passivas sintonizadas com o mercado de trabalho

O Sine é a principal estrutura institucional do Programa de Seguro Desemprego. O trabalhador dirige-se a uma unidade de atendimento com o objetivo de solicitar acesso às políticas ativas e passivas de emprego, à emissão da carteira de trabalho e às informações sobre direitos trabalhistas⁶. A rede de atendimento do Sine é constituída por 1399 unidades distribuídas em 791 municípios, sendo 1302 unidades vinculadas aos governos estaduais, 80 unidades dirigidas por prefeituras municipais e 17 unidades sob gestão de entidades privadas sem fins lucrativos (CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, 2007, art. 1; SILVA et al., 2012, p. 28-30).

As principais políticas ativas do Programa de Seguro Desemprego são a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional. Essas políticas são operacionalizadas por meio de convênios diferentes e simultâneos com a mesma rede de executores. No caso da intermediação de mão de obra, os serviços são fornecidos pelas unidades do Sine dirigidas por governos estaduais, prefeituras municipais e entidades privadas sem fins lucrativos. No caso da qualificação profissional, o serviço é executado por entidades privadas sem fins lucrativos especializadas em qualificação

⁶ Apesar de citados na Resolução Codefat nº 560/2007, as ações de orientação profissional, certificação profissional e fomento a atividades autônomas não se encontram disponíveis para o público interessado, seja em escala, seja em estruturação. Há casos isolados de unidades do Sine que realizam ações de intermediação de trabalhadores autônomos ou de orientação profissional, mas não são serviços oferecidos em caráter nacional e institucionalmente estruturados. O mesmo se refere à certificação profissional, com registro de iniciativas piloto do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, mas que não lograram alcançar consolidação ou escala.

profissional, subcontratadas por governos estaduais e prefeituras municipais ou conveniadas diretamente com o Ministério do Trabalho.

Essa estrutura segmentada gerou redes paralelas na oferta das políticas ativas. O acesso à intermediação de mão de obra ocorre por meio das unidades de atendimento do Sine; o acesso à qualificação profissional, por intermédio das entidades de qualificação. Para matricular-se nos cursos de qualificação profissional do PNQ, o trabalhador precisa procurar a rede de entidades de qualificação, que não se comunica com as unidades de atendimento do Sine, e vice-versa. Não há uma rotina de integração que possibilite aos beneficiários usufruir de ambas políticas segundo um protocolo institucional único (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010, p. 70-93).

Não obstante, a questão mais crucial reside no descolamento entre as políticas ativas de emprego e o mercado de trabalho. A oferta dos serviços de intermediação de mão de obra e qualificação profissional ocorreu à revelia da dinâmica do mundo do trabalho.

Do ponto de vista da demanda, a quantidade de pessoas inscritas no serviço de intermediação de mão de obra entre 2004-2013 apresentou magnitude considerável, passando de 4,9 milhões para 7,1 milhões de usuários (Tabela 3).

Tabela 3 - Intermediação de mão de obra - inscritos e colocados (mil) - 2004/2013*

Intermediação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Inscritos	4.872,8	4.977,6	5.148,7	5.593,2	5.987,8	5.894,7	5.499,1	3.941,9	6.457,6	7.170,4
Colocados	887,6	827,6	877,2	980,8	1.068,1	1.076,2	1.246,2	943,0	725,4	838,7

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social

*Informação relativa aos inscritos retirada do Relatório Anual Sine e informação relativa aos colocados extraída do Relatório Anual de Gestão do FAT – Exercício 2013.

O quantitativo de habilitados do seguro desemprego possui estatura semelhante (4,7 milhões em 2004 e 7,8 milhões em 2013). Entretanto, do ponto de vista da efetividade, o desempenho da intermediação de mão de obra foi modesto. No período, as unidades de atendimento do Sine contribuíram para a colocação média de 947,9 mil pessoas por ano, equivalente a 17% dos usuários inscritos. Isso significa dizer que, de cada 10 trabalhadores inscritos, menos de 2 conseguiram se colocar no mercado de trabalho por intermédio do Sine. Em um contexto de forte expansão do assalariamento e demanda crescente pelo serviço de intermediação de mão de obra, a probabilidade de o usuário do Sine ser colocado no mercado de trabalho mostrou-se inferior a 20%. Os trabalhadores tenderam a inserir-se no mundo do trabalho por meio de recursos próprios, à revelia dessa política de

emprego (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010, p. 91).

A situação da política de qualificação profissional é ainda mais crítica. O desempenho declinante do PNQ (apenas 16 mil pessoas capacitadas em 2013) conduziu ao colapso institucional do programa e à perda de protagonismo do Ministério do Trabalho na condução dessa política ativa. Em novembro de 2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), coordenado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC), responsável pela oferta, em escala nacional, de cursos de educação profissional de nível técnico e na modalidade de formação inicial e continuada (na qual se encaixa o PNQ). Dados do MEC indicam que, entre 2011 e 2014, o Pronatec realizou cerca de 2,8 milhões de matrículas na modalidade intitulada Bolsa Formação Trabalhador (cursos de formação inicial e continuada), com recursos estimados da ordem de R\$4,4 bilhões (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). A magnitude de seus resultados, em comparação ao desempenho do PNQ, permite visualizar o grau de esvaziamento da política de qualificação profissional do MTE e a envergadura da liderança assumida pelo Ministério da Educação.

Desse modo, as políticas ativas do Programa de Seguro Desemprego caminharam em direção à irrelevância, sem capacidade para responder aos desafios impostos por um mercado de trabalho em mudança estrutural. O processo de expansão do emprego e escassez de trabalhadores qualificados não foi acompanhado pela intermediação de mão de obra (com baixo índice de colocação de trabalhadores) ou pela qualificação profissional (com capacidade limitada para ofertar cursos de capacitação). A pouca efetividade das políticas ativas conduziu a um descolamento crescente da dinâmica do mercado de trabalho, cujo ápice foi o colapso do PNQ e a perda de protagonismo do Ministério do Trabalho na política de qualificação profissional.

As políticas passivas de emprego responderam de outra forma à evolução do mercado de trabalho brasileiro. O crescimento consistente do número de beneficiários do seguro desemprego e do abono salarial indicou forte conexão dessas políticas com a dinâmica de expansão do assalariamento.

No período considerado, o seguro desemprego era direcionado para trabalhadores demitidos sem justa causa que possuíssem relação de emprego de, no mínimo, 6 meses nos 3 anos anteriores à sua demissão⁷. A duração da assistência financeira variava de 3 a 5 meses, sendo permitida apenas uma habilitação a cada ciclo de 16 meses. Trabalhadores com vínculo empregatício anterior oscilando entre 6 e 11 meses tinham direito a 3 parcelas mensais; aqueles com 12-23 meses de vínculo prévio podiam receber 4 parcelas; e os trabalhadores com 24 meses ou mais de vínculo empregatício anterior possuíam direito a receber 5 parcelas. O valor do

⁷ As regras para habilitação do seguro desemprego foram alteradas pela Lei nº 13.134/2015, conforme discutiremos à frente. A Medida Provisória nº 665/2014, que originou a referida Lei, previa alterações no recebimento do abono salarial, as quais foram objeto de veto presidencial e remetidas para discussão no âmbito do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, instituído pelo Decreto nº. 8.443/2015, com prazo de duração de seis meses após sua instalação.

seguro desemprego era calculado pela média aritmética do salário de contribuição dos três meses anteriores à dispensa, aplicada à tabela para cálculo do benefício, publicada anualmente pelo Ministério do Trabalho e corrigida com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Para ter acesso ao benefício, o trabalhador em situação de desemprego deveria protocolar sua solicitação em uma unidade de atendimento do Sine, da Superintendência Regional do Trabalho ou de entidade privada sem fins lucrativos conveniada. Caso o pedido fosse deferido, a primeira parcela erapaga no prazo de 30 dias, após realizada a solicitação, por meio de depósito bancário em banco público federal (CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, 2005, art. 5, 7 e 17; CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, 2013).

No intervalo em análise, o abono salarial consistia no pagamento anual de um salário mínimo para o empregado de órgão/empresa contribuinte do PIS-Pasep que recebia até 2 salários mínimos mensais, tinha trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base e estava cadastrado há no mínimo 5 anos no Fundo de Participação PIS-Pasep. O órgão/empresa deveria informar anualmente ao Ministério do Trabalho a lista de empregados que atendiam aos requisitos para recebimento do benefício, por intermédio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), registro administrativo instituído pelo Decreto nº 76.900/1975 e coordenado pelo MTE. O pagamento do abono é feito diretamente ao beneficiário, por meio de depósito bancário, saque em espécie ou na própria folha de pagamento. O cronograma de repasses do abono salarial é disciplinado anualmente por meio de Resolução do Codefat (BRASIL, 1989, art. 2).

As mudanças experimentadas no mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 impulsionaram o crescimento dos beneficiários do seguro desemprego e do abono salarial. A forte expansão do assalariamento formal, o crescimento da renda dos trabalhadores, a ampliação do número de postos de trabalho na faixa até 2 salários mínimos e a elevação do valor real do salário mínimo foram as principais causas da expansão física e financeira das políticas passivas de emprego (AMORIM, GONZALEZ, 2009, p. 45-46; CARDOSO JR., GONZALEZ, MATOS, 2009, p. 154-156; MARINHO, BALESTRO, WALTER, 2010, p. 200).

A sensibilidade dessas políticas às mudanças que afetaram seu público indica que ambas possuem um arranjo institucional sintonizado com a evolução do mercado de trabalho. Para que as políticas ativas cheguem aos usuários, o Ministério do Trabalho descentraliza recursos para a rede de executores, que realiza processos licitatórios para ofertar os serviços. Trata-se de processo longo e moroso, condicionado pelos procedimentos rígidos da administração pública. As políticas passivas possuem uma institucionalidade mais enxuta, por meio da qual a renda é transferida diretamente para o beneficiário, sem mediações. No seguro desemprego, são necessários 30 dias para tramitar a solicitação e iniciar o pagamento. No caso do abono, as empresas indicam em registro administrativo do Ministério do Trabalho, uma vez ao ano, os empregados com direito à percepção do benefício. Esse desenho foi capaz de viabilizar o crescimento da quantidade de beneficiários das políticas passivas de emprego, acompanhando o aumento absoluto desse público dentro do mercado de trabalho.

Entretanto, o impacto financeiro dessa conexão levou o desenho atual das políticas passivas ao limite, minando sua sustentabilidade financeira. O total de beneficiários do seguro desemprego e abono salarial passou de 13,6 milhões para 29,1 milhões entre 2004 e 2013, o que representa aumento de 113%. Por sua vez, o gasto total de ambos programas saltou de R\$9,3 bilhões em 2004 para R\$45 bilhões em 2013, expansão de 379%. A quantidade de beneficiários das políticas passivas dobrou em 10 anos, enquanto o gasto quintuplicou no mesmo período. Como resultado, o custo expressivo das políticas passivas passou a ocupar o centro dos debates sobre as políticas de emprego (DE LORENZO, PEDROSO, 2013; NERY, ANDRADE, 2013; DOCA, 2014).

Políticas de Emprego no Brasil: considerações finais

As políticas de emprego brasileiras adentram a década de 2010 sob intensapressão. Trata-se de um conjunto de políticas maduras, surgidas nos anos 1950 e consolidadas nas décadas 1980-1990, que alcançaram os anos 2000 em um processo caracterizado pela irrelevância das políticas ativas e pelo descontrole financeiro das políticas passivas. Em um momento histórico de expansão do assalariamento e da renda nos mercados de trabalho brasileiro e latino-americano, as políticas de emprego caracterizaram-se pela baixa efetividade das políticas ativas (desconectadas da dinâmico mercado de trabalho) e pelo descontrole financeiro das políticas passivas (queconduz a questionamentos sobre sua sustentabilidade no médio e longo prazo). Essa situação tornou-se sintoma da necessidade de revisar o desenho existente das políticas de emprego.

Mesmo considerando a dimensão de sua atual crise, sustento que o Programa de Seguro Desemprego, principal arcabouço institucional das políticas de emprego no Brasil, é capaz de se reinventar, adequando-se à nova constelação do mercado de trabalho. Há indícios de que esse movimento de renovação está em andamento, ainda que de forma fragmentária e com diferentes velocidades.

O primeiro movimento de reforma das políticas de emprego pode ser identificado na qualificação profissional, com a criação do Pronatec em 2011. Seu surgimento introduziu avanços, ao promover a articulação da qualificação com a intermediação de mão de obra e o seguro desemprego. A legislação que instituiu o Pronatec alterou a institucionalidade do Programa, condicionando o recebimento do benefício à matrícula e frequência do trabalhador em curso de qualificação. O trabalhador que procura a unidade de atendimento do Sine para requerer o seguro desemprego é automaticamente pré-matriculado em curso do Pronatec e encaminhado para a entidade de qualificação profissional onde deverá confirmar sua matrícula e realizar o curso. O descumprimento dessa condicionalidade pode implicar o cancelamento do benefício (BRASIL, 1990a, art. 3 e 8, alterada pela Lei nº 12.513/2011).

Além disso, do ponto de vista do desenho operacional, o repasse de recursos no âmbito do Pronatec avançou em relação aos procedimentos do antigo PNQ. O programa do MTE baseava sua execução na descentralização de recursos via

convênio entre entes federados ou com entidades privadas sem fins lucrativos, que obrigavam a realização de processos licitatórios para contratar bens ou serviços. Por sua vez, a lei de criação do Pronatec dispensou a realização de convênios ou contratos para transferir recursos às instituições que realizam os cursos de qualificação. A descentralização financeira ocorre mediante procedimento simplificado, por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre o MEC e as mantenedoras das unidades ofertantes. Essa desburocratização proporcionou agilidade ao financiamento da política, tornando sua execução continuada e sem as interrupções decorrentes de processos licitatórios morosos (BRASIL, 2011, art. 6, parágrafo 1; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2012, art. 1 e 6).

Há também movimentos de reforma da intermediação de mão de obra, ainda que sem resultados concretos. Entre 2008 e 2010, a dimensão orçamentária indicava priorização da política de qualificação profissional, com recursos superiores aos da intermediação (médias anuais de R\$88,1 milhões para intermediação e R\$144,5 milhões para a qualificação). A partir de 2011, após o surgimento do Pronatec, há uma inversão, por meio da qual a intermediação de mão de obra tornou-se a principal política ativa de emprego conduzida pelo Ministério do Trabalho. Os anos 2011-2013 assistiram ao crescimento orçamentário-financeiro da intermediação, alcançando os maiores níveis da série histórica (médias anuais de R\$118 milhões para intermediação e R\$44,7 milhões para qualificação).

Em 2012, a Universidade de Brasília finalizou estudo solicitado pelo Ministério do Trabalho, no qual propõe um modelo de custos a ser aplicado em toda a rede Sine, de forma flexível, adaptável às especificidades locais. Do ponto de vista da gestão, essa modelagem possibilitará instituir critérios objetivos para o repasse de recursos à rede de unidades de atendimento. Trata-se de uma lacuna básica da política que finalmente possui condições de ser sanada, possibilitando monitorar de forma objetiva o desempenho da rede (SILVA et al., 2012).

Adicionalmente, o Ministério do Trabalho tem estimulado processos de inovação tecnológica na intermediação de mão de obra. Em 2014, o MTE iniciou a operacionalização da autointermediação, por meio do Portal Mais Emprego⁸. Essa funcionalidade permite aos empregadores cadastrar vagas e aos trabalhadores inscreverem-se em busca de emprego. O sistema realiza automaticamente o cruzamento das informações, comunicando às partes, por meio eletrônico, o dia e hora em que o trabalhador deve se apresentar à empresa para participar de processo seletivo. Essa inovação, ainda recente e sem resultados consolidados, tem potencial para tornar o processo mais dinâmico e eficiente, diminuindo o custo da política, proporcionando informações em tempo real aos interessados e reduzindo a necessidade de deslocamento físico de trabalhadores e empregadores às unidades do Sine.

Por outro lado, não há indícios consistentes de reforma nas políticas passivas, a fim de que possam lidar com o novo contexto do mercado de trabalho brasileiro.

⁸ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/spetr/portal-mais-emprego/>>.

Em 2015, o Governo Federal, sob a liderança do Ministério da Fazenda, instituiu a Lei nº.13.134/2015 (que altera a Lei nº.7.998/1990), cujo foco é reduzir o gasto com o seguro desemprego. A iniciativa federal tem sintonia com estudo do Banco Central do Brasil, o qual argumenta que tanto o crescimento da formalização quanto a taxa de rotatividade não seriam suficientes para justificar o aumento explosivo na concessão do seguro desemprego. A partir de modelagem econométrica, a pesquisa sugeria que pessoas inativas (desempregados que não estariam procurando emprego) e trabalhadores informais seriam beneficiários do seguro desemprego, o que caracterizaria uma irregularidade (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p. 20-23).

Nesse raciocínio, o crescimento do gasto seria contido por meio de medidas para restringir o acesso ao benefício, o que conforma o cerne da Lei nº.13.134/2015. A referida Lei ampliou de 6 para 12 meses o tempo mínimo de vínculo empregatício para que o trabalhador possa solicitar o benefício, considerando o período de 18 meses anteriores à sua demissão, além de solicitar comprovação de matrícula e frequência a curso de qualificação profissional do Pronatec ou da rede de educação profissional e tecnológica. Outra inovação introduzida foi um escalonamento no tempo mínimo de vínculo empregatício prévio necessário para requerer o benefício. Caso o trabalhador demitido sem justa causa faça uma segunda solicitação para recebimento do seguro desemprego dentro do período aquisitivo (até então de 16 meses, mas que a Lei nº. 13.134/2015 determinou deverá ser definido pelo Codefat), será exigido ao menos 9 meses trabalhados nos últimos 12 meses. Em caso de eventual terceira solicitação e seguintes, o trabalhador deverá ter trabalhado todos os 6 meses anteriores ao desligamento (BRASIL, 2015, art. 1).

Entretanto, para além de seu custo financeiro, há questionamentos de fundo que atingem as políticas passivas e que não foram abordados quando dos debates em torno da Lei nº.13.134/2015. O abono salarial é um programa de transferência de renda destinado a empregados pobres. Contudo, há dúvidas acerca de sua eficácia, visto consistir no repasse de um montante monetário pequeno e que exclui trabalhadores desocupados, empregados informais e trabalhadores autônomos. Além disso, a existência do Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda exitoso e abrangente, que beneficia tanto a população economicamente ativa quanto a inativa, sugere a obsolescência do abono salarial como instrumento para a superação da pobreza. Por sua vez, o seguro desemprego é dotado de um forte caráter pró-cíclico. Em seu desenho atual, a variável determinante do número de beneficiários não é a taxa de desemprego, mas a quantidade de pessoas que tiveram acesso a empregos formais e que foram demitidas. Nesse sentido, o programa tende a apresentar ampliação de gastos nos períodos de crescimento econômico e rigidez de gastos em períodos recessivos (CARDOSO JR.; GONZALEZ; MATOS, 2009, p. 154-156).

Os desafios existentes são potencializados pela ausência de debate entre os principais atores políticos (governo, trabalhadores e empregadores) sobre o destino das políticas de emprego, tanto ativas quanto passivas. A única medida adotada foi introduzir a qualificação profissional como condicionante para o recebimento do seguro desemprego. Esse vácuo é crítico, uma vez que as políticas passivas respondem pela quase totalidade do orçamento do Programa de Seguro Desemprego e a sustentabilidade financeira desse gasto está na ordem do dia.

A principal questão que se coloca para o Programa é superar a tendência a ser concebido como um conjunto de políticas isoladas. É primordial reformá-lo sob o princípio da ativação (*activation*), proporcionando centralidade para as políticas ativas em sua estrutura. Partindo desse princípio, faz-se imprescindível instituir conexões sistêmicas entre as políticas ativas e passivas, proporcionando serviços integrados de transferência de renda, orientação profissional, qualificação profissional, colocação no mercado de trabalho, assistência técnica para empreendedores e microcrédito produtivo orientado, a depender das necessidades individuais. Para tanto, o Programa de Seguro Desemprego deve adotar um perfil mais inclusivo, incorporando os empregados informais e os trabalhadores autônomos (por conta própria e associados) em seu público prioritário. Além disso, deve firmar-se como uma política anticíclica, a fim de estabilizar seus gastos dentro de parâmetros orçamentários razoáveis.

Nesse sentido, acredito que o Codefat continua a ser o fórum adequado para fomentar a renovação das políticas de emprego. O diálogo tripartite, envolvendo governo, trabalhadores e empregadores, ainda é a estratégia política mais adequada para criar consensos possíveis, que viabilizem o funcionamento eficiente e inclusivo do mercado de trabalho. Entretanto, é responsabilidade do Ministério do Trabalho e de seus parceiros sociais retomar o protagonismo e liderar o processo de reforma sistêmica das políticas de emprego brasileiras. Afinal, como o destino recente da qualificação profissional, do seguro desemprego e do abono salarial o comprovam, não existe vazio de poder na política.

Referências

- AMORIM, Bruno; GONZALEZ, Roberto. O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites. **Mercado de Trabalho**, Ipea, n. 40, p. 43-49, set. 2009.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de Emprego**: a experiência brasileira. Campinas: Unicamp/Abet, 1998.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 20-23, dez. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- _____. **Decreto nº 76.403**, de 8 de outubro de 1975. Cria o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76403-8-outubro-1975-425022-norma-pe.html>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- _____. **Decreto nº 2208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- _____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-norma-pe.html>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- _____. **Lei nº 7.859**, de 25 de outubro de 1989. Regula a concessão e o pagamento do abono previsto no

§ 3º do art. 239 da Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7859.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. **Lei nº 7.998**, de 11 de janeiro de 1990a. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. **Lei nº 8.019**, de 11 de abril de 1990b. Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8019.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. **Lei nº 13.134**, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

BURNIER, José Roberto; GONÇALVES, Marco Antonio. Dificuldade de encontrar mão de obra qualificada afeta economia brasileira. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 13/08/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/index.html>>. Acesso em: 1 maio 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina; LIGIÉRO, Adriana Phillips; e MATOS, Franco de. Desenho e gestão de uma política pública de intermediação de mão de obra. **Idéias e Tendências em Foco**, Fortaleza, v. 1, p. 9-48, 2008.

CARDOSO JR., José Celso; GONZALEZ, Roberto; MATOS, Franco de. Políticas públicas de trabalho e renda em um contexto de baixo crescimento econômico: a experiência brasileira recente. In: MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana (org.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste do Brasil, 2009. p. 123-179.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR- CODEFAT. **Resolução nº. 467**, de 21 de dezembro de 2005. Estabelece procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Resol/Res_467_05.html>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. **Resolução nº. 560**, de 28 de novembro de 2007. Estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=106300>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. **Resolução nº. 679**, de 29 de setembro de 2011. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional

de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/fundos/FAT_Res679.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2014.

_____. **Resolução nº. 707**, de 10 de janeiro de 2013. Dispõe sobre o reajuste anual do valor do benefício seguro-desemprego. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/defat/legislacao.htm>. Acesso em: 31 jan. 2014.

DE LORENZO, Francine; PEDROSO, Rodrigo. Mantega e centrais sindicais voltam a se reunir nesta semana. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 04 novembro 2013. Caderno Brasil.

DEDECCA, Cláudio. O sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. In: MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana (org.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.p.49-75.

DOCA, Geralda. Gastos com seguro desemprego sobem 383% em 10 anos com ganho real do salário mínimo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 12 julho 2014. Caderno Economia.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT. **Relatórios de Gestão 2004-2013**. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/fat/relatorio-de-gestao-do-fat.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Resolução nº. 04**, de 16 de março de 2012. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/base-legal>. Acesso em: 9 mar. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD**. Brasília: Ipea, outubro 2013. (Série Comunicados do IPEA, 160)

MARINHO, Danilo; BALESTRO, Moisés; WALTER, Maria Inez (org.). **Políticas Públicas de Emprego no Brasil**: avaliação externa do Programa de Seguro Desemprego. Brasília: Verbis, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **2a. Reunião do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional** (apresentação em power point), 18/8/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Sistema Nacional de Emprego**: relatório anual (2004-2012). Disponível em <http://portal.mte.gov.br/sine/relatorio-anual.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

NERY, Natuza; ANDRADE, Renato. Fazenda propõe limitar concessão de seguro desemprego e cortar parcelas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 agosto 2013. Caderno Economia.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº. 88/1948**. Disponível em <http://www.ilo.org/global/standards/lang--en/index.htm>. Acesso em 09/03/2014.

_____. **Panorama Laboral 2010**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2010.

_____. **Panorama Laboral 2011**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2011.

_____. **Panorama Laboral 2012**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2012.

RAMOS, Carlos Alberto. Auge e decadência das políticas de emprego no Brasil. In: MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana (org.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste do Brasil, 2009.p. 29-48.

RIBAS, Sílvio; FREITAS, Jorge. Brasil vive apagão da mão de obra qualificada em setores em expansão. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 maio 2012. Caderno Economia.

SILVA, Césaire al. **Estudo de Custos do Sistema Nacional de Emprego**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/imo/>. Acesso em: 5 maio 2014.

Recebido em 19/06/2015

Aceito em 22/04/2016

UM CIRCUITO CHAMADO DESEJO: notas sobre os pontos de pegação em João Pessoa

A CIRCUIT NAMED DESIRE: on pontos de pegação (cruising sites) in João Pessoa

Thiago de Lima Oliveira*

Resumo

O texto apresenta resultados de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em locais e com pessoas que compõem um circuito de trocas eróticas, afetivas e sexuais chamado de pegação. Durante a pesquisa acompanhou-se colaboradores em locais onde buscavam parcerias eróticas e sexuais de modo a tentar compreender como produzem e significam tais espaços. A partir da noção de redes conformada por circuitos, apresenta-se o modo como expectativas de encontro e trocas possibilitam um modo específico de espacialização da cidade. Os circuitos que conformam a rede podem ser definidos a partir de domínios e modelos de relação que, embora se entrecruzem e sobreponham constantemente, configuram maneiras específicas de entender os significados produzidos na experiência. As análises sinalizam para o modo como o espaço e os marcadores sociais da diferença estão imbricados, produzindo relações e significações mútuas a partir de economias eróticas que valorizam e (re)produzem expectativas sobre gênero, raça, classe e gerações, a partir de estratégias de diferenciação e fragmentação do espaço para públicos e interesses diferenciados.

Palavras-chave: Circuito. Cidade. Pegação. Performance de gênero.

Abstract

The article presents results of an ethnographic research carried out in places and with people who make up a circuit of erotic, affective and sexual exchanges called “pegação”. During the research I followed collaborators in places where they sought erotic and sexual partnerships in order to try to understand how they produce and signify such spaces. From the notion of networks formed by circuits, I present how expectations of meeting and exchanges enable a specific way of city spatial distribution. The circuits that make up the network can be defined from fields and models of relationship, even if from crossing and overlap constantly, configure specific ways to understand the meanings produced in the experience. The analyze indicates to the way the space and the social markers of difference are intertwined, producing mutual relationships and meanings from erotic economies that value and (re)produce expectations about gender, race, class and generations from strategies of differentiation and fragmentation of the space to different public and interests.

Keywords: Urban circuits. City. Pegação (cruising sex). Gender performances.

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador do Guetu – Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas da UFPB, Brasil. E-mail: petraios@hotmail.com

Introdução

Caminho pelo centro de João Pessoa tendo como pano de fundo um dos cartões postais mais conhecidos da cidade: o Parque Sólon de Lucena e a Lagoa, seumarco principal. A pequena porção de água contornada por uma faixa de grama é rodeada de modo a formar um círculo concêntrico que permite aos veículos contornarem-na e seguir em direção às diversas regiões da cidade: à praia, rodoviária, dando acesso aos bairros e municípios vizinhos.

É uma tarde quente, 36°C na cidade; estou indo ao encontro de Fabio, um rapaz de 23 anos que reside na cidade vizinha, Bayeux. Conheci Fábio ali mesmo, nos arredores do Parque, em novembro de 2012, quando realizei uma pesquisa que tinha como objetivo investigar os espaços de sociabilidade homoerótica na região do centro. Fábio reside com os pais em casa de porte médio, no bairro do Sesi, região de classe média e baixa na cidade de Bayeux. Apresenta-se como bissexual e gay, usando ambas de acordo com o local e as pessoas com as quais se encontra. Todavia, para sua família, continua afirmando-se como heterossexual, eventualmente simulando encontros e namoros com outras meninas. Trabalha como auxiliar administrativo no período da manhã em uma fábrica de tecidos. Durante o período da tarde e, eventualmente, à noite – quando não assiste às aulas no curso de fisioterapia em uma faculdade privada – vai à caça, ou seja, em busca encontros com outros rapazes em determinados locais da cidade.

Os locais que Fábio frequenta não são muito diferentes dos demais frequentados por outras pessoas com interesses diferentes: praças, *shoppings*, mercados, praia. Na produção dos seus encontros, a forma como Fabio e seus amantes estabelecem e avaliam a possibilidade de interação, bem como os modos como usam os espaços, é deveras distinta: olhares, flertes, masturbação, eventualmente sexo. Muros, banheiros, árvores e becos, na esfera do espaço público, convertem-se em espaços potenciais para encontros e trocas eróticas e sexuais. Um olhar desatento para o movimento de Fábio pela cidade ignora as possibilidades de produção e uso dela que são típicos de uma dinâmica de sociabilidade específica como a encarnada aqui pela dinâmica da “pegação”.

No presente trabalho, realizo um exercício de aproximação entre dois nichos de investigação com implicações mútuas: a antropologia urbana e a antropologia das relações de gênero e sexualidades. Meu esforço consiste em investigar modos de produção de cidade a partir das socialidades de homens engajados em um circuito de trocas eróticas, afetivas e sexuais, usualmente fortuitas, no contexto da região metropolitana de João Pessoa, Paraíba. A forma como a cidade e o espaço urbano são processualmente percebidos, construídos, avaliados e reinventados é tematizada a partir da expectativa de realização de trocas e do agenciamento de fluxos desejantes produzidos pelos interlocutores.

As relações de troca eróticas, afetivas e sexuais às quais me referi anteriormente são chamadas, em termos nativos, de “pegação”. Pegação é um termo polissêmico e apropriado por diversos grupos. De modo geral, pegação remeteria

a qualquer contexto de flerte e troca de carícias entre pessoas potencialmente desconhecidas, seja ele orientado homo ou heterossexualmente. No contexto pesquisado, pegação refere-se a: (a) um conjunto de práticas de encontro erótico e sexual desenvolvidas potencialmente entre homens que buscam encontros corporais, troca de afetos e estímulos com outros homens; (b) aos próprios lugares onde tais práticas e encontros acontecem. No segundo caso, é comum também a pegação ser referida em termos que designam o local onde se desenvolve, como por exemplo, os termos nativos “fazer cinema” ou “banheirão”, quando indica os encontros em cinemas pornô e banheiros respectivamente. Outros termos povoam o universo e seus frequentadores: caça, curtidão, *cruysing*; os frequentadores, por vezes, são chamados também de “caçadores”, em virtude da atividade de “busca e abate” que realizam. Em última instância, a pegação estabelece um jogo que rompe ou ressignifica o paradigma do sexo como pertencente ao domínio do privado; esse conjunto de práticas e seus atores lançam o sexo e o encontro erótico em outras lógicas de espacialização do território, atribuindo novos valores e atributos a espaços socialmente degradados, negligenciados ou que formalmente teriam outras funções.

A tarefa que desenvolvi aqui deve ser pensada como um exercício reflexivo a partir de duas posições. É reflexiva na medida em que me posiciona como um entre tantos agentes engajados na produção de sentidos e significados para as experiências que descrevo. Meu lugar no desenvolvimento da pesquisa pode ser caracterizado como participação observante, tal qual Maria Elvira Díaz-Benítez (2010) refere. No curso da investigação, pude efetivamente acompanhar diversos rapazes nos lugares que frequentavam; lugares que arrolam diversas geografias: saunas, cinemas pornô, espaços público como parques, praças e praias, festas privadas e também interações mediadas através de mídias digitais, por meio de grupos em redes sociais e também “aplicativos de pegação”, ou seja, funcionalidades para tecnologia de *smartphone* que possibilitam a troca de mensagens textuais e fotográficas entre pessoas que partilham o mesmo serviço. Nesses espaços, pude discutir, experimentar, observar, participar, trocar e acompanhar histórias que constituem o material sobre o qual me debruço ao produzir as análises e relações que apresento.

Todavia, notar minha posição entre tantos não implica subsumi-la a um registro de simetria; diferentes agentes possuem forças argumentativas, *status* e privilégios que os autoriza mais ou menos na produção e aceitação da sua percepção a respeito daquilo que vivem ou se recusam a viver. De outra parte, meu trabalho é reflexivo também na medida em que pretende burlar uma tentativa de separação entre autor e tema, ou mais propriamente, entre aquele que participa da experiência e a própria experiência. Incorporo a argumentação desenvolvida por Jeanne Favret-Saada (1977), para quem, em última instância, o antropólogo é seu principal – e por vezes único – informante, sendo necessário “penetrar na sua própria amnésia, e daí tornar explícito o que se encontra instável em si mesmo” (FAVRET-SAADA, 1977, p. 26).

As observações durante uma parte significativa das atividades *in loco* foram desenvolvidas sem a possibilidade da observação direta contínua, tampouco da participação nas trocas eróticas performatizadas. Executou-se, assim, um desdobramento sinestésico da observação através de uma tomada de empréstimo

de outros sentidos que tiveram como função complementar as informações que não podiam ser coletadas com a observação ou interação imediata. Se, por um lado, a possibilidade de desenvolvimento de uma percepção do espaço pautada por uma dilatação sinestésica e sinérgica dos sentidos foi especialmente útil em situações de campo nas quais não me foi possível acompanhar de maneira mais detida as interações entre os agentes que pude acompanhar, por outro, ela não eliminou as possibilidades oferecidas por outras técnicas de coleta de dados, a exemplo das visitas aos locais de pegação que meus interlocutores costumavam ir ou que eu lhes sugeria, conversas em aplicativos de troca de mensagens e grupos específicos em redes sociais. Essas técnicas reunidas me possibilitaram criar um espaço de fala sobre o sexo, como menciona Foucault, que era simultaneamente informado pelas minhas pretensões acadêmicas como pesquisador e amenizado pela intimidade e proximidade que pude desenvolver com a maior parte das pessoas com as quais pude manter contato e conversar ao longo do período em campo.

Gêneros e lugares: articulando conceitos

Em João Pessoa, o que chamo de “rede da pegação” caracteriza-se como uma rede de agentes e territórios descontínuos na paisagem da cidade que partilham ou possibilitam determinada prática – no caso, a busca por trocas eróticas e afetivas fortuitas e sem cobrança financeira – e são reconhecidos pelos seus usuários como interligados (MAGNANI, 1996, p. 45). Sobre os espaços, podemos didaticamente dividi-los em três grandes grupos, formados pelos espaços públicos e áreas abertas, os espaços fechados e de livre acesso, e os espaços comerciais. Mediante a circulação e os trajetos dos frequentadores, tais espaços são conectados entre si através da partilha de interesses relacionados à possibilidade de encontros. Meu esforço, neste trabalho, consiste em pensar essa produção de espaços articulando-a com a forma como o gênero é interpelado e performaticamente produzido na economia das trocas eróticas que se desenvolvem nesses espaços. Trata-se, assim, de um esforço em pensar, como sugere Phil Hubbard (2012), como as construções ocidentais de sexualidades e cidades estão imbricadas, enfatizando especificamente os processos de generificação (*gendering*).

Como argumentei em outros trabalhos (OLIVEIRA, 2015, 2016), a percepção das relações entre gênero, sexualidades e tecnologias de espacialização e inscrição no espaço de informações sobre a organização social da experiência sexual podem ser reconhecidos já em trabalhos de Foucault. Nesses termos, os projetos de cidade e a construção de zonas de prostituição, de instituições de controle, vigilância e punição, bem como a possibilidade de espaços heterotópicos, de espaços outros marcados por uma separação entre temporalidades de fora e de dentro, uma abertura para possibilidades relacionais e interacionais distintas, devem ser avaliadas também como um conjunto de inscrições e disposições de informações sobre moral, conduta e licitude de determinadas práticas que se entranham na geografia e arquitetura dos espaços sociais (FOUCAULT, 1999, 2007).

Nesse artigo, por meio de uma reflexão sobre a produção relacional do

espaço e a construção de territorialidades, interessa-me particularmente pensar as relações que práticas de pegação estabelecem com a construção de *performances* de gênero, em especial, de masculinidades. Acompanhando Preciado (2014), o gênero é tomado aqui como um sistema de escritura, e, como tal, os modos pelos quais se simboliza e significa o que é ser homem ou mulher é também um modo de produção e espacialização do corpo, uma tecnologia heterossocial que localiza e implica no e por meio do corpo dispositivos discursivos que constituem o gênero em sua relacionalidade. Conforme Connell (2002), o gênero deve ser entendido e interpelado a partir de seu caráter dinâmico, tendo em vista que ele:

[...]é uma forma pela qual a prática social é ordenada. No processo do gênero, a condução diária da vida é organizada em relação à produção de uma arena reprodutiva definida por estruturas corporais e processos de reprodução humana [...]. O gênero é uma prática social que constantemente refere-se aos corpos e o que os corpos fazem, isso é, a prática social reduzida ao corpo. Tal reducionismo profundo apresenta na verdade o inverso da situação real: o gênero existe precisamente para marcar que a biologia não determina o social (CONNELL, 2002, p. 71, tradução minha).

A partir da refração e interseção do gênero com outros marcadores sociais da diferença, torna-se importante pensar, no contexto das práticas socioespaciais, como a cidade – arena de sociabilidade urbana, espaço compartilhado e compartimentado por diferentes agentes – produz hierarquizações (ou não) dessa heterogeneidade através dos dispositivos de vigilância, controle e mesmo de apropriação e circulação. Para pensar a forma como esses processos são produzidos e conectados, aproprio-me das categorias elaboradas por Magnani (1996) para o estudo das práticas de lazer. Considero, assim, que as formas de envolvimento erótico e sexual engendradas no interior dos pontos de pegação constituem uma forma legítima de sociabilidade e podem ser entendidas sob a rubrica do lazer. Nesse sentido, cabe pensar em territórios de familiaridade e pertencimento, trajetos e movimentos, espaços dispersos, mas conectados, como sugerem as categorias de pedaço, mancha, trajeto, circuito e pórticos¹.

Minha relação e o passeio com Fabio são espaços demonstrativos para pensar tais questões. O trajeto que eu e ele desenvolvemos pela cidade, na tentativa de Fábio de apresentar a mim seus lugares preferidos para encontrar outros rapazes, dentro de um conjunto maior de possibilidades de entretenimento e encontro, sinaliza não apenas para um modo específico de se reconhecer e perceber a cidade, mas também de intervir sobre ela, de produzi-la.

No presente trabalho, adotamos uma perspectiva de cidade como “produção em processo”, como uma rede de redes (HANNERZ, 2015), na qual é possível

¹ Para uma análise mais detalhada dessas categorias no contexto da cidade de São Paulo, ver Magnani (1996). Nos termos desse trabalho, as categorias serão mais bem definidas e problematizadas ao longo do texto.

apreender uma parte da experiência humana no contexto urbano a partir das relações que as pessoas estabelecem com esse espaço, da forma como o significam e se apropriam dele. O ponto de partida para esse tipo de investimento consiste na avaliação da própria noção de espaço. Nesses termos, acompanhando Doreen Massey (2012), é preciso abrir mão de uma visão essencialista do espaço, em favor de uma abordagem processual que considere os modos pelos quais ele é construído. Considerar que “o espacial não existe como esfera separada”, apartada de outras dimensões da vida social, tendo em vista que ele mesmo é também uma “construção social” (MASSEY, 2012, p.99) implica, entre outras coisas, evidenciar os modos pelos quais pessoas se relacionam umas com as outras em termos de suas subjetividades e historicidades, em conjunturas que ultrapassam e envolvem o indivíduo. O espaço não pode ser tomado, portanto, como instância acabada e pronta sobre o qual os sujeitos atuam, pois é também um processo das relações que *através de e nele* se desenvolvem.

O que chamo aqui de produção de cidade tem por base uma percepção de que a cidade é um sistema socioespacial aberto marcado por especificidades relativas à possibilidade de um modo de vida urbano. Em seu aspecto relacional, estrutural, interacional e informacional, a cidade está em constante transformação; os espaços de interação não estão prontos e acabados, mas, ao contrário, estão em contínuo processo de fazer-se.

Como advertido previamente, em termos analíticos considero a pegação como uma rede composta por circuitos diversos. A noção de rede abre a possibilidade de refletir sobre processos que cruzam limites, categorias e fronteiras, como sugeriu Barnes (2010, p. 187), reelaborando, no contexto urbano, particularmente, os processos pelos quais “as pessoas podem se combinar e se recombinar em uma multiplicidade de maneiras para objetivos diferentes e com consequências também diferentes” (HANNERZ, 2015, p. 216). É possível, assim, distender e expandir concepções de socialidades e sociabilidades vinculadas à dimensão estritamente territorial, em favor de uma perspectiva que considere também o aspecto relacional que constitui territórios e modos de vida, advertindo para encontros e tensões entre processos de produção de diferenças e semelhanças, partições, colaborações, identificação, fracionamentos e conflitos que envolvem as pessoas em suas interações cotidianas.

De igual maneira, acredito também na possibilidade de vincular essa noção de rede a categorias organizacionais auxiliares, como circuito e trajeto, conforme propostos por Magnani (1996), como forma de oferecer um entendimento mais profundo e sistemático da relação das pessoas entre si e com os equipamentos urbanos. Desse modo, considero a pegação como uma rede conformada por uma multiplicidade de circuitos que podem ser definidos a partir domínios e modelos de relação que, ainda que se entrecruzem e sobreponham constantemente, configuram maneiras específicas de entender os significados produzidos na experiência. A partir de uma organização propositiva com base nas informações que pude coletar, a pegação pode ser vislumbrada a partir de três grandes circuitos: um primeiramente marcado pela possibilidade de sexo em público; um segundo, pela inserção do mercado e pela constituição de espaços comerciais para encontros sexuais; e

um terceiro, pela utilização de tecnologias e mídias digitais que possibilitam a constituição de encontros entre parceiros. Esses circuitos são amparados ainda pela possibilidade de um quarto que, por sua vez, caracteriza-se pelo fluxo de pessoas e coletivos em espaços privados e domésticos em momentos festivos, através de situações como orgias e festas privadas marcadas pela intenção de estabelecer parcerias sexuais momentâneas.

O circuito GLS é composto pelos equipamentos e espaços urbanos destinados a um público pagante caracteristicamente homossexual ou que simpatiza com a causa gay. Abarca bares, boates, cinemas pornô e saunas que se agrupam (a) pela cobrança de ingressos ou consumo, e (b) por serem espaços de diversão e oferecer a possibilidade de encontrar outros iguais, seja para amizade, paquera ou sexo casual. O segundo circuito é caracterizado pelas trocas eróticas e sexuais que se dão em espaços predominantemente não comerciais. É o circuito da pegação propriamente dita e envolve espaços e possibilidades de uso do espaço de naturezas diversas, que se espalham em sentidos diversos e de maneira bastante heterogênea entre vários bairros e regiões da cidade. Já o circuito virtual é aquele configurado pelos diversos espaços oportunizados pelas novas tecnologias comunicativas, especialmente a internet; esses espaços possibilitam às pessoas conhecer e interagir com outras de diversos outros territórios que partilham de interesses em comum. Nesse circuito, predominam os *sites* no formato de redes sociais, a exemplo do Facebook, comunidades virtuais e aplicativos para *smartphones* especializados no público que deseja manter relações com outros segundo interesses em comum. Por fim, o circuito doméstico circunscreve os espaços de uso privado que são delimitados pelos agentes; são as reuniões de amigos, festas privadas, bem como alguns encontros de grupos de orgia e *swing* que acontecem de forma itinerante entre as casas dos membros participantes. Esse circuito, em especial, configura uma forma particular de redes de sociabilidade que se caracterizam por relações mais sólidas entre pessoas com maior nível de proximidade.

Cartografias

Não tenho uma cabana como Evans-Pritchard. Devo supor que tal cabana fosse dotada de propriedades mágicas, caso contrário também de nada me serviria. Enfim, não tenho uma cabana, mas mesmo que tivesse certamente não poderia ver toda a extensão da aldeia a partir dela. Não há aldeia. O processo social que pretendo descrever e analisar estende-se de forma nevrálgica e polimorfa por toda a cidade, por vezes a desafia, tensiona suas possibilidades e limites. É polimorfo, virulento, mas também fragmentário. No universo da pegação e nos circuitos de sexo fortuito entre homens, a importância do olhar é subsumida às poucas possibilidades de ver dentro de uma aceção holística de visão. Vê-se e (d)escreve-se o que é possível.

Meu esforço é qualquer tentativa entre a costura de fragmentos e a escrita de outros tantos fragmentos – ambos constituindo-se sem qualquer responsabilidade de coesão ou coerência. Tentar desenvolver uma cartografia desses espaços redundante, por vezes, em perseguir vestígios, sobras, sombras, evidências em processo de

desmonte. Para todos os efeitos, seu entendimento como “pontos” sugere bem uma característica desses lugares: pontos de pegação podem fazer-se e desmontar-se com extrema facilidade, deslocando-se com flexibilidade pelo plano da cidade. Em sua arquitetura improvisada, desmontam ou ressignificam os espaços ditos familiares: o mercado, o *shopping*, a praça, o condomínio. Ao encontrar-me com Fábio, pergunto-lhe que tipos de lugares ele costuma frequentar e por que; a partir de uma lista de lugares com geografia mais ou menos fixa, Fábio é sumário em sinalizar:

Mas assim, nem sempre tem que estar num ponto de pegação pra rolar. As vezes já aconteceu no ônibus mesmo. Tava indo pra faculdade e em pé do meu lado um cara começou a roçar no meu braço. Deixei o braço parado e ele continuou roçando... Quando dei sinal para descer do ônibus ele tirou o celular sinalizando pra pegar o meu número, mas não deu tempo. Ele me seguiu e quando descemos começamos a conversar... aí rolou. Sabe como é, né? (Fábio, 29/04/2013 – fragmento extraído de diário de campo).

Consoante Fábio me narra suas experiências, vamos desenhando um mapa específico da cidade, um mapa que se caracteriza por um agenciamento polimorfo que cria linhas de tensão, tendências e fluxos variados pela cidade: confluência de tipos corporais específicos para lugares também específicos, possibilidades de desenvolver práticas sexuais extremas em determinados lugares e em outros não, maior ou menor vigilância, perigo, desejos. Enquanto estamos ali nas imediações do Parque Sólon de Lucena, comentamos sobre as peculiaridades dos pontos de pegação que se encontram nas proximidades, e assim iniciamos nosso passeio pela cidade.

Desde a rodoviária até o litoral, seguindo o eixo oeste-leste, até os bairros afastados e os *shoppings* mais frequentados da cidade, no eixo sul-norte, os territórios de pegação são construídos na emergência e fluxo dos desejos, subvertendo, por vezes, a sua lógica tradicional de uso.

O Terminal Rodoviário Severino Camelo, na porta oeste da cidade, é nosso ponto de partida. Os banheiros do terminal já são famosos no circuito da pegação como um dos pontos de pegação mais tradicionais da cidade, reunindo uma heterogeneidade de homens: alguns turistas, parentes de pessoas que vieram deixar seus familiares no terminal, moradores de bairros circunvizinhos e municípios próximos, como Bayeux, Santa Rita e Sapé. No banheiro, a ordem da pegação é estabelecida pelo jogo de olhares e pela encenação performática dos desejos. Pernas arqueadas, olhar atento aos parceiros ao lado, o jogo de insinuação entre o mostrar e o ocultar, dizer sem falar. É comum também a paquera na frente do banheiro, sentados nos diversos bancos destinados à espera. Dentro do banheiro, distribuídos de maneira mais ou menos próxima pelos mictórios, ou se encarando pelo espelho acima da pia, os caçadores flertam entre si e insinuam a possibilidade de troca através dos olhares, da exposição da genitália; sinais mais ou menos explícitos de desejo desenvolvem-se como uma forma alternativa e peculiar de comunicação, que busca substituir a precariedade da fala: a exposição da excitação, o acariciamento do pênis, o gesto convidativo. A materialidade do corpo e suas reações torna-se uma estratégia de comunicação substitutiva, uma máquina desejante que comunica seus desejos e vontades.

A região do centro é uma das manchas de pegação mais heterogêneas; uso o termo mancha aqui como referência às “áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (MAGNANI, 1996). Numa mesma região do centro, distante poucos metros uns dos outros, é possível encontrar banheiros públicos, praças, saunas, cinemas pornô – além de outros equipamentos que, por mais que não componham o circuito propriamente, lhe são acessórios, como pousadas e bares. A heterogeneidade se dá também em razão dos interesses e pessoas que as frequentam. A cobrança de ingresso para entrada em determinados espaços ou a necessidade de consumo em outros, por exemplo, é um critério limitador da possibilidade de uso de determinados espaços que integram aquilo que chamei anteriormente de “circuito GLS”.

Fábio me conta que, com exceção de uma das saunas da cidade, localizada nas proximidades do centro, não costuma frequentar os espaços da região, tendo em vista que são muito próximos da sua residência, o que tornariamais fácil ser reconhecido ou flagrado por algum vizinho ou até mesmo parente. Ainda diz que não gosta dos tipos de cara que costumam frequentar o lugar:

Não gosto, sei lá... é uma gente feia, gorda, velha. Às vezes até tem uns caras legais, mas é o tipo de cara que vem pra cá pra pegar os pivetes, boy-doido. Tipo, você vai no [Cine Sex] América, e só tem velho; não gosto de velho, e mesmo esses velhos só querem saber dos novinhos, que geralmente cobram pra serem chupados e tal. Alguns têm namorados, né? Quer dizer, sustentam os boys... e tem muita bicha afeminada também, não curto, prefiro os mais discretos e por isso não costumo ficar no centro. Vou pra outros lugares mais afastados (Fábio, 29/04/2013 – fragmento extraído de diário de campo).

A cobrança de ingressos é um critério limitador para a presença de alguns agentes, mas também é um facilitador e um critério de segurança para outros frequentadores. Nesse sentido, a presença de homens mais velhos nas saunas e cinemas pornô do centro é facilitada em virtude de esses terem alguma fonte de rendimento, quando comparados com os mais jovens, estudantes ou desempregados. Ainda que a noção de pegação não abarque em princípio o sexo pago, alguns agentes ainda usam os espaços dos pontos de pegação como espaço para comercialização ou autopromoção, principalmente nessa modalidade de relação intergeracional, negociando seus serviços com homens mais velhos.

Como sugere a fala de Fábio transcrita acima, ainda que os pontos de pegação estejam alinhados segundo a partilha de interesse em uma modalidade de encontro corporal, há também um espraiamento das possibilidades de interação pelos locais segundo as *performances* de masculinidade desejadas. Nesse sentido, é possível dizer que as *performances* masculinas na economia erótica da pegação são construídas de maneira relacional, em virtude tanto dos parceiros desejados quanto das condições estruturais do espaço. Em conversa com David, outro interlocutor com o qual pude ter contato durante a realização da pesquisa, esse posicionamento é explicado de

maneira mais detalhada quando este comenta sobre os locais que costuma frequentar e as razões para isso. Através do dispositivo de mensagens instantâneas de um *site* de relacionamentos, ele me explica:

David: *Tem algumas pegações que eu vou, mas a que eu gosto mesmo é a do Seixas. Atualmente não tem dado tanta gente, mas lá é massa. É o tipo de lugar que eu gosto mesmo, mais reservado, tem como você andar, ver a pessoa, conversar até. E os caras que vão lá também são mais meu tipo.*

Thiago: *Teu tipo como?*

David: *tem muito velho, mas também tem gente mais jovem e geralmente mais máscula, com jeito de homem, tá ligado?*

Thiago: *Tô ligado não, - risos - explica aí que tipo de cara você curte.*

David: *Aquela questão... lá tem mais gente madura, menos afrescalhada, sem ser efeminada. Geralmente é um pessoal que tem família, tem compromisso e não gosta de se expor. Também tem a ver comigo, mas esse tipo de gente tá difícil de achar em outros lugares.*

Thiago: *Mas tipo, esses caras aí não vão pra outros lugares, como você faz?*

David: *às vezes até vão, mas lá eles se comportam diferentes, mais macho mesmo...*

A colocação de David não é aleatória e está próxima da de outros interlocutores com os quais pude conversar. Sua caracterização dos sujeitos que frequentam determinados espaços e dos próprios espaços aponta não apenas para uma caracterização em termos de audiência, massobretudopara um processo de territorialização, ou, nos termos desse trabalho, para um processo de produção dos lugares onde gênero e espaço são alinhados.

No contexto etnografado, o gênero, em seu aspecto performático, é construído de maneira relacional e em virtude das disputas travadas. Não se trata de uma categoria essencializada, ao contrário, é uma produção que, mesmo quando busca simular algo como uma essência imutável, tem como propósito unicamente seu convencimento. A produção do gênero está vinculada sobremaneira ao uso do corpo: voz empostada, maneira de andar, tamanho da genitália, maneira de gesticular, tom de pele, maneira de olhar.

Um olhar atento evidencia o quão precário é pensar “identidades” nesses espaços como constituições fixas; se são fixas, o são na sua efemeridade, apenas durante os breves minutos dos encontros, em que se faz necessário sustentar uma posição ou outra; em seguida, são reconstituídas em outras formas de ser e estar que podem afirmar, negar ou ocultar as práticas anteriores. Sugiro, assim, a existência de “estratégia identitárias”, dispositivos de diferenciação e reconhecimento acionados na medida das circunstâncias tão somente.

As *performances* que acompanho têm como propósito favorecer o sucesso das interações dos agentes em busca de encontros corporais. Nesse contexto, as elassão possibilidades acionadas à mercê da natureza e dos interesses envolvidos em cada interação dos agentes uns com os outros, bem como pelas condições socioestruturais dos locais onde a pegação acontece. O espaço é acionado também na produção dessa *performance*, de modo a permitir a encenação de condutas mais ou menos taxativas pelos agentes. É assim que percebo a forma pela qual Fabio se comporta em uma

situação posterior, quando o levei para conhecer outro ponto de pegação no extremo norte da cidade, já no limite entre os municípios de João Pessoa e Cabedelo.

Durante nosso passeio pelo centro e nos lugares que pudemos visitar, Fábio pôde investir sobre alguns rapazes que considerava interessantes. De maneira sempre firme, tentava produzir uma *performance* que se mostrasse atrativa e convincente, o que nesse caso implica encenar uma masculinidade próxima de modelos hegemônicos, “simulando” alguma heterossexualidade. O olhar atento, a postura ereta e a voz firme buscam reproduzir, por meios de gestos e atitudes cosméticas, uma noção de virilidade que está constantemente sendo agenciada e negociada no confronto com os possíveis parceiros. A firmeza dessa *performance* contrasta sutilmente com o modo como Fabio se comporta na praia, uma atmosfera aparentemente mais aberta às possibilidades (uma grande área, com pouca interferência de pessoas que não partilhem dos mesmos interesses que ele, a sensação de uma vigilância externa menor); a postura personificada pelos demais parceiros também coloca Fabio em um nível de expressão mais moderado. Em poucos instantes, a dureza cede espaço à conversa e às piadas, às atitudes mais descontraídas e alguma “desmunhecação”, como comenta comigo depois: “*aqui é legal, tem uns caras que eu gosto e ao mesmo tempo dá pra se soltar, tipo fosse uma sauna mesmo. Gostei, acho que vou voltar*”. A promessa de Fabio se confirma, algumas semanas depois ele me envia mensagem de celular dizendo de seu encontro na noite anterior com um grupo de outros três rapazes e da “suruba louca” que fizeram à beira mar. Espaço, *performance* e gênero assim se alinham em um jogo no qual o uso sobredetermina a razão prioritária do espaço, de modo que os artefatos urbanos não estão de maneira alguma acabados, mas, ao contrário, estão constantemente atualizando-se e reinventando-se, e simultaneamente oferecendo aos agentes a possibilidade de também se reinventarem, de se inserirem em novas lógicas e práticas.

Em termos gerais, a masculinidade é um mecanismo valorizado e evidenciado pelos agentes na busca de parceiros. Assim, elementos corporais importantes para a conformação de tais *performances*, a exemplo da postura ao movimentar-se, da voz, a exposição ou insinuação do uso do pênis ou do ânus, além de demais formas de usar o corpo, são relevantes na medida em que indicam pistas, caminhos e possibilidades para as práticas sexuais ou eróticas a serem desenvolvidas.

Se, como sugere Marilyn Strathern (2006), os significados atribuídos a homens e mulheres são produtos das relações que pessoas comuns estabelecem umas com as outras por meio de domínios mais amplos, como parentesco e trabalho, bem como concepções que envolvem cosmologias, valores, atitudes e expectativas, então as masculinidades não podem ser pensadas como atributo *per se*. Ao contrário, elassão conformadas no entrecruzamento com marcadores sociais da diferença como raça-cor, orientação sexual, geração, posição socioeconômica na dinâmica de produção, e ainda origem e religião. Essa noção fica evidente em uma avaliação do sistema de classificação manuseado pelas pessoas nos territórios de pegação. Categorias que servem para classificar e marcar os sujeitos externamente, como “machudo”, “pai de família”, “negão” e “cafuçu”, “barbie”, “viado”, “milico”, “novinho”, “tia”, “coroa”, sinalizam para as articulações de marcadores nas quais as pessoas são

posicionadas e lidas. Assim, acompanhando Andrea Corwall e Nancy Lindisfarne (1993, p. 5, tradução minha),

[...] as formas hegemônicas nunca são totalmente compreensíveis, tampouco elas irão sempre controlar as subordinadas. Ou seja, sempre há algum espaço para versões subordinadas da masculinidade – como identidades alternativas generificadas que validam a autoestima e encorajam a resistência.

As masculinidades, como qualquer sistema de escritura e leitura da diferença, remetem a uma materialidade corporal que, todavia, não é inata, mas avaliada a partir de diversos sistemas de valoração; são contingentes, históricas e produzidas em meio a relações de poder que se estabelecem em qualquer relação. Mas, como relações de gênero, constituem relações com implicações específicas, produzindo efeitos distintos na vida das pessoas (CORNWALL; LINDISFARNE, 1993).

A valorização da masculinidade é acompanhada de um modelo socialmente construído e homogenizante de homossexualidade – que eventualmente é valorado de maneira negativa, já que toma por princípio uma incoerência entre sexo biológico e *performance*/identidade de gênero – que tais agentes não compartilham ou rejeitam, razão pela qual reinventam, negam ou ocultam formas de identidade consolidadas pelas políticas identitárias de visibilidade estabelecidas pelo movimento LGBT, nos últimos 40 anos, no Brasil. Nesse processo, é preciso ainda chamar atenção para uma característica importante: de que a afirmação de tal masculinidade é feita em detrimento da desvalorização de certas *performances* ou identidade sexuais relacionadas a uma esfera mais feminina – como marcam as falas de Fabio e David transcritas anteriormente. Na trilha de Perlongher (2008) e sua cartografia dos territórios sexuais, é possível sugerir, assim, a existência de intensos fluxos na produção e articulação de espaços alinhados às *performances* de gênero e possibilidades de exercício sexual que os espaços podem oferecer.

Arquiteturas corporais

Ao problematizar o modo como o gênero se articula com o espaço, geógrafas feministas como Linda McDowell (1997) e Doreen Massey (1992, 2012) têm insistido em apontar para a dimensão social que constitui o espaço. O espaço não pode ser avaliado desde uma perspectiva essencialista e naturalizada, já que estando as relações sociais construídas em um determinado espaço, o próprio espaço e o tempo são também produtos e processos correlatos às relações que se desencadeiam a partir deles: “as relações entre objetos ocorrem no espaço e no tempo; é essa própria relação que cria e define o tempo/espaço” (MASSEY, 1992, p. 79).

Se o espaço é produzido na relação, que tipo de informação as dinâmicas de gênero e sexualidade podem oferecer, então, para a compreensão do modo como o espaço é produzido? Se, conforme McDowell (1997), a produção do espaço é uma relação de diferenciação, de modo que a forma como homens e mulheres, por exemplo, se apropriam dos espaços materiais e simbólicos está imbricada nas

hierarquias de gênero e convenções que cada sociedade produz, então é preciso levar em consideração como a topografia social é cooptada e colonizada – não apenas pelo gênero, mas por arranjos diversos de marcadores sociais da diferença.

Seguindo Preciado (2010, 2011) e Rubin (2003), o modo como determinados espaços são projetados pode informar sobre aspectos das relações entre corpo, gênero, raça, classe e espaço na forma como são acionadas e produzidas distinções, na forma de circular e produzir trajetos. Ilustrativo desses processos é, por exemplo, a arquitetura do banheiro. O banheiro pode ser percebido e avaliado como uma modalidade das tecnologias de gênero a que se referia Teresa de Lauretis (1987). Acompanhando a reflexão de Lauretis, Beatriz Preciado (2011) sugere que, o uso dos banheiros não está relacionado às funções digestivas do corpo, mas antes ao gênero. O banheiro assume, por dispositivos diversos, uma representatividade análoga à percepção do sexo como lugar do privado, do indizível familiar. Essas relações dialógicas materializam-se através de biopolíticas de controle e produção do gênero, espécie de patrulhamento que questiona qualquer possível ameaça, qualquer registro de expressão instável ou duvidosa de gênero (PRECIADO, 2011, p. 3). A construção arquitetônica do espaço sinaliza bem para a natureza das relações que podem ser ali estabelecidas, bem como o que pode ser mostrado, o que deve ser reservado.

A estrutura convencional do banheiro masculino é compartimentada em três setores: pia, mictório e reservados. O processo de educação do corpo e suas reações, bem como do espaço e seus usos, são processos inseridos e mediados pelas regras culturais e práticas sociais dos grupos humanos (FOUCAULT, 1999). Tais processos são construídos e reencenados como se fossem naturais, por meio de instituições e dispositivos como a família, escola, relações de trabalho, mídia etc. Na arquitetura do banheiro, cada espaço relaciona-se com um uso e um elemento corporal que deve ser evidenciado ou ocultado. Assim, segundo Preciado (2011), concebe-se o pênis como um “órgão público” na dinâmica das relações estabelecidas ali; homens podem olhar – ainda que não o deveriam – os genitais alheios enquanto se posicionam em uma fileira de mictórios organizados geralmente no final do ambiente. Já bunda e ânus pertencem à esfera do privado, não porque o ato de defecar implique a necessidade de recolhimento, mas porque seu produto, os excrementos, está em outro domínio que não o da civilização.

Como relembra Jorge Leite Júnior (2009), o processo de construção do meio social é um processo de construção corporal historicamente situado e perpassado por transformações. Dentro de um regime heteronormativo, para os homens, o ânus deve ser apenas uma válvula de excreção; exceto por isso, não deve sequer ser considerado um órgão. Todo esse processo de segmentação e hierarquização das partes e funções corporais sustenta uma mitologia que Preciado (2000) chama de “castração anal”, processo que concebe o ânus como sujo, privativo e menor. O processo de castração anal remete a um intenso investimento para destituição do ânus e suas relações com qualquer possibilidade de prazer. O ânus converte-se num espaço que afirma e valoriza a masculinidade pelo artifício da inviolabilidade. Se, por sua vez, a algumas partes do corpo corresponde um espaço que é privado ou sigiloso para certos grupos, o sexo (como anatomia e como prática) também ocupa um lugar que é socialmente construído como devendo ser privativo e doméstico; sobre essa

percepção adiciona-se ainda o parâmetro da normalidade e da regularidade, como se esse tipo de relação fosse natural e dada. Mais uma vez, esse tipo de construção de variação sexual como sendo algo maligno corrobora a criação de estigmas eróticos (RUBIN, 1984), os quais relevam a posição vulnerável que certas práticas sexuais e seus agentes ocupam dentro do sistema de estratificação sexual.

Associada à clandestinidade e ao aspecto improvisado dos encontros, as trocas estabelecidas na dinâmica da pegação são tomadas como passíveis de contaminação em um sistema moral fortemente comprometido com o disciplinamento dos corpos; soma-se a isso ainda, na região metropolitana de João Pessoa, a grande influência que os espaços e poderes religiosos exercem sobre a sociedade civil de forma geral. O sexo é convencionalmente localizado em um lugar que não o público, mas privado, doméstico, confinado à esfera do quarto do casal, longe das crianças e dos espaços de socialização coletivos.

Relembrando Leap (1995), público e privado não correspondem a propriedades inerentes a qualquer lugar, mas são modalidades de relação que se configuram nas interpretações comuns pelas quais se vincula o público àquilo que pode ser facilmente acessado, ao que está aberto, e o privado ao captado pelo interesse de um indivíduo ou grupo sob a rubrica de propriedade ou pertencimento (LEAP, 1995, p. 9). Nesses termos, como categorias organizacionais, tanto o público quanto o privado referem-se a modalidades oposicionais e relativas, o que pode conduzir à enganosa suposição de que qualquer coisa que não é pública é privada, e vice-versa. Além disso, a distinção entre público e privado, como sugere a geógrafa Nancy Duncan, traz consigo determinadas concepções sobre o corpo desde uma perspectiva social. Assim, segundo ela, a apreensão produzida pelo senso comum é do público como domínio do político e, portanto, uma dimensão descorporificada, ao passo que o privado é o domínio do doméstico e é corporificado:

Tanto o espaço privado quanto o público são heterogêneos e nem todo espaço é claramente público ou privado. O espaço é matéria de vários processos de territorialização e desterritorialização pelos quais o controle local é fixado, reclamado, desafiado, fortificado e privatizado (DUNCAN, 1996, p. 129, tradução minha).

Essas questões trazem implicações para a própria correlação entre espaço público e sexo em público, ao qual a pegação está usualmente vinculada, tanto no meio acadêmico² quanto por parte de alguns interlocutores que conceituam a pegação como o domínio de experiências descomprometidas de interesse afetivo ou financeiro, e que se estabelece de maneira mais evidente em espaços como banheiros, parques, a praia; espaços que usualmente podem ser lidos como abertos, de controle

² Refiro-me aqui aos trabalhos que de algum modo abordaram tal questão, a exemplo de Gaspar Neto (2013) e Teixeira (2009). Esses autores buscam alternativas para fugir ao paradoxo apresentado por uma separação estática entre público e privado, o primeiro, a partir da proposição de blocos espaço-temporais, e o segundo a partir da estratificação do espaço em público, semipúblico e privado.

frouxo, mas que também revelam tecnologias sofisticadas de observação e vigilância.

Nesse íterim, acompanhei a reiteração, em diversas falas, comentários, registros e anúncios produzidos tanto em relações interpessoais, face a face, quanto em espaços virtuais, de uma retórica que correlaciona o sexo e o afeto ao domínio do doméstico e do privado, enquanto que o sexo ‘impessoal’, sem comprometimento afetivo imediato – uma dimensão valorativa por vezes menor, organizada a partir do marcador do perigo e da adrenalina – como sendo possível de ser sempre desfrutado no espaço público e em público. Ao conversar com um interlocutor na praia, por exemplo, ele me afirmava que “*preparar a gente trepa em qualquer lugar, mas fazer amor de verdade, assim, com quem a gente gosta tem que ser em casa*”. Produzia-se, assim, uma oscilação no léxico que, em última instância, remete a um conjunto de estratégias de diferenciação.

Consoante Horácio Sívori, nesse contexto de intensas negociações e disputa classificatória entre o que pertence e o que deve ser alocado no público ou no privado, “a qualificação de ‘privado’ não é senão uma leitura – entre outras – de uma situação, a eficácia dela sendo sempre mediada por questões de *status* e privilégio” (SÍVORI, 2002, p. 203, grifos do autor). A distinção entre público e privado, como mecanismo de governo sobre corpos, pessoas e populações, pode ser localizada também na arquitetura do espaço urbano. No contexto da globalização e do efeito massivo das mídias digitais e tecnologias informacionais, essa distinção passa também por uma conceituação de como essas separações e relações se inserem no contexto das interações virtualizadas, como a descrita a seguir.

Eu fui lá [no Seixas] hoje e só tinha velho. Me desculpe dizer, porém os novinhos que tinha lá só procurava os caras mais do tipo modelo, entende? Porém, vamos dizer uma coisa: fiquei com 4 caras de uma vez, mas não deu tempo de gozar pois o cara não queria, fica cheio de resenha... aí eu saí de perto; Fui atrás, não foi dessa vez. Está um saco lá, até um carinha falou que lá deveria ser agência de modelo. Não entendi porque, mas tá de boa. Bom domingo a todos. (Registro em diário de campo, Facebook, dezembro de 2013).

O relato apresentado acima, como tantos anúncios publicados em grupos de discussão e em aplicativos de trocas de mensagem que conheci ao longo do período de pesquisa, buscam uma forma de especializar no domínio virtual elementos que estão inscritos materialmente na paisagem. A questão, aparentemente trivial e, de algum modo, banal no conjunto de informações que são trocadas diariamente através dessas mídias digitais, pode, contudo, oferecer alguns elementos para se pensar a forma e os discursos que constroem determinados espaços utilizados como pontos de pegação.

Na confluência de diversas respostas, é possível perceber ainda a profusão de ideias e representações sobre esses espaços, de maneira inclusive antagonista: “*se quer curtir, vem aqui em casa*”, “*por que você quer ir lá? É perigoso, tem muito assalto*”, “*só tem barbie, não curto*”, “*nesse cinema só dá maricona*”, “*pra quem gosta, tem de tudo*”, “*vai, mas não leva nada de valor*”, “*o melhor lugar pra foder é atrás dos montinhos de areia, onde é mais privado e de boa*”.

Sendo um processo de espacialização de normas, expectativas, desejos, além de uma tentativa de ruptura e desestabilização desses mesmos atributos, as práticas desenvolvidas nas trocas de pegação produzem deslocamentos e reinvenções dos sentidos usualmente atribuídos aos lugares. Elas produzem o espaço a partir da possibilidade de múltiplas camadas de percepção, experiência e fruição do espaço da cidade, reconfigurando e territorializando a partir de agenciamentos coletivos e momentâneos, possibilidades de interação. Nesse sentido, há um contínuo diálogo com o campo da norma e da ordem simultaneamente a uma especialização da interação a partir da partilha de determinados códigos entre os sujeitos: a interpelação quanto ao perigo e a alocação do sexo no domínio do privado sinalizam para arranjos e domínios ambivalentes na inter-relação entre pessoas e lugares, a exemplo da própria ideia de “sexo em público” e da criação de regiões de intimidade em domínios que são coletivos, ocupados e interpelados por multidões.

Considerações finais

A conceituação da pegação como fenômeno em rede teve como propósito atentar para as dinâmicas de mobilidade, arranjo e rearranjo que as pessoas produzem em seus trajetos pela cidade. Nesse trajeto, a cidade é produzida a partir das experiências, provocando assim os limites e as possibilidades de uma concepção vertical sobre o espaço, sobre a urbanidade e sobre o que seja cidade. A hipótese apresentada, e que organiza as discussões realizadas ao longo do texto, é que categorias como espaço e lugar não podem ser tomadas de forma estanque, dadas. O espaço não é vazio de relação, tampouco o lugar é fixo e delimitado pelas fronteiras de uma subjetividade.

Lugar e espaço são instâncias de relação. São aspectos que constituem a forma pela qual as pessoas se relacionam, de modo que só existem como uma relação também. A relação dos rapazes que frequentam a praia é de produção intensa, configurando tal espaço em sua dinamicidade, bem como a possibilidade de profusão de lugares – a praia da família da periferia que, no fim de semana, cruza a cidade para o banho de mar, a praia daqueles que praticam atividade física no final da tarde, a praia dos surfistas, e daqueles que se valem do escuro e do volume reduzido de pessoas para seus encontros e esquemas. Esses lugares não são fechados em si, não constituem fronteiras rígidas e acabadas, mas são conectados através da porosidade estabelecida nos trajetos, percursos, nas múltiplas relações e interações que pessoas concretas, em contextos marcados por disputas de poder e prestígio, produzem. Se o espaço e, por consequência, os lugares são processos relacionais e assinalados por fronteiras porosas, isso nos leva a duas implicações: a primeira é evidentemente a conectividade estabelecida a partir da forma como as pessoas se movem nos seus trajetos e percursos, no tempo e no espaço; a segunda é a produção de espaços diferenciados para pessoas diferenciadas.

Na condição de sujeitos dotados de corpo, gênero e desejos, as relações que produzem a investigação em níveis diversos constituem também jogos de sedução, afinal se trata de arranjos interpessoais. Seduzir é uma estratégia com fins

variados: sexo, carinho, companhia, realizar uma entrevista. Se no jogo de sedução a estratégia geral se inicia com os olhares ou toques, no uso de roupas que valorizem ou exponham determinados atributos corporais e, por fim, quando possível e desejável, uma conversa, o jogo de sedução do qual o pesquisador se apropria não é diferente. Ele é constituído tendo como base a concatenação entre olhar, escutar e falar de modo a captar a atenção e interesse dos agentes, para que possam se tornar colaboradores. Nesse ponto, o corpo desempenha um papel importante. Em um ambiente onde as pessoas são constantemente marcadas e avaliadas em função de raça, *performance*, aparência, não posso negar que ser lido como branco, alto, um corpo aceitável dentro de limites de nem “magro demais” nem “gordo” e não ter uma *performance* afeminada me possibilitou algumas aberturas e facilidades que se revelaram nos contatos que pude estabelecer, ainda que uma parte significativa deles não tenha se convertido em colaboradores. Mesmo assim, essas situações puderam informar sobre a forma como minha presença é notada, avaliada e desejada em função de outras tantas nos espaços públicos, comerciais e virtuais.

Não é possível ignorar o modo como marcadores sociais relativos à classe, raça e idade compõem uma forma de restringir ou facilitar o acesso a determinadas pessoas e espaços. Os espaços que apresentei são organizados e avaliados também a partir do reconhecimento de um maior ou menor contingente de pessoas inseridas ou avaliadas como componentes de um determinado padrão, estilo, corporalidade e *performance* que, por sua vez, remete ao modo como marcadores sociais da diferença são lidos e interpelados, em especial o marcador de gênero.

Se a masculinidade é um atributo importante, ela não é única e unidimensional, mas constituída de maneira contextual e contingencial, durante as relações e interações que os sujeitos estabelecem. Nesse sentido, é possível sinalizar para as tensões que algumas *performances* estabelecem, em especial quando rompem com expectativas a respeito das convenções que organizam hierarquias. A partir de retóricas diversas, os agentes buscam produzir corporalidades, *performances* e categorias que os posicionem de maneira mais positiva e satisfatória, na tentativa de garantir sucesso nos seus encontros. Obviamente, essa estratégia não é garantida, tendo em vista que o caráter relacional das transações sempre possibilita que o modo como os sujeitos se pensam sejam questionadas ou refutadas.

No que se refere à relação entre pessoas e espaços, é preciso que se reitere a forma como a história do dispositivo da sexualidade na contemporaneidade é também uma história dos artefatos e materiais que veiculam a produção de experiências e espaços eróticos. Motéis, zonas de tolerância, estradas, boates, clubes de sexo ou saunas, cinemas pornôs, *sex shops*, revistas, *smartphones* e aplicativos exercem um papel tão expressivo sobre a configuração das sexualidades quanto os discursos que se distribuem capilarmente desde instâncias biomédicas e judiciárias. Na verdade, em certo sentido, esses espaços e recursos podem ainda reafirmar ou se opor a esses lugares discursivos.

Em relação a um aspecto que nos interessa de maneira mais particular, é preciso ressaltar também as formas pelas quais a arquitetura e a materialidade dos espaços expressam convenções sobre corpos, corporalidades, gêneros e separações entre público e privado, intimidade e publicidade. Essa relação é evidente

sobremaneira na forma como se apresentam os banheiros, por exemplo. Se no espaço doméstico eles estão quase sempre cercados e apartados dos espaços de convívio coletivo, junto com o quarto, nos espaços de grande circulação de pessoas eles sugerem também formas de fragmentação do corpo. No caso dos homens, a localização dos mictórios na área aberta, onde todos podem se ver, sugere tanto uma vigilância sobre o pênis quanto seu aspecto público, ao passo que a bunda e o ânus são reservados ao privado, simbolicamente expresso na imagem da cabine onde se deve fechar a porta após entrar.

Referências

- BARNES, John A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Complexas**. 2.ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- CORNWALL, Andrea; LINDISFARNE, Nancy. Introduction. In: _____. (Ed.). **Dislocating masculinity** – comparative ethnographies. Londres: Routledge, 1993.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. **Nas redes do sexo**: os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DUNCAN, Nancy. Renegotiating gender and sexuality in public and private spaces. In: _____. (Ed.). **BodySpace**: destabilizing geographies of gender and sexuality. Londres/Nova York: Routledge, 1996.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Gallimard, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – A vontade de saber. 13ª ed. São Paulo: Graal, 1999.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GASPAR NETO, Verlan Valle. **Na pegação**: encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora. Niterói: EdUFF, 2013.
- HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HUBBARD, Phil. **Cities and sexualities**. Nova York: Routledge, 2012.
- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LEAP, Willian. Sex in 'private' places: gender, erotics and detachment in two urban locales. In: _____. (Ed.). **Public sex/Gay space**. Nova York: Columbia University Press, 1995.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. A Pornografia 'bizarra' em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o abuso facial. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (org.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- MASSEY, Doreen. ¿En qué sentido hablamos de problema regional?. In: ALBERT, Abel; BENACH, Núria (org.). **Doreen Massey** – un sentido global del lugar. Barcelona: Icaria, 2012.
- _____. Politics and Space/time. **New Left Review**, Nova York, n.196, p. 65-84, 1992.
- MCDOWELL, Linda. Introduction – rethinking place. In: **Undoing place?** A geographical reader. Londres: Arnald, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. **Na Metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EdUsp; Fapesp, 1996.
- PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

- PRECIADO, Paul (Beatriz). **Manifesto Contrassexual**: práticas de subversão da identidade. São Paulo: n-1, 2014.
- _____. **Pornotopia**: arquitectura y sexualidade em la 'Playboy' durante la Guerra Fria. Barcelona: Anagrama, 2010.
- _____. Terror Anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. **El Deseo Homosexual**. Madri: Melusina, 2000.
- _____. Basura y género: mear/cargar masculino/feminino. **Errancia, lapalabra inconclusa**, Revista de psicoanálisis, teoría crítica y cultura, México, n. 0, 2011. Disponível em: <http://www.iztacala.unam.mx/errancia/v0/PDFS/POLIETICAS%20DEL%20CUERPO%201%20BASURA%20Y%20GENERO.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- OLIVEIRA, Thiago de Lima. 'Viado não, canibal': masculinidades, sexualidades e produção de cidade na experiência do homoerotismo em João Pessoa – PB. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 235-249, ago./dez. 2015.
- _____. Engenharia Erótica, Arquitetura dos Prazeres: cartografias da pegação em João Pessoa. Dissertação. 2016. (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- RUBIN, Gayle. O Tráfico Sexual – entrevista com Gayle Rubin. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 157-209, 2003.
- _____. Thinking sex: notes for a radical theory of politics of sexualities. In: VANCE, Carole (ed.). **Pleasure and Danger**: exploring female sexuality. Boston/Londres: Routledge; Kagen Paul, 1984.
- SÍVORI, Horácio Federico. Resenha – Public Sex / Gay Space. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 202-206, 2002.
- STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. Discursos e representações sobre os territórios de 'pegação' em Belo Horizonte. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo. **Prazeres Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Recebido em 07/12/2015

Aceito em 25/04/2016

Entrevista

**DO ANTROPÓLOGO, A SUA MAGIA:
entrevista com Vagner Gonçalves da Silva**

***FROM THE ANTHROPOLOGIST, HIS SPELL:
interview with Vagner Gonçalves da Silva***

Rosenilton Silva de Oliveira*

Vagner Gonçalves da Silva, Professor Livre Docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP)¹, concedeu esta entrevista a Rosenilton Oliveira em junho de 2016, em seu apartamento, em São Paulo. Professor Vagner é reconhecido nacional e internacionalmente pelos estudos, pesquisas e publicações no campo das populações africanas e afro-brasileiras, com destaque para as análises das religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda.

Vagner Gonçalves da Silva, “Livre Docente” Professor from the Department of Anthropology at University of São Paulo (USP), gave this interview to Rosenilton Oliveira in June 2016, in his apartment in São Paulo. Professor Vagner Gonçalves da Silva is nationally and internationally recognized for his studies, research and publications in the field of African and Afro-Brazilian populations, especially the analysis of the Afro-Brazilian religions like Candomblé and Umbanda.

Rosenilton Silva de Oliveira: *Prof. Vagner, conte-nos um pouco da sua trajetória pessoal e acadêmica. O que o levou para a Antropologia e especificamente para estudar as religiões afro-brasileiras e sua relação com a cultura nacional?*

Vagner Gonçalves da Silva: Bom, eu acho que minhas trajetórias pessoal e acadêmica estão muito relacionadas, até porque uma resulta na outra. Então, por exemplo, eu não diria que eu tinha claro que seria antropólogo quando fui fazer o curso de Ciências Sociais na USP; fui fazê-lo porque, na verdade, queria ser jornalista e, naquela época, dizia-se que a melhor forma de você ser jornalista era fazendo um curso de Ciências Sociais, para saber do que estava falando. Aliás, se os jornalistas fizessem isso hoje em dia seria uma maravilha, bastante produtivo. E aí, no Curso de Ciências Sociais, eu descobri a antropologia, foi quando realmente me interessei

* Doutorando em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e na L'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França). E-mail: roseniltonoliveira@yahoo.com.br

¹ Mais informações sobre publicações e atividades acadêmicas encontram-se disponíveis em: <<http://www.fflch.usp.br/da/vagner>>.

por ela. Concomitantemente, eu estava também conhecendo o candomblé, por intermédio de um amigo que estava se iniciando na religião. Por causa dele, passei a conhecê-la, e ela viria a ser também uma presença constante na minha vida. Então acho que as duas coisas caminharam paralelamente, o meu conhecimento da antropologia e o meu conhecimento da religião. Quando vi que podia unir essas duas coisas do ponto de vista do interesse pessoal e profissional, acabei optando por construir uma carreira, vamos dizer assim, de antropólogo dessas religiões. Então, de uma certa maneira, a minha trajetória acadêmica foi fruto dessas coincidências.

Rosenilton Oliveira: *A temática afro-brasileira assume aspectos diversos na sua trajetória, do mestrado à livre-docência: Orixás da metrópole (1995), O antropólogo e sua magia (2000) e Exu Brasil (2013)². Atualmente o senhor desenvolve o projeto de pesquisa Encontro de nações: diálogos entre religiosidade afro-brasileira e identidade nacional. Quais são as linhas mestras dessa pesquisa, quais são as hipóteses de trabalho?*

Vagner Gonçalves: Na verdade, esse é um projeto bastante amplo, que costumamos chamar de projeto guarda-chuva, pois sob ele cabem outras pesquisas modulares. Tenho, desde 2000, trabalhado nele em diferentes fases. A ideia central é entender o processo de formação e desenvolvimento das religiões afro-brasileiras a partir dos diálogos e intercâmbio entre este conjunto de religiosidades e a cultura brasileira. Inclusive, é difícil tratar este conjunto como blocos muito consistentes. Estas religiosidades têm um fluxo de diálogos bastante intenso que dificulta até uma classificação. Diálogos bastante fluidos e variáveis ao longo do tempo. Isso seria uma primeira linha mestra. A segunda é mostrar como as religiões afro-brasileiras acabam influenciando a própria formação daquilo que a gente entende como identidade nacional, ou identidades nacionais, em áreas como a música popular (na definição, por exemplo, do samba e de inúmeros ritmos), as principais manifestações festivas (como o carnaval, os maracatus, afoxés, bumba-meu-boi), as artes plásticas (com autores importantes na definição de uma estética nacional, como, por exemplo, Pierre Verger na fotografia, Caribé nas artes plásticas), a literatura (no caso, por exemplo, de Jorge Amado, que é um dos nossos principais divulgadores da cultura brasileira e que foi extremamente próximo do mundo do povo de santo da Bahia), o cinema (na medida em que muitos dos livros de Jorge Amado foram filmados, tornando-se roteiros de filmes como *Jubiabá*, *Dona Flor*). Então a ideia é mostrar como um certo etos do candomblé, ou das religiões afro-brasileiras, para ser um pouco mais amplo, extravasa os limites do terreiro e estrutura uma boa parte daquilo que entendemos como identidade nacional. Em razão da amplitude do projeto, queremos, a partir dele, constituir uma espécie de portal, onde a gente possa ir apresentando os resultados. Esse portal seria dinâmico e cresceria à medida que as

² Trata-se da tese de Livre Docência, intitulada *Exu Brasil: o senhor de muitos nomes*, que deu origem ao livro *Exu, guardião da casa do futuro* (2015).

pesquisas modulares fossem desenvolvidas.

Rosenilton Oliveira: *No caso, o portal é o Do Afro ao Brasileiro³, que já tem inclusive alguns resultados, como a parte que trata da música.*

Vagner Gonçalves: Sim, e a parte de música, por exemplo, já se encontra pronta. A ideia é que nos próximos tempos a gente possa ir somando, nesse portal, esses vários elementos.

Esse projeto foi concebido, na época, por mim e pela Rita Amaral, mas atualmente ele vem sendo desenvolvido em várias frentes que contribuem para essa discussão geral. A última pesquisa nesse sentido foi sobre Exu, que deu origem a minha tese de livre docência chamada *Exu Brasil: o senhor de muitos nomes*. Desse projeto surgiram várias outras obras, várias publicações, como a coleção *Memória afro-brasileira*⁴, a coletânea sobre a intolerância religiosa, intitulada *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* (2007) e outros. Então eu diria que esse projeto é bastante amplo e ainda está em andamento, e a gente espera que ele alcance os resultados esperados.

Rosenilton Oliveira: *Nós vamos conversar mais um pouco sobre essas publicações, mas antes, porém, eu queria que o senhor falasse sobre o Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras, o CERNe, que o senhor tem coordenado na USP e que reúne pesquisadores interessados em discutir questões teóricas e metodológicas relativas a esses dois campos, das religiosidades contemporâneas articulado com expressões socioculturais mais plurais. Como têm se desenvolvido as atividades do CERNe, esse diálogo com outros pesquisadores que não são só da USP e que estão em vários níveis de formação?*

Vagner Gonçalves: Na verdade, o Centro surge como um grupo de pesquisa dos meus orientandos de vários níveis, iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Eu digo até que o Cerne é ainda um bebê, porque ele tem pouco tempo de fundação e a gente ainda está tentando consolidá-lo. O objetivo dele foi exatamente esse, reunir pessoas interessadas em discutir religiosidades e discutir cultura negra ao mesmo tempo, e não só religiosidades afro-brasileiras, mas também outras que são importantes na constituição da cultura nacional, como catolicismo, islamismo, judaísmo e por aí vai. E “cultura negra” em vários planos, ainda que este termo também possa ser motivo de muita polêmica. De uma certa maneira, o grupo também foi constituído como percepção de uma dinâmica institucional do meu departamento (DA-USP), no qual esses estudos estavam cada vez menos colocados. Nós tivemos, por exemplo, três aposentadorias no departamento, de três professores

³ O Portal encontrasse- disponível em: <<http://www.doafroabrasileiro.org/>>.

⁴ A coleção é composta por três volumes, sendo o primeiro *Caminhos da alma: memória afro-brasileira* (2012), o segundo *Artes do corpo: memória afro-brasileira* (2004), volume 2, e o terceiro *Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira* (2007).

que atuavam na área de estudo das populações africanas e afro-brasileiras (Lilia Schwartz, Carlos Serrano e Kabengele Munanga) e não houve oportunidade de renovar esse quadro; conseguimos, por opção dos meus colegas, destinar apenas uma vaga para essa área. Então, essa decisão, em minha opinião, caminha na contramão da história recente do Brasil, da história de toda a discussão da questão relativa ao negro no Brasil, uma discussão bastante ampla que envolve políticas públicas, envolve a ação do Estado na demarcação de terras de quilombos, patrimonialização de monumentos negros, a Lei nº 10639; enfim, nós acabamos por fazer com que essa área diminuísse de tamanho do ponto de vista do seu repertório de professores. Certamente que nós temos ainda no departamento pessoas interessadas na discussão que envolve relações raciais, África ou temas afro-brasileiros, mas como quadro efetivo de professores que oferecem disciplinas, orientam etc., a linha de pesquisa se reduziu sensivelmente. Então, a tentativa de construção do grupo foi de também fazer com que o tema não ficasse restrito à minha atuação, mas pudesse se ampliar. De minha parte, obviamente, tento estimular, na medida do possível, esses debates no nível da graduação, pós-graduação e extensão com alunos de iniciação científica, mestrados e doutorandos.

Rosenilton Oliveira: *Nesse aspecto, a gente pode considerar que o Cerne desenvolve atividades para além da academia. Por exemplo, formação de professores.*

Vagner Gonçalves: Sim. Estamos engajados em alguns projetos, como, por exemplo, cursos de extensão universitária para professores, para a aplicação da Lei nº 10.639, organização de seminários, não só de perfil acadêmico, mas de troca de experiência em múltiplos planos, como o Congresso Alainde Xirê que organizamos em 2013 e que reuniu comunidade religiosa e acadêmica. A gente tem pensado muito também em termos de ações de patrimonialização, como, por exemplo, projetos de fornecimento de laudos para tombamento de terreiros. Temos tentado engajar as pessoas nesses projetos, enfim, empreender atividades que não fiquem restritas ao universo da academia. Penso que é cada vez mais importante esse olhar para fora da academia. Até porque, como eu disse, temos grandes dificuldades na USP em “emplacar”, por assim dizer, algumas discussões e ações importantes, como a discussão e aplicação de cotas étnico-raciais. A USP sempre foi muito impermeável a essa discussão.

Rosenilton Oliveira: *Vamos retomar esse tema das cotas, quando tratarmos da conjuntura nacional, por ora gostaria de saber um pouco mais sobre as suas produções. O senhor tem uma trajetória respeitável como pesquisador, com uma produção densa na área dos estudos das populações africanas e afro-brasileiras, sobretudo, das religiões. Um dos seus livros que se tornou referência na área é O antropólogo e sua magia (2000), que foi a sua tese de doutorado. Poderíamos dizer que, hoje, esta é uma obra indispensável para qualquer estudante que está iniciando suas pesquisas, não só na área das religiões afro-brasileiras, mas no campo da Antropologia da religião. Como foi o seu próprio processo de formação, isto é, qual foi a “magia” que formou o antropólogo Vagner?*

Vagner Gonçalves: O *Antropólogo e sua magia* foi minha tese de doutorado e eu costumo dizer que ela nasceu de inquietações relativas à minha própria trajetória pessoal. A minha participação no mundo do candomblé e, ao mesmo tempo, no mundo da academia fez com que a minha trajetória fosse um pouco inversa daquela normalmente considerada como dos pesquisadores que vão estudar terreiros. As pessoas que vão estudar terreiro, em geral, acabam tendo uma relação com o mundo do candomblé de envolvimento. Isso é histórico. Desde Nina Rodrigues, passando por Arthur Ramos, Roger Bastide, e por aí vai. Eu tive uma história contrária, eu já tinha envolvimento com a religião e, quando eu fui para a pesquisa com a religião, foi preciso fazer um movimento que, naquele momento, me parecia interessante, que era me distanciar daquele universo que, para mim, era considerado já sabido, já dado. Então tive que me colocar num outro ponto de vista, para ver como eu poderia ler aquele universo dentro de uma outra chave. Fazer isso não foi uma coisa muito fácil, eu tive uma certa dificuldade, na medida em que eu precisava me colocar em perspectiva e colocar em perspectiva as pessoas que eu conhecia, que eu tratava como amigos, vamos dizer, como irmãos e irmãs dentro do terreiro. Na verdade, o *Antropólogo e sua magia* “nasce” no último capítulo do livro *Orixás da metrópole* (1995), que foi minha dissertação de mestrado, intitulado o “Candomblé no mundo da escrita”. Nesse capítulo, já tentava analisar os múltiplos reflexos entre a produção etnográfica e o mundo dos terreiros. Comecei a pensar que fazer uma reflexão sobre isso talvez fosse útil do ponto de vista teórico e metodológico, sobretudo para as pessoas que fossem pesquisar nessa área. Havia certas perguntas sobre trabalho de campo para as quais eu não encontrava respostas sistemáticas, exceto menções esporádicas em introduções ou notas de rodapé. Quais são os limites da observação? Quais são as consequências do envolvimento do antropólogo com os rituais que observa? Ou seja, achei que seria interessante produzir um trabalho sobre isso. Aí fui entrevistar os antropólogos que tinham trabalhado com as religiões afro-brasileiras e os religiosos que eles observaram. Então, o fato de conversar com antropólogos e religiosos, ou observadores e observados, permitiu-me também fazer uma reflexão com ambos sobre a própria natureza do conhecimento etnográfico. Isso, para mim, foi bastante revelador. Sem contar também que eu não me excluí desse debate, quer dizer, eu não coloquei o outro na posição de observado nesse sentido, eu também conversei sobre a minha própria produção no mestrado (*Os orixás da metrópole*) com as pessoas que tinham sido “observadas”, que tinham participado da produção desse trabalho. Foi muito interessante, porque eu também vi, coletei e debati a opinião que eles formularam *a posteriori* sobre o próprio trabalho. Outra coisa que também acho importante falar sobre esse livro, é que ele foi escrito numa época em que os debates sobre a antropologia pós-moderna estavam bastante acirrados; e foi inclusive o momento em que eu me engajei, por assim dizer, nesse debate, e procurei fazer uma reflexão sobre o próprio texto etnográfico, que era um dos temas, uma das questões que essa antropologia punha. Busquei elaborar um texto diferenciado, vamos chamar assim, no meu próprio trabalho. Então, uma das ações metodológicas que fiz foi, primeiro, devolver as entrevistas, depois de transcritas, para os meus interlocutores e colocá-los diante de um material escrito que não tinha sido produzido no calor da hora. E outra coisa, depois do trabalho pronto, eu o devolvi

aos meus interlocutores para que eles se posicionassem em relação aos recortes que eu fazia de suas falas em relação ao texto que eu produzi. Tentei construir um texto o mais dialógico possível. Esse trabalho, quando foi defendido como tese de doutorado, recebeu muitas críticas da banca. Eu as transcrevi e, na edição publicada da tese (pela Edusp), fiz questão de incluí-las para que o leitor pudesse ter acesso também ao tipo de crítica que poderia ser feita ao trabalho. Dessa maneira, julguei que estaria dando ao leitor um texto que fosse o mais polifônico possível, em que as várias posições pudessem estar contempladas e onde eu pudesse minimizar a minha “autoridade etnográfica”, embora eu reconheça que essa autoridade sempre é exercida em algum nível. A gente não pode ser ingênuo em achar que ela possa sumir totalmente quando submetida a uma lógica dialógica. Não. Assume-se de uma certa maneira que a etnografia é sempre uma construção de última instância de quem assumiu a escrita dela, seja um autor, dois autores, sejam os próprios interlocutores. Nesse sentido, gosto muito da ideia de etnografia como ficção persuasiva, da Marilyn Strathern.

Rosenilton Oliveira: *Em certa medida, a partir dessa pesquisa, nasce a ideia para o Portal do Afro-brasileiro, em que, por meio de links, o leitor pode acessar os dados de campo (as entrevistas na íntegra, por exemplo). Uma espécie de etnografia em hipermídia.*

Vagner Gonçalves: Essa ideia ainda não foi totalmente realizada e nem sei se será. Mas sabe por quê? Porque eu confesso que quem estava mais engajada nessa construção dos hiperlinks era a Rita. Com a morte dela, então, acabei tendo uma certa dificuldade em elaborar esse material do ponto de vista técnico. Mas ainda há perspectiva de poder fazer isso, poder disponibilizar não só o material já elaborado, como também esse material tal como ele foi coletado, seja sob a forma de entrevista ou de imagem. A ideia do hiperlink é interessante porque ela permite ao leitor construir uma trajetória de leitura que não é a trajetória, necessariamente, dada pelo autor ou pelos autores, embora, de novo, a gente volte a refletir também sobre os limites dos hiperlinks. O leitor pode navegar em diferentes links, mas os links já estão dados, a sua possibilidade de combinação é limitada. A leitura que ele faz pode ser uma leitura variada e tendente ao infinito, na medida em que você tem ali uma questão de combinação, mas vai ser sempre limitada em relação à quantidade de arquivos que há no site. Então, nesse sentido, *O antropólogo e sua magia* foi um experimento, assim como este trabalho recente tem algo de “experimental”. Eu gosto muito de trabalhar com essa ideia de que cada etnografia é ou deveria ser um experimento único, uma forma de reapresentar, num determinado plano de inscrição (textual, audiovisual etc.), um tipo de experiência de diálogo e de reflexão.

Rosenilton Oliveira: *Outra temática que aparece em seus trabalhos é o debate em relação à intolerância religiosa. O senhor publicou, com a colaboração de outros pesquisadores, uma coletânea que aborda esse tema, sobretudo o impacto dos ataques de adeptos de igrejas neopentecostais às religiões afro-brasileiras. Considero “ataque” do ponto de vista do campo afro, pois para os neopentecostais essas ações podem ser lidas como atos de proselitismo ou de conversão. Esse livro tem provocado debates tanto*

na academia quanto fora dela. O senhor considera que o Estado deveria assumir como parte de políticas públicas o combate à intolerância religiosa?

Vagner Gonçalves: No começo, a coletânea foi pensada exatamente como uma forma de reflexão sobre a intolerância neopentecostal que, na minha opinião, é mais uma forma de racismo. Na época, não era muito aceitável esse argumento, inclusive por muitos antropólogos. Uma boa parte da academia via ali mais um conflito de interesse religioso, de proselitismo. E eu já argumentava que, na verdade, estávamos também diante de mais uma faceta do “racismo à brasileira”, só que obviamente dentro de uma outra configuração. Lembro que, no período, em contato com a direção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), solicitei que a gente fizesse uma moção condenando esses ataques, denunciando-os também como uma espécie de racismo, mas isso não foi possível. Então eu me dispus a organizar essa coletânea. Na ocasião, eu era membro de um comitê de relações étnicas e raciais da ABA, chamado Crer, então aproveitei os encontros que a gente tinha com antropólogos para propor essa coletânea. Enfim, ela foi feita por pesquisadores que estudavam as religiões afro-brasileiras e neopentecostais. Convidei, além disso, um advogado que pudesse escrever sobre as leis existentes contra esse tipo de intolerância religiosa e especialistas que pudessem escrever sobre a intolerância em relação à diversidade de orientação sexual, na medida em que esses grupos religiosos neopentecostais alardeiam a chamada “cura gay”. Bom, essa coletânea acabou sendo uma coletânea importante porque reuniu um núcleo de pesquisadores especialistas que falaram dessa intolerância no Brasil e em outros países, como Argentina, Uruguai. Ela possibilitou que uma reflexão conjunta e contundente fosse feita, mostrando que existe um impacto muito grande desses ataques sobre a própria constituição dessas religiosidades, que não têm, vamos dizer assim, uma estrutura tão poderosa quanto a das igrejas evangélicas que estão associadas à mídia, ao parlamento, ao executivo etc. Essas religiosidades afro-brasileiras existem há séculos como comunidades de interação face a face, e o Estado, só muito recentemente, passou a olhar para elas dando-lhes algum suporte por meio de políticas públicas, seja de tombamento de terreiro como bem material, seja de inscrição dessas comunidades como bens imateriais. E eu não estou falando aqui em termos de “preservação”, porque eu acho que essas comunidades vêm se “autopreservando”, independentemente do Estado, há muito tempo. Ao contrário, acho que é o Estado que deveria se pôr ao lado dessas comunidades, vê-las como parceiras e aprender com elas sobre as estratégias de preservação. Enfim, acho que a ideia dessa coletânea foi exatamente mostrar a necessidade de se ver a intolerância como um problema não só religioso, mas sobretudo um problema relacionado a políticas públicas, direitos humanos, liberdade, cidadania.

Rosenilton Oliveira: *O senhor já tinha comentado, no início da nossa conversa, com relação a sua tese de livre docência, como, a partir da figura do Exu, pensou alguns diálogos na produção da assim chamada identidade nacional ou ainda das apropriações da herança cultural africana no Brasil. São várias coisas que impressionam nesta tese: a análise em si, o rico material etnográfico e o fato de o senhor*

ter trabalhado com uma análise mitológica, recolhendo e analisando cerca de duzentos mitos sobre Exu. O senhor poderia contar um pouco mais sobre esse processo de análise dos mitos sobre Exu?

Vagner Gonçalves – Bom, o livro em questão foi algo bastante interessante e que me deu muito prazer. Aliás, todos esses trabalhos citados foram feitos com bastante prazer, e essa é uma condição básica que eu ponho para realizar qualquer pesquisa: tem de me mobilizar do ponto de vista da vontade de querer fazer. Eu sempre digo isso aos meus orientandos: pesquisa é algo que dá muito trabalho, exige muita dedicação. Então, se você já começa a fazer sem estar motivado internamente, fica muito difícil dar continuidade ou buscar motivação para querer fazer algo melhor. O trabalho sobre Exu foi uma consequência do trabalho sobre intolerância religiosa, quando eu percebi que a figura de Exu era central, em termos de sintetizar uma ideia demonizada das divindades africanas, de um lado, e, de outro, por ser uma figura extremamente importante até para o próprio desenvolvimento das igrejas neopentecostais. O povo da umbanda tem uma cantiga que fala: “Exu que tem duas cabeças, ele faz sua gira com fé. Uma é Satanás do inferno. Outra é de Jesus Nazaré”. Então, essa ideia para mim era muito interessante, porque eu via isso exatamente no ataque neopentecostal às religiões afro, em que Exu parecia exercer essas duas cabeças. Ele precisava ser satanizado exatamente para que a outra cabeça, Jesus, pudesse mostrar sua força de dominação. Mas, na tradição ioruba, Exu também tem duas cabeças. A partir daí, comecei a pensar que Exu poderia ser visto como uma encruzilhada, na qual se encontra a própria ideia de cultura brasileira, de cultura nacional. Sobretudo quando a gente percebe que o conjunto de valores que foram construídos como importantes para pensar a cultura brasileira revela suas bases fincadas nas heranças africanas, conservadas e dinamizadas pelas populações afro-brasileiras. E um ataque a essas heranças religiosas se faz pondo sob suspeita valores éticos deste mundo, que a gente poderia metaforicamente classificar como valores do mundo festivo e celebrativo do aqui e agora, como é o etos do candomblé. Bom, por isso eu achei que essas pistas poderiam ser interessantes para a gente pensar esse Brasil dos últimos anos. Se Exu é paradigmático desse Brasil como país sincrético e relacional, o ataque que lhe fazem questiona os limites dessa mediação e propõe talvez outras configurações. Então foi com essa ideia que a gente começou a trabalhar o material de Exu. Por outro lado, para trabalhar esse material, também era preciso mostrar as várias transformações míticas pelas quais o orixá Exu passou desde o seu processo de contato na África, a partir dos europeus. Foi muito interessante, porque a gente pôde perceber como, nesses mitos, houve uma transformação gradativa dessa imagem de Exu, a tal ponto, por exemplo, de encontrarmos um mito no qual Jesus é crucificado porque a mãe dele (Maria) não teria feito os ebós (oferendas) adequados para Exu. E por meio dessa mitologia, foi possível mostrar não só que houve de fato uma demonização do Exu, no sentido de uma visão cristã imposta a uma visão africana (no caso de uma divindade ioruba e fon-ewe), mas também que houve um movimento contrário, no sentido daquilo que eu chamei uma exucização do demônio, ou seja, a imposição de uma visão africana a uma divindade cristã. E a consequência desse processo é que o diabo, que era uma entidade considerada

o mal absoluto no sistema judaico-cristão, passou também a ser uma entidade relativizada no sistema afro-brasileiro. Esse argumento me pareceu importante para mostrar que havia também, por parte das agências africanas, uma imposição, ou então uma leitura em seus próprios termos do sistema cristão católico. Com isso, argumentei sobre a circularidade dessas representações tanto no espaço ritual quanto nas mitologias. E esses universos religiosos se influenciaram e se transformaram mutuamente a ponto de o Exu do sistema neopentecostal aparecer como o demônio de feições afro-brasileiras exatamente porque o demônio já tinha sido uma imposição do catolicismo aos sistemas africanos. Só que esse demônio que aparece no sistema neopentecostal é o demônio produzido nos terreiros, ou seja, o Exu-demônio. E esse Exu-demônio não é, na verdade, aquele mal absoluto tal como ele aparece no sistema neopentecostal. Então, esse jogo de espelhos, vamos chamar assim, entre os sistemas me pareceu bastante interessante para pensar nossas próprias encruzilhadas.

Rosenilton Oliveira: *Ainda na tese há uma parte na qual o senhor analisa as artes, abordando a construção, a presença dessas heranças africanas na produção artística brasileira. E pensando um pouco sobre esse universo da produção da arte afro-brasileira, ou da arte africana, para além do samba, do carnaval, em que outras formas, em quais outras expressões estéticas a gente poderia encontrar contribuições da cultura negra. Recordo inclusive que o senhor organizou uma exposição no Museu Afro-Brasil sobre a arte afro-brasileira pensando essa intersecção com a religião. O senhor poderia falar um pouco sobre esse diálogo entre arte e universo afro-religioso?*

Vagner Gonçalves: O que acho interessante mostrar é a importância da chamada mão afro-brasileira, para usar o termo bastante feliz de uma exposição que houve por ocasião dos “500 anos do Descobrimento do Brasil” (ou melhor, de contato dos portugueses com as terras daqui). Como se viu nessa exposição, a presença desta mão e sua importância para a produção estética nacional começa lá no barroco, com os primeiros diálogos destas heranças africanas com outras tendências. O que eu procurei mostrar tanto na exposição *Divina Inspiração*⁵ como em outros trabalhos (por exemplo, na coleção *Memória Afro-brasileira*, volume “Artes do corpo”), é que essa produção de artistas específicos, seja na literatura, seja nas artes plásticas e na fotografia, tem alguns elementos de reflexão extremamente importantes, que dizem respeito a certos pontos de vista, “lugares”, de onde se produz. Eu tendo a chamar isso, como fazem Sidney Mintz e Richard Price (2003), de certas “orientações cognitivas”. Então, não necessariamente que essas obras de arte sejam afro-brasileiras porque elas tenham sido produzidas necessariamente pela “mão afro-brasileira”, mas elas possuem uma forma de reflexão sobre o mundo que as tornam relevantes para efeito da análise exatamente por expressar essas possíveis orientações. Por exemplo, pensar na arte dos assentamentos dos terreiros como uma arte da *assemblage*, em que um conjunto de elementos tributários de vários universos físicos sintetizam

⁵ A este respeito cf Silva (p. 118-205).

uma forma, vamos dizer, do cosmos em relação ao mundo da materialidade, mas que não existe senão em relação ao mundo espiritual. Então, a própria dicotomia entre sagrado e profano, nessa leitura, não existe. Ela não pode ser colocada. No meu artigo sobre Caribé (2008, p. 118-205), procurei mostrar que o que ele produz e com o que produz já perfaz em si uma espécie de influência ou orientação dadas pela presença religiosa afro-brasileira. Então, por exemplo, O *Mural dos Orixás*⁶ não quer ser uma “representação” dos orixás, mas do meu ponto de vista almeja ser uma “obra fetiche”. A obra é em si uma manifestação da presença do sagrado. Então, na composição, por exemplo, dessas imagens dos orixás entalhados, Caribé solicitou que os adereços dos orixás fossem produzidos por outros “artistas do sagrado” que produzem esses adereços para o próprio universo do candomblé. Assim, ele fabricou estas obras tal como um pai ou uma mãe de santo produz um assentamento. E isso é um dado que a gente observa não só no Brasil, mas em outros países, como Haiti ou Cuba. Em Cuba, por exemplo, as *ngangas* do Palo Monte são *assemblages* que miniaturizam o macrocosmo, o mesmo ocorrendo com os assentamentos de orixás no Brasil.

Rosenilton Oliveira: *O senhor tocou num ponto que seria já a nossa próxima pergunta: a transnacionalização das religiões. O senhor também está orientando pesquisas que possuem interfaces com Cuba e Moçambique. Poderia nos falar dessa circularidade de lideranças religiosas e a produção de um campo de pesquisa da diáspora afro-religiosa?*

Vagner Gonçalves: Quando pensamos em religiões afro-brasileiras, pensamos em religiões formadas por heranças africanas advindas da escravidão. Entretanto, essas religiões parecem ter se constituído como modelos de instituições urbanas principalmente em fins do século XIX, num fluxo de diálogo muito intenso entre Brasil e África no período pós-abolição. Ou seja, embora a ideia de manutenção de “legados imemoriais” tenha seu papel, parece-me que é muito mais razoável pensarmos numa dinâmica de trânsitos transatlânticos contínuos que se deram e continuam se dando entre África e Brasil. Então, muitas vezes, o termo “reafricanização”, com o qual trabalho, assim como vários autores, acaba não sendo muito adequado, em razão da dificuldade em entender onde uma coisa começa e onde outra termina. Aliás, esse é o enigma dos círculos. O exemplo do filme *Rota dos Orixás*⁷ é esclarecedor. Nele, a gente vê um pai de santo brasileiro, do Maranhão, cantar uma cantiga que é gravada pelo diretor e depois levada para a África Ocidental, onde um sacerdote africano a escuta e fica extremamente emocionado em saber que a cantiga teria se preservado na rota da escravidão. A impressão que dá é que essa cantiga sempre esteve no Brasil como uma herança africana do tempo da escravidão. Aquela cantiga, entretanto, foi coletada pelo pai de santo num encontro

6 Painel exposto no Museu Afro brasileiro, em Salvador.

7 [N. E.]: Refere-se ao documentário *Atlântico Negro: na Rota dos Orixás*, de 1998, dirigido por Renato Barbieri.

que ocorreu em São Luís do Maranhão, patrocinado pela Unesco, se não me falha a memória, em 1985. Nesse encontro, os sacerdotes africanos cantaram essa cantiga e o pai de santo maranhense gravou e introduziu na liturgia de sua casa. Então, a reafricanização é um processo complexo e circular de constante retroalimentação. Acho que devemos pensar o desenvolvimento destas religiões como resultante de um processo dinâmico de diálogos constantes entre os polos africanos e os polos americanos nas suas constituições mais antigas (como Brasil, Haiti, Cuba etc.), mas, agora, também com novos parceiros, como Argentina, Uruguai, Portugal, França, Bélgica etc. Lembro-me que, quando estive em Paris, fui visitar um terreiro de umbanda onde as pessoas cantavam os pontos num português absolutamente perfeito e as divindades, quando incorporadas, também procuravam falar em português. Mais tarde, soube que aquelas pessoas, na verdade, tinham pouco conhecimento do português para além daquele contexto de “língua ritualística”, de uma língua que se falava naquele contexto dos rituais. O mesmo se aplica aos espíritos dos caboclos da umbanda que, quando incorporam os argentinos e uruguaios, em terreiros situados em seus países, procuram falar em português. Já no Brasil, espera-se que os orixás falem o ioruba! (risos). Então você vê como essas circularidades vão se constituindo.

Rosenilton Oliveira: *O senhor comentou sobre sua experiência na França, mas o senhor também esteve em Cuba, realizando uma pesquisa, recentemente. E morou um período nos EUA, tanto para desenvolver pesquisa (na Harvard University) como para atuar como professor visitante (na City University of New York). Quais as principais diferenças entre a academia norte-americana e a brasileira no que concerne ao estudo das heranças africanas?*

Vagner Gonçalves: Bom, primeiro, há uma diferença de composição étnica muito grande, por exemplo, entre o Brasil e os Estados Unidos. A população negra lá participa da população nacional de maneira muito menor do que no Brasil. Agora o que é curioso, eu acho, é que, talvez até por questões de poder econômico, nos Estados Unidos se constituíram grandes centros de estudos africanos e afro-americanos. Esses centros de estudos possuem inclusive arquivos, possuem uma documentação bastante rica em relação a isso. É interessante como essa documentação está disponível para os pesquisadores, de forma que os estudos se desenvolvem com uma possibilidade, vamos dizer, de análise inimaginável para pesquisadores brasileiros. Para você ter uma ideia, no Brasil, nós temos inúmeros acervos de objetos religiosos (muitos coletados a partir de invasões de terreiros ocorridas no passado). Temos a Coleção Perseverança, em Alagoas, a Missão de Pesquisas Folclóricas, aqui em São Paulo, o Museu do Homem do Nordeste, em Recife, o Museu Afro-Brasileiro, em Salvador, enfim. Quando você olha para o estado de preservação dessas peças, a gente sente assim um nó na garganta, porque são peças, muitas delas, com mais de cem anos que, exceto em raros casos, estão se degradando nesses acervos, por falta de uma política de salvaguarda e preservação e, sobretudo, de uma política de investigação, de investimento acadêmico no estudo destas peças. É muito diferente da situação que se verifica em relação aos acervos

e à capacidade de reunir informações nesses centros de estudos africanos e afro-americanos. Nós não temos, por exemplo, no Brasil, a constituição de departamentos de estudos africanos ou afro-americanos.

Rosenilton Oliveira: *Essa seria a minha próxima pergunta. Muito recentemente, deu-se a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), cuja configuração serve também para atender os requisitos da Lei nº 10.639/2003 e suas alterações – que obriga o ensino de cultura africana, afro-brasileira e indígena. Parece que pensamos os nossos africanos, entre aspas, no Brasil, mas não pensamos os africanos na África.*

Vagner Gonçalves: Acho que nós nem pensamos de fato os “nossos africanos”, no Brasil; acho que a gente tem dificuldade até de pensar, porque a questão toda não é nem a de pôr o outro na posição de observado, seja o outro das populações negras, seja o outro das populações indígenas. Ou, como dizia Guerreiro Ramos, pensar seriamente o “problema do negro” no Brasil é pensar o “problema do branco”, o mesmo valendo para o “problema do índio”. Penso que a questão é como essa academia se organiza, inclusive, para pensar esses universos dando poder político a essas pessoas e pesquisas no sentido de promover reflexões cada vez mais importantes que revertam para essas populações. Então começa por aí. A ausência de departamentos de estudos africanos ou afro-brasileiros denota uma estrutura de poder político na academia que não permite que estas temáticas surjam com a força que deveriam ter. Até porque para ter esses departamentos seria preciso alocar verba, instigar projetos, formar mais profissionais e tudo mais. Mas você poderia dizer: “Espera aí, existem outros departamentos (de história, antropologia, literatura etc.) ou mesmo linhas de pesquisa nestes departamentos que promovem esse debate”. Sim, promovem, mas olhe para os departamentos de ciências humanas das universidades brasileiras e veja a quantidade existente de pesquisadores ou linhas de pesquisa voltados para estudos africanos e afro-brasileiros. E não precisaríamos falar em termos de estruturas burocráticas de departamentos para abordar este tema. Basta nos perguntarmos se a “história da África” ou da “literatura africana” fazem parte do ensino de graduação da maioria das universidades brasileiras. Apenas recentemente isto tem mudado, por conta inclusive dos fatores que você apontou acima. Mas isso não é uma tendência geral. Como eu estava dizendo há pouco, em relação ao meu departamento, a linha de estudos africanos e afro-brasileiros em vez de se manter ou expandir, diminuiu. Então o que esses últimos governos federais fizeram em termos de reverter esse processo foi extremamente importante – a constituição dos Neabi, por exemplo, a Lei nº 10.639, entre outras medidas que obrigam uma transformação em vários planos, no plano do ensino efetivo nas escolas, da produção de material didático, da formação de habilitações nas licenciaturas etc. Então, essas transformações são muito recentes e são louváveis, embora haja, atualmente, por conta da situação mais recente do Brasil, uma tentativa de retrocesso em relação a essas questões, mas elas foram extremamente importantes. Então, voltando à minha (limitada) experiência nesses centros estrangeiros, vejo que a gente, como brasileiro, se choca, por exemplo, com a quantidade de coisas que se encontra lá fora sobre o

nosso país que nós, muitas vezes, não temos aqui, nós não conseguimos organizar aqui. Isso se dá, obviamente, por uma série de fatores, o fator econômico é um deles, mas eu diria que o conservadorismo da estrutura de produção e detenção do conhecimento na universidade brasileira exerce um peso contraproducente.

Rosenilton Oliveira: *O senhor tocou um pouco no cenário político econômico atual, e minha próxima pergunta diz respeito a isso, a pensar políticas públicas. E agora o senhor falou sobre o processo de patrimonialização dos terreiros. Que outros caminhos a gente poderia pensar nesse sentido, para além dessas duas chaves que estão aí (as cotas e o tombamento)? Além disso, o senhor poderia comentar um pouco sobre o processo de adoção de cotas na Universidade de São Paulo e, mais especificamente, no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia? Em resumo, se fosse possível fazer um balanço, e a gente sabe que balanços são sempre complicados, sobretudo no calor do momento, mas sobre quais pontos e quais linhas o senhor poderia refletir rapidamente nesse cenário atual, quais os avanços e os desafios que ainda estão por vir nesse campo das relações étnico-raciais?*

Vagner Gonçalves: Olha, de fato existe um marco que foi a Constituição de 1988, que conseguiu, de uma certa maneira, atender a um conjunto de reivindicações, não só das populações negras, como também das populações indígenas; mas obviamente que para isso é preciso muita regulamentação, que vem a conta gotas. De todo modo, os avanços ocorridos nos últimos tempos foram bastante significativos, se a gente compara, vamos dizer, com o passado; e exatamente porque na esfera pública estão sendo colocados certos debates que não se colocavam, e isso tem gerado um conjunto de “posições novas”. Do ponto de vista dos temas que estudo, o Brasil dos anos 2000 é tão interessante para você pensar a constituição dos debates destes temas na esfera pública, da nossa identidade nacional, por exemplo, seja lá o que isso signifique, quanto foram os anos de 1930 em relação a esses mesmos debates, sobretudo do ponto de vista da eleição dos símbolos étnicos como símbolos nacionais. Eu gosto de citar um exemplo bem interessante que é o artigo “Feijoada e Soul Food: 25 anos depois”, do professor Peter Fry (2001), no qual ele reflete, como o próprio título diz, sobre um artigo que escreveu no passado. No primeiro artigo, ele fez uma análise mostrando que, na constituição dos símbolos nacionais brasileiros, como o samba, candomblé, feijoada etc., teria havido uma apropriação destes símbolos negros por parte das elites brancas. Nos Estados Unidos, isso não teria ocorrido, em razão do modelo de relações raciais entre negros e brancos. Lá a “soul food”, comida dos negros sulistas, permaneceu como símbolo étnico até hoje e ninguém pensaria em designá-la como representativa da cultura norte-americana. No segundo artigo, o autor revê sua interpretação e explica este trânsito entre símbolos étnicos e nacionais mais por um processo de trocas culturais entre os grupos envolvidos, em que a dimensão do poder não deve ser sobrevalorizada. Justifica a interpretação anterior como resultado do contexto dos anos de 1970: havia um excesso de marxismo na academia brasileira e a chave do poder era usada para abrir todas as portas. Eu acho que esses dois artigos de Peter Fry, o anterior e o recente, são paradigmáticos entre duas posições que têm se polarizado cada vez

mais na academia, na militância e no Brasil em geral. Ter de optar entre explicações do tipo “cultura do poder” ou do “poder da cultura” pode levar a essencialismos ou radicalismos que deveríamos tentar evitar. Em minha opinião, essas duas relações estão imbricadas o tempo todo. O empoderamento das expressões culturais de origem negra no Brasil está trazendo muito desconforto às pessoas, principalmente quando este empoderamento caminha ao lado do reconhecimento dos direitos das populações que as produzem. Isso é que eu dizia quando falava de que Exu hoje é mais do que um demônio ou um símbolo do Brasil como país sincrético e “malandro”. Atualmente, o movimento negro tem usado Exu, Ogum e outros orixás do fogo e dos caminhos como símbolos de luta social. O Brasil contemporâneo desponta como um país multicultural e quando hoje se fala da população negra na produção social e cultural desse país, está-se dizendo exatamente que é preciso reconhecer esses grupos não só como produtores de cultura, mas como sujeitos de direito.

Rosenilton Oliveira: *Muito obrigado, professor Vagner, por esta entrevista. Foi bastante proveitosa, deixando muitos pontos de reflexão aos leitores.*

Vagner Gonçalves – Eu que agradeço.

Referências

- FRY, Peter. Feijoada e *Soul Food*: 25 anos depois. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (orgs.). **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Os orixás da metrópole**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Exu Brasil: o senhor de muitos nomes**. 2013. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.
- _____. **Exu, guardião da casa do futuro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- _____. (org.). **Caminhos da alma**: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2012, v. 1.
- _____. (org.). **Artes do corpo**: memória afro-brasileira. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2004, v. 2.
- _____. (org.). **Imaginário, cotidiano e poder**: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2007, v. 3.
- _____. (org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. Arte religiosa afro-brasileira - As múltiplas estéticas da devoção brasileira. In: **A Divina Inspiração Sagrada e Religiosa** – Sincretismos (Catálogo de Exposição). São Paulo: Museu Afro Brasil. p. 118-205.
- STRATHERN, Marylin. **Fora de contexto**: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

Recebido em 27/07/2016

Aceito em 25/08/2016

**CIÊNCIAS SOCIAIS COM MARIA:
pesquisas empíricas sobre o Reinado**

***SOCIAL SCIENCES WITH MARY:
empirical researches about the “Reinado”***

Flávia Ferreira Pires*

PEREZ, Léa Freitas; MARTINS, Marcos da Costa; GOMES, Rafael Barros. **Variações sobre o Reinado: um rosário de experiências em louvor a Maria.** Porto Alegre: Medianiz, 2014. 208p.

Esta resenha apresenta criticamente as ideias gerais contidas no livro *Variações sobre o Reinado. Um Rosário de Experiências em Louvor a Maria*, organizado pela professora titular Léa Freitas Perez, da Universidade Federal de Minas Gerais, e por seus ex-alunos Marcos da Costa Martins e Rafael Barros Gomes. Reunindo oito artigos elaborados a partir de pesquisas de campo sobre (e com) Nossa Senhora e as congadas (ou reinado) em Minas Gerais, traz também uma pequena apresentação e uma conclusão, além do prefácio escrito por Mauro Passos, que salienta a criatividade e ao mesmo tempo o rigor teórico da coletânea, a orelha assinada por Carlos Steil, que ressalta a importância no livro para pensar as questões do catolicismo atual, ao mesmo tempo em que congratula os autores pela “beleza” do que nos é servido, como um “mesa posta com o requinte da etiqueta e da civilidade”, e a quarta-capa assinada por Otávio Velho, que celebra a raridade do livro: obra coletiva, mas “harmoniosa”, “tão ousada e provocadora”.

Por isso, em tom pouco corrente, mas sem sintonia com o livro, começo essa resenha desaconselhando a leitura da coletânea de artigos nas seguintes circunstâncias: caso o leitor seja pouco afeito à reflexão criativa e inventiva; acredite na lógica cartesiana como solução para os problemas heurísticos das ciências sociais; e pense que seja viável fazer uma boa pesquisa mantendo-se neutro em relação aos seus “objetos”. Caso o caro leitor se veja refletido em algumas

* Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ/Brasil), professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), editora da Revista Política & Trabalho. E-mail: ffp23279@pesquisador.cnpq.br

das três circunstâncias, gostaria de desaconselhar fortemente a leitura do livro, assim como a continuidade da leitura dessa singela resenha.

De outro lado, o livro é fortemente indicado aos espíritos livres, aos que não têm medo de pagar com a própria alma, no sentido maussiano, pela sua experiência no campo; aos que se lançam ao ofício de cientista social como um artesão, com delicadeza e com humildade; aos que, novamente como o grande demiurgo, Mauss, não se contentam com as respostas já encontradas, mas a cada *insight* lançam-se em um novo empreendimento de pesquisa, sempre fazendo outras maiores perguntas, com a bênção, Guimarães Rosa. Como lemos na quarta-capa, os textos reunidos “são produtos do amor ao reinado e ao rosário de Maria”, ou seja, não é o tipo de leitura que se encontra facilmente nas ciências sociais.

Chama atenção do leitor o formato não convencional da escritura proposta, que mistura as vozes, muitas vezes numa harmoniosa “composição”, como afirma Velho, noutras como em um diálogo franco no qual é possível, por vezes, mas nem sempre, identificar quem fala. O recurso usado para esse efeito é o colchete e a chave que, de tempos em tempos, irrompem no texto, convidando a reflexão a um bailado, muitas vezes em direção a prosas teóricas e outras na rota das prosas poéticas.

O “Pequeno in-forme” escrito por Léa Freitas Perez, professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, informa que muitos dos trabalhos ali apresentados são resultado de orientações de mestrado e doutorado ou nasceram da sala de aula. Nesse sentido, podemos dizer que a maioria dos textos nasceu de etnografias de congadas de Minas Gerais elaboradas em Minas Gerais, na UFMG e no Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis (CER). A harmonia da composição é, provavelmente, resultado de diálogos dentro e fora dos limites do texto, realizados em sala de aula e em conversas de orientação. Em alguma medida, são pesquisas coletivas inspiradas pelo modo de produção de conhecimento do Colégio de Sociologia. Mas o livro também conta com pesquisas elaboradas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade de Brasília (UnB). A ideia do livro surgiu de uma conversa com o professor José Jorge de Carvalho e a professora Rita Segato.

“Duas memórias e um esquecimento: à guisa de introdução”, escrita pelos três organizadores, serve como introdução à potência e ao argumento do livro. Léa Freitas Perez traz o esquecimento e os outros dois autores as memórias. O texto é uma revisão de outro publicado em 2012 na revista *Lampejo* e discorre sobre memórias de infância das relações com o divino espetacular. Esse narrar do passado é acompanhado de uma voz teórica, que caminha junto, que ajuda a esquecer, para se recordar com mais propriedade.

“O cortejo da Virgem” de Marcos da Costa Martins, é um texto largamente histórico, ou hi[e]stórico, como afirmam os organizadores, que traça o percurso de devoção à virgem, atentando para a sua “singular ligação com a salvação e com o paraíso” (MARTINS, 2014, p. 38). “Hi[e]stória”, grafado dessa maneira peculiar, visa ressaltar o *double bind* que o termo comporta e solicita como fato e artefato histórico, como evento e acontecimento socioantropológico, como real factual e construção imaginária e/ou discursiva”, como afirma Léa (PEREZ, 2014, p. 13). A exemplo desse, o livro traz alguns neologismos, atestando a sua força criativa e erudita. No texto

de Marcos, vai-se da religião grega, do culto de Isis às aparições das virgem Maria, chegando nas congadas mineiras de hoje em dia. Nesse processo, o Concílio de Trento teve papel importante ao, em 1563, oficializar o culto de Maria e dos santos, ressaltando os seus poderes de intercessão. É a partir daí que o culto mariano invade a América.

“Das Terras de lá às terras de cá: reis são reis”, de Rafael Barros Gomes, fala da relação entre a entronização de reis africanos e o império português, além da associação a poderes mágico-espirituais. O cenário do capítulo é o encontro de África, Portugal e Brasil, através de Nossa Senhora do Rosário. Seu rosário estabelece relação direta com o Rosário de Ifá, usado por sacerdotes africanos. Embora os congados brasileiros variem de região para região, assim como o maracatu pernambucano e as festas das taieiras sergipanas, para citar algumas, “a entronização de reis e a sua associação a poderes mágico-espirituais é uma constante que se vê associada à hi[e]stória maior da entronização de reis africanos e às recodificações operadas a partir do encontro deles com os portugueses” (GOMES, p. 82).

Em um contexto no qual o Brasil foi tido como essencialmente católico desde a sua fundação, como afirmam os pesquisadores da religião brasileira, como o reconhecido professor Pierre Sanchis, o capítulo “D’África ao Brasil: elementos hi[e]stóricos coformadores e estruturantes do congado belo-horizontino”, de Marcelo de Andrade Vilarino, fala da formação da religiosidade afro-brasileira a partir das irmandades negras devotas de Nossa Senhora do Rosário, pondo em foco grupos de congado da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. O texto é uma contribuição para os estudos sobre a temática afro-brasileira através do abandono do “velho olhar centrado na violência da conversão sofrida pelos negros diante do imponente cristianismo católico” (VILARINO, 2014, p. 100), mas focando nos aspectos “tornados invisíveis pela pátina do tempo, mas que justificam para o fiel do congado dedicar sua vida à celebração de uma hi[e]stória que a rigor não se justificaria festejar” (p. 100).

“Lá no céu, cá na terra: mãe e rainha”, de Vânia Noronha, trabalha a festa de Nossa Senhora do Rosário pensando-a teoricamente, a partir dos conceitos de festa-fato e festa-questão ou festa em perspectiva e festa como perspectiva – para entender melhor esses conceitos, é imprescindível recorrer ao livro *Festa como perspectiva e em perspectiva*, publicado em 2012, e organizado pelas autoras Léa Freitas Perez, Leila Amaral e Wania Mesquita, uma compilação de artigos que condensam e, ao mesmo tempo, avançam definitivamente a discussão teórica sobre festa no Brasil. No texto de Vânia, a festa “transborda de transdutores hídridos, pelos quais se manifestam o patente [festa-fato] e o latente, onde estes são fermentados [festa-questão]” (NORONHA, 2014, p. 123). Para ela, “o congado é uma prática festiva, organizacional e educativa na qual os dois polos [patente/latente, festa-fato/festa-questão] se tencionam, equilibram-se e se relacionam de forma recursiva” (NORONHA, 2014, p. 104).

“Por uma poética das sombras: breves notas sobre o congado setelagoano”, de Taís Diniz Garone, vai tecendo, em tom poético, perguntas e considerações teóricas e metodológicas a partir do congado de Sete Lagoas, Minas Gerais, sem medo de aprender a ser pesquisadora e de viver a beleza e singularidade do instante.

“Em nome da mãe: tradição e *performance* na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte”, de Rubens Alves da Silva, evoca a figura de dona Joaquina como pioneira na fundação, no comando e controle da ordem na irmandade congadeira, além da sua função simbólica como rainha, na periferia de Belo Horizonte, problematizando tradição e *performance*.

“Da festa e de seus afetos: rastros de uma trajetória ou uma experiência com o sagrado [no congado] em Justinópolis”, de Juliana Aparecida Garcia Corrêa, pontuando Michel Leiris (1979), recorre à sua memória da infância para tratar do sagrado e da festa.

Finalmente, “Alguma [mínima] teoria e um pouco de hi[e]stória”, de Léa Freitas Perez, junto com seus outros livros e textos, *Festa, religião e cidade* (2011) e *Festa para além da festa* (2012), a título de exemplo, contribui para uma verdadeira teoria da festa. De simples epifenômeno (festa em perspectiva), a festa vira teoria e metodologia, um “através” dela (festa como perspectiva). Nesse sentido, história e filosofia são ferramentas importantes para a escrita acadêmica, compondo um quadro ampliado junto com a sociologia e a antropologia. Para Léa, “as festas são fundamentais na estruturação de nosso tecido societário, de nossas pautas de relacionamento, de nosso estilo de vida, de nossa sensibilidade ético-estética” (PEREZ, 2014, p. 177). Mas ela alerta para o perigo de “substancializar e reificar os pares tradição/festa, modernidade/guerra, encarcerando-os num eixo de evolução inelutável da humanidade. [...] reduzidos e congelados ao eixo duro da História teleológica e finalista, ao puro reino/cárcere do Social” (PEREZ, 2014, p. 194). É nesse sentido que a festa não é Social.

Já pensando em concluir, ressalto que todo o livro entoa a delicada questão da tradução do vivido em texto, – “[...] como assentar em texto uma experiência viva?” –, pergunta Marcos da Costa Martins (2014, p. 58). É por meio de uma escritura coletiva, aos moldes do Colégio de Sociologia, recorrendo ao encontro com o outro e, necessariamente, consigo mesmo, que o livro responde à questão. Esse “outro” é o divino, a festa, a Santa, além dos congadeiros e brincantes. É um livro raro, bonito e emocionante, que nos faz sonhar com a possibilidade de fazer uma ciência social do “homem concreto”, “o francês médio, [...] o melanésio dessa ou daquela ilha” (MAUSS, 1974, p. 181), com a benção de Nossa Senhora, Amém.

Referências

- GOMES, Rafael Barros; MARTINS, Marcos da Costa; PEREZ, Léa Freitas. Duas memórias e o esquecimento ou de como a festa investe sobre o instante e preenche a memória, destruindo a palavra... **Lampejo**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 142-155, 2012.
- LEIRIS, Michel. Le sacré dans la vie quotidienne. In: HOLLIER, Denis. **Le collège de sociologie (1937-1939)**. Paris: Gallimard, 1979.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU-Edusp, 1974.
- PEREZ, Léa Freitas. **Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil**. Porto Alegre: Medianiz, 2011.
- _____. Festa para além da festa. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (orgs.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (orgs.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Recebido em 28/06/2016

Aceito em 22/07/2016

**FHC E OS DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA:
defesa e retomada do neoliberalismo**

***FHC THE DAILY PRESIDENCY:
Defense and neoliberalism resume***

Daniel de Souza Lemos*

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1995-1996**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015. 929 p.

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, inspirado em Getúlio Vargas, que governou o Brasil de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954 (quando cometeu suicídio, no dia 24 de agosto daquele ano), manteve um “diário”, onde registrou o dia a dia de suas atividades no exercício do poder. No ano de 2015, ao completar 15 anos de sua chegada à presidência, FHC decidiu, ainda em vida, publicar o resultado de seus registros. O objeto dessa resenha é proceder a uma crítica ao que se constitui numa defesa do legado do neoliberalismo no Brasil.

No dia 25 de dezembro de 1994, um domingo de Natal, Fernando Henrique Cardoso – presidente eleito da República Federativa do Brasil naquele ano – começava a pôr em prática a sugestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do presidente Getúlio Vargas: escrever a respeito do cotidiano do presidente da República, tal como havia feito, quase cinquenta anos antes, o próprio Getúlio Vargas.

Embora o nome da obra prometa um registro diário dos principais fatos do governo, que FHC se adianta em justificar que não serão escritos, mas gravados, “pois o dia a dia da Presidência do Brasil não permitiria o folgar necessário para pegar a caneta e escrever” (CARDOSO, 2015, p.11), na verdade não se verifica uma escrita diária. Mas momentos que envolvem, por vezes, até duas ou mais semanas de lapso temporal entre as gravações. Espaçamentos justificados pelo cotidiano agitado e intenso do governo do país, bem diferente da época do presidente Getúlio Vargas, como anota FHC (2015, p. 121): “Quanta dificuldade para manter minimamente um registro dos fatos ainda que não seja por escrito. Que diferença quando se pensa que Getúlio tomou nota meticulosamente no dia a dia, a lápis, de tudo que fazia”.

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: danielslemos@yahoo.com.br

As 885 páginas deglavadas, desse primeiro volume dos diários, estão divididas em duas partes, referentes ao primeiro e ao segundo anos de governo, ou seja, 1995 e 1996. Estes, por sua vez, também estão divididos em outros tantos capítulos – o ano de 1995 tem 29 capítulos e o ano de 1996, 27 capítulos. Mas o marco inicial da narrativa se dá antes do início do governo, ou seja, no Natal de 1994, quando Fernando Henrique apresenta como se deu a formação do seu primeiro ministério.

Nesse capítulo de abertura do *Diários*, FHC começa a “tocar a música” que será ouvida ao longo de todo seu período frente à presidência, a canção da “Equipe Econômica”, que os jornalistas mais críticos chamavam, ironicamente, de “ekipekonomika”. Ele frisava a relevância do “país do Real”, a consolidação da “menina dos olhos” do presidente:

Eu havia dito em toda a campanha que queria continuar a política econômica. Eu próprio tinha sido o estimulador e o ponto de atração da equipe que fez o Plano Real. Era muito importante para mim, e para o Brasil, que aquela gente permanecesse no governo (CARDOSO, 2015, p. 25).

Compuseram o núcleo duro da equipe econômica, durante quase todo o governo, os seguintes quadros oriundos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): Pedro Malan (Ministro da Fazenda), Pérsio Arida (Presidente do Banco Central), Edmar Bacha (Presidente do BNDES), Gustavo Franco, André Lara Rezende, Pedro Parente, Francisco Lopes, Gustavo Loyola, que ocuparam diferentes cargos ao longo dos dois mandatos. Ainda havia outro setor, que polarizou por certo tempo a condução da economia do país no início do governo FHC, representando o grupo paulista-tucano. Eram eles: José Serra, Luís Carlos Bresser-Pereira, Luís Carlos Mendonça de Barros, Sérgio Motta, que foram derrotados pela ekipekonomika oficial. Uma vez que Fernando Henrique decidiu confiar ao primeiro grupo a condução da política macroeconômica de seu governo, alijando das decisões mais relevantes desta área o grupo paulista. De tal sorte que as escolhas, ao longo do mandato, foram no sentido de implementar, de maneira fiel, as diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington, buscando um alinhamento com o capital internacional, diferente do que pretendia o grupo paulista, que era mais ligado aos interesses do capital nacional na política macroeconômica, principalmente no debate sobre taxa de juros e taxa de câmbio.

Os demais capítulos da obra versam sobre os temas mais relevantes do cotidiano do governo, segundo o ponto de vista do presidente-narrador, a saber: os primeiros dias de governo e o seminário na Granja do Torto, as questões da comunicação, da agricultura e da principal agenda de governo, as privatizações e as reformas constitucionais – em especial a emenda da reeleição. Outros temas também são abordados, como a escolha dos líderes do governo no Congresso, a questão da política internacional, além das primeiras quedas-de-braço entre os membros do ministério e líderes políticos da base: Pedro Malan vs José Serra, José Serra vs Pedro Parente, Pérsio Arida vs José Sarney, Sérgio Motta vs Antônio Carlos Magalhães, Pérsio Arida vs Gustavo Franco, entre outras disputas e fofocas, como diz Fernando Henrique Cardoso (2015, p. 104) que minavam o início do governo.

Disputas estas que, por vezes, tinham um caráter de fundo, quando se tratava dos temas econômicos, e eram protagonizadas pelos quadros dos grupos de São Paulo e da PUC do Rio de Janeiro, e, em outros casos, contendas que tinham um caráter de busca de espaço político no governo, quando eram protagonizadas pelos operadores de FHC, como foi o caso das polêmicas envolvendo Sérgio Motta, Antônio Carlos Magalhães e Sarney.

A consolidação da equipe econômica

Segundo FHC (2015, p. 27), “Se eu não resolvesse a equação da equipe econômica, não teria condições de seguir o curso que imaginava para o meu governo e teria que dar outra feição a ele”, pois essa era a área estratégica para que o presidente pudesse executar seu objetivo maior, a saber, terminar com o legado da era Vargas. Ou seja, para desarticular o aparelho estatal, privatizar as estatais, desfazer a legislação trabalhista, enfim, implementar o neoliberalismo, seria preciso acertar a área econômica.

Questões econômicas como a taxa de câmbio, que gerou muitos atritos entre Pérsio Arida, presidente do Banco Central, e Gustavo Franco, Diretor de Assuntos Internacionais do BC. Além do controle da inflação, as outras etapas do Plano Real, o encaminhamento das privatizações, e as questões administrativas como reforma administrativa e o fim da estabilidade dos servidores, ocupavam de maneira permanente as atenções do então presidente FHC. Pois esses temas eram o cerne do modelo político que o governo pretendia implantar ao longo do mandato, que veio a ser consolidado como estado mínimo neoliberal.

A consolidação da base da coalizão no Congresso, com vistas a aprovar a agenda governamental de privatizações e reformas constitucionais, estava entre as principais questões do dia a dia do presidente Fernando Henrique. As conversas com os líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – partido que não fazia parte da aliança que elegeu o candidato tucano em 1994 – Antônio Britto, José Sarney, Luís Henrique, Odacir Klein, Michel Temer, Jader Barbalho, Pedro Simon, Germano Rigotto eram fundamentais¹. Pois, segundo Fernando Henrique (2015, p. 69), “o PMDB não é um partido, mas uma federação de interesses e de valores”.

Ainda mais, a atenção que era preciso dar aos dois principais partidos que sustentaram a campanha e a coligação, Partido da Social Democracia Brasileira–PSDB (ao qual o presidente estava vinculado) e Partido da Frente Liberal – PFL (do vice-presidente Marco Maciel), também ocupavam a agenda política de Fernando Henrique. Cabe lembrar que o PMDB era o partido com maior número de senadores, 22, o PFL contava com 21 e o PSDB, partido de FHC, com apenas 10 senadores. Porém, bastavam para dar a maioria necessária ao governo na Câmara alta do Congresso brasileiro. O PMDB não estava na aliança eleitoral de FHC, mas

¹ A esse respeito ver as páginas 66-69, 89, 115 e 124.

foi preciso agregá-lo ao governo, para a articulação do presidencialismo de coalizão, que é a política de alianças usada pelo governo eleito por uma coligação de partidos minoritária no parlamento para que possa impor sua agenda, especialmente as reformas constitucionais.

Lidando com o fogo amigo

FHC se queixava das dificuldades para lidar com o Presidente Itamar Franco e sua *entourage*, e seu grupo de amigos que o tratavam como uma “criança mimada e birrenta” (CARDOSO, 2015, p. 83), dificultando sua ida para Portugal como embaixador do Brasil. Além de criticar, com frequência, a imagem que Itamar vendia sobre seu papel na criação do Plano Real, a principal bandeira de FHC:

O Itamar com um papel mais protagonístico no processo do Real do que ele realmente teve. Ele nem leu a URV (Unidade Real de Valor, unidade monetária que preparou a implantação do Real e entrou em vigor em 1º de março de 1994) a medida provisória, deixou tudo aos meus cuidados (CARDOSO, 2015, p. 137).

Fernando Henrique dava muita atenção às opiniões do deputado Delfim Netto “que de bobo não tem nada” e os “problemas que apontava” (CARDOSO, 2015, p. 144), para a economia, eram reais. E a Roberto Campos, de que lera “[...] um artigo excelente [...] mostrando a crise mundial do sistema financeiro, que aliás me preocupa, porque pode gerar uma grande crise daqui a algum tempo no sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 2015, p. 224). Esta passagem demonstra a mudança na visão de FHC sobre economia e desenvolvimento, ao se referenciar em dois pensadores que foram por muitos anos seus adversários na história política brasileira entre os anos 1960 e 1970.

Já a relação com seu companheiro de PSDB, José Serra, não era das mais fáceis, percebe-se pela quantidade de passagens críticas às posturas do seu Ministro do Planejamento: “Eu receava colocá-lo na Fazenda, seria provocar um impasse, porque praticamente todos haviam feito restrições ao Serra, não à sua competência, mas ao seu estilo”, “acho que o Serra não se sente bem vendo tantas homenagens que não sejam a ele”, e “Mais uma vez a desconfiança que o Serra tem de quase todo mundo leva a que jogue de surpresa, e isso não dá bom resultado” (CARDOSO, 2015, p. 27, 85 e 132, respectivamente).

Outro personagem que começava a aparecer naquela época, mas que ganhou notoriedade recentemente, e que já dava um certo desgaste à sua base de apoio, é o Deputado Federal do Rio de Janeiro Jair Messias Bolsonaro, sobre quem FHC registra a seguinte nota:

O Bresser foi profundamente ofendido por um tal de Jair Bolsonaro, que, segundo me dizem, foi capitão e é deputado. [...] Pedi aos líderes, na reunião que tivemos ontem no Ministério, que levassem adiante o processo de cassação dele por falta de decoro, porque acho que o governo tem que reagir a esse tipo de ação (CARDOSO, p. 106-107).

Outros dois personagens importantes no arranjo político de FHC, contudo não menos difíceis de lidar, eram os senadores José Sarney (presidente do Senado Federal) e Antônio Carlos Magalhães, o ACM. Sobre este, Fernando Henrique diz:

Antônio Carlos é aquela coisa que só ataca, que sopra, vai e vem, para dar a impressão de que tem uma força enorme no Planalto. Nunca foi ouvido num assunto relevante da República, mas eu também quero tê-lo com certa capacidade de entender o processo para que não cause muito mal. (CARDOSO, 2015, p. 195).

Sobre José Sarney, FHC é mais objetivo, “Sarney sabe fazer o jogo direitinho, exatamente como ele é” e, “tem o Sarney, que de todos os políticos nacionais, é o mais ardiloso.” (CARDOSO, 2015, p. 194 e 219). Os dois políticos foram, no decorrer desses dois primeiros anos de mandato de FHC, os que mais o preocuparam, no sentido de consolidá-los na sua base de aliados, pois era de onde FHC temia que pudessem vir seus mais fortes adversários. Pois, na época, Sarney cogitava concorrer à presidência em 1998 e ACM pretendia lançar seu filho, Luís Eduardo Magalhães; logo, lidar com eles era fundamental para Fernando Henrique.

Relações Internacionais, Mercosul, EUA

No plano Internacional, chama atenção a preocupação com as relações no Mercosul, com a Argentina, o Uruguai, o Chile, e com outros países que não faziam parte do Bloco. E também a relação com os Estados Unidos e a já antiga aspiração do Brasil de ingressar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), além do começo da relação com o então presidente norte-americano Bill Clinton. Na esfera econômica, destacava-se a proximidade com uma instituição que foi a marca da era FHC, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a relação cordial com Alberto Fujimori, que FHC chamava de ator, mas que tratava sem formalismo, chegando a gostar de seu senso de humor:

O Fujimori fez um show perfeito na Assembleia, é um ator, ele mesmo faz o script. Tem algo de autoritário, na verdade tem uma certa similitude com o Fernando Collor. No entanto, é um homem mais sensato, foi professor, foi reitor da universidade [...] além disso tem senso de humor. [...] Brincamos muito (CARDOSO, 2015, p. 181-182)

Cabe lembrar que Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru, foi alvo de escândalos em seu governo. Saiu do Peru, em viagem ao Japão, onde renunciou à presidência e pediu asilo político. Foi condenado em um julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas e genocídio, envolvendo a morte de 25 ativistas de esquerda. Por ser um expoente do neoliberalismo latino-americano, era um aliado internacional estratégico de FHC.

Por outro lado, a relação com a Argentina sempre foi mais tensa, em razão das disputas econômicas e pelo protagonismo como líder na América do Sul. No então ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, FHC (2015, p. 104) deu o seguinte “gelo”: “Depois o Cavallo telefonou. Não falei com ele porque não queria mesmo saber do que se tratava.”, o que sinaliza uma relação difícil e de disputa entre os dois governos, especialmente pela aliança econômica e diplomática com os EUA.

As tiradas maquiavélicas de FHC

Um dia da semana o presidente Fernando Henrique Cardoso reservava para conversar com a base aliada, “ontem recebi dezenas de pessoas – terça-feira é o dia em que recebo parlamentares” (CARDOSO, 2015, p.111). Afinal, era preciso controlar os partidos e, para isso “Recebi parlamentares o dia inteiro, aquela rotina bastante desagradável” (CARDOSO, 2015, p. 154) também,

[...] almocei e jantei com as bancadas do PTB, uma parte do PP e uma parte do PMDB. Continuamos nesse trabalho penoso, mas útil, porque as pessoas acabam se sentindo mais à vontade com o presidente e mais ligadas à necessidade de seguir certa diretriz política (CARDOSO, 2015, p. 165).

Nota-se a preocupação que FHC tinha em fazer política, ou seja, manter-se próximo dos aliados, dos atores com quem ele, mais adiante, teria que contar no Congresso.

Mas Fernando Henrique gostava de ter uma amplitude de atores com os quais contracenar, isso permitia a ele contar com várias possibilidades e alternativas para conduzir seu governo, “mais vale jogar com alguns partidos do que ficar na mão de um grande agrupamento político [...] prefiro lidar com essa diversidade, porque isso me permite manobrar uns contra os outros ou uns com os outros” (CARDOSO, 2015, p. 129). Um orgulho para Maquiavel, afinal “a pequena política acaba sendo a mais importante pelas consequências, que podem ser muito negativas” (CARDOSO, 2015, p. 131). Ou seja, FHC jogava com a variedade de interesses e quando necessário os manipulava para obter alguma vantagem política, inclusive semeando a discórdia entre os seus aliados para melhor manipulá-los.

Embora gastasse seu latim em conversas com os parlamentares da base de sustentação do governo, Fernando Henrique não deixava de fazer ameaças se preciso fosse:

Acho que há momentos em que o governo tem que ter clareza, é melhor saber quem são os aliados. Disse também, com tranquilidade: Nesse caso é o seguinte: quem não for, não estiver com o governo, está contra, e arcará com as consequências. Consequências, eles entendem logo que são demissões, e eram mesmo, eu estava disposto a isso (CARDOSO, 2015, p. 125).

E também dava demonstrações de que gostava e podia ir para o enfrentamento, como notamos nessa passagem sobre o líder do governo Luís Carlos Santos: “Ele compõe, não gosta de enfrentar, compõe mais do que enfrenta. Terei que dar mais sinais de luta, de guerra, para que eles possam avançar no congresso” (CARDOSO, 2015, p. 130).

Em tempo: quem tira, antes tem que dar. Uma prática do presidencialismo de coalizão, que também faz parte da história política brasileira, sendo portanto uma tradição institucional a participação dos partidos no governo mediante cargos comissionados,

Bernardo Cabral me ligou dizendo que a bancada do PP queria falar comigo. Vieram todos, uns trinta deputados e quatro ou cinco senadores, para reafirmar o apoio ao governo. Recebi o apoio e disse que continuaria prestando a devida atenção ao PP. Eles sabem o que significa “a devida atenção”, naturalmente interpretarão no sentido de que alguma participação terão (CARDOSO, 2015, p. 141).

Justifica-se o toma lá, pois, como diz, “são fatos da vida brasileira”, pois “a força política interfere muito, sobretudo nos órgãos regionais. Tenho que levar isso com jeito, salvando o interesse público mas também sem me privar da força de apoio necessária no Congresso.” (CARDOSO, 2015, p. 142).

Na relação com os partidos aliados, FHC ainda falava sobre como pretendia agir para esvaziar o principal partido aliado do PSDB, o PFL, o que anos depois se sabe que realmente aconteceu por uma série de circunstâncias:

[...] as bases de sustentação do PFL, estão sendo minadas. Nós estamos controlando Comunicações, Educação, toda a área Financeira, que é onde o PFL estava aninhado antes. Portanto, a espuma política do PFL é espuma, as bases reais de poder estão vindo para as nossas mãos, ou do PSDB, ou de gente independente. E, se tivermos capacidade política, isso mais tarde dará os frutos necessários (CARDOSO, 2015, p. 97).

Fernando Henrique mostra como atuava, também com desenvoltura, na cooptação de quadros dos partidos como, por exemplo, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PDT), e o Senador Álvaro Dias, do PMDB paranaense, Além do então governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, um de seus principais aliados, “este é o mais inclinado [a mudar para o PSDB], depende de dez pessoas com as quais vai falar no Rio Grande do Sul” (CARDOSO, 2015, p. 170).

Deputados do PSB de Miguel Arraes – então governador de Pernambuco – também participavam de jantares cujo prato servido era dos mais temperados: “vou jantar com cerca de dez parlamentares, uns oito do Partido Socialista Brasileiro, ligados a Arraes, que querem vir para o PSDB porque não aguentam mais o atraso do PSB. Vamos ver o que sai desse jantar de hoje.” (CARDOSO, 2015, p. 155).

Acertos com o Superior Tribunal Eleitoral (STF) e com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) – “tenho estado em contato permanente com o Ministro

Raimundo Brito, duas vezes por dia ele me dá os informes” (CARDOSO, 2015, p. 138) –, com o Tribunal de Contas da União (TCU) –“jantei com os ministros do Tribunal de Contas junto com o Serra. Sem novidade, apenas muita simpatia” (CARDOSO, 2015, p. 181) – e com a imprensa –“almoço com os filhos dos donos do Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde” (CARDOSO, 2015, p. 134) também faziam parte da tática do governo.

Uma ação estratégica para o governo, realizada ainda no primeiro semestre de 1995, foi a nomeação de Geraldo Brindeiro como Procurador-Geral da República, que, em razão da sua postura de bloquear investigações contrárias ao governo, ficou conhecido pela alcunha de “engavetador geral da república”.

Portanto, é possível notar que Fernando Henrique Cardoso, no exercício de seu mandato presidencial, sempre agiu, nas diversas frentes citadas, e utilizando os mais variados recursos, no sentido de viabilizar seu programa político e econômico, seguindo as lições de Maquiavel sempre que possível e necessário.

Mágoas com Lula e a CUT

Fernando Henrique nunca escondeu as mágoas que nutria em relação ao seu então maior opositor, Luís Inácio “Lula” da Silva, “o Lula posando outra vez de herói nacional [...] com uma frasezinha: ser professor de ciência política não significa saber fazer política” (CARDOSO, 2015, p. 107), e também em relação à Central Única dos Trabalhadores (CUT): “lá fora gritaria da CUT, gritaria contra as reformas [...] foi uma barulheira desrespeitosa ao presidente da República e às próprias instituições republicanas.” (CARDOSO, 2015, p.143), que adjetivava de passadista, “algo muito consolidado, de um passadismo, uma atitude que não é nem revanchista, é passadista, de gente que precisa de movimentação e crê que tem diante de si um inimigo histórico” (CARDOSO, 2015, p.143) e que não toleraria mais: “não quero mais esse tipo de manifestação perto de mim. Que façam longe. Alto-falante não quero. Quando eu estiver falando, tem que haver respeito. Vou mandar confiscar o alto-falante e abrir processo.” (CARDOSO, 2015, p. 143-144).

Um antigo professor e colega de USP – Florestan Fernandes – também teve seu lugar nos desabafos de FHC. Como na nota fria, presente no *Diários*, quando da morte do sociólogo, então Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo: “Interrompi para comunicar a Ruth por telefone que o Florestan morreu esta madrugada em São Paulo. Pedi que ela fosse ao enterro porque eu não vou.” (CARDOSO, 2015, p. 193).

Acordei cedo, antes das sete, ligo a televisão, tem a notícia de que o Florestan morreu. Me chocou, doeu. Apesar de todas as distâncias que temos hoje, há um passado de vida em comum. Recebi muito incentivo dele. Depois, Florestan, infelizmente, não evoluiu no tempo. Foi um homem correto. Senti muito (CARDOSO, 2015, p. 196).

Nota-se que, ao longo de seu percurso político, FHC se distanciou do campo político ao qual pertencia inicialmente, inclusive desfazendo relações pessoais, profissionais e afetivas anteriores à presidência.

Resumo da ópera

Fernando Henrique Cardoso manifesta o desejo de por um fim ao que resta da era Vargas no Brasil: “Para acabar com o legado de Getúlio Vargas, é preciso ter alguma inspiração nas habilidades dele” (CARDOSO, 2015, p.130), e não perde a oportunidade de realçar a importância de seu papel político institucional ao afirmar “Faz dois anos que toda a política gira ao redor do que eu disse ou deixei de dizer” (CARDOSO, 2015, p. 229). O então presidente-narrador demonstra de maneira cabal um ego que não cabe em si, ao frisar, entre outras coisas, que seus discursos foram sempre muito aplaudidos, muito ovacionados. “Fui convidado para comemorar os cinquenta anos da Unesco em Paris, eu seria o orador oficial em nome de todos os presidentes. Acho uma boa ideia” (CARDOSO, 2015, p. 178).

Gaba-se ainda de conhecer vários idiomas, quando na Bélgica, em contato com a União Europeia, respondeu entrevistas feitas por jornalistas de várias nacionalidades: “respondi a todas as perguntas que me foram feitas, como é fácil para mim, na língua que formularam, em inglês, francês e espanhol. Isso sempre causa um certo impacto” (CARDOSO, 2015, p. 243).

Por outro lado, a presidência ainda permite momentos de descontração com os amigos intelectuais, especialmente com o historiador paulista quatrocentão, Boris Fausto: “ontem jantei na casa do Roberto Schwarz com o Bento Prado Jr. [...] até o Rui Fausto, o irmão do Boris Fausto, estava lá, com cara meio estranha, ele é do PT...” e, “jantei com Boris Fausto[...] fui à fazenda com Boris Fausto” (CARDOSO, 2015, p. 14 e 241, respectivamente).

Conclusão

Diários da Presidência constitui um resumo do programa político da Era FHC. Embora esteja publicado o conteúdo das gravações realizadas apenas nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato, é como se ali estivesse registrada a música que será tocada durante os demais anos, para quem se lembra daquela época da história política recente do Brasil.

Por ironia, o Ministro das Comunicações e coordenador das privatizações do sistema de telecomunicações, Sérgio Motta, é quem resume o sentido da era Fernando Henrique Cardoso na presidência, nitidamente registrado no *Diários da Presidência - 1995/1996*: “febre liberal de dilapidação do patrimônio público” (CARDOSO, 2015, p. 228).

Conclui-se que o livro apresenta um bom apanhado do que foi a implementação do programa neoliberal no Brasil. O projeto de redução do aparelho de Estado, a entrega das empresas públicas para a iniciativa privada, a abertura do

país para o capital internacional especulativo, bem como as manobras necessárias e o preço pago para que o Estado se tornasse mínimo, estão expostos para quem se dispuser a ler.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência, 1995-1996*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

Recebido em 03/08/2016

Aceito em 09/08/2016

Tradução

DESCIVILIZANDO A ESFERA CIVIL¹

Jeffrey C. Alexander

Tradução: Fábio Liberal¹, com a supervisão técnica de Flávia Pires^{**}

Teorias da modernização, do desenvolvimento e racionalização têm assumido frequentemente que a ampliação das estruturas de solidariedade decorre de uma espécie de ramificação de processos estruturais mais perceptíveis e familiares, como os processos de urbanização, mercantilização, socialização, burocratização e secularização. Eu diria, ao contrário, que a construção de uma esfera mais ampla e inclusiva de solidariedade precisa ser estudada em si mesma (ALEXANDER, 2006)². Desde sua aparição nas sociedades humanas, a sociedade civil vem sendo organizada, na medida em que de fato é organizada, em torno de códigos culturais próprios e específicos (ver capítulo 6)³. Essa organização foi capaz de transmitir uma imagem idealizada das relações sociais, na medida em que se constituiu por meio de certos tipos de instituições comunicativas e que modelos de relações que partem dessa esfera ideal foram sancionados ou recompensados em termos mais materiais e por tipos particulares de instituições reguladoras. Além disso, a sociedade civil tem sido sustentada por estruturas de personalidade distintas e por formas de interação que são de um tipo incomum.

Ao conceber esse espaço independente da solidariedade civil, teóricos sociais devem perceber as delicadezas inerentes a ele. Os códigos, instituições e interações que compõem tal esfera devem ser considerados em si mesmos, como estruturas

1 [N.E.] Esta tradução refere-se ao capítulo 7 (De-civilizing the civil sphere) do livro do autor: *The dark side of modernity*, publicado em 2013 pela Polity Press, Cambridge, Reino Unido. Sua primeira publicação ocorreu no ano de 2000, com o título "Contradictions: the uncivilizing pressures of space, time, and function", na revista *Soundings* [n. 16, p. 96-112, 2000]. Agradecemos ao professor Frederic Vandenberghe por ter despertado nosso interesse e incentivado a publicação da tradução.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), Brasil. E-mail: fabilliberal@gmail.com

** Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), editora da revista *Política & Trabalho*, Brasil. E-mail: ffp23279@gmail.com

2 [N.A.] Este capítulo baseia-se no capítulo 8 do livro de Jeffrey C. Alexander intitulado *The civil sphere*. [New York: Oxford University Press, 2006].

3 [N.E.] capítulo *Meaningevil*, p. 99-122.

de uma dinâmica própria. Seu *status* não pode ser lido simplesmente como uma condição de outras esferas que circundam a sociedade civil, tampouco como simples variáveis dependentes. Ao mesmo tempo, em um sentido concreto, a consideração mais elementar deixa claro que esses modos internos de organização estão sempre profundamente interconectados com o resto da sociedade. Cada parte dessa esfera está ligada às atividades de outras esferas. Estas, por sua vez, vão além da sociedade civil, que tanto estabelece padrões próprios quanto cria imagens em outros domínios. Por outro lado, o que acontece em outras esferas da sociedade – que potenciais elas acionam e encerram – tem efeito substancial sobre a estrutura de funcionamento da cultura, das instituições, assim como interfere nos modos de interação característicos da sociedade civil.

De qualquer modo, a tensão entre o que se poderia chamar de referências internas e externas da sociedade civil não pode ser considerada apenas uma questão teórica, mas um motivo central de preocupação empírica e ideológica. Sobretudo quando a sociedade civil ganha autonomia em relação a outras esferas, a tal ponto que pode definir relações sociais de uma maneira mais consistente e universalista. No entanto, a estrutura binária do discurso da sociedade civil sugere que, mesmo nas circunstâncias mais ideais, tal universalismo só pode ser alcançado em sua forma aproximada. Isso porque a realidade social está longe de ser ideal e a autonomia da sociedade civil normalmente está comprometida e reduzida. Essas restrições, em grande medida, são consequências das exigências das esferas não civis, suas instituições e modos de interação, que atravessam a sociedade civil e fazem dos discursos de repressão um “remédio” aplicado em toda parte. O mundo do “nós” se torna mais estreito enquanto o mundo do “eles”, mais amplo e capaz de assumir formas variadas. Ademais, os grupos de fora do estado-nação, assim como muitos de dentro, são inibidos de ingressar no terreno da sociedade civil.

Este capítulo é dedicado ao modo sistemático desses processos fronteiriços. Por esta razão, abordagens idealistas da civilidade ou da esfera pública não terão grande valia. Seja de ordem crítica ou apologética, tais abordagens têm sugerido que a sociedade civil pode ser erigida em si própria, eliminando as influências de outras esferas: de outra maneira não seria capaz de se erguer. De Aristóteles e Rousseau a Arendt e Habermas, pensadores idealistas abraçaram a utopia da sociedade civil, não apenas como uma ideia reguladora ou norma, mas como uma possível expressão do social como um todo. Eles argumentam que é possível criar um sistema social que seja completamente civil, solidário, altruísta e inclusivo; um sistema, em outras palavras, homólogo à própria sociedade civil. Rejeitam o mundo econômico como o mundo da necessidade, de onde ideias normativas de reciprocidade são excluídas *tout court*. Também rejeitam o mundo político como inevitavelmente burocrático e instrumental, cuja base é sempre fundada no terreno da dominação. Tais sistemas são concebidos como inerentemente incivis, como colonizadores do mundo da vida, de uma esfera solidária que, por conta de sua vulnerabilidade, estaria condenada à sujeição perante esferas de uma espécie mais material. O civil também é visto como frágil diante da esfera religiosa, o que pode suprimir o diálogo aberto e universalista que marca a compreensão civil.

Tais abordagens idealizadas fazem críticas contundentes às esferas não civis, e eu faço uso generoso dessas críticas na discussão abaixo. Elas erram por ignorar a questão da necessidade de diferenciação e complexidade seja do ponto de vista institucional ou moral. Quanto mais desenvolvida a sociedade, mais emergem diferentes tipos de esferas institucionais e discursos. O alcance e escopo da sociedade civil são, portanto, restringidos por essas outras esferas, ao mesmo tempo em que a esfera civil entra em intercâmbios institucionais e morais com esses outros mundos. A interpenetração segue para os dois lados: a sociedade civil pode colonizar essas outras esferas, não sendo simplesmente colonizada *por* elas. Para evitar a falácia idealista, devemos reconhecer que a sociedade civil está sempre aninhada nos mundos práticos das esferas incivis, o que faz com que tenhamos de estudar os compromissos e fragmentações, o “real” ao invés da sociedade civil meramente idealizada que dele resulta (ALEXANDER, 1998).

A sociedade civil é instanciada no real porque existem sistemas sociais no espaço real, porque eles foram construídos em tempo real, e porque eles devem desempenhar funções que vão além da própria construção da solidariedade em si mesma. Essa instanciação reduz o ideal de participação livre e igualitária – o que compromete e fragmenta a esfera potencialmente civil – fixando o *status* de “primordial” a qualidades que nada têm a ver com a posição de alguém na sociedade civil como tal. Qualidades primordiais são aquelas atribuídas às pessoas em virtude de sua participação em um grupo particular, difundidas com base em características únicas que aqueles que estão fora do grupo, por definição, nunca terão a esperança de alcançar. Embora essas qualidades sejam, em alguns casos, analogias dos atributos físicos como raça e sangue, quase qualquer atributo social pode assumir uma posição primordial. Língua, raça, origem nacional, religião, classe, inteligência, região – todos esses já foram priorizados em conjunturas históricas. Em momentos diferentes e em lugares diferentes, os atores se tornaram convencidos de que só os que possuem certas versões destas qualidades têm o que é preciso para se tornarem membros da sociedade civil. Acreditavam que os indivíduos e grupos que não possuíam essas qualidades eram incivilizado e não podiam, portanto, ser incluídos. “Civil”, desta forma, torna-se contrastado com “primordial”. Obviamente, a verdade é que a própria introdução de critérios particulares é incivil. A própria primordialidade civil é uma contradição em termos.

Espaço: a geografia da sociedade civil

A sociedade civil é idealizada por filósofos e leigos da mesma forma, como um espaço universalista e abstrato, um mundo aberto, sem limites, um horizonte infinito. Na verdade, porém, o território é de fundamental importância para qualquer sociedade real que exista historicamente. O território converte o espaço da sociedade civil num lugar particular. A sociedade civil pode se tornar única e significativa apenas como um lugar particular. Porém, ela não é apenas um lugar, ou qualquer lugar, mas o nosso lugar, um espaço diferente de lugares externos aos seus limites. O que está anexo a este lugar central torna-se priorizado. E na medida em que se

torna uma qualidade primordial, o território é dividido, passa a ser articulado com o discurso binário da sociedade civil. A capacidade para a liberdade torna-se limitada a quem tem os pés na terra sagrada, e as instituições e interação da sociedade civil tornam-se, por sua vez, distorcidas e segmentadas.

O nacionalismo pode ser concebido como uma espécie de poluição do espaço delimitado territorialmente pelos Estados. A civilidade, é claro, sempre foi circunscrita pelos centros, mas, antes do século XVI, esses territórios primordiais foram construídos mais localmente, como vilas, cidades, regiões, ou simplesmente como lugares habitados por redes de parentesco e tribos. É a partir do Renascimento que este território começa a ser visto nacionalmente. O apego ao lugar significava basicamente a ligação com a terra da nação. É importante ver que essa bifurcação geográfica foi realizada para ser verdade, não importando como se deu a definição do território nacional: se uma comunidade nacional de língua e sangue, como no caso alemão, ou uma comunidade universal abstrata de ideias, como na França pós-revolucionária. Somente membros desta nação eram vistos como capazes da razão, honestidade, transparência, e civilidade. Membros de outras não eram. A filiação a outros territórios nacionais dava a ideia de desonestidade, desconfiança e sigilo. Eles eram naturalmente inimigos.

Esta restrição ao universalismo teve consequências extraordinárias para a história real das sociedades civis. Uma delas foi o envolvimento contínuo de sociedades civis reais em guerras, a expressão máxima de uma relação de tipo incivil. Kant acreditava que as democracias nunca fariam guerra contra outras democracias; chegou a sugerir que as qualidades do universalismo e da razão que caracterizaram tais sociedades produziram o diálogo ao invés da força e não tornariam os povos do outro lado estereotipados e brutalizados. Mas a qualidade democrática de outras nações é sempre algo aberto ao debate, e a bifurcação territorial do carisma civil faz com que a civilidade dos outros seja muito mais difícil de distinguir. Isso explica porque, ao longo da história das sociedades civis, a guerra tenha sido uma obrigação sagrada. Fazer a guerra contra os membros de outros territórios tem sido simultaneamente uma tarefa nacional e civilizadora. Na antiga Atenas, a primeira democracia real, embora limitada, cuja polis serviu de modelo para as sociedades civis até hoje, travou uma guerra contínua contra seus vizinhos, lutando contra a barbárie que o território “estrangeiro” suscita. Para as cidades-estados italianas do Renascimento, a glória militar era uma virtude central que evocava seu povo a se defender e estender suas sociedades civis não apenas por meio da guerra contra “estrangeiros”, mas também contra comunidades igualmente civis em seus próprios domínios nacionais. A expansão imperial das nações do Norte da Europa, a partir do XVI até ao século XIX, certamente tinha motivos econômicos, mas foi inspirada também pela necessidade urgente de civilizar inimigos da civilização, aqueles que não tiveram a sorte de habitar a mesma porção geográfica da Terra.

Mas são as grandes “repúblicas imperiais”, como Raymond Aron chamava, que demonstram essa bifurcação territorial da civilidade de maneira mais impressionante. Quando ingleses e franceses lutaram uns contra os outros, entre os séculos XVI e XIX, ambos viviam em sociedades bastante similares em seus fundamentos, cada qual considerando a si mesmo como possuidor de uma

dimensão civil da vida social, embora não democrática. No entanto, as elites e as pessoas comuns eram igualmente convencidas de que somente em seus territórios nacionais haveria a possibilidade de respirar a liberdade. Teriam sido diferentes os motivos das guerras de libertação nacional da França Napoleônica, que situava na mesma categoria poluída os cidadãos “escravizados” de nações tão diversas como Egito e Alemanha, para não mencionar a Itália e a própria Inglaterra? Há ainda os longos séculos de formação militarista dos Estados Unidos democrático. Toda guerra travada nesse período foi conduzida como um ritual de sacrifício, para que os estrangeiros oprimidos pudessem ser americanizados e, como consequência, libertados. Isso não quer dizer que muitas dessas guerras indicadas acima não tiveram a ver, de fato, com autodefesa ou libertação nacional. Entretanto, é sugestiva a conexão entre o território nacional e o discurso binário das sociedades civis, que impressiona por ter inspirado guerras por toda parte e de um tipo atroz e punitivo.

O entendimento nacionalista da civilidade também tem tido consequências fragmentadoras de um tipo interno. Isso tem permitido aos excluídos da sociedade civil se integrar como estrangeiros e se alinhar, em alguma medida, com os inimigos territoriais. Muitas vezes, aqueles que são excluídos são vistos, em outras palavras, como incivis e como ameaças genuínas à segurança nacional. Nos Estados Unidos, essa visão tomou a forma de nativismo, definido por John Higham (1992) como a “intensa oposição a uma minoria interna em razão da sua conexão estrangeira”. No curso da história americana, praticamente todos os grupos de imigrantes têm sido sujeitados a este estigma, dos índios aos afro-americanos, dos imigrantes católicos aos judeus, dos alemães, na Primeira Guerra Mundial, aos japoneses, na Segunda Guerra Mundial, até os imigrantes islâmicos, após o 11 de setembro. Não há necessidade de multiplicar os exemplos deste tipo ou de explicar como o antissemitismo francês transformou Alfred Dreyfus em um espião alemão ou como a Alemanha nazista fez de uma “nação” judia uma conspiração capitalista internacional que ameaçava a independência do estado alemão. Tais fatos são bem conhecidos, mas suas implicações teóricas pouco compreendidas.

A sociedade civil produz seus próprios inimigos porque é territorial e espacialmente fixa. Mesmo na mais civil das sociedades, o discurso da liberdade é bifurcado de uma maneira territorial. Ao fazer da poluição uma categoria primordial, essa bifurcação torna a repressão mais provável. Por isso que, em sua busca pela participação no mundo da sociedade civil, os excluídos muitas vezes tentam representar a si mesmos como patriotas. Durante a ascensão do antissemitismo alemão, em Weimar, organizações judaicas divulgaram amplamente o fato de que dezenas de milhares de seus compatriotas haviam morrido pelo Kaiser. Ao longo da sua longa batalha pela inclusão, figuras relevantes da comunidade afro-americana mostraram com orgulho que os negros lutaram voluntariamente em cada grande guerra norte-americana, começando pela própria Revolução. De acordo com T. H. Marshall, foi a participação patriótica da classe trabalhadora britânica na Segunda Guerra Mundial que criou a solidariedade transclassista que formou a base para a criação do Estado de bem-estar social no pós-guerra.

Da mesma forma que o nacionalismo restringe a civilidade por bifurcar o espaço relativo ao que está fora da nação, o regionalismo recria uma restrição

semelhante, geralmente menos violenta, do espaço de dentro da nação. Não são apenas as nações que são centros, mas também cidades ou regiões particulares. Estes centros nacionais priorizam o discurso da liberdade e constroem a periferia como carente do carisma que caracteriza a civilidade nacional, uma espécie de território estrangeiro dentro da própria nação. A cidade e o campo foram, durante séculos, as distinções mais perniciosas deste tipo. O provérbio alemão “o ar da cidade nos torna livres” denota muito mais do que uma observação sociológica sobre os efeitos dos direitos dos cidadãos. Ao longo da história das sociedades civis europeias, os camponeses foram comparados a animais ou, na frase inigualável de Marx, com pedaços de argila. Divisões regionais como Norte e Sul, Oriente e Ocidente, sempre e em toda parte carregaram um sentido excedente. Tais divisões regionais fragmentaram a sociedade civil das nações, sua cultura, sua interação, e muitas vezes suas instituições reguladoras e comunicativas. Quando se somaram a outros tipos de exclusão – econômicas, étnicas, políticas ou religiosas –, formaram a base para os movimentos de fechamento repressivo, construção de guetos, iniciativas brutais de separatismo e incorporação, além de guerras civis.

Tempo: sociedade civil como sedimentação histórica

Do mesmo modo que as sociedades civis são sempre criadas no espaço real, elas também estão ligadas a um tempo real. A utopia da civilidade sugere um reino atemporal, onde as pessoas têm sido sempre assim e sempre serão. No entanto, toda sociedade civil, na verdade, foi iniciada por alguém, em um determinado momento; e praticamente em qualquer espaço territorial diferente regimes de sociedade mais ou menos civis foram implementadas uma após outra.

O que é importante sobre esta temporalidade é que ela se torna prioridade. O tempo de origem de uma comunidade é tratado como um tempo sagrado, mitificado em narrativas nacionais e replicado por rituais periódicos de recordação. Os fundadores de uma comunidade são sacralizados também. Atribui-se aos fundadores de sociedades civis um carisma temporal, já que eles estavam lá “no início”. Mitos de origem não só dão orgulho aos fundadores do lugar como os leva a atribuir suas realizações às características primordiais desse próprio grupo: sua religião, raça, classe, língua, seu país de origem, caso seja diferente da nação que eles fundaram num momento posterior. As origens dos mitos da sociedade civil são narradas pelos fundadores em termos de discurso pela liberdade, embora a capacidade para a liberdade seja temporalizada. Acredita-se amplamente que apenas as características primordiais do grupo fundador lhes permitiu o sucesso na fundação da sociedade nacional em um momento histórico propício.

Se as características dos fundadores são equiparadas às categorias de pureza da sociedade civil, é lógico, culturalmente falando, que as qualidades daqueles que virão depois deles, na medida em que diferem dos fundadores, devem ser equiparadas às categorias impuras desse discurso civil. A temporalidade cria uma ordem de tempo da civilidade, um “ranking” classificatório de qualidades categóricas que se torna o referencial para as reivindicações de privilégio dentro

da própria sociedade civil. Na história americana, cada novo grupo de imigrantes foi considerado impuro em aspectos cruciais. A incapacidade de falar inglês corretamente tem sido atribuída a uma incapacidade para o raciocínio claro. As redes de parentesco que tipificam formas primitivas de comunidades étnicas têm sido vistas como uma manifestação de comportamento fechado em vez de aberto, culto da facção em detrimento da concorrência aberta, manifestações de sigilo em vez de abertura e confiança. Diferentes práticas religiosas são invariavelmente consideradas inferiores, caracterizadas em termos de emotividade ao invés de controle, hierarquia ao invés de igualdade. O resultado disso não é simplesmente a discriminação, mas a repulsa e o medo. Cria-se facilmente a suspeita de que esses grupos que chegam mais tarde estão fora das categorias da sociedade civil em si mesma. Podem os imigrantes irlandeses, em algum momento, tornarem-se americanos decentes? Ou os judeus? Os recém-chegados imigrantes da China, Japão, México, Somália e Iraque? Como é possível, sendo eles tão diferentes de nós?

De qualquer modo, se a chegada abrupta cria bifurcações, a passagem do tempo pode borrá-las. A sucessão étnica não é simplesmente um fato econômico criado por pressões ecológicas e materiais que permitem que um grupo deixe um nicho e adentre outro. É um processo de aprendizado cultural que pode ser apurado pelo tempo. A familiaridade não tende exatamente ao entendimento contrário, ela leva à identificação, um processo que intercala espaço e tempo. A presença de longo prazo no lugar primordial muitas vezes limpa e purifica as qualidades primordiais, possibilitando que as características que foram consideradas fundamentalmente diferentes no passado sejam vistas, agora, como variações sobre um tema comum. Este não é um processo evolutivo que acontece automaticamente (ver capítulo 4)⁴. Pontes, conexões e cruzamentos são projetos levados adiante por grupos temporalmente desprivilegiados. Fazendo uso das instituições de comunicação e regulação da sociedade civil, eles exigem ser reconsideradas em termos mais civis. Na ficção “étnica”, os escritores representam qualidades primordiais de seu grupo em termos de “tradição comum”, num sentido tanto estético quanto moral. Eles oferecem retratos alternativos de traços primordiais, usando humor, tragédia ou romance e, assim, afastam o perigo de criar uma sensação de familiaridade. Movimentos sociais de imigrantes e personalidades de imigrantes apresentam a si mesmos como incorporando qualidades civis tradicionais. Eles argumentam que estão restaurando o discurso nacional da liberdade, e que suas qualidades étnicas análogas apresentam características complementares daquelas exibidas pelos grupos fundadores.

Para compreender plenamente as implicações da temporalidade, é preciso ver que as origens de uma comunidade civil também são reconstruídas de uma maneira muito menos voluntarista do que as qualidades pacíficas que a “imigração” parece sugerir. A concretude temporal das sociedades civis significa que seus fundadores interromperam e deslocaram arranjos sociais já existentes. Eles podem ter surgido a partir de levantes revolucionários contra um regime mais conservador ou mais radical; podem ter sido fundados por meio da conquista militar de povos nativos;

4 [N. E.]: Capítulo *Integration and justice: parsons' utopia*, p. 62-77.

grupos nacionais residentes podem ter sido envolvidos em dominação através de compra por meio de tratados comerciais ou de aquisições políticas de um tipo menos direto. Quando o radical parlamento inglês organizou sua revolução política contra o reinado, não se limitou a salientar a expansão da sociedade civil. Em vez disso, apresentou a sua revolução como uma vitória de um grupo étnico diferente, os anglo-saxões, sobre a linha de sangue da realeza. Os revolucionários franceses não só fizeram uma insurreição universalista e democrática, mas proclamaram uma vitória para os gauleses sobre os francos. A Revolução Americana também envolveu deslocamento temporal, não apenas a vitória sobre os povos indígenas nativos, mas também sobre povos étnicos que não eram anglo-saxões. Seja qual for a forma específica de deslocamento, a regra foi sempre o desprezo das características dos grupos dominados e sua representação em termos de categorias impuras e antagônicas ao estado civil. Muitas vezes por meios hediondos, a sociedade civil é originada na sua própria fragmentação e distorção.

Essas distorções de autocompreensão da sociedade civil provocam reações em cadeia que muitas vezes convidam a “refundações” de um tipo igualmente violento. As repercussões de tais reconstruções posteriores podem produzir o deslocamento físico e a formação de guetos. O *apartheid* na África do Sul ocorreu após a “refundação” do africânder das primeiras sociedade assentadas pela colonização inglesa, e esta nação, após o fim do *apartheid*, está em vias de ser refundada, desta vez por africanos negros novamente. Quando os nazistas refundaram a Alemanha como um estado ariano e cristão, isso envolveu não apenas deslocamento físico e coerção, mas o extermínio em massa. As refundações podem produzir séculos de lutas de libertação e opressão, que, frequentemente, levam à guerra civil, como ocorreu nos EUA com seu sistema de castas raciais, que estava intrinsicamente ligado ao esforço de fundar uma sociedade civil de outro tipo, profundamente democrático.

As bifurcações temporais das sociedades civis se entrelaçam com as fragmentações fundadas no território, especialmente porque ambos envolvem construções que se referem ao surgimento das nações. As qualidades primordiais que as sociedades identificam com a liberdade se referem aos fundadores que “lá estavam no início”. Quando excluídos, grupos nacionais representam a si mesmos como patriotas, como indivíduos cujas contribuições para a segurança nacional foram injustamente ignoradas, não apenas se inserindo simbolicamente em determinado lugar da nação, mas também em seu tempo histórico. A memória histórica preserva o carisma do tempo, o que é sempre disputado por grupos que estão temporariamente deslocados. Eventos originários e posteriores leituras históricas de teor mais crítico são continuamente reconstituídos a fim de legitimar uma nova definição primordial de civilidade. Grupos que foram excluídos ou dominados reconstróem a história de seu país para que a civilidade seja descrita de forma mais ampla e expansiva, enquanto os núcleos ameaçados tentam manter as definições primordiais restritivas ou mesmo torná-las ainda mais estreitas. Os movimentos sociais usam as instituições comunicativas para convencer o público de que a história deve ser revista, assim como usam as instituições reguladoras para tornar ilegal o conjunto de normas que esta versão obsoleta da história deixa implícita.

Função: a destruição das relações fronteiriças e sua reparação

Sociedades são mais que coletividades emolduradas pelo tempo e enraizadas no espaço. São sistemas sociais de grande complexidade cujas instituições tornam-se cada vez mais especializadas, separadas umas das outras tanto pela diferenciação de sua organização física e de seus funcionários quanto pelos entendimentos normativos que expressam e regulam. A possibilidade de diferenciação institucional e cultural em esferas cada vez mais separadas situa-se no coração da teoria crítica da modernidade que desenvolvo aqui. A capacidade da esfera civil para a justiça, para a igualdade e para a liberdade depende da criação de um espaço que pode ser situado do lado de fora dessas esferas mais restritivas. No entanto, esta autonomia deve ser entendida de uma forma dialética: a própria independência que torna a sociedade civil possível também a torna vulnerável.

Há uma tendência teórica perigosa e fundamentalmente ilusória em ver a diferenciação das funções como um processo que cria estabilidade e individuação. Embora a diferenciação funcional possa gerar integração e enobrecimento, isto não é uma garantia. Se a solidariedade e o universalismo da sociedade civil formam uma dimensão de um sistema social moderno, essas qualidades são desafiadas por esferas adjacentes à sociedade civil cujas funções e preocupações são radicalmente diferentes – operam de acordo com objetivos contraditórios, empregam diferentes tipos de mídia e produzem relações sociais de um tipo completamente diverso. O objetivo da esfera econômica é a riqueza, não a justiça no sentido civil; ela é organizada em termos de eficiência e não de solidariedade, e depende de hierarquia, não de igualdade para produzir seus objetivos. As políticas produzem poder, não reciprocidade; dependem da autoridade, não da independência; demandam lealdade, não criticidade, e procuram o exercício coercitivo, quando legitimado, das formas de controle social. A esfera religiosa produz salvação, não apenas desertos mundanos; é embasada na desigualdade fundamental não apenas entre Deus e crentes humanos comuns, mas entre os representantes de Deus – seus pastores e aqueles que guiam e instruem na terra; e não importa o quão igualitária ou reformadora é a mensagem, a característica mais transcendental das relações religiosas exige mistério e deferência, não a reciprocidade ou o diálogo de tipo transparente. Na família, as espécies são reproduzidas segundo uma lógica biológica e moral; organizada em torno do *eros* e do amor, e não, em primeira instância, do autocontrole e do questionando; sua organização depende de um modo fundamental de deferência.

Cada uma dessas esferas não civis criam tipos especificamente funcionais de desigualdade. Pais historicamente assumem o poder sobre mulheres e crianças nas famílias; proprietários e gerentes profissionais organizam, lideram e comandam trabalhadores; políticos e burocratas exercitam a dominação sobre aqueles que não possuem um cargo no Estado; religiosos notáveis, sejam padres, rabinos ou imãs, agem com autoridade quando se deparam com leigos em suas congregações. Essas acumulações privilegiadas de poder podem ser consideradas usurpações, mas não o são necessariamente. Certamente é difícil conceber como as esferas incivis poderiam operar de forma independente e eficaz sem os especialistas cuja autoridade lhes

permitiu coordenar as relações institucionais, que significam, de fato, “o governo” como tal. É possível conceber as formas dessas desigualdades como justas e legítimas, uma vez que o poder sobre os bens e o processo em si é adquirido por pessoas com conhecimentos distintos e habilidades especializadas efetivas.

O problema das acumulações privilegiadas nessas outras esferas é que de maneira rotineira e sistemática elas se tornam traduções do interior da própria esfera da sociedade civil (WALZER, 1983). Assim também acontece com os bens particulares sobre os quais essas acumulações de poder se baseiam. Esses bens possuem em si um carisma distintivo, da mesma forma que os poderes que distribuem a autoridade de falar e agir em seu nome. O dinheiro é importante pelo seu poder instrumental e também porque sua posse é normalmente tomada para representar uma conquista distinta e respeitada no mundo da vida econômica. Graça na esfera da salvação, autoridade patriarcal na família e poder na esfera política devem ser entendidos de maneira semelhante. No entanto, como resultado desse carisma, estas qualidades tornam-se representadas não só como bens de prestígio adquiridos em esferas especializadas, mas como qualidades que significam algo na própria sociedade civil. A estratificação nessas outras esferas se traduz em um discurso bifurcado da sociedade civil. Ser rico, por exemplo, muitas vezes parece sugerir bondade moral, formulada dentro de um discurso de liberdade. Ser pobre, por outro lado, muitas vezes situa o sujeito numa esfera de degradação e, de certa maneira, de poluição. Essa tradução é complicada em um sentido: ela envolve cadeias analógicas entre diferentes códigos semióticos, transformações metafóricas e narrativas que estabelecem relações homólogas entre motivações, relações e instituições em diferentes esferas da vida. Em outro sentido, a tradução é muito simples. As acumulações privilegiadas de bens nas esferas não civis são usadas para alcançar o poder e o reconhecimento na sociedade civil. Busca-se, com isso, o acesso ao seu discurso e o controle de suas instituições, a fim de representar as elites de outras esferas como participantes ideais nos processos interativos da vida civil.

Essas relações de fronteira podem ser concebidas em termos de entradas facilitadas, intrusões destrutivas e reparações civis. As tensões que as fronteiras criam podem falsear seriamente a sociedade civil, ameaçando a própria possibilidade de uma vida social eficaz e democrática. Essas forças geradoras de distorções são vistas como intrusões destrutivas, as quais, ao percebê-las, a sociedade civil repara buscando regular e reformar o que acontece nas esferas não civis. No entanto, essa interpenetração do subsistema pode seguir por outro caminho também. Os bens e as normas de outras esferas podem ser vistos como facilitadores da realização de uma vida mais civil. Teóricos e políticos conservadores, para não mencionar as próprias elites dessas esferas não civis, estão inclinados a enfatizar as entradas facilitadas das esferas não civis para a criação de uma boa vida social. Os da esquerda liberal e radical são mais inclinados a ver essas interpenetrações como intrusões destrutivas e exigir reparações cívicas como consequência. Nenhum dos lados desses argumentos pode ser ignorado no esforço de desenvolver uma perspectiva crítica sobre a vida moderna.

Que a esfera econômica pode facilitar a construção de uma esfera civil é um fato histórico e sociológico. Quando uma economia está estruturada por mercados,

estimula-se o comportamento independente, racional e autocontrolado. Foi por esta razão que os primeiros intelectuais do capitalismo, de Montesquieu a Adam Smith, aplaudiram as sociedades de mercado como um calmante civilizador para as glórias militaristas da vida aristocrática. É em parte por esta mesma razão que as sociedades pós-comunistas têm apostado suas democracias emergentes na construção de economias de mercado. No entanto, independentemente dos mercados, a industrialização em si pode ser vista por uma perspectiva positiva. Com a criação de uma enorme oferta de bens materiais baratos e amplamente disponíveis, a produção em massa diminui as distinções invejosas do estado de mercadores que separavam ricos e pobres em economias mais restritas. Torna-se cada vez mais possível, para as massas, expressarem sua individualidade, sua autonomia e sua igualdade através do consumo e, ao fazê-lo, participar da herança simbólica comum da vida cultural moderna. Essa participação também pode ser gerada no lado da produção. Como o próprio Marx apontou, as formas complexas de trabalho em equipe e cooperação exigidas por empresas produtivas podem ser consideradas formas de socialização através das quais as pessoas aprendem a respeitar e confiar em seus companheiros da esfera civil.

Na medida em que a economia fornece facilidades à esfera civil, por estimular a independência, o autocontrole, a racionalidade, igualdade, autorrealização, cooperação e confiança, a relação fronteira entre essas duas esferas pode parecer destituída de atrito, e a diferenciação estrutural pode parecer um gerador de integração e individuação. No entanto, deve ficar claro para todos, principalmente para os defensores mais ferrenhos do livre mercado, que fenômenos como a industrialização e a economia de mercado também lançam obstáculos no caminho da sociedade civil. Na linguagem cotidiana das ciências sociais, estes bloqueios são expressos exclusivamente em termos de desigualdades econômicas, como as divisões de classe, diferenciais de habitação, mercados duais de trabalho, pobreza e desemprego. Estes fatos econômicos podem tornar-se cristalizados como intrusões destrutivas na esfera civil, na medida em que os critérios econômicos interferem nos civis.

A estratificação de produtos econômicos, tanto humana quanto material, estreita e polariza a sociedade civil. Ela fornece um amplo campo para o discurso da repressão, que polui e degrada o fracasso econômico. Apesar do fato de que não existe uma relação intrínseca entre a incapacidade de alcançar distinção na esfera econômica e o fracasso para sustentar as expectativas da sociedade civil, tal conexão é continuamente feita. Se você é pobre, é muitas vezes tido como um ser irracional, dependente e preguiçoso, não só na economia, mas na sociedade como tal. A assimetria relativa dos recursos inerentes à vida econômica, em outras palavras, se traduz em projeções sobre a competência e a incompetência civil. É frequentemente difícil para os atores sem realizações econômicas ou riqueza se comunicarem de forma eficaz na esfera civil, para receber o pleno respeito das instituições reguladoras, ou para interagir de uma forma totalmente civil com outras pessoas economicamente mais bem-sucedidas. Finalmente, o poder material como tal, um poder acumulado apenas na esfera econômica, muitas vezes também se torna uma forma imediata e eficaz para as demandas cívicas. Mesmo com a profissionalização

do jornalismo, que separou a propriedade do controle efetivo, os capitalistas podem comprar, vender, e fechar jornais, instituições comunicativas centrais para a sociedade civil, alterando fundamentalmente a construção cultural da cena civil.

Na medida em que a sociedade civil existe como uma força independente, os atores economicamente desfavorecidos têm filiações duais. Eles não são apenas membros sem sucesso da economia, eles também clamam por respeito e poder, com base em seu vínculo parcial com a esfera civil. Além disso, com base no universalismo implícito da solidariedade civil, eles acreditam que essas reivindicações merecem uma resposta. Eles fazem uso das instituições comunicativas da sociedade civil, dos movimentos sociais que reivindicam o socialismo (ou justiça econômica simplesmente) e de organizações voluntárias (como sindicatos) que exigem justiça para os assalariados. Às vezes, eles empregam o seu espaço na sociedade civil para enfrentar as instituições econômicas e as elites diretamente, ganhando concessões nas negociações face a face. Em outras ocasiões, fazem uso das instituições reguladoras para forçar o Estado a intervir em seu nome na vida econômica. Embora esses esforços de reparação frequentemente fracassem, por não conseguirem institucionalizar os direitos dos trabalhadores, os critérios civis entram diretamente na esfera econômica. As perigosas condições de trabalho são proibidas; as discriminações no mercado de trabalho se tornam ilegais; a autoridade econômica arbitrária é cerceada; o desemprego é controlado e humanizado; a riqueza em si pode ser redistribuída de acordo com critérios antitéticos e não puramente econômicos.

As forças funcionais dessas esferas não civis também abalaram profundamente a sociedade civil em diferentes tempos e de modos diferentes, em especial na medida em que elas se tornaram entrelaçadas com segmentações criadas pela influência temporal e espacial. Nos países católicos, judeus e protestantes têm sido frequentemente interpretados como incivis e impedidos de adentrar plenamente a vida civil. Para grande parte dos historiadores das sociedades civis, o poder patriarcal na família tem sido traduzido como uma falta de *status* civil para as mulheres. Os poderes científicos e profissionais empoderam especialistas e excluem os leigos da plena participação em debates civis importantes. As oligarquias políticas, seja em organizações privadas ou nos próprios governos nacionais, usam de sigilo e manipulação para privar os membros da sociedade civil de acesso a informações sobre decisões cruciais que afetam sua vida coletiva.

No curso da história ocidental, essas intrusões têm sido tão destrutivas que, não raro, os movimentos sociais engajados nos reparos e os teóricos que articulam suas demandas passam a acreditar que esses bloqueios são intrínsecos à própria sociedade civil. Os socialistas argumentaram que a sociedade civil é essencial e irremediavelmente burguesa, que, até o momento em que existam mercados e propriedade privada na esfera econômica, as pessoas nunca poderão ser tratadas de forma respeitosa e igualitária. As feministas radicais têm argumentado que as sociedades civis são inerentemente patriarcais, que a própria ideia de uma sociedade civil é impossível de se realizar em uma sociedade cujas famílias permitem que os homens dominem as mulheres. Sionistas afirmam que as sociedades ocidentais são fundamentalmente antisemitas. Nacionalistas negros têm afirmado que o racismo é essencial, e que o reino civil em sociedades de colonos brancos vai sempre e necessariamente excluí-los.

Em resposta a tais argumentos, intelectuais radicais, bem como alguns de seus seguidores, têm escolhido o distanciamento da esfera do debate ao invés do exercício da fala. Eles têm exigido a construção de um tipo totalmente diferente de sociedade, na qual a natureza incivil das esferas que fazem fronteira com a sociedade civil seria transformada em seus fundamentos. Às vezes, essas demandas revolucionárias e os esforços reacionários para miná-las têm destruído as sociedades civis. Mesmo quando os regimes nacionais institucionalizaram alguma autonomia genuína no seu reino, os críticos têm conseguido, ao invés de fazer revoluções, criar reformas dramáticas. Esforços revolucionários geralmente têm falhado, mas as reivindicações alojadas neles muitas vezes conseguem expandir a sociedade civil de forma significativa. O resultado, ao invés da retirada, tem sido uma integração gradual e real de grupos anteriormente excluídos. A inclusão nunca é completa, mas tem sido substancial.

Ao passo que há institucionalização de uma esfera civil, problemas econômicos, políticos e religiosos não são tratadas meramente – ou, às vezes, até mesmo primariamente – como problemas circunscritos nessas esferas próprias, mas como problemas da “sociedade”. Eles são tratados tanto por aqueles que fazem reivindicações quanto pelos receptores como *deficit* da sociedade civil em si mesma, como forças que têm traído a coesão social, a integridade, moralidade e liberdade. Este é particularmente o caso, tendo em vista que a estratificação funcional da sociedade civil frequentemente se funde com a estratificação causada pela relação da sociedade civil com o tempo e o espaço. Problemas funcionais se entrelaçam com questões primordiais sobre as capacidades geradas pela raça, língua, região, tempo de chegada e a própria lealdade à nação. Este entrelaçamento torna ainda mais provável que cada um desses tipos de conflitos diferenciais – de funções, espaciais e temporais – seja visto não incidentalmente, mas primariamente como demandas por inclusão na esfera civil. Nesse sentido, a inclusão se torna um fim em si mesmo, não apenas um meio de reparação particular. E os conflitos se tornam lutas por identidade e reconhecimento social, com o intuito de reparar a fragmentação e a distorção da própria sociedade civil.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. **The civil sphere**. New York: Oxford University Press, 2006.
- _____. **Real civil societies: dilemmas of institutionalization**. London: Sage, 1998.
- HIGHAM, John. **Strangers in the land: patterns of american nativism, 1860-1925**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1992.
- WALZER, Michael. **Spheres of justice**. New York: Basic Books, 1983.

Recebido em 21/01/2016

Aceito em 22/07/2016